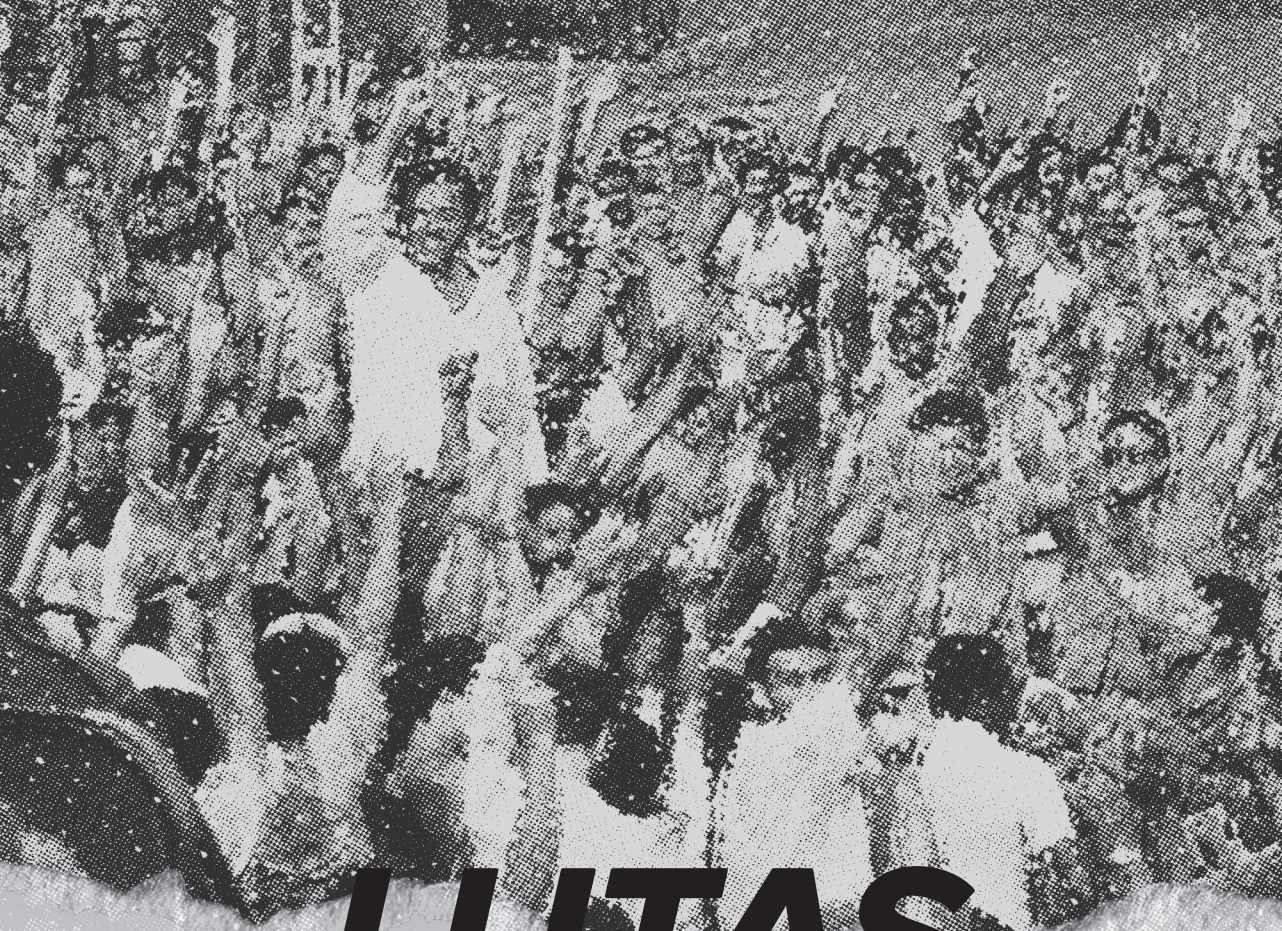

LUTAS VIGIADAS

MILITÂNCIA OPERÁRIA, RETALIAÇÃO PATRONAL E REPRESSÃO NO VALE DO PARAÍBA (1979 - 1994)

Richard Martins

Salvador SAGGA EDITORA 2022

© 2022, By Richard de Oliveira Martins
Direitos de edição à Sagga Editora
Feito o depósito Legal

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação:
Érico André Lisboa Silva

Revisora:
Larissa Nakamura

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M386I Martins, Richard de Oliveira.
Lutas vigiadas [livro eletrônico] : militância operária, retaliação patronal e repressão no Vale do Paraíba (1979-1994) / Richard de Oliveira Martins. - Salvador, BA: Sagga, 2022.
426 p.
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-86555-43-1
1. Militância operária. 2. Movimentos sociais - Paraíba, Vale do (SP). 3. Participação política. 1. Título.

CDD 303.484

Elaborado por Maurício Amormino Júnior - CRBG/2422

Sagga Editora e Comunicação
Avenida Sete de Setembro, nº 32 - 2 de Julho.
Salvador – BA | CEP: 40.060-904

@saggaeditora
saggaeditora@gmail.com

A Santo Dias
A Walmir, Willian e Barroso

AGRADECIMENTOS

A Cléo e Paulo, meus pais, uma vez mais e sempre. Com vocês, pude aprender, desde cedo, muito do que significa ser trabalhador. É um privilégio ser seu filho.

A Natalia do Nascimento, companheira de jornada. Sua presença, seu apoio, sua inteligência e seu carinho fizeram dos anos que dediquei à tese que originou este livro os melhores até agora, apesar dos descaminhos do mundo. Faltam palavras para descrever o bem que você me faz. Suas sugestões e seus questionamentos estão aqui, por toda parte, e nosso aprendizado conjunto, em tantas dimensões, me deu forças para seguir adiante, sempre que foi preciso. Por tudo que já vivemos, e pelo que ainda virá, muito obrigado.

Ao Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha, por toda a ajuda, disponibilidade e atenção. Sua orientação foi inestimável, e só tenho a agradecer pelas referências, sugestões e pelos ensinamentos, em sala de aula e ao longo dos últimos cinco anos.

Aos funcionários, docentes e discentes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Aos trabalhadores da Biblioteca Octavio Ianni (IFCH/UNICAMP), da Biblioteca do CMU-UNICAMP, do Arquivo Edgar Leuenroth, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, do Arquivo Público Municipal de São José dos Campos e do Arquivo Nacional, bem como aos funcionários e colaboradores das demais instituições de memória, ensino e pesquisa, que contribuíram com este estudo.

Aos diretores e trabalhadores do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região.

Aos membros e depoentes da Comissão da Verdade dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (CVM/SJCR). Um agradecimento especial a Antonio C. M. Brunheira Jr. e Amanda C. M. Hornhardt, colegas do Grupo de Pesquisa da CVM/SJCR, sem os quais este trabalho não existiria. Agradeço também a Lee Flôres, Luci Praun e aos demais pesquisadores que contribuíram com as investigações promovidas pela Central Sindical e Popular Conlutas, à época do funcionamento da Comissão Nacional da Verdade.

À Profª Dra. Bárbara Geraldo de Castro e ao Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva, pelas críticas e sugestões valiosas durante o exame de qualificação. A Fernando, agradeço ainda pelos excelentes cursos que ofereceu e que tive a oportunidade de acompanhar, na graduação e no doutorado, e também, pelos incentivos e pelas discussões bem-humoradas. Foi um prazer ser seu aluno.

Aos membros da banca, Profª Dra. Ana Beatriz Barros Ribeiro Silva, Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva, Prof. Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos e Profª Dra. Victoria Basualdo, pela proveitosa arguição. O trabalho de Ana Beatriz e as ricas discussões que tivemos iluminaram pontos fundamentais de minha pesquisa, que certamente não teriam sido desenvolvidos sem sua

ajuda. Pedro, por sua vez, fez importantes aportes e me apresentou aos talentosos pesquisadores do Grupo de Trabalho Ditadura e Empresariado no Brasil (GTEDB/UFRRJ), que se dispuseram a discutir a versão preliminar de um dos capítulos de minha tese e que tanto me ajudaram. O mesmo pode ser dito de Victoria, sempre atenciosa, que além de ter sido minha professora em um dos cursos mais marcantes que já fiz, contribuiu com pertinentes críticas e apontamentos valiosos sobre meu trabalho, em diversas ocasiões.

Aos membros suplentes da banca, Prof. Dr. Antonio Luigi Negro, Profª Dra. Bárbara Geraldo de Castro e Prof. Dr. Paulo Fontes. Para além dos estimulantes trabalhos que publicaram, Gino e Paulo também me ajudaram, sobretudo em eventos acadêmicos, com referências e comentários aos quais sou imensamente grato.

À Profª Dra. Marina Franco e à Universidad Nacional de General San Martín (UNSAM), que me receberam para um breve, porém, proveitoso estágio de pesquisa em 2019. O auxílio de Marina foi imprescindível para ampliar minha compreensão sobre o contexto social, cultural e político dos fenômenos que abordo nesta obra. Embora uma parte significativa das discussões e referências que ela me apresentou não sejam retomadas aqui, por conta do recorte específico deste trabalho, espero que, ainda assim, as importantes contribuições de Marina estejam refletidas nele.

A todos os familiares e amigos, próximos e distantes. Um agradecimento especial às minhas tias Maria, Gê, Dora e Lena, de quem recebo tanto carinho, à minha maravilhosa vó Cida e ao Carlos Alberto Leme, por quem tenho tanta gratidão e admiração.

Às famílias que a música me deu: Dudu Ferraz, Pâmela Villanova e Luá, Ferdi Oliveira, Gabs, João Caio Cabrino, Rafael Di Francesco (*wololo!*), Maria Paula Lipi, Vitor Troni Sanches, Alyne Fernanda e Chiquinho, Francisco Machado e Natalia Junqueira. Aos grandes amigos e parceiros, e às famílias deles, com quem tive o prazer de conviver nos últimos anos: Nico Villas Bôas, Pedro Barsalini e Douglas Ferreira. Um agradecimento especial ao Nicolas Carnier, irmão e parceiro, e à talentosa Carolina Ogata. À Mariana Vasconcelos, diva! Muito amor por vocês todos.

Ao sempre presente Vinícius, à Aline, à Laura e à Heloísa Shirazi Conte, ao Bryan Félix e ao Rafael Carneiro, pelas amizades de longa data, pelo afeto e por tudo que aprendi com vocês. A Thiago Franco, Mariana Novelli, João Calis, Carla Barbosa, Rodrigo Leal, Rodrigo Lima, Márcio Souza, Yan Caramel, Carol Betella, Thiago e Rodrigo Leme, e tantos outros valiosos companheiros que levo comigo.

À Marisa, ao Caio, ao Milton, à Eliana e ao Danilo, Roberta, Vitor, Fernanda, Matheus, Nájila, Mônica, Fábio, Sandra, Patê e Leandra, por correrem lado a lado com quem amo e por toda a diversão.

Aos colegas de ofício e valiosos colaboradores Luiz Felipe Mundim, Alessandra Belo, Heliene Nagasava, Alejandra Estevez, Leonardo Ângelo, e ao saudoso Eduardo Ângelo da Silva, que nos deixou cedo demais. Aos

amigos historiadores argentinos Leandro Molinaro, Pablo Peláez e Gonzalo Pérez Álvarez.

Às trabalhadoras e aos trabalhadores da região do Vale do Paraíba cujas histórias são recontadas neste livro. Espero que estas páginas lhes sejam justas e que contribuam, ainda que modestamente, com as lutas vindouras da classe trabalhadora. Um agradecimento especial a Antonio Donizete Ferreira, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, que gentilmente cedeu seu acervo pessoal a esta pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo suporte financeiro para a realização do doutorado (Processo nº 2016/05888-8). À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Departamento de História do IFCH/UNICAMP, pelo apoio imprescindível que possibilitou a edição deste livro.

A todos os que lutaram e ainda lutam pela justiça social, pela ciência e pela educação pública.

Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar

Bráulio Bessa, *"Inumeráveis"*

Tudo nos é proibido, exceto cruzar os braços? A pobreza não está escrita nas estrelas, o subdesenvolvimento não é fruto de um obscuro desígnio de Deus. Correm anos de revolução, tempos de redenção. As classes dominantes põem as barbas de molho e, ao mesmo tempo, anunciam o inferno para todos. Em certo sentido, a direita tem razão quando se identifica com a tranquilidade e com a ordem. A ordem é a diuturna humilhação das maiorias, mas sempre é uma ordem – a tranquilidade de que a injustiça siga sendo injusta e a fome faminta. Se o futuro se converte numa caixa de surpresas, o conservador grita, com toda razão: "Me traíram". E os ideólogos da impotência, os escravos que se contemplam com os olhos do amo, não demoram em fazer ouvir seus clamores.

Eduardo Galeano, *As Veias Abertas da América Latina*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **15**

INTRODUÇÃO **17**

O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA E A HISTÓRIA DO TRABALHO **19**

DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR E HISTORIOGRAFIA **27**

"TRANSIÇÃO POLÍTICA" E "NOVO SINDICALISMO" **35**

REPRESSÃO ESTATAL E RETALIAÇÃO PATRONAL **45**

FONTES E CONTEÚDO DOS CAPÍTULOS **53**

CAPÍTULO I

A "ABERTURA DEMOCRÁTICA" E O "NOVO SINDICALISMO" METALÚRGICO NO VALE DO PARAÍBA: ANTECEDENTES, CARACTERÍSTICAS E PRÁTICAS (1978-1984) **61**

1.1 ANTECEDENTES DO "NOVO SINDICALISMO" EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS **64**

1.2 A GREVE DE 1979 E A FORMAÇÃO DA OPOSIÇÃO METALÚRGICA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS **76**

1.3 DA FORMAÇÃO DA OPOSIÇÃO METALÚRGICA ÀS ELEIÇÕES SINDICAIS DE 1981: A RETALIAÇÃO PATRONAL E AS DIVISÕES POLÍTICAS NO INTERIOR DO MOVIMENTO SINDICAL **89**

1.4 A OPOSIÇÃO ASSUME A ENTIDADE: EXPANSÃO, PERSPECTIVAS E DILEMAS DO "NOVO SINDICALISMO" METALÚRGICO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS **97**

1.5 O ACIRRAMENTO DAS LUTAS DE CLASSE E A EXPANSÃO DO "NOVO SINDICALISMO" NO VALE DO PARAÍBA: AS GREVES DE 1983 ..... **110**

1.6 O "NOVO SINDICALISMO" METALÚRGICO EM VOLTA REDONDA **118**

1.7 “PELEGOS” E “AUTÊNTICOS” 123

CAPÍTULO II

AS FORMAS E A EXTENSÃO DA REPRESSÃO DURANTE A “ABERTURA”: COLABORAÇÃO EMPRESARIAL-MILITAR NO VALE DO PARAÍBA PAULISTA 129

2.1 A ESTRUTURA REPRESSIVA INSTALADA PELA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR: ANTECEDENTES E PRÁTICAS 130

2.2 REPRESSÃO E DIREITOS HUMANOS: MEDIDAS DE EXCEÇÃO, VIOLAÇÕES E SITUAÇÕES REPRESSIVAS 138

2.3 A EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. A DILAPIDAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E DAS CONDIÇÕES DE VIDA SOB A DITADURA 144

2.4 COLABORAÇÃO EMPRESARIAL-ESTATAL PARA A REPRESSÃO: O CENTRO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO VALE DO PARAÍBA (CECOSE/VP) E O COMBATE À ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA DENTRO DAS FÁBRICAS. 149

2.5 REPRESSÃO E “TRANSIÇÃO” 170

CAPÍTULO III

AS OCUPAÇÕES DE FÁBRICA NA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E AS FORMAS DA REAÇÃO EMPRESARIAL-ESTATAL (1984-1987) 175

3.1 O SINDICALISMO PETISTA À FRENTE DO SMSJCR 176

3.2. AS OCUPAÇÕES DE FÁBRICA NO VALE DO PARAÍBA EM 1984 183

3.3 AS GREVES DE 1985 E A OCUPAÇÃO DA GENERAL MOTORS 201

3.4 DEPOIS DA OCUPAÇÃO: OS PROCESSOS CRIMINAIS 224

3.5 O ESTIGMA DAS DEMISSÕES POLÍTICAS 229

3.6 OS SERVIÇOS INFORMAIS DE SEGURANÇA INDUSTRIAL A SERVIÇO DA REPRESSÃO: O "BANDO DO AKIRA" E AS "MILÍCIAS PARTICULARES" 238

3.7 A REPERCUSSÃO DAS GREVES DE 1985 NO MOVIMENTO SINDICAL E NO PARTIDO DOS TRABALHADORES 245

CAPÍTULO IV

ABUTRES E URUTUS NO PAÍS DAS GREVES: A VIOLÊNCIA DO TRABALHO E A VIOLÊNCIA DO ESTADO NA NOVA REPÚBLICA (1986-1988) 253

4.1 O "NOVO SINDICALISMO" DO VALE DO PARAÍBA DIANTE DOS PROBLEMAS DA SINISTRALIDADE LABORAL E DO ADOECIMENTO RELACIONADO AO TRABALHO 254

4.2 DO PLANO CRUZADO À CONSTITUIÇÃO DE 1988: GREVES, INTERVENCIONISMO MILITAR E REPRESSÃO NA "ERA URUTU" 278

4.3 A GREVE DE NOVEMBRO DE 1988 NA CSN: O "MASSACRE DE VOLTA REDONDA" 300

CAPÍTULO V

O IMPASSE DO "NOVO SINDICALISMO" NA AURORA DO NEOLIBERALISMO (1989-1994) 317

5.1 A MORTE DE JUAREZ ANTUNES, O ATENTADO AO MEMORIAL 9 DE NOVEMBRO E AS GREVES DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1989 NO VALE DO PARAÍBA 318

5.2 A CORRIDA PRESIDENCIAL E AS LUTAS METALÚRGICAS DO SEGUNDO SEMESTRE DE 1989 EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS 333

5.3 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E SEUS ECOS SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL METALÚRGICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS 347

5.4 OS METALÚRGICOS DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS SOB O "PLANO COLLOR": RECESSÃO E RESISTÊNCIA 357

5.5 A GREVE DE 1990 NA CSN E AS DIVISÕES NO SMVR 364

5.6 O CENTRO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA E AS GREVES DE 1990 EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS 368

5.7 DO PLANO COLLOR II ÀS PRIVATIZAÇÕES DA CSN E DA EMBRAER: DESVIOS E DILEMAS SINDICAIS NO EPÍLOGO DA "TRANSIÇÃO" (1991-1994) 376

5.8 "AQUI TUDO PARECE QUE ERA AINDA CONSTRUÇÃO E JÁ É RUÍNA" 388

CONSIDERAÇÕES FINAIS 391

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ARQUIVOS PÚBLICOS E PARTICULARES 407

PERIÓDICOS 408

LIVROS, RELATÓRIOS E ARTIGOS CIENTÍFICOS 409

APRESENTAÇÃO

Passadas algumas décadas do fim da ditadura inaugurada com o golpe de 1964, o que resta de seu legado?

Formalmente, a eleição da chapa Tancredo Neves-José Sarney pelo Colégio Eleitoral em 1985 e a promulgação da Constituição de 1988 puseram fim ao regime ditatorial, porém, na prática, o seu legado perdurou e perdura nos mais diferentes aspectos da vida dos brasileiros. Essa sobrevivência transcende em muito o âmbito do pensamento e do discurso, que ganhou força em anos recentes, capaz de enaltecer a tortura ou de recorrer a eufemismos edulcorados para referir-se ao golpe de 1964 e à subsequente ditadura. Sobrevive também em leis, em instituições e em práticas. Basta lembrar que apenas em 2021 a Lei de Segurança Nacional (LSN), instituída em 1967 e modificada em 1983, foi revogada. Ainda hoje o modo com que os movimentos sociais são tratados e o assassinato de lideranças rurais são resultado da ideologia de segurança nacional, da concepção de guerra contra o inimigo interno. De todos os processos de passagem da ditadura para uma democracia formal no Cone Sul, o caso brasileiro é, sem dúvida, o que menos configurou uma ruptura e sobre o qual a sombra da ditadura mais claramente persiste. O que, pelo menos em parte, pode ser atribuído à ausência de qualquer processo criminal contra os responsáveis por torturas e assassinatos durante o regime.

Impossível não lembrar da ideia de Marx sobre a sobrevivência de formas anacrônicas de uma formação econômica-social para outra no prefácio de 1867 ao Livro I de *O Capital*, quando recorre à frase em francês: "*Le mort saisit le vif*" ("O morto agarra-se ao vivo")[1]. Anteriormente, a ideia aparece de modo semelhante no *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, mas para referir-se a outro fenômeno, ao destacar a tendência na política de então de tomar de empréstimo do passado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens[2]. Em uma forma de reencenação do passado, seja por nele buscar legitimidade, seja pela falta de uma linguagem política própria.

Em alguma medida, a persistência da legislação, de instituições e de práticas da ditadura no pós-1985 pode ser atribuída à sobrevivência, porém a recuperação de símbolos e da retórica enquadra-se na reencenação. Em um caso como no outro, parece improvável que isso tenha ocorrido sem a existência de um terreno social favorável.

Todavia, quando detectamos persistências de aspectos de um contexto em outro, é preciso estar atento para não adotar uma perspectiva de inexistência de mudança, como se, ao longo de séculos, as características da sociedade brasileira fossem sempre as mesmas, como se toda a configuração da sociedade hoje fosse o mero resultado de heranças do passado.

1 MARX, Carlos. *El Capital: Crítica de la Economía Política*, 7ª reimp., Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1975, p. XIV.

2 MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 25-28.

O hispanista francês Pierre Vilar (1906-2003) definiu como sendo o objeto da história "a dinâmica das sociedades humanas", ou seja, que o estudo da história estaria voltado para as mudanças, sem deixar, porém, de ressaltar a existência de sobrevivências e de sinalizar para a diversidade de ritmo da mudança[3].

São essas questões historiográficas cruciais que são suscitadas pelo livro de Richard Martins, ao tratar do sistema de repressão montado pelo patronato e da próxima colaboração com os órgãos de "informação", exercendo vigilância e controle sobre os trabalhadores das fábricas do Vale do Paraíba, particularmente na indústria metalúrgica, no período de 1979 a 1994. Um sistema repressivo que solenemente ignora a mudança do quadro político, institucional e legal que se opera no país a partir de 1985. Nesse processo, a questão das continuidades e rupturas nas práticas empresariais domina o estudo, com um balanço claramente pendendo para a prevalência das continuidades. Em outras palavras, a restituição de direitos políticos não ultrapassa os portões das fábricas.

Este livro, originalmente uma tese de doutorado defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2020 e considerada a melhor tese do programa naquele ano, resulta de um amplo trabalho de pesquisa em fontes muito diversificadas. Entre essas fontes, além da pesquisa bibliográfica, figuram periódicos, documentos dos órgãos de repressão, documentos sindicais, entrevistas e depoimentos, relatórios das comissões da verdade e outras. A experiência do autor na pesquisa da Comissão da Verdade dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região foi essencial para o estabelecimento de seu tema e para o desenvolvimento de sua análise.

Cabe também destacar que, apesar de centrado no caso do Vale do Paraíba, mais particularmente nas cidades de São José dos Campos e Volta Redonda, o autor não deixa de sinalizar a existência de um processo mais amplo da introdução e implementação de práticas repressivas nas fábricas tanto no Brasil, como em outros países do Cone Sul, especialmente na Argentina, onde o autor passou um período de seu doutorado.

Este livro contribui para complexificar a imagem sobre a ditadura de 1964, não somente ao mostrar os seus aspectos que perduram, mas por indicar que seu desmonte está longe de ser concluído, e que os mecanismos que arquitetou continuam a ser úteis ao capital. No entanto, este é também um estudo que lança luz sobre como os trabalhadores se estruturaram para enfrentar o aparato erguido para controlá-los, a emergência do "novo sindicalismo", mas também as dificuldades, as divisões e os impasses enfrentados pelo movimento sindical. Nele, o leitor encontrará a implementação do controle e da repressão, assim como as estratégias de resistência a ela.

O autor escreveu uma obra que desde já terá lugar de destaque na profícua nova história social do trabalho.

Claudio H. M. Batalha

3 VILAR, Pierre. *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*, Barcelona: Critica, 1980, pp. 43-47.

INTRODUÇÃO

No final da década de 1980, o Brasil havia se tornado um dos países com maior volume de greves em todo o mundo.[1] Após um período de intenso sufocamento das formas mais abertas de luta operária, a partir de 1978, as greves voltaram a mobilizar grupos cada vez maiores de trabalhadores, dando vazão às suas demandas por melhores condições de trabalho e vida, e com frequência expressando insatisfações não apenas com patrões, mas também com governos. Ao se iniciar aquele ciclo grevista, vigorava ainda o regime autoritário[2] instaurado pelo Golpe de 1964, e embora a ditadura empresarial-militar continuasse contando com o apoio ou a cumplicidade das classes dominantes, a partir de meados da década de 1970, os governos militares passaram a se ver cada vez mais desgastados, por conta de suas tensões internas, do cenário de crescente instabilidade econômica pós-"milagre" e, talvez principalmente, pela própria prática do autoritarismo escancarado.

Se havia, entre os militares, aqueles favoráveis à "abertura lenta, gradual e segura" do regime, havia também os que se recusavam a abandonar as posições e práticas consolidadas durante o período ditatorial. Mas caducavam as justificativas políticas e ideológicas para tal, principalmente após o massacre da Guerrilha do Araguaia, ainda em 1974. Com a erosão da adesão do empresariado aos governos militares, acentuada diante da redução de seus lucros e do recuo do desempenho eleitoral do partido da ditadura, enfraquecia seu principal arrimo, ao passo em que se intensificava a pressão exercida por diversos setores da sociedade pela restituição das liberdades democráticas, como indicava o movimento de luta pela anistia. Não parece exagerado afirmar, sobretudo quando se conhece o crescimento vertiginoso que a atividade grevista teria na década seguinte, que foram as mobilizações operárias, a partir das greves metalúrgicas de 1978 e 1979, as principais responsáveis por tornar irreversível o processo de agonia do regime ditatorial. Estavam em aberto, todavia, os limites e o ritmo da chamada "abertura política", e mais ainda, a própria natureza da democracia que se pretendia recuperar.

Após o impulso decisivo dado pelas famosas paralisações dos trabalhadores da região do ABC paulista, a atividade grevista em geral, bem como outras modalidades de iniciativa política dos trabalhadores, conheceram grande

1 NORONHA, Eduardo Garuti. "Greves e Estratégias Sindicais no Brasil". *In*: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de *et al* (Orgs.). *O mundo do trabalho*: Crise e mudança no final do século. São Paulo: Página Aberta, 1994, pp. 323-357.

2 Embora utilizemos com frequência as expressões "autoritarismo" e "autoritário" para designar o regime ditatorial imposto no Brasil pelo golpe de 1964, compartilhamos das reservas de Florestan Fernandes e muitos outros quanto às chamadas "teorias do autoritarismo", por entender que as práticas autoritárias não são exclusivas dos regimes de exceção; pelo contrário, "a sociedade capitalista contém toda uma rede de relações autoritárias, normalmente incorporadas às instituições, estruturas, ideologias e processos sociais, e potencialmente aptas a oscilar em função de alterações de contexto (ou, mesmo, de conjunturas adversas), tendendo a exacerbarem-se como uma forma de autodefesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras e dominantes (ao nível institucional ou ao nível global)". FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"*. São Paulo: Expressão Popular, 2019 (1979), pp. 51-52.

evolução durante os anos 1980, apesar de desigualdades e peculiaridades conjunturais, setoriais e regionais.[3] Vale destacar que, acompanhando o crescimento de indicadores como o número de ações de greve, de participantes das paralisações ou de jornadas perdidas, também ocorreram fatos marcantes no âmbito da representação política e sindical dos trabalhadores, tais como a fundação do Partido dos Trabalhadores – PT (1980) e a da Central Única dos Trabalhadores – CUT (1983). Em um contexto marcado pelo arrocho salarial, pelo desemprego e pela inflação, contingentes cada vez maiores de trabalhadores se articulavam e desenvolviam seu repertório de luta, experimentando táticas diversas e, por vezes, consideradas "radicalizadas", como era o caso das ocupações de fábricas. Se, em muitas ocasiões, conquistaram através delas acordos vantajosos, em tantas outras expuseram-se aos riscos da repressão policial e da retaliação patronal.

Pelo seu rápido desenvolvimento industrial durante o regime ditatorial e pelo peculiar interesse a ela dedicado pelos militares, a região do Vale do Paraíba[4] parece promissora no que se refere aos estudos sobre a experiência operária no período da chamada "abertura política". Em março de 1979, mais de dez mil trabalhadores metalúrgicos da área paulista do Vale, concentrados principalmente na cidade de São José dos Campos, paralisaram suas atividades em doze fábricas, "atropelando" a direção sindical da categoria (intacta desde a década de 1950), que abandonara a greve. Tinha início um intenso ciclo de lutas operárias na região, que cobriria toda a década seguinte, desencadeando exacerbada resistência, patronal e estatal. Além das centenas de trabalhadores demitidos por "justa causa", alguns deles enfrentariam processos criminais como resultado de sua atividade sindical ou de sua participação em mobilizações, em plena "redemocratização".

Neste estudo, abordaremos experiências de trabalho, organização sindical e luta política dos metalúrgicos do Vale do Paraíba durante a turbulenta década de 1980, atentando especialmente para as formas e as consequências da repressão com que se depararam. O objetivo central de nossa investigação será justamente o de recuperar as percepções da repressão e as estratégias, individuais e coletivas, mobilizadas por militantes sindicais e ativistas "de base", para superar ou escapar de seus efeitos. Na composição desse quadro, recorreremos também a fontes que permitem conhecer as diretrizes, o planejamento estratégico e a organização das atividades repressivas, que, na região de São José dos Campos, articulavam diretamente os chefes de segurança das grandes empresas ali instaladas, representantes das Forças Armadas, policiais e outros agentes estatais.

3 Para um panorama das distintas fases desse ciclo grevista, ver SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param:* Greves e mudança social no Brasil: 1945-1990 São Paulo: Ática, 1994.

4 O Vale do Rio Paraíba do Sul situa-se na área fronteiriça entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A microrregião do Vale do Paraíba Fluminense (parte da Região Sul Fluminense) tem entre suas principais cidades Volta Redonda, Angra dos Reis, Barra Mansa e Resende. A área paulista do vale corresponde à Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, cujos municípios mais populosos incluem São José dos Campos, Taubaté, Jacareí e Pindamonhangaba.

Refletindo sobre os processos de construção e reelaboração de identidades e da memória social referenciada em um período ainda candente, discutiremos as relações estabelecidas por aqueles trabalhadores entre suas experiências cotidianas (dentro e fora das fábricas, nos momentos de luta e também nos de calmaria vigiada) e o cenário político, econômico e cultural do fim da ditadura. Através da recuperação de suas experiências, pretendemos demonstrar a vigência de uma cultura política classista entre os operários do Vale do Paraíba durante a chamada "abertura política", algo que, em muitos momentos, permitiu que surgissem conexões entre lutas dispersas e conferiu um sentido de unidade a sujeitos diversos.

O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA E A HISTÓRIA DO TRABALHO

O conceito de "experiência", importante referencial de nossa investigação, foi apresentado e discutido em algumas ocasiões pelo historiador inglês E. P. Thompson. Além de compor a célebre fórmula exposta em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, que define as classes sociais enquanto fenômeno[5], a ideia de experiência também cumpre um papel fundamental nas considerações sobre os métodos e objetos do conhecimento histórico que Thompson desenvolve em *A Miséria da Teoria*, como contraponto à filosofia de Louis Althusser. Para Thompson, a categoria da experiência seria justamente o "termo ausente" na abordagem althusseriana, e essa ausência explicaria muitas de suas limitações. Vejamos:

> Os historiadores também se ocupam, em sua prática cotidiana, da formação da consciência social e de suas tensões. Nossa observação raramente é singular: esse objeto do conhecimento, esse fato, esse conceito complexo. Nossa preocupação, mais comumente, é com múltiplas evidências, cuja inter-relação é, inclusive, objeto de nossa investigação. Ou, se isolamos a evidência singular para um exame a parte, ela não permanece submissa […] ao interrogatório: agita-se, nesse meio tempo, ante nossos olhos. Essa agitação, esses acontecimentos, se estão dentro do "ser social", com frequência parecem chocar-se, lançar-se sobre, romper-se contra a consciência social existente. Propõem novos problemas e, acima de

5 "Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. […] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus." THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Trad. Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Vol. 1, p. 9.

> tudo, dão origem continuadamente à *experiência* – uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende *a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento*.[6] (grifo nosso)

A categoria da "experiência", de acordo com a metodologia proposta por Thompson, permite que o historiador se aproxime dos processos de "formação da consciência social" sem perder de vista a complexa inter-relação entre o que é vivido pelas pessoas e as formas através das quais elas formulam e expressam o que viveram. Ela se presta justamente a articular essas duas dimensões: a dos *acontecimentos* e a das *respostas mentais e emocionais* (individuais ou coletivas) que eles produzem. *Articulação* – não se trata, portanto, de erigir fronteiras precisas entre as dimensões do vivido (encarado como "fato") e do pensado (visto como "ideologia"); tampouco haveria grande utilidade em procurar estabelecer a primazia de algum dos níveis, por exemplo, buscando restabelecer os acontecimentos em sua "pureza", a partir de ideais de objetividade ou completude, que certamente seriam problemáticos. Ao atentar para a experiência, o objetivo do historiador é certamente mais modesto, e provavelmente mais rico: trata-se de identificar as lógicas, os padrões e critérios através dos quais é feita a seleção e a atribuição de valores culturais, políticos, éticos e morais, seja aos próprios acontecimentos, seja àqueles que os experimentaram, construíram identidades e produziram discursos a partir deles.

Em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Thompson havia oferecido uma formulação algo mais rígida da interação entre os níveis da *experiência* e o da *consciência* no fenômeno da formação da classe, parecendo reservar o primeiro termo para os acontecimentos (a "matéria-prima da experiência") e o segundo para as respostas que eles suscitam:

> A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. *Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe*. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes

6 THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros.* Uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.p. 15.

> que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei.[7]

Dentre as preocupações metodológicas do historiador inglês, desde *A Formação da Classe Operária Inglesa*, já estava a de escapar a um determinismo teórico que lhe impusesse de antemão uma interpretação preconcebida do que seriam "classe" e "consciência de classe". Apontava, em vez disso, no sentido da pesquisa histórica de caráter empírico e abrangente, atenta não apenas às estruturas e aos fenômenos de ordem "econômica", mas também – e, talvez, principalmente – à cultura[8], ou seja, aos "sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão":

> … parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo que, em sua totalidade, compreende a "genética" de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiências de classe peculiares) sua pressão sobre o conjunto. […]
>
> A "experiência" (descobrimos) foi, em última instância, gerada na "vida material", foi estruturada em termos de classe, e, consequentemente o "ser social" determinou a "consciência social" […], mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer "agora" "manipula" a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação.[9]

Nota-se que, para Thompson, a experiência é vivenciada, mas também *manipulada*. Essa concepção implica em compreender os sujeitos dos processos históricos como *agentes*, cujas ideias e ações não se deixam reduzir a resultantes de determinações estruturais. Tal abordagem levou o historiador

7 THOMPSON, E. P. *A Formação*… Vol. 1, p. 10. O grifo é meu.

8 "… as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos […] Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral." THOMPSON, E. P. *A Miséria*… p. 189.

9 *Ibid*., pp. 188-189.

inglês a criticar, em diversas ocasiões, as tentativas de dedução ou derivação teórica dos conceitos de "classe" e "consciência de classe" a partir da estrutura da formação social capitalista, esforços que caracterizou como resultado de uma situação em que "a teoria prevalece sobre o fenômeno histórico que se propõe teorizar".[10] Esse tipo de operação, que Thompson reconhece haver sido largamente difundida por diversas correntes do pensamento marxista, resultaria de uma compreensão estática (e não fenomenológica, processual) do que seria a classe: "de um modelo estático de relações capitalistas de produção são extraídas as classes que lhes devem corresponder e a 'consciência' que deve corresponder às classes e à sua respectiva inserção"; a formulação teórica é então utilizada como substitutivo, ou mesmo como refutação do "processo histórico empírico real da formação da classe", e as manifestações efetivamente produzidas nesses processos passam a ser tratadas como uma "falsa consciência", sempre que não coincidem com aqueles pressupostos teóricos estáticos.[11]

Ao analisar as formulações sobre o conceito que aparecem, sobretudo, em *A Miséria da Teoria*, Perry Anderson percebe que Thompson considera a experiência como "categoria central (…) [de] sustentação para o tratamento da noção de agência", mas que não apresenta uma definição unívoca do conceito, havendo pelo menos dois conteúdos distintos descritos como "experiência" pelo autor. Em diferentes formulações de Thompson, o termo diria respeito tanto (I) à "reação mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a diversos eventos inter-relacionados ou a diversas repetições do mesmo tipo de evento", quanto (II) a um "necessário termo intermediário entre o ser social e a consciência social", de modo que a experiência (objetiva) é ela própria *tratada* (subjetivamente), de tal forma que, ainda que esse tratamento esteja estruturado em formas de classe, suas expressões e seus resultados não podem ser determinados de antemão.[12]

Anderson associa as variações no conteúdo do conceito aos sentidos que a palavra "experiência" carrega em seu uso comum, podendo remeter tanto à "uma ocorrência ou episódio como vivido pelos participantes, a textura

10 THOMPSON, E. P. "Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência'". *In*: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva (Orgs.). Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 270.

11 *Ibid*., pp. 271-272. E adiante: "Suponho que ninguém possa pensar, por tudo isso, que eu corrobore a ideia de a formação da classe ser independente de determinações objetivas, nem que eu sustente que classe possa ser definida como simples fenômeno cultural, ou coisa semelhante. Isso seria, creio, desmentido pela minha própria prática de historiador, como pela de muitos outros. Resta o fato de essas determinações objetivas pedirem um exame muito escrupuloso. Todavia, […] nenhum exame das determinações objetivas e, mais do que nunca, nenhum modelo eventualmente teorizado podem levar à equação simples de uma classe com consciência de classe. A classe se delineia segundo o modo como homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do '*conjunto* de suas relações sociais', com a cultura e as expectativas a elas transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. De tal sorte que, afinal, nenhum modelo pode dar-nos aquilo que deveria ser a 'verdadeira' formação de classe em um certo 'estágio' do processo. Em uma análise comparativa, o modelo tem apenas valor heurístico, passível de geralmente redundar em perigo dada sua tendência em direção a uma estase conceitual. Na história, nenhuma formação de classe específica é mais autêntica ou mais real que outra. As classes se definem de acordo com o modo como tal formação acontece efetivamente". Os grifos são de E. P. Thompson.

12 ANDERSON, Perry. *Teoria, política e história*: Um debate com E. P. Thompson. Trad. Marcelo Cizaurre Guirau. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018, p. 38.

subjetiva de ações objetivas", quanto ao processo de aprendizado que resulta destas ocorrências, "uma alteração subjetiva capaz de modificar ações objetivas posteriores", ou um *saber por experiência*.[13] Entretanto, de um ponto de vista epistemológico, o historiador pontua que não há quaisquer garantias de que um conhecimento produzido por experiência seja válido, e tampouco de que uma mesma experiência conduza necessariamente a conclusões idênticas. Conforme Anderson, "a experiência como tal é um conceito *tous azimuts*, que pode apontar em qualquer direção. Eventos idênticos podem ser vividos por agentes que tiram deles conclusões diametralmente opostas".[14] Assim, somente a segunda formulação thompsoniana (II), pela qual a experiência "permanece um setor objetivo do 'ser social', que é, assim, processado ou 'tratado' pelo sujeito a fim de gerar uma 'consciência social' específica", seria epistemologicamente segura, contanto que recusemos a identificação inconsciente entre experiência, percepção e aprendizado. Sempre segundo Anderson, para tornar a categoria operacional:

> O que se faz necessário [...] é o esclarecimento *conceitual* dos bem diferentes sentidos e formas da "experiência", e o estudo empírico das respectivas variações históricas abarcadas por cada um deles. Esse termo não é, em si mesmo, nenhum talismã – nem de verdade, nem de falsidade; nem de avanço, nem de regressão.[15]

Embora reconheçamos a pertinência da exigência de rigor conceitual apresentada por Anderson, a riqueza da noção elaborada por Thompson parece residir justamente na *articulação* entre os distintos níveis que o conceito engloba, uma vez que a experiência é tanto *vivenciada* quanto *manipulada*. Em ambos os níveis, esse processo é atravessado pelas lutas de classes, que estruturam percepções, aprendizados e as práticas implementadas a partir de ambos – a *agência* –, sem, contudo, determiná-las integralmente (como tanto Anderson quanto Thompson pontuam). Assim compreendido, o conceito permite que o historiador se aproxime dos processos de "formação da consciência social" sem perder de vista a complexa interrelação entre o que é vivido pelas pessoas e as formas através das quais elas interpretam e expressam o que viveram. O estudo de uma experiência de classe deve, portanto, situá-la no espaço e no tempo, na formação social específica da qual ela emerge (e sobre a qual poderá exercer influências e mesmo promover modificações), e tratar de identificar as lógicas, padrões e critérios através dos quais é feita a

13 *Ibid.*, p. 39.

14 *Ibid.*, p. 41.

15 *Ibid.*, pp. 42, 68.

seleção e a atribuição de valores culturais, políticos, éticos e morais, seja aos próprios acontecimentos, seja àqueles que os experimentaram, construíram identidades e produziram discursos a partir ou acerca deles.

Afastando-nos da questão epistemológica levantada por Anderson sobre a validade do conhecimento produzido pela experiência, optamos por empregar o conceito privilegiando sua dimensão subjetiva, a partir das *percepções* dos agentes.

Evidentemente, só podemos ter acesso a essas percepções interrogando aquilo que emerge dos discursos e das representações sobre as experiências, tais como formulados por aqueles que as vivenciaram. Nesse sentido, as percepções subjetivas se manifestam através de toda uma série de procedimentos discursivos (expressões do tratamento da experiência ao qual se referia Thompson), tais como tópicos recorrentes, estruturas narrativas, estabelecimento de nexos causais, valorações e omissões. Sua identificação e compreensão permitem que nos aproximemos do nível em que se materializa a articulação entre experiência e cultura, posto que esses discursos e essas representações são elaborados a partir de pontos de vista e trajetórias específicas, de vivências particulares de acontecimentos complexos, e em constante (embora raramente explícito) diálogo com a formação cultural de seus autores.[16]

Ao levantarmos o problema do caráter discursivo[17] das fontes, retomamos um debate que marcou o campo da história social do trabalho, sobretudo na década de 1980, e que levou seus praticantes a reconhecerem, se não uma crise da história do trabalho, ao menos a necessidade de aprofundar os questionamentos quanto às suas escolhas teóricas e as limitações ou os vícios que delas podiam decorrer. A maioria das críticas direcionadas à "nova história do trabalho" (uma das designações da corrente historiográfica referenciada nos trabalhos elaborados nas décadas de 1960 e 1970 por E. P. Thompson e Eric Hobsbawm, entre outros) partia da ideia de que, por mais que aqueles autores tivessem se esforçado por desenvolver uma metodologia que escapasse às amarras do "determinismo econômico", colocando em evidência certa autonomia dos fenômenos culturais, eles permaneciam presos a definições

16 Como veremos a seguir, principalmente a partir dos anos 1980, a "nova história do trabalho" (da qual Thompson foi um dos expoentes) e os conceitos desenvolvidos a partir dessa abordagem sofreram críticas radicais. Joan W. Scott sintetizou algumas delas de maneira esclarecedora em um artigo de 1991, que trata justamente da categoria da experiência. Pode ser conveniente antecipar algumas das ponderações da autora sobre os problemas que decorrem do estabelecimento da experiência como algo "externo" aos discursos, e mesmo como conceito fundacional do conhecimento histórico: "Mesmo entre aqueles historiadores que não compartilham [...] das ideias sobre a objetividade ou a qualidade contínua da escrita da história, a defesa da 'experiência' funciona de maneira similar: ela estabelece um reino da realidade fora do discurso, dando autoridade ao historiador que o acessa. A evidência da experiência funciona como alicerce, providenciando tanto um ponto de partida quanto um tipo conclusivo de explicação, para além do qual poucas questões podem ou precisam ser colocadas. Contudo, são precisamente as questões excluídas – questões sobre discurso, diferença e subjetividade, assim como sobre o quê conta como experiência e quem pode determiná-lo – que nos possibilitariam historicizar a experiência, e refletir criticamente sobre a história que construímos acerca dela, em vez de tomá-la como premissa." SCOTT, Joan W. "The Evidence of Experience". *Critical Inquiry,* Illinois – University of Chicago Press, Vol. 17, nº 4, pp. 773-797, 1991. Citação da p. 790. Trad. minha.

17 Joan Scott formula o problema nos seguintes termos: "Uma vez que o discurso é, por definição, compartilhado, a experiência é coletiva assim como individual. A experiência pode tanto confirmar o que já se sabe (nós vemos o que aprendemos a ver) quanto contrariar pressupostos (quando diferentes significados estão em conflito, reajustamos nossa visão para levar o conflito em conta ou para resolvê-lo – este é o significado de 'aprender com a experiência', embora nem todos aprendam a mesma lição ao mesmo tempo ou da mesma maneira). A experiência é a história de um sujeito. A linguagem é o lugar da representação da história. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas". *Ibid*., p. 793. Trad. minha.

materialistas ou marxistas (como "classe" e "meios de produção") consideradas rígidas demais ou simplesmente equivocadas por seus críticos revisionistas.

Esses questionamentos tomaram forma ainda mais radical quando elaborados por autores teoricamente afiliados ao pós-estruturalismo, que propunham romper com abordagens que consideravam culpadas de um "positivismo epistemológico". Ao invés disso, propunham que a agenda de pesquisa da história do trabalho adotasse uma "virada linguística", assumindo os discursos como instância definidora das experiências, em detrimento de conceitos extraídos da esfera socioeconômica.[18] Historiadoras feministas, por sua vez, frequentemente destacaram que a "nova história do trabalho", embora tivesse o mérito de haver reconhecido o papel das mulheres trabalhadoras como agentes de sua própria história, vinha se mostrando incapaz de lidar corretamente com as questões de gênero, ao tratar a experiência dessas trabalhadoras como algo compartimentalizado, menos central ou menos completo que a experiência masculina, encarada como modelar. Para Lenard Berlanstein, não era fortuito que tais críticas tivessem tomado corpo ao longo da década de 1980:

> Por que os desafios à nova história do trabalho se tornaram tão potentes? Sua crise coincide nitidamente com a crise mundial da esquerda e da política trabalhista – e por uma boa razão. As questões que orientam o campo dizem respeito ao que não aconteceu – a criação de um movimento operário majoritário, com consciência de classe, que fosse capaz de impor uma nova ordem sociopolítica. A escrita da história do trabalho é inevitavelmente influenciada por opiniões quanto à possibilidade ou à conveniência desse desfecho. […] Recentemente, o colapso do Comunismo, o encanto aparentemente universal com o mercado como libertador, e a força das identidades étnicas sobre as de classe não dão crédito ao papel da classe operária como agente de transformação. Ao mesmo tempo, os crescentes movimentos feministas jogaram dúvidas sobre as pretensões de uma esquerda dominada por homens em falar pela emancipação de todas as pessoas. As mudanças no clima político impõem aos historiadores que se perguntem se eles estiveram formulando as questões corretas.[19]

18 "Os pós-estruturalistas querem que os historiadores reconheçam que não há referente externo para os conceitos que usam. Pelo contrário, o significado é socialmente construído. Há sempre conflito quanto ao significado, e qualquer significado é inerentemente instável porque surge da supressão de outras possibilidades". BERLANSTEIN, Lenard R. (Ed.) *Rethinking labor history*: essays on discourse and class analysis. Chicago: University of Illinois Press, 1993. p. 6. Trad. minha.

19 *Ibid*., p. 5. Trad. minha.

Reconhecendo a pertinência dessas polêmicas teóricas para o próprio desenvolvimento do campo da história social do trabalho, na construção de nosso objeto de estudo, optamos por adotar uma posição que reforçasse as possibilidades de síntese entre as abordagens materialistas e as de seus críticos, em detrimento de insistir sobre suas divergências. Nesse sentido, seguimos à nossa maneira uma sugestão formulada noutro debate por Batalha, Silva e Fortes, para quem os dualismos teóricos estéreis devem ser evitados, pois:

> […] divisão e unidade coabitam a classe, não se excluem, e a análise da relação entre os dois aspectos deve ser sempre contextualizada e submetida à lógica da mudança histórica. Em outras palavras, devemos dar conta da diversidade das atitudes sociais de acordo com sua variabilidade no tempo, sem deixar de abordar também os mecanismos inte(g)rativos que dão forma e conteúdo a valores culturais compartilhados. Afinal, tanto elementos sociais e culturais desagregadores quanto estratégias de resolução ou atenuação dos conflitos em busca de unidade fazem parte das experiências vividas pelas coletividades operárias.[20]

Ao lidar com o caso do operariado do Vale do Paraíba durante a "transição política" dos anos 1980, buscaremos identificar os sentidos percebidos pelos trabalhadores que tomaram parte em experiências de organização e luta naquele contexto – e que, por conta disso, tiveram de enfrentar a retaliação patronal-estatal –, bem como as razões e os referenciais que ampararam tais percepções. Interessa-nos, ainda, verificar em que medida esses parâmetros foram construídos ou reelaborados, de maneira individual, coletiva ou mesmo classista.

Além disso, a literatura sobre a história do trabalho nos aponta a importância de levar em conta os diversos aspectos da experiência de vida dos trabalhadores, cuja existência, evidentemente, está longe de se resumir à fábrica ou ao "mundo do trabalho". Se estamos interessados em suas percepções da repressão, é certo que precisamos olhar para o ambiente fabril, onde boa parte de suas lutas transcorreram; também é evidente que fenômenos de ordem econômica (como o arrocho salarial e o desemprego) fizeram parte de suas preocupações e foram motivadores explícitos de muitas dessas lutas. Mas não é menos certo que aspectos relacionados à esfera da cultura – uma "metade completa"[21] da experiência, como dizia Thompson –, tais como identidades étnicas e de gênero, religiosidades, relações de parentesco, hábitos alimen-

20 BATALHA, Claudio Henrique de Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 15. Grifo meu.

21 THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*… p. 189.

tares, vestuário, moradia, lazer, sexualidade, entre outros, podem iluminar as formas através das quais os trabalhadores organizavam seus discursos sobre suas experiências, incluindo a repressão e suas estratégias para superá-la.

DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR E HISTORIOGRAFIA

As investigações acadêmicas acerca do regime ditatorial imposto pelo golpe de 1964 floresceram especialmente a partir de meados da década de 1970, muito embora algumas importantes reflexões a respeito de seus significados sociais e políticos, assim como dos fatores e das causas que haviam levado à sua instauração, tenham emergido ainda nos anos 1960. Entre as questões que animaram esses estudos iniciais, uma das mais importantes tinha relação direta com os mundos do trabalho. Diante da magnitude da repressão ditatorial, bem como da aparente debilidade das iniciativas de resistência popular, cientistas sociais puseram-se a buscar explicações para a derrota, formulando uma visão segundo a qual os trabalhadores teriam permanecido paralisados ou apáticos diante do golpe. As razões que haviam levado a classe trabalhadora a tal passividade foram identificadas no "populismo" das décadas anteriores, na subordinação das lideranças operárias à estrutura sindical varguista e na política conciliadora do Partido Comunista Brasileiro (PCB).[22]

Em um texto recente de balanço historiográfico, Larissa Corrêa e Paulo Fontes identificaram a influência dessa interpretação como um fator importante para que, durante décadas, os temas do trabalho, dos trabalhadores e do movimento sindical tenham permanecido "à margem dos estudos sobre ditadura no Brasil".[23] Como apontam os autores, mesmo o ascenso grevista a partir de 1978 não teve como resultado uma alteração imediata da agenda de estudos de modo a reverter aquele quadro: se muitos cientistas sociais dedicaram-se a compreender os fenômenos do chamado "novo sindicalismo" e os "novos movimentos sociais" – categorias mais tarde revistas e problematizadas – que lhes eram contemporâneos, "as greves da redemocratização parecem ter inspirado os historiadores a analisar um outro período de suposta autonomia e prevalência das práticas classistas – o início do século XX, em particular a atuação dos anarquistas e sindicalistas revolucionários". Ainda de acordo com Corrêa e Fontes:

22 Ver, entre outros, RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966; RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento social no Brasil*. São Paulo: Edições Simbolo, 1979 (1º ed. 1968); WEFFORT, Francisco Corrêa. "Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do após-guerra". *Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 4, p. 65-105, 1973; SOUZA MARTINS, Heloísa. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1979.

23 CORRÊA, Larissa; FONTES, Paulo. "As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar". *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, 2016. A citação é da p. 132.

> […] o caráter repressivo e controlador do regime, que praticamente procurava tornar os sindicatos brasileiros uma extensão do Estado, pode ter dado a impressão de que não havia nada de interessante a ser estudado naquele período, salvo as esparsas manifestações de resistência por parte da classe trabalhadora. Dessa forma, a ideia de que o sindicalismo brasileiro adormeceu em 1964, teve um espasmo em 1968 e acordou agitado dez anos depois – quando o chamado "novo sindicalismo" emergiu – ainda permanece, embora alguns trabalhos publicados na última década tenham começado a desconstruir essa ideia.[24]

Ao passo em que a historiografia privilegiava o estudo de outros fenômenos e segmentos sociais (organizações de resistência armada, movimento estudantil, intelectuais e artistas), a reboque da intensa produção memorialística que acompanhou a chamada "abertura política", insinuava-se, de maneira cada vez mais contundente, uma interpretação segundo a qual os trabalhadores também teriam uma parcela de responsabilidade pela ditadura, por (supostamente) não haverem sido capazes de oferecer resistência, ou mesmo por conta de uma (também suposta) cumplicidade da "sociedade brasileira" (tratada como homogênea) com o regime ditatorial. Em sentido similar, também ganhou relevo uma visão que responsabilizava as esquerdas do período pela implantação da ditadura, uma vez que a militância trabalhista e, especialmente, a comunista não possuíam firmes "convicções democráticas" (eufemismo para a acusação, às vezes explícita, de que eram tão "golpistas" quanto os militares), em uma reedição da "teoria dos dois demônios" largamente aplicada para interpretar a violência política na Argentina das décadas de 1960 e 1970, malgrado suas evidentes inconsistências e seus limites.[25] Ainda que nem sempre tenha sido esse seu intuito, tal narrativa historiográfica, referenciada, por exemplo, nos trabalhos de Jorge Ferreira[26] e Daniel Aarão Reis[27], acabou contribuindo para "reabilitar a mitologia criada por aqueles

24 *Ibid*., pp. 138, 139.

25 Para uma crítica da "teoria dos dois demônios" e de seus usos políticos no contexto argentino, ver FRANCO, Marina. "La 'teoría de los dos demónios' en la primera etapa de la posdictadura". *In*: FELD, Claudia; FRANCO, Marina (Orgs.). *Democracia, hora cero*. Actores, políticas y debates en los inicios de la posdictadura. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015, pp. 23-80.

26 FERREIRA, Jorge. "O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964". *In*: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Vol. 3, pp. 343-404.

27 AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005 (2000).

que assaltaram o poder em 1964, segundo a qual a intervenção militar se fez por 'exigência do povo brasileiro'".[28]

As polêmicas suscitadas por essa historiografia têm se desdobrado em uma série de controvérsias, que vão do caráter político e social do golpe de 1964 e suas bases de sustentação à nomenclatura adequada ao regime e suas periodizações. Especialmente a partir dos anos 2000, uma parcela significativa dos historiadores e cientistas sociais interessados no tema passaram a se valer da expressão "civil-militar" para qualificar o golpe e a ditadura, nem sempre com as mesmas intenções. Enquanto, para alguns, a adição do termo *civil* pretendia indicar a participação de membros de segmentos não-militares específicos (a saber, latifundiários, industriais, representantes do capital financeiro e dos grandes conglomerados midiáticos) na articulação do golpe e na condução/sustentação do regime, na linha aberta pelos trabalhos de René Armand Dreifuss[29], para outros, como Aarão Reis, a expressão serviu para reforçar a já mencionada ideia de um consenso socialmente estabelecido em torno do regime autoritário, manifesto em "cumplicidades" e "apoios [...] extensos e consistentes"; a repressão ditatorial contra a esquerda revolucionária que pegara em armas (ainda segundo o historiador, não para resistir, mas para "destruir o capitalismo como sistema"), afinal, ocorreu "sob os olhares complacentes ou indiferentes das grandes maiorias".[30]

Para sustentar seu argumento, Aarão Reis dá como exemplo as "Marchas da Família com Deus pela Liberdade" (1964), a popularidade do presidente general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e as votações recebidas pelo partido oficial da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), até 1978.[31] Todos os exemplos, contudo, não resistem a uma avaliação crítica, sobretudo diante de dados empíricos e evidências documentais que têm sido habilmente mobilizadas por outros historiadores, como Demian Melo.[32] Não se trata de negar o "sentimento ufanista" que aflorou no período[33], e tampouco que a ditadura tenha obtido entre as classes populares e médias certo grau de consenso em torno a seu projeto de dominação, uma vez que nenhum regime é capaz de se sustentar sempre e apenas através da coerção. Mas devemos ter em mente que os governos ditatoriais contavam com uma série de recursos para influenciar opiniões e angariar adesão política: o controle do aparelho de Estado, uma imponente máquina propagandística, o apoio ativo das clas-

28 MELO, Demian Bezerra de. "O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão". *In*: MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia*: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp. 157-188. A citação é da p. 168.

29 DREIFUSS, René A. *1964: A Conquista do Estado*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981; *Idem*. *O Jogo da Direita na Nova República*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

30 AARÃO REIS, Daniel. "Ditadura, anistia e reconciliação". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 171-186, jan./jun. 2010. A citação é das pp. 174-176.

31 *Ibid*., p. 174.

32 Uma síntese pode ser vista em MELO, Demian B., *Op. cit.*, pp. 168-173.

33 CORRÊA, L.; FONTES, P., *Op. cit.*, p. 143

ses dominantes, a conivência do imperialismo norte-americano[34], e ainda, um cenário econômico favorável (o do chamado "milagre", que se produziu às custas da superexploração, da repressão e dos ataques aos direitos dos trabalhadores, vale lembrar[35]). E, apesar de tudo isso, o consenso obtido pela ditadura entre as classes populares parece haver sido predominantemente passivo, e não pôde prescindir de uma "dose cavalar de coerção".[36]

A adesão empresarial ao regime ditatorial e seu caráter de classe, por outro lado, estão solidamente demonstrados, por autores de variadas afiliações teórico-metodológicas.[37] Inspirados pelas investigações de Dreifuss, trabalhos mais recentes, como os de Pedro Henrique Pedreira Campos[38], Renato Luís do Couto Neto e Lemos[39] e Marcelo Almeida de Carvalho Silva[40] têm indicado as articulações, práticas, os interesses e as estratégias compartilhadas por segmentos da burguesia nacional e da burocracia militar a partir da análise da ação empresarial e das políticas econômicas implementadas no período, bem como da atuação de representantes dos interesses patronais, "intelectuais orgânicos" das classes dominantes, no seio dos governos ditatoriais e/ou em organismos extraestatais, inclusive no planejamento e na execução de ações repressivas. O tema da colaboração empresarial-militar com vistas à repressão contra o movimento operário e as organizações oposicionistas, que também discutiremos neste trabalho, ganhou destaque no contexto da instauração da Comissão Nacional da Verdade (2011-2014), impulsionando debates acadêmicos e políticos que têm apontado no mesmo sentido. Tendo em conta essa literatura, bem como as evidências coletadas ao longo de nossa pesquisa e

34 PARKER, Phyllis R. *1964*: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março. Trad. Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

35 HUMPHREY, John. *Fazendo o "milagre"*: Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Trad. Maria Augusta Fonseca. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1982; SINGER, Paul. *A crise do "milagre"*: interpretação crítica da economia brasileira. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Corpos para o Capital*: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2019, pp. 95-112.

36 COUTINHO, Carlos Nelson. "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira". *In*: COUTINHO, C. N. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 191-219; MELO, Demian Bezerra de. "Ditadura 'civil-militar'?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente". *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon/PR, vol. 27, p. 39-53, 2012; *Idem*, "O Golpe de 1964…", p. 170.

37 Além dos já mencionados trabalhos de René A. Dreifuss, ver, entre outros, IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019 (1981); FERNANDES, Florestan. *A Ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982; GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987; NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2015 (1991); CHASIN, José. *A miséria brasileira*: 1964-1994 – do golpe militar à crise social. Santo André/SP: Ad Hominen, 2000.

38 CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais*: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar. Niterói: EDUFF, 2014.

39 LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. "O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro (1964-1967)". *Anais do IX Simpósio Nacional Estado e Poder: Gramsci e a Pesquisa Histórica*. Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), outubro de 2016, p. 148-162; LEMOS, R. L. C. N. "O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós-1964". *In*: MARTINS, Maria de Sousa Neves; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (Orgs.). *Política Econômica nos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2018. p. 71-102.

40 SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. *As práticas de normalização da violência operacionalizadas pela Volkswagen do Brasil na ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Tese (Doutorado em Administração). Rio de Janeiro, PUC-RJ, 2018.

que serão apresentadas no decorrer deste trabalho, adotamos a designação *ditadura empresarial-militar*, cujo conteúdo é mais preciso.

Os marcos cronológicos da ditadura, e em especial, sua data de encerramento, também têm sido alvo de polêmica. Se, para muitos cientistas sociais e historiadores, como Eliézer Rizzo de Oliveira[41] e Renato Lemos[42], a discussão visa o refinamento dos referenciais analíticos, de modo a fomentar um tratamento mais rigoroso das especificidades de cada fase ou conjuntura do regime ditatorial, em outros casos, a querela escamoteia expedientes que vão no sentido de relativizar as práticas autoritárias do regime, encurtando arbitrariamente sua duração. Daniel Aarão Reis, mais uma vez, esteve entre os formuladores dessas propostas alternativas de periodização, apontando o ano de 1979 como o fim do período ditatorial, por conta da revogação do Ato Institucional nº 5 e da aprovação da Lei de Anistia. Embora, segundo o autor, tais mudanças não configurassem propriamente uma redemocratização, algo que só ocorreria em 1988, com a substituição da Constituição imposta em 1967 por uma nova, Aarão Reis se contradiz ao afirmar que, já em 1979, o Brasil teria retornado a um "Estado de direito – ainda precário" e que "a ditadura aberta já não existia mais".[43] Como se percebe, a periodização proposta pelo historiador é problemática, porque nubla o caráter do "período de transição"[44], e beira o paradoxal ao sustentar que ele transcorreu sob a vigência de um Estado de direito. Da proposição de que a partir de 1979 não mais havia uma "ditadura aberta" à caracterização de uma longa fase do regime autoritário (ou de todo ele) como uma "ditabranda", a distância não é grande. Aarão Reis tem o mérito de não a haver transposto, mas outros o fizeram.[45]

Compreendemos que a ditadura empresarial-militar se inaugura com o Golpe de 1964 e perdura até 1985, quando a Presidência da República volta a ser exercida por civis, sem negligenciar o fato de que as eleições indiretas daquele ano configuraram uma evidência (entre muitas) de que o país permanecia sob um regime excepcional, algo que não se alteraria antes da promulgação da Constituição de 1988. Podemos questionar, como faremos ao longo deste trabalho, o caráter precário da democracia estabelecida pela "Constituição cidadã", que, apesar de reconhecer e estabelecer uma série de importantes direitos sociais, não ultrapassou uma concepção de democracia mais atenta aos procedimentos de escolha de autoridades do que ao regime de organização da vida pública. Nesse sentido, a transição política controlada pelas classes dominantes não deu origem a um Estado essencialmente

41 OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor*: Forças Armadas, transição e democracia. Campinas, Papirus: 1994.

42 LEMOS, R. L. C. N. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

43 AARÃO REIS, D. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*..., p. 47.

44 *Ibid*., p. 9. Trataremos do tema da "transição política" e de suas subperiodizações, do arcabouço conceitual mobilizado nesse debate e dos problemas teórico-metodológicos que ele suscita na seção seguinte desta introdução.

45 Sobre o tema, ver TOLEDO, Caio Navarro de. "1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo". *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, nº 19 p. 27-48, 2004; SILVA, Carla Luciana. "Imprensa e construção social da 'ditabranda'". *In*: MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia*: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp. 189-207.

distinto, mantendo-se, nos termos de Florestan Fernandes[46], o caráter *autocrático-burguês* da dominação que esse Estado sustenta, mesmo sob uma institucionalidade formalmente democrática.[47] Em nosso estudo, trataremos dos traços de permanência e de adaptação de alguns expedientes característicos dessa dominação, no contexto da "transição pactuada".

A historiografia mais profícua a respeito dos mundos do trabalho sob a ditadura vem questionando as interpretações clássicas que haviam conduzido a um "apagamento" da história da classe trabalhadora no período, evitando, igualmente, as teses revisionistas que, em maior ou menor grau, acabaram por servir aos apologistas do regime autoritário. Tal como apontam Corrêa e Fontes[48], desde meados da década de 1990, diversos estudos contribuíram para derrubar os modelos que reduziam ao "populismo" ou ao "cupulismo" a experiência operária e sindical do período anterior ao golpe, identificando formas de agência e resistência desenvolvidas por trabalhadoras e trabalhadores naquele contexto, bem como no dos primeiros anos da ditadura. Ao fazê-lo, contribuíram também para matizar as interpretações pioneiras sobre o "novo sindicalismo"[49], indicando que muitos dos elementos apontados como constituintes da originalidade do fenômeno tinham claros precedentes e mesmo traços de continuidade com as experiências operárias gestadas em contextos anteriores. Nessa seara, destacam-se as contribuições de Antonio Luigi Negro[50], Fernando Teixeira da Silva[51] e Marcelo Badaró Mattos[52], além do próprio Paulo Fontes[53].

Mais recentemente, esse quadro vem sendo complementado por abordagens que buscam dar conta da diversidade das memórias e identidades, relações e práticas estabelecidas pela classe trabalhadora sob o autoritarismo, ampliando o escopo das experiências, categorias e regiões analisadas.[54] Estimuladas pelas investigações promovidas pelas comissões da verdade setoriais e locais instaladas ao redor do país, essas pesquisas contribuíram para uma compreensão aprofundada acerca de questões que, até então, haviam

46 FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil:* Ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987 (1975).

47 MACIEL, David. *De Sarney a Collor:* Reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). São Paulo: Alameda/ Goiânia: Funape, 2012.

48 CORRÊA, Larissa; FONTES, Paulo. *Op. cit.*, pp. 138-141

49 Trataremos brevemente dessa literatura na seção seguinte desta Introdução.

50 NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de Montagem*. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2004.

51 SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

52 MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

53 FONTES, Paulo. *Trabalhadores e Cidadãos*: Nitro Química: a Fábrica e as Lutas Operárias nos Anos 50. São Paulo: Editora Anna Blume, 1997.

54 Ver, entre outros, ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Osasco 1968*: A greve no feminino e no masculino. Tese (Doutorado em História), FFLCH/Usp. São Paulo, 2012; RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política*: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973). Tese (Doutorado em História), Centro de Pesquisa e Documentação, FGV. Rio de Janeiro, 2015; DELLAMORE, Carolina. "(Re)compondo memórias de um Operário Padrão durante a ditadura militar". *In*: AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália; DELLAMORE, Carolina. (Org.). *A ditadura aconteceu aqui*: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 107-128.

sido praticamente negligenciadas pela historiografia, a exemplo do tema da sinistralidade laboral, tratado no estimulante estudo de Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva.[55] Além disso, se tem buscado um entendimento mais refinado da atuação e das disputas travadas pelos trabalhadores, inclusive no âmbito de instituições estatais, como o da Justiça do Trabalho, investigada por Larissa Corrêa e Vinicius de Rezende, entre outros.[56] As políticas ditatoriais para a classe trabalhadora, por sua parte, também têm merecido consideração mais atenta. Trabalhos como o de Heliene Nagasava demonstraram que não devemos compreender o Estado ditatorial como uma entidade monolítica e imperturbável, e que é necessário dedicar atenção às disputas concretas entre diversas propostas e concepções de sindicalismo, uma vez que a coerção e a cooptação não eram os únicos expedientes à disposição da ditadura para lidar com a classe trabalhadora.[57]

O presente trabalho se ampara nessa literatura, colocando em análise, para os contextos da crise da ditadura e da "transição política", menos abordados pela historiografia do trabalho, problemas teóricos e empíricos que, mais frequentemente, foram discutidos em estudos dedicados aos primeiros anos do regime autoritário e/ou ao período que antecedeu sua instalação. O recorte cronológico, portanto, é um dos aspectos que distinguem nossa pesquisa em relação a essa historiografia e a outros trabalhos que trataram do operariado metalúrgico, alguns dos quais serão retomados adiante. A respeito do Vale do Paraíba, recorte geográfico desta investigação, há uma bibliografia crescente, que inclui valiosos estudos dedicados aos trabalhadores, mas que geralmente se restringiram a categorias, cidades ou empresas específicas.[58]

55 SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Corpos para o Capital*: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2019.

56 CORRÊA, L. "A 'rebelião dos índices': Política salarial e Justiça do Trabalho na Ditadura Civil-Militar (1964-1968)". *In*: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. (Orgs.) *A Justiça do Trabalho e sua história:* os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 263-300; REZENDE, Vinícius de. *Vidas Fabris*: Trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980). São Paulo: Alameda, 2017.

57 NAGASAVA, Heliene. *O Sindicato que a ditadura queria*: o Ministério do Trabalho no Governo Castelo Branco (1964-1967). Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

58 Uma das investigações pioneiras foi a de Sonia Maria de Avelar, cobrindo o período anterior ao golpe de 1964 e dedicada aos operários do ramo têxtil, à época o mais dinâmico da região. AVELAR, Sonia M. de, *The social basis of workers' solidarity*: a case study of textile workers in São José dos Campos, Brazil. Tese (doutorado) – University of Michigan, 1985. 2 Vol. Tratando da categoria metalúrgica em São José dos Campos, temos os trabalhos mais recentes de MEDEIROS, Mônica. X. *Bom mesmo é ser metalúrgico*: vivências de trabalhadores metalúrgicos na cidade de São José dos Campos –SP. Dissertação (Mestrado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006; e GUERRA, Caio César da Silva. *"Mais vale um ano de leão que cem anos de cordeiro"*: Trajetórias dos metalúrgicos de São José dos Campos. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Unicamp, 2015. A respeito dos trabalhadores de Volta Redonda, a bibliografia é ainda maior. Destacamos: DINIUS, Oliver. *Brazil's steel city*: developmentalism, strategic power and industrial relations in Volta Redonda, 1941-1964. Stanford, California: Stanford University Press, 2010; SILVA, Eduardo Ângelo. *"Arigós" e "peões" na "Cidade do Aço"*: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda, RJ, 1970-1980). Dissertação (Mestrado em História). Seropédica: UFRRJ, 2010; ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. Projetos católicos e movimentos sociais: A Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda (1966-2010). Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013; e SILVA, Leonardo Ângelo. *Volta Redonda em Preto e Branco*: Trabalho, Desenvolvimentismo e Relações Raciais (1946-1988). Tese (Doutorado em História). Seropédica: UFRRJ, 2019. Tratando especificamente dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional, a maior empresa instalada na área fluminense do Vale, recomendamos as obras dos cientistas sociais Regina Morel, Wilma Mangabeira e Edílson Graciolli: MOREL, Regina. *A ferro e fogo*: Construção e crise da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941-1968). Tese (Doutorado em Sociologia). USP, São Paulo, 1989; MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do Novo Sindicalismo*: democracia e política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993; GRACIOLLI, Edílson José. *Um caldeirão chamado CSN*: Resistência operária e violência militar na greve em 1988. 2ª Ed. Uberlândia: EDUFU, 2009.

Embora bastante próxima aos grandes centros industriais do sudeste (São Paulo, ABC Paulista, Rio de Janeiro), que também foram objeto de uma quantidade significativa de pesquisas[59], a região possui diversas características específicas, uma delas determinante para a abordagem que desenvolvemos neste trabalho: a presença de um importante complexo industrial-militar e de diversas instituições pertencentes às Forças Armadas ou dirigidas por oficiais da Aeronáutica (em São José dos Campos) e do Exército (em Volta Redonda e Barra Mansa). Como demonstraremos ao longo deste estudo, tal fator teve influência decisiva sobre as práticas repressivas implementadas contra os trabalhadores da região, inclusive no âmbito das fábricas.

A respeito da repressão ditatorial no Brasil, já existe uma vasta literatura acadêmica, com importantes contribuições de historiadores como Carlos Fico[60], Enrique Serra Padrós[61] e Mariana Joffily[62], entre muitos outros. A maior parte dessa produção, contudo, foi dedicada à construção e ao funcionamento do aparelho repressivo e do arcabouço institucional de exceção, e mesmo nos estudos atentos às experiências daqueles que sofreram a perseguição ditatorial, foram mais comuns as análises a respeito de movimentos e organizações políticas[63], em especial as que aderiram à luta armada[64]. Ou seja, também nesse campo de estudos, verificaram-se os efeitos do "apagamento" da classe trabalhadora apontado por Corrêa e Fontes, de modo que a "questão da repressão policial-militar aos trabalhadores praticada dentro e fora das fábricas, assim como no campo, no período ditatorial, demanda uma atenção particular".[65] A partir da perspectiva da história social do trabalho, este livro pretende contribuir para o debate dessa questão.

59 Trataremos de algumas delas na seção seguinte desta Introdução. A título de exemplo, basta mencionar os importantes trabalhos de MATTOS, M. B., *Op. cit.*; NEGRO, A. L., *Op cit.*; FONTES, P., *Op. cit.*; e MACEDO, Francisco Barbosa de. *A greve de 1980*: redes sociais e mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

60 FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001; *Idem*. *Além do Golpe*: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. RJ: Record, 2004.

61 PADRÓS, Enrique Serra. *Cone Sul em tempos de ditadura*: reflexões e debates sobre a História Recente. Porto Alegre: Evangraf-UFRGS, 2013.

62 JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem*: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Edusp, 2012.

63 Ver, por exemplo, o instigante trabalho de Pâmela Resende a respeito da vigilância policial sobre os movimentos de luta pela Anistia em São Paulo. RESENDE, Pâmela. *Os Vigilantes da Ordem*: A cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela Anistia (1975-1983). Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), Campinas, 2013.

64 Referências fundamentais para o estudo da luta armada no Brasil podem ser apontadas em GORENDER, Jacob. *Op. cit.*; RIDENTI, Marcelo S. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Unesp/Fapesp, 2010 (1993). O trabalho recente de Lucas Torres, tratando de ações promovidas pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário na década de 1980 – contexto em que já era raríssima a utilização das táticas armadas pela esquerda no país – demonstra algumas das possibilidades que as ferramentas da história social oferecem à investigação da temática. *Cf.* TORRES, Lucas M. P. *Estratégias de uma esquerda armada:* militância, assaltos e finanças do PCBR na década de 1980. Salvador: EDUFBA, 2017.

65 CORRÊA, L.; FONTES, P. *Op. cit.*, p. 142.

"TRANSIÇÃO POLÍTICA" E "NOVO SINDICALISMO"

Por ser caro a muitas áreas do conhecimento, o fenômeno das mudanças de regimes políticos[66], e sobretudo as "transições" a partir de regimes autoritários[67], têm recebido atenção de estudiosos afiliados às mais diversas matrizes teóricas. Na tentativa de explicar casos particulares de transição ou, como é mais frequente na Ciência Política, propondo a comparação entre processos, e mesmo ambicionando a elaboração de teorias gerais, capazes de dar conta de várias delas, esses autores têm elencado uma série de indicadores e elementos, atribuindo-lhes variados graus de importância. Não temos aqui o objetivo de sistematizar ou fazer a revisão das abordagens possíveis das transições políticas[68], mas será útil aos nossos propósitos indicar algumas das principais proposições e questões surgidas do debate sobre a última transição política brasileira, diretamente vinculadas com a problemática de nossa pesquisa. Em linhas gerais, são elas: as origens, motivações e a dinâmica da transição; o papel dos trabalhadores e dos movimentos sociais na "abertura"; e, por fim, a extensão ou os limites da "redemocratização" brasileira.

Há muita discussão quanto ao conteúdo e à precisão dos termos "abertura" ou "liberalização" (geralmente concernentes à recuperação de direitos e garantias individuais e de grupo, elementos clássicos da tradição liberal, como o *habeas corpus*, o respeito à privacidade, as liberdades de expressão e de associação, o direito à defesa e a um julgamento baseado em leis, entre outros), por um lado, e "democratização" ou "redemocratização" (mais

66 Os cientistas políticos Guillermo O'Donnell e Philippe C. Schmitter oferecem a seguinte definição de "regime": "Designamos por 'regime' o conjunto de padrões, explícitos ou implícitos, que determina as formas e canais de acesso aos principais cargos governamentais, as características dos atores que são admitidos e excluídos desse acesso e os recursos ou estratégias que esses atores podem utilizar para obter esse acesso. Isso envolve necessariamente a institucionalização, isto é, para serem relevantes, os padrões que definem um dado regime devem ser habitualmente conhecidos, praticados e aceitos, pelo menos por aqueles que estes mesmos padrões definem como participantes do processo. Onde existe um regime efetivo, é improvável que os dissidentes, reais ou potenciais, ameacem esses padrões devido a sua fraca organização, falta de informação, despolitização manipulada ou repressão direta." O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. C. *Transições do Regime Autoritário*: primeiras conclusões. Trad. Adail U. Sobral. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988. p. 120, n. 1.

67 O'Donnell e Schmitter definem uma transição como o "intervalo entre um regime político e outro". Tratando especificamente dos processos que se originam da crise de regimes autoritários, prosseguem: "As transições se delimitam, de um lado, pelo início do processo de dissolução de um regime autoritário e, de outro, pela investidura de alguma forma de democracia, pelo retorno a algum tipo de regime autoritário ou pela emergência de um regime revolucionário. É característico de uma transição o fato de, durante o tempo de seu transcurso as regras do jogo político não se verem definidas. Estas regras encontram-se não apenas em permanente mudança como também sujeitas a árdua contestação: os atores lutam não só para satisfazer seus interesses imediatos e/ou os interesses daqueles a quem se propõem a representar, mas, também, pela definição de regras e procedimentos cuja configuração determinará prováveis vencedores e perdedores no futuro". *Ibid*. pp. 22-23.

68 O mencionado estudo de O'Donnell e Schmitter, *Transições do Regime Autoritário*, inclui um volume, "Comparações e perspectivas", cujo conteúdo permite dimensionar a amplitude do debate acerca das transições. Outra importante referência quanto a essa temática é o trabalho de Samuel P. Huntington. O autor aponta que, entre 1974 e 1990, pelo menos 30 países passaram por transições que visavam estabelecer democracias, o que quase dobrou o número de governos ditos democráticos no mundo. *Cf.* HUNTINGTON, S. P. "Democracy's third wave". *Journal of Democracy*, Johns Hopkins University Press, Vol. 2, nº 2, pp. 12-34, Spring/1991. Cabe mencionar também o breve panorama conceitual acerca da questão da transição brasileira que aparece na "Introdução" de D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). *A volta aos quartéis*: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995; e a discussão sobre alguns dos principais referenciais da "transitologia" apresentada por QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de transição*: contornos do conceito. São Paulo: Outras Expressões/Dobra Editorial, 2013, pp. 27-83.

voltados para as regras do processo político, estando usualmente associados à "democracia" certos procedimentos, tais como o voto secreto, o sufrágio universal, o reconhecimento das associações voluntárias e a competição interpartidária), por outro. Esse entendimento leva autores como O'Donnell e Schmitter a argumentarem que a "liberalização" pode existir sem a "democratização", embora geralmente marque o início de uma "transição", de modo que "conforme avança a liberalização, avança também a força das reivindicações de democratização".[69] No contexto histórico da "redemocratização" brasileira, porém, foi comum que o jargão político tomasse todos esses termos praticamente como sinônimos. Em nosso trabalho, com frequência, utilizamo-nos das aspas para destacar que tais conceitos expressam antes concepções e projetos políticos (cuja natureza cabe-nos indagar) que processos unívocos, livres de contradições e limites.

Desde meados da década de 1970, diversos autores começaram a apresentar elaborações sobre a "crise da ditadura", que se avolumaram no início dos anos 1980. Entre os economistas, podemos destacar os trabalhos de Luiz Bresser Pereira como exemplares de uma das formas de tratamento da "transição", que considera que os choques econômicos da década de 1970 (fim do "milagre econômico brasileiro", redução da taxa de crescimento, balanço de pagamentos deficitário) estariam na raiz da ruptura do pacto político instaurado no Brasil a partir do golpe de 1964, "baseado na aliança entre a burguesia e a tecnoburocracia estatal".[70] A interpretação que Bresser Pereira propunha, já em 1977, enfatizava a "insatisfação da classe dominante". O autor destacava que, por mais que a tecnoburocracia militar tivesse obtido considerável sucesso em fortalecer sua influência sobre a gestão da economia (fosse através da propriedade estatal de meios de produção em setores importantes, fosse através de seu peso no planejamento e na definição de políticas econômicas), as relações capitalistas de propriedade e produção permaneciam vigentes e predominantes. O lucro privado permanecia sendo a principal forma de apropriação de excedentes e a economia seguia sendo coordenada pelo funcionamento do mercado; logo:

> […] a classe dominante no Brasil é a burguesia e não a tecnoburocracia militar. Estes possuem um certo grau de poder autônomo, na medida em que controlam diretamente o aparelho repressivo do Estado, mas sua autonomia é necessariamente limitada. Ela só parece

69 O'DONNELL, G.; SCHMITTER P. C., *Op. cit.,* p. 28.

70 "Seria, entretanto, um economicismo indesculpável pretendermos atribuir a crise política apenas a fatores econômicos e mais especificamente à redução relativa do excedente – definida pela redução na taxa de concentração da renda, a partir do momento em que, momentaneamente, reduzem-se lucros e aumentam salários. *É óbvio que a crise deve ter-se desencadeado por razões de ordem econômica*. Mas, *em seguida*, os desacertos políticos do governo, provenientes de seu autoritarismo e desorientação, e os protestos de faixas cada vez mais amplas da população, desde os setores dominados até os dominantes, fazem com que a crise política ganhe autonomia, assuma força própria." BRESSER PEREIRA, Luiz. *Pactos Políticos*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 85. Grifos meus.

> plena nos momentos em que os militares contam com o apoio da burguesia. […] É por isso que a crescente retirada de apoio da burguesia à tecnoburocracia estatal representa um golpe decisivo […] na própria continuidade do atual regime.[71]

Se havia uma crise instaurada, para Bresser Pereira, ela derivava da ruptura política entre burguesia e militares, cuja causa primordial podia ser apontada na redução relativa do excedente econômico a partir de 1974. Essa leitura ressalta, portanto, o peso político da burguesia na transição[72], no que se distingue de outra interpretação dominante sobre o tema, a que coloca a ênfase na tutela militar sobre o processo. Autores como Bolívar Lamounier também apontaram a questão da "crise de legitimidade" da ditadura mas, preferindo encarar o problema a partir de uma ótica mais sociológica que econômica, pareceram enxergar nos crescentes "custos do autoritarismo" uma causa suficiente para motivar a adoção de uma estratégia de liberalização gradual do regime.[73] O trabalho do cientista político Eliézer Rizzo de Oliveira também se enquadra nessa vertente, demonstrando a atuação das Forças Armadas para conter o ritmo e impor limites à "redemocratização".[74] De acordo com Oliveira, as características da tutela militar estariam manifestas inclusive no governo civil de José Sarney:

> […] convém indicar que a autonomia, a capacidade de gerar políticas, o reconhecimento dos demais atores políticos, a notável capacidade de antecipação com relação ao desenvolvimento da conjuntura e a firme decisão de não liberar espaços ocupados durante o regime militar fazem das Forças Armadas o principal apoio do presidente Sarney, cujo sustentáculo parlamentar da Aliança Democrática esvaiu-se em poucos meses de governo.

71 *Ibid*., p. 88. O texto em que essa passagem ocorre, "Após a previsível redemocratização", foi publicado pela primeira vez na revista *Contexto* em novembro de 1977; o trecho citado, por sua vez, já compusera artigo anteriormente publicado em maio daquele ano na *Folha de S. Paulo*, sob o título "A ruptura de uma aliança política".

72 *Cf.* "A dialética da redemocratização e da 'abertura'", originalmente publicado em 1984, texto em que essa tese é formulada de maneira cristalina: "As lutas populares realizadas por trabalhadores, estudantes, intelectuais, comunidades eclesiais de base, em favor da democracia foram sem dúvida importantes. Mas o fato histórico novo e decisivo foi a adesão de amplos setores da burguesia à ideia de redemocratização." *In*: BRESSER PEREIRA, L. *Op. cit.*, pp. 109-110.

73 LAMOUNIER, Bolívar. "O Porquê da Abertura – II". *In*: LAMOUNIER, B.; FARIA, J. E. *O Futuro da Abertura*: um debate. São Paulo: Cortez, IDESP, 1981.

74 A interpretação de Oliveira sobre a anistia de 1979 é ilustrativa de sua posição: "É provável que a anistia não estivesse nos planos iniciais dos atores que planejaram e dirigiram a distensão. Ela impôs-se por força do movimento da sociedade civil, mas foi aceita e digerida quando os dirigentes do processo de distensão a interpretaram como fator funcional para a autonomia militar. O mesmo aconteceu com o conjunto das conquistas democráticas, cuja efetivação não colocou em jogo a autonomia e o espaço político do aparelho militar." OLIVEIRA, E. R., *Op. cit*., p. 109.

> Ao apoiar o presidente, o aparelho militar indica-lhe também diversos limites para as políticas de governo. A este duplo aspecto de apoio político e de restrição tenho conceituado como tutela militar.[75]

Dentre os estudos que tentaram articular múltiplos elementos e abordagens para explicar a crise do autoritarismo brasileiro, destaca-se o trabalho organizado por Alfred Stepan. Embora também considerem o caso da transição brasileira como exemplo de uma "estratégia de liberalização controlada de cima", Stepan e seus colaboradores tenderam a destacar que as "mudanças democráticas de baixo na sociedade civil", isto é, a atividade de sindicatos, associações de bairro, movimentos populares e comunidades de base, foram fundamentais para o aprofundamento dessa "liberalização".[76] Na formulação do brasilianista Thomas Skidmore, a característica particular da transição política teria sido justamente a "dialética entre a concessão do regime e a conquista da sociedade"; Margaret Keck, por sua vez, vai adiante ao destacar o papel cumprido pelo operariado nessas conquistas, uma vez que, dentre as componentes da sociedade civil, os sindicatos teriam demonstrado a "maior capacidade de organização no sentido de continuar combatendo os aspectos repressivos e autoritários" que persistiam no Estado e nas relações sociais.[77] Em outra formulação de uma explicação multicausal para a transição brasileira, Maria Celina D'Araújo, Gláucio A. D. Soares e Celso Castro caracterizaram-na como "um projeto que se iniciou pelo alto, com importantes passos liberalizantes, mas que logo virou processo, cujo rumo foi determinado por muitas forças".[78]

Quanto às causas e aos atores políticos que definiram o ritmo e os rumos da transição, resta elencar alguns dos estudos que enxergaram nas mobilizações populares e operárias, e em especial no chamado "novo sindicalismo", o elemento mais original ou determinante daquela conjuntura.[79] Conduzidos sobretudo por sociólogos e cientistas políticos, alguns dos trabalhos pioneiros dessa seara foram os de José Álvaro Moisés, John Humphrey, Ricardo Antunes,

75 *Ibid.*, p. 111.

76 STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Trad. Ana Luíza Pinheiro *et al*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 10, 17, 20.

77 SKIDMORE, Thomas. "A lenta via brasileira para a democratização" *In*: STEPAN, A. (org.), *Op. cit.*, pp. 27-81; KECK, Margaret. "O 'novo sindicalismo' na transição brasileira". *In:* STEPAN, A. (Org.), *Op. cit.*, pp. 388-440.

78 D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (intr. e org.). *A volta aos quartéis*: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 39.

79 Uma revisão bibliográfica dos principais trabalhos na área da sociologia dedicados ao "novo sindicalismo" pode ser encontrada em LADOSKY, Mário Henrique; OLIVEIRA, Roberto Véras de. "O 'novo sindicalismo' pela ótica dos estudos do trabalho". *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 6, nº 11, p. 147-170, jan.-jun./2014.

Amnéris Maroni e Laís W. Abramo.[80] Em linhas gerais, essa bibliografia partilhava da interpretação de Francisco Weffort a respeito da reemergência da prática grevista entre os trabalhadores dos ramos mais modernos da indústria brasileira em fins da década de 1970, enxergando-a como uma ruptura, não somente em relação ao sindicalismo conciliador e assistencialista que havia predominado no período ditatorial, mas também em relação ao sindicalismo pré-64, visto como "cupulista", atrelado à estrutura sindical oficial e desprovido de enraizamento entre os trabalhadores "de base". Tais teses, como vimos, foram amplamente questionadas a partir da década de 1990, mas, no período em que vieram a público, contribuíram para iluminar o fenômeno do "novo sindicalismo" e tiveram grande aceitação, particularmente porque se contrapunham de maneira eficaz às interpretações que atribuíam à classe trabalhadora brasileira uma incapacidade crônica de ação política autônoma.[81]

Os estudos de Humphrey, Maroni e Abramo, especialmente, têm o mérito de articular tentativas de explicação do ascenso operário e de suas consequências com a pesquisa de campo e o tratamento empírico das greves do ABC no fim da década de 1970, em um esforço de recuperação das características mais marcantes da experiência vivida pelos operários. Entretanto, duas limitações significativas podem ser apontadas nesses trabalhos. A primeira decorre do recorte proposto: apesar da importância notória de estudos de casos como o do ABC, não há razões que permitam considerá-lo paradigmático e aplicar, a priori, conclusões tiradas dele a outras localidades e categorias de trabalhadores. A segunda limitação tem a ver com o momento da produção desses textos, no calor dos acontecimentos, ainda sob o governo Figueiredo, quando, evidentemente, seria pouco plausível considerar que a "transição política" estivesse completa, e muito difícil estabelecer prognósticos ou uma avaliação definitiva acerca da efetividade das lutas operárias do ponto de vista da "redemocratização".[82]

Em publicação de 1991, Abramo voltou a tratar do movimento sindical, expondo suas conclusões acerca da relação entre as lutas e a organização

80 MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política*. São Paulo: Pólis, 1978; HUMPHREY, John. *Fazendo o "milagre"*: Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Trad. Maria Augusta Fonseca. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1982.; ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992; MARONI, Amnéris. *A estratégia da recusa*: análise das greves de maio/78. São Paulo: Brasiliense, 1982; ABRAMO, L. W. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 1999.

81 Ver RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

82 Outro dos textos pioneiros sobre as greves do ABC foi o artigo de Kazumi Munakata, "O lugar do movimento operário", que assim postulava a centralidade do operariado no cenário político da transição: "Ao reivindicar melhores salários, o movimento grevista pôs em xeque as fórmulas esotéricas que, sob a justificativa tecnocrática de 'racionalizar' a economia colocando-a na mão de especialistas, reagiam à remuneração da força de trabalho. E, com isso, começou a deitar por terra um dos cavalos de batalha do regime: o arrocho salarial, que possibilitou um padrão de acumulação de capital sem precedentes na história brasileira, e cuja vigência 'justificava' as mais variadas formas de repressão e controle. Aliás, a greve em si, que representou a negação absoluta da lei de greve, aponta para a superação desses mecanismos de repressão [...]. Mais ainda: impondo a realização de negociações diretas, o movimento, na prática, prenuncia que qualquer discussão sobre 'os modelos econômicos' alternativos (já que o do 'milagre' está em crise) só pode se legitimar com a participação dos trabalhadores". MUNAKATA, Kazumi. "O lugar do movimento operário" (1978). *História e Perspectivas*, Uberlândia/MG, nº 43, p. 9-40, jul-dez/2010. A citação é da p. 20.

operária e a transição brasileira.[83] Segundo a autora, o surgimento do "sindicalismo autêntico", que em curto período teria evoluído de uma postura assistencialista e oficialista para outra de duro questionamento político aos governos, ao regime e à estrutura sindical vigente[84], bem como o ciclo de greves de fins da década de 1970, protagonizado por esse "novo sindicalismo", teriam resultado em ao menos cinco transformações dignas de nota: (I) o questionamento aberto, pelo conjunto da sociedade, da legislação que limitava o exercício do direito de greve; (II) a conversão das negociações salariais em disputas reais, e não meramente formais como haviam sido no período anterior; (III) o fortalecimento dos sindicatos enquanto entidades voltadas para a luta operária, em detrimento do papel conciliador que a estrutura sindical corporativista lhes impunha; (IV) o questionamento do poder autoritário dos empresários, no âmbito das próprias empresas[85]; e, por fim, (V) a ampliação do projeto original de "distensão". Sobre este último ponto, Abramo afirmou:

> O ascenso da mobilização social massiva, em primeiro lugar dos estudantes, e em seguida dos trabalhadores, fez com que a solução do conflito ultrapassasse o terreno de um possível entendimento entre as elites. Devido às greves emergiu a questão social e os trabalhadores impuseram sua presença no cenário político. A partir desse momento, de alguma forma, esses elementos já não puderam ser ignorados nos planos de recomposição política do regime militar.[86]

Ainda de acordo com Abramo, no começo dos anos 1980, apesar do cenário de recessão econômica (principalmente entre 1981 e 1983), o movimento operário não retrocedeu e logrou fortalecer sua organização de base, mesmo que se considere a momentânea redução na dimensão das greves, que voltariam a crescer a partir de 1985. Durante o período autoritário, o operariado havia percebido que, para conseguir abrir canais reais de negociação, a estratégia mais viável era justamente a de confrontação, definida por Abramo como o recurso à pressão social (exercida principalmente através da atividade grevista, no caso do movimento operário brasileiro, naquela conjuntura) e à desobediência em relação aos estreitos limites impostos pela legislação vigente.

83 ABRAMO, L. W. "Movimiento sindical, transición y consolidación democrática en Brasil". *In*: CAMPERO, Guillermo; CUEVAS, Alberto. (Eds.) *El sindicalismo latinoamericano en los noventa*. Vol. 1 "Sindicatos y transición democrática". Santiago: Ed. Planeta Chile, 1991, pp. 85-133.

84 *Ibid.,* p. 94. As traduções desta e de outras passagens do texto de Abramo que reproduzimos a seguir são minhas.

85 "O surgimento das greves, e o fortalecimento do poder sindical a partir delas, provocou mudanças importantes no cotidiano da produção. Aumentou a capacidade de resistência dos trabalhadores frente à política repressiva de relações trabalhistas vigente durante toda a década de setenta, e a partir daí, conseguiram criar um espaço de respeito e consideração aos seus direitos". *Ibid*., p. 99.

86 *Ibid*.

Segundo a autora, o confronto "foi a forma através da qual os trabalhadores e seus sindicatos responderam aos chamados ao Pacto Social formulados pelo governo" Sarney. Se comparados a outros pactos de transição, como os Pactos de Moncloa, na Espanha, ou a "*concertación*" chilena, a proposta brasileira tinha a desvantagem (para os trabalhadores) de ser formulada em termos imprecisos e se restringir ao plano econômico, basicamente, exigindo do movimento operário e dos movimentos sociais que moderassem suas demandas e não apelassem ao conflito[87]. Naquela conjuntura, o sindicalismo cutista não aderiu ao pacto, e nesse sentido, se afastou decididamente dos ideais de "conciliação" que animaram as classes dominantes e ressoaram em outras alas do movimento sindical.

A temática da conciliação, por sinal, também é central para o debate sobre a transição brasileira. Em um artigo chamado "A longa tradição de conciliação ou estigma da cordialidade", a historiadora Zilda Márcia Gricoli Iokoi argumenta que, aplicado às mudanças de regime político no Brasil, o conceito de transição tem sido utilizado de maneira bastante peculiar. Enquanto, em diversas matrizes teóricas, a ideia de transição implica na sucessão de paradigmas a partir das crises e transformações qualitativas, aqui o conceito se viu transformado em metáfora, passando a descrever processos cujo conteúdo é o de "modernização sem mudança", momentos "em que o velho contemporiza com o novo para abrir mão das radicalidades necessárias aos tempos revolucionários".

> Essa transformação do conceito em metáfora [...] elimina a precisão do entendimento sobre o real e anacroniza os processos de lutas sociais, presentificando-os como fenômenos desprovidos de singularidades e, deste modo, tirando-lhes seu conteúdo de gênese histórica para o entendimento dos processos estruturados pelas relações sociais e históricas, impedindo a superação das relações que as engendraram. Em momentos de efervescência das lutas sociais, a transição vira freio, pois os sujeitos da dominação, sejam eles indivíduos de interesses ou analistas, definem previamente ao fazer-se da história a frase *estamos na transição* (da Monarquia para a República, da escravidão para o trabalho livre, da ditadura para a democracia), para evitar que as demandas atinjam seu ponto máximo. Aos resistentes atribui-se o rótulo de radicais, não como virtude e coragem, mas como inconsequência, desconhecimento de nossas *virtudes conciliatórias*, devido ao temor ou supervalorização do

87 *Ibid*., pp.117-118.

> poder dos conservadores, sejam eles forças repressivas ou mesmo a *intelligentsia* da classe dominante[88]

Já nos anos 1980, parte da literatura acadêmica denunciava os efeitos dessa lógica de conciliação sobre uma transição que, para Florestan Fernandes, não poderia ultrapassar os limites de uma "democracia de cooptação", incapaz de incorporar os segmentos explorados e marginalizados da população, se abrindo às pressões "vindas de baixo".[89] René A. Dreifuss, por sua vez, caracterizou a transição como um processo de "realinhamento conservador", "gestado e conchavado no interior da Sociedade Política Dominante".[90] Embora ilumine os consensos entre as "elites" e sua tentativa de estendê-los aos grupos subalternos, a ideia de conciliação tende, entretanto, a obscurecer as divergências e os conflitos ocorridos no seio das próprias classes dominantes. Tais divergências, nem sempre sutis, configuram um dos temas que as análises contemporâneas têm buscado ressaltar. Segundo Anderson Deo, cientista político que analisa a transição brasileira a partir dos aportes teóricos desenvolvidos por Nicos Poulantzas, a passagem da ditadura à democracia não decorre apenas das lutas entre classes antagônicas, mas também dos confrontos entre frações de classes; é indispensável, portanto, levar em conta que não havia unanimidade entre os representantes de interesses burgueses específicos (industriais, financeiros, agrários, nacionais, estrangeiros, etc.) quanto ao caminho que deveria ser adotado. Estava em curso uma disputa pela hegemonia do "bloco histórico burguês", que não se concretizaria antes de 1989, com a vitória da "fração financeira da burguesia internamente instalada", confirmada pelos governos Collor, Cardoso e Lula.[91]

Mas a existência de frações e disputas dentro das classes dominantes não impediu que, de fato, certo consenso fosse mantido. Nesse sentido, as conclusões apresentadas a partir da análise marxista conduzida por Deo se aproximam daquelas a que chegaram autores afiliados a outras matrizes teóricas. A questão da participação popular é certamente um dos principais exemplos dessas convergências. Enquanto para Thomas Bruneau, ancorado na "teoria das elites", o principal elemento de consenso entre as elites brasileiras na transição teria sido a oposição à entrada das massas na arena política, algo que o autor define como "consenso antidemocrático"[92], para Deo, um dos

88 IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. "A longa tradição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade". In SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. A. (Orgs.) *Desarquivando a ditadura*: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009, Vol. 2, pp. 499-523. A citação é da p. 501.

89 FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 257 ss.

90 DREIFUSS, René. A. *O Jogo da Direita na Nova República*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989, p. 9.

91 DEO, Anderson. "Uma transição *à long terme*: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil" *In*: PINHEIRO, Milton. (Org.) *Ditadura*: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014, pp. 320-321, 330.

92 BRUNEAU, Thomas. "Brazil's political transition". *In*: HIGHLEY, John; GUNTHER, Richard. *Elites and democratic consolidation in Latin America and Southern Europe*. Cambridge; Cambridge University Press, 1992. pp. 257-281.

traços marcadamente "bonapartistas"[93] do regime político brasileiro contemporâneo seria justamente o bloqueio a uma participação política mais ativa das classes subalternas. De acordo com a ideologia em vigor:

> As massas devem participar da política através do sufrágio, mas não podem estar organizadas politicamente através dos sindicatos ou partidos que ampliem e aprofundem o debate político, que envolvam grandes temas e projetos de interesse nacional, quiçá em polêmicas que pretendam superar o capitalismo. É a redução da discussão política ao mero "jogo institucional", dos meandros parlamentares, da análise cotidiana das estruturas de governo e de todas as mazelas que a mesma reproduz. Para utilizarmos a conceituação gramsciana, trata-se do predomínio ou da hegemonia da pequena política sobre a grande política. Reproduz-se dessa forma o princípio liberal da "multidão criança", onde os subalternos devem ser guiados politicamente devido à sua incapacidade de pensar as "grandes" questões políticas[94]

Em parte da literatura que viemos discutindo, constata-se algo que também foi notado pela linguista argentina Mónica Zoppi-Fontana como um fenômeno que se manifestou tanto nos discursos políticos da década de 1980 na América Latina quanto nos trabalhos teóricos que buscaram interpretar aquele contexto, marcado por "um retorno gradual à democracia após longos anos de ditaduras militares". Trata-se de uma "expansão semântica" do conceito de transição, que se, em um primeiro momento, aludia a um período cujo conteúdo era o de "abertura da atividade política", teve em seguida seu campo referencial ampliado para abarcar o contexto seguinte, cujo teor seria o de um "processo inédito de reconstrução", de modo que o discurso da transição se articularia, no imaginário político, ao discurso sobre a "modernização"[95]:

93 "[…] se em suas origens o bonapartismo se caracteriza como um 'regime político defensivo', estruturado para frear a ascensão revolucionária do proletariado, em sua variante *colonial*, no momento da transição da ditadura civil-militar para a ordem democrática, estas questões não estão colocadas, ou seja, não há nenhuma 'ameaça revolucionária' de esquerda em processo no Brasil. O *colonial-bonapartismo*, em sua manifestação nos quadros da legalidade burguesa, foi a forma mais bem-acabada de domínio político que a burguesia internamente instalada logrou arquitetar naquele contexto – mundial, diga-se de passagem – de ofensiva do capital sobre as conquistas históricas dos trabalhadores. Desde a perspectiva burguesa, era necessário conduzir um processo de transição que garantisse a volta da democracia, sem colocar em risco o caráter hegemônico de sua dominação e, diante das possibilidades, eliminar as conquistas sociais das classes subalternas". DEO, A., *Op cit*., pp. 309-310.

94 *Ibid*. pp. 323-324.

95 ZOPPI-FONTANA, Mónica. *Cidadãos modernos*: Discurso e representação política. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. pp. 19-21.

> Como consequência dessa expansão semântica do campo referencial do conceito de *transição*, opera-se no discurso político uma extensão dos sentidos de *precariedade* e de *provisório* do período de mudança de regime à administração do novo governo, o qual resulta definido *ipso facto* como essencialmente *instável*.[96]

A noção de *instabilidade*, tal como indicaremos a partir de fontes documentais e da literatura sobre a repressão política no Brasil, foi um elemento discursivo mobilizado, especialmente pelos militares, para justificar a tutela e impedir que fossem transpostos certos limites no desenrolar do processo transicional. Ideais de *modernização*, por sua vez, foram esgrimidos contra adversários e antagonistas sociais e políticos, não apenas por representantes das classes dominantes e da burocracia estatal, mas também entre setores da classe trabalhadora e mesmo nas fileiras do "novo sindicalismo".

Devemos ter em conta que o vocabulário político é, simultaneamente, ferramenta e expressão das disputas estratégicas em torno de projetos sociais, econômicos e culturais, travadas entre classes e frações de classes. A transposição para o nível conceitual de noções importadas desse universo discursivo requer diversos cuidados metodológicos e, de uma perspectiva historiográfica, a empreitada nem sempre é vantajosa. A noção de "transição", particularmente, pode induzir a algumas imprecisões e certos equívocos, porque frequentemente opera através da pressuposição implícita de que existem distinções rígidas ou fronteiras precisas entre categorias que estão em polos opostos (por exemplo, trabalho escravo/trabalho "livre", feudalismo/capitalismo ou, no caso de que tratamos aqui, ditadura/democracia) entre as quais se transita, geralmente, em sentido único. Como desdobramento do aparelho conceitual, também é comum que o objeto desse trânsito seja todo um "sistema" ou uma "sociedade" (muitas vezes tratados como se fossem homogêneos, sacrificando-se suas particularidades e especificidades), perdendo-se de vista as movimentações e trajetórias concretas de pessoas, ideias ou mesmo de instituições. Há ainda o risco de que o conceito traga consigo noções de linearidade, gradualismo ou uniformidade, que se impõem sobre o material analisado, resultando em simplificações excessivas a respeito de fenômenos contraditórios, cujas dinâmicas não são unívocas – mesmo porque são processos de luta.

Atentos a tais questões, neste volume, tratamos das narrativas e memórias de trabalhadores do Vale do Paraíba sobre o atribulado contexto da "abertura política", indicando e discutindo alguns dos principais componentes de seu universo discursivo, e evitando subsumi-lo aos referenciais dominantes (políticos e/ou acadêmicos) do período ou acerca dele. A partir da recuperação das experiências políticas e culturais desses trabalhadores, e especialmente,

96 *Ibid.*, p. 20.

de seus embates com a repressão, sustentamos que a "democratização" não era percebida como um fato dado, mas como um processo em aberto, cujo ritmo e o desfecho dependiam de ações e posicionamentos firmes, e que, para esses trabalhadores, a vigência de uma *ditadura* permanecia bastante evidente, muito após a data de encerramento do regime proposta por Daniel Aarão Reis.

REPRESSÃO ESTATAL E RETALIAÇÃO PATRONAL

Nossa investigação parte da hipótese de que o fenômeno da repressão política, embora sob formas diferenciadas e aparentemente mais "sutis", permaneceu cumprindo papel determinante sobre a experiência operária, sobretudo das categorias profissionais mais mobilizadas, durante a última "transição" brasileira. Conquanto exista, atualmente, considerável literatura sobre o desenvolvimento e o funcionamento do aparelho repressivo concebido pelo regime ditatorial inaugurado em 1964[97] e, inclusive, sobre as suas permanências no arcabouço institucional da Nova República (o chamado "entulho autoritário"[98]), parece-nos haver uma tendência, perceptível em parte dessa literatura, a interpretar a atividade repressiva como decorrência específica do regime político autoritário, ou como obra exclusivamente estatal. O foco sobre determinados atores (estatais, e em especial, militares) e práticas (tortura, assassinatos e ocultação de cadáveres, prisões arbitrárias, cassações de mandatos parlamentares e sindicais, intervenções sobre entidades e organizações civis) acaba por excluir da análise ou ignorar o caráter repressivo das estratégias de contenção dos conflitos políticos que predominaram sob a "transição política" ou, mais tarde, no período dito democrático. Mas não podemos aprofundar essa discussão sem analisar mais detidamente o que entendemos por repressão.

Em artigo sobre o uso estratégico da violência política por Estados, Jacqueline H. R. DeMeritt oferece uma definição bastante geral de "repressão", que consideramos útil:

97 Um levantamento bibliográfico sobre o tema é apresentado em FICO, C. *Além do Golpe*: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. RJ: Record, 2004.

98 É importante destacar que tais permanências não são meramente institucionais, manifestando-se também em práticas e discursos que evidenciam a vigência contínua de uma cultura autoritária. "Quando estudos demonstram que, ao contrário do que aconteceu em outros países da América Latina, as práticas de tortura em prisões brasileiras aumentaram em relação aos casos de tortura na ditadura militar; quando vemos o Brasil como único país sul-americano onde torturadores nunca foram julgados, onde não houve justiça de transição, onde o Exército não fez um *mea culpa* de seus pendores golpistas; quando ouvimos sistematicamente oficiais na ativa e na reserva fazerem elogios inacreditáveis à ditadura militar; quando lembramos que 25 anos depois do fim da ditadura convivemos com o ocultamento de cadáveres daqueles que morreram nas mãos das Forças Armadas; então começamos a ver, de maneira um pouco mais clara, o que significa exatamente 'violência'. Pois nenhuma palavra melhor do que 'violência' descreve esta maneira que tem o passado ditatorial de permanecer como um fantasma a assombrar e contaminar o presente". TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Orgs.) *O que resta da ditadura*: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 10.

> Repressão é a ameaça ou o ato de subjugar alguém pela força institucional ou física. Violência política é uma forma particular de repressão que envolve a ameaça ou o uso efetivo da força física para atingir objetivos políticos. Atos de repressão e/ou violência política frequentemente violam direitos humanos fundamentais, e algumas vezes são denominados como violações de direitos humanos.[99]

O postulado de que certas ações repressivas devem ser entendidas como violações dos direitos humanos, evidentemente, faz parte da disputa em torno dos significados e dos limites da violência estatal direcionada contra os dissidentes. Ao defendê-lo, a militância em torno dos direitos humanos, que cumpriu um importante papel no cenário da "transição", contestava a legitimidade que o regime autoritário pretendia ter para definir e reprimir o "crime político". Vale destacar que, se comparada às ditaduras instaladas em outros países da América do Sul, como a argentina e a chilena, a brasileira conheceu um nível significativamente superior daquilo que Anthony Pereira designou como "judicialização da repressão", com grande número de leis, decretos e atos institucionais, a outorga de uma Constituição e um aparente respeito às formalidades jurídicas.[100]

Christian Davenport, na introdução de um volume dedicado às interações entre repressão estatal e mobilização de dissidentes políticos, apresentou uma relação das abordagens propostas por sociólogos e cientistas políticos, sobretudo ao longo da década de 1990, para lidar com a problemática. Além de uma grande variabilidade entre os resultados das análises empíricas levadas a cabo por muitos deles, Davenport notou também que, de forma geral, certos aspectos da relação entre repressão e mobilização sequer haviam sido considerados por essa bibliografia:

> A maior parte das pesquisas existentes sobre o assunto ignora certos tipos de comportamento (e.g., atividades secretas ou menos institucionalizadas); tem ignorado a multidimensionalidade e a complexidade temporal na explicação dos confrontos políticos (tendo em conta o fato de que múltiplas coisas ocorrem simultaneamente ao longo do tempo e do espaço); ignorou o viés e as dificuldades na obtenção de informações de uma variedade de fontes frequentemente conflitantes sobre o

99 DeMERITT, Jacqueline H. R. "The Strategic Use of State Repression and Political Violence". *In*: *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. New York: Oxford University Press, 2016. Trad. minha. p. 2.

100 *Cf.* entre outras obras do autor, PEREIRA, Anthony. *Political (in)justice*: authoritarianism and rule of law in Brazil, Chile, and Argentina. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005.

> que havia ocorrido; e tem ignorado até mesmo o papel dessas informações na criação e na sustentação dos próprios conflitos.[101]

Outro problema identificado por Davenport nesse campo de pesquisa tem a ver com certa dificuldade em reconhecer as formas menos óbvias do dissenso político ou da repressão. Diz o autor:

> Nós estamos muito fixados em certos comportamentos que ocorrem em certos locais, ignorando a possibilidade de que o comportamento repressivo desperte outras formas de mobilização que passem despercebidas pelo nosso "radar". Especificamente, nós estamos geralmente interessados em manifestações públicas, abertas e em larga escala do conflito político […]. No domínio público, tendemos a ignorar as formas menos óbvias do dissenso, tais como a "resistência cotidiana" […] e as formas menos óbvias da repressão, tais como sanções não-estatais[102] […] *Em contextos democráticos, em que normalmente se reduz a presença de organizações abertamente coercivas em meio à sociedade, isto é especialmente problemático*[103] (grifos nossos)

Como mencionado, uma das questões fundamentais que nossa investigação toca é justamente a da relação entre modalidades de repressão e formas do regime político. Também nesse caso, destaca-se o empenho de cientistas políticos no desenvolvimento de uma série de pesquisas quantitativas e qualitativas no intuito de verificar, por exemplo, a pertinência da tese de

101 DAVENPORT, Christian. "Introduction". *In*: DAVENPORT, Christian; JOHNSTON, Hank; MUELLER, Carol (eds.). *Repression and Mobilization*. Social Movements, Protest and Contention. Vol. 21. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2005. pp. VII-VIII. A tradução é minha.

102 Percebendo que o próprio conceito de repressão parece estar atado a uma concepção de poder centrada no Estado ("repressão é o que os Estados fazem"), Myra Marx Ferree utiliza a expressão *soft repression* (que poderíamos traduzir por "repressão branda") "como uma imagem, conscientemente associada ao gênero feminino, das formas que a repressão frequentemente assume na sociedade civil, em contraste com as imagens mais convencionais, associadas ao gênero masculino, da repressão dura [*hard repression*] tipicamente empregada pelos Estados, embora, em princípio, ambas as formas, branda e dura, da repressão possam ser utilizadas por qualquer agente. Enquanto a repressão dura envolve a mobilização da força para controlar ou esmagar a ação oposicionista, a repressão branda envolve a mobilização de meios não violentos para silenciar ou erradicar ideias oposicionistas." A autora destaca que uma série de movimentos, os feministas entre eles, não têm como alvo direto ou necessário de seus protestos o Estado, estando principalmente voltados para a própria sociedade civil, em meio à qual, com frequência, encontram resistências. A repressão branda diria respeito a esse tipo de fenômeno, em que ocorre a "mobilização coletiva de poder, ainda que não violenta e por maneiras altamente informais, para limitar e excluir ideias e identidades do espaço público". FERREE, Myra M. "Soft Repression: Ridicule, Stigma, and Silencing in Gender-based Movements". Trad. minha. *In*: DAVENPORT; JOHNSTON; MILLER, *Op. cit*., p. 141.

103 DAVENPORT, C. *Op. cit*., pp. X, XII.

que estados democráticos seriam menos repressivos que ditaduras. Já nos anos 2000, autores como Patrick M. Regan e Errol A. Henderson passaram a sustentar, a partir de investigações comparativas entre dezenas de países, que essa relação era bem mais complexa, e que seria mais correto argumentar que a extensão da repressão política depende da medida em que um governo se sente ameaçado, isto é, da percepção governamental quanto à credibilidade e magnitude da contestação sofrida pelo regime, de modo que "é tão provável que uma democracia reprima seus cidadãos quanto que uma autocracia o faça, e a visão comum de que as democracias reprimem menos é, em larga medida, uma função dos diferentes tipos de ameaça com que se deparam, em comparação com autocracias"[104].

O estudo de caso que conduzimos também parece ser compatível com essa interpretação. Sustentamos que, no contexto da "redemocratização", seguiram em curso e, em alguns casos, se intensificaram certas modalidades da atividade repressiva, aparentemente mais "sutis" (em comparação com as que predominaram nos "anos de chumbo", entre 1968 e 1974, o assim chamado "auge repressivo da ditadura"[105]), tais como os monitoramentos políticos, os processos criminais contra trabalhadores, e a repressão policial contra greves e manifestações operárias, eventualmente, com consequências extremas.

Mas mesmo estruturas repressivas mais evidentes, como era o caso do extravagante aparelho de segurança montado pela ditadura, continuavam plenamente operantes na chamada transição. Através da problemática da Anistia, Pâmela A. Resende demonstra as fortes tensões em curso durante o período, bem como "a importância do funcionamento da comunidade de informações e segurança do regime naquele momento".[106] Como apontado por Carlos Fico, a chamada "comunidade de informações não apenas seguia existindo como foi reforçada durante o Governo João Baptista Figueiredo (1979-1985)".[107] Segundo Priscila Antunes, uma das trincheiras das facções militares que se colocavam de maneira mais radical contra a "abertura política" era justamente a comunidade de informações. Esses setores passariam a "criar resistência aos propósitos de distensão do governo", "não por princípio, mas por interesses e vantagens".[108]

Contudo, levando em conta as recomendações da literatura que reconhece que a violência política não é monopólio estatal, nossa investigação atenta também para as formas privadas e colaborativas da repressão. Quando consi-

104 REGAN, Patrick M.; ERROLL, Henderson A. "Democracy, threats and political repression in developing countries: are democracies internally less violent?". *Third World Quarterly*, Vol. 23, no. 1, pp. 119-136, 2002. A citação, em tradução minha, é da p. 120.

105 ABRAMO, L. W. *O resgate da dignidade*…, p. 167.

106 RESENDE, Pâmela. *Os Vigilantes da Ordem*: A cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela Anistia (1975-1983). 2013. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), Campinas, 2013. p. 19. Grifo nosso.

107 FICO, Carlos. *Como eles agiam*…, p. 216.

108 ANTUNES, Priscila. B. *SNI & Abin*: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2002 p. 89.

deramos a experiência operária, especificamente, percebemos que a repressão, além de multidimensional, também apresenta múltiplas funções e se associa intimamente aos mecanismos disciplinares discutidos por Michel Foucault. As noções de "ilegalismo de classe" e de "penalidade infrajudiciária", desenvolvidas pelo filósofo francês, são especialmente úteis para iluminar certos aspectos, interesses secundários e algumas responsabilidades compartilhadas que permeiam a repressão dirigida contra trabalhadores insubmissos. Em "A Sociedade Punitiva", curso que ministrou no Collège de France entre 1972 e 1973, Foucault estabelece uma distinção entre dois tipos de ilegalismo das classes laboriosas no século XIX: o *ilegalismo de depredação*, que se aplicava sobre o corpo da riqueza, como objeto passível de apropriação ou destruição, e o *ilegalismo de dissipação*, caracterizado pela recusa em aplicar as forças do corpo operário no processo de produção: ociosidade, irregularidade no trabalho, intemperança, embriaguez, recusa à família. Ainda que parecesse mais brando, os prejuízos causados à burguesia pelo ilegalismo de dissipação eram altos, especialmente porque essas práticas cotidianas se difundiam com facilidade, configurando um modo de vida (a recusa ao trabalho industrial) e podendo até mesmo assumir formas coletivas e organizadas, como a greve:

> […] enquanto o ilegalismo de depredação estava bloqueado numa forma "contrabandista" que o obrigava a um sistema fechado e que encontrava poucas saídas, a não ser em algumas explosões como os saques, o ilegalismo de dissipação desembocava em possibilidades de ações combinadas que pressionariam o mercado, contra os empregadores. No longo prazo teria influência econômica e política: a partir disso, seriam desenvolvidas as estratégias perfeitamente organizadas de luta contra o patronato.[109]

Se, por um lado, era impossível criminalizar todas aquelas irregularidades que caracterizavam o ilegalismo de dissipação, por outro, para a burguesia, havia até mesmo a necessidade de uma força de trabalho móvel e sem dinheiro, de "ociosos conjunturais", os desempregados. Para controlar as irregularidades do ilegalismo de dissipação, uma vez que elas não constituíam infrações jurídicas, era preciso desenvolver mecanismos infralegais (ou, com frequência, evidentemente ilegais) de controle, que passavam não apenas pelas campanhas de "moralização da classe operária", mas por práticas de dominação cuja arbitrariedade era evidente:

109 FOUCAULT, Michel. *A Sociedade Punitiva*: curso no Collège de France (1972-1973). Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015. p. 175.

> […] na época das cadernetas, o operário, quando não estava quite com o patrão do qual se demitia, não podia pedir-lhe a devolução da caderneta; não podia apresentá-la a seu novo patrão e, não estando quite, não podia ter as mesmas pretensões salariais. Assim, a inobservância dos decretos sobre as cadernetas foi uma prática patronal corrente no século XIX.[110]

Portanto, na busca por garantir o correto emprego das forças de trabalho e minimizar os riscos de sua dissipação, era necessário à burguesia ultrapassar o sistema penal; esse novo mecanismo, que ia muito além da máquina penal propriamente dita, tinha por objetivo algo que Foucault chamou de *penalização da existência*:

> Seria preciso enquadrar a existência numa espécie de penalidade difusa, cotidiana, introduzir no próprio corpo social prolongamentos parapenais, aquém até do aparato judiciário. Foi todo um jogo de recompensas e punições no qual se tentou enquadrar a vida popular; por exemplo, as medidas decididas em nível puramente regulamentar ou factual para controlar a embriaguez; assim, em Sedan, estabeleceu-se um sistema de punição: o operário bêbado na rua era expulso da fábrica e não era readmitido sem o juramento de nunca mais se embriagar. Foi também o controle pela poupança a partir de 1818: a caderneta de poupança funcionava como um enquadramento moral, um jogo de recompensas e punições perpétuas para a existência dos indivíduos. A partir de 1803, os operários que não tivessem caderneta de trabalho na qual fossem marcados os nomes de seus empregadores sucessivos eram presos por vagabundagem; ora, a partir de 1810, graças a um arranjo com a polícia, esta deixou de prender por falta de caderneta [de trabalho] o operário que tivesse uma caderneta da caixa econômica. Essa última, garantia de moralidade, possibilitava que o operário escapasse aos diferentes controles policiais; do mesmo modo, o recrutamento preferencial dos operários que tivessem caderneta de poupança era prática patronal corrente. Portanto, percebe-se que no próprio interior dos mecanismos econômicos se introduzia toda uma

110 *Ibid*., p. 176.

> série de jogos de recompensas e punições, um jogo de penalidades que era infrajudiciário.[111]

Foucault argumenta que a forma-prisão da penalidade corresponde à forma-salário do trabalho[112]: ambas seriam expressões da necessidade burguesa de promover uma utilização ideal dos corpos, educando-os e reeducando-os para que seu tempo e suas forças pudessem ser continuamente aplicados ao trabalho. A concepção clínico-jurídica segundo a qual a penalidade deve ter a finalidade de "curar" se articula perfeitamente com essa necessidade: daí que a forma-prisão seja a pena por excelência em uma sociedade disciplinar. O reestabelecimento das normas através de "intervenções corretivas" sobre o tempo e os corpos dos indivíduos, percebe Foucault, é carregado de ambiguidade, visto que a punição busca assumir um caráter terapêutico, mas sua eficácia enquanto mecanismo de controle se mede mais pelo efeito obtido sobre outros, os não-infratores, inibindo neles o comportamento que se desvia da norma. Esse efeito, ainda segundo Foucault, corresponde a um dos aspectos da pena desde a economia clássica do sistema penal, anterior ao estabelecimento do sistema penitenciário: "No sistema clássico, é sobre aqueles que ainda não cometeram nenhum crime que a pena deve produzir efeitos. A função preventiva da pena incide essencialmente sobre os outros, por meio do exemplo".[113]

Sendo a fábrica um ambiente disciplinar por excelência, a despeito das mudanças nos processos produtivos e nas técnicas de gerenciamento e organização do trabalho, segue em curso o desigual "jogo de recompensas e punições" mencionado pelo filósofo francês, em que uma das formas mais extremas da retaliação patronal contra o trabalhador insubmisso é a ruptura unilateral do contrato. Em estudo sobre o desenvolvimento histórico da disciplina fabril, Michelle Perrot também percebeu a demissão como "último recurso" dentro de um elenco de sanções previsto pelos regulamentos fabris, que se multiplicaram no século XIX, tornando-se "peça mestra do sistema" que cumpria uma dupla finalidade: "econômica decerto, mas também profundamente política – disciplinar o corpo do operário, seus gestos e comportamento". Também faziam parte desse elenco de sanções as multas "em caso de faltas, atrasos, falhas de fabricação, mas também por deterioração das máquinas, brigas dentro ou na frente da fábrica, cachimbos mal apagados, 'bagunças', 'disputas, grosserias, conversas obscenas, maneiras indecentes', embriaguez" ou ainda "insolência em relação aos chefes". Perrot notou que a demissão (assim como as advertências e suspensões) se articula com um

111 *Ibid.*, p. 177.

112 *Ibid.*, p.65. "O sistema de punições faz aparecer como sanção do crime a *forma-prisão* que não é derivável da teoria e aparenta-se com a *forma-salário*: assim como se dá um salário pelo tempo de trabalho, toma-se, inversamente, certo tempo de liberdade como preço de uma infração."

113 *Ibid.*, p. 120.

"sistema de exclusão mais ou menos inspirado no exército e no colégio", que as grandes fábricas foram as primeiras a adotar, em detrimento das multas, no final do século XIX.[114] A historiadora francesa também destacou o papel preponderante da vigilância nos primórdios do sistema disciplinar fabril:

> Para exercer esses controles, era preciso constituir um corpo de vigilantes, e desde muito cedo essa foi uma preocupação do patronato. De início, ele recorreu aos quadros disciplinares tradicionais: o exército, a igreja. Depois do final das guerras napoleônicas, muitos licenciados a meio soldo foram empregados como contramestres. Mais tarde, foi esse o caso de suboficiais aposentados, que se pode encontrar também como "chefes de seção" nos Grandes Magazines. *Ainda hoje, estabelecimentos como Michelin ou Citröen recorrem a esse tipo de fiscalização.*[115]

Perrot aponta que, com o incremento dos processos de automação e "racionalização" do trabalho, as necessidades relacionadas à vigilância regridem, ao mesmo tempo em que são interiorizadas pelos próprios trabalhadores: "O olhar do senhor agora é a calculadora eletrônica. Ela tem a força da lógica matemática e a violência da calmaria".[116] Mas, como a historiadora indica, tais mudanças não ocorreram de forma linear ou simultânea, de modo que traços e práticas características de "eras" anteriores da disciplina fabril puderam coexistir com outras mais "modernas" sob o capitalismo contemporâneo, adaptadas às estratégias e necessidades conjunturais das classes dominantes. Exemplo disso está na própria permanência de figuras militares no ambiente fabril, fenômeno que também emerge da análise do caso que investigamos, e que, como se vê, não configura um expediente inovador, mas que, no contexto de uma ditadura empresarial-militar, ganhou dimensões e funções políticas específicas, não mais atreladas ao disciplinamento direto do processo produtivo (atribuição dos "encarregados" ou "feitores"), mas sim à identificação e à contenção do ativismo e das iniciativas de organização dos trabalhadores, propósitos mascarados sob o rótulo da "segurança industrial" ou "patrimonial".

O relatório da Comissão Nacional da Verdade apresenta uma série de casos de violações de direitos humanos ocorridas em âmbito fabril durante

114 PERROT, Michelle. "As três eras da disciplina industrial na França do século XIX". *In*: PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottman. Paz e Terra: Rio de Janeiro/São Paulo, 2017. Citações das pp. 66-67. Perrot destaca que a figura dos regulamentos fabris já existia no Antigo Regime francês, e as penalidades eram de diversos tipos, incluindo as multas e demissões, "mas também prisões e incriminações na justiça"; contudo, "esse recurso ao Estado na disciplina da fábrica tinha seus inconvenientes e, na fase seguinte, recorrer-se-á menos ao braço secular". *Ibid*., p. 58.

115 *Ibid*., p. 67. O grifo é meu.

116 *Ibid.*, p. 76.

o regime ditatorial, tais como o emblemático episódio em que o operário e militante comunista Lúcio Antonio Bellentani foi preso e torturado no interior da planta da Volkswagen de São Bernardo do Campo, em 1972. Na mesma ocasião, foram presos mais de 20 metalúrgicos da região, em sua maioria, funcionários da montadora alemã.[117] Em estudo sobre as práticas da Volkswagen durante a ditadura, Marcelo Almeida de Carvalho Silva recuperou documentos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) que atestam o "entrosamento entre esta direção [da polícia política paulista] e elementos de segurança da citada Empresa". Entre eles, estava o gerente da Divisão de Segurança Industrial e Transporte da montadora, coronel Adhemar Rudge, que acompanhou a prisão ilegal de Bellentani "com uma arma na mão".[118]

Também no Vale do Paraíba dos anos 1970 e 1980, os serviços de "segurança patrimonial" das grandes fábricas frequentemente estiveram sob a responsabilidade de militares reformados, antigos membros de polícias políticas ou oficiais com treinamento na área de "informações". Demonstraremos, neste trabalho, que a presença de militares nesses serviços de segurança favoreceu a articulação entre a retaliação patronal e a repressão estatal, resultando na composição de um verdadeiro sistema de monitoramento político e coerção do ativismo operário na região.

FONTES E CONTEÚDO DOS CAPÍTULOS

O trabalho de levantamento documental que subsidia este livro teve como ponto de partida os acúmulos obtidos pelas comissões da verdade instaladas em São José dos Campos e Volta Redonda entre 2013 e 2015: a Comissão da Verdade Professor Michal Gartenkraut da Câmara Municipal de São José dos Campos, a Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros – Volta Redonda e a Comissão da Verdade dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. Embora autônomas em relação à Comissão Nacional da Verdade (2012 – 2014), instituída pelo governo Dilma Rousseff a partir da aprovação da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, as comissões locais e setoriais foram animadas por propósitos similares, buscando reestabelecer a verdade e resgatar as memórias de segmentos sociais afetados pela perseguição

117 "Violações de Direitos Humanos dos trabalhadores". *In*: BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. Vol. 2, p. 72. Violações de natureza semelhante (e, em diversos casos, ainda mais atrozes) também foram registradas no contexto da última ditadura argentina, ocasionando, muitos anos mais tarde, a responsabilização judicial de diretores industriais que favoreceram ações repressivas no interior dos estabelecimentos que geriam. Uma excelente introdução ao tema pode ser encontrada em BASUALDO, Victoria; OJEA QUINTANA, Tomás; VARSKY, Carolina. "Los casos de Ford y Mercedes Benz". *In*: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (Orgs.). *Cuentas pendientes*. Los cómplices económicos de la dictadura. Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 2013. pp. 185-201.

118 SILVA, Marcelo A. de C. *Op. cit.*, pp. 234-235. Não será descabido mencionar que até mesmo um fugitivo nazista, Franz Paul Stangl, mais tarde preso e extraditado, esteve envolvido com a montagem do sistema de segurança da unidade são-bernardense da Volkswagen. *Cf.* BRASIL, *Op. cit.*, Vol. 2, p. 67.

ditatorial, a partir do levantamento de fontes orais e escritas e da promoção de audiências públicas e debates a respeito das arbitrariedades cometidas durante o período investigado em suas respectivas áreas de abrangência.

Os primeiros documentos que instigaram os metalúrgicos da região de São José dos Campos a instaurarem sua própria Comissão da Verdade e investigarem os vínculos entre as empresas da região e o regime empresarial-militar surgiram dos esforços de operários com processos de anistia em curso, representados pela Associação Democrática dos Aposentados e Pensionistas do Vale do Paraíba (ADMAP) e pelo sindicato da categoria. Recorrendo ao direito de *habeas data*, assegurado pela Constituição de 1988, centenas de metalúrgicos que haviam sido demitidos como consequência de sua participação em greves solicitaram o acesso aos registros públicos em que eram mencionados. Até 2005, os acervos documentais do famigerado Serviço Nacional de Informações (SNI), o principal pilar do sistema repressivo arquitetado pela ditadura, extinto em 1990, permaneciam em poder da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que respondia a essas solicitações elaborando um breve sumário dos documentos que citavam os interessados. Embora suficiente para comprovar a atenção que aqueles anistiandos haviam recebido dos órgãos estatais de segurança, na prática, tal procedimento configurava uma restrição ao direito de *habeas data*. Como comenta Vivien Ishaq, "o cidadão era impedido de ter acesso direto à totalidade dos documentos sobre sua pessoa ou mesmo receber cópias dos documentos que serviram de base à elaboração do resumo registrado na certidão entregue pela agência".[119]

Entretanto, com o recolhimento pelo Arquivo Nacional (AN) dos acervos do SNI, em 2005, bem como de importantes parcelas da documentação produzida pelo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), em 2012, cresceram as possibilidades de acesso à documentação produzida pelo aparelho repressivo de Estado. O AN passou a responder às solicitações através das Certidões de Informações, que sistematizavam todos os dossiês nos quais o requerente era mencionado; a partir de sua Certidão, o cidadão podia definir quais os documentos cujas cópias desejava obter. Através da digitalização do acervo e da elaboração de uma base de dados que permitia a busca textual em cada um dos documentos, o Arquivo logrou agilizar o acesso ao acervo, bem como viabilizar o atendimento não presencial. Com a aprovação de uma nova Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011), regulamentada pelo Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012, sancionado pelo governo Dilma Rousseff, foi finalmente institucionalizada a liberação para consulta pública de grande quantidade de documentos "classificados" (ou seja, confidenciais) em poder de instituições públicas, viabilizando aos pesquisadores o acesso direto a um acervo antes restrito.

Foi nesse contexto que o Grupo de Pesquisa da Comissão da Verdade dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (GP-CVM/SJC), do qual

119 ISHAQ, Vivien. "Introdução". *In*: ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo; SOUZA, Tereza E. de. *A escrita da repressão e da subversão (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 18.

participamos ao lado dos colegas Antonio Carlos Monteiro Brunheira Jr. e Amanda Carolini Menconi Hornhardt, realizou um amplo levantamento documental junto ao AN, posteriormente complementado com fontes coletadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), em especial, do acervo do DEOPS/SP.[120] A maior parte das fontes reunidas durante as investigações do GP-CVM/SJC versava sobre as atividades sindicais e políticas do operariado do Vale do Paraíba a partir da ótica da "comunidade de informações". Ao longo da pesquisa que ora expomos, demos prosseguimento ao levantamento de documentação policial, expandindo os recortes cronológico e geográfico das buscas anteriores. Identificamos, particularmente, no acervo do Departamento de Comunicação Social (o provável sucessor imediato do DEOPS[121]), disponível para consulta no APESP, novas fontes que atestavam o contínuo interesse da polícia paulista no monitoramento do ativismo operário e das organizações oposicionistas, mesmo após a chamada "redemocratização".

Dentre essas fontes, têm fundamental importância as "resenhas jornalísticas", compilações de recortes de jornais de grande circulação que, via de regra, continham notícias sobre o movimento operário, pessoas, organizações ou situações "suspeitas". Esses recortes eram organizados por agentes da Polícia Civil, a partir de contribuições regulares das delegacias de diversas cidades. As compilações de notícias eram costumeiramente acompanhadas por breves resumos, elaborados pelos próprios delegados remetentes ou por Oficiais de Informações (OIs). Além das "resenhas jornalísticas", diversos documentos produzidos pelo movimento operário, tais como jornais sindicais, cartas e panfletos redigidos no contexto de greves e mobilizações, eram coletados pelos policiais e constam como anexos em muitos dossiês.

O acervo do CISA, por sua vez, também se demonstrou rico em fontes sobre a vigilância estatal – e empresarial – sobre o movimento operário. A presença de Divisões de Informações (DIs) em duas unidades da Aeronáutica localizadas na área paulista do Vale do Paraíba, o Centro Técnico Aeroespacial (CTA – atualmente, Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA) e a Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAer), justifica a grande quantidade de informações sobre a "subversão" produzidas na região. Lembremos que a cidade de São José dos Campos era considerada "área de interesse da segurança nacional", justamente por abrigar unidades militares e um complexo industrial de alta tecnologia, inclusive bélica. A Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), estatal que fazia parte desse complexo, como empresa administrada pela Aeronáutica, tinha sua própria Assessoria de Segurança e Informações (ASI/Embraer), que também produzia relatos sobre as movimentações operárias dentro (e fora) da estatal. Também havia uma ASI instalada na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de Volta Re-

120 Diversos militantes da Central Sindical e Popular Conlutas também contribuíram com as fases preliminares daquele levantamento, especialmente Lee Flôres Pires. A eles, registramos nossos agradecimentos.

121 Discutimos a questão em MARTINS, Richard de O. "A vigilância sobre o movimento operário nos arquivos da polícia política paulista: autoritarismo e suspeição na 'transição democrática' (1984-1985)". *Revista de Fontes*, UNIFESP – Guarulhos/SP, Vol. 2, nº 7, pp. 40-53, 2017.

donda, outro município considerado "área de segurança nacional" por conta da importância estratégica da usina.

Tanto os arquivos do DEOPS/SP e DCS quanto os do CISA atestam a validade das considerações de Enrique Serra Padrós sobre o conteúdo dos acervos das agências estatais de informação (os "arquivos da repressão"). O autor observa que eles contêm não apenas os "*documentos repressivos propriamente ditos*", isto é, os dossiês, as fichas, os informes, etc. produzidos pelas próprias forças de segurança, mas também o "conjunto de *objetos roubados das vítimas ou expropriados de organizações que foram alvo da violência estatal*, como documentos, livros, fotos, objetos, atas de reunião, fichários de associados, panfletos e outros materiais".[122] Portanto, o acesso a esses acervos permite a recuperação de fontes documentais produzidas pelos alvos da repressão, ironicamente conservadas em decorrência da sistemática perseguição que sofriam. Padrós atenta ainda para a lógica interna dessas documentações, à qual não se deve permitir que prejudique o discernimento do historiador, "levando-o a uma aceitação tácita de que o seu conteúdo é expressão imediata de veracidade".[123]

Para a reconstrução das experiências, memórias, ações e percepções dos próprios trabalhadores, recorremos principalmente a *depoimentos*, *entrevistas* e *documentos escritos* formulados por ativistas, gestões e oposições sindicais, partidos políticos, agrupamentos e coletivos de trabalhadores, além da imprensa sindical e da bibliografia acadêmica sobre o tema. Grande parte da documentação escrita foi obtida junto ao Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp) e ao Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV), cujo acervo, agora, também se encontra sob a guarda do AEL. Além dos materiais guardados por arquivos sindicais e públicos, pudemos contar com o acervo pessoal gentilmente cedido pelo ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (SMSJCR), Antonio Donizete Ferreira. Ao longo da pesquisa, promovemos o cruzamento entre as informações coletadas junto às fontes policiais e operárias e as que pudemos obter através da imprensa de grande circulação. Além do *Valeparaibano*, principal periódico da região, cujos exemplares estão disponíveis no Arquivo Público Municipal de São José dos Campos (APMSJC), consultamos sistematicamente a *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil,* que têm grande parte de seus acervos na internet. Vale registrar que a documentação reunida pela Comissão da Verdade Professor Michal Gartenkraut da Câmara Municipal de São José dos Campos também se encontra sob a guarda do APMSJC.

Há uma vasta literatura sobre as características e particularidades de cada um desses tipos documentais, destacando diversas preocupações teóricas e metodológicas que o historiador deve ter em conta no trato com eles. Especialmente em relação aos depoimentos e às entrevistas, tivemos em conta

122 PADRÓS, Enrique Serra. "História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos". *Tempo e Argumento*, Florianópolis, Vol.1, nº 1, p. 30-45, Jan/Jun, 2009. Citação da p. 40. Os destaques são meus.

123 *Ibid.*, p. 39.

as recomendações desenvolvidas por estudiosos da história oral[124] que nos orientam a compreender a memória enquanto um mecanismo seletivo e mutável, portanto, como um "meio notadamente escorregadio de se preservar fatos".[125] Reconhecer, igualmente, que as fontes diretamente produzidas pelos trabalhadores (ou com sua participação) também exigem atenção quanto às suas especificidades, condições de produção e intencionalidades, nos permite evitar riscos análogos aos anunciados por Padrós em relação à documentação oficial.

***

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro deles trata da reorganização do movimento operário metalúrgico na área do Vale do Paraíba a partir do final da década de 1970. Analisamos as características do chamado "novo sindicalismo" na região, discutindo as tensões entre os sindicalistas ditos "pelegos" e as jovens lideranças operárias que assumiam a tarefa de impulsionar greves, com a perspectiva de oferecer alternativas de direção para o movimento sindical e organizar politicamente a classe trabalhadora. Recuperamos também os conflitos no interior do "novo sindicalismo", que afloraram rapidamente, sobretudo em São José dos Campos, considerando ainda as formas de retaliação patronal desencadeadas pelo crescente ativismo operário.

No segundo capítulo, investigamos a relação entre a repressão e o contexto da "transição política", a partir do fenômeno da colaboração empresarial-estatal para a contenção do movimento operário da região de São José dos Campos na primeira metade da década de 1980. Trabalhando principalmente com documentação produzida por organismos militares de inteligência, sobretudo da Aeronáutica, indicamos os principais aspectos do funcionamento de uma rede na qual tomaram parte os chefes de segurança de mais de vinte empresas da região, e que promoveu o monitoramento de ativistas e mobilizações, subsidiando a retaliação patronal. A partir das características do caso do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba (CECOSE/VP), questionamos a ideia de que o processo de "redemocratização" teria sido acompanhado pelo desmonte do aparelho repressivo e por altos níveis de tolerância estatal ao protesto, indicando que, adaptadas às especificidades do contexto, seguiam em curso diversas estratégias e práticas que materializavam a repressão política.

124 Ver, entre outros, THOMSON, Alistair. "Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a história oral e a memória". *Projeto História*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP. São Paulo: v. 15, p. 51-84, 1997; PORTELLI, Alessandro. "O que faz a história oral diferente". Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP. São Paulo: v. 15, p. 25-39, 1997; POZZI, Pablo A. "Memória e politização em testemunhos de operários militantes argentinos (1955-1976)". *In*: LAVERDI, Robson et al. (Orgs.) *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012, pp. 69-79. *Cf.* também as reflexões e sugestões elaboradas por HALL, Michael M. "História Oral: Os riscos da inocência". *In*: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio histórico (DPH). O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1992, pp. 157-160.

125 HOBSBAWM, Eric. J. *Sobre História*: Ensaios. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008. p. 221.

O terceiro capítulo dedica-se à reconstrução das lutas travadas pelos metalúrgicos do Vale do Paraíba em meados da década de 1980, com foco sobre as ocupações de fábricas, que se tornaram comuns na região a partir de 1984. Levando em conta relatos, processos judiciais e fontes recolhidas junto à imprensa sindical e aos jornais de grande circulação, bem como alguns importantes estudos que elucidaram momentos ou aspectos dessas lutas, atentamos para os limites que lhes impunham as empresas e os governos, discutindo as possíveis interações entre formas de organização, táticas de luta e modalidades repressivas. Dedicamo-nos, especialmente, a analisar os episódios mais exacerbados de retaliação patronal e estatal no período, com destaque para a tentativa de criminalização dos "33 da GM", grupo de ativistas processados por envolvimento com a greve e a ocupação da General Motors de São José dos Campos, em abril de 1985. Discutimos, ainda, as chamadas "listas negras", a utilização crescente de serviços privados de segurança na repressão às greves e os efeitos causados ou agravados pela retaliação patronal contra o movimento operário.

O quarto capítulo busca demonstrar que a "transição" e a instauração da "Nova República" não alteraram significativamente o tradicional enquadramento do protesto operário e das greves como "casos de polícia", mantendo-se os trabalhadores como alvos em potencial de uma série de violências, fosse no cotidiano do trabalho, fosse nos momentos em que a normalidade era rompida pelas mobilizações. A partir das experiências de adoecimento de metalúrgicos, consequência de regimes desgastantes e ambientes insalubres de trabalho, discutimos como a contenção do movimento sindical e da organização dos trabalhadores no interior das fábricas se aliava à negligência patronal para com a saúde de seus funcionários, com vistas à maximização dos níveis de exploração do trabalho. Nesse cenário, os operários eram considerados descartáveis, úteis somente enquanto seus corpos permanecessem aptos e submissos. A repressão às greves, entendida como mecanismo disciplinar, reforçava a lógica segundo a qual os corpos operários, sobretudo quando não permaneciam funcionais, deveriam ser sujeitados pela violência ou excluídos do espaço fabril. Acompanhamos ainda o episódio em que tal correlação nos parece mais nítida, a saber, o da invasão militar da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de Volta Redonda, na região fluminense do Vale, onde, em 1988, três grevistas foram assassinados pelo Exército.

No quinto capítulo, por fim, adentramos a década de 1990, analisando os dilemas trazidos ao sindicalismo "combativo" pela implementação das políticas neoliberais, indicando a continuidade das relações de colaboração entre equipes de segurança industrial e o aparelho repressivo de Estado, e propondo uma interpretação para o refluxo das modalidades de luta verificadas na década anterior. Em seguida, discutimos a correlação entre as permanências institucionais e culturais do regime ditatorial e a implementação precária ou tardia de políticas de verdade e reparação, dentre outras medidas de justiça de transição. Concluímos nosso trabalho indicando as principais referências,

conteúdos e procedimentos discursivos que operaram na conformação de identidades operárias e de uma "memória coletiva", articulada em torno da participação em determinados processos de luta política (e das experiências repressivas que eles desencadearam), e por fim, chamando atenção para a atualidade e para o caráter contínuo das "batalhas pela memória".

CAPÍTULO I

A "ABERTURA DEMOCRÁTICA" E O "NOVO SINDICALISMO" METALÚRGICO NO VALE DO PARAÍBA: ANTECEDENTES, CARACTERÍSTICAS E PRÁTICAS (1978-1984)

Quem é esse cara, que fala e promete, e não resolve nada?
Se segura, Joaquim! Cuidado com a rapaziada!
Mas que falta de respeito com a classe "operariada"
Teu reinado brevemente estará fora de jogada
Se segura, Joaquim! Cuidado com a rapaziada!

– "Se Segura Joaquim", Sílvio Modesto

Em 1985, logo após uma greve com ocupação de fábrica na planta da General Motors em São José dos Campos, alvo de intensa repressão estatal e retaliação patronal, metalúrgicos que tomaram parte naquela mobilização elaboraram um livro, intitulado *Ação e Razão dos Trabalhadores da General Motors de São José dos Campos – A história contada por quem a fez*.[1] O propósito da publicação era o de apresentar a versão dos operários a respeito dos acontecimentos de abril e maio daquele ano na fábrica, uma vez que se encontrava em curso uma ampla campanha midiática que endossava a narrativa patronal, segundo a qual a greve fora conduzida por agitadores, subversivos e criminosos. Em uma das seções do livro, os metalúrgicos buscavam recuperar as origens do sindicalismo "combativo" que, nos anos anteriores, vinha se desenvolvendo a passos largos na região e que, já em

1 FGMSJCR (Fundo de Greve dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Jacareí, Caçapava e Santa Branca). *Ação e Razão dos Trabalhadores da General Motors de São José dos Campos – A história contada por quem a fez*. Coordenação e montagem do texto: Moacyr Pinto da Silva. São José dos Campos/SP, 1985.

1981, lograra derrubar a direção "pelega"[2] encastelada no aparelho sindical da categoria de maneira praticamente ininterrupta desde a fundação do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (SMSJCR), em 1956. A referida seção do livro chamava-se "houve um tempo em que era difícil acreditar".[3]

Embora nenhum dos ativistas que elaboraram o livro se considerasse "muito politizado" no início da década de 1970, a percepção da progressiva deterioração das condições de trabalho e do nível de remuneração era nítida para muitos deles, e iniciativas de resistência surgiam, ainda que no plano individual, de maneira isolada:

> […] elemento que brigava sozinho, discutia com o feitor […] isso não foi um ou dois casos, foram vários casos […].
>
> O que o pessoal fazia era por iniciativa própria, em legítima defesa. Pião enfiava parafuso na máquina lá, estourava a máquina e dizia: "vou descansar um pouco, vou no banheiro; certo?". Então, enquanto a máquina estava estourada ele ia pro banheiro. A gente falava: "Pô, se descobrirem que você enfiou o parafuso na máquina você tá fudido; certo?"… E ele respondeu: "Tudo bem!".[4]

Em seu estudo sobre trajetórias de metalúrgicos da região, Mônica Xavier Medeiros apontou, com razão, que a inexistência de denúncias, por parte dos trabalhadores, acerca daqueles gestos de sabotagem, já indicava sua conivência e, poderíamos acrescentar, algum grau de solidariedade, de modo que não se tratavam de ações exatamente individuais.[5] Elas contribuíam para engendrar laços que fortaleciam sua identidade enquanto operários, e estabeleciam as bases sobre as quais ações mais amplas, em pouco tempo, se desenvolveriam. Ainda assim, a imagem da passividade e da impotência dos operários diante dos abusos das chefias e de condições extenuantes e degradantes de trabalho, seguia forte, inclusive – talvez, sobretudo – entre os próprios operários: "Em 78, quando o ABC entrou em greve, a piãozada

2 "Pelego" é o nome dado a uma peça típica dos arreios utilizados para montaria de cavalos, no sul do Brasil e na Argentina, feita a partir do couro de carneiros ou ovelhas, ainda unido à lã, que serve para amaciar o assento do cavaleiro ou amazona, tornando a cavalgada mais confortável. A expressão se popularizou como metáfora da função cumprida pelas burocracias sindicais conciliadoras, que, de acordo com seus adversários, facilitavam a exploração patronal sobre os trabalhadores.

3 Ibid., pp. 45-8.

4 *Ibid*., p. 46.

5 MEDEIROS, Mônica Xavier. *Bom mesmo é ser metalúrgico*: vivências de trabalhadores metalúrgicos na cidade de São José dos Campos –SP. Dissertação (Mestrado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. p. 80.

inventou que a Tecelagem Paraíba ia comprar a GM, porque lá só tinha carneirinho, ela poderia aproveitar a lã para fazer cobertor".[6]

A narrativa apresentada em *Ação e Razão* estabelece que as iniciativas de resistência operária, diante da superexploração e das violências perpetradas pelas chefias e pelo regime de trabalho nas fábricas da região, embora não fossem incomuns, não podiam atingir o patamar de lutas gerais, do conjunto dos trabalhadores de uma fábrica ou de uma categoria, porque faltava *organização*. A omissão das direções sindicais "pelegas", somada à retaliação patronal contra os operários que poderiam cumprir funções organizativas, impediam que as ações individuais de resistência fossem coordenadas em lutas coletivas. Trata-se de uma visão comum às diversas matrizes do chamado "novo sindicalismo", que emergiu em muitas categorias e regiões justamente naquele contexto, e que atribui valor fundamental às iniciativas que resultaram na formação de novas direções sindicais, que derrubaram os "pelegos" de diversos sindicatos no início da década de 1980. Conquanto capte elementos importantes da dinâmica daquele processo, essa narrativa acaba por simplificá-lo, homogeneizando fenômenos e grupos com características diversas, assim como estabelecendo cisões que, em alguns aspectos, se demonstram artificiais quando confrontadas com a pesquisa empírica.[7]

Se muitos trabalhadores se deram conta da necessidade do trabalho organizativo e da militância sindical, a partir de suas próprias experiências com o "despotismo fabril"[8], também é certo que uma parcela relevante do ativismo que se empenhou na formação de oposições sindicais via a conquista dos sindicatos e a construção de comissões de fábrica e organizações de base como momentos de lutas mais gerais, por exemplo, contra a opressão ditatorial ou contra o modo de produção capitalista. Embora unidos pela convicção da necessidade de superar os "pelegos", fortalecer as lutas operárias e derrubar a ditadura, estes ativistas e as organizações que eles construíam defendiam estratégias e projetos políticos bastante diversos. Suas origens e experiências políticas prévias também eram das mais variadas, e nos parece que essa diversidade está diretamente relacionada com a curta duração da unidade entre os diferentes setores do chamado "novo sindicalismo" vale-paraibano.

No presente capítulo, analisaremos o contexto em que esse fenômeno emergiu na região, com foco sobre os metalúrgicos de São José dos Campos, polo industrial da área paulista do Vale do Rio Paraíba do Sul. Com menor ênfase, acompanharemos também o surgimento do "novo sindicalismo" entre os metalúrgicos de Volta Redonda, na parte fluminense do Vale. Discutiremos o processo de formação de oposições sindicais, as práticas que aqueles ativistas

6 "Palavras de um companheiro". FGMSJCR. *Op cit*., p. 45. A referência aos "carneirinhos" aludia à aparente mansidão dos trabalhadores da fábrica até então.

7 Entre os muitos autores que contribuíram para matizar essa leitura, um importante referencial pode ser apontado na obra de MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

8 A expressão é de ABRAMO, Laís W. *O resgate da dignidade*: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 1999.

desenvolveram para organizar as "bases" e disputar os aparelhos sindicais, seus métodos de mobilização e as primeiras greves que conduziram, assim como as iniciativas de repressão estatal e retaliação patronal com que se depararam naquele contexto. Para isso, recorreremos largamente à bibliografia disponível sobre essas regiões e categorias. Também utilizaremos fontes jornalísticas e policiais, além de entrevistas e depoimentos, muitos dos quais foram prestados às comissões da verdade instauradas na região do Vale entre 2013 e 2015. Através desse conjunto de fontes, pretendemos recuperar nuances e dimensões adicionais da experiência operária naquele período, contribuindo para a compreensão da complexidade e da multiplicidade de projetos e identidades que se forjaram "quando novos personagens entraram em cena".[9]

1.1 ANTECEDENTES DO "NOVO SINDICALISMO" EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Até a década de 1930, a região do Vale do Paraíba, que se destacara economicamente durante o chamado "ciclo do café" no século XIX, não conhecera senão uma industrialização incipiente. Em São José dos Campos, a produção cafeeira seguia como a principal atividade econômica, e dois terços da população do município, que, então, não chegava aos trinta mil habitantes, se encontravam em áreas rurais. As primeiras indústrias instaladas na cidade, a partir de 1920, eram sobretudo fábricas de pequeno porte, dos ramos têxtil, ceramista e alimentício.[10] Nos anos 1940, o perfil do parque industrial da cidade permanecia semelhante, embora surgissem novos e maiores estabelecimentos fabris, intensificando a relevância econômica da área urbana do município. No mesmo período, na parte fluminense do Vale, tinha início a construção da usina da CSN, inaugurada em 1946 e responsável por atrair novos empreendimentos industriais para a região.

Também naquele contexto, em São José dos Campos, começava a ser gestado, especialmente entre os oficiais da Aeronáutica, um projeto que visava transformar o Vale do Paraíba em um polo tecnológico e industrial, com foco nas indústrias bélica e aeroespacial.[11] Em 1951, a inauguração da primeira pista da "Via Dutra" (Rodovia Presidente Dutra, BR-116; SP-060), atravessando o Vale e ligando as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, consolidou a região como uma área propícia à instalação de fábricas de grande porte, que em pouco tempo ocupariam as margens da rodovia. Passaram a operar

9 A expressão remete ao trabalho de SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

10 SANTOS, Ademir Pereira dos. "Urbanização e indústria: interpretação cartográfica da evolução urbana de São José dos Campos, São Paulo, 1920-2000". *Arqueologia Industrial*, v. I, p. 45-54, 2011.

11 Discutiremos alguns dos elementos desse projeto no Capítulo II deste trabalho.

no município as empresas Ericsson (1954, metalurgia de tecnologia, sueca) – em cujo interior surgiu a primeira associação de operários metalúrgicos da cidade, embrião do sindicato da categoria, formalizado em 1956 –, Johnson & Johnson (1954, químico-farmacêutica, norte-americana), Kanebo (1956, têxtil, brasileira), GM – General Motors (1957, metalurgia automobilística, norte-americana), Cooper (1957, têxtil, brasileira), Eaton (1957, metalurgia de autopeças, norte-americana) e Alpargatas (1959, calçadista, brasileira). Refletindo esse processo, ainda nos anos 1950, a população joseense já havia se tornado majoritariamente urbana e crescia rapidamente, aproximando-se da marca de oitenta mil habitantes no início da década seguinte.

Em sua dissertação sobre as experiências dos trabalhadores metalúrgicos de São José dos Campos, Medeiros aponta o peso que a migração teve na formação do operariado do setor na região, que se acelera ainda mais a partir da década de 1960, com a chegada de cada vez mais fábricas de grande porte ao Vale e com a inauguração da Embraer no município. A autora destaca que os referenciais urbanos e fabris já compunham o arcabouço de experiências de uma parcela considerável desses migrantes, sobretudo dos que vinham da região sul do estado de Minas Gerais, onde estavam instaladas várias empresas metalúrgicas, especialmente do ramo armamentista; parte desses operários havia trabalhado naquelas fábricas, ou ainda, obtido formação profissional através dos cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Recuperando as trajetórias de alguns desses trabalhadores através de entrevistas, Medeiros sustenta que era generalizada, entre esses migrantes, a expectativa da fácil obtenção de um emprego nas grandes fábricas da cidade, diante do intenso crescimento de seu parque industrial no período. Aqueles que escolhiam São José dos Campos como destino, "geralmente o faziam porque tinham algum conhecido, amigo ou parente que já morava na cidade", em cujas residências se instalavam "por um tempo até estabelecerem-se num emprego. Outros ficavam em pensões. Tinham a expectativa de arrumar rapidamente um serviço para poderem trazer suas famílias".[12]

Contudo, ainda segundo a autora, não era incomum que esses migrantes, no momento de sua chegada ao Vale do Paraíba, encontrassem certa dificuldade para obterem o almejado emprego fabril, ocupando-se, até que isso acontecesse, como garçons, vendedores ambulantes ou em diversos outros tipos de trabalho, formais ou informais. Mais tarde, especialmente a partir do início da década de 1990, a oferta de empregos fabris na região declinaria sensivelmente, e as demissões em massa nas indústrias ali localizadas se tornariam recorrentes, levando muitos metalúrgicos a abandonarem o ofício, ocupando-se em quaisquer outras atividades que permitissem seu sustento ou encarando longos períodos de desemprego. Diante disso, muitas famílias de trabalhadores rumariam a outros centros urbanos, ou retornariam às suas

12 MEDEIROS, *Op. cit.*, p. 23.

cidades de origem. Nas palavras de Medeiros, "a cidade industrial, fonte das expectativas de emprego, começava a mudar".[13]

Mas, em fins da década de 1970, no início do ascenso grevista que marcaria o período da chamada "abertura política", a oferta de empregos no Vale do Paraíba seguia relativamente alta. Os níveis de remuneração, contudo, sofriam acentuada depreciação, diante de uma oferta cada vez maior de força de trabalho e após anos de arrocho salarial. Além disso, a classe trabalhadora da região de São José dos Campos passava a ter de lidar com as consequências do intenso e desordenado crescimento populacional que a cidade vinha experimentando: o número de habitantes da área urbana do município havia quase duplicado entre 1970 e 1980, saltando, de 150 mil para quase 290 mil habitantes.[14] Naquele contexto, amadureciam as condições para as primeiras mobilizações de vulto protagonizadas pelos trabalhadores da região desde o golpe de 1964.

Grande parte das narrativas dos participantes do movimento sindical metalúrgico na região de São José dos Campos iniciam-se pela greve realizada pelos trabalhadores do ramo em 1979. Da mesma forma, nas principais investigações acadêmicas sobre a categoria, as dissertações de Medeiros e Guerra[15], os acontecimentos daquela campanha salarial configuram um ponto fundamental para a compreensão do surgimento do chamado "novo sindicalismo" no Vale do Paraíba, muito embora ambos os autores reconheçam e indiquem que o ascenso daquele ano não foi um movimento espontâneo ou imprevisível, sem vínculos com experiências anteriores dos trabalhadores da região. Em todo caso, parece evidente que a greve de março de 1979 foi, de fato, um momento significativo para a história da classe trabalhadora no Vale do Paraíba. Naquela greve, emergiram e consolidaram-se práticas que, se não eram inéditas, tampouco haviam logrado, até então, envolver e articular um número tão expressivo de metalúrgicos.

Em sua dissertação, Caio César da Silva Guerra[16] recupera os trabalhos de Abramo[17] e Abramo e Silva[18] para explicitar os vínculos entre a rejeição generalizada ao Pacote de Abril de 1977[19], a ida do movimento estudantil às

13 *Ibid*., pp. 2-3, 35.

14 *Ibid*., p. 22; COSTA, Wanderley M.; SOUZA, Adriane A. "Atividades Industriais no interior do estado de São Paulo: Uma análise da formação do Complexo Tecnológico-Industrial-Aeroespacial de São José dos Campos" *In*: FONSECA, S. M.; MELLO, L. F. (Orgs.) *Crescimento Urbano e Industrialização em São José dos Campos*. São José dos Campos: Intergraf, 2010. pp. 87-106.

15 GUERRA, Caio César da Silva. *"Mais vale um ano de leão que cem anos de cordeiro"*: Trajetórias dos metalúrgicos de São José dos Campos. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015.

16 *Ibid.*, pp. 70-71.

17 ABRAMO, *Op. cit*.

18 ABRAMO, Laís W.; SILVA, Roque. "O movimento sindical metalúrgico em São Paulo: 1978-1986". *In*: NEDER, R. *et al. Automação e movimento sindical no Brasil.* São Paulo: Hucitec/Cedec/OIT/PNUD/IPEA, 1988, pp. 67-86.

19 Conjunto de seis decretos-leis e uma emenda à Constituição de 1967, outorgados pelo ditador Ernesto Geisel para estender seu mandato e controlar o processo eleitoral do ano seguinte, garantindo maioria governista no Senado Federal através da eleição indireta de um terço de seus componentes (apelidados "senadores biônicos"), mantendo ainda as eleições indiretas para os cargos executivos em nível federal e estadual, bem como nos municípios definidos como "áreas de segurança nacional". Para implementar as medidas, Geisel se utilizou das disposições do Ato Institucional nº 5, de 1968, para fechar o Congresso Nacional por duas semanas, decretando o recesso do parlamento.

ruas, no mesmo ano, e a greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em maio de 1978, considerada por grande parte da literatura a respeito da "redemocratização" brasileira como um dos marcos do chamado "novo sindicalismo". O autor pontua que o "clima geral de contestação à ordem autoritária e de questionamento à legitimidade do regime" havia adentrado as fábricas, muito embora "o movimento sindical metalúrgico, em geral, não estivesse organicamente presente nas mobilizações pelas liberdades democráticas".[20]

Ainda que isso também fosse a regra para a região de São José dos Campos, uma parcela da vanguarda que, especialmente após a greve de 1979, atuaria na formação de uma Oposição Metalúrgica (OM-SJCR) também tivera participação nesse tipo de mobilização, sobretudo aqueles que já se encontravam politicamente organizados ou que haviam tido experiências prévias de militância, fosse no movimento estudantil, fosse em agremiações político-partidárias clandestinas. Ary Russo, um dos fundadores da OM-SJCR e presidente do sindicato na gestão eleita em 1981, se engajara no movimento secundarista de Belo Horizonte, sua cidade natal, nos idos de 1968. Russo era, então, presidente do grêmio estudantil do Colégio Comercial Renascença, e foi preso após organizar uma manifestação na capital mineira, em outubro daquele ano.

Detido por doze dias, nas delegacias de Lagoinha e de Santa Tereza, centros da repressão na região, Russo foi torturado, sofrendo severos danos auditivos em ambos os ouvidos, tendo costelas quebradas e perdendo quase todos os dentes. Foi solto graças à intervenção de um primo de segundo grau por parte de pai, Dalmir Russo, que era subinspetor do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS-MG).[21] Por conta das sessões de tortura, Ary passou 45 dias internado em um hospital e, em seguida, mudou-se para Vespasiano, uma cidade de menor porte da região, para evitar novos atritos com a repressão. Mais tarde, já na década de 1970, enfrentaria dificuldades para encontrar emprego na capital mineira, possivelmente por conta dos registros de sua prisão, decidindo então mudar-se para São José dos Campos.

Chegando ao Vale, em janeiro de 1975, Russo buscou emprego em quatro das maiores empresas instaladas na região. Já em fevereiro, foi chamado a trabalhar em duas delas, Embraer e Ericsson, e optou pela segunda. "Ali dentro da Ericsson a gente começou a fazer um trabalho de formiguinha, praticamente isolado, de sindicalizar os companheiros. Eu lembro que um dia – final de 75, início de 76 – eu fui até o Sindicato dos Metalúrgicos pegar ficha para sindicalizar e não quiseram me dar as fichas."[22] A resistência da direção sindical controlada pelo presidente José Domingues da Silva Sobrinho contra a filiação de novos metalúrgicos à entidade representava, como

20 GUERRA, *Op. cit.*, p. 70.

21 "E eu lembro que ele colocou o rosto bem próximo do meu e me disse a seguinte frase: 'seu comunistazinho de merda, você vai sair daqui porque eu gosto muito do seu pai'". Arquivo Público Municipal de São José dos Campos (APMSJC). *Anais da Câmara Municipal de São José dos Campos. Comissão da Verdade Michal Gartenkraut. Sétima Audiência Pública – Parte I. "A Luta pela Anistia dos Trabalhadores Demitidos por Motivo de Greves na Ditadura Militar"*. Depoimento de Ary de Oliveira Russo. 26 de março de 2014. Anexo I, Apostila XIII, fls. 3-4.

22 *Ibid.*, fl. 4.

veremos, uma tática para barrar a organização de dissidências que viessem a disputar o aparelho sindical, e era, por isso, considerada sintomática de seu "peleguismo".

Na literatura sobre as iniciativas de trabalhadores que contribuíram para a ascensão do "novo sindicalismo" na região, há algumas menções a conflitos travados no período imediatamente anterior à chegada de Russo ao Vale. Laura Abramo, por exemplo, cita um trabalho que não pudemos recuperar, da autoria de S. Segóvia, a respeito das lutas operárias entre 1974 e 1975, no qual consta que uma "greve-tartaruga" (i.e., a redução proposital do ritmo da produção pelos trabalhadores, como forma de protesto) teria sido deflagrada na GM de São José dos Campos no primeiro semestre de 1974.[23] Outra menção a um conflito na montadora – talvez, o mesmo – aparece no já citado trabalho *Ação e Razão…*, em que um operário entrevistado durante a preparação do livro fala sobre um "motim", "mais ou menos em 74, 75", no setor de Usinagem da empresa, por aumento salarial. Na ocasião, "o chefe, um tal de Carbonari, enganou o pessoal, dizendo que era justo, que eles tinham razão, tal e coisa… Depois eles demitiram todo mundo".[24]

A direção sindical capitaneada por José Domingues, antigo funcionário da Ericsson que participara da fundação do SMSJCR em 1956 e que presidia a entidade de maneira praticamente ininterrupta desde então, de acordo com os operários que mais tarde adeririam à Oposição Metalúrgica, não servia como ponto de apoio para as reivindicações dos trabalhadores: "luta tinha, o que não tinha era liderança".[25] Guerra identificou alguns episódios em que o SMSJCR participou, de alguma forma, das mobilizações espontâneas dos metalúrgicos da região, todas elas ocorridas antes do golpe de 1964, e se pode notar que a atuação da entidade naqueles casos já expressava um perfil conciliador. Quando procurados, em novembro de 1962, por operários da siderúrgica Fi-El que protestavam contra os "maus tratos praticados por diretores, chefes e encarregados", além de uma série de irregularidades nos registros trabalhistas e nos pagamentos de adicionais, os dirigentes sindicais parecem haver se limitado a encaminhar um ofício à empresa.[26] Situações semelhantes, envolvendo operários da GM (janeiro de 1963) e da Ericsson (outubro de 1963) foram identificadas por Guerra nas atas de reuniões e assembleias da entidade. No caso da Ericsson, houve uma ampla mobilização de empregados, que chegaram a aprovar uma paralisação total da fábrica por 15 minutos, em protesto contra os abusos de um chefe e contra a omissão da diretoria da empresa em relação às demandas de seus empregados, mas

23 ABRAMO, *Op. cit.*, p. 180, n. 12. A referência apresentada pela autora é: SEGÓVIA, S. "Las luchas obreras en 1974 y 1975". *Teoría y Práctica*, 1975.

24 FGMSJCR. *Op. cit.*, p. 38.

25 *Ibid.*

26 GUERRA, *Op. cit.*, pp. 35-6.

a participação do SMSJCR nesse conflito se resumiu à presença do advogado sindical junto à comissão de negociação.[27]

Anteriormente à greve de 1979, o único caso apontado por Guerra em que o SMSJCR apoiou abertamente uma mobilização grevista ocorreu em março de 1964, pouco antes do golpe – algo que, certamente, poderia ter colocado a entidade na mira da repressão ditatorial. Tratava-se de uma greve por reajuste salarial e que, de acordo com as fontes recuperadas pelo historiador, foi vitoriosa, conquistando 90% de aumento após dois dias de paralisação, em acordo firmado com a patronal no Tribunal Regional do Trabalho (TRT).[28] Na ocasião, os trabalhadores formaram piquetes – criticados pelo advogado do SMSJCR[29] – e sofreram repressão policial, algo que os sindicalistas também condenaram. A postura habitualmente moderada do SMSJCR, contudo, deve ter contribuído para que, na sequência do golpe, a entidade não sofresse intervenção e sua diretoria fosse mantida. Mais tarde, José Domingues da Silva Sobrinho se filiaria à Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Depois de abril de 1964, a gestão do SMSJCR certamente se encontrava em uma situação tranquila, uma vez que o contexto inaugurado pelo golpe dificultava tremendamente que, no curto prazo, focos de dissenso surgissem e se organizassem em meio à base metalúrgica. Isso ajuda a explicar porque a entidade empenhou-se em trazer novos filiados ao sindicato naquele período, expandindo sua influência e suas fontes de arrecadação, sem demonstrar quaisquer traços das preocupações e restrições políticas que manifestaria em relação às filiações na década seguinte. Uma campanha lançada ainda no segundo semestre do ano do golpe se propunha a premiar, a partir de um sorteio, os metalúrgicos que trouxessem novos filiados em maior quantidade ao SMSJCR. Os prêmios incluíam somas em dinheiro, uma bicicleta, um rádio portátil e, o prêmio máximo, uma viagem ao Rio de Janeiro com todas as despesas pagas pela entidade, até um valor de cem mil cruzeiros. Para concorrer aos melhores prêmios, os operários deveriam apresentar, como mínimo, quarenta outros metalúrgicos a serem sindicalizados.[30] Conforme antecipado pelo depoimento de Ary Russo, e como veremos com mais detalhes em outros momentos deste capítulo, a postura da gestão de José Domingues em relação à sindicalização de novos metalúrgicos seria bastante distinta em outras conjunturas.

Um documento produzido pelo DEOPS/SP no segundo semestre de 1974 permite entrever as formas usuais das negociações salariais metalúrgicas na região de São José sob o regime ditatorial. Anexada ao relatório policial, está

27 *Ibid*., pp. 36-7.

28 *Ibid*., pp. 41-4.

29 "Sem que a direção sindical tomasse a iniciativa de organizar os piquetes, é possível que ela tenha sido capitaneada por ativistas de base, por meio do recrutamento de seus colegas mais próximos nas fábricas ou mesmo recorrendo a relações de amizade, parentesco, vizinhança, comunidade de origem, etc.". *Ibid*., p. 43.

30 "Concurso Sindical". Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Pasta São José dos Campos OS 0850 (digitalizada). fl. 47.

uma carta do SMSJCR, assinada por José Domingues e encaminhada à diretoria da GM, por solicitação de uma assembleia extraordinária da categoria, ocorrida em 18 de agosto, demandando reposição salarial da ordem de 20% para os funcionários da montadora. O documento não permite conhecer o teor das discussões da assembleia, mas dá indícios da maneira pela qual a gestão Domingues negociava com a patronal, buscando uma "solução direta e amigável". Na carta, o sindicalista tecia uma crítica implícita às empresas, argumentando que os índices de produtividade das indústrias cresciam satisfatoriamente, "em flagrante disparidade com os reajustes salariais", mas tomava o cuidado de amparar tal questionamento em declarações dos "altos escalões da administração da República": "… o Governo Federal, através das autoridades que controlam a política econômica e financeira, já reconheceu a necessidade de liberação dos empregadores para estudo e adoção de meios de reavaliação salarial, diante do atual estado de coisas".[31]

Apesar de existirem, portanto, diversos antecedentes, tanto de conflitos isolados quanto de mobilizações mais amplas entre os metalúrgicos joseenses, dados o tamanho da categoria, o perfil da direção sindical e o clima político vigente nas fábricas, reforçado pela ditadura, em meados da década de 1970, era muito provável que grande parte dos trabalhadores da região sequer conhecesse aquelas experiências. Embora ele mesmo tenha ensaiado um trabalho organizativo por volta de 1975, Ary Russo situa mais adiante, entre 1977 e 1978, o período em que, ainda isoladamente, se iniciam as atividades de metalúrgicos com o intuito de formar uma oposição sindical. Espalhados pelas fábricas da região, aqueles ativistas só iriam, efetivamente, tomar contato uns com os outros a partir da convocação de uma assembleia da categoria pela própria direção "pelega", em 1979. Em depoimento prestado à Comissão da Verdade Michal Gartenkraut da Câmara dos Vereadores de São José dos Campos, em 2014, Russo mencionou uma série de personagens importantes no contexto da organização da OM-SJCR, e que, mais tarde, se envolveriam com as gestões do SMSJCR identificadas com o "novo sindicalismo". Um deles é Ernesto Gradella Neto.[32]

Nascido em 1954, em Ribeirão Preto/SP, Ernesto cresceu em Promissão, pequena cidade no interior do estado. Após o serviço militar obrigatório, em 1973, seguiu para São Carlos, onde cursou a faculdade de Engenharia de Materiais (UFSCAR) e tomou contato com o movimento estudantil, participando do Diretório e ajudando a organizar a greve deflagrada pelos estudantes daquela universidade em 1976:

31 SMSJCR. 19 de agosto de 1974. 2 fls. Anexo da "Informação nº 1042-B/74", de 25 de setembro de 1974. APESP, Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Pasta São José dos Campos OS 0850 (digitalizada). fls. 277-280.

32 Os depoimentos prestados por Gradella e por outros militantes que fizeram parte da organização trotskista Convergência Socialista (CS), atuante no interior do Partido dos Trabalhadores na década de 1980, serviram de base para a elaboração da comunicação "A memória da repressão em depoimentos de ativistas metalúrgicos: Vale do Paraíba/SP (1979-1985)", que apresentei no XII Encontro Regional Sudeste de História Oral, realizado em Belo Horizonte (UFMG, setembro de 2017). Os parágrafos seguintes, assim como alguns outros trechos deste capítulo, reproduzem, com ligeiras alterações, resultados da pesquisa apresentados naquela ocasião.

> Era uma escola nova ainda, só tinha três anos a Federal de São Carlos quando eu entrei, ela tinha sido fundada em 70. E foi nesse período, na década de 70, ali, a partir de 73 que a luta contra a ditadura militar passou a ganhar outro peso, depois da repressão. […] A luta pelas liberdades democráticas se tornou algo muito concreto. E era dentro das universidades, era onde estava o principal foco, principalmente dentro das escolas públicas. Então foi lá que eu tomei conhecimento, quer dizer, e aí começamos, lá, num pequeno grupo. Havia um DCE apenas, né, na época. Era uma escola ainda em formação. Aí, com um pequeno grupo, eu fui convidado pra fazer parte, e montamos uma chapa para o diretório. E desse grupo veio a primeira greve, né?[33]

É interessante notar como o relato de Ernesto sobre o início de sua vida política está centrado na explicação do contexto e não em eventos específicos, particulares de sua trajetória: a ênfase recai sobre o papel cumprido pela militância estudantil universitária na luta contra a ditadura, privilegiando uma narrativa de validade geral (uma explicação), em detrimento, por exemplo, de uma narrativa centrada em episódios vivenciados, percepções subjetivas, no processo de formação política individual ou nas transformações de sua "consciência". Entre os depoimentos colhidos no contexto das comissões da verdade instauradas em São José dos Campos, percebemos que essa característica foi mais comum nos relatos de pessoas que dedicaram longos períodos de suas vidas ao ativismo político, e sobretudo, entre os homens militantes; as narrativas das mulheres militantes, com mais frequência, referiram aspectos adicionais e específicos, recorrendo, por exemplo, aos vínculos, expectativas e pressões familiares, como complementos que adicionam sentidos particulares às suas opções políticas.

Percebemos ainda que Ernesto localiza cronologicamente a "luta pelas liberdades democráticas" como algo que "passou a ganhar outro peso, *depois da repressão*". Por significativo que seja o fato de a palavra "repressão" poder ser utilizada com naturalidade pelo entrevistado para designar todo um período que antecede o início da sua militância (contexto em que o termo enfatiza determinadas *formas da ação repressiva*, que incluíam todo um espectro de violências físicas, tais como a privação da liberdade, agressões, tortura, estupros, assassinato e ocultação de cadáveres), veremos que, no contexto seguinte, o da chamada "transição política", foram igualmente identificadas como "repressão" (por Ernesto e por outros depoentes e entrevistados) diversas outras formas de violência, destinadas a impedir ou limitar a expressão de

33 Entrevista de Ernesto Gradella Neto, concedida à Comissão da Verdade dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (CVM/SJCR), em 28 de janeiro de 2014.

certos grupos e determinadas atitudes políticas. A transição seria, portanto, o "depois" de algo que, efetivamente, não acabou.

O primeiro contato de Ernesto com a *repressão* – e com pressões familiares decorrentes de seu ativismo – se dá ainda no movimento estudantil, e é anterior mesmo a seu envolvimento com a militância partidária:

> Durante o período da greve, uma determinada noite, na minha república apareceu meu pai, meu tio e o delegado da cidade, de Promissão, né? Foram lá me buscar, porque chegou a denúncia lá pro delegado, e como ele morava do lado de casa, então ele falou: "Precisa tirar seu filho de lá que ó, a repressão vai dar em cima". Aí me trouxeram pra lá [Promissão], e no outro dia o pessoal foi lá, né, de São Carlos. Aí eu voltei, pra São Carlos, porque falaram: "Oh, precisamos dar uma continuidade aí, né? Não pode parar". E durante esse período, né, a luta do movimento estudantil foi crescendo. E foi aí que nós tomamos conhecimento, em seguida, após essas greves, foi quando nós tomamos contato com a Liga Operária.[34] É... apareceu um companheiro lá de São Paulo, né, e nós tínhamos uma certa oposição. Tinha um grupo de oposição também ao diretório. E esse representante da Liga Operária foi tão ardiloso que ele… ele juntou os dois grupos, né, colocou no partido ao mesmo tempo os dois, né, tanto situação quanto oposição, conversou com os dois lados e criou um núcleo importante da Liga Operária daquele período. Então era um período clandestino, você dentro do partido precisava ter um nome falso, né? Que você utilizava, ninguém devia conhecer [seu nome verdadeiro].[35]

Notemos, de passagem, que assim como Ary Russo atribuiu sua libertação, após ser preso e torturado, à intervenção de um familiar que atuava na repressão, Gradella escapou de uma possível prisão graças à proximidade entre seu pai e o delegado de polícia de Promissão. Como sabemos, o movimento estudantil era monitorado de perto por agentes das "comunidades de segurança e informações", mas essa rede de espionagem não era imune

34 A Liga Operária, que mais tarde daria origem à Convergência Socialista, foi fundada em fins de 1973 por um pequeno grupo de exilados brasileiros na Argentina, sob a influência do dirigente trotskista Nahuel Moreno. Animava-os uma visão crítica da opção pela luta armada, hegemônica na esquerda revolucionária durante o período anterior, além da leitura de que "era necessário aglutinar forças e construir uma alternativa política ao bipartidarismo imposto pelo regime militar, um partido para derrotar a ditadura". MARTINS, R. O. *A regulamentação do direito de tendências no Partido dos Trabalhadores (1986-1992)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). IFCH/Unicamp: 2015. p. 170.

35 Entrevista de Ernesto Gradella Neto (CVM/SJCR, 28/01/2014).

a vazamentos e tampouco impermeável aos vínculos familiares e afetivos de seus componentes. Tanto no caso de Russo quanto no de Gradella, sendo ambos jovens que haviam iniciado há pouco sua militância política, possivelmente atribuída à irresponsabilidade juvenil e vista com certa condescendência pelos membros das forças repressivas vinculados às suas famílias, esses agentes puderam livrá-los de parte das consequências da perseguição estatal generalizada, uma sorte que muitos outros participantes do movimento estudantil das décadas de 1960 e 1970 não tiveram. Ainda assim, reflexos do monitoramento estatal sobre sua militância acompanharam, tanto a Russo quanto a Gradella, no período seguinte, por exemplo, dificultando-lhes a obtenção de um emprego.

Depois de formado, no início de 1978, Ernesto passa a procurar trabalho no setor metalúrgico, a princípio, pensando em se dirigir a São Paulo ou São Bernardo do Campo. Mas, após seis meses sem conseguir um emprego, é em São José dos Campos que surge uma oportunidade que aliava a perspectiva de avançar na construção da Liga Operária na região do Vale do Paraíba com a possibilidade de inserção de Ernesto uma categoria operária, algo fundamental para um militante trotskista:

> Aí apareceu um anúncio aqui em São José dos Campos, um emprego, em junho. Aí o pessoal [da Liga Operária] passou [essa informação], vim aqui arrumar emprego na Siderúrgica Fi-El. Comecei a trabalhar em uma área… no emprego que tinha aí, que era a área de compras técnicas. Era área comercial, não tinha nada a ver com trabalhador. Mas aqui já tinha um pequeno núcleo do partido com três pessoas, né, da… na época, da Liga, né? E em contato com eles nós começamos a atuar no movimento sindical. Aí começamos… porque havia uma certa agitação. Primeiro fizemos parte do comitê de anistia… 78, aqui havia uma subsede da comissão de anistia. Chegamos a fazer um ato na câmara naquele período… e começamos a atuar. E a criação da Convergência, né, veio nesse período, de Liga passou a ser Convergência Socialista, e houve um crescimento grande, quer dizer, desse processo.[36]

O crescimento da Convergência Socialista (CS), certamente, não passou despercebido pelas redes estatais de espionagem. De fato, desde os últimos anos da década de 1970, a organização foi constantemente monitorada por distintos aparelhos de segurança: somente entre a documentação integrada

36 *Ibid.*

à base de dados *online* do APESP, correspondente aos acervos do antigo DEOPS/SP e de seu provável sucessor, o Departamento de Comunicação Social (DCS) da Polícia Civil, há mais de seiscentas e oitenta entradas indicando documentos relativos ao monitoramento da CS. Especialmente a partir dos preparativos para a celebração do 1º de maio de 1977, quando membros da organização que distribuíam panfletos no ABC paulista foram presos e torturados, a atuação da Liga Operária ganhou uma nova dimensão na esfera pública. Os demais militantes do ainda pequeno agrupamento decidiram buscar apoio no movimento estudantil, para denunciar e revogar as prisões.[37] A tática, bem-sucedida, foi novamente utilizada no segundo semestre de 1978, quando vinte e três militantes, além de três dirigentes internacionais trotskistas ligados à Fração Bolchevique da Quarta Internacional, foram presos em São Paulo, pouco após a convenção fundacional do Movimento Convergência Socialista.[38]

Naquela ocasião, Gradella já se encontrava atuando em São José dos Campos, uma das cidades onde a arbitrariedade das prisões dos militantes da CS foi discutida junto ao comitê local da Comissão de Anistia. Gradella considera que as manifestações de solidariedade aos presos políticos não apenas salvaram suas vidas como compuseram as "primeiras manifestações que foram colocando um freio às mortes dentro da ditadura militar":

> Então nós participávamos das lutas pela anistia, naquele momento, fizemos vários atos pela anistia. Havia ali um grupo inicial de pessoas que se reuniam pra isso, a Juana Blanco era uma das pessoas, que depois veio a ser esposa do prefeito Emanuel Fernandes, ex-prefeito, né? Ela participava na época, pelo Partido Comunista, e nós da Convergência, e mais algumas pessoas ligadas ao movimento estudantil. Chegamos a fazer vários atos pela anistia aqui na cidade, chegamos a fazer um ato quando houve a prisão, pela libertação do pessoal da Convergência e dos demais presos políticos, um ato aqui na Câmara Municipal. Enfim, em 1978, essa foi a principal luta que ocorreu.[39]

37 As prisões de Celso Giovanetti Brambilla, Márcia Basseto Paes e José Maria de Almeida ocorreram na madrugada de 28 de abril. Pouco depois, também foram presos o operário Adamir Marini e os estudantes Fernando Antonio Oliveira Lopes, Anita Maria Fabria, Fortuna Dwerk e Cláudio Lúcio Gravina, todos militantes ou simpatizantes da Liga Operária. Sobre essas prisões e a campanha de solidariedade que elas suscitaram, ver o documentário produzido pelo PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO. *A Convergência Socialista e a Ditadura Militar*. 40 min, 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SBrQ91vAVEs. Acessado em janeiro de 2020.

38 *Ibid*.

39 Entrevista de Ernesto Gradella Neto. *Histórias e Memórias*. Fundação Cultural Cassiano Ricardo, primeiro semestre de 2014. Parte I. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ONZN9hmrtAc. Consultado em janeiro de 2020.

No ano de 1978, portanto, já havia certa efervescência política na região de São José dos Campos, assim como operários e militantes políticos dispostos a organizar o movimento sindical da cidade, à revelia dos "pelegos". De acordo com Guerra, o presidente do SMSJCR, José Domingues, já estava a par da "insatisfação que se alastrava nas fábricas e temia a possibilidade de que, impulsionados pela greve no ABC, metalúrgicos ativistas de base conseguissem mobilizar a categoria e paralisar a produção".[40] A propagação da greve do ABC em 1978 para o interior foi evitada graças a um "acordo de cavalheiros", o Protocolo de Intenção de Reajustamento Salarial de Emergência, assinado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e pela Federação Metalúrgica de São Paulo, da qual o SMSJCR fazia parte. O acordo, ainda segundo a pesquisa de Guerra, foi descumprido pela grande maioria das empresas da região de São José dos Campos[41], o que deve ter contribuído para ampliar a disposição grevista da base no ano seguinte.

Outras categorias da região também começavam a deflagrar paralisações como tática de luta naquele período, como demonstrado pela pouco lembrada greve dos condutores de ônibus de São José dos Campos, em fevereiro de 1979, que antecedeu a dos metalúrgicos. De acordo com depoimento de José Dias, motorista empregado da empresa São Bento – cujos donos eram também proprietários do principal veículo de comunicação impressa da região, o jornal *Valeparaibano* –, a greve se iniciou de maneira espontânea, liderada por dois motoristas, Heitor e "Baiano", sumariamente demitidos após a mobilização. Segundo Dias, que na década seguinte faria parte da direção sindical da categoria, quando a greve de 1979 se iniciou, "pela primeira vez apareceu o Sindicato dos Condutores, até então nunca ninguém tinha ouvido falar desse sindicato":

> E o presidente do sindicato, […] José Alves, chegou e disse para os trabalhadores: - "vocês estão errados, não podem fazer greve. Vocês têm que voltar a trabalhar e não tem o que fazer. Vocês estão errados", e acabou com a greve. E em bloco o patrão sindicalizou todo mundo automaticamente e passou a descontar a mensalidade em folha de pagamento.[42]

O papel desmobilizador cumprido pela direção sindical teria, nesse caso, uma contrapartida bastante objetiva, inflando os cofres do sindicato, o que

40 GUERRA, *Op. cit.*, p. 72.

41 *Ibid.*, p. 73

42 APMSJC. *Anais da Câmara Municipal de São José dos Campos. Comissão da Verdade Michal Gartenkraut. Sétima Audiência Pública – Parte I. "A Luta pela Anistia dos Trabalhadores Demitidos por Motivo de Greves na Ditadura Militar"*. Depoimento de José Dias. 26 de março de 2014. Anexo I, Apostila XIII, fls. 47-8.

demonstra a que ponto podiam chegar as relações de cooperação e cumplicidade entre a patronal e os "pelegos". A greve dos condutores, contudo, era um prenúncio de que aqueles arranjos tinham seus dias contados. No mês seguinte, a maior categoria operária da região deflagraria sua primeira greve desde o golpe de 1964, desafiando a patronal, o Estado e a burocracia sindical.

1.2 A GREVE DE 1979 E A FORMAÇÃO DA OPOSIÇÃO METALÚRGICA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A reação patronal gerada pelo ascenso de 1978 se materializou em um nível superior de organização do empresariado, que começou a se preparar para lidar com eventuais greves. Em fevereiro do ano seguinte, as paralisações já faziam parte de seu horizonte de expectativas, como demonstra um comunicado da entidade patronal Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo (SIMESP), publicado na *Folha de S. Paulo* e mencionado na dissertação de Guerra, conclamando as empresas a aumentarem a resistência e prepararem seus estoques, o que diminuiria a pressão imposta por eventuais movimentos grevistas.[43] O movimento no ABC em 1978 havia provocado também uma relocalização política por parte de algumas direções sindicais "pelegas", e esse parece ter sido o caso de José Domingues, à frente dos metalúrgicos de São José. Isso explicaria a participação do SMSJCR no IX Congresso de Entidades Sindicais dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, que ficaria conhecido como "Congresso de Lins", em janeiro de 1979, no qual foram aprovadas propostas de luta unificada da categoria e, inclusive, a da fundação de um Partido dos Trabalhadores. Além disso, a entidade repudiou as declarações do SIMESP, incentivando os metalúrgicos de São José a não fazerem horas extras, e estabeleceu um diálogo com ativistas da região que haviam participado do congresso, comprometendo-se a levar adiante uma campanha salarial em 1979, com panfletagens e assembleias.[44]

Entre os participantes do Congresso estava Gradella. Ele conta que, em fevereiro, quando a campanha salarial começou, assembleias passaram a ser convocadas e as panfletagens efetivamente ocorreram, com material rodado pelo sindicato, embora sem a assinatura da entidade. Militantes da CS tomaram parte nessas panfletagens, segundo Gradella, a convite do próprio

43 *Folha de S. Paulo*, 2/2/1979.

44 GUERRA, *Op. cit.*, pp. 74-6.

José Domingues.[45] É difícil avaliar exatamente as razões que motivaram a guinada tática da direção "pelega" do SMSJCR.[46] Além da relocalização política apontada por Gradella, devemos ter em conta as pretensões eleitorais de José Domingues, recuperadas por Guerra[47]: o então presidente do SMSJCR se candidatara à prefeitura de São José dos Campos pela ARENA nas eleições de novembro de 1978, mas não tivera votação expressiva, indício de seu desgaste enquanto figura pública. Também seria plausível supor que, ao envolver jovens ativistas alheios à direção do sindicato na construção de uma assembleia, a diretoria pretendesse minimizar os riscos pessoais a seus membros, pois, caso as panfletagens e a convocação de assembleias incomodassem as forças repressivas, seria possível à entidade tentar se eximir de qualquer responsabilidade. Contudo, é igualmente plausível que José Domingues e seus colegas não tivessem ainda uma noção exata da filiação e do perfil político dos ativistas que foram a Lins, bem como da capacidade de intervenção dos membros da CS, e estivessem buscando construir uma rede capaz de resgatar a influência dos dirigentes sindicais dentro das fábricas. Se esse era o caso, logo perceberiam seu equívoco.

Gradella conta que a receptividade da categoria à convocação de assembleias, a partir de fevereiro de 1979, não poderia ser maior. Apesar de "muito mal chamadas" (ou seja, construídas sem o empenho efetivo do aparelho sindical), as assembleias daquela campanha salarial se tornaram massivas, com a participação de milhares de operários: "os trabalhadores iam pra assembleia, queriam mudança".[48] Por conta do número de participantes, as assembleias da categoria tiveram que ser realizadas na quadra do Sindicato dos Têxteis, já que a sede dos metalúrgicos não possuía um local adequado para receber tamanho contingente. A partir da segunda assembleia, foram retiradas todas as cadeiras do ambiente, "para caber todo mundo de pé lá, senão, não cabia".[49]

Na noite de 13 de março de 1979, mais de dois mil metalúrgicos se reuniram no Sindicato dos Têxteis de São José dos Campos. A direção do SMSJCR defendia a homologação de um acordo negociado na véspera entre a FIESP e a FMESP, que previa reajustes salariais de cerca de 60%, argumentando que "não havia possibilidade de um acordo melhor", mas o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SMSBCD) e outras

45 "E o Zé Domingues participou desse congresso [de Lins] também. Então, ele voltou aqui, acho que meio renovado, tentando… Tanto que quando nós fomos conversar com ele como Convergência pelo, é… da questão da campanha salarial, ele… ele falou assim: 'Oh, a gente faz aí uns boletins pra vocês…'. Mas sem 'timbra' [selo oficial da entidade], né? Fez, chamando as assembleias. 'Se vocês quiserem ajudar entregar, a gente pode entregar'. Então a gente passou a distribuir isso daí (…) E você sentia a receptividade nas fábricas, né?" Entrevista de Ernesto Gradella Neto (CVM/SJCR, 28/01/2014).

46 "Os dirigentes joseenses pareciam blefar para barganhar um aumento salarial mais elevado junto aos empresários e acalmar os ânimos de sua base, sem qualquer intenção de levar adiante a luta para repor integralmente as perdas dos anos anteriores, embora Domingues reafirmasse seu comprometimento e disposição em levar as reivindicações dos trabalhadores às últimas consequências, contribuindo dessa forma para gerar uma atmosfera de mobilização crescente." GUERRA, *Op. cit.*, p. 76.

47 *Ibid.*, p. 74.

48 Entrevista de Ernesto Gradella Neto. *Histórias e Memórias*…, Parte I.

49 Entrevista de Ernesto Gradella Neto (CVM/SJCR, 28/01/2014).

três entidades da categoria, que não haviam tomado parte nas negociações, apontavam no sentido de uma greve, deflagrada em São Bernardo do Campo já no dia 13.[50] A mobilização em São Bernardo havia incendiado os ânimos dos metalúrgicos do Vale do Paraíba: cartazes, panfletos e palavras de ordem incentivando a greve deram o tom da assembleia, na contramão das intenções dos "pelegos".[51]

A última cartada de José Domingues para impedir a aprovação da paralisação foi se aferrar aos aspectos técnicos da legislação em vigor, propondo que a votação da greve fosse feita com o uso de uma urna, de cédulas e um livro de registro de votantes. Entretanto, Eduardo Steters Cândido, apelidado "Tambaú", um jovem militante da CS, operário da Fi-El, pedindo a palavra, adiantou-se em relação aos dirigentes sindicais e propôs a paralisação, aprovada por aclamação.[52] À revelia de José Domingues e seus colegas, que abandonaram o local, a greve estava deflagrada.[53] Em seguida, a assembleia elegeu um "comando de greve", responsável pela coordenação da paralisação das fábricas, que se iniciou ainda na noite do dia 13 de março, pela Fi-El. Os metalúrgicos demandavam um aumento da ordem de 78%.

Do "comando" daquela greve, fizeram parte três futuros presidentes do SMSJCR: Ary Russo (operário da Ericsson), José Luiz Gonçalves (Detroit Diesel, subsidiária da GM) e Antonio Donizete Ferreira (GM). Naquele contexto, entravam em contato pela primeira vez trabalhadores e ativistas que, até então, não se conheciam, mas que compartilhavam percepções e inquietações acerca dos problemas da categoria metalúrgica na região e do regime político que vigorava no país. Vejamos, por exemplo, a narrativa de José Luiz. Vindo de Itajubá/MG, no final da década de 1960, Gonçalves estudara no SENAI e se ocupara na indústria metalúrgica de sua região natal, até ser convidado a se transferir para São José dos Campos, onde os salários eram melhores, para trabalhar no projeto Sonda, junto ao Centro Técnico Aeroespacial (CTA). Depois disso, teve uma breve passagem pelo setor calçadista, empregando-se na Alpargatas, e em 1976 foi contratado pela Detroit Diesel, fabricante de motores subsidiária da GM, instalada no interior da planta da montadora.

Relembrando seus primeiros momentos dentro da GM, Gonçalves conta que os níveis de vigilância e cerceamento dos operários eram altíssimos. Entretanto, os trabalhadores das "áreas especializadas", com formação técnica, como era seu caso, tinham mais liberdade, em relação aos demais, uma vez

50 GUERRA, *Op. cit.*, p. 76; PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Era Uma Vez em São Bernardo*: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982). 2ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011, pp. 149-151.

51 *Valeparaibano*, 14/3/1979.

52 *Ibid.*; "Esse companheiro, que era o Tambaú, que era da Convergência, pediu a palavra, e ele mesmo votou a greve, né? Pegou, gritou, e pulava, e ia em cima, e agitou de tal maneira que ele falou: 'E agora quem é a favor da greve levanta o braço'. E o pelego [José Domingues] com a urna na mão, sem saber o que fazer, né? Porque ele também não tinha experiência de enfrentar um grupo organizado dessa maneira." Entrevista de Ernesto Gradella Neto (CVM/SJCR, 28/01/2014).

53 SMSJCR. *Especial 55 Anos – 1956/2011.* Publicação comemorativa de 55 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. São José dos Campos: Departamento de Comunicação do SMSJCR, 2011. p. 9.

que não podiam ser tão facilmente substituídos.[54] Em outro depoimento, ele traça um quadro das interações entre os operários no interior da planta e indica como os trabalhadores interessados em fomentar discussões políticas entre seus companheiros atuavam diante de um ambiente pouco propício a isso, dada a vigilância e o cerceamento impostos pela patronal:

> Nós começamos a trabalhar. Lá, dentro da ferramentaria, formou três grupos: um grupo mais de discussão política e jornal, outro grupo discutia lá jogo de futebol e outro lia revista pornográfica. Então juntava os três grupos na hora do almoço e cada um fazia uma coisa. Eu estava no grupo dos jornais, de ler e discutir as coisas. Nós começamos a fazer discussão, lendo *Pasquim*, alguma coisa que a gente levava para dentro. Eles tomavam o jornal. A gente levava clandestino porque lá na fábrica da GM não podia entrar com o material *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo*, o jornal. Não podia entrar na fábrica, não, era barrado, mas a gente levava clandestino e discutia.[55]

De acordo com Gonçalves, naquela época, o serviço de segurança da GM se encontrava "militarizado". O comandante da equipe de segurança da Detroit Diesel, por exemplo, era um coronel da reserva de Caçapava. Por conta disso, ainda que José Luiz e outros operários do "grupo dos jornais" pensassem em se manifestar contra o governo militar, por ocasião da vinda do presidente Geisel a São José dos Campos, para a inauguração de uma fábrica, decidiram não fazê-lo de maneira aberta, por temer as represálias: "vai ser preso e todo mundo demitido". Assim, quando os operários foram liberados para assistir o discurso do presidente, José Luiz e alguns de seus colegas decidiram continuar trabalhando. "Foi uma manifestação que nós arrumamos, um jeito de fazer para não ser punido. Mas foi um gesto de dizer: nós não temos nada a ver com esse presidente".[56] Gonçalves, que mais tarde tomaria parte na construção do PT, até então, não exercia nenhum tipo de militância organizada, mas se considerava uma pessoa "de esquerda".[57] Sua trajetória e

54 Entrevista de José Luiz Gonçalves. *Histórias e Memórias.* Fundação Cultural Cassiano Ricardo, primeiro semestre de 2014. Parte I. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ugdrbuUkifs. Consultado em janeiro de 2020.

55 APMSJC. *Anais da Câmara Municipal de São José dos Campos. Comissão da Verdade Michal Gartenkraut. Sétima Audiência Pública – Parte I. "A Luta pela Anistia dos Trabalhadores Demitidos por Motivo de Greves na Ditadura Militar".* Depoimento de José Luiz Gonçalves. 26 de março de 2014. Anexo I, Apostila XIII, fl. 32.

56 *Ibid.*

57 *Ibid.*, fl.. 33.

suas opiniões guardavam alguma semelhança com as de Antonio Donizete Ferreira, o "Toninho", outro importante sujeito dessa narrativa.

Nascido em 1958, em Guaranésia (MG), Toninho chegou ao Vale do Paraíba com 19 anos de idade. Dois de seus irmãos mais velhos haviam se empregado como metalúrgicos no ABC, ainda na década de 1960, e um deles levava periódicos e tabloides, como o *Pasquim* e a *Veja*, para Toninho quando voltava a Guaranésia. Aqueles materiais seriam lembrados pelo futuro presidente do SMSJCR como os veículos que primeiro o colocaram em contato com a realidade política do país. Não havendo escolas que oferecessem o "colegial" (equivalente ao atual Ensino Médio) naquela área, Toninho decidiu ir para a região de São José dos Campos para estudar e procurar emprego, aproveitando o fato de que a família de um amigo de infância havia se mudado para o município vizinho de Jacareí. Hospedado por aquela família, em pouco tempo, Toninho conseguiu um emprego na GM: "A jornada era de 48 horas semanais. Então, na época do inverno, você entrava no escuro e saía no escuro. Você trabalhava demais".[58]

A rápida percepção da superexploração, aliada a certa dose de indignação e disposição juvenil, fizeram com que Toninho comparecesse à assembleia de greve em março de 1979, após receber um panfleto de convocação na porta da GM: "E eu pego esse panfleto na porta da fábrica. Aí fui lá ver como era. Jovem, 'vamos lá ver'. É uma diversão, tudo é uma diversão. E eu vou nessa." Após a proposta da greve ser encaminhada por Tambaú e aprovada pela categoria, o Comando de Greve é montado, e Toninho se integra: "E eu faço parte desse Comando de Greve, sem entender muita coisa". É nesse contexto que Toninho entra em contato com a CS, através do jornal de mesmo nome vendido por seus militantes, e em pouco tempo se integra à organização trotskista: "Eu compro o jornal e falo: 'Isso aqui que eu estou procurando, diacho, isso que eu estou querendo fazer!'".[59]

Algumas mulheres metalúrgicas também se aproximaram do movimento operário joseense na ocasião da deflagração de greve de 1979. Foi o caso de Maria Inês de Oliveira, operária negra vinda de Barretos/SP, que havia começado a trabalhar no setor em 1975:

> Então, antes de eu ser metalúrgica eu trabalhei em um monte de lugar. Eu comecei a trabalhar de empregada doméstica com dez anos de idade, quando eu cheguei de Barretos, porque eu vim de Barretos. A gente era muito pobre, e minha mãe queria tirar a gente da escola para trabalhar de empregada doméstica, para sobreviver. Aí depois disso eu trabalhei em padaria, trabalhei de babá, de cozinheira… Comecei a trabalhar na fábrica já ia fazer

58 Entrevista de Antonio Donizete Ferreira. Concedida ao autor, 23/5/2018.

59 *Ibid.*

> 17 anos, que foi a primeira fábrica que eu trabalhei. Foi a Ericsson, em 1975. Aí entrei para trabalhar na produção. Trabalhei lá até 1980. De 1975 até 1979, até final de 1978, eu não tinha nada a ver com política. Acho que já tinha assim, por instinto, "putezas", revoltas. Mas não tinha para onde canalizar, porque não tinha consciência política, né? Aí, em 1978, eu comecei a discutir com um pessoal que era de um partido que na época chamava PRT [Partido Revolucionário dos Trabalhadores], que era de esquerda também. Através da minha irmã, que trabalhava na National e era operária também, que eu conheci o Zé Orlando, que era um cara que era, aqui, do PRT de São José, dirigente do PRT. Aí comecei a discutir, comprar o jornal, bater papo, e continuei. Aí em 1979, março de 79, estourou a greve. A primeira greve metalúrgica de São José desde 56, quando o Zézinho tomou posse do sindicato. O Zé Domingues. Eu estava grávida da minha filha, de quatro meses, na época. Estava na Ericsson ainda. Fui pra greve junto com o pessoal.[60]

Na greve, Inês também toma contato com a CS, através do periódico dos trotskistas, e passa a discutir com a organização. Certamente, a CS buscava ganhar para suas fileiras pessoas com os perfis de Toninho e Inês: jovens trabalhadores de grandes fábricas, dispostos a atuar no movimento operário e insatisfeitos não somente com suas condições de trabalho e remuneração, mas, igualmente, com o regime ditatorial. A aproximação entre esses novos ativistas que apareciam no movimento sindical e a organização partidária se dava a partir de debates sobre o jornal, dentro e fora das fábricas – a depender dos níveis de repressão e das táticas desenvolvidas pelos militantes para evitá-la, temas que discutiremos adiante.

Na manhã do dia 14 de março de 1979, os membros do Comando e os demais ativistas e trabalhadores "de base" que compareceram ao sindicato, para organizar os piquetes da greve, ou simplesmente para se informar, depararam-se com a entidade fechada:

> A gente chegou aqui, a peãozada, acho que tinha uns 3.000 "peão", chegamos aqui e o sindicato estava trancado. Cheio de "bate-pau" [seguranças informais] na porta pra não deixar a gente entrar. Pelego fechou o sindicato, apagou as luzes, botou os seguranças e foi embora. Largou nós sozinhos na greve. […] Aí a gente

60 Entrevista de Maria Inês de Oliveira (CVM/SJCR, 10/03/2014).

> ficou sem ter o que fazer. Daí tinha um pessoal que conhecia o pessoal dos têxteis. […] Daí eles abriram o sindicato deles pra gente ficar lá embaixo, perto da Linha Velha [ferroviária]. Eles abriram o sindicato pra gente, daí a gente desceu tudo pra lá e ficamos lá. Chegamos lá e tinha um monte de polícia, que estavam seguindo a gente, na porta e tal. Daí a gente entrou e fez a assembleia com a "peãozada" e votou greve por tempo indeterminado, e ficamos lá dentro do sindicato.[61]

Enquanto José Domingues mantinha o sindicato fechado e dava declarações à imprensa, qualificando a greve como "inútil" e suicida[62], o Comando de Greve organizava a paralisação das empresas da região. Gradella descreve a formação dos piquetes e a ampla aceitação da paralisação entre os trabalhadores da categoria:

> Fomos pra greve, a greve não tinha caminhão de som, não tinha carro do sindicato, não tinha nada disso, nem boletim. A greve era feita por piquetes que iam lá e falavam com os trabalhadores, e os trabalhadores entravam em greve. […] Então a gente organizava, o pessoal da Fi-El ia pra Bundy, o pessoal da GM ia pra Ericsson, trocávamos apenas a fábrica das pessoas pra fazer o piquete. E a greve tinha aceitação geral, bastava você chegar na porta e falar "pessoal, é greve!", e os trabalhadores mesmo entravam em greve, sabiam da necessidade. Não havia necessidade de convencimento maior em relação a isso. Os trabalhadores passaram duas décadas, quase, sem poder falar nada, né? Sem poder brigar, sem qualquer participação em nada. Então, quando sentiu, toda aquela insatisfação represada veio à frente, os trabalhadores queriam salário, queriam recuperar, havia um crescimento industrial no país, havia crescimento na economia e os salários estavam extremamente arrochados.[63]

61 *Ibid.*

62 *Valeparaibano*, 15/3/79; GUERRA, *Op. cit.*, p. 80.

63 Entrevista de Ernesto Gradella Neto. *Histórias e Memórias…* Parte I.

Em sua dissertação, Guerra recuperou os principais aspectos da dinâmica da greve metalúrgica de 1979, avaliando que os piquetes, "principal tática utilizada para garantir a paralisação do trabalho nos dois primeiros dias de greve", de fato, não tinham como principal função favorecer o convencimento de operários relutantes em aderir ao movimento (uma vez que, como descreve Gradella, a aceitação da paralisação parece ter sido generalizada), mas antes, proteger os operários da retaliação patronal.[64] Assim, ao se dirigirem para fábricas que não eram aquelas onde estavam empregados, os grevistas minimizavam as chances de serem identificados por colegas, seguranças e chefes, algo que poderia acarretar em demissões.[65] O historiador registra ainda que a utilização da tática teve sucesso nos momentos iniciais da mobilização (dias 13 e 14 de março), e que, apesar da constante presença policial, quase não houve registro de conflitos – de acordo com os ativistas metalúrgicos, apenas na GM o clima era mais turbulento, por conta das "provocações premeditadas" da equipe de segurança da empresa.[66]

Contudo, a situação se alteraria sensivelmente nos dias seguintes, com níveis crescentes de intervenção policial sobre os piquetes. A partir de 15 de março, contingentes adicionais da polícia militar foram deslocados de outras cidades do Vale para São José dos Campos. Guerra considera que o avanço da greve sobre plantas consideradas estratégicas pelos militares, como a Embraer e a Engesa, pode ter favorecido a rápida mudança de postura do poder público, que passou a privilegiar a ação repressiva para desmontar os piquetes. Com base na imprensa local, o historiador registra alguns dos relatos de agressões policiais contra piqueteiros, especialmente nas portarias da GM, da Fi-El e da Eaton.[67] O depoimento do operário Josias de Oliveira Mello, prestado à Comissão da Verdade dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (CVM/SJCR) em 2014, revela um episódio ainda mais grave de repressão que, de acordo com o metalúrgico, teria ocorrido naquele momento da greve. Trabalhador da GM, Josias participou de um dos piquetes na portaria da Fi-El. Naquela ocasião, a polícia teria detido, insultado e agredido "mais ou menos cem pessoas" em uma sala no interior da fábrica:

> Era uma sala fechada, pouco ar, e só tinha uma saída, que era onde estavam os policiais, não tinha pra onde você sair, ali, se tivesse que fazer alguma coisa, a gente ia fazer, porque não tinha outra saída. Eu lembro que

64 GUERRA, *Op. cit.*, p. 81.

65 Paulo Fontes e Francisco Macedo apresentam uma interpretação similar da utilidade dos piquetes, ao analisar as mobilizações metalúrgicas em São Bernardo do Campo entre 1978 e 1980. *Cf.* FONTES, Paulo; MACEDO, Francisco Barbosa. "Strikes and Pickets in Brazil: Working-Class Mobilization in the 'Old' and 'New' Unionism, the Strikes of 1957 and 1980". *International Labor and Working-Class History*, No. 83, pp. 86–111, 2013. O argumento é apresentado à p. 101.

66 GUERRA, *Op. cit.*, pp. 81, 83.

67 *Ibid.*, p. 86; *Valeparaibano*, 16/3/79.

> eles entravam dentro da sala, os soldados, sargento, e ficavam tirando onda com a cara da gente, né? Falavam: "Ah! Vocês são os comunistas. Vocês são baderneiros". E nós todos sentados no chão, os caras sentavam, pegavam, pisavam no pé, chutavam o pé do cara, puxavam o cabelo […] E não tinha como fazer nada. Eu lembro que a gente tava dentro dessa sala, a gente chegou até comentar que podia sair todo mundo e partir pra cima, mas não dava, porque tinha muita polícia lá fora. Nós íamos sair e era capaz deles matarem a gente até, né? Então a gente ficou. Quando foi mais ou menos meio-dia, eles liberaram algumas pessoas. Eu fui liberado, inclusive. Liberaram e a gente… isso foi lá na Fi-El. Na época eu tava sem dinheiro, eu vim da Fi-El até a minha casa a pé, andei mais ou menos umas duas horas a pé, que eu morava em Santana [bairro operário de São José dos Campos]. Atravessei a cidade toda e fui chegar em casa já era meio-dia, depois da greve. Depois no outro dia, nós fomos pra fábrica novamente.[68]

Ainda no dia 15, o piquete que garantia a paralisação na GM, formado por mais de duas centenas de grevistas, foi afastado dali pela polícia; diante disso, os operários mobilizados paralisaram a Via Dutra, impedindo a passagem de cerca de trinta ônibus que transportavam metalúrgicos empregados na montadora. Por um lado, os grevistas começavam a apresentar traços da versatilidade tática que caracterizaria muitas de suas mobilizações nos anos seguintes; por outro, a patronal, a burocracia sindical e o Estado reconheciam a força e a determinação dos operários, intensificando seus esforços para contê-los. De acordo com Guerra, para coibir a formação de novos piquetes, "em cada indústria ficaram de prontidão naquela noite pelo menos oito soldados e duas viaturas, exceto na GM, onde a vigília contou com cinco veículos".[69] Através das rádios locais, as empresas passaram a convocar seus funcionários para que retornassem imediatamente ao trabalho. José Domingues, por sua vez, declarou que a greve estava encerrada, sem consultar a categoria. Entretanto, o Comando de Greve, ainda se reunindo no Sindicato dos Têxteis, não reconheceu a decisão do presidente do SMSJCR, uma vez que apenas uma assembleia da categoria poderia decretar o fim do movimento.

A partir de 16 de março, na tentativa de evitar a repressão policial, os piquetes passaram a ocorrer nos corredores de ônibus que ligavam os bairros operários da cidade e a Via Dutra, em cujas margens estavam instaladas muitas das principais fábricas metalúrgicas. Ainda de madrugada, os ativistas

68 Entrevista de Josias de Oliveira Melo (CVM/SJCR, 05/08/2014).

69 GUERRA, *Op. cit.*, p. 87.

se dirigiam às vias pelas quais passavam os ônibus que transportavam os trabalhadores, parando-os para que desembarcassem e se somassem aos piquetes seguintes. Contudo, a polícia rapidamente identificava essas ações. Quando os policiais chegavam, os trabalhadores se dispersavam e, em seguida, reencontravam-se em outros pontos previamente combinados para retomarem os piquetes, mas, com a polícia em estado de alerta, a eficácia da tática se reduzia. Nos dias seguintes – de acordo com a investigação de Guerra, "diretamente orientados por Lula", então já em contato com os grevistas de São José[70] –, os ativistas decidem abandonar os piquetes, passando a um trabalho de convencimento nos pontos de ônibus dos bairros operários, através da distribuição de panfletos e conversas que buscavam se contrapor à narrativa patronal-midiática que se estabelecia, segundo a qual quase dois terços dos metalúrgicos da cidade já teriam voltado ao trabalho, dado contestado pelo Comado de Greve.[71]

Na sexta-feira, 17 de março, o Comando de Greve é desalojado do Sindicato dos Têxteis, por ordem de seu presidente, José Maria dos Santos, atendendo a uma solicitação de José Domingues. A sede do Comando é transferida para a Casa do Jovem, local cedido aos grevistas pelo prefeito joseense, Joaquim Bevilacqua (do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, partido de oposição consentida à ditadura), "em atendimento a um pedido de Lula".[72] Em todo caso, a greve já dava sinais de desgaste, e embora o Comando seguisse defendendo a continuidade da mobilização, seus membros, constantemente perseguidos pela polícia durante aquela semana, também percebiam que a manutenção da paralisação rapidamente se tornaria inviável. Gradella, assim como dezenas de outros ativistas, já havia sido detido pela polícia durante os piquetes e liberado horas depois.[73] Eduardo Steters Cândido, o "Tambaú", conta que, nos últimos dias da mobilização, o cerco policial sobre os ativistas que a dirigiam se intensificou: "Eu me lembro que depois de vários dias de greve eu não podia sair inclusive, porque a polícia estava para pegar. Eu fiquei conhecido como o 'homem de camisa verde', desgraçadamente foi 'camisa verde' porque eu não podia tomar durante sete dias um banho sequer."[74]

Antevendo a provável retaliação patronal, os dirigentes da mobilização metalúrgica consideravam que era essencial firmar acordos com as empresas para que não houvesse desconto das horas paradas, bem como garantir a

70 *Ibid.*, p. 89.

71 *Valeparaibano*, 17/3/79. Destaque-se que a tática de atuação nos bairros operários também havia sido experimentada pelos metalúrgicos do ABC, no ano anterior e nas greves de 1979 e 1980. Essa atuação é analisada, especificamente no caso da greve de 1980, por FONTES; MACEDO, *Op. cit.*, p. 104 ss.

72 GUERRA, *Op. cit.*, p. 91.

73 "Eu mesmo fui preso fazendo piquete na cidade, depois eles soltavam, né? Porque também, aí ficavam com aquele monte de piqueteiro lá, né, toda hora prendia, soltava, e pronto. Andava com você pela cidade, um pouco no camburão, depois levava na delegacia e soltava". Entrevista de Ernesto Gradella Neto (CMV/SJC, 28/01/2014).

74 APMSJC. *Anais da Câmara Municipal de São José dos Campos. Comissão da Verdade Michal Gartenkraut. Sétima Audiência Pública – Parte II. "A Luta pela Anistia dos Trabalhadores Demitidos por Motivo de Greves na Ditadura Militar"*. Depoimento de Eduardo Steters Cândido ("Tambaú"). 2 de abril de 2014. Anexo I, Apostila XIV, fl. 15.

estabilidade dos grevistas em seus empregos. Em sua pesquisa, Guerra não encontrou indícios de que tais acordos houvessem sido conquistados até o momento em que a greve efetivamente se encerrou, em uma assembleia que reuniu mais de mil metalúrgicos no domingo, dia 19 de março. O historiador indica que as demissões de funcionários identificados como grevistas e, sobretudo, das lideranças do movimento, teriam se iniciado já no dia 20, imediatamente após a conclusão da greve, algo que, seguramente, ocorreu em diversas fábricas.[75] Um documento de monitoramento da greve, produzido pela Aeronáutica, registra que o Comando de Greve discutiu a questão com representantes do SMSJCR, mas não obteve um compromisso da entidade, que alegou não poder oferecer tal garantia "sem consultar as indústrias".[76]

Entretanto, existem indícios de que os grevistas lograram estabelecer acordos daquele tipo, ao menos com algumas empresas. Toninho comenta que a greve de 1979 foi vitoriosa, não apenas por ter lançado as bases do que viria a ser a Oposição Metalúrgica da região – cuja primeira reunião, realizada uma semana após o desfecho da greve, foi construída por determinação da mesma assembleia que concluiu o movimento –, mas também por ter conquistado estabilidade para os trabalhadores:

> Então nós conseguimos uma estabilidade, se eu não me engano, de dois ou três meses. Creio que de três meses. Então tem uma estabilidade a todos os trabalhadores. E nós que éramos do Comando Geral de Greve ficamos na fábrica. A fábrica cumpriu, a GM cumpriu esses três meses. Mas nós sabíamos que íamos ser demitidos. Então nós passamos dois ou três meses só fazendo política dentro da fábrica. Trabalhar mesmo, quase nada. Porque a gente sabia que ia ser demitido no final da estabilidade. E aconteceu que, quando terminou a estabilidade, nós fomos demitidos. Todo o pessoal do Comando Geral de Greve que estava na GM, e tinha um grupo bastante grande que participava.[77]

É possível que esse período de estabilidade não tenha sido respeitado na grande maioria das fábricas da região, mas o fato de uma empresa do porte da GM ter aceitado essa condição demonstra que a patronal se vira

75 GUERRA, *Op. cit.*, p. 92. O autor sintetiza esse processo de perseguição e suas consequências, que acompanharemos em detalhe adiante, nos seguintes termos: "Uma vez na rua, encontrar trabalho na região não seria simples, visto que 'listas negras' e 'atestados de antecedentes político-ideológicos' foram largamente utilizados pelo empresariado para afastar de seus domínios os 'elementos' considerados 'radicais'." *Ibid.*, p. 95.

76 Informação nº 0337/CISA-RJ, de 16 de abril de 1979, fl. 3. APMSJC, Fundo Comissão Michal Gartenkraut, "Documentos João Bosco, Vol. 1", fl. 101.

77 Entrevista de Antonio Donizete Ferreira (CVM/SJCR, 29/01/2015).

obrigada a reconhecer, em algum grau, a legitimidade do movimento e das lideranças de fato da categoria naquela mobilização. José Luiz Gonçalves, outro dos membros do Comando de Greve empregados na GM, conta que tinha boas relações com seu superior imediato e havia até mesmo recebido aumentos nos meses anteriores, em reconhecimento ao fato de que era "um bom profissional", o que não bastou para livrá-lo de ser dispensado:

> No caso meu, na GM, em 79, o meu chefe imediato foi chamado lá para falar [com um gerente, que haveria dito]: "o Zé Luís está no comando de greve, falou na assembleia, está dirigindo greve, como é que você tem esse cara aqui? […] Como é que você dá aumento para o cara e o cara é líder de greve? Manda embora". Aí o chefe desceu tremendo, foi falar comigo. […] A gente tinha um bom diálogo. Falou: "como é que você entrou nessa. Se eu for segurar você, eu vou […] [ser mandado] embora. Então, vou ter que mandar você embora porque não vou botar meu pescoço". Então, ele foi chamado lá em cima e me mandou embora.[78]

Eduardo Steters, o Tambaú, parece ter sido um dos membros do Comando mais rapidamente demitidos, logo após o fim da greve. Já Ernesto Gradella, embora estivesse empregado na mesma fábrica que seu companheiro de militância, demorou mais a ser dispensado da Fi-El. Vejamos:

> Eu, como tava, na época, na Siderúrgica Fi-El, e eu tava na área comercial, o que eles fizeram? Eles pegaram e me mandaram pra São Paulo, falaram: "Agora você tem uma saída, agora você vai trabalhar em São Paulo", em um setor lá, meio escondido. Enfim, mandaram lá, fiquei lá um mês e me mandaram embora. Mas comigo eles fizeram essa outra etapa. Primeiro me mandaram pra São Paulo, pra depois ser demitido.[79]

78 APMSJC. *Anais da Câmara Municipal de São José dos Campos. Comissão da Verdade Michal Gartenkraut. Sétima Audiência Pública – Parte I…* Depoimento de José Luiz Gonçalves. 26 de março de 2014. Anexo I, Apostila XIII, fl. 34. José Luiz foi demitido em agosto de 1979, outro dado que fortalece a ideia de que um período de estabilidade foi respeitado, mas não a comprova, uma vez que outras explicações são igualmente possíveis. Pelo depoimento, não é possível precisar se a identificação de José Luiz como ativista pela gerência da GM se deu ainda durante o período da greve (o que reforçaria a tese de que um acordo de estabilidade foi negociado) ou apenas mais tarde, durante o processo de construção da Oposição Metalúrgica. José Luiz consegue uma vaga na Hergmi Montagens Industriais, outra empresa da base metalúrgica da região, em dezembro de 1979.

79 Entrevista de Ernesto Gradella Neto (CMV/SJC, 28/01/2014).

Como trabalhava em "área comercial", fora da linha de produção, podemos imaginar que o contato cotidiano de Ernesto com os operários da siderúrgica era bastante menor que o mantido por Tambaú, trabalhador do "chão de fábrica", o que talvez reduzisse o incômodo da patronal com a manutenção do emprego de Ernesto por algum tempo, mas não o suficiente para que ele escapasse de ser transferido e, na sequência, demitido. As "geladeiras", isto é, as transferências de trabalhadores para outros setores dentro de uma fábrica ou para outras plantas da mesma empresa, configuravam uma forma eficiente de isolar os funcionários que cumpriam papel de liderança e que, por alguma razão, não podiam ser imediatamente demitidos. Era o caso de Inês:

> Depois da greve a Ericsson me colocou na "geladeira". Eles me tiraram de um setor bem grande, de uns 300 e poucos funcionários. A maioria mulheres, 90% de mulheres, mais ou menos. De linha de produção. Aí me botaram em um departamento do outro lado da fábrica, num lugar menor que esse aqui, que só tinha coisa guardada e uma prensa. Me botaram dentro desse negócio, desse cubículo, pra eu trabalhar, pra me isolar do conjunto dos trabalhadores da fábrica. Eu só tinha contato com o pessoal na hora de almoço. Aí fiquei lá nesse departamento, meio em depressão. Estava grávida, fiquei muito puta da vida. Brigava com a chefia o tempo todo. Mas não tinha jeito, não podia fazer nada. E eles não me mandavam embora porque eu estava grávida. Eles não podiam me mandar embora.[80]

Meses depois, imediatamente após o período de estabilidade a que tinha direito devido ao nascimento de Janaína, sua filha, Inês é demitida da Ericsson. Naquele período, ela iniciava, de maneira quase que simultânea, sua militância sindical e partidária, ao ingressar nas fileiras da CS. Como vimos, a operária se aproximou da corrente trotskista no contexto da greve, a partir de discussões do jornal da organização – até então, Inês vinha debatendo política com um militante do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), um pequeno agrupamento comunista que aderira à luta armada em fins da década de 1960 e que, dez anos depois, se encontrava praticamente desestruturado. A CS, por outro lado, era crítica da opção pela guerrilha, defendendo a linha de construir um partido de massas para derrubar a ditadura. Para além das divergências teóricas e estratégicas entre as organizações, é possível que a CS tenha parecido, para Inês e outros jovens operários do Vale, uma

80 Entrevista de Maria Inês de Oliveira (CVM/SJCR, 10/03/2014).

organização mais dinâmica, posto que alguns de seus militantes haviam sido parte fundamental da direção da greve de 1979:

> Nesse período da greve aí eu conheci o pessoal da Convergência. Eu já conhecia um deles, que é o Gilmar. Que inclusive agora é também anistiado, da Embraer, que morava de frente pra minha casa. Então, quando eu estava discutindo com o pessoal do PRT, ele já tinha me vendido jornal algumas vezes. Era o único contato que eu tinha tido com a Convergência até então. Aí, a partir da greve, eu parei de discutir com o pessoal do PRT. Tive mais afinidade com a política da Convergência, com o que o pessoal da Convergência estava propondo, inclusive pra greve e tal, porque era a Convergência basicamente que estava dirigindo a greve. O Gradella, o Tambaú, principalmente, que é um companheiro que agora não está mais aqui, está em São Paulo, mas militante. E aí eu comecei a discutir com a Convergência e entrei pro partido. Aí fiquei. Acabou a greve e aí nós começamos a montar a oposição.[81]

1.3 DA FORMAÇÃO DA OPOSIÇÃO METALÚRGICA ÀS ELEIÇÕES SINDICAIS DE 1981: A RETALIAÇÃO PATRONAL E AS DIVISÕES POLÍTICAS NO INTERIOR DO MOVIMENTO SINDICAL

Após a greve de março de 1979, é fundada uma Oposição Metalúrgica na região de São José dos Campos (OM-SJCR, ou simplesmente, OM), reunindo muitos dos ativistas que haviam atuado no Comando de Greve e outros que a eles se somaram. Unidos pela convicção da necessidade de substituir a direção sindical "pelega", davam início ao processo de construção de uma alternativa que pretendia expressar os anseios da base metalúrgica por uma entidade mais combativa. A princípio, os ativistas da OM conduziam encontros quinzenais, que aconteciam na Igreja de São Benedito, no centro da cidade, mas Ary Russo conta que os membros do grupo também faziam

81 *Ibid.*

reuniões "clandestinas", para minimizar os riscos, diante da possível ação de informantes ou mesmo da presença de agentes policiais infiltrados.[82] A vigilância policial, contudo, não era o único problema a ser enfrentado pelos ativistas da oposição.

Em primeiro lugar, muitos daqueles trabalhadores haviam perdido seus empregos, como parte da retaliação patronal contra a greve. Aqueles que permaneceram nas fábricas por alguns meses, como Toninho, aproveitaram o período de estabilidade para "fazer política", o que pode ter ajudado a impulsionar a articulação da oposição em um primeiro momento, mas as eleições sindicais aconteceriam apenas em 1981, e para que pudessem participar de uma chapa, era necessário que os ativistas comprovassem vínculos empregatícios ativos em fábricas da região e que estivessem filiados ao sindicato pelo menos seis meses antes das eleições. Como veremos, para pessoas facilmente identificadas pela patronal e pela burocracia sindical como participantes da OM, nenhuma das condições era de fácil cumprimento.

Mencionamos anteriormente que, anos antes da greve de 1979 e da formação da oposição, Ary Russo já havia encontrado dificuldades para sindicalizar colegas operários da Ericsson, algo que demonstrava a desconfiança da direção sindical "pelega" em relação às intenções dos ativistas que buscavam aproximar trabalhadores do sindicato. Destaque-se que, entre dezembro de 1974 e março de 1975, a entidade havia sofrido uma intervenção da Delegacia Regional do Trabalho, tecnicamente fundamentada na vacância do cargo de tesoureiro do SMSJCR, que até recentemente fora ocupado por Benedito Domingos, parte do grupo de José Domingues. Benedito havia sido destituído em meados de 1974, em razão de acusações de mau uso dos recursos da entidade, e rompera politicamente com José Domingues. Caio Guerra recupera alguns detalhes desse episódio em sua dissertação e especula que ele pode ter relação com a formação de uma chapa de oposição nas eleições sindicais de 1975.[83] Assim sendo, a movimentação de Ary Russo para sindicalizar seus colegas deve ter ocorrido não muito tempo depois da primeira experiência de contestação aberta à gestão de Domingues, em um contexto no qual a direção sindical possivelmente se encontrasse mais atenta e resistente às ações de possíveis concorrentes.

De forma semelhante, a partir da greve, alguns ativistas relatam ter encontrado diversas dificuldades para se filiarem à entidade. Através do uso dos chamados "bate-paus", seguranças informais a serviço da diretoria, os pelegos intimidavam e expulsavam militantes da oposição das dependências do sindicato, ou simplesmente recusavam-se a entregar ou protocolar as fichas de inscrição solicitadas pelos oposicionistas. A narrativa do episódio em que Inês tentou se sindicalizar, em 1980, reúne todos esses elementos:

82 APMSJC. *Anais da Câmara Municipal de São José dos Campos. Comissão da Verdade Michal Gartenkraut. Sétima Audiência Pública – Parte I…* Depoimento de Ary de Oliveira Russo. 26 de março de 2014. Anexo I, Apostila XIII, fl. 5.

83 GUERRA, *Op. cit.*, pp. 53-6.

> Aí depois teve outros paus, que a gente veio no sindicato para sindicalizar, para dar o tempo de participar da eleição. Daí o Zézinho [José Domingues] não aceitava a nossa ficha, devolvia. E falava que não ia aceitar. […] Quando a gente chegou, quando fomos entrar na secretaria para fazer a sindicalização, e eu fui entrar, veio dois brutamontes e me cercaram na porta. O Josias estava junto comigo. Aí o Josias começou a bater boca com os caras. O Zézinho estava dentro da secretaria, que nem era o lugar dele estar. Ele pegou e falou assim: "deixa entrar, deixa". Nós entramos. Quando a gente entrou, assim que eu cheguei perto do balcão, ele falou: "nós não vamos aceitar a sua sindicalização". Eu falei: "como assim não vão aceitar minha sindicalização? Esse aqui é meu sindicato. Eu sou metalúrgica, e eu quero me sindicalizar" […]. E aí começou um bate-boca. Os bate-paus dele já começaram a chegar perto. Tinha um que estava pro lado de dentro do balcão e veio para o meu lado. Daí o *Valeparaibano* tirou uma foto. Ou eles tiraram e mandaram pro *Valeparaibano*. Saiu o Josias com a mão assim [punho cerrado], para dar um murro na cara do Zézinho. O Zézinho do outro lado do balcão. Foi uma desgraceira.[84]

Inês atribui aos "pelegos" do sindicato participação direta na elaboração das "listas negras" daquele período. Segundo a metalúrgica, "Zézinho" tinha estreitas relações com a patronal local e era um dos responsáveis por enviar às empresas os nomes dos ativistas que deveriam ser demitidos. De acordo com o depoimento da trabalhadora, desligada da Ericsson logo após o fim de sua licença-maternidade, supostamente, por conta da "lista negra, que o Zé Domingues mandou para todas as fábricas aonde tinha ativista"[85], a direção do SMSJCR teve influência direta em muitas das sucessivas demissões que a operária enfrentou naqueles anos, sempre após vínculos de curta duração e sem nenhuma motivação que não a política – apesar de todo o esforço dos ativistas da oposição em manterem sua militância em sigilo:

> Depois de muito custo eu arrumei emprego numa fábrica pequena [a Tecnasa], de 200 funcionários, mais ou

84 Entrevista de Maria Inês de Oliveira (CVM/SJCR, 10/03/2014). GUERRA, *Op. cit.*, p. 98, n. 302, registra ainda as denúncias veiculadas pela Oposição Metalúrgica de que a direção sindical pretendia estabelecer um aumento de 100% no valor das mensalidades dos sócios, para inibir a adesão de novos metalúrgicos à entidade e o "crescimento do voto oposicionista" nas eleições sindicais de 1981.

85 Entrevista de Maria Inês de Oliveira (CVM/SJCR, 10/03/2014).

> menos. Lá perto, pro lado da Ericsson mesmo. Arrumei emprego lá. Entrei na fábrica, e o Zézinho me achou de novo. Dois meses e meio depois ele me achou. Não sei se alguém me entregou, falou prá ele onde é que eu estava. Eu nem me sindicalizei. A gente estava deixando prá se sindicalizar pra dar só os 6 meses. E assim mesmo a gente corria risco, porque não tinha estabilidade porque você estava numa chapa. Isso não existia. Então a gente ficou "clan" dos "clans" [clandestinos]. Nem nas reuniões da oposição a gente ia, porque tínhamos medo dele colocar olheiro prá entregar a gente. Mas não teve jeito, ele acabou me descobrindo com dois meses e meio lá, e já estava em cima do tempo. Outubro tinha que estar todo mundo sindicalizado. E eu fui mandada embora da Tecnasa em setembro. Entrei em julho e fui mandada embora no começo de setembro, porque ele me achou de alguma forma lá. E não só eu, outras pessoas que tinham arrumado emprego também, ele achou. Do resto do pessoal, até de outras correntes.[86]

Embora exista, evidentemente, uma dimensão especulativa nas narrativas sobre os vínculos entre o presidente do SMSJCR e o empresariado local, elas são recorrentes entre os depoimentos dos antigos ativistas da OM. Josias de Oliveira Melo, ativista metalúrgico que não desenvolvia militância partidária, compartilhava das impressões de Inês:

> Zé Domingues! Ele na realidade era um agente da patronal aqui, né? Ele fazia o jogo da patronal. […] Se você chegasse aqui [no sindicato], por exemplo, reclamar da empresa, no outro dia você tava demitido. Ele tratava a gente por: "Oh meu filho! Tá tudo bem? O que tá acontecendo? Aonde você trabalha?". Se você falasse, você tava na rua, você era mandado embora. Ele era um agente da patronal na época.[87]

Alguns dos ativistas demitidos naquele período tiveram mais sorte que outros, e conseguiram novos empregos em empresas metalúrgicas da região rapidamente. Foi o caso de Toninho, que entrou na Embraer ainda em 1979, indicado por uma funcionária da indústria aeronáutica que era amiga de sua

86 *Ibid.*

87 Entrevista de Josias de Oliveira Melo (CVM/SJCR, 05/08/2014).

esposa e que desconhecia sua militância. Possivelmente, caso soubesse do envolvimento de Toninho com a greve e a oposição metalúrgica, ela optasse por não recomendar sua contratação à fábrica, temendo represálias: "eu me lembro até hoje, ela tinha um certo respaldo na empresa, porque era boa funcionária, estava lá e tal. E na época se contratava muita gente".[88] Devido ao ritmo intenso de contratações, mesmo em empresas diretamente geridas por militares, ainda era possível que ativistas menos conhecidos conseguissem inserção – de acordo com Inês, Toninho era um dos militantes mais "preservados" da CS, "não aparecia muito nas atividades do sindicato".[89] Aos mais visados, como Eduardo "Tambaú", só restava mudar de ramo ou deixar o Vale do Paraíba. Ele conta que, depois de sua demissão na Fi-El, trabalhou "três dias na GM".[90] Foi o tempo necessário para que descobrissem quem ele era e efetuassem seu desligamento da empresa. Com poucas chances de encontrar um emprego como metalúrgico na região, Eduardo segue para São Paulo em 1981.[91]

Na sequência da greve, além de promoverem demissões políticas, algumas das empresas da região intensificaram a vigilância e a coerção sobre seus operários. A GM era, seguramente, uma das fábricas em que esse processo era mais nítido. A gerência da fábrica passou a restringir as pausas para o café e idas ao banheiro, além de coibir as "rodinhas" de funcionários após o almoço, momentos de lazer nos quais, de acordo com os depoimentos coletados por Medeiros, os operários, quase todos homens, jogavam truco, fumavam cigarros e conversavam sobre questões cotidianas de suas vidas ("futebol", "mulher", mas também "política") e que, nos momentos das mobilizações, chegavam a reunir 30 ou 40 trabalhadores.[92] De acordo com a autora, a intromissão da direção da fábrica nesses espaços (que se dava através dos supervisores e dos seguranças da fábrica) impedia que os operários construíssem um ambiente de trabalho agradável, conduzindo-os à percepção mais nítida da superexploração e do despotismo fabril, aguçando sua insatisfação e sua disposição de luta.

Os espaços de diálogo no interior da fábrica eram utilizados pelos ativistas para identificar os trabalhadores com os quais poderiam contar para a organização de futuras mobilizações, e os mais politizados passavam a fazer parte da "periferia" dos grupos políticos que atuavam nas fábricas. Contudo, com o crescente cerceamento desses espaços, a militância se dava de forma "clandestina", sem que os ativistas pudessem falar abertamente sobre seus projetos políticos e vínculos partidários. Mesmo nessa situação, Toninho

88 Entrevista de Antonio Donizete Ferreira. Concedida ao autor, 23/5/2018.

89 Entrevista de Maria Inês de Oliveira (CVM/SJCR, 10/03/2014).

90 APMSJC. *Anais da Câmara Municipal de São José dos Campos. Comissão da Verdade Michal Gartenkraut. Sétima Audiência Pública – Parte II. "A Luta pela Anistia dos Trabalhadores Demitidos por Motivo de Greves na Ditadura Militar"*. Depoimento de Eduardo Steters Cândido ("Tambaú"). 2 de abril de 2014. Anexo I, Apostila XIV, fl. 14.

91 Entrevista de Maria Inês de Oliveira (CVM/SJCR, 28/01/2014).

92 MEDEIROS, *Op. cit.*, pp. 45-7.

chegava a vender dezenas de exemplares de cada edição de *Convergência Socialista* a colegas da Embraer. O militante conta como identificava os potenciais "contatos" do partido, ou seja, aqueles trabalhadores que imaginava serem mais receptivos à política da Convergência:

> Eu vendia 40 jornais dentro da empresa. Dobrava ele, colocava no bolso. Era muito escondidinho. E como é que a gente começava a perceber se as pessoas militavam ou não? Se tinha algum espaço pra poder falar de política ou não? Nessa época, 80 ou 81. Tinha um espaço do clube. Espaço onde as pessoas liam, jogavam sinuca, pitoco, na hora do almoço. Na hora do almoço o pessoal ficava por ali. F-91 chamava o prédio. Então a gente ia ver quem estava ali lendo jornal [da imprensa de grande circulação], e ver que parte do jornal as pessoas estavam lendo. Essa era a forma de descobrir. "Ah, esse cara é MDB…", não sei o quê. […] [Se o trabalhador abria o jornal] direto pro [caderno de] esporte, não. Era um cara legal, mas não tinha muito a ver. Não que a gente não gostasse de esporte, porque a gente gostava também. Gosta até hoje. Mas ia ver quem estava lendo sobre política, e começava alguma conversa. Geralmente esse cara era mais democrático e tal. E a gente passava 40 jornais pra peãozada lá.[93]

Apesar da retaliação promovida pela burocracia sindical e pela patronal, poucos meses após a greve, a atuação da Oposição começava a ganhar corpo. A partir de agosto de 1979, o grupo passa a rodar seu próprio jornal, *Unidade Metalúrgica*, denunciando problemas trabalhistas nas empresas da região, relatando as lutas que ocorriam, reivindicando a instituição de comissões de fábrica e convocando os metalúrgicos a tomarem parte na construção da OM.[94] A "unidade" mencionada no título da publicação, entretanto, duraria pouco tempo, pois entre as correntes políticas que integravam o coletivo – Inês menciona, além da CS, o MDB, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o PRT e o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP)[95] –, havia importantes divergências. Para alguns desses setores, a construção da oposição sindical se aliava à militância pela fundação do PT. A CS era uma das correntes empenhadas nesse processo. Gradella relembra que, nas reuniões

93 Entrevista com Antonio Donizete de Oliveira. Concedida ao autor, 23/5/2018.

94 *Unidade Metalúrgica*, Agosto de 1979; GUERRA, *Op. cit.*, p. 97.

95 Entrevista de Maria Inês de Oliveira (CVM/SJCR, 10/03/2014).

feitas com Lula naquele período, a ênfase das discussões quase sempre recaía sobre a formação do novo partido:

> Então, nesse período da oposição sindical, foi trazido o Lula aqui pra falar sobre a questão do PT, né? E normalmente a gente fazia, quando fazia reunião da oposição, às vezes nós marcávamos de ir lá pra São Bernardo falar com o Lula. Cabia todo mundo lá. Montava dois carros, saía daqui cinco horas da tarde, chegava lá, o Lula colocava uma garrafa de pinga em cima da mesa, né? E aí conversava. Mas, na verdade, de oposição sindical se conversava muito pouco, que a gente conversava era do PT, né? Era a criação do PT que tava se dando nesse período.[96]

Além das correntes petistas, o outro grande grupo no seio da OM era o dos ativistas ligados ao MDB, que incluía os comunistas, uma vez que tanto o Partido Comunista Brasileiro (PCB) quanto sua principal dissidência, o PC do B, à época, se encontravam abrigados dentro daquele partido. Ary Russo era uma das lideranças deste grupo, fortemente implantado na Ericsson[97], e que contava com o apoio de dois vereadores de São José dos Campos eleitos em 1977, os comunistas Luiz Paulo Costa (ligado ao PCB) e João Bosco da Silva (do PC do B). Ambos haviam apoiado a greve de março[98] e se reuniam regularmente com Ary Russo.[99] O metalúrgico, contudo, não se reivindicava abertamente um comunista. Russo era primo de Robson Riedel Marinho, político que se tornaria prefeito de São José em 1982, também pelo MDB. Caio Guerra aponta que Marinho, do mesmo modo, estava sob a influência política de Luiz Paulo Costa.[100]

Em abril de 1980, após uma campanha salarial descrita por Guerra como uma das piores da história da categoria[101], a Oposição Metalúrgica joseense

96 Entrevista de Ernesto Gradella Neto (CVM/SJCR, 28/01/2014).

97 Entrevista de José Luiz Gonçalves. *Histórias e Memórias*…, Parte I. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ugdrbuUkifs. Consultado em janeiro de 2020.

98 "E era muito interessante porque ao longo desse período existia um certo embate na Câmara sobre até o papel do vereador, do Legislativo na época da ditadura e especialmente depois da ditadura. Nós éramos alinhados com aqueles que defendiam que a Câmara tinha que estar a serviço do povo, da luta revolucionária, mas com os limites próprios do Parlamento. Nós tínhamos que esgotar as possibilidades de atuação na frente parlamentar. Então, eu atuava nesse sentido. O Luiz Paulo [Costa] atuava nesse sentido. A gente procurava, digamos assim, dentro e fora da Câmara, expressar os anseios especialmente dos setores oprimidos da sociedade, da resistência à ditadura, enfim." APMSJC. *Anais da Câmara Municipal de São José dos Campos. Comissão da Verdade Michal Gartenkraut. Sétima Audiência Pública – Parte I*… Depoimento de João Bosco da Silva. 26 de março de 2014. Anexo I, Apostila XIII, fls. 19-20.

99 Depoimento de Ary de Oliveira Russo. *Ibid*. fls. 5-6.

100 GUERRA, *Op. cit*., p. 101, n. 303.

101 *Ibid*., p. 97.

se divide. Uma parcela do ativismo, ao que tudo indica, capitaneada pela CS, daria origem a um novo grupo, organizado em torno do jornal *Luta Metalúrgica*, defendendo que era necessário aprofundar a organização dos operários em seus locais de trabalho e ampliar a pressão sobre José Domingues.[102] Entretanto, aquela ruptura não reproduzia com exatidão a divisão partidária já existente na OM. Boa parte dos ativistas metalúrgicos que construíam o PT na região permaneceriam ligados ao setor emedebista da oposição, e nas eleições do ano seguinte, formariam com eles a Chapa 3, presidida por Ary Russo e tendo José Luiz Gonçalves, filiado ao PT, como secretário. Em sua entrevista à CMV/SJCR, Inês aponta que, mesmo depois da ruptura da OM, ainda havia a perspectiva da construção de uma candidatura unificada, mas que às vésperas da eleição, na última reunião para a formação da chapa, os grupos emedebistas e petistas (excetuando-se os trotskistas) formaram um bloco que se opôs à unidade com a Convergência. Talvez considerados excessivamente "radicais" pelos demais, os nomes dos militantes da CS foram rejeitados. O grupo que editava *Luta Metalúrgica* daria origem à Chapa 4, montada às pressas[103] e dirigida por Gradella e Toninho.[104]

As outras duas chapas inscritas na eleição eram a do grupo de José Domingues, que tentava a reeleição (Chapa 1), e a "chapa das chefias" (Chapa 2), apoiada por algumas das empresas da região e formada por trabalhadores politicamente alinhados com a gerência de suas respectivas fábricas. A própria formação da Chapa 2 foi interpretada pelos membros das chapas oriundas da OM como um indício de que a patronal não acreditava que Domingues fosse capaz de se reeleger, passando a patrocinar uma alternativa que pudesse manter a entidade fora das mãos dos setores "combativos".[105]

No primeiro turno das eleições de 1981, nenhum dos grupos obteve a quantidade necessária de votos para garantir a vitória (50% + 1), mas a conquista do SMSJCR pelos oposicionistas já parecia próxima: as Chapas 3 e 4 receberam votações expressivas, ficando em primeiro e segundo lugar, respectivamente, com 35% e 29% dos votos válidos; a Chapa 1 obtivera 24%, e a Chapa 2, 12%. De acordo com o regulamento da eleição, o segundo turno envolveria novamente todas as chapas, e para assegurar a vitória da

102 *Valeparaibano*, 1/4/1980.

103 "[…] mas aí a gente ia na porta da fábrica, era um outro momento, entende? Nós íamos na porta da Eaton, a gente foi lá e falou: 'Quem quer pertencer à diretoria do sindicato? Quem quiser fazer parte de uma chapa…', e encontramos gente. Na porta da Panasonic também: 'Companheiros, nós vamos montar aqui uma chapa, quem quer participar?'. Teve gente que apareceu. E nós montamos. Nossa base era uma fábrica chamada Tecnasa. Ela fechou. Tinha oito ou nove pessoas dessa fábrica." Entrevista de Antonio Donizete Ferreira. Concedida ao autor, 23/5/2018.

104 Entrevista de Ernesto Gradella Neto (CVM/SJCR, 28/01/2014). Gradella não mencionou, em seus depoimentos, de que maneira viabilizou sua participação naquela chapa, diante do fato de que havia sido demitido da Fi-El em 1979 e não conseguira outro emprego em alguma metalúrgica do Vale. É possível que, já naquela ocasião, tivesse recorrido a um expediente que empregaria mais tarde, assim como vários militantes, da região e de muitas localidades: o uso de uma carteira de trabalho "esquentada", isto é, de um registro realizado em acordo com alguma "fabriqueta" da mesma base (no caso dos metalúrgicos, uma oficina mecânica, por exemplo), sem que houvesse um vínculo empregatício de fato. No Capítulo III deste volume, veremos, com mais detalhes, o uso dessa e de outras artimanhas dos ativistas para lidar com a perseguição que sofriam.

105 Entrevista de José Luiz Gonçalves. *Histórias e Memórias*…, Parte I.

oposição, a Chapa 4 decidiu retirar sua candidatura e prestar apoio à Chapa 3.[106] A tática foi bem-sucedida. Finalmente, encerrava-se o ciclo de "Zézinho Pelego" à frente do SMSJCR, e o "novo sindicalismo" assumia o maior sindicato do Vale do Paraíba.

1.4 A OPOSIÇÃO ASSUME A ENTIDADE: EXPANSÃO, PERSPECTIVAS E DILEMAS DO "NOVO SINDICALISMO" METALÚRGICO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

O período da primeira gestão surgida da Oposição Metalúrgica foi marcado por importantes acontecimentos no cenário sindical nacional, com destaque para a fundação da CUT, em 1983. Em nível local, também ocorriam importantes transformações, destacando-se o avanço da organização metalúrgica no interior das empresas, com a formação de comissões de fábrica em muitas delas, fenômeno acompanhado pelo surgimento e crescimento de oposições sindicais em diversas categorias da região – têxteis, químicos, calçadistas, entre outras –, algumas das quais chegariam à direção de suas entidades ainda nos primeiros anos da década de 1980. Entretanto, aquele foi também um período de crescimento da inflação e do desemprego na região, elementos que conferiam um caráter essencialmente defensivo às lutas do movimento operário vale-paraibano.

Em seu depoimento à Comissão Michal Gartenkraut, Ary Russo elencou algumas das principais iniciativas tomadas durante a sua gestão à frente do SMSJCR, destacando a construção de um salão de assembleias para a categoria e a criação da primeira escola do sindicato. Russo acrescentou, na ocasião, que a atuação do sindicato contava com a "participação firme de todos os companheiros, porque a partir de abril de 81 a eleição foi esquecida e nós trabalhamos juntos com todos os trabalhadores que estiveram na luta até então."[107] Embora as diferentes alas do "novo sindicalismo" metalúrgico da região tenham, de fato, atuado em unidade em muitas ocasiões, sobretudo durante as greves que a categoria realizou naquele período, também houve tensões e críticas à condução da entidade, oriundas até mesmo de membros da diretoria.

Em fins de 1981, o SMSJCR passou a editar o *Jornal do Metalúrgico*, visando manter e ampliar o trabalho informativo e organizativo iniciado com *Unidade Metalúrgica* nos anos anteriores. A análise das primeiras edições

106 GUERRA, *Op. cit.*, p. 98. Ary Russo descreve o processo da seguinte maneira: "[…] sentamos com o companheiro Ernesto, e todo o grupo da Chapa 4 (quatro), com todos seus membros, sem titubear emprestou o apoio à nossa chapa para o segundo turno das eleições e foi de fundamental importância porque foi uma lavada, foi uma verdadeira lavada, mostrando claramente a direção que os trabalhadores metalúrgicos de São José, Jacareí, Caçapava e Santa Branca queriam seguir naquele momento." APMSJC. *Anais da Câmara Municipal de São José dos Campos. Comissão da Verdade Michal Gartenkraut. Sétima Audiência Pública – Parte I…* Depoimento de Ary de Oliveira Russo. 26 de março de 2014. Anexo I, Apostila XIII, fls. 5-6.

107 *Ibid.*, fl. 6.

do periódico da entidade permite a identificação de muitos dos temas caros à nova direção sindical: o avanço da organização e das lutas nas fábricas, as campanhas de sindicalização, as movimentações para a fundação da CUT, a história do movimento operário, a saúde dos metalúrgicos e o problema dos acidentes trabalhistas, as especificidades do trabalho e da militância feminina na categoria metalúrgica, entre outras questões, são tratadas já nas primeiras edições do *Jornal do Metalúrgico*.[108]

Um dos símbolos do perfil da nova diretoria contidos na publicação era a coluna do Dito Bronca, personagem criado em 1979 por Henfil, a partir de pedidos dos metalúrgicos da Oposição, durante um ato ocorrido na cidade após a greve daquele ano, ao qual o cartunista compareceu.[109] Com a vitória da oposição e o advento de um periódico regular do sindicato, o personagem, que já vinha sendo utilizado em materiais da OM, passou a ter uma seção com seu nome no jornal, geralmente à segunda página de cada edição, na qual eram veiculadas queixas e denúncias coletadas entre os metalúrgicos da base sobre más condições de trabalho, comportamentos abusivos de chefias e gerentes, atrasos de pagamentos e outras questões cuja divulgação interessasse à categoria. O formato das "broncas" do Dito, com poucas linhas e bastante diretas, mas quase sempre carregadas de gracejos e ironia, atraíam a atenção do público do jornal, que contribuía com novas denúncias, fazendo da coluna um exemplo bem-sucedido das políticas de aproximação e envolvimento entre direção sindical e base experimentadas naquele período.

A edição inaugural do *Jornal do Metalúrgico*, de dezembro de 1981, se propunha a resgatar a experiência dos primeiros meses da gestão presidida por Ary Russo, sintetizando seus esforços para pôr "a casa em ordem". Para isso, a diretoria se empenhou em renovar a infraestrutura e garantir materiais para o departamento médico, a farmácia, a barbearia e o salão de beleza instalados na sede do sindicato, além de haver inaugurado salas de aula para cursos profissionalizantes e um restaurante que ofereceria refeições "a preço simbólico" para associados. As perspectivas para 1982 incluíam o fomento a grupos operários de teatro e a inauguração de um cinema no sindicato, prevendo exibições de peças e filmes também nos bairros operários.[110]

Muito embora algumas dessas medidas, sobretudo as voltadas para a esfera cultural, possam ser lidas como ações que visavam construir um movimento operário que não se limitasse a travar as chamadas "lutas econômicas", mas que contribuísse ativamente para o bem-estar e para a formação profissional e política dos trabalhadores, muitas delas também suscitavam críticas, pois mantinham praticamente intacta a concepção de um sindicato prestador de serviços. José Luiz Gonçalves diria mais tarde, em entrevista à Fundação

108 Grande parte das edições do *Jornal do Metalúrgico* publicadas na década de 1980 estão disponíveis para consulta junto ao Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp, Fundo DIEESE, Pasta J/1485A). O SMSJCR também tem um acervo do periódico, sob a guarda de seu departamento de comunicação.

109 SMSJCR. *Especial 55 Anos – 1956/2011*…, p. 10.

110 *Jornal do Metalúrgico*, Ano I, nº 1, dezembro de 1981. p. 4.

Cultural Cassiano Ricardo, que a gestão eleita em 1981, da qual ele fez parte, defendia a continuidade do "assistencialismo" no sindicato, e apontaria esse tema como um dos motivadores da ruptura que logo ocorreria entre os sindicalistas petistas e o grupo ligado ao MDB.[111]

O repúdio ao "assistencialismo" era reivindicado por muitos participantes do "novo sindicalismo" como um de seus diferenciais em relação às práticas dos "pelegos", e havia antecedentes recentes, certamente conhecidos pelos sindicalistas joseenses, de iniciativas tomadas por gestões "combativas" com o objetivo de desaivar serviços até então prestados pelas entidades representativas dos trabalhadores. Em 1975, quando Lula ascendeu à presidência do SMSBCR, algumas das primeiras medidas da nova diretoria foram exatamente nesse sentido, a exemplo da extinção do Posto de Abastecimento de Gêneros, substituído por uma escola profissional.[112] Evidentemente, não se tratava de uma decisão meramente administrativa, mas sim de um gesto político, simbolizando a concepção sindical que os "autênticos" pretendiam implementar. Entretanto, como demonstra o caso da gestão 1981-84 do SMSJCR, não havia consenso entre os distintos grupos regionais e partidários do "sindicalismo cutista" quanto à viabilidade, ou mesmo quanto à necessidade de tais medidas, uma vez que elas poderiam gerar afastamentos ou desgastar a imagem dos sindicatos perante suas bases, acostumadas com a prestação daqueles serviços.

O crescimento do número de demissões e os recorrentes atrasos nos pagamentos dos salários dos metalúrgicos motivaram as lutas mais marcantes do período inicial da gestão Ary Russo. Em sua dissertação, Caio Guerra fez um levantamento detalhado desses conflitos, indicando a importância dos *diretores sindicais de base*, cargos instituídos pela nova gestão para facilitar o intercâmbio de informações e políticas entre o "chão" das fábricas e a direção da entidade. O historiador também registra que, naquele período, empresas como a Fi-El e a Eaton propuseram reduções de jornadas e salários como alternativa às demissões, uma política que voltaria a ser comum no final da década de 1980. A partir de agosto de 1981, a Schrader, metalúrgica instalada em Jacareí, recorreu inclusive às demissões a "conta-gotas", encerrando contratos de operários em pequenas e sucessivas levas, para pressionar os demais trabalhadores a aceitarem as reduções. Para firmar um acordo com a empresa, o SMSJCR exigiu que a Schrader se comprometesse a garantir nove meses de estabilidade para seus trabalhadores. Guerra pontua que, "embora considerassem esse tipo de acordo desvantajoso, os metalúrgicos tenderam a aceitá-lo para manter seus empregos".[113] Apesar da conjuntura defensiva, a campanha salarial de 1981 deu demonstrações claras das mudanças na linha sindical do SMSJCR. Pela primeira vez, os metalúrgicos da região negociavam com a FIESP através do chamado "Grupo dos Independentes", ao lado de

111 Entrevista de José Luiz Gonçalves. *Histórias e Memórias*. Fundação Cultural Cassiano Ricardo, primeiro semestre de 2014. Parte II. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HOnuCAvlADA. Consultado em janeiro de 2020.

112 ABRAMO, *Op. cit*., p. 171.

113 GUERRA, *Op. cit.*, pp. 102, 104-5; *Jornal do Metalúrgico,* Ano I, nº 1, dezembro de 1981. p. 4.

importantes sindicatos como os do ABC e de Campinas, e sem o intermédio dos "pelegos" que dirigiam a FMESP.[114]

Em fins de outubro daquele ano, uma luta marcante teria lugar na Embraer contra centenas de demissões que a empresa aeronáutica havia anunciado. Como resposta às iminentes dispensas, no dia 30 de outubro, piquetes paralisaram o setor produtivo da estatal, e cerca de cinco mil operários cruzaram os braços. As negociações entre empresa e sindicato, para a reversão das demissões, tiveram início no mesmo dia, e os piquetes se desfizeram. A proposta do SMSJCR era a de que a estatal suspendesse quaisquer demissões por trinta dias. Contudo, a empresa não recuou de sua decisão, e Ozires Silva, coronel da Aeronáutica e presidente da Embraer, anunciou que a polícia agiria para garantir que os trabalhadores que não haviam aderido à paralisação pudessem acessar seus postos de trabalho. Diante disso, os operários passaram a organizar piquetes nos corredores de ônibus, tal como ocorrera na greve de 1979, mas estes foram rapidamente desbaratados pela polícia militar, que chegou a deter piqueteiros em Jacareí.[115] Nos dias seguintes, a mobilização recuou, mas a polícia continuou marcando presença diante das portarias da estatal, e as demissões foram mantidas.[116]

A mobilização de 1981 na Embraer motivou a aproximação entre Miriam de Oliveira Lazarim, funcionária do setor administrativo da empresa, e o movimento sindical. Mais tarde, Miriam seria militante da CS. O relato da trabalhadora sobre seu primeiro contato com o espaço do sindicato revela algumas das especificidades da militância feminina em uma categoria majoritariamente masculina naquele período:

> Bom, trabalhava na Embraer. E foi esquisita a minha entrada no movimento sindical, porque eu não fazia parte da produção. Eu não trabalhava, eu era "peão" do financeiro. Eu trabalhava em ações. Eu trabalhava num F sei lá das quantas. Acho que era F-15, sei lá. Era uma torre lá, e não tinha muito contato com o pessoal. Mas aí eu vi um comunicado do sindicato, que eles estavam preparando, se não me engano, ai, gente, eu sou muito ruim de memória, mas acho que foi isso mesmo, estavam preparando uma campanha salarial. Aí eu vim. Era um sábado de manhã. Eu vim prá cá [sindicato]. Mas eu me senti muito mal, me senti muito esquisita. Estava muito esquisito. Porque eu entrei, tinha uma reunião, que já tinha começado, uma reunião andando, e o pessoal

114 SMSJCR. *Especial 55 Anos – 1956/2011*, p. 12.

115 Um depoimento que menciona esse momento da greve de 1981 na Embraer é reproduzido em MEDEIROS, *Op. cit.*, pp. 100-1.

116 GUERRA, *Op. cit.*, pp. 105-7.

> olhou pra mim com uma cara muito desconfiada. E eu me senti muito mal no ambiente e tal. Falei "bom, trabalho lá, sou metalúrgica". E depois, em conversa com o pessoal, eles [me contaram que] pensaram que eu era informante [da polícia ou da empresa]. Falei "quanta falta de imaginação!". Imagina, eles mandarem uma mulher informante. […] Não tinha nem cabimento. Então eu me senti muito esquisita, muito fora de qualquer coisa. Mas aí eu continuei, e comecei a participar. Comecei a participar das reuniões e tudo. E aí eu me engajei no movimento sindical. Mas o começo foi bastante esquisito.[117]

Os termos e a adjetivação escolhidos por Miriam para reconstituir suas recordações sobre esse momento ("foi esquisita a minha entrada"; "me senti muito mal no ambiente"; "me senti muito esquisita, muito fora de qualquer coisa") enfatizam dificuldades que, seguramente, eram enfrentadas por outras ativistas. Em decorrência do machismo, as poucas mulheres que ocupavam o espaço do movimento sindical eram alvo de grande atenção da maioria masculina, que também "estranhava" a presença daquelas militantes no meio sindical:

> Existiam algumas mulheres, poucas, muito poucas, de outras fábricas. Mas eram muito poucas. Tinha algumas, mas eram poucas. Nossa, muito poucas. Era muito estranho. […] Eu continuei. Eu fiz parte da organização. Comecei a militar no movimento operário mesmo. A gente tinha em vista formar uma oposição sindical. Tirar o Ary daqui, que era o presidente na época. Acho que era do MDB. Então tinha essa perspectiva, era nessa linha que a gente estava querendo ir. E depois eu me filiei, eu fiz parte da Convergência. Fiz parte da Convergência depois dessa época. Mas aí as coisas começaram a melhorar um pouco. Mas era muito estranho. Era muito estranho, porque era muito gozado. Em assembleia, era muito gozado. Eu ficava prestando atenção. […] Então a assembleia cheia, subia um pessoal pra falar, os homens, os trabalhadores homens pra falar. […] E eles podiam falar muita abobrinha, muita coisa. Mas o pessoal vaiava, xingava, olhava pra trás, não dava bola. E eles não estavam nem aí, né? […] O que eu sabia era que eu não podia fazer isso, sabe? Porque se eu falasse alguma coisa

117 Entrevista de Miriam de Oliveira Lazarim (CMV/SJCR, 4/8/2014).

> muito sem sentido, se eu pisasse na bola, eu ia perder credibilidade. Então eu tinha que tomar muito cuidado. Senão eu não voltava mais a falar em assembleia. Mas quando eu ia falar em assembleia, parava assim, sabe? Então por um lado eu tinha essa cobrança, mas acho que era uma coisa que acontecia mesmo, não era nenhuma cobrança interna minha, porque eu sabia que era mais ou menos por aí. Que a hora que subisse uma mulher, se falasse uma besteira, você, pra voltar, ia dar muito trabalho. Então isso era um fato. Mas por um outro lado, até pelo próprio machismo, quando uma mulher falava, parava. Então aí se prestava muita atenção.[118]

Muito embora Ary Russo, em seu depoimento à Câmara dos Vereadores, tenha exposto uma visão segundo a qual, durante sua gestão, os setores combativos do movimento metalúrgico teriam atuado de maneira unificada, o testemunho de Miriam evidencia a profundidade das divisões então estabelecidas entre os grupos da antiga Oposição Metalúrgica. Seu pertencimento à ala petista do movimento sindical, e mais especificamente, à CS, se expressa no depoimento como um antagonismo aberto em relação à direção emedebista encabeçada por Russo. É um indício de que as identidades e lealdades políticas estabelecidas pelos militantes que se aproximavam da CS no Vale do Paraíba a partir do início da década de 1980 estavam mais determinadas pelos seus vínculos partidários do que por laços propriamente sindicais, que fossem válidos para setores mais amplos da categoria, como parece ter sido o caso das relações estabelecidas em 1979. O fortalecimento de uma identidade partidária não foi característica exclusiva da CS. Grande parte dos grupos e das correntes políticas atuantes no movimento sindical da região experimentaram um crescimento naquele período, fenômeno que reduzia a necessidade da atuação prolongada em frentes únicas e ampliava o espaço para a expressão de suas discordâncias.

Em janeiro de 1982, foi a vez da GM anunciar demissões massivas, que afetaram mais de 200 metalúrgicos. Esse fato contribuiu para a antecipação da campanha salarial daquele ano, mais uma vez, travada em conjunto com outros sindicatos do Grupo dos Independentes. Além das demandas por estabilidade e por reajustes salariais de 15%, o SMSJCR propunha a redução das jornadas de trabalho para 40 horas semanais. Deve-se ter em conta que, em algumas fábricas, como a própria GM, a jornada de um operário da produção ultrapassava as 48 horas semanais, sem levar em conta as horas extras, intensamente demandadas pelas chefias e regularmente cumpridas pelos trabalhadores de muitas daquelas empresas, o que fazia com que a duração

118 *Ibid.*

das jornadas não raro superasse as 60 horas por semana.[119] Naquele ano, a FMESP concordou com uma proposta da patronal que concedia reajustes salariais que variavam de 0 a 4%, de acordo com índices de produtividade de cada empresa. O acordo foi considerado inaceitável pelos sindicatos independentes, que levaram o dissídio ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT). A princípio, o tribunal estabeleceu 7% de aumento, mas as empresas recorreram e conseguiram reduzir o índice para 4%.[120] No Vale do Paraíba, a decisão gerou insatisfação entre os operários e resultou em greves na Schrader, na Ericsson e, novamente, na Embraer.

Nas greves de maio de 1982, o SMSJCR experimentou alternativas à tática dos piquetes, facilmente desmontados pela repressão policial nas mobilizações anteriores, e as paralisações passaram a apresentar algumas das características das *ocupações de fábrica,* que se generalizaram nos anos seguintes. O primeiro passo nessa direção, portanto, pode ter sido provocado pela própria repressão policial. Cientes de que, nas ruas, estavam mais expostos à violência e às detenções arbitrárias, que haviam se tornado recorrentes para desbaratar os piquetes, os operários da Embraer, orientados pelo sindicato, decidiram realizar sua greve no pátio da empresa. Uma vez iniciado o movimento, os grevistas entravam na fábrica, "batiam o ponto" (i. e., registravam nas máquinas de controle de frequência a sua chegada e o início da jornada), mas não assumiam suas funções. Em vez disso, buscavam convencer os trabalhadores que ainda não haviam aderido ao movimento sobre a necessidade da greve e, uma vez garantida a paralisação do turno, retornavam ao pátio, onde permaneciam de braços cruzados. Enquanto os trabalhadores mais empenhados na organização da greve tomavam parte em reuniões para a discussão da mobilização, outros aproveitavam a paralisação da produção para conversar com os colegas, descansar ou jogar baralho, entre outras atividades. Ao final do período correspondente a seus turnos, os operários deixavam a empresa e retornavam às suas casas ou dirigiam-se ao sindicato para a realização de assembleias gerais (no caso da Embraer, de trabalhadores dos três turnos).[121] Esse tipo de mobilização configura o que chamamos de "greve de revezamento".

Ao reduzir o contato entre grevistas e policiais, a greve de maio de 1982 na estatal alcançou mais sucesso do que a tentativa do ano anterior, e chegou a contar com a adesão dos "mensalistas" (empregados do setor administrativo e funcionários de "colarinho branco", cuja participação em greves não era usual na região). Toninho, à época, trabalhador da Embraer, nos dá mais detalhes sobre o desenrolar daquela mobilização. Ele relata que "a peãozada fazia passeata por dentro da fábrica", e que, em uma dessas ocasiões, o coronel Ozires e outros diretores apareceram no pátio para acompanhar a movimen-

119 FGMSJCR. *Op. cit.*, pp. 25-6.

120 GUERRA, *Op. cit.*, p. 109.

121 *Jornal do Metalúrgico*, Ano I, nº 6, junho de 1982. pp. 4-5.

tação. Os trabalhadores então começam a cantar o hino nacional. Ozires e os demais dirigentes da fábrica "põem a mão no peito" e acompanham o hino; em seguida, o coronel vai cumprimentar os trabalhadores:

> Ele cumprimenta os peões e fala assim "vocês precisam aprender a cantar o hino nacional". Ele quis dizer: "cantar o hino nacional e não fazer greve". Ele vem cumprimentar, ele não me cumprimenta. Ele me pula e cumprimenta o resto, as outras pessoas que estavam lá na frente. Pois ele segue. Quando ele segue, a peãozada fala "vamos atrás dele". […] Aí ele chama, ele se sente na autoridade, porque ele tinha muita autoridade, no pátio do F-40, ele chama a peãozada, porque ele quer conversar direto com a peãozada, não com a gente [os ativistas sindicais]. Porque nós éramos a oposição.[122]

Em seguida, ainda de acordo com Toninho, Ozires teria começado a discursar contra a greve. O relato do metalúrgico segue:

> E a peãozada senta no pátio. Aquele monte de peão sentado, e o coronel Ozires faz um discurso. Eu falei "puta merda, isso aqui acabou, não dá". Coronel Ozires falando. Aí eu subo, tomo a palavra, e falo. […] Porque o coronel Ozires queria acabar com a greve. E lá em cima nós tínhamos que falar pra continuar a greve. Faço esse discurso. […] E na verdade, vota e ganha a proposta de greve. A peãozada estava toda sentada. Mas o que acontece? Ninguém sai do lugar! As pessoas não saem do lugar, continuam sentados. Fica tudo parado. Aí nós fomos obrigados a dizer "gente, vamos jogar palitinho, vamos fazer alguma coisa e tal". Porque foi tão tenso que ninguém saiu do lugar. Foi um momento em que as pessoas continuaram paradas.[123]

O depoimento de Toninho expressa a situação contraditória vivenciada pelos operários da estatal naquele momento. Embora convencidos da necessidade de prosseguir com a greve e dispostos a votar a favor dela na frente do coronel, certamente havia, em muitos daqueles trabalhadores, um sentimento

122 Entrevista de Antonio Donizete Ferreira. Concedida ao autor, 23/5/2018.

123 *Ibid*.

de temor e, talvez, até mesmo de reverência, diante do militar que ocupava o mais alto posto na hierarquia da empresa. Ozires dirigia a Embraer desde sua fundação, em 1969, e era benquisto por grande parte dos empregados.[124] Para além disso, a estatal era uma das empresas mais capazes de gerar identificação entre seus funcionários e o produto de seu trabalho: não era incomum que os metalúrgicos da Embraer se orgulhassem da grandiosidade dos aviões ali produzidos, resultado da sua perícia e capacidade de trabalho, evidentemente, mas que, em alguma medida, eram também símbolos que materializavam o discurso nacionalista fomentado sob a ditadura, que tinha como um de seus pilares o desenvolvimento tecnológico – sob a tutela dos militares. Miriam Lazarim também tratou desse tema em sua entrevista à CMV/SJCR:

> E existia uma coisa muito forte na Embraer. Ela foge um pouco das montadoras tradicionais, montadoras de carro, sabe? Dessa metalúrgica pesada, dessa coisa. Existia lá dentro, que eu via, assim, era uma identificação com aquilo que fazia, sabe? Porque, apesar de ser uma linha de montagem, é uma linha de montagem artesanal. É rebite por rebite. É fio por fio. E você tem que medir pra ver se está dando certo […]. Então, é um produto artesanal. Então, existia por parte do "peãozal" uma identificação muito grande com aquilo que eles faziam, sabe? […] Então na festa do [lançamento do modelo] T-27, a gente estava lá, eu estava lá também no meio, e aí eu vi o bichão lá em cima, e é uma coisa… A aviação é um treco fascinante, né? É diferente, é uma coisa diferente. Então você via o treco lá em cima. Aí eu estava lá com um pessoal assim, e aí tinha um cara e ele virou pra mim – quem é que era? Eu não me lembro o nome dele, caramba –, ele apontou lá e falou assim: "aquele bichão lá fui eu que fiz!", sabe? É diferente. Então existia um gostar de fazer aquilo.[125]

Como era regra nas empresas estatais e nos órgãos públicos ao longo do regime ditatorial, a Embraer possuía uma Assessoria de Segurança e Informação (ASI) ligada ao SNI e, além disso, era monitorada por outras unidades da Aeronáutica instaladas na região do Vale do Paraíba, como o Centro Técnico Aeroespacial (CTA). Por isso, entre os acervos militares hoje disponíveis para consulta, é comum que encontremos documentos acerca das movimentações políticas e sindicais nas dependências e nos arredores da planta, produzidos

124 *Ibid.*

125 Entrevista de Miriam de Oliveira Lazarim (CMV/SJCR, 4/8/2014).

pelas seções de inteligência da arma e, com frequência, difundidas a outras das unidades que compunham o CISA e ao SNI. O "Encaminhamento nº 006/SIS/BASP/82" é um exemplo dessa documentação, tratando especificamente de acontecimentos da greve de maio de 1982 na indústria aeronáutica.

O encaminhamento consiste em uma compilação de panfletos sobre a paralisação, incluindo uma carta elaborada pela diretoria da empresa, logo após a determinação da ilegalidade da greve pelo TRT, em 20 de maio, distribuída "aos empregados da Embraer". Na carta, a empresa lamentava o período da greve, "uma semana difícil onde, apesar de todos nós nos compreendermos, não prevaleceu o diálogo", mas garantia que não haveria punições aos grevistas, assegurando inclusive o pagamento dos dias parados e o compromisso da empresa em "alcançar uma fórmula de compensar a diferença dos 3% (três por cento) do índice de produtividade". O documento registra que a estatal reconhecia a "forma ordeira, educada e urbana como a maioria se conduziu, preservando o patrimônio da Embraer, propriedade que é do povo brasileiro". Contudo, frisava que, diante da decisão do tribunal, aqueles que não retornassem ao trabalho estariam "sujeitos às penalidades da lei", e completava: "Desejamos apelar a todos para que não abandonem o diálogo e não permitam jamais que a Embraer volte a ser paralizada [sic], por qualquer que seja o motivo".[126] Diante da decisão do tribunal e do compromisso assumido pela empresa em não aplicar punições – interpretado como garantia de estabilidade, de acordo com um panfleto do sindicato, também compilado pelos oficiais de informações da Aeronáutica – a greve foi encerrada, e a direção sindical estabeleceu uma "trégua de 45 dias" para que as promessas fossem cumpridas.[127]

A Embraer, de fato, não recorreu às demissões logo após a greve, mas, cerca de três meses após o conflito, despediu alguns trabalhadores que haviam participado ativamente da mobilização, expediente repressivo denunciado pelo SMSJCR. Em um panfleto sobre o tema, a entidade usava como exemplo o caso de Aluísio Venâncio, funcionário com "8 anos de casa" e que, um mês antes da demissão, havia recebido um aumento salarial por mérito. A justificativa oficial para a interrupção de seu contrato, contraditoriamente, era a de que o operário "estava com baixa produção".[128] Além das demissões, a estatal aplicou retaliações mais sutis contra outros operários que haviam cumprido papel de destaque na mobilização, como Toninho. O fato de o militante não ter sido cumprimentado por Ozires na ocasião da greve indicava que a diretoria da empresa já havia identificado alguns dos ativistas que atuavam

126 "Aos empregados da Embraer". Anexo do "Encaminhamento nº 006/SIS/BASP/82", fl. 2. Arquivo Nacional. (BR/AN/BSB/VAZ 33-A-217). Este e outros documentos do Arquivo Nacional (BR/AN) citados adiante podem ser consultados no sítio eletrônico da instituição ou através do Banco de Dados Memórias Reveladas.

127 "Companheiros da Embraer". *Ibid.* fl. 3.

128 Anexo do "Encaminhamento nº 012/AI/CTA/82", de 3 de setembro de 1982. fl. 3 (BR/AN/BSB/VAZ 049-61).

na fábrica, fosse pelo monitoramento atento daquela mobilização ou como resultado das investigações de outros serviços de inteligência estatais.[129]

Após a paralisação de maio, Toninho relata que seu supervisor passou a dar-lhe tarefas de trabalho que ele não estava apto a realizar: "me jogava em serviço que eu não sabia fazer. Eu fui ser empilhadeirista, e eu não podia".[130] Esse tipo de prática visava não somente constranger o operário, mas, igualmente, gerar pretextos que escamoteassem o caráter político de uma futura dispensa, uma vez que, ao realizar tarefas para as quais não fora treinado ou não estava capacitado, o trabalhador estava mais propenso a apresentar um baixo rendimento ou cometer erros que lhe renderiam advertências. Contudo, Toninho conta que era auxiliado por outros empilhadeiristas: "A solidariedade era fantástica". Pouco tempo depois, Toninho foi colocado na "geladeira". Para reduzir ao máximo seu contato com os colegas, a chefia transferiu o ativista para o setor de controle dos processos automatizados da produção:

> Eram terminais de um computador central. E ele [supervisor] me botou pra trabalhar nisso, e eu não sabia nada. Aí o cara que trabalhava na salinha comigo – que aí era numa salinha de vidro –, eu ficava lá junto com ele, só eu e esse cara. Esse cara fazia tudo. Ele falava "deixa comigo aqui, cara, a gente vai tocando". E eu não conseguia, não entendia nada disso, imagina.[131]

Embora cada vez mais monitorado, Toninho permanecia empregado. Inês, ao contrário, enfrentava um momento difícil, sem conseguir se estabilizar em empresa alguma, mas seguia engajada na construção da CS e na militância pela legalização do PT, a partir de 1981: "A gente ia todo fim de semana pros bairros, pra casa da peãozada, bater de porta em porta, com as fichinhas na mão, filiando o povo." Àquela altura, a operária já havia sido demitida da Tecnasa e da Alpargatas, empresa do ramo calçadista, após vínculos de curta duração, mesmo mantendo um perfil discreto em termos de militância ("eu estava lá quietinha, trabalhando"). Naquele momento, Inês não tinha condições de arcar com o sustento de sua filha:

> Nessa época eu tive que mandar minha filha pra Barretos, pra casa da minha mãe. Porque eu fiquei sem

129 Dentre as fontes que mobiliza para o estudo das greves de maio de 1982 em São José dos Campos, Caio Guerra menciona o "Relatório de Inspeção nº 18/1982" (APESP, Fundo DEOPS, Dossiê 20-C-44, fls. 24.092 ss.), demonstrando que a polícia política paulista também monitorou a mobilização. *Cf.* GUERRA, *Op. cit.*, p. 110.

130 Entrevista de Antonio Donizete Ferreira. Concedida ao autor, 23/5/2018.

131 *Ibid.*

> emprego, sem casa, porque eu não podia mais pagar aluguel. Não tinha como manter minha filha, porque eu não tinha emprego. Não podia procurar emprego, porque não tinha quem ficasse com ela. Não podia pagar ninguém pra ficar com ela, porque não tinha dinheiro pra pagar a pessoa. E assim, a gente quase passou fome nós duas, eu e a Janaína. Foi muito triste, muito triste.[132]

Em 1982, Inês finalmente havia conseguido uma vaga na Johnson & Johnson, e estava prestes a completar o período de três meses de experiência, recebendo elogios de seus superiores por seu desempenho profissional e com promessas de que seria efetivada. Mas a operária tomou parte nas eleições daquele ano, como candidata a vice-prefeita de São José dos Campos pela chapa do PT, e depois disso, a atitude da empresa em relação a ela mudou radicalmente:

> Aí anunciou meu nome num dia, no outro dia saiu no *Valeparaibano*, no dia seguinte de manhã eu cheguei pra trabalhar, meu chefe me chamou e me mandou embora. E falou isso pra mim: "Inês! mas quê que você foi fazer, eu ia te efetivar, você tem tudo pra se dar bem aqui dentro da fábrica, quê que você foi fazer?". Aí eu falei: "Olha… não tem explicação!", eu disse pra ele "eu sou militante de esquerda, se eu for tentar te explicar você não vai entender".[133]

Naquela eleição, Ernesto Gradella conquistaria um cargo de vereador pelo PT, para surpresa de seus próprios camaradas de militância, com uma campanha construída a partir de discussões e panfletagens entre operários e estudantes.[134] O partido se consolidava na região e demonstrava potencial eleitoral: além de Gradella, outro militante petista, Brás Cândido, ligado à ala majoritária do partido, foi eleito para a Câmara dos Vereadores no mesmo pleito. O PMDB, por sua vez, mantinha a prefeitura. Joaquim Bevilacqua dava lugar a Robson Riedel Marinho, primo de Ary Russo, e os vereadores

132 Entrevista de Maria Inês de Oliveira (CVM/SJCR, 10/03/2014).

133 *Ibid*.

134 No período, a Convergência Socialista impulsionava uma corrente estudantil, o Alicerce da Juventude Socialista (AJS), priorizando o trabalho político em meio ao setor. Contudo, em São José dos Campos, onde o grupo já possuía alguma influência entre o operariado, a campanha eleitoral também envolveu a disputa dos votos de trabalhadores. Mas, segundo Toninho, apesar do papel de destaque que Gradella havia cumprido na greve de 1979, na organização da Oposição Metalúrgica e do PT na cidade, não havia entre os militantes da CS-AJS qualquer perspectiva de que ele fosse eleito.

comunistas ligados à sigla, Luiz Paulo Costa e João Bosco da Silva, também seriam reeleitos.

Ainda em 1982, ocorre um dos primeiros episódios marcantes da perseguição judicial contra o "novo sindicalismo" no Vale do Paraíba. Ary Russo, que, assim como outros ativistas e certas organizações oposicionistas locais, vinha sendo constantemente monitorado pelo DEOPS/SP e por outros órgãos estatais e patronais de inteligência, torna-se o primeiro dirigente metalúrgico da região a ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN). O processo foi instaurado como consequência de uma campanha promovida contra Russo pelo vereador joseense Cyrillo Paes (Partido Democrático Social – PDS[135]), que se baseava em uma manchete de jornal segundo a qual Russo apoiaria os saques a supermercados, que já vinham ocorrendo em algumas regiões do país, como resposta ao desemprego crescente. Segundo Russo, tratava-se de uma manchete que não levava em conta o contexto e tampouco condizia com o conteúdo de suas declarações:

> Os companheiros aqui vão lembrar bem. A GM fez uma demissão de seiscentos trabalhadores na terça-feira e na quinta-feira convocou a fábrica para fazer uma hora extra no sábado. Nós fomos para a porta da fábrica, paramos os ônibus, pouquíssimos trabalhadores entraram naquele sábado de madrugada. Nós explicamos o porquê, dizendo: – "olha, vocês vão entrar e vocês vão ser os próximos porque na terça-feira foram seiscentos demitidos". Nós saímos dali da porta da fábrica, eram seis e pouco da manhã, e paramos para tomar café numa padaria, ali na Vila Industrial. Eu me lembro que um jornalista do *Valeparaibano*, que eu não vou lembrar o nome do jornalista, ele perguntou: – "e agora o que vocês vão fazer, qual é…?" A minha resposta – inclusive isso está nos Anais do *Valeparaibano* – foi que a nossa grande preocupação é que nós já contávamos com praticamente vinte e cinco mil trabalhadores desempregados em São José e que a gente cobrava uma decisão firme das autoridades municipais e estaduais em relação àquilo. Eu me lembro que disse que eu não gostaria de assistir em São José o que a gente tinha visto em São Bernardo e no Nordeste no ano anterior, que era saques a supermercados. Eu disse muito bem: eu não gostaria de ver isso na nossa cidade. No dia seguinte, para minha surpresa, saiu uma manchete em letras garrafais, no mesmo *Valeparaibano*: "Russo apoia saque a

135 Agremiação herdeira da ARENA, que havia sido extinta com a reforma partidária, em fins de 1979.

> supermercado". E o meu nome já ajudava bastante na época: para quem via comunista na sombra, meu nome era um prato de comida.[136]

Por conta da suposta declaração, Russo seria condenado a seis anos de prisão, mas não chegaria a cumprir pena.[137] De acordo com seu depoimento, o processo foi retirado da esfera de competência dos tribunais militares alguns anos depois, o que, na prática, teve o mesmo efeito de uma anistia. Note-se, de passagem, que processos utilizando a LSN haviam sido instaurados pouco tempo antes contra sindicalistas de São Bernardo do Campo, por conta da "greve dos 40 dias", em 1980[138], resultando em condenações em primeira instância. Contudo, o recurso da defesa dos trabalhadores à instância superior, o Supremo Tribunal Militar, logrou anular o julgamento, decisão tomada por nove votos contra três, ainda em abril de 1982. Conquanto a mobilização da LSN contra ativistas políticos tenha prosseguido, mesmo após o fim dos governos militares (ainda que com cada vez mais parcimônia), àquela altura já se tornava claro que a atuação dos tribunais militares na repressão contra sindicalistas acarretava em custos políticos para o próprio regime.[139] A transição exigia estratégias repressivas diferentes para lidar com o ascenso operário em curso, e o Vale do Paraíba seria um dos laboratórios em que elas se desenvolveriam.

1.5 O ACIRRAMENTO DAS LUTAS DE CLASSE E A EXPANSÃO DO "NOVO SINDICALISMO" NO VALE DO PARAÍBA: AS GREVES DE 1983

Nos primeiros anos da década de 1980, outras categorias de trabalhadores do Vale do Paraíba também promoveram mudanças em suas direções sindi-

136 APMSJC. *Anais da Câmara Municipal de São José dos Campos. Comissão da Verdade Michal Gartenkraut. Sétima Audiência Pública – Parte I…* Depoimento de Ary de Oliveira Russo. 26 de março de 2014. Anexo I, Apostila XIII, fl. 7.

137 SILVA, Moacyr Pinto da. *Ditadura Nunca Mais*. A verdade de São José dos Campos no período de 1964 a 1985 a partir dos depoimentos à Comissão Professor Michal Gartenkraut. São José dos Campos: Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 2016, p. 188.

138 Análises da referida greve se encontram em SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995; MACEDO, Francisco Barbosa de. "Social networks and urban space: worker mobilization in the first years of 'New Unionism' in Brazil". *International Review of Social History.* Cambridge University Press, nº 60, pp. 37-71, 2015.

139 Discutimos brevemente a questão em MARTINS, Richard de Oliveira. "'Nuevo Sindicalismo' y Represión Judicial en el Brasil de la 'apertura': las huelgas metalúrgicas en São Bernardo do Campo y São José dos Campos (1980-85)". *Paginas.* Revista digital de la Escuela de Historia – Universidad Nacional de Rosario. Año 12, n° 28, 16 pp., Enero-Abril de 2020.

cais, quase sempre substituindo gestões ditas "pelegas", que se encontravam à frente dos sindicatos por longos períodos, por grupos que reivindicavam um sindicalismo "combativo". Em sua maioria, esses novos dirigentes sindicais eram homens jovens, na faixa dos trinta anos de idade, e pouquíssimos dentre eles contavam com alguma experiência prévia em termos de organização política e gestão sindical. Sendo a Oposição Metalúrgica a primeira a haver se formado na região de São José dos Campos e a chegar à direção de um aparelho sindical – justamente, aquele que contava com a maior base de trabalhadores na região – é compreensível que o SMSJCR tenha rapidamente se tornado uma referência para as demais categorias em busca de renovação no Vale.[140]

Os vínculos estabelecidos entre trabalhadores de ramos distintos naquele período foram apontados por diversos depoentes que compareceram à Sétima Audiência Pública da Comissão Michal Gartenkraut em 2014. Um dos depoentes a dar declarações neste sentido foi Miranda Ueb Machado, parte da direção do sindicato dos trabalhadores do ramo têxtil da cidade (STSJC) na década de 1980. A renovação do sindicato têxtil seguiu linhas bastante semelhantes à dos metalúrgicos, inclusive cronologicamente: a oposição sindical da categoria também se formou em 1979 e foi eleita em 1981. Miranda nos conta um pouco sobre as características do trabalho na Matarazzo, fábrica da qual era empregado, em um dos mais sombrios períodos da ditadura, ligando essa experiência à percepção da necessidade de organização dos trabalhadores:

> … quando eu entrei em 68 na fábrica, era muito difícil. Era difícil o horário, tinham uns horários loucos lá que a gente trabalhava e não tinha folga. Eu, pelo menos, trabalhava aos domingos direto e tinha muito pouca folga. Por isso que a gente chegou trabalhando, ajudando, e quando a gente conseguiu esse sindicato, com certeza a gente abriu as portas do sindicato para todas oposições que queriam trabalhar junto.[141]

O problema da retaliação patronal também se abateu sobre os têxteis. Quando venceram as eleições – resultado garantido através de um elaborado trabalho de vigilância para impedir as fraudes que poderiam ocorrer caso as urnas saíssem do sindicato –, muitos membros da nova diretoria foram rapidamente mandados embora das fábricas em que trabalhavam, antes mesmo de tomarem posse. Miranda afirma ter escapado da demissão por sorte: "Eu estava de férias aí, não podiam me mandar embora nas férias". Em seu depoimento, o diretor reivindicou a importância da gestão da qual participou

140 SMSJCR. *Especial 55 Anos – 1956/2011*…, p. 12.

141 APMSJC. *Anais da Câmara Municipal de São José dos Campos. Comissão da Verdade Michal Gartenkraut. Sétima Audiência Pública – Parte I*… Depoimento de Miranda Ueb Machado. 26 de março de 2014. Anexo I, Apostila XIII, fl. 38.

à frente do STSJC, como um ponto de apoio para a organização de outros sindicatos da região, como o dos trabalhadores da indústria de calçados, o dos condutores e o dos petroleiros, este último "criado dentro do nosso sindicato", durante uma greve dos trabalhadores da Petrobras.[142]

José Dias, trabalhador da empresa de transportes São Bento, também relatou, na mesma ocasião, a importância que tiveram as demais oposições e direções do "novo sindicalismo" da região para a derrubada dos "pelegos" que controlavam o Sindicato dos Condutores de São José dos Campos. Como vimos, a categoria foi a primeira da região a conduzir uma "greve selvagem" (contra a direção do sindicato) em 1979, mas uma oposição sindical só foi organizada em 1983, com o "apoio de vários companheiros" de outros ramos.[143] No mesmo ano, os trabalhadores da indústria calçadista da região também formam sua oposição, eleita no ano seguinte.[144]

Sobretudo a partir de 1983, o SMSJCR começa a intervir ativamente nas eleições das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) das empresas da região, tentando inserir ativistas nesses cargos, tanto para acompanhar e apresentar respostas políticas à pungente questão dos frequentes sinistros laborais nas fábricas metalúrgicas, quanto por conta da estabilidade conferida aos membros das comissões durante seus mandatos, algo que, em tese, permitiria que os ativistas desenvolvessem sua militância com menos restrições. As empresas, por sua vez, buscavam eleger "cipeiros" (ou "cipistas", como também eram chamados) alinhados com a patronal, para evitar que as comissões fossem utilizadas como correia de transmissão das posições do sindicato. No mesmo período, como resultado das mobilizações dos anos anteriores, também começam a ser implantadas Comissões de Fábrica em algumas plantas da região. Os membros dessas comissões, responsáveis por discutir e apresentar as demandas dos trabalhadores às direções das empresas, também gozavam de estabilidade.

No início daquele ano, para além da inflação e do desemprego crescentes, a situação dos trabalhadores se viu agravada pela redução dos índices de reajuste salarial, medida implementada pelo então ministro da Secretaria de Planejamento da Presidência, o economista Antonio Delfim Neto.[145] Em março de 1983, o SMSJCR declarava, através de sua imprensa, em editorial assinado por Ary Russo, que o governo militar atacava o já corroído poder de compra dos trabalhadores para satisfazer os interesses do Fundo Monetário Internacional (FMI), e anunciava que a possibilidade de uma greve geral já estava sendo estudada "por várias entidades, entre federações e sindicatos

142 *Ibid*., fls. 37, 38.

143 Depoimento de José Dias. *Ibid*., fl. 48.

144 APMSJC. *Anais da Câmara Municipal de São José dos Campos. Comissão da Verdade Michal Gartenkraut. Sétima Audiência Pública – Parte II…* Depoimento de José Laurindo Portela. 26 de março de 2014. Anexo I, Apostila XIV, fls. 34-35.

145 A medida extinguia a obrigação do reajuste no valor de 10% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para os trabalhadores que ganhavam até três salários mínimos. De acordo com o SMSJCR e grande parte do movimento sindical, a meta do governo era o fim dos reajustes semestrais que vigoravam desde 1979. Ver *Jornal do Metalúrgico*. Ano II, nº 13, janeiro de 1983. pp. 2-3.

de trabalhadores, como forma de pressão contra a decisão do governo". O presidente do SMSJCR avaliava que os trabalhadores corriam o risco de "perder até o pouco que conseguimos em negociações anteriores", já que a patronal assumia uma postura mais agressiva, sintetizada pelas declarações do presidente da FIESP, Roberto Della Manna, em cuja avaliação houvera excessiva "boa vontade" do empresariado em 1982. Della Manna prometia "usar 'menos o coração'" nas negociações seguintes.[146] Apesar do discurso da patronal, os resultados alcançados pelos trabalhadores foram comemorados pelos sindicalistas. Após três rodadas de negociação com a FIESP, os sindicatos independentes firmaram acordos que previam reajustes entre 2% e 6%, variando conforme o número de empregados em cada empresa. Na Embraer, o acordo estabelecido entre a estatal e o SMSJCR previa a formação de uma Comissão de Fábrica, redução da jornada de trabalho e o não desconto de sábados e domingos no cálculo da remuneração das férias.[147]

Contudo, o problema das recorrentes demissões persistia. A GM, que havia dispensado cerca de 600 operários desde o início do ano, compensava a redução de seus quadros com a exigência de que os funcionários remanescentes cumprissem cada vez mais horas extras, expediente comum nas empresas da região. De acordo com a imprensa sindical, em 30 de abril, diretores do SMSJCR compareceram às portas da GM para discutir com os trabalhadores e convencê-los a não entrarem na fábrica, argumentando que o cumprimento das horas extras viabilizava as demissões. Na ocasião, "acabaram sendo agredidos por policiais armados".[148] No mesmo mês, a Embraer dispensou 100 funcionários, e em maio, a Ericsson anunciou a possibilidade de demitir quase 500 operários.[149]

Naquele cenário, a necessidade de defender os postos de trabalho tomou um lugar central na agenda dos metalúrgicos, assim como nas de outros setores do movimento sindical. As iniciativas de organização dos desempregados também avançavam, sobretudo na cidade de São Paulo. Em 4 de abril, uma manifestação organizada por sindicatos, partidos de esquerda e pelo Comitê dos Desempregados do Tatuapé reuniu milhares de pessoas no Largo Treze de Maio, na capital, demandando a criação imediata de novos postos de trabalho e que os desempregados tivessem auxílio-desemprego e garantia de assistência médica por um ano, além de transporte público gratuito. Segundo os relatórios policiais, a passeata "logo degenerou em atos de vandalismo, com depredação e saque de vários estabelecimentos comerciais e danificação de viaturas policiais".[150] No dia seguinte, nova concentração

146 *Jornal do Metalúrgico*. Ano II, nº 14, março de 1983. p. 2.

147 *Jornal do Metalúrgico*. Ano II, nº 15, abril de 1983, pp. 2, 4.

148 *Jornal do Metalúrgico*. Ano II, nº 16, maio de 1983, p. 3.

149 *Jornal do Metalúrgico*. Ano II, nº 17, junho de 1983, p. 3.

150 "Relatório Especial de Informação nº 2 EM-PM-007/2/83". 11 de abril de 1983. fls. 1. APMSJC, Fundo Comissão Michal Gartenkraut, "Documentos João Bosco, Vol. 1" (fl. 253).

no mesmo local ocasionou mais repressão, e os tumultos se repetiram. Pela tarde, o governador aceitou receber uma comissão de membros do Comitê para ouvir suas demandas, mas, ao que parece, os saques e as depredações se generalizavam pela cidade, sem qualquer ligação com o comando do movimento de desempregados. A informação policial sobre os distúrbios afirmava que "uma massa de aproveitadores composta de marginais, desocupados, mendigos e até transeuntes" havia passado a "fazer parte do Movimento". O *modus operandi* dos saqueadores teria dificultado as ações repressivas, diante da "união dos elementos durante o saque e depredação e imediata dispersão do grupo, juntando-se novamente em outro estabelecimento comercial".[151] No decorrer daquela semana, novas ocorrências do mesmo tipo foram registradas em diversos pontos da capital.

Embora os líderes das mobilizações dos desempregados tenham se empenhado ao máximo em demonstrar que não incentivavam os saques e as depredações, o governo, a polícia e a imprensa não hesitaram em atribuir a responsabilidade pelos distúrbios aos militantes de organizações políticas. Manuel Pedro Pimentel, o secretário de Segurança de São Paulo, deu declarações nesse sentido, refutadas pela CS, uma das organizações acusadas de promover os distúrbios.[152] O PC do B também foi apontado, desta vez, pela inteligência estatal, como interessado em fomentar a desordem pública naquele contexto. A presença de militantes do partido, cantando palavras de ordem, na concentração do ato de 4 de abril, prelúdio dos distúrbios, é apontada em um relatório do SNI como indício da responsabilidade dos comunistas pelos saques e tumultos que se seguiram. Entretanto, o mesmo documento conta que Maria Arleide Alves (uma das únicas pessoas mencionadas nominalmente na seção do informe que se refere aos "distúrbios de abril"), "uma das ativistas do partido presentes ao ato, […] tentou, em vão, recuperar o controle da multidão", estabelecendo uma contradição na narrativa. De fato, o informe registra, páginas depois, que as posições oficiais do partido condenavam as ações dos "saqueadores e depredadores", e que o próprio Secretário-Geral do PC do B havia declarado que "o seu partido não provocou, nem tomou parte nos saques".[153]

O SMSJCR, que tomava parte na organização dos desempregados na região do Vale, comentava a respeito dos incidentes:

> Muitas acusações foram feitas a "grupos de esquerda", que estariam se aproveitando da situação para difundir suas ideias. Seja como for, ninguém vai poder negar que só depois dos saques, do quebra-quebra e da vio-

151 *Ibid*., fls. 3 ("Documentos João Bosco, Vol. 1", fl. 255).

152 *Folha da Tarde*, 08/04/83, p. 13.

153 *Cf.* "Informação nº 2152/16/ASP/83", de 31 de agosto de 1983, fls. 45-48. APMSJC, Fundo Comissão Michal Gartenkraut, "Documentos João Bosco, Vol. 1", pp. 357-85.

> lência que atingiu inclusive quem não tinha nada com isso, foi que as autoridades entenderam a urgência de criar formas de conter "imediatamente" a escalada do desemprego em São Paulo.[154]

Simultaneamente, o movimento de luta por moradia também crescia na região, com participação ativa da militância do PC do B e do PT. As ocupações de terra passavam a ser utilizadas como tática para forçar o poder público a implementar políticas efetivas para lidar com o problema da habitação, mas ocasionavam, mais frequentemente, a intensificação da vigilância e da repressão policial.[155] É nesse contexto que o SMSJCR, aliado aos demais sindicatos "combativos" do Vale do Paraíba, decide construir a greve geral nacional, convocada pelo Movimento Pró-CUT para o dia 21 de julho. A pauta do movimento era composta por uma série de reivindicações, que incluíam o fim das intervenções em sindicatos, a suspensão de decretos que promoviam o arrocho salarial, o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e a implementação do salário-desemprego.[156]

Embora tenha criado grande expectativa de adesão, a greve não atingiu a proporção esperada. A inteligência policial, que monitorou uma série de sindicatos e partidos que construíam a mobilização, considerou que a campanha para "preparar psicologicamente toda a população" para a greve havia sido bem-sucedida, mas que as intervenções estatais sobre entidades dos trabalhadores (como o Sindicato dos Metroviários de São Paulo e o Sindicato dos Bancários da mesma cidade), aliadas à contrapropaganda governamental e à ação do aparelho repressivo, garantiram a contenção do movimento. Ainda segundo a Polícia Militar do Estado de São Paulo, também contribuíra, para a redução dos contingentes grevistas, a atitude moderada dos sindicatos não-cutistas da Unidade Sindical, influenciados pelo PCB, "devido [ao fato de] estarem comprometidos politicamente com o atual Governo do Estado, que por sua vez temia uma possível intervenção federal no Estado, caso a greve ameaçasse a Segurança Nacional".[157] André Franco Montoro havia assumido o governo paulista em março daquele ano, eleito pelo PMDB, em cujas fileiras os comunistas ainda se encontravam abrigados.

No Vale do Paraíba, a greve geral também encontrou dificuldades, principalmente por conta da operação policial que impediu a formação de piquetes

154 *Jornal do Metalúrgico*. Ano II, nº 15, abril de 1983, p. 2.

155 "Informe nº 1640/17/ASP/83", de 19 de julho de 1983. APMSJC, Fundo Comissão Michal Gartenkraut, "Documentos João Bosco, Vol. 1", fls. 296-298.

156 GUERRA, *Op. cit.*, pp. 112-3.

157 "Relatório Especial de Informação nº 2-EM-PM-011/2/83", de 23 de agosto de 1983, fls. 5-6. APMSJC, Fundo Comissão Michal Gartenkraut, "Documentos João Bosco, Vol. 1", fls. 318-30. Para o SMSJCR, a imprensa também cumpriu um papel decisivo ao boicotar a parede: "Durante os dias que antecederam a greve, ninguém ouviu uma única vez qualquer notícia sobre a paralisação marcada para o dia 21, nem no rádio nem na televisão." *Jornal do Metalúrgico*. Ano II, nº 18, agosto de 1983. p. 1.

em diversas fábricas na ocasião. De acordo com o mesmo relatório policial, em São José dos Campos, as ações de greve visaram, sobretudo, a GM, a Embraer, a Tecelagens Parahyba e a Imbrape, mas "em nenhuma dessas empresas foi conseguida a total paralisação". Em outras cidades do Vale, como Guaratinguetá e Cruzeiro, os operários também tentaram formar piquetes, quase sempre sem sucesso: a "tentativa de paralisação da Fábrica Nacional de Vagões", em Cruzeiro, teria sido "contida pela ação da Polícia Militar com auxílio da própria segurança da empresa". Contudo, em Pindamonhangaba (Fruehauf) e Jacareí (Schrader e Imbrac), houve paralisações totais. Embora descrevesse diversas ações repressivas que inviabilizaram o sucesso da greve, o relatório policial atribuía o fracasso do movimento à "divergência política entre os líderes sindicais ligados ao PT e ao PMDB, [à] falta de um trabalho de mobilização dos trabalhadores e [à] falta de lideranças para os piquetes."[158]

Na Embraer, a repressão à mobilização de 21 de julho foi particularmente intensa, demonstrando que a abordagem conciliadora escolhida pela direção da estatal para lidar com a greve do ano anterior ficara para trás. Ainda na véspera da greve, durante os preparativos para a paralisação, um piqueteiro e um fotógrafo a serviço do sindicato foram detidos.[159] De acordo com o *Jornal do Metalúrgico*, no dia 21, os funcionários da Embraer "trabalharam com policiais armados de metralhadoras ao lado das máquinas". Além disso, quatro trabalhadores envolvidos com a construção da greve foram demitidos já no dia 22 – incluindo Toninho e Miriam: "Entre os demitidos havia membros da CIPA" (era o caso de Toninho), "que não podiam ser mandados embora, já que os cipeiros têm estabilidade".[160] O SMSJCR reagiu às demissões com uma nova tentativa de paralisação da estatal, em 23 de julho, mas cerca de vinte policiais se encontravam de prontidão às portas da empresa, em cujo interior havia um contingente bastante maior da polícia da Aeronáutica. A greve, mais uma vez, foi inviabilizada.

Além de Antonio Donizete de Oliveira e Miriam de Oliveira Lazarim, Araldo Tedesco e Ladislau Felipe Peres Tavares (o "Português") foram dispensados por "justa causa" imediatamente após a greve, apontados como "agitadores" pela empresa.[161] Na ocasião das demissões, Toninho chegou a ser detido pela polícia, enquanto discursava para seus companheiros de trabalho acerca da retaliação da qual era alvo[162]; Miriam e Araldo, que receberam suas dispensas por volta da hora do almoço, só não foram presos por conta da solidariedade dos colegas, que impediram que os policiais chegassem até os demitidos:

158 "Relatório Especial de Informação nº 2-EM-PM-011/2/83", de 23 de agosto de 1983, fls. 7-8. APMSJC, Fundo Comissão Michal Gartenkraut, "Documentos João Bosco, Vol. 1", fls. 318-330.

159 *Jornal do Metalúrgico*. Ano II, nº 18, agosto de 1983. p. 4.

160 *Ibid*., p. 8.

161 "Informação nº 045/SIS/EEAER/83", de 05 de agosto de 83, fls. 2 (BR/AN/BSB/VAZ 02-6A-0200).

162 Na mesma ocasião, também foram detidos pela polícia Inês, Ernesto Gradella e Giselda, esposa do vereador, que não desenvolvia nenhum tipo de militância e simplesmente os acompanhava naquele dia porque era o aniversário de Ernesto, e o grupo pretendia comemorar a data em seguida. Entrevista de Ernesto Gradella Neto (CVM/SJCR, 28/01/2014).

> A gente estava no estacionamento, dentro das dependências da Embraer, ainda, né? Então a gente estava ali, conversando com as pessoas, conversando com o pessoal. Acho que era mais ou menos horário de almoço. E a gente estava explicando o que tinha acontecido e tudo o mais. […] E a gente já sabia que o Toninho tinha sido preso, porque contaram pra gente. Era uma confusão, a gente não sabia o que estava acontecendo, sabe? Você está sendo mandado embora. Daqui a pouco vem um segurança com você, entra no seu banheiro [vestiário], entra junto com você pra você pegar as suas coisas no banheiro. Entra junto. E você fala 'to sendo mandada embora', sabe? E fica uma coisa estranha. […] Aí eles [diretores da Embraer] deram uma ordem pra polícia militar entrar e pegar e prender o Araldo e eu. E aí eles vieram né? Só que houve uma coisa, uma reação impressionante [dos operários], sabe? […] Eles começavam a sacudir o alambrado. Sacode o alambrado. […] Foi uma coisa muito impressionante. Foi uma coisa emocionante mesmo. […] A gente não foi preso porque os trabalhadores da Embraer que defenderam mesmo, não deixaram.[163]

Ainda em julho, a empresa voltou atrás quanto à categoria das demissões (por "justa causa"), pagando os direitos dos demitidos, o que, segundo o sindicato, "não refrescou em nada a sua atitude de colocá-los na rua porque participaram da greve".[164]

Em agosto de 1983, ocorre a fundação da CUT. A partir dali, as greves gerais se tornariam mais frequentes, embora nem sempre massivas; e táticas alegadamente mais "radicais" de luta seriam experimentadas, inclusive na área do Vale do Paraíba. Novos contingentes de trabalhadores e entidades sindicais de distintas regiões se aproximariam do "novo sindicalismo", fortalecendo os batalhões grevistas e dando novo gás ao ascenso que duraria até o fim da década, com números crescentes de categorias mobilizadas e jornadas de trabalho perdidas. Contudo, as divisões no interior da recém-formada Central se aprofundariam rapidamente, assim como a repressão estatal e a retaliação patronal. De fato, durante a "malograda greve geral"[165] de julho, já estava em operação o Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba, um organismo de colaboração empresarial-militar para o monitoramento do

163 Entrevista de Miriam de Oliveira Lazarim (CMV/SJCR, 4/8/2014).

164 *Jornal do Metalúrgico*, Ano II, nº 18, agosto de 1983. p. 8.

165 "Informação nº 045/SIS/EEAER/83", de 05 de agosto de 83, fls. 1 (BR/AN/BSB/VAZ 026A-0200).

movimento operário, do qual trataremos em detalhe no capítulo seguinte deste volume.

1.6 O "NOVO SINDICALISMO" METALÚRGICO EM VOLTA REDONDA

O ano de 1983 também marcou a chegada dos sindicalistas "autênticos" à direção de outro importante sindicato, na área fluminense do Vale do Paraíba, o dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR).[166] Para além da proximidade geográfica, a região de Volta Redonda guarda algumas importantes semelhanças com a área paulista do Vale, a começar pela forte presença militar em ambas as localidades. Barra Mansa, município vizinho de Volta Redonda, abrigava o 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército, cujo quartel havia funcionado como um centro de detenção e tortura entre 1964 e 1973[167]; também por conta disso, o contingente lotado em Barra Mansa era considerado "especializado em combate aos movimentos políticos e operários".[168] Outros traços de unidade entre as regiões paulista e fluminense do Vale incluíam a presença de empresas estatais "estratégicas" (Embraer e CSN) e a ingerência de instâncias governamentais superiores sobre a vida política das cidades em que essas plantas estavam instaladas, no caso de Volta Redonda, baseada em sua definição como "área de interesse da segurança nacional".[169] Assim como a Embraer, a CSN contava com uma ASI, responsável pela vigilância política na usina e, em alguma medida, na região. Na década de 1980, as operações da ASI/CSN eram controladas pelo chefe de segurança da estatal, o coronel Bismarck Baracuhy Amâncio Carvalho.[170]

Contudo, as diferenças entre os polos industriais das regiões paulista e fluminense do Vale também eram sensíveis. A principal delas derivava do fato de que a própria fundação do município de Volta Redonda, emancipado de Barra Mansa em 1954, havia sido uma consequência direta da instalação da usina siderúrgica, a partir de abril de 1941. A Companhia foi responsável pela construção de moradias, prédios e vias da cidade, além de providenciar diversos serviços básicos, condições de possibilidade do funcionamento da própria siderúrgica. A ingerência da estatal sobre vários aspectos do cotidiano de seus trabalhadores, inclusive para além dos muros da usina, vinculava-se

166 Cuja denominação oficial, na década de 1980, era Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico, de Material Eletrônico e de Informática de Barra Mansa, Volta Redonda, Resende e Itatiaia. Atualmente, a entidade se denomina Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense – SMSF.

167 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS – VOLTA REDONDA. *Relatório Final*. Volta Redonda/RJ, 2015. pp. 330-399.

168 VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. *Volta Redonda, entre o Aço e as Armas.* Petrópolis: Vozes, 1990. p. 79.

169 Esse *status* seria mantido entre 1973 e 1984, período em que os prefeitos de Volta Redonda foram nomeados pelo governo federal. Três daqueles interventores foram quadros da CSN. COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit*., pp. 409-412.

170 *Ibid*., p. 436.

a uma tradição corporativo-paternalista de gestão, calcada na ideia de uma "família siderúrgica" que unia diretores e operários em prol da CSN.[171] Essa filosofia se aliava à concessão de importantes benefícios e de algumas vantagens materiais aos trabalhadores da usina, em comparação com os trabalhadores de outros ramos, e se combinava ainda com a repressão no espaço da empresa e com o disciplinamento extrafabril, para reduzir ao máximo os riscos de que os interesses operários se organizassem e emergissem como conflito.[172]

A ideologia da "família siderúrgica" e a *militarização do cotidiano operário*, consequência da presença de oficiais do Exército em postos de mando na Companhia e dos vínculos entre a diretoria da siderúrgica e o Batalhão de Barra Mansa, estreitados a partir do Golpe de 1964[173], ajudam-nos a entender as razões pelas quais, em todo o período entre o início das operações da usina, em 1946, e a renovação sindical de 1983, apenas uma greve foi deflagrada na usina – justamente em 1964, por ocasião do golpe.[174] Contudo, mesmo antes da instalação da ditadura, o SMVR, fundado em 1945, já havia sofrido uma longa intervenção, entre os anos de 1946 e 1951, um indicador de que aquela construção ideológica não garantia a passividade dos operários da siderúrgica, e precisava ser complementada pela ingerência governamental preventiva sobre o sindicato.[175]

Após a intervenção e ao longo da década de 1950, consolidaram-se três correntes no movimento sindical local: os petebistas, os comunistas, e os católicos. A atuação extrafabril do sindicato foi intensa naquele período, e em 1962 foi eleita uma direção capitaneada por João Alves de Lima Netto, unindo militantes do PCB e do PTB. Embora não pretendesse romper com a estrutura sindical oficial, a gestão Lima Netto anunciava a perspectiva de greves em caso de fracasso nas lutas reivindicatórias.[176] A presença dos comunistas e de um discurso pró-greves, aliada à paralisação da usina no momento do golpe, fizeram com que o SMVR fosse um alvo prioritário da repressão ditatorial, que incluiu nova intervenção sobre a entidade, prisões e tortura de dirigentes sindicais.[177]

171 Nas palavras de um oficial de informações, escrevendo em 1989, "Volta Redonda é a CSN, e a CSN é Volta Redonda". BR/AN, "ACE 018362/89", fl. 4. Disponível em: http://cemesf.vr.uff.br/textos/levantamento-estrategico-de-volta-redonda/. Consultado em fevereiro de 2020.

172 MOREL, Regina. *A ferro e fogo*: Construção e crise da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941-1968). Tese (Doutorado em Sociologia). USP, São Paulo, 1989.

173 Tais vínculos se expressavam, por exemplo, através da alocação de militares que não faziam parte dos quadros funcionais da CSN como inquilinos (com aluguéis subsidiados) em casas de propriedade da Companhia em Volta Redonda, que, habitualmente, eram destinadas aos operários. *Cf.* COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit.*, p. 440.

174 A mobilização, em protesto contra o golpe, é discutida em BEDÊ, Edgar Domingos A. Tonolli. *Pedagogia do mundo do trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional*: americanismo, compromisso fordista e a formação da classe operária em Volta Redonda. Tese (Doutorado em Educação). UFF, Niterói, 2007.

175 Sobre o período, ver os trabalhos de MOREL, *Op. cit.*; VEIGA; FONSECA, *Op. cit.*, pp. 34-37.

176 GRACIOLLI, Edílson José. *Um caldeirão chamado CSN*: Resistência operária e violência militar na greve em 1988. 2ª Ed. Uberlândia: EDUFU, 2009. pp. 36-42.

177 *Ibid.*, p. 43.

Outra gestão foi eleita em 1968, mas, na sequência do Ato Institucional nº 5, mais um interventor, Olímpio Gomes de Oliveira, foi nomeado e mantido no comando da entidade por quase seis anos. Naquele período, o arrocho salarial começava a afetar mais severamente os rendimentos dos trabalhadores da CSN, até então mais bem pagos que os metalúrgicos do ramo privado.[178] Além disso, a perda da estabilidade em seus postos de trabalho e a venda das casas que eram propriedades da companhia em meio a um cenário de especulação imobiliária crescente, elevaram a insegurança estrutural e o descontentamento dos trabalhadores, estabelecendo "marcos de ruptura da relação CSN-operários no pós-1964".[179]

Em 1974, teve início o período em que o SMVR foi presidido por Waldemar Lustoza, cujas gestões foram consideradas, por diversos estudiosos do movimento operário da região, como "o ponto alto do assistencialismo e da burocratização" da entidade, "com o consequente distanciamento em relação à base da categoria".[180] A princípio, Lustoza contava com o apoio de setores do MDB local e das organizações de base da Igreja Católica, mas aqueles vínculos se fragilizariam com a posterior aproximação do sindicalista em relação à ARENA.[181] Para analisar as práticas e o discurso sindical da gestão Lustoza, o historiador Eduardo Ângelo Silva realizou um levantamento sistemático, baseado em notícias publicadas em órgãos de imprensa da região, e constatou que, por ocasião das eleições sindicais de 1977, a diretoria sindical declarava que as principais conquistas daquele mandato haviam sido a ampliação do atendimento do Hospital Siderúrgico Nacional, convertido em hospital regional, e a fundação de subsedes do SMVR em Barra Mansa e Barra do Piraí, expandindo o trabalho assistencial da entidade (atendimento médico, odontológico, jurídico e de assistência social). Lustoza seria reeleito naquele pleito. Ainda de acordo com a pesquisa de Silva, ao longo do período em que dirigiu a entidade, o sindicalista esteve frequentemente em contato com "autoridades vinculadas ao governo federal, como ministros e deputados, em visitas pela cidade", o que teria gerado suspeitas de que o dirigente teria "passado 'para o outro lado', acusação da qual [Lustoza] se defendeu

178 SILVA, Eduardo Ângelo. "Sindicalismo e Redemocratização: O sindicalismo metalúrgico de Volta Redonda e região, dos anos 70 até meados dos anos 80". *Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpub-Rio: Histórias e Parcerias*. UFF, Niterói/RJ, julho de 2018, p. 1; GRACIOLLI, *Op. cit*., p. 44; COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit*., pp. 183-91.

179 SILVA, Eduardo Ângelo. *"Arigós" e "peões" na "Cidade do Aço"*: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda, RJ, 1970-1980). Dissertação (Mestrado em História). Seropédica: UFRRJ, 2010; *Idem*. "O sindicalismo metalúrgico sul fluminense nos anos 70: repertório de ação, redes sociais e… 'peleguismo'?". *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. UnB, Brasília/DF, julho de 2017, p. 2.

180 GRACIOLLI, *Op. cit*., p. 43. Eduardo A. Silva fez apontamentos semelhantes sobre o tema: "Observando as ações da gestão Lustoza entre 1976 e 1983 identificamos desde pequenas práticas de fidelização política de trabalhadores, através da concessão de 'favores', até manobras irregulares, em especial, em períodos de eleição, que mesmo apresentando gravidade são abonadas pelo Ministério do Trabalho e da Justiça". SILVA, E. A. "Sindicalismo e Redemocratização…", p. 5.

181 SILVA, E. A. "O Sindicalismo metalúrgico…", p. 2.

ressaltando que o fato de ter 'amizade com as autoridades' não comprometia sua luta pelos trabalhadores".[182]

Diante daquelas desconfianças e da constatação da ineficácia da gestão sindical na defesa dos direitos dos metalúrgicos, o trabalho de organização de uma Oposição Sindical (OS) em Volta Redonda se iniciou no interior da CSN, a maior e mais importante fábrica da base, entre 1976 e 1978. Embora tenha surgido antes que a OM-SJC, a oposição em Volta Redonda levaria mais tempo para consolidar sua atuação. Também ali, o cenário se tornaria mais favorável ao ativismo sindical a partir das "greves do ABC". Ainda que a CSN não tenha sido paralisada na ocasião, as mobilizações dos professores do Rio de Janeiro em 1979, bem como a parede deflagrada no mesmo ano pelos trabalhadores da construção civil que atuavam na expansão da usina, de acordo com Edilson Graciolli, "foram formando um quadro em que a ideia de greve ganhava força, como instrumento de luta e organização".[183]

Àquela altura, atuavam na região grupos ligados ao MDB, sobretudo ao Departamento Trabalhista do partido, que tomariam parte na construção da OS. Tais grupos vinham sendo monitorados e reprimidos durante a década de 1970, pela polícia militar e pelo DOPS fluminense.[184] A chegada de militantes da CS, oriundos do movimento estudantil, e de membros do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), empenhados na fundação do PT em Volta Redonda, aportou outros referenciais à oposição metalúrgica, da qual também participavam militantes dos grupos de base da Igreja Católica da região, inspirados pela Teologia da Libertação e apoiados por Dom Waldyr Calheiros (para a ditadura, um dos "bispos vermelhos"[185]), também conhecido como o "Bispo do Povo". Completavam o agrupamento dezenas de ativistas independentes, muitos dos quais acabariam se filiando ao PT a partir de 1980.

Desde o início da articulação de uma oposição, destacou-se a figura carismática de José Juarez Antunes, operário da aciaria da CSN, que já havia sido candidato a prefeito de seu município de origem, Estrela Dalva/MG, pelo MDB, em 1976. Especialmente a partir de 1979, quando Juarez passa a intervir em assembleias para pressionar a direção sindical de Lustoza, tornam-se evidentes seu talento oratório e a influência que exercia sobre os companheiros de categoria, de modo que a adesão de Antunes ao PT no início da década seguinte foi apontada por Graciolli como um fator decisivo para que muitos ativistas da oposição também se juntassem ao partido.[186] Juarez encabeçaria a primeira chapa apresentada pela Oposição Sindical para

182 SILVA, E. A., "Sindicalismo e Redemocratização…", pp. 3-4.

183 GRACIOLLI, *Op. cit*., p. 61.

184 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit*., pp. 414-29.

185 Dom Waldyr assumiu a diocese de Volta Redonda em 1966. Paulo Célio Soares faz uma breve apresentação da atuação dos grupos de base da Igreja Católica formados na cidade na década de 1970, e considera que "a Igreja tornou-se então o espaço por excelência de contestação ao regime em Volta Redonda". SOARES, P. C. "As lutas pela redemocratização em Volta Redonda (1974-1979)". *Revista Episteme Transversalis*. Vol. 4, nº 2, pp. 2-15, 2013. A citação é da p. 4.

186 GRACIOLLI, *Op. cit*., pp. 65, 69.

a disputa pelo SMVR, em 1980. Em uma eleição marcada por uma série de suspeitas de fraudes, dificilmente averiguáveis, dado o controle que a gestão Lustoza manteve sobre o processo eleitoral[187], a OS saiu derrotada. Contudo, no triênio seguinte, os ativistas da oposição permaneceram ativos em meio à categoria, através do trabalho de base e da publicação de boletins que davam conta dos problemas enfrentados pela categoria em seu dia a dia, impulsionando a construção de Comissões de Fábrica, envolvendo-se nos debates relacionados à fundação da CUT e preparando uma estratégia para as eleições seguintes.[188]

A pluralidade e as divergências táticas e estratégicas entre os grupos atuantes no âmbito da OS contribuíram para que, assim como havia ocorrido com a OM-SJC em 1981, houvesse uma divisão dos ativistas da oposição de Volta Redonda em duas chapas na disputa de 1983. A Chapa 4, encabeçada por José Emídio Barcelos, era composta por militantes ligados à Igreja e por ativistas da esquerda petista, enquanto a Chapa 5, com Juarez à frente, reunia o grupo "independente" ("apesar de serem, em sua maioria, filiados ao PT").[189] Além das listas da OS e da chapa de Waldemar Lustoza, que tentava o quarto mandato consecutivo, participavam da disputa eleitoral outras duas candidaturas, sem vínculos com grupos políticos organizados e apoiadas pela diretoria da CSN. Também de maneira similar ao que ocorrera em São José dos Campos em 1981, nas eleições de 1983, em Volta Redonda, as chapas oriundas da OS estabeleceram um acordo para que a lista menos votada entre as duas conferisse seu apoio à que tivesse mais votos. Foram necessários três turnos para decidir o pleito, que sagrou vitoriosa a Chapa 5, consolidando a liderança de Juarez Antunes entre os metalúrgicos de Volta Redonda.

A diretoria foi empossada no início de setembro, e já no mês seguinte, o SMVR se filiou à recém-fundada CUT. Ainda em 1983, uma greve na Barbará, empresa localizada em Barra Mansa, distando apenas dois quilômetros do quartel instalado naquela cidade, demonstrou a disposição da nova direção sindical em recorrer aos métodos então associados ao "novo sindicalismo" para conquistar acordos mais vantajosos. Apesar da repressão, a greve "pegou a patronal totalmente desprevenida"[190] e obteve diversas conquistas para os trabalhadores, preparando o clima para as mobilizações que ocorreriam na CSN a partir do ano seguinte.

A proximidade geográfica e a ampla gama de experiências similares adquiridas pelos ativistas do "novo sindicalismo" nas áreas paulista e fluminense do Vale do Paraíba, complementadas por vínculos partidários e pela participação na CUT, contribuiriam para que aqueles sindicalistas estivessem

187 *Cf.* MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do Novo Sindicalismo*: democracia e política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. p. 77.

188 *Ibid.*

189 GRACIOLLI, *Op. cit.*, p. 70.

190 VEIGA; FONSECA, *Op. cit.*, p. 51.

constantemente atentos ao que se passava com seus colegas além das fronteiras estaduais. O trânsito de operários e militantes entre as duas regiões não era incomum[191], e durante as lutas de maior vulto em cada localidade, também ocorreram demonstrações de solidariedade e posicionamentos públicos das direções sindicais vizinhas em apoio aos trabalhadores mobilizados.[192] O "sindicalismo autêntico" se fortalecia na região, atraindo cada vez mais a atenção do aparelho repressivo para a classe trabalhadora e suas organizações.

1.7 "PELEGOS" E "AUTÊNTICOS"

Do que expusemos neste capítulo, percebe-se que a experiência do ascenso operário de fins da década de 1970 e princípios da seguinte na região do Vale do Paraíba foi bastante rica. Os sujeitos que estiveram na vanguarda daquele ascenso também tinham perfis muito variados: trabalhadores com experiências industriais prévias em outras regiões, jovens operários recém-chegados ao Vale, metalúrgicos com dez ou mais "anos de casa" em empresas da região, militantes de esquerda formados no movimento estudantil, ativistas religiosos ou ateus, comunistas, petistas, emedebistas ou apartidários. Essa heterogeneidade não impediu que se aliassem para disputar os rumos do movimento contra os ditos "pelegos", prestar auxílio a outras categorias que se organizavam e fundar uma central sindical, mas, em um prazo relativamente curto, contribuiu para que as divisões e disputas internas ao movimento emergissem para a esfera pública.

No caso do SMSJCR, a cisão entre a ala emedebista e os grupos petistas da gestão, que já havia sido percebida e apontada, em monitoramentos policiais e na imprensa local, parece ter se tornado definitiva na segunda metade de 1983, com a demissão de um funcionário do sindicato ligado ao PT, Moacyr Pinto da Silva.[193] Àquela altura, Ary Russo se encontrava na direção municipal do PMDB[194], que também detinha a prefeitura de São José dos Campos, enquanto os petistas faziam oposição ao governo da cidade. Nas eleições sindicais seguintes, em 1984, os grupos se apresentariam em chapas distintas.

Não podemos, portanto, subestimar a importância da atuação e dos laços partidários na construção do que chamamos de "novo sindicalismo". Se a insatisfação e a indignação das bases operárias em relação a governos e burocracias sindicais eram fenômenos largamente generalizados, na região

191 "Nós tivemos uma relação muito forte com Volta Redonda. Pela proximidade, lá também tinha Convergência Socialista. Ela atuava na cidade, ela existia. Tarcísio, se eu não me engano, chamava o nosso companheiro lá, que era o mais conhecido. Então tinha muita relação daqui pra lá. A gente ia pra lá, eles vinham pra cá". Entrevista de Antonio Donizete Ferreira. Concedida ao autor, 23/5/2018.

192 Ver, por exemplo, o boletim do SMVR nº 184, de 1984, repudiando a repressão contra os grevistas da Embraer naquele ano. APESP, Fundo DCS, 17-S-36-143.

193 GUERRA, *Op. cit.*, pp. 114-5.

194 Oficialmente extinto em fins de 1979, na mesma ocasião em que a ARENA, o MDB passou a se chamar Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atendendo às disposições da legislação partidária. O registro oficial da "nova" agremiação data de junho de 1981.

do Vale e em muitas outras, a atuação daquelas organizações também foi fundamental para direcionar tal repúdio no sentido de uma renovação sindical. Outro ponto de apoio importante para essa renovação foram as organizações de base da ala progressista da Igreja Católica, muito ativas em cidades como São Bernardo do Campo e Volta Redonda, entre outras. Mas mesmo em São José dos Campos, município onde predominava o catolicismo conservador, no momento da formação da Oposição Metalúrgica, os espaços da Igreja foram utilizados pelos operários para realizarem suas reuniões, reduzindo-se (ao menos, em teoria) as chances de que aqueles encontros fossem reprimidos.

Como vimos, a mudança dos grupos à frente das entidades sindicais não significou uma ruptura completa e imediata com as práticas "assistencialistas" que marcavam a vida sindical de então, mas abriu espaço para que outros tipos de mobilização fossem experimentados e desenvolvidos. Os piquetes, as paralisações e greves voltavam à ordem do dia. Muito embora grande parte dos trabalhadores que participaram das lutas de fins dos anos 1970 e início dos 1980 na região do Vale do Paraíba não tivessem experiências prévias de mobilização, as greves parecem ter se tornado atrativas naquele contexto, sobretudo pela legitimidade e pela relevância política que adquiriam conforme se generalizavam país afora. Se, antes, o temor da repressão e as noções preconcebidas, fortalecidas pela ideologia oficial do regime, que associavam o grevismo ao comportamento de "subversivos" e "comunistas", desestimulavam a prática, a partir daquele contexto, as greves voltavam a ser encaradas como parte normal do repertório de ação da classe trabalhadora, justificadas pelo arrocho salarial, pela piora nas condições de vida e pelas injustiças percebidas nos espaços de trabalho.

Além disso, o nível relativamente alto da oferta de empregos constituía um estímulo a mais para que os trabalhadores ignorassem a potencial retaliação patronal. Mesmo na primeira metade da década de 1980, quando as demissões massivas e as taxas de desemprego cresceram[195], ainda havia uma oferta considerável de trabalho nas regiões industriais, especialmente para operários qualificados. Isso ocorria porque, em muitos casos, as demissões correspondiam, principalmente, à implementação de uma tática de redução de custos das empresas, baseada na rotatividade da força de trabalho: era comum que operários demitidos fossem recontratados após alguns meses, com salários mais baixos do que os que recebiam anteriormente.[196] Mas, se isso valia para muitos trabalhadores "de base", que não eram individualmente monitorados por empresas e polícias políticas, certamente não se aplicava para ativistas e militantes que, uma vez identificados e demitidos, entravam

195 As taxas de desemprego no Brasil da segunda metade da década de 1970, período de grande endividamento externo, já cresciam, mas mantinham-se abaixo do patamar de 3% da população economicamente ativa (PEA). Em 1981, ano de recessão da economia e da explosão da crise de endividamento, à qual o governo respondeu com medidas de desestruturação do mercado de trabalho, aquele índice chegou a 4,3%. Após uma ligeira redução no ano seguinte, tornou a crescer, atingindo 4,9% da PEA em 1985. Ver AMORIM, Dinaldo de. *O desemprego no Brasil a partir da década de 1970: uma análise na perspectiva do sistema-mundo*. (Monografia em Ciências Econômicas.) UFSC, 2005. p. 46. O autor se baseia em dados do IBGE e da OIT.

196 *Cf.* FGMSJCR. *Op. cit*. pp. 35-8, sobre a "violência da rotatividade de Mão de obra na GM".

para as "listas negras" e podiam se deparar com longos períodos de desemprego. Exploraremos a questão em detalhes no próximo capítulo deste livro.

Não poderíamos concluir esta seção de nosso trabalho sem apresentar algumas considerações sobre as tensões entre "pelegos" e sindicalistas "autênticos", que marcaram profundamente o período do qual tratamos aqui. Como o leitor terá percebido, utilizamos as expressões "novo sindicalismo" e "peleguismo", via de regra, acompanhadas de aspas. É prudente fazê-lo para que não percamos de vista as funções discursivas específicas que essas expressões desempenham, quando empregadas pelos sujeitos dos processos que aqui estudamos. Ao mesmo tempo em que são termos fundamentais para atribuir sentido às suas trajetórias, escolhas e ações, conformando suas identidades ("autênticas" por oposição às de outros, os "pelegos"), também são conceitos que, se tomados acriticamente, podem muito bem obscurecer a complexidade dos fenômenos que se propunham a sintetizar.

Desde a década de 1980, muito se discutiu a respeito da pretensa novidade do "novo sindicalismo". Se os trabalhos pioneiros sobre o fenômeno tenderam a enfatizar sua suposta originalidade (caracterizada, principalmente, pela defesa do direito irrestrito de greve e de organização nos locais de trabalho, pela oposição à política vigente de reajustes salariais e à estrutura sindical oficial, e pela reivindicação da participação das bases nos processos decisórios[197]), o acúmulo dos debates acadêmicos mais recentes tem consolidado o entendimento de que é difícil sustentar que as práticas reivindicadas e implementadas por aqueles sindicalistas representassem efetivamente alguma novidade, considerando-se as experiências organizativas prévias do movimento operário brasileiro.[198] De acordo com essa literatura, a emergência de lutas operárias massivas em fins da década de 1970 não poderia ser resumida à atuação alegadamente inovadora dos sindicalistas "autênticos", sendo mais propriamente explicada como o "resultado de uma luta silenciosa e de uma resistência cotidiana travada no espaço fabril, nos locais de trabalho e moradia, frequentemente às margens dos sindicatos, nas franjas da repressão"[199], um fenômeno coletivo de dimensões muito mais amplas. Assim, o clamor pela novidade configuraria, "em alguma dimensão, pelo menos, uma autorrepresentação" elaborada por aqueles ativistas, "voltada a demarcar posição no campo político-sindical".[200]

197 ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. "O Sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança". *In*: SORJ, B; ALMEIDA, M. H. T. (Orgs.) *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983. pp. 279-312.

198 MOREL, R; MANGABEIRA, W. "'Velho' e 'novo' sindicalismo e uso da Justiça do Trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 37, nº 1, pp. 103-124, 1994; MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. cit.*; NEGRO, Antonio Luigi. "Nas origens do 'Novo Sindicalismo': o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística". *In*: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). *O Novo Sindicalismo. Vinte anos depois.* Petrópolis/RJ: Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999, pp. 9-31; NEGRO, A. L. *Linhas de Montagem*. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2004.

199 CORRÊA, Larissa; FONTES, Paulo. "As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar". *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, 2016. A citação é da p. 138.

200 GRACIOLLI, *Op. cit*., p. 49, n. 8.

Quanto aos "pelegos", muito menos foi dito até agora. Não se trata de mera decorrência da menor quantidade de fontes que legaram, em comparação ao "novo sindicalismo", fenômeno mais recente e que, até agora, parece haver despertado maior interesse entre os pesquisadores. Nas narrativas dos "autênticos", os "pelegos" eram, evidentemente, os antagonistas, algo que, de certa maneira, também se refletiu nos estudos sobre o movimento sindical do período. Contudo, historiadores interessados em desvendar o funcionamento das cúpulas sindicais durante a ditadura empresarial-militar vêm demonstrando algumas das estratégias possíveis para abordar a questão: Caio Guerra utilizou atas sindicais para recuperar posições e decisões da gestão de José Domingues à frente do SMSJCR[201], e Eduardo Ângelo Silva utilizou a imprensa da região de Volta Redonda para analisar as práticas da gestão de Waldemar Lustoza no SMVR.[202] O trabalho da historiadora Heliene Nagasava, por sua vez, complementa tais abordagens, desvendando os projetos mais gerais dos governos ditatoriais para o movimento sindical, a partir da avaliação da atuação do Ministério do Trabalho[203] e de iniciativas como o Programa Especial de Bolsas de Estudos (PEBE)[204], permitindo uma compreensão mais detalhada da agenda do regime para o mundo do trabalho, bem como do espaço ocupado pelos sindicalistas que, em diferentes medidas, aderiram ao chamado "novo trabalhismo" da ditadura, buscando a colaboração com os governos militares e com os detentores dos meios de produção.

Dados o recorte cronológico e o objeto específico de nossa pesquisa, reconhecemos que o universo de fontes com as quais trabalhamos (especialmente as orais, colhidas, via de regra, entre participantes do "novo sindicalismo") tende a apresentar os chamados "pelegos" desempenhando papéis muito específicos, compatíveis com a manutenção do *status quo* e, por conseguinte, com os interesses estatais e patronais. Diante desse viés, pelo menos duas questões devem ser levantadas, como necessário contraponto. Quanto à visão e à agenda política desses sindicalistas, ainda é muito limitado aquilo que sabemos sobre o caráter e a extensão das campanhas e medidas implementadas durante suas gestões, e, para além disso, é mais que evidente o fato de que o ideário da harmonia e da colaboração entre classes foi longamente disseminado entre os trabalhadores brasileiros, contando com um sem número de adeptos – especialmente em contextos de grande hegemonia das classes dominantes e/ou aparentemente prósperos, como o do "milagre econômico" ditatorial.

201 GUERRA, *Op. cit*.

202 SILVA, E. A. "O sindicalismo metalúrgico…"; *Idem*. "Sindicalismo e Redemocratização…". Eduardo Silva vinha apresentando resultados parciais de sua pesquisa de doutorado, lamentavelmente interrompida pelo falecimento do historiador, a quem rendemos nossa homenagem.

203 NAGASAVA, Heliene. *O Sindicato que a ditadura queria*: o Ministério do Trabalho no Governo Castelo Branco (1964-1967). Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

204 NAGASAVA, H. "O Ministério do Trabalho e Programa Especial de Bolsa de Estudos (PEBE)". Comunicação apresentada ao V Seminário Internacional Mundos do Trabalho. UFRGS, Porto Alegre, setembro de 2018.

Portanto, seria infundado afirmar precipitadamente que aquilo que defendiam os dirigentes ditos "pelegos" divergia das posições implícita ou explicitamente sustentadas por grande parte de suas bases, ainda que, de um ponto de vista estratégico, tais posições contrariassem seus próprios interesses de classe. Esperamos haver demonstrado que a erosão da legitimidade e da popularidade daqueles líderes, manifesta nas críticas ao seu "peleguismo", somente se converteu em oposição eficaz na medida em que suas bases passaram a perceber, também, que os métodos de luta por salários e direitos que aquelas direções repudiavam, tais como as greves, haviam voltado a ser uma possibilidade real e conveniente.

Quanto às suas práticas, embora, a princípio, seja mais simples determinar as características do "peleguismo", adentramos terreno espinhoso ao subsumir identidades a partir de posturas e ações que, como indicamos, somente pudemos acessar de maneira muito indireta e parcial. Para uma abordagem mais completa, seria necessário verificar a sistematicidade ou a regularidade de tais práticas, e ainda assim, quaisquer avaliações ou especulações acerca de sua intencionalidade deveriam ser elaboradas com cuidado. Em diversos aspectos, a exemplo do tema do "assistencialismo", as fronteiras entre as atuações dos "autênticos" e as dos "pelegos" não eram tão claras quanto os primeiros gostariam. Insinuações e denúncias a respeito de práticas "pelegas" bastante mais problemáticas, que teriam sido assimiladas pelos próprios "novos sindicalistas" ao se tornarem gestores dos sindicatos, como veremos adiante, começaram a surgir, em meio ao movimento operário e em outras esferas, muito mais cedo do que os estudos sobre o tema costumam indicar.[205]

Feitas tais ressalvas, podemos argumentar que o uso desses termos permanece agregando sentidos importantes aos fenômenos que descrevem, em primeiro lugar, por capturarem as disputas de projetos e identidades travadas naquele contexto, mas também porque há bastantes evidências da atuação do sindicalismo colaboracionista para sufocar seus opositores e potenciais sucessores no nascedouro, como demonstram os recorrentes relatos a respeito da obstrução à filiação de novos ativistas às entidades sindicais, de modo a impedir sua participação nas disputas pelos rumos do movimento. Sabemos, também, que, por vezes, a postura governista dos sindicatos reunidos na Federação dos Metalúrgicos de São Paulo se traduziu em ações antagônicas a qualquer tipo de ideal de solidariedade de classe. Exemplo disso foi dado no V Congresso Estadual dos Metalúrgicos, realizado entre 25 e 27 de julho de 1968 – poucos dias após a deflagração da marcante greve iniciada na Cobrasma de Osasco/SP – e, coincidentemente, sediado em São José dos Campos. Na ocasião, as entidades ali representadas formaram uma delegação que foi a São Paulo para solicitar ao ministro Jarbas Passarinho "providências

205 Esse apontamento aparece em SANTANA, Marco Aurélio. "Cultura sindical e identidade nos anos 80/90". *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, vol. 13, nº 17-18, pp. 82-90, 1995.

quanto ao movimento grevista de Osasco e a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos daquele Município".[206]

Quanto às denúncias acerca da delação de militantes à patronal por parte de dirigentes sindicais "pelegos", os indícios são mais esparsos, e até onde pudemos verificar, a documentação policial que poderia confirmar essas suspeitas não o faz, ao menos no que se refere aos acervos do DEOPS paulista sobre o Vale do Paraíba. Contudo, a ausência de menções à colaboração da burocracia sindical nos arquivos policiais, como sabemos, não pode ser tomada como garantia de que ela não tenha ocorrido. No âmbito do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba, do qual trataremos no capítulo seguinte desta obra, tampouco há menções à participação da burocracia sindical, algo que também parece perfeitamente razoável: em um organismo que, conforme discutiremos, havia sido estruturado para cumprir uma função de classe nítida – a da retaliação patronal –, certamente não faria sentido a presença do "inimigo" (o movimento operário, assim identificado, como veremos adiante), ainda que se tratasse de uma "quinta coluna". É muito possível que mesmo os "pelegos" tenham se incomodado com a existência do CECOSE, se tiveram notícia dela. Ainda que seus interesses os levassem a colaborar com a patronal para permanecerem em seus postos, eram sindicalistas, e inevitavelmente teriam atritos e divergências (mesmo que pontuais) com a patronal, que poderia a qualquer instante redirecionar contra eles a perseguição política. Para o empresariado, aqueles burocratas eram, antes de tudo, trabalhadores, e como qualquer trabalhador, descartáveis.

206 APESP. Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Pasta São José dos Campos – OS 0850 (digitalizada). fl. 198.

CAPÍTULO II

AS FORMAS E A EXTENSÃO DA REPRESSÃO DURANTE A "ABERTURA": COLABORAÇÃO EMPRESARIAL-MILITAR NO VALE DO PARAÍBA PAULISTA

Cerradas portas do mundo (Cala a boca, moço)
E decepada a canção (Cala a boca, moço)
Metade com sete chaves (Cala a boca, moço)
Nas grades do meu porão (Cala a boca, moço)
A outra se gangrenando (Cala a boca, moço)
Na chaga do meu refrão (Cala a boca, moço)
Cala o peito, cala o beiço
Calabouço, calabouço
Olha o vazio nas almas,
Olha um violeiro de alma vazia.

– "Calabouço", Sérgio Ricardo

Neste capítulo, apresentamos um panorama das formas através das quais se exerceu a repressão política sobre o movimento operário durante a última "transição política" brasileira, a partir da análise do fenômeno da colaboração empresarial-militar na região paulista do Vale do Paraíba. Argumentamos que, diante do surgimento de movimentos grevistas massivos, interessava, tanto às empresas quanto ao Estado, inibir o poder de contestação manifesto pelos segmentos mais organizados do operariado. Para tal, desenvolveu-se um modelo repressivo mais adequado ao novo contexto político, coordenando as ações dos aparelhos estatais e dos serviços de segurança privados das fábricas, maximizando a vigilância e o controle sobre as atividades sindicais e políticas dos trabalhadores, com o objetivo de debilitar a organização operária nos locais de trabalho e estabelecer limites para as práticas de luta das classes exploradas.

Levando em conta a historiografia sobre o tema, recuperaremos os traços mais gerais da estrutura repressiva montada pela ditadura, verificando qual a postura das comunidades de segurança e informações em relação à transição e ao movimento operário. Estabeleceremos também um diálogo com as elaborações referenciadas no discurso dos direitos humanos, buscando indicar como esse discurso tem percebido e definido a repressão, tanto no contexto ditatorial quanto no da "transição política". Em seguida, abordaremos a colaboração empresarial-estatal com vistas ao monitoramento e à repressão do movimento operário, partindo de documentação específica sobre o caso do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba (CECOSE/VP).

2.1 A ESTRUTURA REPRESSIVA INSTALADA PELA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR: ANTECEDENTES E PRÁTICAS

A concepção de segurança na qual se pautava o regime ditatorial imposto pelo Golpe de 1964 era bastante peculiar, e sua vigência tinha consequências específicas para a intervenção estatal sobre o conflito capital-trabalho. Recorrendo aos sistemas de interpretação da realidade e às técnicas desenvolvidas pelos aparelhos militares de potências imperialistas no contexto da Guerra Fria e da repressão às lutas anticoloniais, como a *Doutrina de Segurança Nacional* norte-americana e a *Doutrina de Guerra Revolucionária* francesa, o aparelho repressivo da ditadura brasileira estabeleceu, como objetivo estratégico, a identificação e a eliminação do "inimigo interno", utilizando-se da suposta "infiltração comunista" nos sindicatos como pretexto para as intervenções, cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos de centenas de dirigentes sindicais logo após o golpe. Com base naquelas doutrinas e, por vezes, com o apoio direto de membros das Forças Armadas daqueles países, os militares brasileiros organizariam um poderoso *serviço de inteligência*, responsável por dar subsídios ao combate à "subversão".[1]

No Brasil, os aparelhos estatais de inteligência remontam, pelo menos, à criação do Conselho de Defesa Nacional (CDN), em 1927, durante o governo Washington Luís. Além do crescimento do movimento operário e do surgimento do tenentismo, outro fator de preocupação para o governo estava no clima político internacional inaugurado pela Revolução Russa, dez anos antes. Aquele cenário já bastava para impulsionar o florescimento de atividades de inteligência mais voltadas para a *segurança interna* ou *doméstica* do que para a externa (contrainteligência e contraespionagem internacional). O

1 MOREIRA ALVES, Maria Helena. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). 2ª ed. Tradução de Clóvis Marques. Bauru: EDUSC, 2005; COMBLIN, Joseph. *A ideologia de segurança nacional*: o poder militar na América Latina. Trad: Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra – Da Argélia ao Brasil*: Como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

trabalho da "inteligência interna" seria justamente o de levantar e processar informações sobre identidades, capacidades, intenções e ações de grupos e indivíduos dentro de um país, cujas atividades fossem, alegadamente, ilegais ou ilegítimas. Porém, como observado por Priscila Antunes, "os valores atribuídos a essas capacidades e a tolerância do Estado em relação à dissidência vão variar conforme o regime político de cada país"; conquanto pareça evidente que em regimes mais fechados exista um menor grau de tolerância e, portanto, maior atividade de segurança interna, mesmo nas democracias consolidadas existe uma tensão permanente "entre a vigilância estatal de um lado e a privacidade e os direitos individuais do outro".[2]

A partir do final da II Guerra Mundial, as atividades de inteligência das grandes potências ocidentais se autonomizaram em relação ao "fazer a guerra", consolidando-se em instituições permanentes. Em consonância com o clima político estabelecido pela Guerra Fria, os órgãos de inteligência estatais passaram a ser responsáveis pela detecção, apreensão, vigilância e pelo armazenamento de informações sobre populações consideradas "subversivas". É nesse contexto que se enquadra a criação, em 1946, durante o governo Dutra, do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFiCi), vinculado à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG-CSN). O SFiCi seria efetivado enquanto órgão produtor de informações durante o governo Kubitschek, em 1958, e a atividade de sua Subseção de Segurança Interna (SSI) refletiria a preocupação governamental em relação aos movimentos de esquerda. As atribuições da SSI-SFiCi seriam as de pesquisar e informar ao CSN sobre a possibilidade de ocorrências "subversivas" de qualquer natureza. No centro de sua atividade, estavam o acompanhamento da dinâmica dos partidos políticos, o estudo de suas tendências e sua influência sobre a política nacional e a manutenção de dados atualizados sobre as principais organizações sociais de classe.

Na sequência do Golpe de 1964, é criado o famigerado SNI, ao qual o SFiCi é incorporado. Idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva, ligado à Escola Superior de Guerra (ESG), o novo órgão nacional máximo de informações se subordinava diretamente à Presidência da República, e o chefe de sua Agência Central (AC/SNI) tinha *status* de ministro, o que sugeria a centralidade da atividade de informações para a Doutrina de Segurança Nacional e para a consolidação do regime ditatorial no Brasil. Carlos Fico, contudo, nos chama a atenção para a distinção entre a "comunidade de informações", isto é, os serviços de inteligência responsáveis pela espionagem, e a "comunidade de segurança", ou seja, a polícia política, ativa na repressão propriamente dita. Embora reconheça que, ao longo do regime ditatorial, os órgãos de inteligência "não se limitaram ao recolhimento de informações estratégicas, mas *integraram o sistema repressivo*", inclusive "participando de operações que culminaram em prisões arbitrárias, tortura e assassinato

2 ANTUNES, Priscila. *SNI & Abin*: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2002. pp. 35-36.

político"[3], Fico destaca que o SNI de Golbery não foi projetado para ser um organismo "especificamente repressivo", e que a instalação de uma polícia política logo após o golpe teria sido obstada pelos "castelistas", grupo de militares ligados ao general Castelo Branco e à ESG, ala supostamente mais moderada dentre os golpistas e que preponderou no governo logo após 1964.[4]

O cientista político João Roberto Martins Filho já havia destacado o protagonismo dos militares no processo político brasileiro no imediato pós-golpe, identificando uma "particular impermeabilidade castrense às cisões advindas do 'mundo civil'", demonstrada, por exemplo, pela exclusão de outros atores políticos (inclusive das "hostes civis do bloco golpista") da elaboração dos Atos Institucionais. Rejeitando tanto as teses que abordaram a corporação militar como homogênea (o chamado paradigma "elitista-burocrático") quanto a "hipótese dicotômica e dualista" que identificava dois campos fundamentais e supostamente antagônicos nas Forças Armadas (os ditos castelistas, "liberais", "moderados" ou "legalistas", de um lado, e os "radicais" ou a "linha dura", de outro), o autor buscou ressaltar a dinâmica especificamente militar do regime ditatorial, caracterizada pelo que chamou de "unidade na desunião": a "cizânia nos quartéis" e as divisões no seio da corporação não correspondiam às clivagens sociais ou a interesses setoriais e subdivisões da burguesia, mas sim a tensões, contradições e conflitos oriundos da própria estrutura da caserna, sobretudo em torno da "questão da forma como se daria a participação política do conjunto da categoria militar no regime militar"; ao mesmo tempo, as Forças Armadas se viam unidas justamente pela desconfiança e pela rejeição ao "mundo civil" e aos políticos tradicionais, vistos como "demagógicos" e "populistas", de modo que a ideia da rápida devolução do poder aos civis era largamente repudiada, entre as distintas facções e níveis hierárquicos.[5]

A partir de 1968, com a implementação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o Conselho de Segurança Nacional se torna, ainda segundo Martins Filho, a "sede das decisões fundamentais do regime", pelo menos até o afastamento do marechal Costa e Silva da presidência, por razões de saúde, em agosto de 1969.[6] Com o propósito de sufocar no nascedouro a resistência armada contra o regime, são implementadas diversas transformações na área de informações para ampliar o combate à "subversão". O Exército e a Aeronáutica instituem seus próprios serviços de informações, especificamente destinados para tal fim: o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (N-Sisa), que, dois anos depois, se tornaria o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA).

3 FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 105.

4 *Ibid.*, p. 43.

5 MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna*: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). Tese (Doutorado em Ciência Política). Campinas: Unicamp, 1993, pp. 48-49, 52-53, 61-63.

6 "No entanto, há que se destacar um limite importante dessa sede de poder. Nos momentos de crise militar aguda, o CSN era ultrapassado pelo sistema formal ou informal de consulta aos altos comandos, com destaque para o Alto Comando das Forças Armadas e o Alto Comando do Exército." MARTINS FILHO, *Op. cit.*, pp. 180-181.

A Marinha já possuía seu Serviço de Informações desde 1955, renomeado como Centro de Informações da Marinha (Cenimar) em 1957 e que, em 1968, também foi orientado para a tarefa de combater a "subversão". Para os militares, tal missão não podia ficar a cargo das secretarias de segurança pública estaduais e seus DOPS, considerados ineficientes, lentos e desaparelhados, especialmente levando em conta as ações de guerrilha urbana que se intensificavam. Fico identifica os estudantes e os comunistas como o "principal foco de preocupações do governo" e, consequentemente, alvos privilegiados da espionagem e da repressão, que atingiam também a trabalhadores[7] e segmentos da Igreja Católica, entre outros setores.[8]

Embora as bases para a implementação da "comunidade de segurança" já estivessem dadas pela Constituição de 1967, que, em seu Artigo 89º, estabelecia que "toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei", era ainda necessário ampliar aqueles "limites". É parte desse movimento o decreto que institui, no mesmo ano, uma nova LSN[9], que, entre outras disposições, agravava penas e eternizava a adoção do foro militar para o julgamento de civis acusados de crime contra a segurança nacional.[10] Mas foi o AI-5, baixado pelo general-presidente Costa e Silva no ano seguinte, o instrumento ditatorial que melhor expressou os anseios dos adeptos da radicalização da repressão. Justificando-as como parte das medidas necessárias à condução da "guerra revolucionária", o Ato reintroduzia as cassações de mandatos eletivos, a suspensão de direitos políticos e mesmo da garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos ou contra a segurança nacional. E, ao contrário dos Atos Institucionais anteriores, não tinha prazo de validade.

Mas, se a construção de um sistema de inteligência, materializado na "comunidade de informações", e mesmo a legislação que amparava o recrudescimento da repressão foram ostensivamente instituídas, o mesmo não se pode dizer do estabelecimento da "comunidade de segurança". A formalização da estrutura organizativa diretamente responsável pela repressão política se deu no Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), criado pelo Conselho de Segurança Nacional entre 1969 e 1970, através de "diretrizes sigilosas [...] aprovadas pelo presidente da república".[11] Inspirado pela experiência pioneira

7 Ainda em 1968, as marcantes greves em Contagem (MG) e Osasco (SP), contra a política de arrocho salarial promovida pela ditadura, foram declaradas ilegais e desmobilizadas pela ação das polícias estaduais, amparadas pelos organismos de informações. Somente em Osasco, mais de mil trabalhadores foram demitidos. Houve prisões em massa, em ambas as localidades. *Cf.* "Violações de Direitos Humanos de trabalhadores". *In*: BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade.* Brasília: CNV, 2014. Vol. 2, p. 74.

8 FICO, *Op. cit.*, pp. 57-58, 111.

9 Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967. Para um histórico das sucessivas encarnações das "leis de segurança nacional" promulgadas no Brasil a partir de 1935, ver D'ARAÚJO, Maria Celina. "Justiça Militar, segurança nacional e tribunais de exceção". Trabalho apresentado ao 30º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 2006.

10 Vale lembrar que essa medida já fora adotada durante o governo Castelo Branco, conforme o Ato Institucional nº 2 de outubro de 1965, que, entretanto, apresentava ao governo ditatorial o "inconveniente" de ter um prazo de validade preestabelecido, no caso, março de 1967.

11 FICO, *Op. cit.,* p. 120.

da Operação Bandeirante (OBAN)[12], que, a partir do segundo semestre de 1969, em São Paulo, coordenou, sob o comando do Exército, as três armas, o governo estadual e a secretaria de segurança pública para reprimir a guerrilha urbana, o Conselho de Segurança Nacional criou o sistema CODI-DOI, siglas para Centro de Operações de Defesa Interna e Destacamentos de Operações de Informações, respectivamente, os organismos de direção cotidiana e de execução da repressão política. Instalados nas diferentes zonas militares do país e dirigidos pelos chefes do estado-maior do Exército em cada área, os CODI contavam com a participação de representantes da Marinha, Aeronáutica, dos DOPS estaduais, da Polícia Federal e das agências locais do SNI. Os DOI, por sua vez, eram normalmente comandados por um tenente-coronel do Exército e tinham composição variável, conforme as necessidades operacionais: investigação, inteligência, busca e apreensão, interrogatório – termos que mascaram as práticas realmente utilizadas pela polícia política, que envolviam espionagem, sequestros e prisões arbitrárias, torturas e assassinatos.[13]

Enquanto os militares, e em especial o Exército, se envolviam cada vez mais nas tarefas de repressão, a "comunidade de informações", institucionalizada no Sistema Nacional de Informações (SISNI) em 1970, percebia a necessidade de formar pessoal especializado para a área de inteligência. Com esse propósito, passa a funcionar, em 1972, a Escola Nacional de Informações (EsNI), na qual ingressava grande número de civis.[14] O SNI podia alocar esse pessoal em sua agência central (AC) em Brasília, nas diversas agências regionais (eram oito, localizadas em capitais de estados, durante os anos 1980), em "núcleos de agência" (criados em outras cidades, se necessário) ou ainda nas diversas "Divisões de Segurança e Informações" (DSIs) e "Assessorias de Segurança e Informações" (ASIs) espalhadas por ministérios civis, empresas estatais, universidades e outras repartições públicas. Embora algumas DSIs já existissem (como "Seções de Segurança Nacional" dos ministérios) pelo menos desde a década de 1950, é a partir das reformas de fins dos anos 1960 que elas passam a ter importância significativa na composição de uma

12 A OBAN contava com apoio oficial, embora não estivesse prevista ou normatizada por nenhum diploma legal. Com a criação do Destacamento de Operações de Informações (DOI) paulista, em 1970, ela teria "perdido sua razão de ser, na medida em que foi incorporada pela estrutura oficial de repressão", mas, ao longo do ano em que esteve em pleno funcionamento, cumpriu o papel de integrar e articular as diversas ações de "combate à subversão", reunindo semanalmente (às quartas-feiras, no quartel-general do II Exército) representantes das seções de informações das três armas e da Polícia Militar do Estado de São Paulo, além de membros da Polícia Federal e do DOPS, dirigidos pelo comandante da operação, major do Exército, Waldyr Coelho. *Ibid*. pp. 115-118. Comentaremos, na sequência deste capítulo, a importância do empresariado para o funcionamento da operação.

13 "O pessoal atuante em cada DOI podia variar bastante. Havia oficiais, sargentos, cabos e soldados, do Exército e das polícias militares, delegados e investigadores da polícia civil, agentes da polícia federal e militares da Aeronáutica e Marinha. *O envolvimento explícito das Forças Armadas na repressão ficava, assim, mais disfarçado*. O DOI do II Exército [São Paulo], em setembro de 1970, contava com 112 pessoas, mas chegou a ter 250, inclusive mulheres da Polícia Feminina e da Polícia Civil. Mecânicos, datilógrafos, operadores de rádio e o pessoal especializado completavam o quadro. Das 250 pessoas, quase 80 provinham das Forças Armadas. (…) No início da atuação repressiva, a experiência dos delegados e investigadores da polícia civil (com técnicas de captura e de interrogatório) foi transmitida aos militares, justamente o 'trabalho sujo'". *Ibid*., pp. 127-128. O grifo é meu.

14 "Cerca de 120 pessoas, por ano, eram formadas pela EsNI. Aproximadamente 90 eram civis." Vislumbrava-se mesmo a transformação paulatina do SNI, principal órgão do SISNI, numa agência civil, nos moldes da CIA norte-americana. *Ibid*., p. 82.

rede de espionagem.[15] Todos esses organismos produziam e compartilhavam ("difundiam") documentos confidenciais (as "informações") sobre a "subversão", classificados quanto a vários critérios (abrangência de área ou assunto, validade no tempo, alcance, campo de expressão, fidedignidade da fonte, entre outros), que deviam fornecer os subsídios para o planejamento e a execução da repressão.

Portanto, ainda que houvesse estruturas específicas voltadas para as atividades de espionagem (SISNI) ou para a repressão propriamente dita (SISSEGIN), parece-nos mais correto compreender tal organização como uma divisão de tarefas, e não como instituições completamente autônomas e apartadas, e em todo caso, as fronteiras entre "comunidade de segurança" e "comunidade de informações" jamais se pretenderam intransponíveis. Pelo contrário: não somente representantes do SNI compunham organismos como os CODI, como é provável que o Serviço também tenha contribuído para as operações repressivas mais violentas, no âmbito dos DOI. Nos órgãos de inteligência das próprias forças armadas (CIE, Cenimar e CISA), o embricamento entre atividades de informação e segurança era ainda mais nítido, uma vez que esses centros também promoviam "operações", ou seja, "saíam à rua para prender pessoas que seriam interrogadas, sendo conhecidos diversos relatos de presos políticos torturados por agentes desses órgãos". Por essa razão, Carlos Fico caracteriza os três centros como "órgãos mistos", de informações e segurança.[16]

A partir de 1974, o governo Geisel passa a anunciar suas intenções de *distensão*. Uma das principais matrizes interpretativas acerca desse processo sustenta que a iniciativa da abertura não foi resultado direto de uma crise política, mas antes fruto de um planejamento estratégico preventivo ou de um cálculo de custos.[17] Com a derrota da guerrilha e o fim do "milagre econômico"[18], os detentores do poder começam a perceber o que Bolívar Lamounier chamou de "erosão da legitimidade do sistema autoritário".[19] Mas o projeto liberalizante preventivo encontraria diversos focos de resistência, inclusive por parte das comunidades de segurança e informação. Uma das condições de possibilidade da "distensão", portanto, foi, desde cedo, certo "compromisso

15 "Ia-se constituindo a teia legal e conceitual que amparava o funcionamento da comunidade de informações: os ministérios integravam o Sistema Nacional de Informações (SISNI) através das respectivas DSI, cujas atividades competia ao SNI superintender e coordenar, visando à produção de 'Informações Nacionais'". *Ibid*., p. 79. Sobre a organização e as atividades do SNI e do SISNI, *cf.* LAGÔA, Ana. *SNI*: como nasceu, como funciona. São Paulo: Brasiliense, 1993; BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI*: O retrato do monstro de cabeça oca. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

16 FICO, *Op. cit.*, p. 92.

17 *Cf.* CARVALHO, Aloysio. A. C. *O Governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989.

18 O chamado "milagre econômico" se caracterizou pelas altas taxas de crescimento econômico e pela redução das taxas de inflação, fenômenos que os governos militares buscaram utilizar de maneira a legitimar o regime. Cf. D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). *A Volta aos Quartéis*: A memória militar sobre a Abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 15.

19 LAMOUNIER, B. "O Porquê da Abertura – II". *In*: LAMOUNIER, B.; FARIA, J. E. *O Futuro da Abertura*: um debate. São Paulo: Cortez, IDESP, 1981, p. 35.

entre os pontos de vista rivais dentro das Forças Armadas", garantia de uma transição "lenta e segura". Conforme resume Thomas Skidmore, "somente se os militares sentissem confiança sobre a segurança nacional, qualquer que fosse a definição deles sobre isso, poderia a oposição ter esperanças de realizar seus objetivos de retorno ao Estado de direito".[20] Mas, para Carlos Fico, essa resistência não fazia mais que escamotear "o temor da comunidade de segurança em relação à sua previsível desativação progressiva":

> Durante a "abertura", sem ter mais os velhos inimigos contra quem lutar, a linha dura sentia-se ameaçada de extinção, acuada por ser identificada como grupo não democrático e com medo de punições que poderiam advir do retorno ao Estado de Direito (algo que nunca se verificaria, em grande medida graças ao esforço do setor durante a negociação da anistia política). Foi essa combinação de decadência e medo que levou a comunidade de segurança a patrocinar alguns dos atos mais bárbaros do regime militar.[21]

Entretanto, apesar do discurso liberalizante da "transição política", o SNI continuava crescendo durante o governo do sucessor de Geisel, o general João Baptista Figueiredo, e o próprio SISSEGIN não foi desativado antes de 1985, o que aponta, pelo menos, para a continuada relevância daqueles aparelhos, bem como de certo *ethos* persecutório fomentado pelas "comunidades". Estando a transição profundamente marcada pelo ascenso operário a partir de fins da década de 1970, parece-nos pertinente levar em conta que os próprios militares e seus aliados podem ter considerado que a estrutura material e jurídica construída para derrotar a guerrilha não era de todo inútil para lidar com grevistas – inclusive porque militares, imprensa e empresariado sugeriram, em diversas ocasiões, que havia conexões e continuidades entre ambas as formas de contestação ao regime.

Reconhecemos que as modalidades de repressão características da década de 1980 se diferenciam qualitativamente daquelas que marcaram o período anterior, cuja letalidade e ilegalidade, mesmo nos marcos da legislação de exceção, estão muito bem demonstradas. Contudo, acreditamos que é necessário conferir maior atenção à atuação estratégica de atores estatais (e empresariais) na contenção do movimento sindical e dos partidos de oposição no contexto da "transição pactuada", de modo a matizar teses como a de que a repressão ditatorial teria sido pontual, excepcional, ou concentrada

20 SKIDMORE, T. "A lenta via brasileira para a democratização" *In:* STEPAN, A. (Org.) *Democratizando o Brasil.* Trad. Ana Luíza Pinheiro et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 37.

21 FICO, *Op. cit.*, pp. 213-215.

em momentos específicos. Mesmo a literatura que não nega a magnitude da violência ditatorial, com frequência, tende a avaliar a repressão a partir de um rol bastante restrito de práticas, tais como os números de cassações políticas ou de mortos e desaparecidos. Operando com esses indicadores, Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, por exemplo, afirmam que a atividade repressiva da ditadura se concentrou em 1964 e entre 1969 e 1973.[22] Entre os historiadores, Carlos Fico fala na "decadência" das comunidades de segurança e informações na transição, mas leva em conta o caráter contraditório do processo, ao ponderar que ações bárbaras como o malogrado atentado militar no Riocentro ocorreram justamente durante a chamada "abertura".[23]

Em relação ao acenso operário iniciado em 1978, autores como Salvador Sandoval e Laís W. Abramo também enfatizaram os níveis supostamente mais altos de "tolerância" do Estado em relação ao dissenso[24], concluindo que o tratamento conferido aos operários mobilizados pelo Estado foi mais permissivo, em contraponto ao "auge repressivo da ditadura militar e do processo de debilitação do poder sindical", no começo dos anos 1970.[25] Outros, como Francisco L. S. Gonçalves, argumentaram que a postura empresarial diante da greve iniciada pelos metalúrgicos da Saab-Scania em São Bernardo do Campo, optando "por chamar o sindicato para negociar […] enquanto outros pensaram em chamar a polícia", bem como a resposta estatal à mesma greve, "negando, *pelo menos no primeiro momento*, o uso da força", eram indícios de que a "transição à democracia ganhava maior seriedade e firmeza com a incorporação dos trabalhadores à cidadania, tanto dentro como fora da fábrica".[26] (grifos nossos)

Argumentaremos que, se houve um processo de "decadência" e "desativação progressiva" do aparelho repressivo ditatorial, isso não implicou necessariamente um recuo da atividade repressiva em geral. Conforme decaíam a utilidade e a conveniência do *repertório repressivo específico* do período anterior, ocorria um movimento de *readequação* das estratégias e

22 D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). *Os anos de chumbo*: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. pp. 28-29.

23 FICO, *Op. cit.*, p. 215. O autor se refere, mais especificamente, aos atentados contra a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do brasil (OAB), em 1976, e ao caso Riocentro, em 1981.

24 "Não é preciso dizer que um dos fatores subjacentes à atividade grevista aumentada pode ser atribuído ao processo de redemocratização da Nova República, quando certamente houve maior tolerância com respeito ao protesto dos trabalhadores que nos anos de governo militar". SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param*: Greves e mudança social no Brasil: 1945-1990. São Paulo: Ática, 1994, p. 161.

25 ABRAMO, Laís. *O resgate da dignidade*: Greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999, p. 67.

26 GONÇALVES, Francisco Luiz Salles. "A evolução dos acordos e conflitos coletivos no período recente do sindicalismo brasileiro (1977-1993)". *In:* OLIVEIRA, Carlos Alonso de (Org.). *O mundo do trabalho*: crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, pp. 267-287, 1994. Citação da p. 270. O grifo é meu e busca ressaltar que Gonçalves também percebeu que a dinâmica das relações entre trabalhadores, Estado e patrões sofreu diversas alterações e adaptações naquele contexto e ao longo da "abertura". Algumas delas, como a contraofensiva patronal de meados da década de 1980, materializada na recusa às negociações durante greves e em demissões políticas, estão expostas no referido texto. A atividade repressiva estatal no período, contudo, não é objeto de maiores considerações; pelo contrário, o governo, naquela conjuntura, é caracterizado pelo autor como "inerte". *Ibid.*, p. 276.

formas da repressão, para o combate a um velho e novo inimigo político: o operariado organizado. No contexto da "abertura política", se a execução da repressão política não dependia mais dos sequestros e da tortura física, dos DOPS ou da "comunidade de segurança", nem por isso os militares deixaram de participar do planejamento e da condução de ações para monitorar e desarticular opositores políticos, e tampouco as empresas abriram mão do recurso a instrumentos e práticas herdadas do período ditatorial. No presente capítulo, teremos oportunidade de discutir a penetração das atividades de informação e segurança nas fábricas, no âmbito desse movimento mais geral de readequação da repressão ao novo contexto político, dito "transicional". Trataremos ainda de identificar o rol de práticas repressivas cujo uso contra o movimento operário constatamos, atentando-nos, por ora, mais aos intentos e procedimentos dos "repressores" do que aos efeitos e às consequências de tais práticas para os "reprimidos", que avaliaremos em outros capítulos deste trabalho.

Mas, antes de discutirmos as particularidades da repressão durante o começo da década de 1980 no Vale do Paraíba, julgamos conveniente apresentar alguns dos elementos que, principalmente através do discurso dos direitos humanos, passaram a orientar as denúncias das arbitrariedades e violências cometidas contra trabalhadores sob a ditadura. Buscaremos indicar como esse discurso tem percebido e definido a repressão, tanto no contexto dos "anos de chumbo" quanto no da "transição política", incorporando suas constatações e seus argumentos, mas propondo um tratamento distinto da questão, a partir dos métodos da história social, visando contornar os limites que se impõem às abordagens calcadas exclusiva ou principalmente nas categorias do Direito.

2.2 REPRESSÃO E DIREITOS HUMANOS: MEDIDAS DE EXCEÇÃO, VIOLAÇÕES E SITUAÇÕES REPRESSIVAS

O discurso dos Direitos Humanos cumpriu importante papel na denúncia dos abusos e das violências cometidas pela ditadura empresarial-militar instalada no Brasil a partir de 1964. Embora sempre presentes, tais denúncias praticamente não encontravam canais de expressão interna que não corressem o risco de repressão dura e imediata, sobretudo no período anterior ao ascenso estudantil e operário de fins da década de 1970. Naquele contexto, os principais apelos contra as arbitrariedades perpetradas pela ditadura apareciam em nível internacional. A partir da chamada "distensão", os segmentos da sociedade brasileira que levantavam a bandeira dos direitos humanos, com destaque para os religiosos progressistas da Igreja Católica, cumpriram importante papel na defesa dos que eram perseguidos pelo regime, bem

como na articulação entre os distintos setores da oposição. Sobre o assunto, o historiador Mário Sérgio de Moraes afirma:

> O tema dos Direitos Humanos representou, na sua denúncia da ordem vigente, as contradições em que se debatiam diversas classes e grupos sociais. Na sua linguagem abstrata de "homem natural", portador de liberdades e igualdades em geral, este conceito serviu como um "guarda-chuva" para diversos interesses: do discurso liberal das instituições como a OAB e do MDB, buscando a crítica da ditadura na luta pelo Estado do Direito; do discurso social das numerosas pastorais, desejando um Estado de Direito mais participativo. E, finalmente, o discurso de uma classe média intelectualizada que se firmava na crítica contra a ditadura, buscando uma socialização do que era o público (a igualdade social).[27]

Como veremos oportunamente, o discurso dos Direitos Humanos, ainda que "abstrato", cumpriu funções significativas no combate às arbitrariedades ditatoriais, seja promovendo a recuperação e a construção da memória coletiva sobre a repressão, seja referenciando políticas públicas de justiça e reparação. Portanto, pode ser proveitoso desde já identificar alguns dos elementos e das ideias que amparam esse discurso, bem como suas percepções e definições acerca do fenômeno da repressão política e seus limites.

Kathia Martin-Chenut, em artigo que trata do sistema penal de exceção tal como ele é estabelecido pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos, aponta que os Estados de exceção são "uma realidade na vida política e jurídica das nações", de modo que a ampla maioria dos sistemas jurídicos do mundo preveem a possibilidade da adoção de medidas especiais para enfrentar situações de convulsão social, sendo aceitos, no Direito Comparado e no Direito Internacional, quando da ocorrência de "circunstâncias excepcionais, ou seja, situações de crise que afetam o conjunto da população e representam uma ameaça à existência organizada da comunidade que constitui a base do Estado".[28] Contudo, para o Direito Internacional dos Direitos Humanos, preocupado em conciliar a proteção dos direitos humanos e o interesse geral, faz-se necessário especificar quais as condições precisas em que direitos e garantias podem ser suspensos, bem como quais deles seriam inderrogáveis, sob nenhuma circunstância. Também é imprescindível estabelecer quais os

27 MORAES, Mário Sérgio de. *O ocaso da ditadura*: o caso Herzog. São Paulo: Barcarolla, 2006, p. 149.

28 MARTIN-CHENUT, Kathia. "O sistema penal de exceção em face do direito internacional dos direitos humanos". *In*: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, janaína de Almeida (Orgs.). *Desarquivando a ditadura*: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009. v.1, pp. 225-249. A citação é da p. 226.

princípios de referência a serem respeitados na instauração de um Estado de exceção, de modo a garantir sua compatibilidade com a democracia e evitar que as medidas excepcionais se tornem simples ferramentas para a manutenção do poder e a neutralização das oposições.

Para estabelecer as condições de legitimidade das medidas de exceção, Martin-Chenut recupera os textos de acordos internacionais – principalmente, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP/ONU, 1976[29]) e a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH, ou "Pacto de San José da Costa Rica", 1969), dos quais o Brasil é signatário[30], além da Convenção Europeia de Salvaguarda dos Direitos Humanos (CESDH, 1953[31]) –, bem como a jurisprudência internacional relativa aos Direitos Humanos. Nessas bases, identifica o que chama de *princípio de excepcionalidade*, segundo o qual certos critérios devem ser sempre verificados para validar a derrogação de direitos e garantias. Tais critérios seriam: presença de ameaça à integridade física da população (toda ela), à integridade territorial (parcial ou total) ou ao funcionamento das instituições; manifesta insuficiência dos meios ordinários de que dispõe o Estado para a manutenção da ordem; atualidade e iminência do perigo (descartando-se, portanto, a utilização puramente preventiva da suspensão de direitos).[32]

Do princípio de excepcionalidade, deriva a *temporalidade* do Estado de exceção, que deve necessariamente ser limitado no tempo, "um remédio de urgência em momentos de convulsão social". Deve-se também respeitar outro princípio, o da *proporcionalidade*, não podendo "o remédio utilizado pelo Estado implicar efeitos colaterais mais danosos que os que seriam causados pela própria crise". O princípio da *legalidade*, por sua vez, estabelece que Estados de exceção só podem ser declarados ou prorrogados em conformidade com o direito interno de cada país e com as obrigações internacionais concernentes ao tema. Para viabilizar esses princípios, "condições de fundo" da implementação de medidas excepcionais compatíveis com a democracia, impõem-se ainda "condições de forma", principalmente no que se refere à *publicização*, tanto em nível interno (proclamação) quanto em âmbito internacional (notificação), da natureza e da extensão material, territorial e temporal de tais medidas, bem como de suas razões: "Dessa publicidade dependerá o controle eficaz dos órgãos internacionais de proteção dos direitos humanos".[33]

As convenções e os pactos tendem a especificar também quais as garantias e os direitos considerados inderrogáveis ou intocáveis, mesmo em casos de guerra ou de grande perigo público, preocupação essencial diante da

29 Embora tenha entrado em vigor na ordem internacional em 1976, o Pacto foi adotado, aberto a assinaturas e ratificações já na XXI Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966.

30 Somente a partir dos anos 1990, o Brasil comprometeu-se a respeitar integralmente o PIDCP, através do Decreto nº 592, 6/7/1992, do governo Collor.

31 Ano em que a Convenção entrou em vigor. Sua adoção pela Corte Europeia de Direitos Humanos (CEDH) data de 1950.

32 MARTIN-CHENUT, *Op. cit.*, p. 229.

33 *Ibid.*, pp. 227-229.

constatação de que "as crises acabam com frequência servindo de pretexto a graves violações de direitos humanos" por parte dos Estados de exceção.[34] Embora as listas de direitos expressamente protegidos apresentem variações nos diferentes acordos internacionais, alguns deles constam no PIDCP, na CADH e também na CESDH: o direito à vida, a proibição da tortura e da escravidão, bem como da aplicação de medidas penais em caráter retroativo. Outros direitos considerados intocáveis por algumas das convenções (ou, às vezes, por mais de uma delas, sendo a Convenção Americana a mais protetora entre os três instrumentos) incluem a liberdade de consciência e de religião, os direitos da família e da criança, o direito à nacionalidade, e mesmo os direitos políticos. Por fim, Martin-Chenut aponta que a jurisprudência internacional tem reconhecido a intangibilidade de um rol ainda maior de direitos, bem como das garantias processuais indispensáveis para protegê-los, tais como o *habeas corpus* ou o Mandado de Segurança. Acrescenta ainda que, de acordo com o *princípio da não-discriminação*, os instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos não admitem medidas derrogatórias de caráter discriminatório (isto é, fundadas em critérios de raça, língua, gênero, religião ou condição social).[35]

No texto "Violações de Direitos Humanos dos Trabalhadores", parte do segundo volume do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014), elaborado sob a responsabilidade de Rosa Maria Cardoso da Cunha com a colaboração das dez centrais sindicais brasileiras, a repressão ao movimento operário durante o período ditatorial também é abordada a partir das "normas, doutrina e jurisprudência do Direito Internacional dos Direitos Humanos". Os abusos e as violências, recuperados a partir de denúncias, depoimentos, audiências públicas e pesquisa sobre documentação escrita, são classificados nesse trabalho a partir da distinção entre "*graves violações*" de direitos humanos e "*atos preparatórios*" para tais violações. Especialmente para os não iniciados no Direito, a fronteira entre um ato preparatório e uma grave violação de Direitos Humanos pode parecer obscura. Em vez de esforçar-se por definir a especificidade de cada tipo de violência, o texto opta por ressaltar sempre a conexão essencial entre eles, posto que "violações cotidianas quase sempre funcionaram como atos preparatórios para ações mais graves":

> A continuada negação de direitos da classe trabalhadora, mesmo não podendo ser caracterizada como grave violação, de acordo com o direito internacional dos

34 *Ibid.*, p. 230. E adiante, pp. 231-232: "A prática, infelizmente, mostra que existem diversas deturpações da teoria das circunstâncias excepcionais e que a utilização do Estado de exceção acarretou e acarreta frequentemente violações dos direitos humanos. Pode-se constatar que o Estado de exceção, que é proclamado para solucionar uma crise que põe em perigo o Estado, as instituições democráticas ou a vida da Nação, sendo igualmente cercado de garantias previstas tanto no direito interno como no direito internacional, *na maioria das vezes transforma-se em instrumento de repressão*. Ele acaba ultrapassando a proteção do Estado ou das instituições democráticas e passa a representar uma ameaça para a democracia e para os direitos humanos". O grifo é meu.

35 *Ibid.*, pp. 229-231.

> direitos humanos e o direito humanitário, foi relevante em si mesma, provocando riscos à sua vida e saúde e correspondendo a crimes até hoje previstos em nossa legislação comum, como os de ameaça, constrangimento ilegal, dano, violência arbitrária, abuso de poder, crimes contra a organização de trabalho, assédio moral, etc.[36]

A continuidade entre as diferentes modalidades de ação repressiva é reforçada pelo texto, por exemplo, no que se refere às intervenções estatais em sindicatos, comuns logo após o golpe de 1964 e reutilizadas no momento do ascenso operário de fins da década seguinte. Embora as intervenções politicamente motivadas nas entidades sindicais não possam, de acordo com o direito internacional, ser consideradas violações de Direitos Humanos, o Relatório registra que elas "funcionaram como contexto e preparação para prisões ilegais e arbitrárias, as quais constituíram graves violações". Além das intervenções, a lista de "atos preparatórios", "violências cotidianas" praticadas contra a classe trabalhadora durante a ditadura civil-militar, inclui ainda: *invasões de sedes sindicais e locais de trabalho, apreensão e destruição de documentos, cassações de lideranças, demissões de trabalhadores* e *repressão às greves*. Já os crimes denunciados pelo Relatório como "graves violações de direitos humanos cometidas contra os trabalhadores", embora praticados sob formas e extensões das mais diversas, corresponderiam principalmente aos seguintes: *prisão ilegal e arbitrária; tortura; violação sexual; execução; assassinato; massacre; desaparecimento forçado; ocultação de cadáveres*.[37]

É grande, portanto, a convergência entre as definições apresentadas pelo Relatório quanto às modalidades e a extensão da repressão praticada a partir do golpe de 1964 e as noções sobre o mesmo tema que têm sido construídas pela historiografia, sobretudo a mais recente. Parece-nos que tanto o discurso amparado nos Direitos Humanos quanto a investigação histórica têm se esforçado por ampliar o escopo de práticas a serem escrutinadas quando se trata de compreender a violência política, especialmente quando praticada por agentes estatais, ou com a sua colaboração.[38]

---

36 "Violações de Direitos Humanos dos Trabalhadores". *In*: BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014, Vol. 2, pp. 57-88. Citações das pp. 64-65.

37 *Ibid.*, pp. 64, 71. Apesar do esforço do Relatório em dar ênfase à conexão entre os diferentes atos e momentos da repressão, algo que permite que o texto abranja o maior número possível de tipos de abuso e violência, do ponto de vista jurídico, é grande a importância da distinção entre "atos preparatórios" e crimes contra os direitos humanos, bem como a qualificação de sua gravidade, posto que sobre as "graves violações de direitos humanos", especificamente, incide deslocamento de competência de julgamento, das Justiças Estaduais para a Federal *Cf.* ASTOLFI, Roberta; LAGATTA, Pedro. "Os desafios para caracterizar o conceito de graves violações de direitos humanos a partir da análise dos julgamentos de deslocamento de competência de 2005 a 2014". *Revista Liberdades*, nº 19, pp. 14-25, 2015.

38 "O termo repressão abarca uma diversidade extensa de atos, entre os quais se incluem cassações, intervenções, censura, leis autoritárias, ameaças, vigilância, suspeição exacerbada, demissões injustificadas. Todas com consequências apreciáveis na vida dos cidadãos, provocando medo, perda dos meios de subsistência, esgarçamento dos laços sociais". JOFFILY, Mariana. "O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento". *In*: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. pp. 158-171. A citação é da p. 158.

A abordagem que pretendemos dar ao problema da repressão no período da chamada "transição política", conquanto recorra à identificação de práticas similares ou idênticas às listadas, visa dar conta de *situações repressivas*, e não apenas dos *atos repressivos* propriamente ditos. Para destacar determinados efeitos da repressão, não é suficiente ressaltar a conexão entre os episódios cotidianos de violência e negação de direitos e aqueles eventos mais graves, que muitas vezes foram (convenientemente) reconhecidos como "excessos" pelas próprias autoridades e que estavam tipificados como crime, inclusive perante as legislações de exceção. É preciso atentar também para outros aspectos, às vezes, mais sutis, que decorrem das ações repressivas, a exemplo da *estigmatização* dos perseguidos políticos. Além disso, o *efeito de desmobilização* que se instaura em situações desse tipo está relacionado tanto com o *exemplo* das violências e restrições que se impõem sobre aqueles que manifestam atitudes e comportamentos desviantes, quanto com a *potencialidade* da repressão, amplificada por uma série de expedientes que, via de regra, não são episódicos, mas *permanentes*, como era o caso da vigilância sistemática sobre os operários de grandes estabelecimentos fabris, especialmente nas empresas estatais, nas quais a presença militar, em funções de segurança e/ou em posições de mando, foi frequente ao longo da ditadura empresarial-militar.

O próprio Relatório da CNV percebe e indica a longa duração de alguns dos efeitos da repressão sobre o conjunto dos trabalhadores, distinguindo-a da violência e da repressão "pontuais" ("dirigidas às lideranças, consideradas alvos centrais a serem liquidados, mas também àqueles que manifestavam maior combatividade"), nomeando alguns de seus mecanismos e localizando, acertadamente, no âmbito da fábrica, um dos espaços de realização da violência e de sustentação do poder ditatorial.[39] Mas, por conta de sua construção amparada principalmente no discurso dos direitos humanos, opta por denunciar de maneira mais detalhada as graves violações e seus mais nítidos atos preparatórios. E é difícil proceder de outro modo, uma vez que as formas mais cotidianas e generalizadas de violência atingiram milhares de trabalhadores. Por serem muitos os seus alvos, escapam-nos os seus nomes, suas trajetórias e as percepções daqueles que tiveram experiências marcadas pela repressão, como escapam as ações que desenvolveram para superá-la, suas repostas.

Diante desse cenário, resulta evidente o quão oportunas podem ser as abordagens localizadas e contextualizadas do problema, visando exatamente a recuperação histórica de experiências particulares, dos discursos que sobre elas se produziram e dos sentidos articulados em torno delas por sujeitos

39 BRASIL, *Op. cit*., p. 71: "Em situações de greve e enfrentamento, todos os envolvidos foram, certamente, atingidos pela mão pesada da ditadura fabril-governamental. As lideranças eram visadas tanto pela burocracia sindical quanto pela patronal, o que tornava sua atuação muito difícil. Eram frequentes os casos de militantes identificados pelos 'pelegos' do sindicato em uma determinada fábrica e denunciados aos patrões, sendo demitidos em seguida. Muitos tinham presença tão destacada nas listas sujas que não conseguiam mais emprego pelo resto da vida, sendo obrigados a mudar-se de cidade e mesmo de estado. Além de presos, fichados e estigmatizados como 'subversivos', os líderes, quando respondiam a inquérito policial em liberdade, eram obrigados a comparecer periodicamente ao DOPS, para controle."

diversos. Levando em conta a precaução metodológica de não dissolver as particularidades de vivências específicas na generalidade da repressão, podemos não apenas encontrar algumas das vozes que ela buscou silenciar, mas levantar outra questão importante: em que medida o reconhecimento da repressão enquanto situação compartilhada, marcada pela arbitrariedade e pela negação de direitos, participou da composição de identidades coletivas no seio do operariado? Nos capítulos subsequentes desta obra, recuperaremos essa indagação, delineando possíveis respostas a partir do caso dos metalúrgicos do Vale do Paraíba. Mas, aqui, trata-se ainda de avaliar a generalização e as adaptações da atividade repressiva, sobretudo no que se refere a dois aspectos: sua penetração no espaço fabril e seu renovado interesse pelo movimento operário durante a chamada "abertura política".

2.3 A EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. A DILAPIDAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E DAS CONDIÇÕES DE VIDA SOB A DITADURA

Como vimos no capítulo anterior, um dos principais vetores do desenvolvimento industrial do Vale do Paraíba paulista pode ser apontado no projeto militar, gestado desde a década de 1940, segundo o qual a região se converteria em um polo científico e tecnológico, centro para o desenvolvimento de uma indústria bélica nacional. Para impulsionar esse projeto, a Aeronáutica possuía duas importantes instalações na cidade de São José dos Campos: o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA, 1950) e o Centro Técnico Aeroespacial (CTA, 1953). Ainda no início da década de 1960, quatro fábricas privadas voltadas para o ramo aeroespacial já haviam sido fundadas no município: Nova Indústria Aeronáutica (1960), Avibras Indústria Aeroespacial S.A. (1961), Forteplas (1962), Sociedade Aerotec (1963). Já sob a ditadura, São José seria escolhida para receber a maior empresa do segmento, uma estatal considerada estratégica pelos militares: a Embraer (1969), que em pouco tempo, empregaria mais de dez mil operários.

Embora reivindicasse um discurso nacional-desenvolvimentista, a cúpula da ditadura empresarial-militar parece ter resistido, inicialmente, à criação da Embraer como um empreendimento estatal, indicando aos oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB) e do CTA interessados em desenvolver uma indústria aeronáutica nacional que eles deveriam buscar investidores privados. Mas, em maio de 1969, um dos idealizadores da Embraer, Ozires Silva, engenheiro aeronáutico e major da FAB, esteve com o general-presidente Costa e Silva e convenceu-o da viabilidade do projeto, argumentando em favor da criação

da empresa em parceria com a iniciativa privada: "Podemos começar com o Estado, e depois privatizar".[40] Apoiado por influentes ministros, como Márcio de Souza Mello (Aeronáutica) e Antônio Delfim Netto (Fazenda), o major reuniu-se com o alto escalão do governo ditatorial em junho daquele ano, e a proposta progrediu: em 29 de dezembro houve a cerimônia de fundação da Embraer, definida como uma empresa de capital majoritariamente estatal e controlada pelo governo, responsável pelas decisões estratégicas e pela nomeação de sua diretoria. Ozires Silva foi escolhido para ocupar a presidência da companhia, permanecendo no posto até 1986.

Quando a unidade fabril da Embraer foi inaugurada, em janeiro de 1970, já havia outras gigantes operando em São José dos Campos. A GM, que também contava com mais 10 mil empregados, possuía, seguramente, a maior fábrica instalada no Vale do Paraíba paulista. Atuando no Brasil desde a década de 1930, a montadora norte-americana chegara à cidade em 1959. Outra transnacional do ramo metalúrgico, a sueca Ericsson, funcionava no município desde 1955 e, por iniciativa de seus operários, havia sido fundada a Associação Profissional dos Metalúrgicos da região, embrião do futuro sindicato dos trabalhadores da categoria, ainda em 1956.[41] Nos anos 1960, a expansão do parque industrial de São José dos Campos se acelerou: outras grandes transnacionais, como a Bundy (1961) e a Kodak (1969), também se instalariam no município naquela década, durante a qual o crescimento populacional joseense foi bastante intenso: em dez anos, o número de habitantes da cidade praticamente dobrou, chegando aos 150 mil habitantes.

Na década de 1970, o município seria convertido pelo governo ditatorial em cidade modelo do chamado "milagre econômico", recebendo um número ainda maior de grandes empresas do que o visto no decênio anterior.[42] Com isso, diversificava-se seu parque industrial, que passaria a contar com novas e importantes fábricas dos setores químico, farmacêutico, automobilístico e de telecomunicações, atraídas pela privilegiada localização da cidade, entre São Paulo e Rio de Janeiro, bem como pela duplicação da Via Dutra (1968), que facilitava ainda mais o escoamento da produção. Passam a operar a Panasonic/National (1970), a Hitachi (1972), a Engesa (1973) e a Monsanto (1974) em São José. Muitas cidades vizinhas também receberiam grandes indústrias no mesmo período. A Volkswagen se instalaria em Taubaté em 1976, e a indústria de aço Villares, que, como veremos, teria destacado papel na vigilância sobre o movimento operário nos anos seguintes, iniciava suas atividades em Pindamonhangaba em 1979.

Um acentuado crescimento populacional acompanhou a industrialização de São José dos Campos, entre as décadas de 1960 e 1980, e em 1991, a

40 RODENGEN, Jeffrey L. *A História da Embraer*. Fort Lauderdale: Write Stuff Enterprises Inc., 2009, p. 45.

41 SMSJCR. *Revista Especial 55 anos (1956-2011)*. São José dos Campos/SP, 2011, pp. 4-5.

42 COSTA, Wanderley M.; SOUZA, Adriane A. "Atividades Industriais no interior do estado de São Paulo: Uma análise da formação do Complexo Tecnológico-Industrial-Aeroespacial de São José dos Campos" *In*: FONSECA, S. M.; MELLO, L. F. (Orgs.) *Crescimento Urbano e Industrialização em São José dos Campos*. São José dos Campos: Intergraf, 2010. pp. 87-106.

população do município já havia ultrapassado a casa dos 440 mil habitantes, 90% dos quais instalados em áreas urbanas. Mas as condições de vida dos trabalhadores na cidade, assim como em grande parte dos demais polos industriais do país, haviam decaído sensivelmente desde meados da década de 1970, apesar do alardeado "milagre econômico" ditatorial. Isso porque o modelo de desenvolvimento econômico imposto sob o autoritarismo resultava no aumento da concentração de renda, visto que um de seus principais componentes era justamente o achatamento dos níveis de remuneração do trabalho (o "arrocho salarial"). Sobre a dilapidação das condições de vida dos trabalhadores urbanos brasileiros a partir da década de 1960, Sérgio Murilo Ferreira de Oliveira afirmava, em 1987, o seguinte:

> A lógica da acumulação que permeia o desenvolvimento brasileiro recente apoia-se exatamente na dilapidação da força de trabalho. Na presença de uma vasta reserva de mão de obra e na ausência de uma sólida organização sindical e política da classe operária, tornou-se fácil aumentar as taxas de exploração. O desgaste da mão de obra submetida a prolongadas jornadas de trabalho e as espinhosas condições urbanas de vida tornam-se possíveis na medida em que a maior parte da mão de obra pode ser prontamente substituída, devido, por exemplo, ao crescimento da massa de população que já se encontrava desempregada ao longo da década de 70.[43]

O avanço do regime de exploração fabril ao longo da ditadura foi discutido de maneira contundente por Laís Abramo, em seu livro *O Resgate da Dignidade*.[44] A autora trata, sobretudo, da greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1978, mas, ao fazê-lo, destaca importantes aspectos da "dilapidação da força de trabalho", existentes, com relevantes particularidades locais, em outros polos industriais brasileiros, e que seguiram operando e, em muitos casos, se intensificando ao longo da década de 1980. Entre os elementos considerados marcantes pela autora em sua análise da vivência das condições de trabalho, destacam-se as perdas salariais, a rotatividade no emprego, a intensificação do ritmo de trabalho, a ampliação das jornadas

43 OLIVEIRA, Sérgio Murilo Ferreira de. "Os trabalhadores urbanos e a ditadura militar". *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 21, pp. 24-36, Abril-junho de 1987. A citação é da p. 29.

44 ABRAMO, Laís. *O resgate da dignidade*: Greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999. O trabalho de pesquisa que embasa a publicação foi iniciado por Abramo vinte anos antes, e seus resultados já haviam sido apresentados em sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais, defendida em 1986.

e ainda a "onipotência e impunidade da autoridade interna" nas fábricas[45]. Todos esses aspectos, e talvez, principalmente o último, caracterizavam um regime que Abramo definiu como "despotismo fabril", cujas consequências para o operariado eram funestas:

> Os trabalhadores foram assim, durante todos aqueles anos, desvalorizados, intimidados, humilhados e sistematicamente desrespeitados em sua dignidade profissional e humana. Durante muito tempo, isso dificultou o surgimento de atitudes mais positivas de luta, pois estava sempre presente o medo de ser punido, despedido, de procurar o companheiro [para falar sobre as condições de trabalho, questões políticas, ou qualquer outra conversa que pudesse tornar seus participantes "visados" pela empresa como possíveis ativistas ou "agitadores"]. Por outro lado, esse desrespeito e desconsideração sistemáticos eram fonte de grande e permanente tensão. Não foram raros os casos em que os operários, revoltados e desesperados por causa das condições de trabalho […] e da constante vigilância e agressão dos chefes, reagissem, às vezes violentamente: brigas, facadas, casos de "loucura", assassinatos ou suicídios foram, muitas vezes, o resultado desse processo.[46]

O cenário de "permanente tensão" no interior das fábricas, recuperado por Abramo, pode muito bem ser descrito como uma *situação repressiva*, visto que nela coexistem a violência sistemática e a violência potencial, que se reforçam mutuamente, no sentido de impedir "o surgimento de atitudes mais positivas de luta". São justamente os comportamentos que expressam tais atitudes os mais visados pelos atos repressivos, mas a situação exerce efeitos de dissuasão e desorganização sobre todos os que a atravessam. Cabe considerar ainda que a situação repressiva, embora se apoie em elementos praticamente universais nos ambientes de trabalho, como a presença de hierarquia e de autoridade, não decorre imediatamente deles; é preciso que existam, também, a *garantia de impunidade* no exercício abusivo do poder (um "*despotismo*", conforme Abramo) e um *ethos persecutório*, que confere à repressão um caráter que é, antes de mais nada, preventivo. Em uma situação

45 "Onipotentes e confiantes na sua impunidade, os chefes tratavam os trabalhadores com brutalidade e desrespeito, tentando controlá-los nos mínimos detalhes, incluindo suas conversas e idas ao banheiro. Os operários eram culpados por qualquer falha que porventura ocorresse e punidos com cartas de advertência, suspensão ou demissão por 'justa causa'. Os chefes exerciam também uma permanente vigilância contra qualquer tentativa de resistência por parte dos trabalhadores." *Ibid.*, p. 65.

46 *Ibid.*

repressiva, os agentes da repressão sabem de antemão (porque determinam) quem são os infratores e quais infrações cometerão. O "subversivo", o "ativista" ou "agitador", precisa ser vigiado, afinal, se apresenta determinada opinião, comportamento, filiação política ou preferência ideológica, é certo que está apenas esperando uma oportunidade para "manipular" seus colegas, os "inocentes úteis", e promover a "desordem". Essa lógica resulta em uma situação em que, como se vê, o criminoso político existe antes do crime.[47]

A adesão massiva às greves a partir de 1978 não pode ser compreendida sem que levemos em conta o achatamento dos salários, o agravamento das condições de vida e a dilapidação das forças de trabalho decorrente da intensificação do ritmo e da intensidade dos processos produtivos, aliada ao regime de despotismo fabril. Fatores como a "crise de legitimidade" da ditadura[48] – uma expressão problemática, dado que parece indicar que a dominação ditatorial podia ser "legítima" –, da qual se afastavam politicamente segmentos do próprio empresariado, e ainda mais importante, as iniciativas de luta tomadas por algumas direções e oposições sindicais, fizeram com que aquela situação pudesse finalmente explodir na forma do movimento grevista, que desafiava a legislação vigente e que não podia ser simplesmente sufocado – embora pudesse ser reprimido, sobretudo, com a retaliação patronal e a violência policial. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, no Vale do Paraíba, com a eclosão das greves a partir de 1979, tais modalidades de contenção do movimento operário foram rapidamente empregadas.

Essas práticas repressivas parecem haver configurado a regra no tratamento conferido pelos patrões e pelo Estado às mobilizações da "transição". Mesmo autores que tiveram uma visão relativamente otimista do processo de "abertura política", como Sérgio Murilo F. de Oliveira (para quem houve uma "suspensão da repressão estatal" no referido período), geralmente perceberam a permanência e a ampliação de certos expedientes coercivos no âmbito das relações trabalhistas e no próprio cotidiano das fábricas, sobretudo quando se atentaram ao que expressava, já naquele contexto, a ala do movimento sindical que, tendo tomado a dianteira das greves, sentiu na pele tanto as "sutilezas" quanto a dureza da repressão:

47 "… o significado último de 'guerra à subversão', 'valores ocidentais', 'segurança nacional' e 'crime político' não existe por si intemporal e naturalmente flutuando no ar na expectativa de um chamado determinado por convulsões sociais. São figuras expressivas dos interesses concretos – ideológicos e econômicos – de uma classe que detém o poder, inclusive o de legislar em nome do social genérico o que é apenas de seu interesse particular. São eles que definem em que consistirá o interesse público, a ordem social econômica e os perigos que poderão atingi-los. Eles serão as autoridades que pensarão, a seu modo, a paz e o bem-estar social e a harmonia de classes (caso aceitem que elas existem). Eles criarão os instrumentos de defesa dessa ordem, os braços armados de todo tipo que em suposto nome de todos servem fervorosamente a poucos". MOSCATELLI, Luigi. *Política da Repressão*: Força e Poder de uma Justiça de Classe. Rio de Janeiro: Achiamé/SOCII, 1982. pp. 118-119.

48 CHAUÍ, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurélio. "O pensamento político e a redemocratização do Brasil". *Lua Nova*, São Paulo, nº 71, pp. 173-228, 2007. A expressão, que, tal como aponta Chauí, era comum no debate político de meados da década de 1970, ocorre à p. 178.

> … apesar de aparecerem condições mais favoráveis para o movimento operário, através, principalmente, da *suspensão da repressão estatal*, isso não reduziu o poder dos empresários. Segundo Lula, "com a polícia nos calcanhares dos grevistas e sindicatos sob intervenção, a população naturalmente solidarizava-se com os trabalhadores. *A situação mudou* […]*, há mais demissões e mais medidas repressivas por parte das empresas*". Ele acusa o governo de se aliar aos empresários para derrotar os trabalhadores e vê na intransigência dos primeiros uma ação para enfraquecer os sindicatos. "As empresas têm tomado outras atitudes, como fechar o restaurante e cortar água dentro da indústria, que são *medidas menos repressivas dentro da visão da sociedade, mas muito mais repressivas do ponto de vista da relação do trabalho e do capital*".[49]

2.4 COLABORAÇÃO EMPRESARIAL-ESTATAL PARA A REPRESSÃO: O CENTRO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO VALE DO PARAÍBA (CECOSE/VP) E O COMBATE À ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA DENTRO DAS FÁBRICAS.

A interpretação que tem se consolidado na historiografia acerca da natureza da articulação política que sustentou e se beneficiou da última ditadura brasileira, ou, se preferirmos, sobre o seu caráter de classe, é a de que o empresariado, incluídos os elementos nacionais, mas hegemonizados pelo capital estrangeiro, teria cumprido papel fundamental, tanto na articulação

49 OLIVEIRA, Sérgio Murilo Ferreira de. *Op. cit.*, p. 36. Grifos meus.

do golpe[50] quanto no apoio à repressão subsequente[51], de modo que a ditadura também teria se feito sentir nas fábricas. Assim argumenta o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, registrando que a violência e a repressão contra os trabalhadores não foram obra exclusiva dos militares, mas sim de uma "articulação público-privada" (ou, em outras palavras, uma "aliança empresarial-policial-militar"):

> Sob a ditadura militar, o Estado estará presente nas fábricas, não como árbitro, mas como "agente patronal". Por meio dos sindicalistas "pelegos", nomeados interventores nos sindicatos, dos espiões e dos chefes militares (em alguns casos militares reformados ou civis respaldados por uma doutrina de controle militarizado da classe operária), o Estado e o empresariado, unidos, conferirão à resistência operária o estatuto de subversão política e à força bruta patronal a legitimidade de defesa da segurança e do desenvolvimento nacional. Portanto, nesse período, as empresas e o Estado ditatorial se irmanavam, dentro e fora das fábricas, visando impedir a organização e luta dos trabalhadores para a conquista e a defesa de seus direitos.[52]

É preciso frisar que a presença militar nas fábricas teve diversas expressões, indiretas ou diretas. Desde as mais subjetivas, como o próprio "clima político" repressivo resultante do golpe, que desestimulava a manifestação de quaisquer reivindicações ou divergências, até as mais objetivas, como a presença física de elementos vinculados à caserna no espaço fabril. Dentre as medidas antioperárias adotadas pelos sucessivos governos militares, houve as que afetassem a classe de maneira generalizada, como era o caso das políticas

50 *Cf*. DREIFUSS, René A. *1964: A Conquista do Estado*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981, para uma análise do "complexo Ipes/Ibad", arranjo organizativo empresarial-militar que cumpriu relevante papel na preparação do golpe. Sobre a atuação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, ver BORTONE, Elaine. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar*: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967). Tese (Doutorado em História). UFRJ, 2018.

51 O mais conhecido exemplo da colaboração empresarial para a repressão está relacionado à já mencionada Operação Bandeirantes. "Este órgão, misto de entidade policial e militar, foi amparado por recursos oficiais e por doações de empresários, entre os quais destacou-se Henning Boilesen, morto em 1971 por organizações de esquerda. A OBAN tinha por objetivo empreender ações de captura e desmonte de grupos armados de oposição, usando métodos marcadamente violentos. Sua filiação institucional ambígua assegurou-lhe carta branca para agir e impunidade para seus atos." D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). *Os anos de chumbo*: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 17. De acordo com Antonio Carlos Fon, a "a questão da participação do empresariado na luta pela manutenção da segurança interna" teria sido levantada por Boilesen no âmbito de uma entidade patronal, o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), "que passou a contribuir com dinheiro ou equipamento para os órgãos de segurança". FON, Antonio C. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979. Sobre o GPMI, ver LEMOS, R. L. C. N. "O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós-1964". *In*: MARTINS, Maria de Sousa Neves; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. (Orgs.) *Política Econômica nos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2018. p. 71-102.

52 BRASIL. *Op. cit*., pp. 63-64.

econômicas que promoviam o arrocho salarial, ou da legislação antigreve (Lei 4.330 de 1º de junho de 1964); outras, embora pudessem ser recorrentes ou mesmo generalizadas, atingiam trabalhadores, categorias ou entidades específicas, tais como as prisões arbitrárias, as intervenções em sindicatos ou a implementação e a atuação de Divisões de Segurança e Informações (DSIs, ou simplesmente, DIs) ou Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) nas fábricas estatais[53].

Como vimos, desde a década de 1940, a Aeronáutica dedicava especial atenção à região do Vale do Paraíba. A cidade de São José dos Campos, em específico, era considerada "área de interesse nacional", justamente por abrigar unidades militares e um complexo industrial de alta tecnologia, inclusive bélica. Assim, não surpreende que se tenham instalado divisões de informações tanto no Centro Técnico Aeroespacial[54] (Seção de Informações e Segurança – SIS/CTA) quanto na Escola de Especialistas da Aeronáutica (Assessoria de Informações – AI/EEAer). Além disso, a Embraer, estatal que fazia parte desse complexo, como empresa administrada pela Aeronáutica, tinha sua própria Assessoria de Segurança e Informações (ASI/Embraer). Todos esses órgãos produziam "informações" sobre a "subversão" – ou, mais precisamente, sobre quaisquer atividades que pudessem denotar ou resultar em oposição ao regime. No caso de São José dos Campos, sobretudo a partir de 1979, o interesse dos "oficiais de informações" (OIs), responsáveis pela produção desses relatórios, frequentemente se voltava para as atividades sindicais e políticas dos trabalhadores das grandes fábricas da região. As informações produzidas por aqueles agentes eram difundidas através do CISA e do SNI, e uma parcela dessa documentação, atualmente, pode ser consultada no Arquivo Nacional.

A data da produção de muitas das "informações" originadas no Vale do Paraíba demonstra que a vigilância estatal sobre os trabalhadores e suas organizações foi constante ao longo de toda a chamada "transição", e que prosseguiu durante o governo civil de José Sarney (1985-1990). Além disso, também parece significativo que informações produzidas em São José dos

53 Na Petrobras, o modelo de vigilância e espionagem articulado com a "comunidade de informações" instituída pela ditadura teria, de acordo com o Relatório da CNV, atingido sua expressão mais bem-acabada: "A Petrobras ofereceu ambiente propício para a implantação de um sistema de monitoramento e repressão exemplar, considerado peça fundamental para a segurança nacional. A militarização da empresa era uma consequência lógica. A possibilidade de participação direta do SNI, por intermédio do Conselho de Segurança Nacional (CSN), na estruturação de um sofisticado esquema de investigação e perseguição de reais e supostos adversários do regime ditatorial, conferiu à experiência da Petrobras uma sistematicidade, eficiência e duração que funcionaram como modelo para outras grandes empresas. O trabalho da CGI [Comissão Geral de Investigação] resultaria no levantamento de cerca de três mil trabalhadores suspeitos de subversão, dos quais 712 passaram a integrar a lista dos indiciados, em IPM [Inquérito Policial Militar] instalado. Entre abril e outubro de 1964, foram instaurados cerca de 1.500 processos de investigação de funcionários, parte deles convertidos em IPMs, sendo demitidos 516 trabalhadores. Ainda na Petrobras, nada menos do que 131.277 fichas de controle político-social foram elaboradas, desencadeando-se numerosos processos de auditoria, sindicância e inquéritos administrativos. Alguns desses procedimentos de controle alcançaram trabalhadores contratados por subsidiárias e prestadoras de serviço da Petrobras. Constituiu, ainda, parte do sistema repressivo estabelecido na estatal a imediata intervenção nos sindicatos dos petroleiros – até outubro de 1964, todos os sindicatos da Petrobras sofreram intervenção – e a infiltração de alunos da Escola do Comando e do Estado-Maior do Exército (ESC/EME) nas unidades da empresa, incumbidos de investigar os trabalhadores relacionados pelo Serviço Federal de Informação e Contra Informações (SFICI). Há, portanto, evidências de que a Petrobras organizou, já nos primeiros dias após o golpe, um novo sistema repressivo, possivelmente reproduzido em outras grandes empresas". *Ibid.*, p. 68.

54 O CTA passou a designar-se Centro Técnico Aeroespacial em 1971; até então, a instituição chamava-se Centro Técnico de Aeronáutica.

Campos, com frequência, tratassem de eventos e pessoas de fora do Vale, bastando que estivessem ligadas a entidades ou organizações atuantes na região para que recebessem atenção dos órgãos de informação joseenses. Exemplo disso é a Informação nº 068/87, produzida em julho de 1987 pela ASI/Embraer e que trata de uma atividade de formação internacional na qual tomariam parte representantes da CUT:

> I — A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT) teria designado para participarem de um curso na REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ (RDA), os seguintes militantes:
>
> 1) ARLINDO CHINÁGLIA JÚNIOR do SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO e Suplente da Direção Nacional da CUT.
>
> 2) CYRO GARCIA, do SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO RIO DE JANEIRO, Suplente da Executiva Nacional da CUT e militante da CS.
>
> 3) GERALDO CÂNDIDO DA SILVA, do SINDICATO DOS METROVIÁRIOS DO RIO DE JANEIRO/RJ.
>
> 4) MARIA APARECIDA MIRANDA, Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE UNAÍ/MG e membro da Direção Nacional da CUT.
>
> 5) RICARDO MORAES DE SOUZA, militante da CUT/MANAUS/AM.
>
> 6) VERA LÚCIA FERREIRA GOMES, do SINDICATO DOS PROFESSORES DE RECIFE/PE, Suplente da Executiva Nacional da CUT e militante do PRC.
>
> OBS: *Os dados do presente informe foram obtidos com base na reunião dos Coordenadores de Segurança*.[55]

No caso do documento citado, é interessante notar ainda que os dados obtidos pelos militares vieram de uma "reunião dos Coordenadores de Segurança". Acreditamos que se tratava de mais um encontro do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba (CECOSE/VP) – ou de alguma outra entidade com composição similar e preocupações idênticas. O CECOSE, cuja existência veio novamente à tona[56] graças à instituição de uma Comissão da Verdade dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (CVM/

55 "Info. nº 068/87-ASI/EMBRAER", de 02 de Julho de 1987. fl. 1. Arquivo Nacional, Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/VAZ 102-0061). O grifo é meu.

56 Como veremos no capítulo seguinte deste trabalho, por conta das ocupações de fábrica ocorridas na região entre 1984 e 1985, a existência do Centro chegou a ser divulgada na imprensa, sem grande alarde.

SJCR)[57], era, em essência, um *organismo de colaboração empresarial-estatal*, com vistas ao monitoramento e à contenção do movimento operário. O funcionamento praticamente constante do CECOSE entre 1983 e 1985 – e, conforme demonstraremos nos capítulos seguintes deste trabalho, também depois disso – é atestado por uma série documental produzida pelo CISA, da qual trataremos adiante.

As pesquisas a partir dos acervos dos organismos de repressão têm demonstrado que alguns expedientes que configuram a colaboração empresarial-estatal ou, mais especificamente, empresarial-militar, entre eles, a troca de informações e documentos entre empresas e aparelho repressivo, foram recorrentes e praticamente contínuos, e já vigoravam antes mesmo do último período ditatorial. Apesar disso, são mais raros os exemplos de *institucionalização da colaboração*, em que surgem entidades ou associações, mais ou menos permanentes, para garantir os interesses compartilhados por ambos os setores. Um desses exemplos nos é dado por Antonio Luigi Negro, que, durante a pesquisa que resultou em seu livro *Linhas de Montagem*, identificou, no acervo do DOPS de São Paulo, um ofício de dezembro de 1969, da Delegacia Seccional de Polícia do ABCD para o Diretor-geral de polícia do DOPS, relatando reunião entre membros do Exército, Polícia Militar e representantes de empresas, que formavam um "Grupo de Trabalho", subordinado a um "Centro".[58] O historiador assim resume o conteúdo do ofício mencionado:

> Civis ou militares, compareceram representantes das indústrias General Motors, Chrysler, Firestone, Philips e Constanta. (A Volkswagen enviou um major, o chefe do seu Departamento de Segurança Interna, que era o responsável pela "ordem" na maior fábrica automobilística do Brasil naquele momento.) Nessa ocasião, foram ventilados problemas. Um dos presentes fez a apresentação do delegado titular da seccional, dos delegados assistentes e do encarregado dos investigadores ao "Grupo de Trabalho" e aos empresários. Ventilou-se, ainda, a necessidade de se comprarem mapas do Grande ABC e outros artigos para o funcionamento do "Centro", em cuja sede o encontro teve lugar. O delegado titular da

57 Grande parte da documentação que cito neste capítulo foi reunida e sistematizada pelo Grupo de Pesquisa da CVM/SJCR, que funcionou ao longo de 2014 e do qual fiz parte. Os trabalhos do grupo renderam um relatório, entregue ao GT-13 da Comissão Nacional da Verdade, o que resultou na incorporação do caso do CECOSE ao Relatório Final da CNV. Aproveito a oportunidade para registrar meus agradecimentos aos colegas do Grupo de Pesquisa, Amanda Hornhardt e Antonio Brunheira Jr, e a Lee Flôres, que colaborou com o levantamento documental prévio promovido pela CSP-Conlutas.

58 Negro também considera que a conexão entre empresas privadas e polícias e forças armadas não representa exceção na história brasileira; pelo contrário, a "colaboração entre as empresas privadas e a polícia – somada à eventual presença de outras autoridades (diplomáticas, jornalísticas, empresariais), políticas, policiais e militares – tem sido constante no tratamento da questão social". NEGRO, Antonio Luigi. "'Servir ao povo de todo o coração': mulheres militantes e mulheres operárias no ABC na década de 1970" *In*: SANTOS; TELES; TELES. (Orgs.) *Desarquivando a ditadura*: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. v.1, pp. 84-109. A citação é da p. 85.

> seccional fez um convite aos oficiais do 4º RI [Regimento de Infantaria] para uma visita à sede da sua delegacia, o qual foi aceito.[59]

O ofício descoberto por Negro não revela muito sobre o conteúdo das reuniões desse "Centro". Não podemos saber, por exemplo, se seu interesse estava voltado à possível presença de "subversivos" entre os funcionários das empresas participantes, ou se o "Grupo de Trabalho" buscava uma participação mais ativa na repressão para além das fábricas, tal como no âmbito da OBAN.[60] No caso do Centro Comunitário do Vale do Paraíba, formado na década de 1980, quando já se considerava avançada a "transição política", as fontes documentais são mais fartas e nos permitem conhecer mais das preocupações e ações daqueles que integravam a entidade. Mas convém destacar a semelhança significativa entre o "Centro" do ABC e o do Vale do Paraíba, principalmente no que se refere à composição dos organismos, frequentados por representantes das polícias, das Forças Armadas e de grandes empresas, com destaque para seus chefes de "segurança interna" (um major, no caso da Volkswagen de São Bernardo do Campo, em 1969).[61]

As informações produzidas pelas seções de informações da EEAer e do CTA acerca do CECOSE, embora relativamente detalhadas, não permitem uma descrição precisa da estrutura organizativa do Centro, mas possibilitam um vislumbre da dinâmica dos seus encontros. A Informação nº 015/SIS/EEAer/85, de 05 de março de 1985, indica a existência de uma coordenação eleita durante as reuniões. Na ocasião, o "Cel. Justino/ [Chefe de Segurança da] Villares" assumiu o cargo de vice-coordenador do CECOSE, após uma reunião com um "número elevado de integrantes devido ao regresso das férias".[62] Os documentos sugerem que as reuniões eram como plenárias, onde os participantes que tivessem informações, materiais ou propostas para serem discutidas faziam seus discursos – cujo conteúdo era atentamente

59 *Ibid*. pp. 84-85.

60 Sobre o tema, *Cf.* MELO, Jorge José de. *Boilesen, um empresário da ditadura*: a questão do apoio do empresariado paulista à OBAN/ Operação Bandeirantes, 1969-1971. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2012.

61 Ao lado das chefias, os serviços de segurança privada das indústrias foram identificados por Laís W. Abramo como agentes do controle disciplinar no interior das empresas. Nas entrevistas realizadas pela autora com funcionários das montadoras do ABC no final da década de 1970, a segurança interna das fábricas era recorrentemente descrita com uma "terminologia social e culturalmente carregada de significação negativa e identificada com as formas mais exacerbadas de autoritarismo e violência", e seus agentes eram comparados a vilões de filmes, livros e histórias em quadrinhos, ou até mesmo aos nazistas: "A gente chama a polícia da Volks de Gestapo", afirmava, em 1978, um operário da multinacional alemã, em entrevista ao jornal *Em Tempo*. ABRAMO, *Op. cit*., p. 109. O fenômeno da participação militar nos serviços de segurança industrial, que discutiremos mais detidamente adiante, também foi apontado, recentemente, em SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. *As práticas de normalização da violência operacionalizadas pela Volkswagen do Brasil na ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Tese (Doutorado em Administração). Rio de Janeiro, PUC-RJ, 2018. Vale notar que a alusão dos operários da montadora ao nazismo, quando se referiam à segurança interna da empresa, tinha lastro na realidade: o serviço de segurança da unidade de São Bernardo do Campo, de fato, havia sido montado com a ajuda de Franz Paul Stangl, fugitivo nazista empregado pela Volkswagen no Brasil. *Cf.* BRASIL, *Op. cit.*, Vol. 2, p. 67.

62 "Info. nº 015/SIS/EEAer/85", de 05 de março de 1985. fl. 1. Arquivo Nacional, Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/VAZ 049A-0117).

registrado pelos OIs da EEAer ou do CTA, para a elaboração de seus relatórios. Ao produzirem as "informações", os oficiais geralmente começavam por mencionar a data e o local que sediara a reunião; em seguida, faziam uma descrição sumária das falas realizadas (de modo que, em alguns casos, as informações em muito se assemelham a atas), encerrando com a data e o local previstos para o próximo encontro do Centro. As reuniões ocorriam em locais variados (clubes, hotéis ou dependências das próprias empresas), certamente providenciados pelo empresariado local.[63]

O mais antigo dentre os documentos produzidos pela Aeronáutica acerca do CECOSE é também um dos que nos dá mais detalhes sobre a composição do Centro, pois lista as principais empresas representadas na primeira reunião acompanhada por um oficial de informações da EEAer:

> Este OI [oficial de informações] no dia 06 Jul 83, atendendo *convite do Chefe de Segurança da Indústria Villares S/A*, participou pela primeira vez da Reunião do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba, composta por *elementos de segurança e informações de grandes Empresas da região*, destacando-se entre elas: AVIBRAS S/A; CATERPILLAR S/A; CONFAB S/A; EMBRAER S/A; ENGESA S/A, RHODIA S/A; FORD S/A; ERICSSON S/A; F.N.V S/A; GENERAL MOTORS S/A; PETROBRAS S/A; JOHNSON S/A; KODAK S/A; PHILLIPS S/A; TELESP S/A; VILLARES S/A; VOLKSWAGEN S/A; EMBRAPE S/A E VIBASA S/A, além de várias *Unidades do Exército, do Centro Técnico Aeroespacial e das Polícias Militar, Civil e Federal*, representadas pelos respectivos Chefes dos OI's.[64]

Além das 19 empresas citadas nessa informação, os demais documentos do acervo do CISA que mencionam o CECOSE revelam a participação de ao menos outras 6, totalizando 25: treze transnacionais (Caterpillar, Cebrace, Embrape, Ericsson, Fi-El, Ford, GM, Johnson & Johnson, Kodak, National, Phillips, Rhodia e Volkswagen), oito nacionais (Avibras, Confab, Engesa, FNV, Mecânica Pesada, Tecelagem Parahyba, Vibasa e Villares) e quatro estatais

63 Outra informação, produzida pelo Centro Técnico Aeroespacial em 1985, oferece uma breve descrição da gênese, composição e funcionamento da entidade: "Existe um Centro Comunitário de Segurança no Vale do Paraíba – CECOSE-VP, que foi *criado pelas indústrias* e congrega indústrias da região do vale, algumas de São Paulo e outras regiões. *Frequentam como convidados integrantes de diversos órgãos de informações* – Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e Estadual. O CECOSE-VP tem por hábito reunir-se mensalmente em diferentes locais, *com finalidade de trocar dados sobre segurança patrimonial e industrial*". "Info. nº 114/AI-CTA/85", de 02 de outubro de 1985. fl. 1. Arquivo Nacional, Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/VAZ 128A-0121). Grifos meus.

64 "Info. nº 042/SIS/EEAer/83", de 16 de julho de 1983. fl. 1. Arquivo Nacional, Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/VAZ 026A-0194). Grifos meus.

(Cosipa, Embraer, Petrobras e Telesp). Tendo em vista que, ao contrário da Info. nº 42/SIS/EEAer/83, as demais informações não trazem nenhum tipo de listagem das empresas presentes nas reuniões acompanhadas pelos OIs, não podemos descartar a possibilidade de que outras firmas tenham tomado parte nas atividades do Centro.

O principal interesse compartilhado pelos participantes (militares e civis) do CECOSE, segundo seus próprios membros, seria a manutenção da "segurança patrimonial e industrial" na região. Para garanti-la, consideravam conveniente a elaboração e o compartilhamento de informações sobre a situação das fábricas da região e de outros polos industriais paulistas, sobretudo quanto à organização e às atividades do movimento operário, dos sindicatos, ativistas e das organizações políticas que atuavam nesse âmbito.[65] Nos momentos de "calmaria", em meio a informes acerca de roubos e assaltos nas fábricas e arredores, contratação e dispensa de funcionários, fechamento de seções de fábricas, entre outros assuntos, circulavam também nas reuniões os materiais distribuídos por militantes e ativistas sindicais no interior ou nos portões das fábricas, que eram recolhidos pelos militares e anexados às "informações" como provas dos fatos relatados. Já nos períodos de ascenso operário, as discussões sobre a necessidade de conter as mobilizações ganhavam ainda mais espaço e riqueza de detalhes dentro do CECOSE.

Em um documento de 18 de abril de 1984, encontramos o relato feito por um representante da GM aos demais membros do Centro, sobre os principais acontecimentos da greve daquele ano na empresa, a primeira depois de "25 anos de existência" da companhia na cidade. Após descrever a dinâmica do movimento grevista e informar quem eram os principais líderes, quais as reivindicações e como haviam transcorrido as atividades da greve, o chefe de segurança da montadora apresentou uma série de detalhes a respeito do movimento na fábrica e do ambiente sindical do Vale do Paraíba. O OI da EEAer, que compareceu àquela reunião, registra na informação:

> Segundo o representante da GM, presente à reunião do CECOSE VP, pode-se observar que o comando de greve estava realmente com o controle quase total sobre os operários e pela rapidez com que se conseguiu a adesão o Sindicato está bem organizado. A atual diretoria desse Sindicato está totalmente infiltrada por membros da Juventude Socialista que, na realidade, está operando em quase todos os Sindicatos da região. Pode-se

65 Nos primeiros documentos da série, percebe-se que o CECOSE cumpria o papel de espaço para discussão da conjuntura regional. Chefes de segurança das empresas e representantes do aparelho repressivo estatal partilhavam informações sobre as demissões nas fábricas, relatavam assaltos ocorridos no interior das plantas, opinavam sobre a situação da prefeitura ou do governo do Estado, da polícia e de sua eficiência. *Cf.*, entre outras, a "Info. nº 045/SIS/EEAer/83", de 05 de agosto de 1983. Arquivo Nacional, Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/VAZ 026A-0200).

> observar, também, que não houve depredações, nem furto ou violência.[66]

A segunda reunião do CECOSE da qual participaram os membros da Seção de Informações da EEAer, um mês após o primeiro convite do chefe de segurança da Villares, se iniciou com elogios e agradecimentos ao trabalho desenvolvido pela polícia militar na ação repressiva que impediu os piquetes nos portões das fábricas.[67] A afinidade de interesses entre militares e representantes das empresas levou os próprios chefes de segurança a solicitarem a ampliação das atividades do CECOSE e um apoio ainda maior dos órgãos oficiais de informações, para que pudessem garantir a produção industrial e o combate àquele que consideravam como seu "inimigo" – o movimento operário em ascensão:

> g – Foi amplamente discutido pelos presentes, a necessidade do Centro Comunitário se organizar e ampliar cada vez mais suas atividades, inclusive poder contar com o amplo apoio dos Órgãos Oficiais de Informações, uma vez que *a organização do inimigo é um fato consumado, e se o mesmo não acontecer com o Centro Comunitário, em pouco tempo não haverá condições para se manter o controle e nem mesmo a disciplina nas empresas*
>
> h - Foi também discutido o *problema da possibilidade de invasão das empresas por ocasião de movimentos grevistas*, visto que, durante o último movimento, houve tentativa por parte de alguns grupos mais exaltados. *Isto vem comprovar a necessidade de cada empresa possuir um plano para sua defesa*.[68]

O combate ao "inimigo", portanto, começava no interior das próprias fábricas, que precisavam planejar "sua defesa". Conforme argumentamos anteriormente, muitos elementos contribuíam para criar um clima de perseguição aos ativistas dentro das empresas. Um deles era a *contratação de profissionais com formação militar para os cargos ligados à segurança patrimonial*. Paulo Moreira, ex-diretor de Recursos Humanos da GM de São José dos Campos, confirmou, em entrevista concedida aos pesquisadores da Comissão da Verdade dos Metalúrgicos da cidade, que era comum que a responsabilidade

66 "Info. nº 043/SIS/EEAer/84", de 18 de abril de 1984. fl. 3. Arquivo Nacional, Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/VAZ 026-0089).

67 "Info. nº 045/SIS/EEAer/83", de 05 de agosto de 1983. fl. 1.

68 *Ibid*., fls. 2-3. Grifo meu.

de chefiar as equipes de segurança de grandes empresas fosse colocada nas mãos de militares reformados. O treinamento militar era um antecedente que qualificava o profissional de segurança, aos olhos das empresas:

> E eu tinha o meu chefe de segurança, eu tinha o meu, que na grande maioria das empresas era um ex-militar. Os chefes de segurança patrimonial das empresas normalmente são recrutados entre ex-militares, pessoal que é reformado e tudo mais. O meu, eu tinha um capitão, que era um senhor antigo: Vilela. Ele se aposentou e depois foi o Araújo. O Araújo foi treinado no SNI, e até hoje, o segurança da fábrica de São Caetano também, foi treinado pelo SNI, no período deles de militar… eles têm uma formação muito forte, o militar, tem uma formação muito forte. Grande parte dos chefes de segurança das empresas são saídos da área militar, porque tem aquele grupo grande de guardas, aquela coisa, tem um treinamento pra ser dado, tudo, então, é bom que venha de lá. Eles são recrutados realmente dessa área, e eles todos, todo militar tem uma ligação muito forte com a caserna. É uma experiência muito intensa. Todo o treinamento, é muito, muito intenso, e eles se ligam fortemente à organização militar. Sentem aquilo.[69]

Quanto à colaboração entre os serviços de segurança das empresas e os órgãos de informações estatais, Paulo Moreira alegou ainda que não tinha conhecimento de quaisquer ordens da GM nesse sentido. Segundo o ex-diretor, era possível que tais práticas fossem uma iniciativa dos próprios profissionais de segurança, em decorrência de sua formação militar:

> Então, se o CECOSE foi eventualmente consultado por alguma organização militar pra pegar dados e coisa do tipo, assim, eu não sei. Sabe? Com o Araújo eu falei, com todo o meu grupo eu falei: nós não temos postura com isso aqui. Isso aqui [a ditadura] foi um episódio, teve começo, meio e fim. Isso aqui acabou, entendeu? Nós vamos cuidar da vida daqui pra frente. Eu não quero mais nada. Mas o CECOSE pode ser, e vários desses militares têm um cordão umbilical com o sistema, sabe?

69 Entrevista de Paulo Moreira. Concedida ao Grupo de Pesquisa da Comissão da Verdade dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (CVM/SJCR), em 29 de abril de 2014.

> Que é deles, isso, não escapa. [...] Então pode ter vazado desse lado. Pode ter havido consulta? Pode. Eu não sei. Se eu soubesse que o Araújo participou disso ou que o Capitão Vilela tivesse participado disso, eu teria demitido. Não é pra usar. Eu nunca soube. Eles, todo o meu pessoal foi alertado, de que não é pra [colaborarem e trocarem informações com os militares]... São episódios que acabaram.[70]

Teremos oportunidade de expor as razões pelas quais, ao contrário de Moreira, não temos convicção de que tenha chegado a termo a colaboração empresarial-estatal para monitorar e impor limites à atividade política operária. E temos ainda mais razões para duvidar que as empresas desconhecessem as atividades implementadas por seus funcionários para garantir a "segurança industrial". Se profissionais de origem militar eram recorrentemente contratados para compor os serviços de segurança das fábricas, é certo que sua "ligação muito forte com a caserna" configurava uma característica conhecida de antemão e considerada positiva pelos responsáveis pela sua contratação, de modo que se pode argumentar que antever as consequências dessa seleção também era parte do rol de responsabilidades da empresa; e, em todo caso, ainda que se aceite que a participação no CECOSE fosse iniciativa dos próprios chefes de segurança, eles o faziam em nome das companhias onde eram empregados, garantindo os interesses delas. De fato, há um paralelo evidente entre a responsabilização dos chefes de segurança, feita por diretores das empresas (seus superiores hierárquicos), por eventuais "excessos" cometidos no cumprimento de suas funções ou fora delas, e a responsabilização dos militares de baixo escalão que executavam o "trabalho sujo", por parte de oficiais que, convenientemente, alegam o mesmo tipo de desconhecimento.[71]

Outro aspecto que merece destaque na análise do CECOSE é o papel relativamente subordinado que os militares da ativa parecem ter cumprido, na formação e na direção cotidiana da entidade. Segundo o OI do CTA que

70 *Ibid*.

71 No que se refere aos militares e à "comunidade de segurança", Carlos Fico sustenta que não se pode confundir a "busca de autonomia" ou a "grande capacidade de realização autônoma de operações", de que gozavam os militares diretamente envolvidos com a repressão, com "uma eventual ausência de controle externo superior – pois o sistema, como já foi visto, foi criado e manteve-se gerido pelos escalões superiores do Poder Executivo –, nem tampouco com 'irresponsabilidade'. Ao contrário, todas as ações do sistema de segurança, aí incluídos os assassinatos políticos e as torturas, foram feitas por pessoas que tinham plena capacidade de entendimento do que estavam fazendo, *até porque foram cuidadosamente escolhidas, orientadas por rigorosos planejamentos, submetidas a treinamentos, etc*. Ou seja, não se pode falar, propriamente, de 'abusos' ou de 'excessos' (...)". FICO, C. *Op. cit*., pp. 139-140. O grifo é meu. Por sua vez, D'Araújo, Soares e Castro argumentam no mesmo sentido, a partir das seguintes indagações: "... se o comandante maior não autorizava e não permitia a violência e procurava controlar essa situação, como entender que ela continuasse sendo praticada? *Quem agia contra a vontade do chefe?* Outra possibilidade é pensar que de fato as coisas não se passavam bem assim, que esse controle foi mais formal e oficial do que efetivo. Voltamos então para a questão da responsabilidade e da obediência, e somos levados a *pensar na ação repressiva também como produto de múltiplas parcerias que escapavam a organogramas convencionais*. Não se pode esquecer, contudo, que, apesar dessa intrincada malha institucional, seria sempre possível, quer pela cadeia técnica, quer pela cadeia hierárquica, atribuir responsabilidades". D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). *Op. cit*., pp. 26-27. Os grifos também são meus.

elaborou a Info. nº 114/AI-CTA/85, de 02 de outubro de 1985, o Centro foi "criado pelas indústrias", e os representantes dos órgãos de informação frequentavam suas reuniões "como convidados". Por sua vez, a Info. nº 015/SIS/EEAer/85, de 05 de março de 1985, a única a mencionar algo sobre a estrutura organizativa do CECOSE, nos mostra que os chefes de segurança das empresas participantes estavam aptos a serem eleitos coordenadores do organismo, como ocorreu com o coronel Justino, da Villares, na reunião relatada. São alguns dos indícios de que as empresas, a partir de seus serviços de "segurança patrimonial", tomavam a dianteira no monitoramento do movimento operário e na aplicação de uma *repressão patronal*, isto é, formas de retaliação (perseguição, assédio moral, demissões e impedimento às contratações) das quais as empresas podiam se valer contra ativistas sindicais, grevistas ou trabalhadores que protagonizassem ou se envolvessem em algum tipo de contestação. Parece razoável supor, inclusive, que a preocupação em organizar a repressão ao movimento operário, em meados da década de 1980, partia mais do lado das indústrias do que dos próprios órgãos repressivos do Estado.[72]

Da parte da polícia militar, é possível que sua participação no CECOSE também atendesse a um interesse dos policiais em angariar mais fundos para a própria corporação, a partir do estabelecimento de relações mais próximas com as empresas, de modo a viabilizar eventuais *contribuições, materiais ou financeiras*.[73] Embora as informações da Aeronáutica não sejam conclusivas quanto a doações ocorridas no âmbito do Centro, o relato que o OI da EEAer nos oferece na Info. nº 097/SIS/EEAer/84, de 22 de novembro de 1984, comprova que esse tipo de contribuição chegou a ser ventilado nas reuniões. Através dessa informação, ficamos sabendo que o chefe de segurança da Caterpillar do Brasil, empresa sediada em Piracicaba (cidade que não integra a região do Vale do Paraíba), esteve presente em um dos encontros do CECOSE, aproveitando a oportunidade para apresentar as ações que a polícia militar estava desenvolvendo naquela cidade, na tentativa de arrecadar fundos para a ampliação da estrutura da corporação:

> O representante da Empresa relatou a campanha iniciada pela PM local junto à indústria e ao comércio, *com a finalidade de angariar fundos destinados à manutenção de viaturas e aquisição de combustível*. O fato mobilizou

72 A "Info. nº 045/SIS/EEAer/83", de 05 de agosto de 1983, fl. 1, expressa a gratidão dos representantes das empresas por conta da repressão policial contra a "malograda greve geral de 21 de julho de 1983", sentimento assim registrado pelo OI da EEAer: "… todos os presentes na Reunião elogiaram e agradeceram o trabalho desenvolvido pela Polícia Militar de São Paulo, principalmente no que se refere a ação repressiva que não permitiu a existência de 'piquetes' nos portões das fábricas".

73 O "Informe nº 18/83/SI/EEAer", de 14 de dezembro de 1983, que registra a reunião do CECOSE ocorrida nas dependências da GM em 7 de dezembro daquele ano, registra reclamações enfáticas do delegado que representava a Polícia Militar acerca de diversos assuntos, entre eles, a remuneração dos policiais: "Devido ao baixo salário pago pela Polícia do Estado de São Paulo, civil e militar, os policiais estão fazendo da polícia um 'bico'. Segundo eles, a polícia do Rio de Janeiro ganha o dobro. Com este pensamento, procuram permanecer o mínimo possível à disposição da Corporação e aproveitar o máximo de tempo em outros serviços".

> a opinião pública e órgãos dirigentes de empresas, que se sentem desprotegidos diante da atual situação do aparelho policial. *Doações até mesmo de viaturas foram feitas e recomendado, como artifício, o uso de arrecadação de percentuais de apólices de seguros efetuados pelas empresas*, com a finalidade de obter recursos para apoiar a PM e o Corpo de Bombeiros da região.[74]

Ao compartilhar esse relato com seus colegas do Vale, parece certo que o representante da Caterpillar estava sugerindo aos membros do Centro que as empresas locais também deveriam prestar auxílio material e financeiro à polícia militar de sua região, especialmente diante da onda de greves que sacudira o Vale mais uma vez, naquele ano.[75] A partir das informações produzidas pela EEAer e pelo CTA, não é possível saber se o CECOSE acatou a sugestão. Mas nenhuma manifestação em contrário foi registrada, naturalmente.

Da documentação sobre o Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba, podemos extrair ainda outros indícios, e mesmo exemplos, da iniciativa das empresas em tomar medidas para monitorar e conter as atividades políticas ou sindicais de seus trabalhadores. Entre as indústrias que compunham o Centro, sabemos que ao menos a Volkswagen e a Villares realizavam seus próprios *operativos de inteligência*, ou seja, levantavam informações sobre o movimento operário, não apenas no interior de suas próprias instalações, mas fora delas e em diferentes regiões do estado de São Paulo. Essas informações eram sistematizadas pelas equipes de segurança dessas empresas em "Relatórios Informativos" (Villares) ou "Lembretes" (Volkswagen), que eram apresentados aos militares e demais chefes de segurança, diretamente ou através do CECOSE.

O relatório difundido no Centro pela Volkswagen em julho de 1983[76] analisa principalmente as ações do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Até mesmo atividades culturais promovidas pela entidade eram monitoradas, como a exibição do filme *Reds* (citado no documento como "Os 10 Dias que Abalaram o Mundo"), baseado na trajetória de John Reed e que acompanha alguns dos principais episódios da Revolução Russa. A Volkswagen também vigiava os militantes de organizações operárias, clan-

74 "Info. nº 097/SIS/EEAer/84", de 22 de novembro de 1984. fl. 3. Arquivo Nacional, Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/VAZ 026-0088).

75 O "Informe nº 22/84/EEAer", de 21 de março de 1984, relata a reunião do Centro ocorrida no dia 14 daquele mês e registra intervenção do representante da Polícia Militar, alegando que, em São José dos Campos, era impossível "atender aos chamados, devido à *falta de combustível e ao péssimo estado em que se encontram suas viaturas e, ainda, à falta de apoio do Governo do Estado*". fl. 2. Grifos meus. Desde o ano anterior, o governo paulista era conduzido por André Franco Montoro (PMDB), que pretendia conter a violência policial ilegal através de medidas que suscitaram reações no seio da corporação, como a nomeação de secretários comprometidos com a questão dos Direitos Humanos. Discuti brevemente os limites e as ambiguidades desta política em MARTINS, R. O. "Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República". *Continentes.* Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia – UFRRJ. nº 16, vol. 1, pp. 156-183, 2020.

76 "Lembretes". Anexo da "Info. nº 042/SIS/EEAer/83", fls. 3-10.

destinas ou legalizadas, como o PT, o PC do B e a CUT, além de acompanhar os preparativos para o "IV Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema", que se realizaria naquele ano. O documento produzido pela montadora menciona panfletagens relacionadas ao evento, a composição da comissão organizadora, quais os critérios para a eleição de delegados, os principais temas das discussões congressuais, e registra até mesmo dados sobre o automóvel que era guiado por um dos organizadores do Congresso. O 10º Encontro Estadual dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de SP, realizado na colônia de férias do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, também havia sido monitorado: o relatório da Volkswagen informava a quantidade de delegados presentes, as principais discussões da pauta e as propostas aprovadas.[77]

A Villares, por sua vez, produziu um "Relatório Informativo de Segurança Patrimonial"[78], no qual descrevia em detalhes as ações de greve dos metalúrgicos do Vale do Paraíba entre abril e maio de 1984. Nenhuma informação sobre o CECOSE registra que esse relatório tenha sido compartilhado nas reuniões do Centro, embora seja certo que ele foi recebido e difundido pela Aeronáutica, encontrando-se no acervo do CISA, anexo à Informação nº 067/84, produzida pelo CTA em junho daquele ano. O mais provável, em todo caso, é que o relatório tenha mesmo circulado no âmbito do CECOSE, tendo em vista o precedente aberto pelos "Lembretes" da Volkswagen, e a própria natureza e os propósitos do organismo. Constam, no documento elaborado pela Villares, informações sobre as atividades operárias em diversas fábricas e cidades, o que demonstra a complexidade da rede de inteligência a serviço das empresas:

> [Em 3 de abril de 1984] as firmas National, Ericsson, Bundy, Elevadores Cone [sic - Kone] e, GM, dão início a uma greve denominada operação "Tartaruga". No final da tarde aderiram Volks e Ford. Devido à crescente onda de paralisação de várias firmas, a Villares tomou medidas preventivas quanto à Segurança Patrimonial, escalonando nos postos críticos um reforço de guarda, permanecendo 24 horas armada, e dispositivo pronto para qualquer emergência.
>
> Vários contatos foram feitos com a Polícia Militar e 2º Batalhão de Engenharia, ambos sediados em Pinda[-monhangaba].

77 Para um tratamento detalhado da atuação repressiva da Volkswagen do Brasil, *Cf.* SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. *Op cit*.

78 "Relatório Informativo de Segurança Patrimonial". Anexo da Info. nº 067/84-AI/CTA, de 19 de junho de 1984. Arquivo Nacional, Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/VAZ 049-0117). fls. 2-35. O relatório traz a assinatura de Hélio Justino Ferreira, então responsável pela "Segurança Patrimonial" da Villares.

> A Ford, após comunicação desta Segurança, informou que a situação geral evoluía para mais grave – Os funcionários do turno das 13:00 às 17:00 Hs permaneceram parados e os das 17:00 resolveram abandonar o serviço às 20:00 Hs do mesmo dia.
>
> A Volks ainda permanecia na situação anterior, isto é, – trabalhando dentro das imposições do Sindicato, "Operação Tartaruga".
>
> A National continuava em greve: operação tartaruga.
>
> GM – À noite do dia 3 para o dia 4, foram completamente bloqueados todos os portões bem como o prédio da Administração foi sitiado pelos funcionários grevistas daquela firma.
>
> Permaneceram e pernoitaram na GM todos os funcionários mensalistas, Diretores e Gerentes que haviam entrado para trabalho normal.
>
> Os mensalistas, que conseguiram entrar, não saíram, nem tão pouco [sic] os que queriam entrar o conseguiram. Várias reuniões foram feitas à noite do dia 3 para 4, com o objetivo de encontrar uma solução adequada entre empregador e empregado, nada foi resolvido até o dia 4, pois não chegaram a um acordo.[79]

O documento traz, em anexo, materiais do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos sobre a campanha salarial daquele ano, e apresenta uma conclusão com comentários sobre diversos assuntos, entre eles, a relação entre o sindicato metalúrgico de Taubaté (de cuja base, até 1987, faziam parte os trabalhadores do setor em Pindamonhangaba) e os funcionários da empresa, considerada frágil pelos autores do relatório. A "Segurança Patrimonial" avaliava também seu próprio nível de preparação para a repressão dos movimentos grevistas na Villares, e manifestava expressamente sua intenção de impedir, através de diversos expedientes, a realização de greves naquela fábrica:

> – Para a Segurança Patrimonial, notamos que *somos carentes de meios adequados para reprimir uma greve*.
>
> – Nestas condições foram anotados os seguintes pontos vulneráveis:
>
> a – Portaria Principal provissória [sic] atual sem a mínima [sic] condições de segurança, por falta de portões bem como a Portaria de Material.

79 *Ibid*., fls. 3-4.

b – Falta de um veículo próprio para guarda capaz de prestar serviços de emergência.

c – Falta telefone com linha privativa, pois a atual foi praticamente censurada ou usada pela Sub-Estação, colocando em risco as informações recebidas e expedidas.

d – Carência de iluminação junto à PP [Portaria Principal], cerca e estacionamento de visitantes,

e – *Deficiência do efetivo [de] guarda [da] Villares*.

f – *Ineficiência [da] guarda contratada*

g – Falta de um sistema de comunicação interno, rádios (já solicitado há mais de 5 anos).

h – *Os sindicalistas deverão ser recebidos na Portaria Principal e feita uma triagem*.

i – As reuniões sindicais deverão ser realizadas, se possível, na Portaria Principal.

j – Veículos dos sindicalistas não deverão adentrar a área interna. Serão conduzidos, se necessário, com veículos da Usina e devidamente acompanhados pelo coordenador de Segurança ou líder.

k – *Criação de uma comissão (contra greve etc)* constituída de funcionários da Villares, de nível 7 para cima, sendo no mínimo dois de cada área, a qual tem como objetivo reunir mensalmente com os Gerentes trazendo sugestões, reclamações ou ponderações, tanto na área produtiva ou administrativa.

Esta comissão terá em princípio o objetivo de conscientizar [sic] os demais funcionários, a *trabalharem sem recorrer a greve* ou outro meio qualquer.[80]

Em alguns casos, as informações trocadas no âmbito do CECOSE eram mais específicas, mencionando os nomes dos ativistas que interessava vigiar ou reprimir. Na documentação produzida pela Aeronáutica sobre o Centro, o exemplo mais claro é o do operário Paulo Veneziani Pasin, que na época era militante da CS, corrente interna do PT que, como vimos, ganhava cada vez mais espaço entre os metalúrgicos de São José dos Campos no início da década de 1980 – e que, portanto, atraía muita atenção do CECOSE. Paulo foi dispensado pela Kodak por ser considerado "agitador" e "ativista" durante as greves de 1984. Por um provável descuido na verificação de seus "antecedentes", no início de 1985, conseguiu ser admitido pela Fi-El, empresa que também fazia parte do CECOSE. Na reunião seguinte do Centro, em 5 de março de 1985, o representante da Kodak informou que o "Funcionário dispensado da Kodak (Paulo Veneziani Pazin [sic]) *ativista* – foi contratado

80 *Ibid*., fls. 34-35. Grifos meus.

pela Fi-El".[81] Na sequência, Pasin foi demitido de seu novo emprego. Sua permanência na empresa durou exatos 45 dias, sendo aquele o último emprego fabril que obteve na região.

Esse exemplo demonstra como, na prática, as trocas de informações e nomes de ativistas dentro do CECOSE, contribuíam para conformar as "*listas negras*" (ou "*listas sujas*"[82]), uma das principais formas de *punir continuamente* os trabalhadores que se envolviam em greves ou atividades sindicais e políticas. Após serem demitidos, esses ativistas não obtinham emprego em nenhuma outra fábrica da região, ou, quando conseguiam se empregar, eram demitidos sem explicações após curtos períodos. Em muitos casos, essa dificuldade para ser contratado ou efetivado se prolongava por anos, expondo os trabalhadores desempregados a situações de extrema vulnerabilidade social.

As razões políticas dessa perseguição se tornam mais nítidas se levarmos em conta que, no Vale do Paraíba, durante os primeiros anos década de 1980, diversas empresas contratavam massivamente – muito embora as demissões em massa também fossem comuns, isso se devia mais às estratégias empresariais de redução de custos através da rotatividade da força de trabalho do que a uma necessidade de "enxugamento" dos quadros funcionais. Assim, conforme os empregos lhes eram sistematicamente negados, os trabalhadores que haviam sido demitidos em processos de luta se davam conta de que existiam mecanismos de controle (as tais "listas")[83], que registravam e tornavam acessíveis a um grande número de empresas os nomes daqueles que, por terem tomado parte nas atividades do movimento operário em algum momento de suas vidas, não deveriam ser contratados, sob nenhuma hipótese. Em depoimento prestado à Comissão da Verdade da Câmara dos Vereadores de São José dos Campos "Michal Gartenkraut", no dia 26 de março de 2014, Luiz Carlos Prates, o "Mancha", ex-presidente do SMSJCR, relembrou ainda que os trabalhadores perseguidos passavam por constrangimentos entre os

81 "Info. nº 015/SIS/EEAer/85", de 05 de março de 1985. fl. 1. O grifo consta no documento.

82 Ao longo desta obra, conservamos o termo usual, "lista negra", sempre acompanhado das aspas, tal como aparece em muitas das fontes que utilizamos. Mas, aqui, registramos a sugestão de nomenclatura fornecida pelo militante sindical e político Luiz Carlos Prates, o "Mancha", ex-presidente do SMSJCR, negro e recentemente anistiado. Prates alerta para o caráter racista que pode ser percebido em usos pejorativos do adjetivo "negro", razão suficiente para que questionemos sua utilização para designar um procedimento de perseguição aos trabalhadores.

83 É importante esclarecer desde já que as "listas negras" ou "listas sujas" eram o resultado de diversos mecanismos de controle, e não exatamente (ou não necessariamente) documentos impressos contendo a relação dos nomes daqueles que não deveriam ser admitidos. Para garantir que um ativista fosse demitido (ou não fosse contratado), bastava que seu nome fosse mencionado em uma reunião do CECOSE, por exemplo. Ora, não fosse a presença dos oficiais de informações da Aeronáutica nas reuniões, essa ação não teria produzido nenhum registro escrito, embora a informação alcançasse simultaneamente mais de vinte empresas. Para além do CECOSE, as interações diretas entre os serviços de segurança empresarial, ou entre os departamentos de recursos humanos das indústrias, configuravam, provavelmente, o meio mais rápido para fazer a "verificação de antecedentes" dos candidatos a um emprego. Nesses casos, resulta ainda mais evidente que não teríamos uma "lista" propriamente dita, posto que essa comunicação poderia ser verbal, e a verificação, individual, caso a caso. Nem por isso tal prática deixaria de configurar um mecanismo de controle político das admissões. É o conjunto desses mecanismos que tratamos por "listas sujas".

próprios familiares e colegas por não conseguirem comprovar a existência dessas listas.[84]

O procedimento que materializava as "listas sujas", portanto, era a *verificação de antecedentes* para a contratação de trabalhadores, junto aos empregadores anteriores e/ou aos departamentos de polícia e organismos de informações.[85] Por certo, tal expediente, em si, não consistia novidade alguma, mas, ao longo da última ditadura, a incorporação de critérios políticos e ideológicos na avaliação dos candidatos a um posto de trabalho se tornou mais explícita e recorrente. Esse tipo de verificação podia se dar de diversas maneiras, fosse através de consultas aos departamentos de recursos humanos (RH) das empresas onde o candidato havia trabalhado anteriormente, fosse exigindo o chamado "atestado ideológico" (emitido pelos DOPS) na hora da seleção. A institucionalização da prática da verificação de antecedentes, evidentemente, se articulava com a lógica da suspeição, com a vigilância permanente e com o acúmulo de registros (frequentemente duvidosos) de informações sobre ativistas e opositores políticos, muitas vezes gerando um prolongamento dos efeitos de episódios repressivos prévios. Exemplo da dimensão consciente dessa articulação/prolongamento nos é dado por Carlos Fico, quando menciona a "Operação Grande Rio", conduzida em 1976 no âmbito do CODI-DOI do I Exército. Segundo a documentação produzida pelo Exército e recuperada pelo historiador, o principal objetivo daquela operação seria, justamente, o de "desmoralizar personalidades tidas como comunistas" e "intimidar ou desencorajar a livre manifestação subversiva, especialmente por meio de prisões de subversivos [...] *cadastrando-os* [...] *para comprometer suas atividades profissionais atuais e futuras*".[86]

Mesmo a carteira de trabalho de um ativista demitido após uma greve jogava contra suas próximas tentativas de conseguir um emprego. Nesses casos, a própria data da demissão funcionava como um estigma, facilmente identificado pelos profissionais de RH das empresas, como informa a entrevista de Paulo Moreira:

> Agora, uma *carteira de trabalho onde foi dado baixa em março de 85*, a pessoa apresentava, era a primeira coisa que você levava pra seleção antigamente, agora tem muito currículo, mas, levava a carteira de trabalho e

84 APMSJC. *Anais da Câmara Municipal de São José dos Campos. Comissão da Verdade Michal Gartenkraut. Sétima Audiência Pública – Parte I. "A Luta pela Anistia dos Trabalhadores Demitidos por Motivo de Greves na Ditadura Militar".* Depoimento de Luís Carlos Prates. 26 de março de 2014. Anexo I, Apostila XIII, fl. 29.

85 Em reunião do CECOSE ocorrida em setembro de 1985, o chefe de segurança da GM comentaria que a "admissão massiva" de funcionários na fábrica (seguramente, uma consequência da também massiva demissão que sucedeu a greve de abril daquele ano) envolvia um "processo de seleção bastante moroso. *A falta de dados e registros dos candidatos quase tornou impossível detectar a tempo os indivíduos com ficha suja e que deveriam ser impedidos de ser empregados na firma*". "Informe nº 46/85 – EEAer". fl. 3. Arquivo Nacional, Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/VAZ 049-0107).

86 FICO, Carlos. *Op. cit.*, p. 133.

> a pessoa [do "Departamento Pessoal"/RH]: "ah, sei, sei". Agora, ninguém diz nada, mas *você nunca é chamado*. Sabe? Até porque, numa seleção que alguém disser isso […] ela provavelmente pode ser processada. Mas não diz. […] Na prática essas pessoas foram prejudicadas, porque, tendo o nome delas envolvido, era difícil que elas conseguissem emprego em São José. Porque ninguém ia pegar um cara daquele. […] Então, *eles ficaram marcados. Sabe? […] porque você pega a carteira de trabalho. Quando é que foi demitido? Da GM, em março de 85. Pessoal falava: tá bom, ok. Aí você sai pela porta e a pessoa* [imita o som de papel sendo rasgado]. *Isso acontecia, sabe? Jogava no lixo. Todo mundo fazia isso.* E eu não posso culpar as empresas. Eu tenho mais dez pessoas [disputando uma vaga de trabalho], por quê que eu vou pegar, justamente, esse? Eu vou dar oportunidade justo pra esse? Não, não. *Nenhuma empresa pegava* […] *porque ninguém queria arriscar. Pra quê? Do jeito que é, podia ser uma pessoa qualificada, mas tem outros. Por quê você vai se arriscar?*[87] (grifos nossos)

A referência à greve de abril e maio de 1985 na GM talvez seja, de fato, a melhor que Paulo Moreira poderia ter escolhido para ilustrar a "verificação de antecedentes" a partir das carteiras de trabalho, embora, em sua entrevista, quase trinta anos depois, o ex-diretor de RH se tenha confundido quanto ao mês do episódio. Especialmente durante o restante da década de 1980, era quase impossível que aquele movimento grevista, em específico, não fosse do conhecimento dos profissionais de recursos humanos das empresas do Vale do Paraíba, não apenas por ter se tratado de um dos mais longos e turbulentos conflitos trabalhistas da história da região, com ampla cobertura midiática, mas também porque a repressão aos grevistas da GM fora exemplar, culminando no enquadramento de 31 deles (além de dois dirigentes sindicais) em um processo criminal. A luta na GM, bem como as maneiras através das quais os trabalhadores buscaram burlar esse sistema de impedimentos às suas contratações, serão assuntos do capítulo seguinte deste volume. Mas convém adiantar que o CECOSE foi um dos espaços em que a montadora celebrou o que considerou uma vitória sobre os trabalhadores. O Informe nº 40/85

87 Entrevista de Paulo Moreira (CVM/SJCR, 29 de abril de 2014). Grifos meus. Ainda de acordo com Moreira, na General Motors de São José dos Campos, as dispensas de ativistas, sempre que possível, eram classificadas como demissões por "justa causa", pois isso garantia que o trabalhador não pudesse ser readmitido pela fábrica: "A companhia pode ou não readmitir funcionário. Teve gente que entrou e saiu duas ou três vezes da companhia. Sem problema nenhum. O que não pode entrar é se a pessoa é demitida por justa causa. Essa, o retorno dele pra companhia tinha que ser explicado. Caso contrário, não vinha mesmo. E na verdade o pessoal da comissão [de admissão] nem pedia uma explicação. Ficava lá no escritório da seleção. Então, se é justa causa, não volta pra companhia […] Nós temos, do meu tempo de gestão, teve [apenas] dois casos de justa causa que voltaram".

da EEAer registra que, em 12 de junho de 1985, houve mais uma reunião do Centro, realizada nas dependências da Ford em Taubaté, ocasião em que o representante da GM expôs o seguinte:

> A firma considera que saiu-se [sic] vitoriosa nas recentes greves ocorridas. A tática usada foi a contrainformação. Através da imprensa a população tomava conhecimento dos atos de vandalismo e terrorismo dos ativistas e com isso a opinião pública ficou do lado da Empresa.
>
> Foram demitidos 404 operários considerados os líderes do movimento.
>
> […]
>
> A firma teve bastante apoio do SNI, Polícia Federal e Polícia Estadual, enquanto durou a greve.[88]

A greve de 1985 na GM antecede em alguns meses e talvez esteja diretamente relacionada ao fim da produção de documentos sobre o CECOSE pelos oficiais de informações da Aeronáutica, ou mesmo à interrupção das atividades do Centro. Na reunião de 7 de agosto daquele ano, ocorrida nas dependências da Villares em Pindamonhangaba, o representante da GM levou ao conhecimento dos demais participantes da entidade casos de "vazamento de dados relativos a assuntos tratados nas reuniões do Grupo CECOSE", e inclusive de nomes dos integrantes do Centro:

> Foi feita referência sobre uma famosa "Lista Negra" das "Indústrias" e que elementos do Grupo CECOSE estariam sendo os responsáveis pela sua elaboração, fato já publicamente explorado pelo jornal "Valeparaibano" e que a revista "ISTO É" novamente trouxe à tona.[89]

Em setembro, o vereador joseense Luiz Paulo Costa (PMDB) levaria, à Câmara Municipal, denúncias sobre o caráter político das demissões ocorridas após as greves na cidade, fato registrado pela imprensa local – e pelos

88 "Informe nº 40/85-SI/EEAer". fls.2-3. Arquivo Nacional, Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/VAZ 049-0108).

89 "Info. nº 46/85/EEAer", de 19 de agosto de 1985. fl. 3. Arquivo Nacional, Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/VAZ 049-0107).

oficiais de informações da Aeronáutica, através do Informe nº 114/85/AI-CTA, onde lemos:

> Após a realização de greves em diferentes indústrias são relacionados, pelas firmas, os ativistas que se destacaram durante a greve. As relações são passadas de uma para outra indústria e cabe a decisão à empresa que recebeu, admitir ou não o ativista relacionado. A prática descrita acaba deixando desempregados os ativistas e militantes.[90]

A reportagem do *Valeparaibano* sobre as denúncias de Luiz Paulo Costa consta como anexo do Informe produzido pelo CTA. Nela, embora não exista menção ao CECOSE, são levantadas as questões da existência das "listas negras" e do papel dos funcionários de "relações industriais" das empresas em sua elaboração. Todo o procedimento persecutório é descrito como fruto da "discriminação e do revanchismo posterior a movimentos grevistas":

> Consta, inclusive, que o [diretor de] relações-industriais da GM anda visitando outras empresas da região para exibir um documentário cinematográfico sobre os acontecimentos de abril e maio passado. E em seguida à exibição faz a entrega de uma "lista negra" dos trabalhadores demitidos.
>
> Na opinião de Luiz Paulo, esta situação precisa ser meticulosamente investigada e, comprovada, punida na forma da lei, já que, no seu entender, se a GM está empenhada na punição dos trabalhadores que se excederam na última manifestação grevista, ela também não pode deixar de ser rigorosamente punida se estiver agindo como consta ocorrer.
>
> Para o vereador peemedebista, embora apenas 33 trabalhadores tenham sido indiciados pela Justiça, todos os demais demitidos da empresa estão sendo atingidos pela discriminação odiosa, figurando na "lista negra" que a empresa difunde.[91]

90 "Informe nº 114/85/AI-CTA", de 27 de setembro de 1985. fl. 1. Arquivo Nacional, Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/VAZ 128A-0121).

91 *Valeparaibano*, 24/09/1985, p. 3.

Embora as denúncias não tenham acarretado quaisquer consequências para a GM ou para as demais empresas participantes do CECOSE, a publicização indesejada das atividades do grupo pode ter indicado a seus membros a necessidade de paralisá-lo temporariamente, ou reformulá-lo para garantir maior sigilo, o que explicaria a ausência de informações sobre atividades posteriores do CECOSE nos arquivos do CISA. Mas tratam-se de especulações. Fosse como fosse, é certo que, no início da década de 1990, a entidade seguia se reunindo, como atestam documentos produzidos à época pela polícia civil, hoje disponíveis para consulta no APESP. Essa documentação, oriunda do Departamento de Comunicação Social (ao que tudo indica, o sucessor do DEOPS/SP, extinto em 1983), cobre reuniões do Centro ocorridas entre 1990 e 1991, cujo conteúdo analisaremos no quinto capítulo deste trabalho. Sua existência confirma a longevidade do organismo repressivo empresarial-estatal fundado no Vale do Paraíba para lidar com o chamado "novo sindicalismo", e indica que, mesmo após a promulgação da Constituição Cidadã, o *ethos* autoritário e a lógica da suspeição no tratamento ao movimento operário persistiam.

2.5 REPRESSÃO E "TRANSIÇÃO"

Neste capítulo, buscamos demonstrar que o contexto da "abertura política" não inviabilizou a condução de atividades repressivas, especialmente contra o operariado mobilizado, envolvendo agentes estatais e funcionários de empresas privadas, empenhados na vigilância e na retaliação contra os trabalhadores que desenvolviam algum tipo de ativismo. Levando em conta o caso do Vale do Paraíba, podemos inclusive sustentar que a colaboração entre empresas e organismos estatais para a repressão foi uma das características mais marcantes de um processo através do qual se buscou impor limites à organização do operariado e à expressão de suas reivindicações.

Conforme vimos, muitos estudiosos tenderam a apontar, implícita ou explicitamente, que houve um recuo da atividade repressiva, ou mesmo a "suspensão da repressão estatal"[92], a partir de meados da década de 1970, em comparação ao período imediatamente posterior ao golpe, ou à fase inaugurada com o AI-5 em 1968, considerada quase que unanimemente como o "auge repressivo" da ditadura. Essa avaliação decorre de uma compreensão restrita do que caracteriza a atividade repressiva. Se, de fato, as formas mais extremadas da repressão – como as prisões arbitrárias, a tortura e os assassinatos políticos – predominaram naqueles momentos, pudemos verificar que proliferaram, durante a "transição democrática", outras atividades, patronais e estatais, de natureza repressiva, como os monitoramentos, o assédio moral, as demissões políticas e os impedimentos à contratação de ativistas, "medidas

92 OLIVEIRA, Sérgio Murilo Ferreira de. *Op. cit.*, p. 36.

menos repressivas dentro da visão da sociedade, mas muito mais repressivas do ponto de vista da relação do trabalho e do capital".[93]

O caso da região de São José dos Campos nos indica ainda que, embora os militares, e em especial os membros da "comunidade de informações", tenham se empenhado nessas atividades, houve um grau significativo de protagonismo dos setores de "segurança" de grandes empresas na repressão ao movimento operário durante a década de 1980. Evidentemente, não se trata de isentar os organismos estatais de sua responsabilidade. As forças policiais, sempre que convocadas, buscaram atender aos chamados patronais, e não raro se fez uso da violência física e de outras medidas arbitrárias contra os grevistas. As agências estatais de informações, por sua vez, monitoraram continuamente as mobilizações operárias e populares dos anos 1980, não apenas visando colaborar com a retaliação patronal, mas, antes e principalmente, para garantir os interesses de "estabilidade", comuns aos governos de Figueiredo e Sarney, assim como aos governos estaduais. O general Ivan de Souza Mendes, que chefiou o SNI sob Sarney, confirmava as preocupações da agência em relação às greves "políticas" durante a transição:

> A gente sabia, mais ou menos, através dos participantes e do histórico das motivações da greve, quando ela transcendia a defesa do legítimo interesse dos trabalhadores e passava a atender a outros interesses. Aí estava caracterizada a ameaça, e isso não é difícil de verificar. *É preciso apenas haver acompanhamento*. A gente tomava conhecimento de todas as greves e verificava quais as que tinham curso normal e quais as que mereciam maior preocupação. O governo Sarney foi eminentemente um governo de transição. E a dificuldade sempre foi essa. Não podíamos coibir, porque essa não era a missão do SNI. Só agíamos para obter informação.[94]

Ainda segundo Mendes, os relatórios do SNI sobre as greves "eram encaminhados àqueles diretamente interessados em utilizar a informação"[95]; ora, conquanto o general garanta que tudo que o SNI produzia visava informar apenas uma pessoa, o Presidente da República, sabemos que o intercâmbio de informações entre diversas agências faz parte da própria natureza das atividades de inteligência. Ademais, a existência de organismos como o

93 *Ibid*.

94 Entrevista de Ivan de Souza Mendes, concedida a M. C. D'Araújo, G. A. D. Soares e C. Castro, em outubro e novembro de 1992. *In*: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. (Orgs.) *A Volta aos Quartéis*: A memória militar sobre a Abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 157. O grifo é meu.

95 *Ibid*., p. 158.

CECOSE indica que as informações produzidas por órgãos estatais sobre as greves podem muito bem ter sido compartilhadas bastante além da esfera da "comunidade de informações".

Sobre o organismo de colaboração desenvolvido no Vale do Paraíba, convém frisar que, apesar de ser a contenção do movimento operário um de seus objetivos mais nítidos, o CECOSE não era uma entidade voltada exclusivamente ou especificamente para a repressão política. Não se pode afirmar sem exageros que a concepção de "segurança industrial" que animava o Centro decorresse diretamente da Doutrina de Segurança Nacional elaborada pelos militares nas décadas anteriores. Havia diferenças significativas. Em plena década de 1980, a retórica do "combate à subversão" certamente soaria algo exagerada nas reuniões do grupo; o termo "subversão", aliás, sequer aparece nos documentos produzidos pela Aeronáutica a partir das reuniões do Centro. Ainda assim, parece certo que a presença militar e sua desconfiança em relação à "abertura" se faziam notar no âmbito da entidade. Isso, certamente, ajudaria a explicar porque os participantes do CECOSE não tinham problemas em se referir ao operariado organizado como "inimigo" e às suas táticas de luta como "terrorismo". Aqui e acolá, apareciam ainda os ecos da "guerra revolucionária" e das demais teorias que buscavam justificar a repressão.

Concordamos com Antonio Luigi Negro, para quem as variações de regime político pouco alteraram o trato empresarial-estatal ao movimento operário:

> […] as empresas tomavam atitudes vingativas com base na inteligência fornecida pela polícia, cujo livre acesso aos trabalhadores e às fábricas era fornecido por elas mesmas. […] Silenciosamente, na ditadura militar ou na democracia, as firmas foram municiadas com nomes e informes pela polícia, depois do quê contra-atacavam. Em contrapartida, os chefes e a gerência teriam de considerar, em seu cálculo, a possibilidade do transbordamento da rebeldia operária.[96]

A "rebeldia operária", de fato, transbordou por diversas vezes entre o final dos anos 1970 e a década de 1980. Reconhecer o acirramento de certas modalidades e atividades da repressão ajuda a iluminar a importância daquela disputa, que, no limite, dizia respeito às formas legítimas de intervenção e de resolução dos conflitos entre capital e trabalho. Travava-se uma batalha decisiva, e os resultados daquela luta para os trabalhadores foram determinados por diversos fatores, dentre os quais merecem destaque suas próprias formas organizativas, as táticas que utilizaram e suas escolhas políticas, mas

96 NEGRO, A. L. *Op cit.*, p. 108.

também as instituições jurídicas em vigor, a "opinião pública" e as diversas resistências que se lhes opuseram da parte de outros grupos e classes. O desenlace de cada episódio de enfrentamento, evidentemente, ajudava a estabelecer o patamar do qual partiriam os próximos embates, e a sucessão dos conflitos não raro resultou, já na década de 1980, em situações contraditórias, nas quais conquistas importantes se mostravam frágeis, ao passo que ataques aparentemente sutis impunham derrotas estratégicas. Muitos e diversos foram os saldos extraídos dessas experiências pelos trabalhadores que as vivenciaram, e teremos oportunidade de tratar de alguns deles nos capítulos seguintes. Também voltaremos a discutir atividades posteriores do CECOSE, datando dos primeiros anos da década de 1990, identificadas a partir de outras fontes documentais.

Por fim, resta dizer que a redução da dimensão mais ostensiva da repressão pode estar relacionada com a conquista e a manutenção de determinadas posições, antes em disputa, pelas forças que pretendiam desarticular o movimento operário dentro das fábricas, que chegaram a novos extremos repressivos quando julgaram necessário – aqui, basta mencionar os assassinatos dos operários Walmir, Barroso e Wilian em 1988, durante a invasão do Exército à CSN, em Volta Redonda (RJ), episódio que também discutiremos mais detidamente em outro momento desta obra. Mas devemos levar em conta, ainda, o câmbio estratégico e o abandono de um repertório tático pelas principais organizações operárias diante desse cenário, entre o fim dos anos 1980 e início dos 1990, quando finalmente se estabilizaram os limites impostos à manifestação das demandas operárias que, como veremos no capítulo seguinte deste trabalho, estiveram em franca disputa no contexto de meados da década de 1980.

CAPÍTULO III

AS OCUPAÇÕES DE FÁBRICA NA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E AS FORMAS DA REAÇÃO EMPRESARIAL-ESTATAL (1984-1987)

Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

– "Pra não dizer que não falei das flores", Geraldo Vandré

A eleição para uma nova gestão do SMSJCR em abril de 1984 consolidou uma ruptura entre os setores petistas e peemedebistas do movimento sindical metalúrgico da região de São José dos Campos. Conforme vimos no primeiro capítulo deste volume, uma série de fatores influíram sobre essa divisão. De acordo com a interpretação sustentada pela ala petista do movimento, a crescente aproximação entre a gestão de Ary Russo e o governo municipal joseense, então, também nas mãos do PMDB, causara uma acomodação da direção sindical, que a partir de 1983, teria tomado ações "cupulistas" e antidemocráticas, tais como a assinatura de acordos contrários aos interesses do conjunto dos metalúrgicos, sem consulta à base da categoria.[1] O clima de ruptura se instaurara definitivamente após a demissão de Moacyr Pinto da Silva, assessor do sindicato e militante petista, que se tornaria um dos impulsionadores de uma chapa de unidade entre as correntes do partido atuantes na categoria, como alternativa à reeleição de Russo.[2] Uma das questões de fundo da separação, também discutida anteriormente neste trabalho, era a da continuidade das políticas "assistencialistas" desenvolvidas pelo sindicato, à qual os petistas eram contrários.

José Luiz Gonçalves, vice-presidente durante a gestão Russo, encabeçaria a chapa petista naquelas eleições, dessa vez, contando também com a parti-

1 "Pela Construção da Chapa de Oposição Sindical Metalúrgica de São José dos Campos". Agosto de 1983. Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPDV-SP). Pasta Trabalhadores Metalúrgicos de SP, São José dos Campos. O acervo do CPDV-SP se encontra, atualmente, sob a guarda do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp).

2 GUERRA, Caio César da Silva. *"Mais vale um ano de leão que cem anos de cordeiro"*: Trajetórias dos metalúrgicos de São José dos Campos. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015. pp. 114-8.

cipação dos militantes da Convergência Socialista, que haviam sido excluídos da formação da lista que vencera a disputa pelo SMSJCR em 1981. Durante a campanha de 1984, uma série de episódios de agressões verbais e físicas entre apoiadores das chapas de situação e de oposição, relatados pela imprensa, indicavam a que ponto haviam chegado as tensões entre as alas do "novo sindicalismo" local. Na eleição, ocorrida ainda em fevereiro, a chapa petista sagrou-se vencedora, com mais de 4.600 votos, em um total de 8.175.[3] Antes mesmo da posse da nova gestão, em abril daquele ano, teria início um ciclo de greves com ocupações de fábrica que marcariam época, consolidando o perfil "radical" do sindicalismo metalúrgico joseense e atiçando a sanha repressiva de patrões e governantes.

No presente capítulo, discutiremos as características do sindicalismo praticado pela gestão petista do SMSJCR em seu primeiro mandato (1984-1987), apresentando as ações de luta que implementou, bem como seus tensionamentos internos. Trataremos também das ocupações de fábrica, que se tornaram comuns no Vale do Paraíba em meados da década de 1980, com especial atenção para o caso da GM, em abril de 1985, ocasião em que a retaliação patronal e a repressão judicial contra alguns dos trabalhadores envolvidos com a ocupação ganharam contornos dramáticos. Consideraremos, igualmente, as consequências daquele conflito sobre as trajetórias de trabalhadores que nele tomaram parte, levando em conta ainda as iniciativas patronais que se contrapunham às mobilizações operárias na região e a repercussão das lutas travadas naquele contexto, nos âmbitos do sindicalismo cutista e do PT.

3.1 O SINDICALISMO PETISTA À FRENTE DO SMSJCR

Quando a gestão de composição entre a ala majoritária do petismo[4] e a CS assumiu o sindicato metalúrgico joseense em 1984, as mobilizações operárias massivas já não configuravam uma novidade no cenário político e social da região do Vale do Paraíba. Como vimos no segundo capítulo deste livro, o empresariado local, em consórcio com segmentos do aparelho repressivo estatal, havia se preparado para enfrentar o movimento sindical, valendo-se de expedientes de monitoramento e perseguição política contra ativistas. Os

3 *Ibid.* p. 119.

4 Tratava-se da tendência "Articulação dos 113", mais tarde, simplesmente "Articulação", organizada nacionalmente em 1983, como uma reação à atuação das correntes minoritárias da esquerda marxista do PT no âmbito intrapartidário. Oriundos de diversos núcleos do "novo sindicalismo" (com Lula à frente), da ala católica do partido e da intelectualidade petista, diversos membros da Articulação já cumpriam funções dirigentes no PT antes mesmo de sua organização enquanto tendência. Ao contrário de grande parte das demais correntes internas petistas, que possuíam estruturas formalizadas e disciplina de grupo (potencialmente, concorrentes com as estruturas e a disciplina petistas), a Articulação era uma tendência menos coesa e formal, que se considerava representante de um "petismo autêntico" (por oposição ao das demais tendências internas, taxadas como "vanguardistas"). Sobre as características do agrupamento na década de 1980, ver MARTINS, Richard de Oliveira. *A regulamentação do direito de tendências no Partido dos Trabalhadores (1986-1992)*. Dissertação de Mestrado (Ciência Política). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015, pp. 48-62.

sindicalistas, por sua vez, também desenvolviam seu repertório tático, tanto para travar as campanhas salariais e avançar na organização operária no interior das fábricas quanto para burlar os mecanismos de controle patronais-estatais cujos efeitos percebiam. No caso da nova diretoria do SMSJCR, que contava com alguns componentes da gestão anterior, bem como com ativistas que haviam se destacado nas lutas metalúrgicas da região a partir de 1979 e que, por isso, já haviam conhecido as consequências da vigilância e da retaliação patronal, não fosse o uso de alguns estratagemas, parte de seus membros sequer teria podido participar do processo eleitoral e compor a diretoria.

Entre esses estratagemas estava o uso dos registros "frios" ou das carteiras de trabalho "esquentadas". Antonio Donizete Ferreira, o "Toninho", militante da CS, foi parte da gestão eleita em 1984, ocupando o cargo de secretário-geral. Não por acaso, era reconhecidamente uma das lideranças da categoria e, anos mais tarde, presidiria o SMSJCR. Mas, tal como mencionamos no Capítulo I desta obra, Toninho havia sido demitido da Embraer logo após a "malograda greve geral de 21 de julho de 1983".[5] Um vínculo empregatício com alguma das empresas metalúrgicas da região era, evidentemente, pré-condição de sua participação na chapa que concorreu às eleições do ano seguinte. Contudo, diante das "listas negras", da vigilância de organismos estatais e do rígido controle político praticado por muitas empresas da região em seus processos de contratação, as chances de que um militante tão visado quanto Toninho conseguisse uma vaga em tempo hábil para compor a chapa eram remotíssimas. O sindicalista trouxe a questão à tona em uma das audiências públicas da Comissão da Verdade Michal Gartenkraut da Câmara Municipal de São José dos Campos, elucidando a quais expedientes teve de recorrer para participar da chapa, e atribuindo a prática também a metalúrgicos de outras localidades:

> O que é importante também aqui a dizer, é que nessa época quando a gente perdia o emprego não conseguia novo emprego — as pessoas já disseram aqui — aí nós tínhamos que fazer registro frio. Nós íamos fazer registro frio. Por exemplo, eu fui funcionário de uma empresa chamada Mecânica Papagaio. Fui registrado aí. Não só eu como Ernesto Gradella. Se eu não me engano, o Oliveira também era funcionário dessa empresa? De outro "gato". E todos nós. O José Luiz Gonçalves foi arrumar um emprego numa empresa. A empresa existia, mas era registro frio, chamada "EGME"[6], Que era registro frio. E outros também. O Lula e o Djalma Bom, eram registrados

5 "Informação nº 045/SIS/EEAER/83", de 05 de agosto de 83. fl. 1. Arquivo Nacional, Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/VAZ 02-6A-0200).

6 A empresa era a Hergmi Montagens Industriais. "EGME" é, seguramente, um equívoco da transcrição.

> numa empresa chamada 1º de Maio. Quando a gente em São Bernardo, por algum motivo em São Bernardo, que a gente ia estar nessa empresa 1° de Maio, dentro desse cômodo só tinha colchão. Era cheio de colchão, de colchonetes para que o pessoal, quando fazia greve, dormisse ali naqueles colchonetes. Aqui também, a gente era a Mecânica Papagaio. E tantos outros que foram obrigados a fazer registro frio. Hoje nós podemos dizer depois de trinta anos, podemos falar sobre isso. Eram registros frios que a gente tinha que fazer.[7]

Para disputarem as eleições sindicais, os ativistas valiam-se do fato de que muitas "fabriquetas" e mesmo oficinas mecânicas de pequeno porte, especializadas em consertos de automóveis, compunham a base sindical (seus empregados, para fins trabalhistas, eram metalúrgicos), de modo que era possível aos sindicalistas estabelecer acordos com os proprietários de alguns dentre estes estabelecimentos, e utilizá-los para comprovar vínculo com a categoria. Na ocasião de uma entrevista que nos concedeu, Toninho descreveu, com mais detalhes, o uso desse estratagema, bem como algumas das dificuldades que ele não permitia contornar:

> Bom, e eu sou demitido, em julho de 83. Vai ter eleição no começo do ano, de 84. Ia ter eleição. O quê que acontece? Eu me registro numa empresa. É um registro frio, numa empresa que é uma oficina mecânica. Chama Mecânica Papagaio. Na verdade chama José Itamar Alves. Nome fantasia: Mecânica Papagaio. Eu sou registrado aí.
>
> — *Quem arranjou esse esquema pra vocês?*
>
> O Gradella morava num bairro, perto do cara. Era amigo. Era um cara legal, até hoje. Muito gente boa e tal. Ele conhecia o cara. Acho que ele levava o fusquinha que ele tinha lá pro cara consertar. Era uma oficina dessas. Daí o cara falou "não, traz aí, pô". Esse cara, o Papagaio, tadinho – ele chamava Papagaio –, depois ele sofreu até um derrame. Há muitos anos não o vejo. E ele registrou a gente. Era registro frio. Mas toda a militância no país fazia isso, registro frio. (…) E o que era pior era o seguinte, como a gente era de oposição e não tinha quem nos bancasse, com a indenização que eu recebo

7 Arquivo Público Municipal de São José dos Campos (APMSJC). *Anais da Câmara Municipal de São José dos Campos. Comissão da Verdade Michal Gartenkraut. Sétima Audiência Pública – Parte I. "A Luta pela Anistia dos Trabalhadores Demitidos por Motivo de Greves na Ditadura Militar".* Depoimento de Antonio Donizete de Oliveira. 2 de abril de 2014. Anexo I, Apostila XIV. fls. 25-6.

> na Embraer – eu era "cipeiro". A Embraer me demite e paga toda minha estabilidade. Paga toda a minha estabilidade. E eu tinha uma filhinha. Então o que eu faço, eu vou, me registro nessa empresa. Agora, quem tem que pagar todo o INSS, todas as custas do processo, sou eu mesmo. Sou eu mesmo que pago, dessa indenização que a Embraer me pagou. Ninguém me paga, eu mesmo pago. Sou obrigado a pagar. Não só eu, outros companheiros também faziam isso. Foi nessa época que eu me separei da minha primeira mulher. Desempregado, sem conseguir emprego. Vida difícil.[8]

Outros participantes do movimento sindical joseense que depuseram na Sétima Audiência também mencionaram o uso dos registros "frios". José Laurindo Portela, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria dos Vestuários de São José dos Campos e Região, e que havia feito parte da gestão do antigo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçado pela primeira vez em 1984, relatou que a utilização de expediente similar fora necessária para viabilizar a participação de um dos membros de sua chapa naquele processo eleitoral:

> Eu quero lembrar aqui o Antônio José Toledo, que foi meu tesoureiro na época, o Tatu. Ele está vivo e ainda está aí. Ele deixou o sindicato por quê? Depois formou advogado, seguiu e hoje está inclusive aí advogando. O Tatu foi demitido da Alpargatas exatamente… ele trabalhava na oficina de moldes que era o setor mais mobilizado que a gente tinha na Alpargatas, mais consciente era o pessoal da oficina de moldes que conduzia, que comandava a greve junto com a gente, que segurava a bronca lá. Ele foi demitido exatamente numa articulação da primeira chapa nossa para ganhar o sindicato. Alguém falou aqui, acho que foi o Toninho, que trabalhou na oficina mecânica. Nós registramos o Tatu numa empresa de calçado, para garantir o direito de disputar a eleição e para não perder o vínculo da categoria, que só tinha ele e o dono da fábrica. Nós registramos ele lá. Ele disputou a eleição e ganhou, e ninguém tirou.[9]

8 Entrevista de Antonio Donizete Ferreira. Concedida ao autor, 23/5/2018. A pergunta grifada é do entrevistador.

9 APMSJC. *Anais da Câmara Municipal de São José dos Campos. Comissão da Verdade Michal Gartenkraut. Sétima Audiência Pública – Parte II…* Depoimento de José Laurindo Portela. 2 de abril de 2014. Anexo I, Apostila XIV, pp. 35-6.

Por sua vez, José Benedito de Oliveira, membro da diretoria do SMSJCR a partir de 1984, época em que também militava na CS, conta que recorreu à mesma tática para viabilizar sua participação na chapa, após ser demitido da Embraer em 1983:

> Da mesma forma que o Toninho, não estava na Mecânica Papagaio, mas fui registrado na Oficina de Ferragens Dois Irmãos. Tinha dois sócios e contratava serviços. Os dois sócios eram mecânicos, faziam algumas pecinhas de torno, mas eram mecânicos. Eu era o único empregado dela.[10]

Para os ativistas e/ou demitidos políticos que simplesmente buscavam um novo emprego, havia formas mais sutis de omitir, das carteiras de trabalho, as informações que prejudicavam suas chances de serem contratados.[11] Conseguir uma segunda via do documento e não procurar os antigos empregadores, omitindo, na nova carteira, os registros inconvenientes (algo que já configurava uma irregularidade, segundo a legislação trabalhista) poderia ser o bastante. Contudo, a ausência de registros prévios também poderia dificultar a contratação de um trabalhador (por falta de experiência), algo que motivava alguns deles a arriscar falsificações mais ousadas. Embora as carteiras de trabalho adulteradas (ou "esquentadas", expressão que, apesar da antonímia, também indicava registros "frios") tenham sido utilizadas recorrentemente por muitos ativistas e, possivelmente, mesmo entre trabalhadores sem qualquer militância política, os membros da CS, habituados à clandestinidade dentro das fábricas, parecem ter empregado a tática com frequência e contribuído para disseminá-la. Um dos dirigentes da corrente trotskista, José Maria de Almeida, em entrevista concedida para o projeto memorialístico "Nossas Histórias", do DIEESE, conta que também teve de recorrer à falsificação de registros diante do desemprego, e que auxiliava outros companheiros com o mesmo tipo de problema:

> Em 83, eu já procurei trabalho fora do ABC, já não conseguia mais emprego na região. Eu nunca fui diretor de Sindicato neste período. Eu era sempre eleito pela Assembleia para a Comissão de Salários, depois para Comando de Greve, quando tinha a greve, eu participava dessa forma, como militante. Então, não tinha estabilida-

10 *Ibid*., p. 47.

11 Como era o caso das datas de encerramento de contratos que coincidiam com movimentos grevistas, tal como mencionado no Capítulo II. Voltaremos a discutir o tema em detalhe adiante neste capítulo.

> de no emprego, era uma confusão dos infernos a cada emprego que você perdia. A vantagem, naquela época, era que tinha muito emprego. Mas tinha o problema da lista que eles faziam. Eles telefonavam para o emprego anterior para perguntar por que você tinha saído de lá. O que a gente fazia? Quando eu perdia o emprego em uma fábrica, tirava outra carteira no Ministério do Trabalho e mandava fazer um carimbo. A gente via uma fábrica pequena, normalmente que tivesse fechado recentemente, fazia o carimbo com o nome da fábrica. Eu mesmo carimbava, fazia os registros, os cálculos e colocava lá três anos de serviço na fábrica e ia com essa carteira procurar "trampo". Daí, os caras não conseguiam ligar porque a fábrica não existia mais. Era assim, registrava e depois jogava aquela carteira fora. Era uma confusão. Se eu tiver que entrar com documento para me aposentar, eu tenho seis ou sete carteiras que eu não posso apresentar em lugar nenhum porque uma parte delas é falsificada. E a gente fazia para todo mundo. Eu mesmo fazia para o pessoal que era ativista com a gente, a gente arrumava "trampo" assim. Mas vai chegando um ponto que não tem mais jeito. Por exemplo, você chega na porta da fábrica e o guarda já te conhece, aí não tem mais jeito.[12]

Devemos ressaltar que, ainda que se vissem efetivamente compelidos, pelo desemprego e pelas retaliações patronais, a contrariar a lei, estabelecendo contratos fictícios ou falsificando documentos, havia uma dimensão estratégica muito nítida na agência daqueles ativistas, cujas concepções e cujos projetos para o movimento sindical não poderiam ser desenvolvidos caso não soubessem como se esquivar rapidamente dos mecanismos que visavam conter sua militância. Por isso, embora soubessem da ilegalidade desses gestos, consideravam-nos plenamente justificáveis, e mesmo o sigilo a respeito do assunto – nas palavras de Toninho, "depois de trinta anos, podemos falar sobre isso" – era, provavelmente, algo seletivo, sobretudo se considerarmos a solidariedade e os laços de confiança que vinculavam muitas daquelas pessoas. Dada a eficácia desses expedientes, e sua ocorrência em diversas localidades e categorias – conforme conta Zé Maria, por vezes graças à ajuda de militantes que já se haviam valido deles – podemos compreender a satisfação desses sindicalistas em haverem ludibriado aqueles que os perseguiam, e o orgulho com que narram tais experiências.

12 Entrevista concedida por José Maria de Almeida ao Projeto Memória – "Nossas Histórias". Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Disponível em: http://memoria.dieese.org.br/museu/navegacao/nossas_historias/jose-maria-de-almeida. Consultado em agosto de 2019.

Outra característica que, retrospectivamente, é vista como motivo de orgulho pelos sindicalistas que compuseram a gestão do SMSJCR eleita em 1984 era sua postura "combativa", comprometida com as lutas e com a organização dos trabalhadores no interior das fábricas, e que, em sua avaliação, se diferenciava do perfil ambíguo da diretoria encabeçada por Ary Russo. Para demonstrar sua ruptura com as concepções "pelegas" que, de acordo com os petistas, haviam perdurado durante o mandato anterior, a gestão presidida por José Luiz Gonçalves "limpou" o "assistencialismo" do sindicato:

> O sindicato contava com uma estrutura: médico, cabeleireira, barbeiro, farmácia, uma estrutura enorme nessa área de assistencialismo no sindicato. O grupo de 81 [gestão Ary Russo] manteve essa estrutura e até acrescentou alguma coisa mais. A chapa de 84 era contra a estrutura. Então, por exemplo, a chapa de 84 mandou todos os médicos embora, fechou o departamento médico do sindicato, mandou os barbeiros embora, acabou com o salão de beleza, limpou o sindicato. E isso, o pessoal colocava que muitos filiados iriam deixar o sindicato, e deixou o sindicato. Porque eles usavam o sindicato pra utilizar salão de beleza, médico, essas coisas, e nós colocávamos o seguinte, que esse médico, o trabalhador tinha que ter direito, não precisava o sindicato dar, e não dava pra todo mundo também. Então era uma diferença muito grande, nessa parte administrativa do sindicato.[13]

Outra diferença apontada por Gonçalves entre sua gestão e a anterior estava na disposição dos petistas em "levar as greves às últimas consequências".[14] Para isso, contavam com o avanço da organização das comissões de fábrica, que haviam começado a ser instauradas na região em 1983 e que, apesar das frequentes resistências patronais, avançavam a passos largos naquele momento. Além disso, o SMSJCR passou a se empenhar nas eleições de trabalhadores combativos para as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, as CIPAs, cujos componentes, assim como os membros das comissões de fábrica, adquiriam estabilidade no emprego durante seus mandatos. Até então, era comum que as CIPAs fossem compostas por funcionários indicados pelas chefias, o que certamente ajudava a explicar sua pouca expressividade. A eleição de "cipeiros de luta", percebiam os sindicalistas, poderia não somente fortalecer

13 Entrevista de José Luiz Gonçalves. *Histórias e Memórias.* Fundação Cultural Cassiano Ricardo, primeiro semestre de 2014. Parte II. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HOnuCAvlADA. Consultado em fevereiro de 2020. Como veremos oportunamente, a interrupção da prestação de serviços médicos pelo SMSJCR, por exemplo, não foi tão imediata ou completa quanto a fala de Gonçalves indica.

14 *Ibid.*

as demandas por mais segurança para os trabalhadores como, igualmente, colocar em evidência as responsabilidades patronais sobre os acidentes de trabalho, algo que voltaremos a discutir no próximo capítulo deste volume.

Para Edemir de Paula, apelidado "Passarinho", metalúrgico da GM e membro da diretoria eleita em 1984, a capacidade de ação do SMSJCR era amplificada nos locais em que as comissões e CIPAs eram compostas por trabalhadores combativos, "atores que ajudavam a gente a organizar as discussões dentro da fábrica".[15] Mas, certamente, nem todos os trabalhadores da base metalúrgica viam com simpatia a postura combativa da nova gestão, e as empresas não pretendiam facilitar a atuação do sindicato, o que exigia que os ativistas empenhados na construção das organizações operárias tomassem certos cuidados. Edemir conta que, especialmente nas indústrias em que os expedientes de controle sobre os trabalhadores eram mais ostensivos, como era o caso da GM, a nova diretoria buscou adaptar sua atuação, por exemplo, passando a distribuir seus panfletos, através dos diretores de base ou dos membros das comissões e CIPAs, no interior dos vestiários das fábricas, evitando que os trabalhadores que pegavam os materiais do sindicato pudessem ser identificados por seguranças e chefes. Restava, contudo, o risco quase incontornável de que algum dos colegas os delatasse:

> A grande questão é que a gente tinha que ter uma certa habilidade, porque dentro da fábrica sempre tem os chamados "dedos-duros", os pelegos, né? São pessoas, trabalhadores que pensavam e olhavam com os "óculos" da fábrica, do ponto de vista ideológico. Então nós tínhamos que ter muito cuidado.[16]

3.2. AS OCUPAÇÕES DE FÁBRICA NO VALE DO PARAÍBA EM 1984

Considerando-se as mobilizações impulsionadas pela nova gestão do SMSJCR a partir de 1984, o traço que mais nitidamente representava aquela disposição de "levar as lutas até as últimas consequências", mencionada por Gonçalves, era o recurso cada vez mais comum às *ocupações de fábrica*. Como veremos ao longo deste capítulo, tornou-se comum, na imprensa e nos meios políticos e sindicais da época, que se atribuísse a recorrência das ocupações de estabelecimentos industriais por operários em luta no Vale do Paraíba à

15 Entrevista de Edemir de Paula "Passarinho". *Histórias e Memórias.* Fundação Cultural Cassiano Ricardo, primeiro semestre de 2014. Parte II. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HMrFxm6mpMk. Consultado em fevereiro de 2020.

16 *Ibid.*

presença da CS, nas fábricas e na direção da entidade metalúrgica.[17] Ao longo deste capítulo, buscaremos demonstrar que esse argumento, conveniente à patronal e a setores do próprio movimento sindical que se opunham à corrente trotskista, criava um "bode expiatório", facilitando a criminalização das ocupações na região e desestimulando-as em outras partes, mas que há diversos elementos que permitem problematizar tal associação.

Em primeiro lugar, devemos considerar que a generalização das ocupações de fábrica como método de luta dos metalúrgicos, que, de fato, parece haver se iniciado em 1984, não foi um fenômeno circunscrito ao Vale do Paraíba, ocorrendo também no ABC e em outras cidades do interior paulista, como Sorocaba e Taubaté. Certamente, se levarmos em conta a experiência anterior do movimento operário brasileiro, havia uma série de precedentes[18] de ocupações de locais de trabalho em outros contextos, sem falar nos exemplos internacionais, mas, apesar disso, nos primeiros anos do ascenso inaugurado em 1978, a tática quase não parece ter sido empregada.[19] Uma forma de interpretar esse fato é considerar a característica *experimental* daquelas mobilizações, no sentido de que os trabalhadores que nelas tomavam parte não podiam prever seus resultados; estavam experimentando táticas e testando limites. As greves realizadas fora das fábricas, naquela conjuntura, sinalizavam o anseio pela legitimação pública, que, quando conquistada, reforçava as demandas apresentadas e, simultaneamente, estabelecia mais empecilhos à repressão desenfreada, moderando sua qualidade. A partir do fortalecimento do movimento operário, por um lado, e da normalização de um arsenal repressivo capaz de conter as mobilizações de rua e nas portas de fábricas, por outro, algumas categorias passaram a implementar táticas mais intensamente baseadas no próprio espaço fabril, colocando em evidência (e em disputa) dimensões adicionais dos conflitos cotidianos entre capital e trabalho.

Antes de avançarmos sobre o tema, é necessário apresentar uma definição preliminar do que encaramos como ocupações, posto que, por razões estratégicas diversas, que discutiremos a seguir, o termo nem sempre era abertamente reivindicado pelos participantes, e também não era raro que houvesse alguma sorte de polêmica a respeito de quais eram as ações de greve ocorridas no âmbito das fábricas que caracterizavam ou não uma ocupação. A palavra possui uma conotação nitidamente militar, remetendo, de imediato, ao exercício da força para apoderar-se de um espaço ou bem. Flabián Nievas,

17 O historiador Caio Guerra reproduz o argumento: "… o grande número de ocupações de fábricas metalúrgicas em São José dos Campos durante o restante da década de 1980, pode ter resultado da iniciativa dos militantes da CS, presentes na direção sindical e inseridos no chão de fábrica". GUERRA, *Op. cit.*, p. 136.

18 Entre os quais os mais recentes possivelmente eram os movimentos de Osasco e Contagem em 1968. Sobre as ocupações de fábrica no contexto daquelas greves, ver WEFFORT, Francisco. "Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco. 1968". *In*: *Cadernos Cebrap*, São Paulo, nº 5, 1972.

19 Os parágrafos seguintes recuperam uma sistematização que apresentamos em 2017 acerca dos resultados preliminares desta seção de nossa pesquisa. MARTINS, R. O. "A tática das ocupações de fábrica na década de 1980: greves do setor metalúrgico em São José dos Campos (SP) e Volta Redonda (RJ)". *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. UnB, Brasília/DF, Julho de 2017. Aqui, retomamos e expandimos o texto que serviu de base à comunicação.

que, em sua tese de doutorado[20], estudou um breve período da história argentina em que as ocupações se proliferaram de maneira espantosa, propõe distinções entre *ocupações simbólicas* (nas quais o estabelecimento ocupado praticamente não sofre alterações significativas em seu funcionamento) e *ocupações efetivas* (casos em que o ordenamento interno do estabelecimento tomado é modificado pela presença ou pelas ações dos ocupantes), bem como entre *ocupações de massas* (em que a força dos ocupantes se baseia em seu número) e *copamientos*[21] (ações propriamente militares, em que os ocupantes, geralmente em pequeno número, se baseiam na força das armas).[22]

A nosso ver, são dois os elementos que definem as ocupações de locais de trabalho das quais tratamos aqui – todas ocupações "efetivas", pertencentes ao tipo "de massas" estabelecido por Nievas, ainda que, conforme veremos, alguns de seus detratores tenham buscado caracterizá-las como esforços "armados" de "minorias", isto é, como *copamientos*. Consideramos que uma ocupação é aquela mobilização em que (I) *o espaço ocupado é o local privilegiado da campanha*, no qual, ao longo da mobilização, uma parcela significativa do contingente mobilizado passa grande parte (ou mesmo a totalidade) de seu tempo, ao contrário do que ocorre, por exemplo, em uma greve de revezamento. Em uma ocupação, o espaço ocupado serve por sede das reuniões, assembleias e dos demais organismos de direção da campanha, responsáveis pelas decisões a serem implementadas pelos operários naquele espaço. Além disso, é necessário que (II) *os ocupantes controlem o fluxo de pessoas e bens no espaço ocupado*, algo que não ocorre em uma ocupação simbólica e tampouco em uma greve de revezamento. Esse tipo de controle, que pode ser obtido, momentaneamente, através de outras táticas (como os piquetes), em uma ocupação se verifica de maneira continuada. Percebe-se que a ocupação fabril, assim definida, é uma pré-condição do controle operário sobre a produção, que pode ou não suceder as ocupações. Contudo, no contexto das greves que analisaremos, as ocupações eram, essencialmente, uma ferramenta para pressionar os proprietários dos estabelecimentos ocupados, forçando-os a negociar acordos mais favoráveis aos trabalhadores, sendo muito raro que evoluíssem para situações de controle operário da produção.

As ocupações ofereciam vantagens aos operários para a condução de suas greves, que os piquetes e as mobilizações de rua não podiam garantir. Primeiramente, permitiam *demonstrações de força*, mesmo quando os ocupantes se encontrassem em número relativamente reduzido; essa eventual fraqueza, que, no caso dos piquetes, se tornava explícita, com as ocupações, podia permanecer oculta. Além disso, ao tomarem o *controle sobre o espaço produtivo e a movimentação de pessoas e bens*, paralisando integralmente a produção e retendo os estoques presentes nas fábricas, havia a possibilida-

20 NIEVAS, Flabián H. J. *Las tomas durante el gobierno de Cámpora*. Tese (Doutorado em Sociologia). UBA, Buenos Aires, 2000.

21 A expressão em espanhol não tem um equivalente exato em português; em inglês, costuma ser traduzida por *attack*, enfatizando a natureza essencialmente militar dessa modalidade de ocupação.

22 NIEVAS, *Op. cit.*, p. 15 ss.

de de que os trabalhadores afetassem outras unidades da cadeia produtiva, influindo sobre a correlação de forças em âmbito mais geral e conquistando maior visibilidade para suas lutas. Por fim, *minimizava-se o contato entre operários e policiais*, evitando-se as provocações, agressões e prisões de trabalhadores. Levar as greves cada vez mais para dentro das fábricas, tática então escolhida pelos metalúrgicos do Vale do Paraíba, ia na contramão das intenções dos empresários, que pretendiam empurrá-las para as ruas, onde a violência policial era sempre maior: "fazer greve fora da fábrica é servir de saco de pancada da polícia", diziam então os sindicalistas joseenses.[23]

A quantidade e a magnitude das ocupações verificadas no período são de difícil precisão. A melhor base de dados de que dispomos para empreender uma análise quantitativa que leve em conta as modalidades de ações de greve é a elaborada pelo Serviço de Acompanhamento de Greves (SAG) do DIEESE, cujos registros se iniciam em 1983. Conquanto sejam bastante detalhados em diversos casos, os dados do SAG são seguramente incompletos em tantos outros, e é difícil projetar um panorama a partir deles sem levar em conta que a base de dados foi alimentada com métodos, periodicidades e critérios muito variados pelas seções regionais do DIEESE, especialmente no que se refere aos anos 1980.[24] Considerando as ações de greve dos metalúrgicos de São José dos Campos em uma série de trinta e cinco anos (entre 1983 e 2018), o SAG/DIEESE registra apenas nove ocupações no município (quatro casos em 1984, um em 1989, três em 1990 e mais um em 2007). Percebe-se, de saída, que algumas das mais emblemáticas ocupações promovidas na região, como a da planta da GM em 1985, que recuperaremos em detalhe neste capítulo, não estão registradas na base de dados. Diante disso, preferimos buscar informações sobre as ocupações do período nos *Boletins do DIEESE*, publicados a partir de 1982, mais completos no que se refere ao contexto que abordamos aqui. Além disso, também nos apoiamos na imprensa local e estadual, assim como nos depoimentos de participantes das ações.

O boletim do DIEESE, edição de abril de 1984, registra que as campanhas salariais metalúrgicas daquele semestre foram marcadas pelas greves por

23 FGMSJCR. *Ação e Razão dos Trabalhadores da General Motors de São José dos Campos – A História Contada Por Quem A Fez*. São José dos Campos: 1985, p. 47.

24 Registramos aqui nosso agradecimento a Rodrigo Linhares, profissional do DIEESE que nos encaminhou os dados do SAG e esclareceu nossas dúvidas a respeito dos métodos de compilação das informações.

empresa[25], "operações-tartaruga"[26] e pela "ocupação de algumas fábricas. E o resultado disso foi a celebração de acordos salariais em bases superiores às condições determinadas pelo Decreto-Lei 2065".[27] Aquelas greves eclodiam em um contexto no qual amadurecia a campanha nacional pelas *Diretas Já*, iniciada em março do ano anterior. A proposta das eleições diretas para a Presidência da República iria à votação, através da "Emenda Dante Oliveira", em 25 de abril, mesma data em que o movimento operário pretendia fazer uma paralisação. O grevismo, naquela conjuntura, era atacado por segmentos do periodismo conservador, que consideravam que as mobilizações operárias contribuíam para gerar instabilidade política e ameaçavam a transição.[28]

Em São José dos Campos, onde a direção sindical metalúrgica optou por conduzir negociações em separado nas distintas fábricas da base, as greves começaram no dia 26 de março, na National (greve de 2 dias, envolvendo 1.200 trabalhadores, em sua maioria, mulheres, que deflagraram a paralisação em protesto contra três demissões) e na Bundy (800 funcionários parados, também por 2 dias)[29], e se fortaleceram a partir do dia 2 de abril, com a paralisação dos metalúrgicos da GM (9.000), Ericsson (2.500) e a retomada do movimento paredista na National (1.000) e na Bundy (500). A primeira ocupação da campanha foi uma resposta dos metalúrgicos da GM à recusa da empresa em abrir negociações separadamente. Os operários da montadora concentraram-se no interior da fábrica ainda em 2 de abril, contando com a adesão dos funcionários administrativos (que entraram em greve, mas não participaram da ocupação, retornando às suas casas ao final do expediente), e passaram a controlar o fluxo de pessoas e pernoitar no interior da fábrica. Os relatos jornalísticos sobre a ocupação dão conta de que, no segundo dia da mobilização, diretores e chefes teriam sido impedidos de adentrar ou deixar as dependências do prédio do escritório central da empresa, que havia sido cercado pelos grevistas.[30] No dia seguinte, o sindicato negociou com os diretores da GM, liberando "a saída da diretoria e chefia do interior

25 Nas "greves por empresa", assumiam-se pautas diferenciadas e índices específicos para o reajuste salarial, levando em conta aspectos como os distintos salários vigentes e o tamanho de cada fábrica. Ao optar pelas greves por empresa em detrimento de uma "greve de categoria", a expectativa sindical era a de fragmentar a negociação, criando divisões entre os patrões e demonstrando que, se pressionadas, muitas empresas podiam oferecer reajustes superiores aos índices negociados coletivamente.

26 O boletim traz um exemplo de como podia funcionar uma "operação-tartaruga" nas montadoras de automóveis do ABC paulista – e da repressão que essa tática podia desencadear: "Os carros eram enviados para o fim da linha de montagem com falta de várias peças, e isso obriga os operadores a procederem mais uma volta para completar o serviço. Dessa maneira, a operação era retardada, reduzindo a produção em 50% durante os oito dias de duração do movimento [em São Bernardo do Campo]. Na Mercedes-Benz, o movimento sofreu forte pressão, com agentes da Polícia Federal tentando obrigar os trabalhadores a manterem o ritmo normal de produção. A Volkswagen (central) demitiu 740 trabalhadores e a Volks-Caminhões tentou punir os trabalhadores com uma suspensão coletiva de três dias. Mas os trabalhadores ocuparam a fábrica, ignoraram a punição e continuaram a produzir em ritmo de 'tartaruga' durante três dias, sem a presença da chefia. A empresa acabou por desistir de aplicar a punição". *Boletim do DIEESE*, Ano III, abril de 1984, pp. 14-15.

27 *Boletim do DIEESE*, Ano III, março de 1984, pp. 21-22.

28 Ver, por exemplo, *Folha de S. Paulo*, 5/4/1984, p. 2.

29 *Boletim do DIEESE*, Ano III, março de 1984, pp. 21-22.

30 *Folha de S. Paulo*, 4/4/1984, p. 11.

da fábrica"[31], mas a ocupação prosseguiu por mais dois dias. Com a ilegalidade da greve determinada pelo TRT, os trabalhadores acabaram por aceitar o acordo celebrado com a FIESP, retornando ao trabalho no dia 7 de abril.

O aprofundamento dos vínculos entre o aparelho repressivo estatal e as empresas da região se fez notar pelos operários durante aquela greve. Rubens dos Santos Gaspar, diretor sindical empregado na GM e uma das principais lideranças da mobilização, contaria mais tarde ao jornal *Valeparaibano* que precisara de escolta de seus colegas como forma de precaução contra uma possível prisão, ao perceber que havia agentes policiais infiltrados na fábrica, disfarçados como grevistas:

> […] durante todos os dias da greve, Gaspar teve de ser escoltado por um grupo de 10 trabalhadores, até mesmo para ir ao banheiro. Isso aconteceu porque os grevistas descobriram, dentro da GM, a presença de 10 agentes da Polícia Federal (disfarçados de grevista), inclusive equipados com uma viatura – um Opala preto, munido de radiotransmissor. *Os agentes usavam uniformes da GM, apesar de portarem algemas nas cinturas*.[32]

De acordo com o Boletim do DIEESE, durante a campanha salarial, também houve ocupações de fábrica na Ericsson e na Philips-Ibrape, além de paralisações na Fi-El, Mafersa e Elevadores Kone. A *Folha de S. Paulo* menciona ainda uma ocupação na National nos primeiros dias de abril, envolvendo cerca de 300 funcionários, que teriam optado por desocupar a fábrica, já que, segundo declarações do SMSJCR, a própria diretoria da empresa teria promovido a "destruição de portas e janelas para que os grevistas fossem incriminados".[33] Estima-se em 18 mil o número de metalúrgicos envolvidos com ocupações, ocorridas em, ao menos, seis fábricas da cidade naquelas semanas.[34]

Em seu estudo sobre os metalúrgicos de São José dos Campos, Caio Guerra recupera aspectos interessantes das ocupações de 1984, principalmente a partir das notícias veiculadas na grande imprensa. É com base nelas que descreve o funcionamento da ocupação da GM, naquela que foi a primeira paralisação integral da fábrica desde que ela fora inaugurada:

31 *Boletim do DIEESE*, Ano III, abril de 1984, p. 15.

32 *Valeparaibano*, 24/04/1985, p. 7. O grifo é nosso.

33 *Folha de S. Paulo*, 4/4/1984, p. 11.

34 *Valeparaibano*, 7/4/1984; *Boletim do DIEESE*, Ano III, abril de 1984, p. 15.

> [Os grevistas] dormiam na empresa e ali permaneciam durante todo o dia entre jogos de futebol, baralho, dominó e outras atividades […] …controlavam a entrada e a saída nas portarias e permitiam apenas a realização de serviços imprescindíveis do escritório. Havia grande aglomeração nas grades de proteção da fábrica, onde os grevistas eram visitados diariamente por parentes, com quem conversavam e recebiam roupas limpas, colchões, cobertores, cigarros, objetos de higiene, marmitas, rádios de pilha, além de dinheiro para comprar alimentos e outros gêneros, vendidos por ambulantes que haviam se instalado perto das grades da empresa.[35]

Faltando ainda dois dias para o julgamento da greve no TRT, um batalhão de choque da PM já se encontrava preparado para reprimir a ocupação, alocado no Comando de Policiamento da Área (CPA) do Vale do Paraíba, na Rodovia Presidente Dutra, a apenas quatro quilômetros da empresa ocupada. Mas a saída dos operários se deu de forma pacífica. Na desocupação, consta que os trabalhadores teriam cantado a famosa canção de protesto "Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores", de Geraldo Vandré, e homenageado com uma prece e um minuto de silêncio ao operário Santo Dias, assassinado em um piquete em frente à empresa Sylvania, em São Paulo, durante a greve dos metalúrgicos paulistanos em outubro de 1979.[36]

Fato é que a "radicalização" dos métodos de luta em 1984 garantiu a celebração de vários acordos favoráveis aos trabalhadores, além de reajustes acima das primeiras propostas patronais e da conquista do direito de eleger comissões de fábrica em diversas empresas. Não por acaso, ao longo daquele ano, os operários de algumas indústrias joseenses voltaram a se utilizar das ocupações como forma de pressão para terem suas demandas atendidas. Somente na National, entre março e agosto, seriam três ocupações. Na última delas, iniciada em 10 de agosto, as operárias lutavam por um aumento de 20%, equiparação salarial (dentro da fábrica e em relação às outras empresas da região), pela efetivação das trabalhadoras com contratos "temporários" e pela instituição de uma comissão de fábrica.[37] Em 13 de agosto, as grevistas resistiram à ação policial que visava encerrar a ocupação, conseguindo permanecer na fábrica, mas desocuparam-na quatro dias depois, antevendo o julgamento desfavorável da greve pelo TRT e a consequente repressão. Entretanto, retomaram o movimento em 20 de agosto, como resposta à em-

35 GUERRA, *Op. cit*., p. 121.

36 *Ibid*., p. 122.

37 Discutimos as greves de agosto de 1984 na National e na Embraer em MARTINS, R. O. "A vigilância sobre o movimento operário nos arquivos da polícia política paulista: autoritarismo e suspeição na 'transição democrática' (1984-1985)". *Revista de Fontes*, UNIFESP – Guarulhos/SP, Vol. 2, nº 7, pp. 40-53, 2017.

presa, que retaliara com 42 demissões. A partir daí, quem assume a dianteira da repressão é o serviço de segurança patrimonial da National.

Em 23 de agosto de 1984, o jornal *O Valeparaibano* denunciava agressões sofridas por grevistas daquela fábrica na véspera, perpetradas pela equipe de segurança contratada pela empresa: "Cinco trabalhadores violentamente espancados e escoriações generalizadas em quase todos os outros funcionários da National. Esse foi o resultado de uma verdadeira batalha entre trabalhadores e a segurança na manhã de ontem". O relato do ocorrido permite que percebamos como um serviço de segurança que se propunha "patrimonial" podia ser, simultaneamente, um instrumento de repressão contra o operariado, problema insinuado pela própria cobertura jornalística daquela greve:

> Às sete horas da manhã de ontem [22 de agosto de 1984], os trabalhadores da National chegaram na fábrica, com o propósito de continuar parados, lá dentro. Logo que os ônibus entraram no portão principal, foram parados e os seguranças da "Pires Segurança", contratados pela National para "garantir o patrimônio da empresa", quiseram retirar os 42 operários que haviam sido demitidos. Revoltados, mas pacificamente, todos os trabalhadores resolveram não entrar na fábrica e dirigiram-se para os portões.
>
> Nesse momento, os seguranças saíram correndo atrás deles e começou uma pancadaria geral. Armados de revólveres e cassetetes, eles queriam obrigar os trabalhadores a voltarem aos seus postos, mas evidentemente não conseguiram. Garantiram os trabalhadores – e há muitas testemunhas disso – que os seguranças chegaram a sacar seus revólveres e apontá-los para os trabalhadores. Isso sem contar que cassetadas foram distribuídas à vontade e poucos trabalhadores saíram ilesos.[38]

Dois operários mais gravemente feridos, Eder Brumati e Rosana de Jesus, precisaram ser internados na Clínica São José; Eder só foi liberado no dia seguinte. Amélia Naomi Omura, militante da CS e diretora de base do sindicato na fábrica, foi atingida com golpes de cassetete na cabeça e, de acordo com o relato jornalístico, chegou a desmaiar duas vezes. O fato de a National ser uma empresa com maioria de funcionárias mulheres teria causado ainda mais indignação entre os trabalhadores e sindicalistas, para quem a violência praticada pela equipe de segurança da empresa fora particularmente covarde.

38 *Valeparaibano*, 23/08/1984. p. 5

Sobre a participação da polícia no episódio, informava ainda *O Valeparaibano*:

> Os seguranças excederam-se tanto em reprimir os trabalhadores que a Polícia Militar interveio e mandou que eles se retirassem e ficassem num canto. Os policiais passaram o dia inteiro em frente à fábrica. Eram quatro kombis e um Volks, todos repletos de policiais, que não se limitaram a ficar nos portões, mas estavam também espalhados por toda a fábrica.[39]

Parece-nos equivocado caracterizar as agressões físicas perpetradas pelos seguranças como "excessos"; mais correto seria indicar que faziam parte da tática escolhida pela fábrica para derrotar a greve, ou que eram, no mínimo, consequências previsíveis dela. Além da coação direta aos grevistas, as agressões serviam ainda como justificativa (ou pretexto) para a presença policial, não apenas nas imediações, mas também no interior da fábrica. A PM conteve os seguranças (que, a julgar pelo relato jornalístico, apesar dos "excessos", não foram detidos), mas, a partir dali, passou a operar dentro da empresa, inibindo a continuação da greve, que se encerrou no mesmo dia, com mais 83 demitidos e dois diretores de base suspensos.[40]

Anteriormente, naquele mês, operários da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), haviam decidido pela ocupação de sua fábrica, como parte da luta por um reajuste salarial de 30%. Em 10 de agosto, cerca de 300 trabalhadores em estado de greve (deflagrada na véspera) promoveram uma ocupação, interrompendo a produção da estatal integralmente.[41] De acordo com relatório produzido pelo Exército a respeito da ocupação, "piquetes foram montados nos portões para impedirem a saída de operários e diretores. Todos deveriam acampar no interior da Empresa até que ela concordasse em atender às reivindicações".[42] Na mesma tarde, a direção da Embraer convocou as tropas da Polícia Aeronáutica, alocadas no Centro Técnico Aeroespacial (CTA), para reaver o controle da fábrica, em operação que foi assim descrita pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, em carta aberta à população:

---

39 *Ibid.*

40 GUERRA, *Op. cit.*, pp. 127-8.

41 Ministério do Exército. Cmdo. II Ex. 2ª Seção. "Informação nº 00468/84 E242", de 25 de setembro de 1984, 5 fls. Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações do Exército (CIE). A versão militar do acontecimento acusa os grevistas de haverem recorrido ao método do "arrastão", promovendo "coação física e moral sobre aqueles que, em maioria, queriam continuar trabalhando. Às 10:00 hs a paralização [sic] era total." *Ibid.* fls. 2.

42 *Ibid.*, fls. 2.

> Nesta sexta-feira, 10 de agosto de 1984, os trabalhadores da EMBRAER, que estavam em greve há dois dias, foram expulsos de dentro da fábrica pela força dos fuzis e das metralhadoras da Polícia Militar e da Polícia Aeronáutica.
>
> Foram expulsos por mais de 1.000 homens armados, a mando da própria direção da empresa, que dizia estar cumprindo ordens expressas dos donos do poder em Brasília, os mesmos que estão levando o país à falência.
>
> [...]
>
> A EMBRAER fez isso porque ela é filha do regime militar, que não tolera nenhuma ação que venha a mostrar que a população do nosso país quer liberdade, quer melhores condições de vida e de trabalho.[43]

Amparada pelos dispositivos legais contidos na Lei nº 4330/1964, instituída pelo regime militar para limitar o direito de greve, a Embraer também havia elaborado uma carta destinada a seu quadro funcional, afirmando que a intervenção militar visava garantir o acesso aos postos de trabalho para os operários que não desejassem aderir à paralisação. Argumentava ainda que o que estava em questão era a defesa de seus funcionários e das instalações da estatal, embora não afirmasse exatamente quais riscos a ocupação operária oferecia aos trabalhadores e ao patrimônio público:

> A EMBRAER decidiu solicitar às autoridades do Ministério da Aeronáutica a presença de tropas dentro de nossas instalações, a fim de proteger o patrimônio da empresa e principalmente garantir a integridade física de nossos funcionários.
>
> Portanto a presença desses militares na EMBRAER deve ser entendida como uma real e efetiva proteção aos nossos funcionários e às nossas instalações, garantindo, assim, que a EMBRAER possa continuar funcionando e garantindo o emprego de nosso pessoal.[44]

43 SMSJCR. "Carta Aberta à População", 11 de Agosto de 1984. APESP, Fundo Departamento de Comunicação Social (DCS), 17-S-36, pasta 4.

44 "Aos empregados da 'EMBRAER'". 10 de Agosto de 1984. APESP, Fundo DCS, 17-S-36, pasta 4.

Condicionando a garantia do emprego à retomada da produção, a Embraer acenava com a possibilidade de demitir os grevistas, constrangendo-os a voltarem ao trabalho, sem jamais mencionar as razões que lhe impunham urgência no trato da questão. Na realidade, havia grande pressão sobre a direção da empresa para que se cumprissem os prazos de entrega de 120 aviões modelo Tucano comprados pelo Egito, além das demandas da própria FAB. Em caso de desrespeito aos prazos estabelecidos nos contratos, pesadas multas recairiam sobre a empresa, o que, na avaliação dos grevistas, colocava-os em vantagem tática para negociar com a direção da estatal, que não tinha o tempo a seu favor.[45] Entretanto, a pressa da diretoria da Embraer em ver a greve encerrada não se traduziu em concessões rápidas aos trabalhadores, mas sim em repressão. Ainda no dia da ocupação, a estatal encaminhou ao Ministério do Trabalho uma solicitação para que a greve fosse julgada, o que só ocorreria a partir de 16 de agosto, quando o movimento já havia terminado. A paralisação foi considerada ilegal, apesar do voto contrário do juiz relator, José Fernando de Oliveira Coutinho.[46]

A greve foi mantida, fora da fábrica, até o dia 13 de agosto, mas se esvaziou progressivamente. Na estatal, a Polícia da Aeronáutica seguia presente, ocupando a planta até o fim da mobilização. Na tarde do dia 14, as tropas foram novamente convocadas para "impedir uma reação dos trabalhadores"[47] diante do anúncio da retaliação patronal: 155 metalúrgicos receberam cartas de suspensão. Dias mais tarde, em 21 de agosto, 124 dos afastamentos seriam convertidos em demissões por "justa causa", derivadas da participação ativa daqueles trabalhadores na mobilização. Segundo o *Jornal do Metalúrgico*, edição de agosto de 1984, muitos dos operários demitidos trabalhavam havia muito tempo na empresa, e alguns já estavam perto da aposentadoria. Entre os dispensados se encontravam, inclusive, dois diretores de base do sindicato, João Pedro Pires e Francisco Assis de Souza. De acordo com o mesmo jornal, militares teriam utilizado as dependências da Embraer para realizar longos interrogatórios com os trabalhadores:

> Terror na Embraer: 155 companheiros afastados. Eles foram interrogados por militares e em alguns casos a "conversa" durou até 5 horas.
>
> Militares aparentemente não funcionários da empresa passaram horas interrogando esses companheiros, querendo arrancar confissões a respeito das suas participa-

45 GUERRA, *Op. cit.*, p. 125.

46 Ministério do Exército. Cmdo. II Ex – 2ª Seção. "Informação nº 468/84 E242", de 25 de setembro de 1984. fls. 3-5. AN, Fundo CIE.

47 *Valeparaibano*, 15/08/1984.

> ções na greve. Querendo enfim que os companheiros afastados "dedem" outros companheiros.[48]

Rosângela Bellini de Oliveira, então advogada do SMSJCR, afirmaria ao *Valeparaibano*, dias depois, que as demissões de trabalhadores que haviam participado pacificamente de uma greve eram ilegais, e denunciava: "O verdadeiro interrogatório, que está sendo feito pela empresa a todos os 'afastados', também é […] um verdadeiro absurdo, já que não existe base legal para isso. Portanto, o que se pode concluir é que tudo está errado no processo."[49] As dispensas serviriam ainda para impedir a eleição de uma comissão de fábrica, anteriormente conquistada pelos trabalhadores da Embraer e que estava para ser instituída no fim daquele mês. A empresa alegaria, segundo *O Valeparaibano* de 29 de agosto, que a justificativa para o adiamento da eleição seria a falta de candidatos, o que não deixava de ser irônico, uma vez que todos eles se encontravam na lista de afastamentos. Em muitos casos, aquelas demissões foram acompanhadas de episódios claros de constrangimento e assédio moral, com consequências profundas para os trabalhadores que as vivenciaram. Marcílio de Souza Lima foi um dos demitidos da Embraer que enfrentou uma experiência desse tipo. Ele conta:

> O gerente da minha divisão, o coronel Rubens, ele chamou toda a divisão e colocou aquele grupo de setenta funcionários de um lado e eu do outro, e eu pequeninho ali naquele meu lado, ele começou a falar que eu não era um indivíduo que representasse a opinião dos funcionários ou a opinião da empresa, e começou a denegrir minha imagem perante aqueles funcionários, né? E surtiu efeito, né, porque depois de eu ter sido demitido, nenhum dos colegas, amigos de infância, alguns eu tinha indicado pra entrar na empresa e se encontram na empresa até hoje, nenhum deles continuou me cumprimentando, né? Eu fui completamente isolado do grupo social em que eu vivia a partir daquele momento.[50]

Mais tarde, a Embraer revogaria o caráter de "justa causa" das demissões, aceitando pagar aos demitidos as indenizações a que tinham direito. É possível interpretar esse gesto como um indício adicional de que o objetivo da

48 *Jornal do Metalúrgico,* nº 21, agosto de 1984.

49 *Valeparaibano*, 23/08/1984.

50 SMSJCR. *Arquivo: Dossiê Embraer*. 2011. 24 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NKTk5zfBGDI. Consultado em fevereiro de 2020.

empresa com as dispensas era, essencialmente, o de garantir a desestruturação da organização interna dos trabalhadores; desde que as demissões fossem mantidas, seu caráter e a necessidade do pagamento de valores indenizatórios eram questões secundárias. Na avaliação dos militares, o movimento grevista havia sido derrotado:

> Numa análise inicial, tem-se a impressão que o Sindicato dos Metalúrgicos/SJC fracassou nessa greve. Desde que assumiu o sindicato, no início deste ano, José Luiz Gonçalves vinha procurando fazer com que o órgão demonstrasse força e poder de luta em paralizações [sic] e negociações bem estruturadas. O que se viu agora foi um movimento sem coordenação e considerado fora de hora até mesmo por membros do Sindicato.[51]

O argumento de que o SMSJCR não tinha a categoria sob controle seria reproduzido em outros documentos elaborados por militares naquele período, configurando um duplo ataque à entidade e às ocupações como forma de mobilização. Em correspondência de 1985, redigida e assinada por Murillo Santos (chefe de gabinete do primeiro ocupante da pasta do Trabalho do governo Sarney, Almir Pazzianotto), brigadeiro do Ar, destinada a Estela Maris da Silva Assis, esposa de um dos demitidos da Embraer, o oficial utilizava-se daquela caracterização para retratar a ocupação como iniciativa de uma minoria, cerca de 150 trabalhadores "atuando à revelia do próprio Sindicato", que teriam praticado a "violências físicas e morais contra os demais empregados que queriam trabalhar" e ameaçado o "patrimônio da empresa", protagonizando "cenas de vandalismo" e "flagrante insubordinação". Mais que isso, segundo Santos, tratava-se de um movimento "*nitidamente político e não reivindicatório*, decidido por poucos empregados interessados em conturbar a ordem". Ainda de acordo com o brigadeiro do Ar, as demissões teriam sido consequência de uma rigorosa apuração de responsabilidades, e o recuo da estatal em relação à "justa causa" das punições se dera apenas "por motivos humanitários e em razão do momento social então vigente".[52]

De fato, não podemos descartar a hipótese de que, diante do sucesso das ocupações de abril e dos avanços em matéria de organização de base, com a conquista de comissões de fábrica e CIPAs combativas, as ocupações do segundo semestre tenham sido decididas no nível das fábricas, talvez, de maneira mais intempestiva, sem o mesmo grau de coordenação e preparação das mobilizações deflagradas durante a campanha salarial anterior. Ainda

51 "Informação nº 468/84 E242", de 25 de setembro de 1984. fls. 5.

52 Gabinete do Ministro do Trabalho (Correspondência). Remetente: Murillo Santos. Destinatária: Estela Maris da Silva Assis. Brasília, 1 de julho de 1985. 3 fls. Consultado junto ao Setor de Imprensa do SMSJCR. Os grifos são meus.

assim, é interessante aproximar as visões militares acerca da ocupação de agosto na Embraer com um documento do CECOSE, sobre a tomada da GM por seus operários, quatro meses antes. Naquela ocasião, o representante da GM avaliara que o SMSJCR estava bem organizado e que o comando de greve tinha "controle quase total sobre os operários", que não haviam praticado "depredações, nem furto ou violência".[53] Entretanto, se o problema não era o comportamento dos operários que participavam da ocupação, nem por isso se poupavam críticas à diretoria da entidade, "totalmente infiltrada por membros da Juventude Socialista" – mais exatamente, do Alicerce da Juventude Socialista (AJS), grupo de curta existência ligado à CS, amplamente monitorada pelos aparelhos de informações estatais naquela conjuntura.[54] Na insinuação do representante da GM, também estava materializada a tese de que as ocupações eram ações de minorias com interesses políticos próprios. A alegação do membro do CECOSE sequer se sustentava objetivamente, posto que a CS não detinha a maioria dos cargos na direção do SMSJCR, mas a estratégia de responsabilização dos trotskistas pelos movimentos mais audaciosos dos metalúrgicos do Vale não era nova. Adiante, apontaremos como seu uso também se generalizou no interior do chamado "novo sindicalismo", de maneira às vezes envergonhada, às vezes explícita.

Esse fenômeno se intensificaria no ano seguinte, mas o balanço público das greves de agosto de 1984 entre os sindicalistas da região já permitia antever sinais das polêmicas por trás dele. José Laurindo Portela, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de São José dos Campos – categoria que também vivenciara a renovação sindical em curso no Vale, mas cuja entidade não se associara nem à CUT nem à central concorrente, a Conclat[55] –, foi a público declarar que a greve da Embraer fora "impensada" e que o fracasso das lutas na estatal e na National poderiam "levar à desmobilização de outras categorias, que, de agora em diante, terão

53 "Info. nº 043/SIS/EEAer/84", de 18 de abril de 1984. fl. 3. Arquivo Nacional, Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/VAZ 026-0089).

54 A "Informação nº 468/84 E242", de 25 de setembro de 1984, por exemplo, demonstra a atenção conferida pelos militares à Convergência Socialista e o protagonismo de sua militância nas mobilizações, segundo a avaliação dos oficiais de informações. No referido relatório, mencionam-se oito nomes de ativistas "identificados junto aos portões da Embraer" na ocasião da ocupação de 10 de agosto; quatro são apontados como militantes da CS. O vereador Ernesto Gradella e a operária Amelia Naomi Omura, diretora do SMSJCR que se destacaria na mobilização da National no fim do mês, eram acusados de haver incitado os grevistas. Amelia era monitorada pela chefia da National pelo menos desde novembro de 1983, como atesta a "Informação nº 193/A-2/IV COMAR". Segundo o chefe de segurança da empresa (que acreditava que a operária era militante do PC do B), Amelia era "líder dos funcionários e, também, a que mais agita, estando sempre à testa de todos os movimentos grevistas". Outro exemplo, anterior, de monitoramento da militância da CS é o "Informe nº 2403-S/102-A6-CIE", da inteligência do Exército, sobre a atuação do "Alicerce da Juventude Socialista" na Embraer, mencionando cinco militantes da Convergência que haviam sido demitidos da estatal (quatro deles logo após a greve geral de 1983, que discutimos no Capítulo I deste volume) e outro que continuava empregado na empresa. De acordo com o documento, estavam então em curso reuniões "para orientar 04 (quatro) novos militantes do Núcleo EMBRAER, todos funcionários", dirigidos pelo demitido Antonio Donizete Ferreira, o "Toninho". O "Informe nº 822/A2/IV COMAR", de 9 de dezembro de 1983, por sua vez, apresentava cifras bem mais impactantes, alegando que a organização teria, somente entre os funcionários da estatal, cerca de "30/40 simpatizantes ou 'militantes aderentes'".

55 Central sindical impulsionada pelo PCB, PC do B e PMDB, entre outros agrupamentos que não aderiram à CUT, após o fracasso das tentativas de construção de uma entidade única, entre 1981 e 1983. Em 1986, a Conclat passaria a chamar-se CGT. Setores e figuras tradicionalmente associados ao "peleguismo" ocupariam lugar de destaque na CGT, a exemplo do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, o "Joaquinzão", que também seria o primeiro presidente da CGT.

medo da repressão dos patrões e das demissões por justa causa". Na mesma ocasião, Portela também insinuara que o SMSJCR estava "infiltrado por grupos que radicalizam e só acabam atrapalhando os trabalhadores".[56] Na semana seguinte, o vice-presidente da entidade metalúrgica, José Benedito de Oliveira, membro da CS, responderia às declarações de Portela, alegando considerar seu teor surpreendente, dado que os metalúrgicos reconheciam Portela como uma liderança combativa, de quem não esperavam que fizesse "coro com os patrões da região" e "com grupos de extrema direita", "que atribuem as greves a uma 'minoria radical'".[57]

A imprensa local, por sua vez, também endossava a interpretação de que as greves da National e da Embraer haviam sido equivocadas e derrotadas. Em um artigo de 23 de agosto, o *Valeparaibano* qualificava as paralisações como "movimentos sem coordenação e fora de hora, e até mesmo contra a vontade da maioria da diretoria do sindicato" (insinuando a responsabilidade da Convergência), que contrastavam com as greves realizadas até então, "paralisações e negociações bem estruturadas e com reivindicações que expressavam a verdadeira vontade dos trabalhadores das empresas". Os "dois erros (o início das duas greves)" de agosto, pelo contrário, teriam abalado a imagem do SMSJCR e, para as empresas, representavam "um prato cheio". O jornal chegava a aventar a hipótese de que a National houvesse jogado com a duração da greve, apesar dos prejuízos acumulados ao longo de doze dias de paralisação, somente para impor um acordo rebaixado e ter a oportunidade de desmoralizar "ainda mais o sindicato, *pelo uso da força*", e ia mais longe, conjecturando que as perdas financeiras da National poderiam ter sido bancadas pela "união das empresas" da região, unidas por seus interesses comuns:

> A conclusão disso: ela [a National] pode não ter arcado com as perdas sozinha. As outras empresas, que também estariam interessadas em diminuir a força do sindicato, podem ter feito um acordo, e de alguma maneira dividiram os prejuízos, de tal maneira que a National não sofresse sozinha.
>
> Provar essa teoria certamente será muito difícil, já que as empresas jamais admitirão que isso possa ter acontecido. Na verdade, elas certamente terão a desculpa de que foi o sindicato quem errou ao iniciar as greves, e por sua vez a entidade também não terá como negar que esse erro realmente existiu.[58]

56 *Valeparaibano*, 14/10/84.

57 *Valeparaibano*, 20/10/84.

58 *Valeparaibano*, 23/8/84. O grifo é meu.

A "teoria" apresentada pelo periódico talvez não possa ser verificada, mas hoje sabemos com segurança que, àquela altura, a "união das empresas" do Vale do Paraíba estava consolidada, ao menos para garantir o intercâmbio de informações e a elaboração de estratégias para a contenção do grevismo. O tratamento dispensado às ocupações de agosto de 1984 pela National e pela Embraer foi caracterizado, por Caio Guerra, como parte da *organização da reação*: se, nas ocupações do primeiro semestre, a tônica havia sido dada pelas conquistas de acordos vantajosos, reajustes e comissões de fábrica, a partir dali, as ocupações tenderiam a ser neutralizadas "pela articulação entre Justiça do Trabalho", decidindo rapidamente pela ilegalidade das greves que recorriam àquela tática, "e forças de segurança do Estado", que prontamente promoviam a desocupação das empresas. Por sua vez, a retaliação patronal, materializada principalmente nas demissões e nos afastamentos de ativistas, em uma verdadeira "caça às bruxas", certamente objetivava "'quebrar a espinha' da organização da categoria, atacando as Comissões de Fábrica e desmoralizando os dirigentes sindicais".[59] Conforme discutimos no segundo capítulo deste trabalho, a colaboração patronal-estatal para a repressão daqueles movimentos já havia se materializado em um organismo regular, e a participação policial na contenção do movimento operário não se limitava à repressão de piquetes e desocupação das fábricas, envolvendo também a troca de dados com os serviços de segurança das empresas e o monitoramento de ativistas. Mas, apesar da crescente contraofensiva empresarial-estatal, a maior e mais importante ocupação de fábrica em São José dos Campos ainda estava para acontecer.

Enquanto isso, em Volta Redonda, na área fluminense do Vale do Paraíba, o ano de 1984 também marcara a substituição de uma gestão sindical considerada moderada, ou mesmo "pelega", a de Waldemar Lustoza, por outra ligada ao "novo sindicalismo", encabeçada por Juarez Antunes, cuja formação acompanhamos no primeiro capítulo deste trabalho. Assim como ocorrera em São José, a nova gestão do SMVR promoveu o desmonte da estrutura "assistencialista" do sindicato:

> A burocracia sindical e os serviços assistencialistas consumiam a maior parte da receita do Sindicato (180 funcionários, sendo 20 dentistas e 30 médicos). A concepção de que Sindicato era a "arma do trabalhador" na luta contra a exploração do Capital demandava uma radical reestruturação da máquina sindical, reduzindo drasticamente os serviços assistencialistas e ampliando os gastos com assessoria, comunicação, formação e militância. A participação, informação com boletins diários

59 GUERRA, *Op. cit.*, pp. 129-30.

> e mobilização da categoria dentro da Usina passam a ser o objetivo prioritário da atividade sindical metalúrgica.[60]

É também em 1984 que os metalúrgicos da CSN deflagram, pela primeira vez em duas décadas, uma greve como tática para fazer avançar suas negociações salariais, em 20 de maio. Excetuando-se breve parede em 1º de abril de 1964, organizada contra o golpe militar, as greves não faziam até então parte da história daquela empresa, marcada por uma tradição corporativo-paternalista de gestão, calcada na ideia de uma "família siderúrgica" que unia diretores e operários em prol da CSN. Conforme discutimos, essa filosofia se aliava à concessão de importantes benefícios e de algumas vantagens materiais aos trabalhadores da usina, se comparados aos operários de outras fábricas, e se combinava ainda com a repressão e o disciplinamento, no espaço da empresa e fora dele, para reduzir ao máximo os riscos de que os interesses operários se organizassem e emergissem como conflito. Vale lembrar que a ingerência da estatal sobre diversos aspectos do cotidiano de seus trabalhadores, inclusive para além dos muros da usina, resultava do fato de que o município de Volta Redonda efetivamente surgira em função da CSN, responsável por construir moradias, prédios e vias da cidade e providenciar diversos de seus serviços básicos, condições de possibilidade do funcionamento da própria siderúrgica. De acordo com Edilson Graciolli, somente com "a emergência de propostas e práticas vinculadas ao chamado Novo Sindicalismo" é que o SMVR e o movimento sindical da região assumiriam uma postura combativa e "de maior agudeza no que se relaciona à mobilização dos trabalhadores".[61]

A primeira greve ocorrida em Volta Redonda nesse novo contexto sindical já recorre ao método da ocupação de fábrica. Historiada por Mangabeira[62] e por Graciolli[63], aquela mobilização "contou com a participação das mulheres e filhos dos operários, que se concentravam em frente da CSN, enquanto estes ocupavam o seu interior". Embora não devamos considerar que se trate de mera coincidência a emergência de uma greve com ocupação na siderúrgica fluminense justamente no ano em que a tática se generalizava como forma de luta metalúrgica em localidades próximas, Sandra Veiga e Isaque Fonseca registram que foi outra e muito simples a razão pela qual os operários da estatal optaram pela greve de ocupação: diante das peculiaridades do funcionamento da usina, ocupar era a única maneira de se fazer uma greve responsável na CSN. Nas palavras de Fonseca, dirigente sindical metalúrgico em Volta Redonda na década de 1980:

60 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS – VOLTA REDONDA. *Relatório Final*. Volta Redonda/RJ, setembro de 2015, p. 459.

61 GRACIOLLI, E. *Um caldeirão chamado CSN*: Resistência operária e violência na greve em 1988. 2ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 49.

62 MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do Novo Sindicalismo*: democracia e política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, pp. 81-90.

63 GRACIOLLI, *Op. cit*., p. 75 ss.

> A greve de ocupação, na minha opinião, é uma forma superior de luta operária. Mas de qualquer maneira, na CSN, só existe uma maneira de fazer greve: ocupando. Isso se a direção do movimento se coloca, junto com o movimento, em defesa do patrimônio da empresa. Sem ocupação não se faz greve, pois quem vai cuidar dos equipamentos lá dentro? Vai-se deixar os equipamentos por conta da Polícia Militar, do Exército ou da direção da empresa? Tem que ter trabalhador lá dentro pra tomar conta dos equipamentos; tomar conta do gasômetro, dos altos-fornos, da coqueria, da fábrica de oxigênio, tomar conta de uma máquina de corrida contínua, de um painel, de um computador.
>
> […] esse negócio de que o Exército toma conta do patrimônio é mentira. Eles entram na usina é para tirar operário lá de dentro na porrada e acabar com a greve. Qualquer operário já sabe disso. E eles lá entendem alguma coisa de alto-forno? [64]

Por ocasião da greve de maio de 1984, tornaram-se públicas, pela primeira vez, as divergências no interior da gestão Antunes, envolvendo, novamente, referências à CS, muito embora os trotskistas não fossem tão fortes em Volta Redonda quanto eram na região de São José dos Campos. Alguns diretores do SMVR defendiam a posição de que a greve deveria ser sustentada por tanto tempo quanto fosse possível, já que acreditavam na possibilidade "de a ação vir a tornar-se um modelo de pressão sobre o governo para os operários de todo o país", impulsionando o fim da ditadura. De acordo com Wilma Mangabeira, aqueles diretores, em minoria na gestão, sequer eram membros da CS – dois deles, no fim da década de 1980, adeririam à Causa Operária, outra corrente trotskista que atuava no PT – e não aceitavam o rótulo de "grupo da Convergência Socialista", mas Antunes e a maioria da direção referiam-se a eles desse modo (seguramente, para enfatizar o suposto radicalismo de suas posições), "e foi esse o nome pelo qual passaram a ser conhecidos pelos operários". O "grupo da Convergência" defendeu, em assembleia realizada em 23 de maio, contra Antunes e outros diretores do SMVR, a continuidade da greve, e a proposta foi aceita. No dia seguinte, contudo, a ala majoritária da direção sindical, convicta da necessidade de encerrar a mobilização, submeteu novamente a questão à assembleia, que decidiu pelo fim da ocupação. Mais

64 VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. *Volta Redonda, entre o Aço e as Armas*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1990, p. 54.

tarde, o "grupo da Convergência" se veria isolado dentro da direção sindical, e acabaria expulso, formando o "Novo Grupo de Oposição".[65]

A greve com ocupação da CSN em 1984 se encerrou em 24 de maio, um domingo, com algumas reivindicações atendidas e sem repressão militar – "A PM só marcou presença".[66] Cenário muito distinto seria visto dois anos depois, quando os funcionários da siderúrgica deflagraram nova greve, rapidamente respondida com a primeira invasão da usina pelo Exército para desbaratar o movimento, expediente que se tornaria rotineiro em Volta Redonda no período seguinte. A partir de 1987, as tentativas de luta operária sofreriam também a repressão promovida pela direção da CSN, ela própria cada vez mais militarizada:

> Fizeram um ataque violento à organização sindical. Demitiram os ativistas todos, demitiram os "cipeiros", puseram o resto da diretoria do sindicato em inquérito administrativo. Os diretores do sindicato têm estabilidade por lei, mas todos ficaram fora da fábrica sem direito de entrar na usina. Fizeram aquela limpeza – operação arrastão. Dessa vez foi a empresa que arrastou.[67]

O acirramento das tensões entre operários e militares, que tornavam "insuportável o ambiente na usina"[68], chegaria a extremos em 1988, como veremos no próximo capítulo desta obra.

3.3 AS GREVES DE 1985 E A OCUPAÇÃO DA GENERAL MOTORS

Apesar de as greves do segundo semestre de 1984 na região de São José dos Campos terem sido interpretadas por patrões, imprensa e militares como derrotas para o SMSJCR, no ano seguinte, os impulsos grevistas da categoria não foram refreados. Ainda em fevereiro de 1985, ocorreu uma ocupação nas instalações da Mafersa, estatal fabricante de trens, rodas e eixos, entre outros materiais ferroviários. A empresa localizada em Caçapava já havia sido ocupada por seus funcionários durante a campanha salarial do ano anterior. A

65 MANGABEIRA, *Op. cit.*, pp. 101-3. Ainda segundo Mangabeira, "a expulsão do grupo da direção do Sindicato aponta para a dificuldade da liderança no poder de admitir a permanência de um grupo de oposição, de conviver com ela e aceitar a existência de ideias competitivas dentro do Sindicato". Nos anos seguintes, a exclusão dos opositores se tornaria o "padrão de 'resolução de crises'" da gestão Antunes. *Ibid.*

66 VEIGA; FONSECA, *Op. cit.*, p. 55.

67 *Ibid.*, pp. 73-4.

68 GRACIOLLI, *Op. cit.*, p. 87.

ocupação de fevereiro de 1985 foi promovida em resposta à decisão do TRT pela ilegalidade de uma greve, que, por sua vez, parece haver sido iniciada depois de uma demissão considerada injusta por trabalhadores da fábrica. O SMSJCR avaliaria, depois da greve, que os objetivos da diretoria da fábrica eram similares aos de outras empresas em mobilizações recentes: desestruturar a Comissão de Fábrica combativa que havia sido eleita na Mafersa e intimidar os trabalhadores.[69]

Um relatório da inteligência do Exército sobre os acontecimentos na Mafersa estabelecia que a mediação do conflito pela representante do Ministério do Trabalho em São José dos Campos, Célia Maria de Santana[70], fracassara, e que na reunião, o presidente do SMSJCR, José Luiz Gonçalves, haveria dito que "o Brasil se transformaria em um Vietnã e seu desejo era um trabalhador mártir na porta de cada fábrica". Segundo o documento, a ocupação, realizada em 16 de fevereiro, tinha entre seus líderes o próprio José Luiz, além de Amélia, Toninho e outros diretores do sindicato. Os ocupantes teriam impedido a saída de quatro diretores da fábrica, liberando-os somente após solicitação do delegado de polícia de Caçapava. Dois dias depois, enquanto a fábrica seguia ocupada pelos grevistas, a Mafersa iniciou o processo de retaliação com "a demissão de cerca de 40 funcionários entre comissão de fábrica e outros elementos envolvidos com o movimento".[71]

Em 20 de fevereiro, ainda durante a ocupação da fábrica, o rompimento repentino de tubulações no interior da planta gerou suspeitas de sabotagem. Imediatamente, o SMSJCR registrou o acidente junto à polícia e à Secretaria Estadual do Trabalho, solicitando investigações. Do órgão trabalhista, esperava-se ainda que atuasse junto à Mafersa para solucionar o impasse na fábrica e reverter as demissões, mas a empresa não aceitou negociar antes que a ocupação se encerrasse. Os grevistas se retiraram do interior da planta, mas permaneceram concentrados diante de seus portões. Ainda de acordo com o relatório militar, em 25 de fevereiro, com o movimento já esvaziado, "os funcionários desejosos de trabalhar resolveram se mobilizar e com proteção policial, cerca de 400 trabalhadores começaram a operar a fábrica [...] desafiando dessa forma o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos

69 *Jornal do Metalúrgico*, Ano IV, nº 24, fevereiro de 1985, p. 8.

70 Célia Maria de Santana era uma figura malquista entre setores do "novo sindicalismo" da região. De acordo com José Dias, sindicalista do ramo dos condutores, que também haviam deflagrado uma greve em fevereiro de 1985, Santana buscara coibir a paralisação dos motoristas, ameaçando-os com uma intervenção sindical, mais tarde efetivada: "[...] a doutora Célia Santana, que foi o maior braço direito da ditadura aqui em São José dos Campos e a gente não ouve falar dessa senhora, e essa senhora massacrou muitos trabalhadores aqui e muitos sindicatos, foi ela que, da sacada do prédio do Ministério do Trabalho, gritava para nós, para mim e para o Acácio Costa: – 'se vocês fizerem greve nós vamos intervir no sindicato'. E aconteceu no dia 1° de fevereiro de 1985, no finalzinho da tarde, começo da noite, eu fiquei sabendo através do Jornal Nacional que o nosso sindicato sofreu intervenção do Ministério do Trabalho". APMSJC. *Anais da Câmara Municipal de São José dos Campos. Comissão da Verdade Michal Gartenkraut. Sétima Audiência Pública – Parte I. "A Luta pela Anistia dos Trabalhadores Demitidos por Motivo de Greves na Ditadura Militar"*. Depoimento de José Dias. 26 de março de 2014. Anexo I, Apostila XIII, fl. 49.

71 Ministério do Exército. Cmdo II Ex – 2ª Seção. "Informação nº 00067-E242", de 26 de março de 1985. 3 fls.

e conhecidos ativistas da CS, que os intimidavam".[72] O teor do comentário presente no documento a respeito daqueles eventos beira o comemorativo:

> Ressalta-se que a reação coordenada da Mafersa não cedendo às pressões, mesmo as políticas, apoiando àqueles que desejavam retornar ao trabalho, e com auxílio policial, colocou em "cheque" [sic] o movimento, apanhando de surpresa os líderes ativistas presentes.
>
> A surpresa maior se deu, principalmente, pela iniciativa dos funcionários da empresa, rompendo com a passividade e apatia, o que os tornavam [sic] uma "massa de manobra" favorável às bandeiras esquerdistas.[73]

Embora esse e outros relatórios de inteligência pintassem um quadro de desmoralização do SMSJCR, a explosão de greves durante a campanha salarial de 1985 demonstraria que, uma vez mais, a categoria, de fato, rompera com a "passividade e a apatia", mas não no sentido pretendido pelos militares. 47 pontos compunham a pauta apresentada pela entidade na campanha. Quanto ao salário, os metalúrgicos reivindicavam um mínimo de 20% de aumento real, acima das taxas acumuladas de inflação, além de reajustes mensais de acordo com o aumento do custo de vida. Também demandavam estabilidade no emprego para todos os trabalhadores do setor, até março de 1986. Entre diversos pontos de destaque na pauta, vale mencionar as reivindicações por *salário substituição* (o empregado que substituísse outro de salário maior, passaria a receber salário igual ao do substituído) e *salário admissão* (o empregado admitido para exercer a mesma função de outro cujo contrato houvesse sido rescindido por qualquer motivo, deveria receber a mesma quantia anteriormente paga ao funcionário demitido), propostas concretas para barrar a política de rotação de força de trabalho imposta pelas empresas que demitiam funcionários que recebiam salários mais altos para admitir novos empregados (às vezes, ironicamente, recontratando seus próprios ex-funcionários) que ingressavam ganhando salários mais baixos. Também compunham a pauta as exigências pela estabilidade dos empregados acidentados, a garantia do emprego das gestantes, estabilidade para reclamantes na Justiça do Trabalho, efetivação dos trabalhadores "temporários" e o fim desse tipo de contrato, além da demanda pela instalação de CIPAs e pelas garantias de liberdade sindical.[74]

72 *Ibid*., fls. 2.

73 *Ibid*., fls. 3.

74 *Jornal do Metalúrgico*, Ano IV, nº 24, Fevereiro de 1985. pp. 3-6.

A principal bandeira da campanha, todavia, seria a *redução das jornadas de trabalho*, visando o estabelecimento de um limite de 40 horas semanais. Os operários previam que haveria resistência patronal quanto a esse ponto da pauta, que só poderia ser conquistado com greves longas. No mês de março, as primeiras rodadas das negociações entre a FIESP e os sindicatos do Grupo Independente não trouxeram avanços significativos e, em 3 de abril, cerca de mil metalúrgicos de São José dos Campos e região promoveram uma passeata para dar visibilidade à demanda. De acordo com o sindicato da categoria, que panfletou uma carta aberta à população na ocasião, a redução da jornada conduziria à abertura de novos postos de trabalho, para que os níveis de produção fossem mantidos: "Se conseguirmos alcançar este objetivo, estaremos criando, só em São José dos Campos, Caçapava, Jacareí e Santa Branca [base territorial do SMSJCR], 7.200 novos empregos".[75]

A GM era apontada pelos metalúrgicos como uma das empresas que impunham as mais longas jornadas de trabalho da região – considerando-se as horas extras, muitas vezes impostas, a carga de trabalho semanal chegava facilmente às 60 horas.[76] Caio Guerra aponta que houve um incremento significativo nas jornadas de trabalho na montadora (que até então, eram de 40 horas semanais) em 1976, como resultado de um "acordo de ampliação de jornada" que estabeleceu uma base de 48 horas por semana; na ocasião, operários que rejeitaram o acordo foram demitidos.[77]

Na montadora, as tensões acumuladas ao longo de anos entre operários e chefia, que já haviam aflorado na ocupação de abril de 1984, seguiam se intensificando. No livro *Ação e Razão dos Trabalhadores da General Motors*, elaborado por uma comissão de operários depois da greve de 1985, são listadas uma série de violências praticadas pela empresa contra seus operários, motivos de sua indignação. O primeiro tópico da lista era justamente a "violência da chefia", responsável por criar um "clima de terror" dentro da empresa através do autoritarismo.[78] Um exemplo entre muitos, divulgado pelo *Jornal do Metalúrgico* em agosto de 1984, era o comportamento dos supervisores da seção de Modelagem da área de Fundição da GM, Constantino, funcionário aposentado que seguia ativo, e Carlinhos, "um ex-militar frustrado", segundo a publicação dos metalúrgicos. Entre os comportamentos e as medidas abusivas implementadas pelos "chefetes", "verdadeiros ditadores dentro da fábrica", o jornal listava a marcação de horas extras sem comunicados ou consultas aos operários escalados, a tolerância reduzida aos atrasos em comparação à regra

75 *Valeparaibano*, 05/04/1985, p. 7. A carta aberta é reproduzida integralmente nessa edição do jornal.

76 FGMSJCR, *Op. cit.*, p. 25.

77 GUERRA, *Op. cit.*, p. 190.

78 FGMSJCR, *Op. cit.*, p. 20.

vigente no restante da fábrica[79] e a impossibilidade da escolha de turnos ou da marcação de férias a pedido dos trabalhadores.[80]

Além da obra publicada pelos próprios metalúrgicos ainda em 1985, existem outros dois importantes trabalhos que tratam da ocupação da montadora pelos operários naquele ano. O livro de Celso Horta[81], *A Greve da GM*, publicado em 1993, apresenta os acontecimentos e seus desdobramentos em estilo mais próximo da linguagem jornalística, amparando-se em entrevistas e depoimentos dos participantes. O resultado de seu trabalho, endossado pela diretoria do SMSJCR à época, é uma narrativa que articula a greve aos acontecimentos políticos do período e que explora suas consequências sobre as trajetórias dos trabalhadores que nela tomaram parte. O livro ainda traz como apêndice as "Alegações Finais" da defesa dos trabalhadores processados criminalmente por conta de sua participação na ocupação da fábrica, de modo que *A Greve da GM*, de maneira similar a *Ação e Razão*…, tem grande valor como fonte secundária de nossa investigação. Por sua vez, a dissertação de Caio da Silva Guerra, amplamente citada em nosso trabalho, apresenta um tratamento bastante detalhado da greve de 1985 e de seus antecedentes. Aqui, recuperaremos alguns dos argumentos e fontes apresentadas pelo historiador, a cujo trabalho remetemos para uma discussão mais aprofundada da construção e do cotidiano da greve, e, agregando novas fontes, especialmente as colhidas junto aos arquivos policiais, discutiremos mais detidamente a repressão que aquela mobilização desencadeou. Para isso, partiremos de uma breve exposição do contexto político e dos acontecimentos daquela campanha salarial, que culminaram na fatídica ocupação de 25 de abril.

***

O segundo trimestre de 1985 foi um período de grande instabilidade para o projeto de transição conservadora no Brasil. Embora a transição sob a tutela militar parecesse cada vez mais consolidada, como havia demonstrado o arranjo que viabilizou a eleição indireta de Tancredo Neves (PMDB), mantendo a população afastada do processo decisório, aquela estabilidade aparente se veria rapidamente perturbada pelo agravamento da crise econômica, combinando inflação e recessão. O historiador David Maciel assim sintetiza o processo de deterioramento do quadro econômico em curso entre 1982 e 1985:

79 Em outras seções da GM, havia uma tolerância de dez minutos, mas na Modelagem da Fundição o limite para os atrasos, imposto por Constantino e Carlinhos, era de apenas três minutos a cada 60 dias; os trabalhadores que excedessem esse limite eram punidos com a perda do descanso semanal remunerado. *Cf. Jornal do Metalúrgico*, Ano III, nº 21, agosto de 1984. p. 7.

80 *Ibid*.

81 HORTA, Celso. *A greve da GM*. São Paulo: Página Aberta, 1993.

> Pressionado pelos compromissos externos derivados da gigantesca dívida e pelo crescente déficit público, o governo desencadeou a "ciranda financeira", permitindo a especulação com seus títulos e protegendo os aplicadores da corrosão inflacionária, o que favoreceu a concentração de renda e o achatamento da renda salarial. As contradições entre as frações hegemônicas do bloco no poder e o governo militar voltavam a se intensificar, determinando a decomposição de sua capacidade de direção política e a crise do cesarismo militar. Por outro lado, as classes subalternas radicalizavam sua postura oposicionista, retomando sua capacidade de mobilização e organização. A fundação da CUT, em 1983, e a campanha das "Diretas Já", entre 1983 e 1984, foram resultados deste processo.[82]

Durante a composição de seu governo, Tancredo privilegiou os setores "autocráticos" (a expressão é de Maciel) da sociedade brasileira, cujos representantes foram indicados para 27 de 33 cargos de primeiro escalão, evidência do amplo predomínio do "campo conservador comprometido em preservar, o máximo possível, a antiga institucionalidade política". Na esfera econômica, Tancredo alinhava-se com a perspectiva "ortodoxa" de enfrentamento da crise, que já vinha sendo experimentada desde o final do governo Figueiredo. Embora as mais diversas frações burguesas concordassem quanto à necessidade de conter a inflação, alguns segmentos, com destaque para o grande capital industrial privado nacional, exigiam mais do novo governo: o presidente da FIESP, Luís E. Vidigal, defendia então uma posição segundo a qual o controle inflacionário não bastaria se não fosse acompanhado do saneamento das contas públicas e de uma série de reformas, entre elas a monetária, a fiscal e a salarial, o que indicava a adesão de uma fração importante do empresariado nacional a uma agenda "heterodoxa".[83]

Reconhecendo o cenário de crise e o peso político dos movimentos operário e popular na conjuntura da transição, Tancredo buscou construir o chamado *Pacto Social* desde antes de sua eleição. Maciel assim apresenta as linhas gerais da proposta do presidenciável:

> O núcleo fundamental do pacto proposto por ele era uma "trégua" entre empresários e trabalhadores em nome do controle da inflação e do ordenamento da

82 MACIEL, David. *De Sarney a Collor:* Reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). São Paulo: Alameda/ Goiânia: Funape, 2012. p. 56.

83 *Ibid*. pp. 63, 65-6.

> economia. Em linhas gerais, a proposta de Tancredo era a seguinte: para os trabalhadores, suspensão do direito de greve e aceitação de reajustes de, no máximo, 100% do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), por seis meses; para os patrões, em geral, garantia de redução dos lucros e não-demissões por seis meses; para os banqueiros, redução dos juros com reformulação dos prazos de vencimento e dos juros dos títulos da dívida pública. […] Esta proposta confluía para o gradualismo ortodoxo proposto para a economia, dando ao governo condições estáveis para controlar a inflação. Na prática, se o pacto funcionasse, seria como uma espécie de "congelamento branco" dos preços, sem a necessidade da adoção de medidas drásticas.[84]

Ainda em fins de 1984, Tancredo buscou explorar as divisões no interior do sindicalismo brasileiro, reunindo-se com lideranças ligadas à Conclat, mais propensa a estabelecer acordos com o governo, e ignorando a CUT, que rejeitava e criticava abertamente a proposta do pacto. Em fevereiro, depois de sua nomeação pelo Colégio Eleitoral, o presidente eleito chegou a se reunir com Lula e outros dirigentes petistas, sem que chegassem a algum acordo efetivo.[85] Em 14 de março de 1985, véspera da posse, a internação do presidente eleito e o anúncio da gravidade de seu quadro de saúde, que o impossibilitava de assumir o poder, e em seguida, a posse de seu vice, José Sarney, sacramentaram a crise política.

Foi nesse cenário, marcado pelo drama da longa agonia de Tancredo, que se desenvolveu a campanha salarial metalúrgica de abril. Sem que operários e patrões chegassem a um acordo nas primeiras rodadas de negociação, os primeiros foram à greve no dia 11. No ABC paulista, as paredes se iniciaram com os tradicionais piquetes, mas, em poucos dias, a direção do movimento passou a privilegiar outras táticas, como as operações-tartaruga e as greves de revezamento, no interior das fábricas, em que os trabalhadores batiam o ponto e cruzavam os braços, deixando as empresas ao final de seus turnos. Através desses métodos, os grevistas de São Bernardo do Campo e região buscavam "evitar a formação de piquetes e uma eventual ação da polícia". Contudo, em algumas indústrias, "os metalúrgicos optaram por manter a greve fora das fábricas, *alegando que a pressão no interior das empresas era muito grande*" (grifos nossos). De acordo com reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo*, ainda durante a primeira semana da greve, a saúde de Tancredo Neves tinha relação direta com a evolução do movimento grevista:

84 *Ibid.*, p. 70.

85 *Ibid.* pp. 70-71, 74.

> A rigor, ainda que parcialmente, houve uma volta ao trabalho, pois a grande maioria dos operários está marcando o ponto e permanece no interior das empresas. Na base dessa alteração de estratégia, identifica-se claramente o cuidado dos metalúrgicos de não comprometer sua imagem, em função de uma greve deflagrada e sustentada simultaneamente ao agravamento do estado de saúde do presidente eleito Tancredo Neves. Essa preocupação, em São Bernardo, é uma constante, a ponto de já se admitir a suspensão da greve em caso de impedimento definitivo de Tancredo.[86]

A greve em São José dos Campos e região também se iniciou em 11 de abril, com paralisações na GM e outras sete empresas (Inbrac, Ibrape-Philips, Bundy, Ericsson, Sade, Fi-El e Swissbras).[87] O Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região (SMTR), que já vinha incentivando a operação-tartaruga nas fábricas da base desde o início de abril, também decretou a greve na mesma data. André Franco Montoro (PMDB), governador paulista, manifestou-se no primeiro dia da greve, clamando por uma negociação em termos que evocavam o pacto social do presidente hospitalizado: "Como governador, eu faço um apelo que se procure uma solução de harmonia, de conciliação dentro da linha pregada, defendida e simbolizada por Tancredo Neves".[88] No dia seguinte, contudo, Montoro já havia endurecido seu discurso, ameaçando usar a lei de greve contra a categoria, em caso de uma paralisação prolongada.[89]

De maneira similar ao que havia ocorrido nas greves do ano anterior, no Vale do Paraíba, os grevistas se concentraram no interior das fábricas, antecipando a tática que seria implementada dias depois no ABC, para evitar a repressão policial. Mas, em São José dos Campos, ainda havia diversas fábricas com assembleias por realizar, e algumas delas estavam particularmente preparadas para a iminente paralisação. Era o caso da Embraer, que negociava em separado. Diretores da estatal já haviam se reunido com o SMSJCR duas vezes nos dias anteriores, e outra reunião estava marcada para a sexta-feira, 12 de abril. Entretanto, a empresa também adotara um "sistema de segurança rígido", e tal rigidez se manifestou ainda no dia 11, quando os guardas da estatal receberam o presidente do SMSJCR com "chutes e cacetadas na cabeça", durante uma tentativa de panfletagem sobre as negociações da campanha no estacionamento da empresa. A versão dos acontecimentos apresentada pelo assessor de comunicação da Embraer, Mario Galvão, era bastante diversa.

86 *Folha de S. Paulo*, 16/04/1985, p. 12. A frase citada no parágrafo anterior foi extraída da mesma reportagem.

87 *Jornal do Metalúrgico*, Ano IV, nº 25, julho de 1985, p. 2; *Valeparaibano*, 11/04/1985, p. 1.

88 *Valeparaibano*, 11/04/1985, p. 5.

89 *Valeparaibano*, 12/04/1985, p. 1.

Galvão alegava que José Luiz Gonçalves e outros quatro sindicalistas haviam invadido o estacionamento dentro de um automóvel, "atropelando um guarda de segurança e ferindo outros dois".[90] As únicas testemunhas apresentadas pela empresa, que chegou a prestar queixa contra o dirigente sindical, eram outros quatro guardas de seu serviço de segurança. José Luiz, barbaramente agredido por cerca de 15 pessoas, negava a acusação e apresentou seu relato ao jornal local:

> Eles me derrubaram no chão, chutaram minha cabeça, deram cacetada. Teve um que puxou arma. Me bateram, e nos outros, para que a gente saísse antes da saída do pessoal [operários do turno, que receberiam os panfletos]. Eu entrei no carro, tentaram virar o carro com a gente dentro, quebraram o vidro e me arrancaram pra fora. Me bateram de novo, agora com trabalhador olhando. Quem tentou ajudar apanhou também. Um guarda preto, à paisana, me agarrou por trás e começou a me enforcar, enquanto outros me batiam. Eu só sei que caí no chão, tiraram a chave do nosso carro e eu acabei socorrido por um trabalhador.[91]

A declaração de José Luiz indicava a participação de seguranças *à paisana* na vigilância da fábrica, algo que, ao que consta, não era parte dos usos comuns da segurança patrimonial da estatal, cujos funcionários atuavam uniformizados. Possivelmente, a Embraer recorrera à contratação de seguranças temporários ou informais, para atuar especificamente na contenção do movimento grevista. Como veremos adiante, naquele mesmo mês, diversas empresas da região empregaram esse expediente, favorecendo a proliferação dos episódios de violência contra grevistas – somente na National, seriam contratados 60 novos seguranças.[92] No dia seguinte ao espancamento de José Luiz, o vereador Ernesto Gradella foi a público denunciar que as maiores indústrias da região estavam montando "'exércitos particulares', com a função exclusiva de reprimir os movimentos reivindicatórios dos operários". Registrava o *Valeparaibano*:

90 *Ibid.*

91 *Ibid.*, p. 5.

92 *Valeparaibano*, 14/04/1985, p. 10.

> Gradella vê na criação destas milícias particulares uma ameaça até mesmo à ordem institucional vigente, "porque o direito de greve, consagrado pela legislação, fica ameaçado, pois o trabalhador se amedronta com a brutalidade com que agem essas milícias".[93]

Outro lamentável caso de agressão perpetrada por seguranças contra um trabalhador metalúrgico havia acontecido no dia 10 de abril, véspera da greve, na siderúrgica Fi-El. Talvez, o clima de iminência da paralisação tivesse exaltado os ânimos das chefias e da equipe de segurança, mas o fato é que o caso sequer tivera relação com a mobilização. O operário Cláudio Fidelis Ferreira foi demitido por justa causa e fisicamente agredido em seguida, "depois de ter sido insultado pelo encarregado da seção onde trabalhava", por ter se recusado a aceitar uma transferência de setor:

> O encarregado queria de qualquer maneira que eu fosse para a seção de enrolamento, que não é a minha função. Então eu disse que não ia fazer esse serviço e continuaria com o meu trabalho normal, daí começamos a discutir e Francisco chegou a me ofender, além de falar que já estava demitido por justa causa. Foi quando eu pedi pra voltar à seção e pegar meu holerite, mas ele disse que eu não poderia ir até lá. Continuei insistindo que só sairia da fábrica com o papel na mão, então os seguranças se aproximaram e o chefe deles, um homem bastante encorpado começou a me bater, me deu um soco e me jogou contra a cerca. No mesmo instante, os outros guardas já estavam me segurando para que ele continuasse batendo.[94]

Apesar da resistência e da intimidação patronal, os metalúrgicos aderiam massivamente às greves daquela campanha. Em 12 de abril, os trabalhadores da Tecnasa e da Toca cruzam os braços; no dia 15, a Schrader, em Jacareí, também é paralisada. Naquele momento, estava em curso a chamada "operação vaca brava". A expressão, popular entre os membros da categoria, remetia a um animal que não se deixava domesticar, arisco e agitado, de certa forma metaforizando a determinação e a flexibilidade tática que os metalúrgicos demonstrariam em sua luta por aumentos salariais e pela re-

93 *Valeparaibano*, 13/04/1985, p. 3.

94 *Ibid.*

dução de suas jornadas de trabalho.[95] Cientes de que a pauta das 40 horas semanais não seria atingida em poucos dias de greve, as lideranças sindicais da categoria optaram por consolidar a mobilização em algumas empresas, "cinco ou seis fábricas onde desse para sustentar parado", e atuar na maior quantidade possível dos demais estabelecimentos através de piquetes (aos quais praticamente não haviam recorrido nos quatro primeiros dias da greve) e paralisações temporárias da produção, "parando uma fábrica grande num dia, uma pequena no outro, sem preocupação de mantê-las paradas". A tática visava surpreender os patrões, despistando-os quanto a quais fábricas seriam paralisadas em cada data e impedindo-os de prepararem previamente a repressão aos piquetes. De acordo com um diretor do SMSJCR, "era tática de vaca brava mesmo, só pra prensar os patrões e não deixar nenhum deles sossegado, pra que eles negociassem logo, que era o nosso objetivo".[96] Em 15 de abril, houve piquetes simultâneos em três grandes fábricas (Ericsson, National e Embraer), e a polícia não foi capaz de dissolvê-los; "a partir daí, a presença da PM na porta das fábricas torna-se uma constante".[97]

Depois de uma semana de greve, em 18 de abril, os primeiros acordos por empresa passam a ser celebrados, a começar pelas menores, como a Torin. Contando com apenas 70 trabalhadores, a companhia, presumivelmente, teria grandes dificuldades para arcar com os prejuízos de uma greve prolongada. Em seguida, a Tecnasa e a gigante Embraer também fecham acordos com a categoria; na estatal, conquista-se a redução das jornadas de trabalho, de 45 para 43 horas semanais.[98] Mas muitas indústrias, especialmente as que ainda tinham fôlego para enfrentar longas paralisações, não estavam dispostas a ceder. O setor empresarial mais duro nas negociações era o automobilístico, agrupado na Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (ANFAVEA) e no Grupo 14 da FIESP, que travavam então uma "queda de braço com o governo para alterar a rota da política econômica". Os patrões argumentavam que estavam dispostos a conceder os aumentos salariais reivindicados pelos trabalhadores, desde que pudessem repassar tais custos ao preço final dos produtos no mercado. Alegavam ainda que os reajustes de salários teriam um efeito inflacionário. Tanto o governo federal recentemente empossado quanto os sindicalistas metalúrgicos rejeitavam aqueles argumentos, e o impasse permanecia.[99]

Conforme empresas como a GM resistiam a um acordo que favorecesse as necessidades dos trabalhadores em detrimento de seus lucros, a ideia de que segmentos patronais, e especialmente as montadoras de automóveis, tentavam extrair ganhos políticos do movimento grevista ganhava adeptos para além

95 FGMSJC, *Ação e Razão*…, p. 69 ss.

96 *Ibid.* p. 90; *Valeparaibano*, 14/04/85, p. 10.

97 *Jornal do Metalúrgico*, Ano IV, nº 25, julho de 1985, p. 2

98 GUERRA, *Op. cit*., pp. 157-158.

99 *Ibid*., p. 159-160.

das fronteiras do movimento operário. Até mesmo o coronel Felício Arnaldo Buonamici, à época, comandante do policiamento da área de São José dos Campos, compartilhava daquela percepção. Celso Horta registrou a seguinte declaração de Buonamici sobre o assunto:

> Fiquei com ódio do André Beer, ex-presidente da Anfavea e outros da GM. A gente ficou com a quase certeza de que havia interesse dele e da indústria automobilística nessa greve. Tomamos conhecimento, pelos jornais, que os páteos [sic] estavam lotados. E a gente viu, lá em São José. A indústria estava interessada na greve para forçar o aumento de preços dos automóveis e obter lucros maiores na venda dos estoques.[100]

Ainda na primeira semana da greve, começaram a surgir na imprensa menções a possíveis ocupações de fábrica. Em 14 de abril, cerca de 36 mil metalúrgicos estavam parados no Vale do Paraíba, 16 mil dos quais pertenciam à base do SMSJCR (em um total de 30 mil); na base de Taubaté, que abrigava uma planta da Volkswagen, outros 20 mil estavam em greve – mais de 90% da categoria. Naquela data, o *Valeparaibano* publicava que a nova "estratégia do movimento", a partir de 15 de abril, seria ocupar os estabelecimentos industriais – o que, de imediato, não se verificou.[101] Em São Bernardo do Campo, no primeiro fim de semana de paralisação, as assembleias dos metalúrgicos decidiram pela manutenção da greve dentro das fábricas, algo que, como discutimos, não caracterizava necessariamente uma ocupação, mas o termo passava a ser cada vez mais utilizado pela mídia, de modo a ressaltar o "radicalismo" de uma greve naquela conjuntura, para a qual a fragilidade da saúde de Tancredo funcionava como um símbolo. Em sua edição de 15 de abril, a *Folha de S. Paulo* reproduzia a reação de Walter Sacca, presidente do sindicato patronal da Indústria de Máquinas e um dos líderes do Grupo 14 da FIESP, à "ideia da ocupação das fábricas", que soava como ameaça: "Toda ação gera uma reação".[102]

A reação patronal, de fato, já estava em curso e, após poucos dias de greve, a adesão da imprensa à contraofensiva se tornara nítida. Na região de São José dos Campos, a primeira ação inequívoca dessa campanha antioperária, cuja base social foi caracterizada por Caio Guerra como uma "aliança empresarial-midiática"[103], parece ter sido uma subversão (quer intencional,

100 HORTA, *Op. cit.*, pp. 30-31.

101 *Valeparaibano*, 14/04/85, p. 10.

102 *Folha de S. Paulo*, 15/04/1985, p. 7.

103 GUERRA, *Op. cit.*, pp. 172-175.

quer acidental) das denúncias que os operários vinham fazendo sobre a formação de "milícias patronais", sob a forma de serviços de segurança industrial. Quando a greve estava prestes a completar sua primeira semana e algumas empresas começavam a se dobrar aos grevistas, foi a vez de a imprensa propagar a suposta existência de "milícias metalúrgicas".[104]

Uma das primeiras utilizações da expressão "milícias metalúrgicas" para caracterizar a tática de greve empregada pelos metalúrgicos do Vale do Paraíba em 1985 parece ter sido obra de Flávio Néri, jornalista de *O Estado de São Paulo*, em reportagem de 17 de abril daquele ano.[105] Segundo Néri, que teria entrevistado "um sindicalista ligado à Central Única dos Trabalhadores", a formação das "milícias" teria relação direta com o crescimento dos serviços de segurança particular das empresas, responsáveis por dificultar as panfletagens sindicais e a realização de assembleias nas portas das fábricas.[106] De acordo com a síntese elaborada por Guerra a partir das reportagens sobre o assunto, a "milícia" teria recrutado cerca de trezentos homens para garantir as ações de greve através do recurso à violência:

> A primeira ação do grupo teria ocorrido na manhã do dia 16 nas portas da Siderúrgica Fi-El, onde "o piquete foi violento e um dos ônibus chegou a abalroar os carros dos sindicalistas, que tentavam impedir a passagem dos coletivos". Segundo o jornal [*O Estado de S. Paulo*], cerca de cem homens "dispostos a tudo" barraram diversos ônibus que transportavam os operários ao trabalho e "atritos generalizados" ocorreram com a segurança da empresa, obrigada a recuar devido à desvantagem numérica, abrindo o caminho para que os fornos da siderúrgica fossem desativados.[107]

104 Os parágrafos seguintes retomam e desenvolvem argumentos expostos pela primeira vez em MARTINS, R. "De 'Milícias' e 'Lampiões': Lutas Operárias, Segurança Industrial e Privatização da Repressão no Vale Do Paraíba, 1985-1987". *Anais do XXX Simpósio Nacional de História*. UFPE, Recife: Julho de 2019.

105 Em *Ação e Razão*…, menciona-se que o autor das reportagens e da expressão, correspondente do "*Estadão*" na cidade, curiosamente, "nunca mais apareceu em nosso sindicato". FGMSJCR, *Op. cit.* p. 89. Entretanto, note-se que na mesma data, 17 de abril, o *Valeparaibano* também se utilizou da expressão, em reportagem de conteúdo similar.

106 *O Estado de S. Paulo*, 17/4/85, pp. 1, 21.

107 GUERRA, *Op. cit.*, pp. 148-149.

Novas reportagens referindo-se às "milícias metalúrgicas"[108] seriam publicadas nos dias 18 e 19 de abril[109], descrevendo outros piquetes organizados pelos grevistas. Na ocasião, os operários parecem haver utilizado expedientes de contrainformação, mencionando, em seus panfletos, as fábricas que seriam paralisadas e, em seguida, dirigindo-se a estabelecimentos diferentes dos que haviam sido divulgados, confundindo a patronal e a polícia. Ainda segundo Guerra, as chamadas "milícias" pouco tinham de peculiar em relação a outras ações de greve anteriormente empregadas, na região e em diversos outros lugares, pelas mais variadas categorias de trabalhadores. O que os operários estavam realizando nada mais eram que piquetes, embora com um grau de autonomia (em relação ao sindicato e às assembleias) mais amplo que o comum, decididos "pelos próprios metalúrgicos em greve, formado[s] por poucos membros, com o uso de automóveis e o objetivo de paralisar o trabalho nas fábricas da região sem anúncio prévio e apenas durante algumas horas".[110]

O SMSJCR, evidentemente, negou de imediato que os piquetes tivessem qualquer característica de "milícia". De acordo com a diretoria da entidade, "a divulgação da existência de um grupo desse tipo, que nem conhecemos, pode causar uma radicalização dos empresários, que terão argumentos para pedir maior ajuda da polícia". O presidente do sindicato era ainda mais enfático: "Não existe milícia alguma, o que nós temos são comandos de greve encarregados de fazer piquetes".[111] Subentendia-se, da declaração de José Luiz Gonçalves, que a escolha da expressão "milícia" pela imprensa era parte do problema, pois contrapunha-se ao caráter pacífico da greve e ajudava a jogar a opinião pública contra o movimento. De fato, é possível notar uma mudança, a princípio sutil, na postura da imprensa perante o movimento grevista, acompanhado o crescimento das preocupações de patrões e militares, especialmente com o fechamento dos primeiros acordos favoráveis aos operários e com a chegada da greve à Engesa, fábrica de veículos blindados, no dia 17. A Engesa era responsável por cerca de 70% do valor das exportações brasileiras referentes ao setor de armamentos.[112]

108 Também chamadas pela imprensa de "Operação Polo GM", um trocadilho com a Operação Polo (Policiamento Ostensivo Localizado) da Polícia Militar de São Paulo, projeto que havia sido implementado naquele mesmo ano. A expressão, provavelmente cunhada como uma piada pelos operários da montadora, foi levada a sério pela imprensa local, que nos dias 17 e 18 de abril, fez seguidas referências ao que seria "um comando especial criado por trabalhadores grevistas para paralisar outras empresas". Ainda segundo o principal jornal da região, o "líder da *Polo GM*" seria um dos diretores do SMSJCR, Rubens do Santos Gaspar, empregado da montadora e um dos alvos da retaliação patronal que se desencadearia na semana seguinte. *Cf. Valeparaibano*, 17/04/1985, p. 5; 18/04/1985, pp. 1, 5.

109 Segue trecho de depoimento de um operário da General Motors, acerca da utilização da expressão "milícia" para a designação do movimento: "[…] eu acho que a imprensa não visava os funcionários que estavam lá dentro da GM, ela visava a opinião pública. Sabe qual é o comentário que saiu na televisão, que quando eu cheguei em casa minha esposa explicou pra mim? A imprensa, quando falava em milícia, eles explicavam em detalhes o que é uma milícia. Então, o que é isto? A opinião pública ficou contra os grevistas: 'Pô, se os caras da GM tão fazendo isto, eles estão fazendo igual os guerrilheiros do[…]' Citavam da Nicarágua, citava negócio de outros países, que têm esse sistema de milícia. Então, eu acho que praticamente esse negócio de milícia não foi pra dentro da fábrica, quando eles colocaram isso era visando a opinião pública e não os grevistas". FGMSJCR, *Op. cit.*, p. 92.

110 GUERRA, *Op. cit.*, pp. 149, 152.

111 *Valeparaibano*, 18/04/85, p. 5.

112 *Ibid*.

A inexistência de evidências substanciais a respeito de comportamentos violentos, dignos de uma "milícia", por parte dos grevistas, vinha sendo, até então, confirmada pela própria imprensa e, no caso da GM, até mesmo pelo comando policial da região.[113] O coronel Moacir Alvarenga dissera ao *Valeparaibano*, edição de 17 de abril, que os grevistas da GM davam "um exemplo de disciplina", contrapondo a tranquilidade da greve naquela empresa aos piquetes que ocorriam em outras fábricas da região – contudo, sem afirmar ou insinuar que aqueles piquetes fossem obra de milícias. Alvarenga tecia elogios abertos aos operários em greve na montadora: "inclusive quero louvar os grevistas daquela empresa por isso. Quando os trabalhadores querem parar, eles fazem como os da GM. Mas, trabalhadores sendo barrados na porta de suas fábricas e dentro dos ônibus, para mim não é greve".[114] No dia anterior, o mesmo jornal já havia noticiado que os grevistas da transnacional permaneciam na fábrica em "clima de […] tranquilidade", e que haviam improvisado um "palco no pátio da fábrica para apresentações, shows e peças de teatro":

> […] "greve também é cultura", disseram os trabalhadores. Animados e unidos, eles vão chamando os companheiros para formar um pequeno conjunto, enquanto outros grevistas cuidavam dos acabamentos do palco de madeira. Antes mesmo da assembleia das 15 horas, os grevistas da GM já se distraíam com a música.
>
> Enquanto isso, doze grupos de oração reuniam-se no pátio da GM, para rezar pela saúde do presidente Tancredo Neves e pela vitória do movimento grevista. As orações são diárias e duram todo o tempo em que os trabalhadores permanecem no pátio da GM.[115]

A morte de Tancredo, em 21 de abril, representaria um novo ponto de inflexão para a greve. A comoção nacional gerada pelo falecimento do presidente passou a ser direcionada, pela mídia, pelos governos e pelo empresariado, contra a greve e em favor do Pacto Social. Lideranças partidárias dos mais diversos matizes fizeram coro com o argumento sintetizado à ocasião por Paiva Muniz, presidente do PTB, segundo o qual seria "impatriótico criar qualquer dificuldade para o Presidente" Sarney (PMDB) naquele momento. Mesmo a ala majoritária do Partido dos Trabalhadores aderiu a tal linha de

113 As fontes mobilizadas por Caio Guerra apontam no mesmo sentido: "Nas fotografias, operários jogavam futebol nos gramados, enquanto outros colegas assistiam. Em outro momento, muitos deles se aglomeravam e, descontraídos, batiam palmas para uma atividade no palco armado no gramado. A esta tranquilidade e o lazer, possibilitados pelo dia a dia da greve dentro dos portões da empresa, opunha-se o movimentado cotidiano do trabalho fabril – cujo ritmo intenso, o controle rigoroso do tempo, a imposição de horas extras e as ameaças das chefias, eram objeto constante de reclamações dos operários." GUERRA, *Op. cit*., p. 163.

114 *Valeparaibano*, 17/04/85, p. 5.

115 *Valeparaibano*, 16/04/1985, p. 5.

raciocínio. Francisco Weffort, secretário-geral da organização, sinalizava no mesmo sentido, com a seguinte declaração: "Sejam quais forem as posições políticas de cada partido em face do novo governo, impõe-se neste momento uma atitude clara, que evite posturas golpistas e outras formas de aventureirismo político".[116]

A argumentação de Weffort antecipava a postura que seria assumida por grande parte do movimento sindical. Os metalúrgicos de São Paulo, ligados à Conclat, haviam aderido tardiamente à campanha pela jornada de 40 horas semanais e estavam prestes a iniciar um movimento grevista, decisão imediatamente suspensa quando Tancredo faleceu. Luiz Antonio de Medeiros, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e ferrenho opositor da CUT, afirmou que a suspensão da greve simbolizava "o nosso respeito, nossa índole ordeira e democrática".[117] Na noite de 22 de abril, depois de uma longa reunião entre dirigentes do Grupo Independente, dois dos mais importantes sindicatos cutistas, o SMSBCD e o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, também decidiram suspender por uma semana (duração do luto oficial) as greves que vinham sustentando desde o dia 11, "em sinal de respeito à morte" de Tancredo. Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*:

> … o que levou os líderes sindicais de São Bernardo a suspender o movimento foi a imensa manifestação de solidariedade que os paulistanos prestaram, nas ruas da cidade, ao ex-presidente morto. O temor de que a manutenção do movimento gerasse uma reação negativa por parte da opinião pública teve papel preponderante na decisão de [Jair] Meneghelli [presidente da CUT e do SMSBCD].[118]

Contudo, alguns dos sindicatos independentes do interior, dentre os quais o SMSJCR, não tiveram acordo com a resolução, e "voltaram às suas cidades com posição fechada em favor da greve". Ainda segundo a *Folha*, as entidades "temiam que a suspensão da greve pudesse significar a total perda de controle sobre o movimento".[119] De acordo com o sindicato joseense, a

116 *Folha de S. Paulo*, 22/04/1985, p. 2.

117 *Ibid*., p. 7.

118 *Folha de S. Paulo*, 23/04/1985, p. 20. A decisão, contudo, não seria acatada unanimemente pelas bases metalúrgicas. Um número expressivo de fábricas continuariam paradas no ABC paulista. Em Santo André, localidade cujo sindicato também compunha o Grupo Independente, a greve seguiu de forma ininterrupta, e ao longo de dezessete dias, 24 acordos foram fechados diretamente com as empresas. Demissões nas indústrias da região seriam anunciadas em 25 de abril, 95 delas na General Motors de São Caetano do Sul. Na Volkswagen Caminhões, de São Bernardo do Campo, os trabalhadores reagiram às dispensas de 57 operários com uma ocupação da planta. *Cf. Folha de S. Paulo*, 27/04/1985, p. 14. De acordo com outra fonte jornalística, em São Bernardo, a suspensão do movimento por conta da morte de Tancredo teria durado apenas dois dias. *O Estado de S. Paulo*, 5/5/85.

119 *Ibid*.

greve na região persistiria, ao menos, enquanto o TRT não determinasse sua ilegalidade.[120] Ainda assim, a decisão dos sindicatos campineiro e são-bernardense havia gerado otimismo entre a patronal, ciente de que o clima político criado pela morte do presidente era "mais propício para o entendimento" – e para o encerramento das greves que persistiam, sobretudo a dos metalúrgicos do Vale do Paraíba. O diretor do Departamento Sindical da FIESP, Roberto Della Manna, dizia, ainda em 23 de abril, estar seguro de que "o impasse criado nas negociações entre a classe patronal e trabalhadores metalúrgicos" seria rapidamente superado.[121] Nos dias seguintes, em São José dos Campos, acordos foram fechados com a Tecnasa (23/04) e a Fi-El (24/04), mas a greve prosseguia em diversas empresas (GM, Imbrac, Bundy, Imbrape-Philips, Sade e Toca), e no dia 24 mais uma indústria foi paralisada, a Brascontrol.[122] Diante da persistência do movimento, a GM, a maior dentre as fábricas paralisadas, decidiu iniciar uma retaliação exemplar.

No fim da tarde de 25 de abril – mesmo dia em que se iniciava o julgamento das greves metalúrgicas no TRT –, a chefia da GM anunciou 93 demissões, afixando listas com os nomes dos trabalhadores dispensados nos quadros de avisos da empresa. Todos os demitidos haviam sido escolhidos com critérios nitidamente políticos, visando eliminar ativistas sindicais e líderes da greve do quadro funcional da montadora.[123] Um informe militar de 1986, que sistematizava os eventos ocorridos na GM a partir do início daquela greve, não deixava margem a dúvidas:

> Entre os demitidos estão todos os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos-SJC (05), todos os integrantes da Comissão de Fábrica (022), e mais 28 trabalhadores da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA e outros 38 trabalhadores classificados pela GM como "ativistas".[124]

Diante da retaliação patronal, os grevistas da montadora organizam uma assembleia que decide pela ocupação permanente da fábrica, sob a forma de um acampamento no pátio da empresa, e a reversão das demissões torna-se a prioridade do movimento. A partir do momento em que a ocupação

120 Valeparaibano, 23/4/85, p. 9.

121 *Ibid.* p. 19.

122 *Jornal do Metalúrgico*, Ano IV, nº 25, julho de 1985, p. 2

123 *Valeparaibano* 26/04/1985, p. 1. Na véspera, de acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, as outras montadoras com fábricas instaladas no Vale, a Ford e a Volkswagen, também haviam ameaçado "demitir os membros de comissões de fábrica e sindicalistas, caso os trabalhadores não voltassem imediatamente ao serviço". No dia 25, as empresas cumpriram a promessa, com 18 demissões na Ford e 45 na Volks. *Valeparaibano*, 25/04/1985, p. 1; 26/04/1985, pp. 1, 7.

124 "Informe nº 205/A-2/IV COMAR", de 17 de abril de 1986, fl. 2.

é estabelecida, os operários passam a controlar rigorosamente o fluxo de pessoas na fábrica. Assim como havia acontecido no ano anterior, os chefes de departamento, supervisores, gerentes e funcionários administrativos (os "mensalistas") que se encontravam na planta são impedidos de deixá-la, sob alegação de que desempenhavam serviços vitais à indústria.[125] Essa decisão dos grevistas fundamentaria o enquadramento dado pela patronal e pela imprensa a partir dali à ocupação, tratando-a como uma situação de "sequestro" ou "cárcere privado". Para os trabalhadores, contudo, a medida tinha outros significados: por um lado, buscavam precaver-se de possíveis ações de sabotagem ou acusações de danos ao patrimônio, temendo verem-se responsabilizados pelo eventual comprometimento de partes das instalações da empresa, como ocorrera na Mafersa em fevereiro; por outro lado, é inegável que impedir a saída dos chefes pode ter parecido aos operários uma maneira de demonstrar indignação e, simultaneamente, exercer pressão sobre a empresa, que não poderia exigir da polícia militar que invadisse a fábrica para retomá-la sem colocar em risco a segurança dos diretores e gerentes da montadora – uma preocupação que a GM talvez não demonstrasse em relação aos grevistas, trabalhadores do "chão de fábrica".

Ainda no dia 26, o TRT decidiu pela ilegalidade da greve (5 votos a 2) e, na mesma data, a montadora protocolou na justiça uma Ação Cautelar de Sequestro[126], visando obter uma ordem judicial de reintegração de posse que autorizaria uma operação militar para pôr fim à ocupação, solicitando ainda a instrução de Ação Penal contra onze pessoas, acusadas do crime de "cárcere privado". A medida cautelar foi rapidamente aceita pela justiça joseense, e a ordem de cumprimento foi expedida no mesmo dia. Durante a noite de 26 de abril, iniciaram-se os preparativos para o cerco policial à planta ocupada, com a chegada dos batalhões policiais de Lorena e Taubaté para reforçar o efetivo local. Enquanto isso, os advogados da GM se reuniam com os oficiais de justiça e o comando policial, exigindo "o imediato cumprimento da medida"; "entretanto, após diversos pareceres foram dissuadidos […], visto que àquela altura não se conhecia a situação por completo".[127]

No dia 27, o *Valeparaibano* publicou um comunicado que a GM havia elaborado na véspera. De acordo com a versão da montadora, as demissões do dia 25 eram uma resposta à intransigência dos operários que impediam "o acesso dos funcionários que desejam trabalhar e até mesmo de sua diretoria, numa atitude totalmente ilegal e de verdadeiro confronto". Segundo o comunicado:

125 *Valeparaibano*, 27/04/1985, p. 6.

126 APESP, Fundo DCS, Dossiê 17-S-36, Pasta 4, fl. 180 ss. Na Ação Cautelar de Sequestro, assinada por Marcos Guastella, advogado e diretor do Departamento Jurídico da empresa, já constavam os nomes de onze "autores dos crimes aqui noticiados" (o presidente do SMSJCR e outros dez operários demitidos), muito embora se reconhecesse que a empresa não era capaz de identificar com precisão a participação e a responsabilidade de cada indivíduo sobre os supostos ilícitos.

127 Relatório dos Oficiais de Justiça Antonio Carlos dos Santos, Carlos Daher e Jorge Roberto da Silva. APESP, Fundo DCS, Dossiê 17-S-36, Pasta 4, fls. 180 ss.

> Na noite de 25 de abril, os trabalhadores da unidade de São José dos Campos, ao tomarem conhecimento de tais demissões, numa atitude insólita, injustificável e altamente comprometedora, forçaram cerca de 370 supervisores e gerentes responsáveis pelos serviços essenciais daquela fábrica a abandonar os seus postos, após as 23 horas. Os reféns foram mantidos de pé, ao relento e sob chuva durante toda a noite e madrugada, em um círculo formado pelos próprios operários, demarcado por uma corda [o "chiqueirinho", de acordo com expressão divulgada à mídia por parte dos "mensalistas" nos dias seguintes], debaixo de apupos e agressões físicas, numa atitude altamente vexatória e deprimente.
>
> Esses funcionários continuam sendo mantidos como verdadeiros reféns, sem o mínimo de consideração, sujeitos a ofensas e constantes humilhações.[128]

Entretanto, de acordo com os grevistas, a narrativa era inverídica. Os "mensalistas" que se encontravam dentro da planta tinham liberdade de decidir onde pernoitar e passar o tempo, e parte deles cooperava com o sindicato para "quebrar o gelo da diretoria da fábrica, que não queria negociar". Em uma reunião na qual tomaram parte, ainda em 26 de abril, os "mensalistas de cargos mais elevados" propuseram-se a falar com a diretoria da empresa e buscar uma solução para o impasse, mas a GM teria recusado aquela intermediação, orientando-os a suspenderem a colaboração com os grevistas.[129] Muitos anos mais tarde, em uma publicação sindical, José Luiz Gonçalves reconheceria que os chefes que se recusaram a cooperar foram mantidos sob vigilância pelos trabalhadores, "sem condições de conspirar contra a greve", medida que caracterizou como "autodefesa" dos operários, "para garantir a segurança" e evitar sabotagens ou danos às instalações da fábrica.[130]

Na manhã do dia 27, iniciou-se o cerco policial à fábrica. De acordo com os trabalhadores, eram cerca de 1.000 homens "armados de cães, cassetetes de madeira e borracha, bombas, metralhadoras e alicates para cortar cercas e cadeados", muitos dos quais chegavam ao local "*nos ônibus da Breda, que são alugados pela GM*".[131] O comando policial, contudo, parecia reticente em autorizar a invasão da planta, ciente de que haveria resistência por parte

128 "Comunicado". *Valeparaibano*, 27/04/1985, p. 5. Na mesma edição do periódico, uma reportagem indicava que a empresa já havia preparado uma "relação de mais 400 trabalhadores classificados como 'ativistas', que, de acordo com o andamento da greve, poderão ser demitidos". *Ibid*., p. 7.

129 FGMSJCR, *Op. cit*., p. 103.

130 SMSJCR, *Especial 55 anos*…, p. 17.

131 FGMSJCR, *Op. cit.*, p. 104. O grifo é meu. Segundo a imprensa local, o operativo envolvera "mais de 500 policiais". *Valeparaibano*, 28/4/85, p. 1.

dos trabalhadores e que as consequências da ação poderiam ser drásticas. Os operários haviam colocado veículos de propriedade da GM em frente às portarias da fábrica, formando barricadas para impedir a invasão policial. Temendo a violência policial, alguns trabalhadores haviam fugido, pulando "as cercas da fábrica por onde foi possível", mas a grande maioria, "perto de 4.000, procuraram se armar com tudo que encontraram na frente, para se defenderem de um massacre".[132]

Embora a diretoria da empresa seguisse incitando a polícia a cumprir a ordem judicial com urgência e a qualquer custo[133], as autoridades preferiram insistir em uma saída negociada. Das tentativas de entendimento, que ocorriam principalmente através de telefonemas, participaram o presidente do SMSJCR, o ministro Almir Pazzianotto e o secretário de Segurança Pública da gestão Montoro, Michel Temer, além de coronéis da polícia e representantes da montadora. Por volta das 14 horas, o comandante da operação, coronel Bonifácio, chegou a emitir uma ordem de invasão, mas por sugestão de Temer, a decisão foi adiada. Às 17h30, após deliberação favorável da assembleia dos grevistas, os "mensalistas" remanescentes começam a deixar a planta ocupada, "permanecendo nos pátios da empresa os manifestantes".[134] De acordo com um relatório da Aeronáutica sobre a ocupação, elaborado em 1986, "dos 370 [mensalistas], apenas 175 foram libertados, os demais fugiram dos grevistas durante o cárcere privado imposto".[135] À noite, depois de nova assembleia, os trabalhadores decidiram encerrar a ocupação pacificamente, permanecendo em estado de greve.[136] Ainda segundo o relatório da Aeronáutica, a CS teria defendido a continuidade da ocupação, "porém não logrou êxito".[137]

O editorial do *Valeparaibano* de 28 de abril, escrito no dia anterior, antes do fim da ocupação, dava o tom do tratamento que a grande imprensa conferiria aos "dias de terror implantados pela CUT dentro da GM". O periódico acusava o ministro Pazzianotto e até mesmo a Polícia Militar de servirem "de

132 FGMSJCR, *Op. cit.*, p. 104. É difícil precisar quais foram as medidas adotadas pelos operários para dificultar a operação policial, uma vez que muitas das declarações dos "mensalistas", como veremos a seguir, foram elaboradas segundo diretrizes expressas da GM visando a criminalização da greve. Em sua dissertação, Caio Guerra fez uma análise das fontes disponíveis, e a partir delas, descreve a situação instaurada diante do cerco policial: "Os grevistas teriam espalhado gasolina e thinner pelo chão e colocado panos embebidos de combustível nos tanques dos veículos, ameaçando atear fogo e causar a explosão da fábrica com todos em seu interior, caso a polícia tentasse adentrar os portões da empresa. A possibilidade de incêndio foi confirmada pelo coronel Moacir, que relatou que 'os carros usados para o bloqueio dos portões estavam com o tanque de gasolina destampado e pavios prontos para serem acesos'". GUERRA, *Op. cit*., p. 175.

133 FGMSJCR, *Op. cit.,* p. 105. As declarações proferidas na ocasião por um dos diretores da GM, o austríaco Herbert Brenner, se tornariam famosas na região. Consta que, diante das preocupações expressadas pelos comandantes policiais e demais autoridades quanto ao risco de mortes como resultado de uma invasão, Brenner teria respondido algo como: "Não faz mal que morram […]; se não morrerem hoje eles morrerão amanhã". *Ibid*., p. 65. Celso Horta colheu uma declaração do coronel Bonifácio, confirmando a pressão exercida pelos diretores da empresa: "… o austríaco Brenner e outro diretor da GM, o Pedro Kan, ficaram me arguindo do porquê eu não estava invadindo, se tinha ordem para isso. Tudo na presença de meus oficiais. Ele [Brenner] dizia que se admirava de que no Brasil não se cumprissem ordens oficiais". HORTA, *Op. cit*., p. 49.

134 Relatório dos Oficiais de Justiça Antonio Carlos dos Santos, Carlos Daher e Jorge Roberto da Silva. APESP, Fundo DCS, Dossiê 17-S-36, Pasta 4, fls. 180 ss.

135 "Informe nº 205/A-2/IV COMAR", de 17 de abril de 1986, fl. 3.

136 FGMSJCR, *Op. cit*., p. 106.

137 "Informe nº 205/A-2/IV COMAR", de 17 de abril de 1986, fl. 3.

instrumento para a política de alguns políticos", ao hesitarem em invadir a fábrica, furtando-se ao cumprimento de seu dever, "que era o de varrer, do interior da GM, esses forjadores de uma lei própria, que só vale para eles" – os grevistas, membros de "autênticas milícias populares".[138] O editorial buscava amparo nas dramáticas declarações dos funcionários supostamente "encarcerados" da GM, cujos relatos seriam divulgados à exaustão na imprensa por dias a fio. A empresa rapidamente buscou monopolizar a narrativa sobre a ocupação, publicando um "manifesto", elaborado por seu diretor de Relações Públicas. Contudo, de acordo com o então correspondente do jornal *O Globo* em São José dos Campos, José Eustáquio de Freitas, o documento era crivado de contradições e sequer merecia ser publicado: "Saí convencido de que o manifesto estava forçando uma situação".[139] Ainda assim, o documento foi publicado na íntegra, em *O Globo* e em outros jornais, com grande repercussão. Após o fim da ocupação (e inclusive depois de encerrada a greve), os órgãos de imprensa seguiram desferindo ataques contra os grevistas, reproduzindo a narrativa patronal sobre o conflito e criticando os "métodos dos dirigentes radicais" do SMSJCR, frequentemente atribuídos à influência da CS:

> O radicalismo do movimento dos metalúrgicos, principalmente em São José dos Campos, pode ser entendido pela presença dominante de integrantes da Convergência Socialista no sindicato. De tendência trotskysta, os *convergentes*, em maioria, controlam as ações do sindicato, dando-lhes um caráter mais radical e procurando o confronto.
>
> [...]
>
> Assim, as greves passaram a ser uma rotina, cada vez mais com a radicalização de posições, pois para a Convergência, ao que parece, não interessa a convivência pacífica nas relações capital-trabalho. José Luís Gonçalves e poucos de seus leais amigos são minoria no sindicato. Toda as vezes que se coloca em votação uma proposta, os membros da Convergência, em maior número, sempre fazem prevalecer seus pontos de vista. Assim ocorreu

138 *Valeparaibano*, 28/04/1985, p. 2.

139 HORTA, *Op. cit.*, p. 43. José Eustáquio também comentou outros aspectos da parcialidade (pró-patronal) da cobertura que a imprensa fez da ocupação: "Ninguém procurou analisar, por exemplo, o clima de animosidade que havia antes da greve, entre chefias e empregados. Ninguém viu que muitas das reações naquela greve eram típicas de um confronto anterior, às vezes até pessoal, entre trabalhadores e chefias". *Ibid.*, p. 41.

> com a decisão de tomar de assalto a General Motors e colocar em cárcere privado 370 chefes de departamento e supervisores.[140]

A narrativa segundo a qual a CS havia tomado o controle do SMSJCR, sendo a principal (ou única) responsável pela ocupação, era frágil por diversas razões. Em primeiro lugar, não era verdade que os trotskistas estavam em maioria na direção do sindicato. Somente quatro diretores (José Benedito de Oliveira, Antonio Donizete Ferreira, Pedro Domingos da Rosa e Amelia Naomi Omura), em um conjunto de vinte e quatro, eram organicamente vinculados ao agrupamento; dos sete cargos que compunham a diretoria executiva da entidade, os membros da CS ocupavam apenas dois. A aprovação das posições dos trotskistas nas reuniões da entidade dependia, portanto, da adesão de outros diretores "independentes" (em relação às tendências internas petistas). Para além disso, no âmbito da GM, a Convergência sequer era conhecida pela grande maioria dos operários. De acordo com depoimentos colhidos para o livro *Ação e Razão…*, publicação organizada por Moacyr Pinto da Silva (identificado com o grupo de José Luiz Gonçalves e a ala majoritária do PT), entre os mais expressivos líderes operários da montadora, não havia nenhum militante da CS, e entre os 45 membros do comando da greve de 1985, "gente linha de frente mesmo", "só um companheiro" fazia parte do agrupamento.[141] Ainda assim, como veremos adiante, a tese da responsabilidade trotskista ecoaria em outras categorias e regiões, e até entre os membros da diretoria do SMSJCR, jogando água no moinho das tensões internas ao petismo e à CUT.

Mesmo sob ataques dos patrões e dos jornais, a mobilização metalúrgica persistia. No ABC, trabalhadores da categoria reunidos em assembleia decidiram pela retomada da greve, em 27 de abril. Em São José, a GM era a última empresa do ramo que seguia paralisada. A deliberação operária sobre a continuidade da greve na transnacional previa que ela voltasse a se realizar sob a forma de revezamentos no interior da planta, mas a GM manteve a fábrica fechada nos dias seguintes à ocupação, para garantir que o movimento só pudesse ocorrer nas ruas, onde era sabidamente mais suscetível à repressão policial. Além disso, a empresa convidou jornalistas para mostrar os danos alegadamente causados pela ocupação às suas instalações, com o intuito de reforçar a caracterização dos grevistas como criminosos: "tochas, papéis, galões de gasolina e solvente estavam junto às portarias", uma das quais se

140 *O Estado de S. Paulo*, 28/04/1985, p. 40.

141 FGMSJCR, *Op. cit.*, pp. 121-2.

encontrava "bloqueada por 45 caminhões com combustível".[142] Em 30 de abril, uma passeata de operários e familiares foi organizada para demandar a revisão das demissões, sem lograr sucesso, e no dia 1º de maio, os grevistas da GM foram novamente às ruas para denunciar a campanha de difamação da qual eram alvo e arrecadar recursos para o Fundo de Greve.[143]

Na realidade, a retaliação patronal estava longe do fim: em 2 de maio, a montadora anunciaria centenas de novas demissões por justa causa, comunicadas aos trabalhadores através de cartas. As demissões visavam não somente pressionar ainda mais o movimento grevista, mas, igualmente, "fazer uma *limpeza* na fábrica"; de acordo com reportagem publicada em 22 de maio pelo *Valeparaibano*, a montadora se valeu da oportunidade para dispensar trabalhadores que já estavam em suas listas de demissão, por conta das perseguições dos *feitores*, os chefes e encarregados que "anotavam num caderninho negro qualquer atitude fora do normal". Entretanto, os métodos de controle (sobretudo político) dos quais a empresa se valia não eram desprovidos de imperfeições, e aquelas demissões acabaram por expor um misto de oportunismo e arbitrariedade que, em certos casos, beirava o absurdo: "Entre os demitidos constavam muitos trabalhadores em férias, que nem participaram do movimento grevista, outros próximos da aposentadoria e, *inclusive, dois mortos*, um falecido há três meses e outro há um ano e meio".[144]

Após a segunda leva de demissões, a greve ainda persistiu por mais uma semana – talvez, por conta da própria decisão da GM em manter a fábrica fechada. No dia 8 de maio, a empresa emitiu um comunicado convocando os trabalhadores a voltarem a seus postos no dia seguinte, e o chamado surtiu efeito: a greve se encerrava em 9 de maio, sem conquistar a redução da jornada de trabalho e tampouco a reversão das demissões. Na data em que os trabalhadores retomaram a produção, a montadora promoveu uma triagem em suas portarias para identificar e impedir a entrada dos "ativistas" que figuravam nas listas de dispensas. Enquanto isso, policiais e seguranças particulares da GM dissolveram com violência um piquete formado do lado de fora da fábrica por sindicalistas e demitidos, ferindo seis operários, um deles gravemente – o metalúrgico Rogério de Jesus teve de ser internado por conta de um traumatismo craniano. Segundo o comando policial, "os demitidos, insuflados por alguns ativistas sindicais" seriam os responsáveis pelo conflito, promovendo agressões contra os guardas e uma tentativa de

142 *Folha de S. Paulo*, 29/04/1985, p. 1. O depoimento prestado pelo operário demitido da GM Roberto Fernandes do Sacramento em 16 de maio, peça das investigações policiais acerca da ocupação, indica que a movimentação dos caminhões poderia não ter sido realizada por participantes do movimento grevista, uma vez que funcionários "plantonistas", que não participavam da greve e seguiam trabalhando normalmente até o dia da ocupação, costumavam "circular dentro da Empresa, pilotando caminhões"; o depoente alegou ter visto a movimentação de veículos no interior da fábrica (sem mencionar, contudo, em qual momento isto se deu), mas "entendeu que não havia nenhuma anormalidade". Disse ainda não ter visto os caminhões na posição em que apareciam nas fotografias produzidas pelo Instituto de Criminalística, que lhe foram apresentadas na ocasião do depoimento, mesmo no momento da desocupação da fábrica. As negativas dos trabalhadores, sempre acompanhados pelos advogados do SMSJCR, foram recorrentes, no conjunto dos depoimentos. *Cf.* APESP. Fundo DCS, Dossiê 17-S-36, pasta 4, fls. 186 ss.

143 FGMSJCR, *Op. cit.*, p. 113.

144 *Valeparaibano*, 22/05/1985, pp. 1, 4. Grifos meus.

invasão da fábrica.[145] As demissões por justa causa de "ativistas" tardiamente identificados pela empresa seguiram ocorrendo entre os dias 10 e 13 de maio. No total, mais de 400 operários foram dispensados no decorrer da greve na montadora.[146] Mas, para trinta e três deles, a retaliação ainda não havia se encerrado.

3.4 DEPOIS DA OCUPAÇÃO: OS PROCESSOS CRIMINAIS

Para a compreensão do significado político das greves metalúrgicas do primeiro semestre de 1985, e para o correto dimensionamento da repressão que sobre elas se abateu, especialmente em São José dos Campos, é importante ter em mente não apenas o cenário econômico e as ambiguidades e limites do processo de "transição política" então em curso, mas, igualmente, a dinâmica ascendente das lutas operárias que pressionavam continuamente o referido processo. Nesse sentido, o ano de 1985 configura um marco, com um crescimento significativo da atividade grevista, tanto em número de mobilizações (927 paralisações registradas, um aumento de 50% em relação às 618 contabilizadas no ano anterior) quanto em jornadas perdidas (14 milhões em 1984; 76,6 milhões em 1985). De acordo com David Maciel, "calcula-se que o número de trabalhadores envolvidos nas greves do ano ultrapassou a cifra de 5,3 milhões". Além disso, percebeu-se a intensificação da conflitividade social no campo e um crescimento na atividade grevista de setores do funcionalismo público, tendências que se acentuariam na segunda metade da década. Ainda de acordo com o historiador:

> Esses dados indicam a propagação da mobilização grevista e sindical por outros setores sociais, além do operariado industrial, principal base do "novo sindicalismo" [...] Mais que isso, indicariam que os limites à mobilização grevista impostos pela lei de greve seriam ultrapassados, na prática, demonstrando sua caducidade para o movimento sindical e as esperanças democráticas criadas com o novo regime.[147]

145 *Valeparaibano*, 10/05/1985, p. 8.

146 GUERRA, *Op. cit.*, p. 198.

147 MACIEL, *Op. cit.*, p. 82.

Ainda tratando das mobilizações de 1985, Maciel chama atenção para a longa duração da greve metalúrgica no ABC (54 dias) e seu efeito de contágio, "espalhando-se entre os metalúrgicos de outras cidades do interior e diversas outras categorias", e considera que "apesar do *fracasso relativo* da greve", ela logrou colocar o pacto social em xeque, além de haver "transformado os reajustes trimestrais para muitas categorias". O autor também menciona, de passagem, "a ocupação da fábrica da General Motors em São José dos Campos *por parte de setores ligados à tendência trotskista Convergência Socialista*" como um evento de relevo naquela conjuntura.[148] Embora, certamente, a ocupação da planta joseense não tenha sido um dos objetos centrais do estudo de Maciel, que a ela dedicou somente algumas linhas de seu livro, a formulação do autor evidencia a que ponto a visão patronal-midiática dos acontecimentos que aqui discutimos influenciou a narrativa estabelecida sobre o conflito. A leitura da greve como um *fracasso relativo*, por sua vez, nos parece bastante acertada, quando consideramos o movimento grevista metalúrgico de conjunto, mas o balanço da ocupação da GM, em específico, exige ainda maior relativização, posto que já havia debate e visões diametralmente opostas quanto ao tema mesmo antes do desfecho da greve.

Para parte da vanguarda grevista, que entrou de cabeça na disputa pela opinião pública, a mobilização havia sido vitoriosa. De acordo com alguns dos depoimentos registrados na publicação do Fundo de Greve, ainda que se reconhecessem erros na condução do movimento (especialmente no período anterior à ocupação), tais como o pequeno grau de coordenação entre as diferentes instâncias organizativas (Comando de greve, Comissão de Fábrica, Diretores de Base, CIPA, Sindicato) nos primeiros dias da mobilização, ou a ausência de um fundo previamente organizado para socorrer financeiramente aos grevistas diante da retaliação patronal, o signo geral da greve era vitorioso, pois se havia estabelecido uma referência de combatividade, sobretudo para os próprios trabalhadores metalúrgicos: "São os políticos que dizem que nós perdemos. Nós que participamos não achamos isso; pergunta pra qualquer um aí!".[149]

Contudo, mesmo entre as falas presentes em *Ação e Razão…*, alguns elementos deixavam claro que o balanço positivo não era unívoco: "Muitos companheiros dizem 'Pô, perdemos todas as lideranças dentro da fábrica!' Não adianta, companheiros, a gente organizar uma fábrica, ter as lideranças lá dentro, pra não lutar. […] Quem organiza a fábrica e tem uma proposta clara para o trabalhador, corre esse risco de perder a liderança".[150] Outro depoimento levava em conta as demissões de ativistas metalúrgicos nas diversas regiões em greve e, antevendo a instauração de "listas negras", su-

148 *Ibid.*, pp. 83-84. Grifos meus.

149 "Palavras de um companheiro da fábrica de caminhões". FGMSJCR, *Op. cit.*, p. 135. Gestões posteriores do SMSJCR reivindicariam a greve da GM como uma luta fundamental "para que, na Constituição de 1988, a jornada de trabalho fosse reduzida, de 48 para 44 horas semanais, para todos os trabalhadores brasileiros". SMSJCR, *Especial 55 anos…*, p. 17.

150 "Palavras de um companheiro da diretoria do sindicato". FGMSJCR, *Op. cit.*, p. 134.

geria: "Talvez a gente possa conseguir um emprego lá em São Bernardo e os colegas de São Bernardo conseguir aqui. Fazer essa troca."[151] Décadas mais tarde, em entrevista concedida à Fundação Cultural Cassiano Ricardo, José Luiz Gonçalves afirmaria categoricamente que a greve de 1985 fora derrotada, ocasionando um refluxo nas lutas metalúrgicas em São José, especialmente na GM, onde as greves só voltariam a ocorrer "quatro, cinco anos depois".[152]

A GM, por sua vez, avaliava que o desfecho da ocupação lhe fora amplamente favorável. O Informe nº 40/85 da Escola de Especialistas da Aeronáutica registra que, em 12 de junho de 1985, houve mais uma reunião do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba (CECOSE/VP), realizada nas dependências da Ford em Taubaté, ocasião em que o representante da GM na entidade expôs o seguinte:

> A firma considera que saiu-se vitoriosa nas recentes greves ocorridas. A tática usada foi a contrainformação. Através da imprensa a população tomava conhecimento dos atos de vandalismo e terrorismo dos ativistas e com isso a opinião pública ficou do lado da Empresa.
>
> Foram demitidos 404 operários considerados os líderes do movimento.
>
> […]
>
> A firma teve bastante apoio do SNI, Polícia Federal e Polícia Estadual, enquanto durou a greve.[153]

Na mesma reunião, um representante da Volkswagen de São Bernardo do Campo apresentou um informe sobre a retomada da greve na fábrica do ABC, entre 8 e 31 de maio. A montadora retaliara com as demissões de "1.283 operários que participaram ativamente da greve". Na planta da montadora em Taubaté, também houve novo movimento paredista a partir de 11 de maio, durando até o fim daquele mês. A greve se encerrou com 63 demissões e o desconto dos dias parados.[154]

151 "Palavras de um companheiro da comissão de fábrica". *Ibid.*, p. 132.

152 Entrevista de José Luiz Gonçalves. *Histórias e Memórias*. Fundação Cultural Cassiano Ricardo, primeiro semestre de 2014. Parte III. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EC7qtrLzixc. Consultado em dezembro de 2019.

153 "Informe nº 40/85-SI/EEAer". fls. 2-3. Arquivo Nacional, Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (BR/AN/BSB/VAZ 049-0108). fls. 2.

154 *Ibid*.

As demissões como resposta patronal às greves, portanto, foram generalizadas, mas, no caso da GM, a repressão aos ativistas foi além, adentrando o terreno judicial. O governo estadual instaurou um inquérito, com base nas denúncias apresentadas pela empresa a respeito da ocupação, e os trabalhadores apontados pela montadora passaram a ser interrogados pela polícia, ainda em maio de 1985. Cópias de 30 depoimentos prestados por funcionários da empresa e do relatório policial acerca das investigações foram remetidas ao Departamento de Comunicação Social da Polícia Civil – muito provavelmente, o sucessor não-oficial do DEOPS, que havia sido extinto em 1983[155] –, acompanhadas das fichas funcionais dos trabalhadores acusados pela montadora que, ao final do inquérito, seriam alvo de processos criminais. As fichas funcionais, documentos elaborados pela empresa no ato da admissão, seguramente, foram fornecidas aos policiais para acelerar o andamento do inquérito, dando mostras da colaboração entre a montadora e a polícia, bem como do especial interesse da GM na punição exemplar dos ativistas da greve.[156]

Encerrado o inquérito em 17 de junho, trinta e um dos funcionários demitidos, além do presidente do SMSJCR (que "não teve pulso, nem voz de comando para controlar o movimento") e de um assessor da entidade (considerado a "cabeça pensante" do movimento[157]) foram indiciados pelos crimes de constrangimento ilegal (Artigo 110 do Código Penal), sequestro e cárcere privado (Art. 148), atentado contra a liberdade de trabalho (Art. 197), invasão de estabelecimento industrial (Art. 202), incêndio (Art. 250), explosão (Art. 251), resistência (Art. 329) e desobediência (Art. 330). Os indiciados passaram a ser referidos, pela imprensa local e pelos próprios trabalhadores, como os "33 da GM", expressão que, na avaliação de Moacyr Pinto da Silva (o assessor sindical processado), sintetizava "o esforço da General Motors do Brasil e seus aliados para enfraquecer o movimento operário e a esquerda na região".[158]

A rápida instauração dos processos refletia não apenas a sanha repressiva da transnacional, mas, igualmente, a necessidade de o governo estadual mostrar seu repúdio ao grevismo, diante das pressões empresariais, governamentais e militares que sofria. Ainda em maio de 1985, após reunir-se com Montoro, o chefe do SNI, general Ivan Mendes, dera declarações à imprensa, nas dependências do Palácio dos Bandeirantes, que apontavam nesse sentido:

155 Ver MARTINS, R. O. "A vigilância sobre o movimento operário nos arquivos da polícia política paulista: autoritarismo e suspeição na 'transição democrática' (1984-1985)". *Revista de Fontes*, UNIFESP – Guarulhos/SP, Vol. 2, nº 7, pp. 40-53, 2017.

156 APESP, Fundo DCS, Dossiê 17-S-36, pasta 4, fls. 186 ss.

157 "Relatório". APESP, Fundo DCS, Dossiê 17-S-36, pasta 4, fls. 192 ss. Deve-se ter em conta que a numeração das folhas do referido dossiê é uma progressão descendente, e que nem todas as páginas estão numeradas. A referência indica a primeira página do documento; as expressões citadas se encontram à décima terceira lauda.

158 SILVA, Moacyr P. *Hiena – Minha revolta não se vende*. São José dos Campos: Mogiana, 2010, p. 44.

> Se os governos estaduais perderem o controle da ordem pública, as greves poderão minar a Nova República. O governo tem dado uma demonstração de tolerância, porque há aspectos formais das leis vigentes, sobretudo das leis referentes a greves, que o governo tem tolerado elas não serem seguidas, não serem obedecidas integralmente. E esperamos que essa tolerância, na aplicação da lei, enquanto estamos nessa fase de transição, seja compreendida e não afete e não abale os alicerces da sociedade e da ordem pública.[159]

Eram muitos, portanto, os elementos que denotavam a natureza política do processo criminal contra os "33 da GM". A estratégia da defesa dos trabalhadores envolveu, justamente, a explicitação da perseguição política que sofriam, assim como a hábil exploração dos potenciais conflitos de competência entre esferas jurídicas. Dois dos artigos supostamente infringidos pelos acusados, a saber, o 197 e o 202, evidenciavam que o processo tratava de "crimes decorrentes de greve", os quais, de acordo com a Constituição de 1967, então ainda em vigor, só poderiam ser julgados na esfera federal, o que foi reivindicado pela defesa, de modo a postergar o processo e adiar uma sentença condenatória – o desfecho mais provável, se o caso fosse julgado pelos tribunais estaduais no calor dos acontecimentos.[160]

Remetido à Justiça Federal por decisão da Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, em novembro de 1986, o processo seria novamente alterado pela promulgação da Constituição de 1988, que passava a encaminhar à Justiça Federal somente os crimes contra a organização do trabalho que atingissem órgãos ou instituições públicas. Além disso, de acordo com o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), deveria ser concedida anistia aos trabalhadores de empresas privadas demitidos por participação em greves, em decorrência de motivação política. A defesa dos "33 da GM", apresentada à Justiça Federal em junho de 1992, reivindicava tais dispositivos, argumentando que não competia àquela instância julgar o caso. Mas não se limitava a isso, questionando, igualmente, o mérito do processo, uma vez que os autos não comprovavam a autoria e sequer a ocorrência dos crimes denunciados.[161]

159 *Valeparaibano*, 21/5/1985. p. 8.

160 Discuti algumas das semelhanças e diferenças entre esse processo e aquele que alvejou os dirigentes sindicais metalúrgicos de São Bernardo do Campo após a "greve dos 40 dias" de 1980, em MARTINS, R. "'Nuevo Sindicalismo' y Represión Judicial en el Brasil de la 'apertura': las huelgas metalúrgicas en São Bernardo do Campo y São José dos Campos (1980-85)". *Revista Paginas*, vol. 12, nº 28, 16 pp., 2020. Naquela ocasião, os sindicalistas são-bernardenses foram processados com uso da LSN, mas os tribunais militares que avaliaram a causa decidiram que aquela não era a esfera competente para julgar matérias relacionadas a greves. O processo foi remetido à Justiça do Trabalho, o que praticamente equivalia a uma absolvição automática, dado o decurso dos prazos processuais. Acreditamos que esse precedente contribui para explicar por que o processo contra os "33 da GM" não foi enquadrado na nova LSN de 1983.

161 *Cf.* as "Alegações Finais" da defesa dos "33 da GM" *In*: HORTA, *Op. cit.*, pp. 113-186.

Os julgamentos e recursos se arrastariam por décadas. A Quinta Turma da Terceira Região do TRF decidiria, em dezembro de 2003, pela manutenção de condenações anteriormente proferidas em instâncias inferiores contra dezesseis dos processados, "todos como incursos no artigo 148, § 2", que se refere ao crime de "cárcere privado", o que demonstra que a justiça acolheu a tese da empresa.[162] Contudo, boa parte das demais acusações já haviam prescrevido, e as sentenças condenatórias seguiam suspensas enquanto se avaliava a possibilidade da extinção da punibilidade por anistia. Anos depois, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça decidiu pelo reconhecimento do caráter político da perseguição que aqueles trabalhadores haviam sofrido, concedendo o benefício da anistia, acompanhado de reparação econômica, a 29 deles. O único entre os dezesseis condenados cujo pedido de anistia foi considerado parcialmente improcedente foi o presidente do SMSJCR, José Luiz Gonçalves, posto que não era funcionário da GM.[163] Mesmo assim, Gonçalves também teve sua pena declarada extinta.

3.5 O ESTIGMA DAS DEMISSÕES POLÍTICAS

Os processos criminais contra os "33 da GM" representaram, sem sombra de dúvida, uma iniciativa que visava desestimular o ativismo operário na região do Vale do Paraíba, através de uma punição exemplar. Mas, mesmo entre os demitidos que não foram alvo daquela tentativa de criminalização, permanecia o estigma da demissão política – que, como vimos no Capítulo II, era facilmente reconhecido por potenciais empregadores, por exemplo, através das datas de demissão que constavam em suas carteiras de trabalho. Assim como já havia acontecido com alguns dos ativistas da greve de 1979, nas mobilizações de 1984 e 1985, em diversas fábricas da região, os trabalhadores que se dedicavam a organizar seus companheiros sofreram ameaças quanto à sua futura empregabilidade. O operário Carlos Alberto Cavalcante, um dos demitidos após a greve da Embraer em 1984, passou por um grave episódio de assédio moral desse tipo, praticado pelo presidente da empresa: "O coronel Ozires falou na minha cara, apontou o dedo na minha cara, e falou 'vocês vão servir de exemplo pra todo o Vale do Paraíba, e não vão conseguir trabalhar mais, nem em São José dos Campos nem em qualquer lugar do país'".[164]

162 SILVA, M. P. *Ditadura Nunca Mais*. A verdade de São José dos Campos no período de 1964 a 1985 a partir dos depoimentos à Comissão Professor Michal Gartenkraut. São José dos Campos: Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 2016, pp. 189-190.

163 *Ibid*., p. 191.

164 SMSJCR. *Arquivo: Dossiê Embraer*. 2011. 24 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NKTk5zfBGDI. Consultado em fevereiro de 2020.

Diversos trabalhadores dispensados pela estatal naquela ocasião, de fato, encontraram dificuldades para se empregar na região, como registra a edição de 15 de fevereiro de 1985 do *Valeparaibano*. O metalúrgico José Castelar Gomes Ribeiro, por exemplo, relatou que chegara a ser convocado para a realização de exames médicos admissionais pela siderúrgica Fi-El, que, subitamente, perdeu o interesse em sua contratação. O ex-operário da Embraer atribuía o fato à influência da empresa aeronáutica, e segundo o jornal, "denúncias feitas por trabalhadores em departamento pessoal de outras indústrias" corroboravam a tese de que "a lista negra [da Embraer] foi mesmo entregue".[165]

Uma reportagem publicada em junho de 1985 pela revista *IstoÉ*, assinada por Ricardo Lessa, demonstrava que as "listas negras" também eram uma realidade na região do ABC, onde as greves de abril e maio haviam resultado em cerca de 5.000 demissões. A narrativa divulgada pela revista acompanhava o cotidiano de Válter Luís, metalúrgico de 34 anos, ativista da CUT, após sua demissão da Mercedes-Benz de São Bernardo do Campo, um mês antes. Válter, morador de Santo André, passara a procurar emprego na região da Mooca, no centro da capital paulista, após desistir de conseguir um emprego no ABC: "todas as firmas lhe fecharam as portas". "Meu nome caiu no SNI das empresas", dizia o metalúrgico, e a comparação não parece de todo infundada. A existência das "listas negras" (ou "listas sujas", como prefere parte do ativismo) já era dada como certa pelos sindicalistas da CUT na região, mas, de acordo com Jair Meneghelli, não era possível "fazer uma acusação direta […] porque não podemos provar".[166] Ao menos para a região do Vale do Paraíba, a documentação referente ao CECOSE, por exemplo, estabelece provas de que as percepções dos ativistas de então acerca da retaliação continuada a que estavam submetidos tinham lastro na realidade. Mas, à época (e ainda hoje), as empresas simplesmente negavam que houvesse algum componente ideológico em seus processos de recrutamento.

A reportagem também mencionava o peso negativo das datas de demissão coincidentes com períodos de greves e o expediente da troca de carteiras de trabalho, adotado por trabalhadores como mecanismo para ocultar informações inconvenientes em processos de seleção, mas apontava que aqueles que recorriam ao estratagema para "driblar" o "estigma" viam-se em desvantagem ao pleitear um novo posto de trabalho, já que suas experiências prévias de trabalho não podiam ser comprovadas. Por fim, a matéria publicada em *IstoÉ* tratava da existência do "Grupo Diógenes", um organismo de colaboração interempresarial que articulava chefes dos "departamentos pessoais" das empresas metalúrgicas do ABC (de maneira similar ao que fazia o CECOSE/VP com os chefes de segurança das firmas do Vale), cuja existência viera à tona na "tumultuada greve de 1980" e que, possivelmente, seria o responsável pela elaboração das listas na região:

165 *Valeparaibano*, 15/02/1985

166 "Barrados no emprego". *IstoÉ*. nº 443, 19/06/1985. p. 36.

> [Luís Antonio Ciocchi] O presidente da APARH [Associação Paulista dos Administradores de Recursos Humanos] confirma que o "grupo Diógenes" – figura mitológica que segura sempre uma lanterna para iluminar as trevas da ignorância – de fato existiu e existe. Trata-se de um dos grupos mais antigos da APARH, com cerca de 20 anos de funcionamento [fundado, portanto, pouco depois do golpe de 1964], que reúne regularmente diretores de recursos humanos das metalúrgicas de São Bernardo, entre outras empresas, em almoços e reuniões informais. Ciocchi, negando a existência das listas negras, garante que "não consideramos qualquer coisa além de suas habilidades específicas para o emprego".[167]

O texto de Ricardo Lessa, contudo, colocava em xeque as declarações de Ciocchi, atestando que havia "inúmeros exemplos de metalúrgicos que, mesmo não sendo figuras de proa do sindicalismo, não conseguiram mais emprego na profissão depois de demitidos durante uma greve".[168] O mesmo poderia ser dito a respeito das demissões na região de São José dos Campos. Em seu trabalho sobre a ocupação da GM em 1985, Celso Horta dedicou um capítulo, chamado "Por detrás das máquinas", às consequências das demissões sobre as trajetórias de trabalhadores que participaram da mobilização. Para elaborá-lo, por volta do ano de 1989, o autor conversou com treze operários que haviam sido dispensados da montadora durante aquela greve. Horta apresentou um resumo das trajetórias de doze deles, entre 1985 e 1989, e em meio ao grupo, cinco trabalhadores (Adilson José da Cruz, Jairo José do Nascimento, José Melo Barbosa, Anísio Rodrigues Silva e Manoel Laurindo da Silva) não haviam conseguido outra vaga de trabalho formal, sobrevivendo de trabalhos temporários e informais (os "bicos"), contando com o apoio de familiares ou vendendo suas poucas posses ("lote de terra", "telefone", "geladeira", "uma casa que não estava quitada") para tentar um empreendimento autônomo.[169]

Três dos entrevistados por Horta haviam conseguido novas vagas como metalúrgicos na região, mesmo fazendo parte do grupo dos "33 da GM", processados criminalmente. Um deles, José Izidoro Dias, havia se reempregado cerca de dois anos depois da demissão; Heber dos Santos Fonseca, por sua vez, passou por outras atividades, cidades e setores, até ser contratado em uma metalúrgica do Vale, já em 1989, e Valdenir dos Reis teve

167 *Ibid*., p. 37.

168 *Ibid*.

169 Cinco entre os metalúrgicos mencionados por Horta tentaram montar seus próprios negócios: duas oficinas mecânicas (Valdenir dos Reis e Manoel Laurindo da Silva), uma serralheria (José Izidoro Dias) e dois comércios (Heber dos Santos Fonseca e Anísio Rodrigues da Silva). À época das entrevistas, Valdenir, José Isidoro e Heber Fonseca já haviam voltado ao mercado de trabalho e desistido de seus empreendimentos; Fonseca relatara perdas financeiras significativas em seu comércio à época do Plano Cruzado. Apenas o comércio de Anísio e a oficina de Manoel haviam prosperado.

vínculos com três empresas do setor no período, estabilizando-se no último e chegando ao posto de supervisor. Outros três demitidos, Ercílio Gregório Alves, Rogério Alves de Jesus e Pedro Domingos da Rosa (os dois últimos, também processados), só haviam podido se empregar na construção civil, recebendo salários inferiores aos que auferiam como metalúrgicos na GM. Completando a lista, James Ribeiro Salgado havia conseguido reestruturar sua carreira profissional com certa facilidade, apesar de também ser um dos "33". Mas, para isso, mudara de profissão, tornando-se representante comercial, e abandonara a militância política e sindical que havia iniciado na montadora. Não por acaso, era também um dos mais jovens, contando apenas 22 anos à época da demissão.[170]

Outras informações e depoimentos apresentados por Horta em seu livro ajudam-nos a estabelecer um panorama dos cenários, em sua maioria, pouco promissores, que podiam aguardar um demitido político naquela conjuntura, bem como permitem compreender alguns dos fatores que, em primeiro lugar, haviam levado aqueles trabalhadores à luta sindical. Mais que isso, indicam que os trabalhadores alvejados pela retaliação patronal e pelos processos judiciais formavam um grupo bastante heterogêneo, e desmontam a tese da empresa, segundo a qual os operários demitidos, e em especial os que foram levados à justiça, eram todos líderes ativistas politicamente motivados.

Jairo José do Nascimento, negro, 48 anos quando demitido, trabalhava na GM desde 1981. Mecânico de manutenção com curso no SENAI, atuava na oficina mecânica da montadora. De acordo com o próprio operário, aquela era uma seção da fábrica onde o trabalho era mais tranquilo que em outros ambientes – para os quais os funcionários negros, como ele, em geral eram enviados, um reflexo do racismo no interior da empresa: "Quando a pessoa é de cor, vai sempre para a fundição, onde o serviço é difícil. Lá não havia companheiros brancos. Aquele setor era quase uma colônia de negros. Tanto na boca do forno, quanto na linha de montagem e na rebarbação, em todos esses lugares o serviço era muito pesado".[171] Ainda que tivesse a sorte de estar em um setor menos desgastante, Jairo não podia escapar de outras consequências da discriminação racial, como a desigualdade salarial em relação aos colegas brancos que exerciam a mesma função. O operário conta que, por perceber os preconceitos e se colocar "ao lado dos companheiros mais humildes", "sempre foi muito procurado" pelos demais trabalhadores, o que explicava sua eleição para a Comissão de Fábrica, em março de 1985. A qualidade dos serviços que Jairo prestava à empresa já havia sido reconhecida, rendendo-lhe sucessivas promoções, mas sua adesão ao organismo colocou-o na mira da empresa.

Após a demissão, Jairo não conseguiu se reinserir no mercado formal de trabalho. Seus dois filhos mais velhos, sua esposa e sua mãe, que era pensionista, passaram a complementar a renda da casa, enquanto o ope-

170 HORTA, *Op. cit*., pp. 69-96.

171 *Ibid*., p. 78.

rário trabalhava na informalidade. Um dos "bicos" arranjados por Jairo foi na assessoria da CUT regional, e esse não foi o único caso com o qual nos deparamos em nossa pesquisa em que se estreitaram os vínculos entre trabalhadores perseguidos e o movimento sindical e político, na sequência da retaliação patronal. Para Jairo, a atuação junto à CUT local podia garantir-lhe alguma fonte de renda, ainda que eventual. Além da impossibilidade de obter um emprego formal, Jairo sofria com sua inclusão nos processos criminais instaurados a pedido da GM.

Outro dos "33 da GM", Ediberto Bernardo dos Santos, o "Hiena", também negro, teve uma trajetória particularmente tortuosa após a demissão, que teremos oportunidade de acompanhar com mais detalhes adiante. À época da greve de 1985, Ediberto era cipeiro e membro da Comissão de Fábrica, mas seu ativismo se limitava a organizar as reivindicações e mobilizações dos trabalhadores da montadora. Depois da demissão, passou a fazer parte dos quadros do SMSJCR, na gestão eleita em 1987, ao mesmo tempo em que iniciava uma militância junto ao movimento de luta por moradia em Jacareí e construía o PT no município.[172]

José Melo Barbosa, por outro lado, não tinha quaisquer vínculos com o movimento sindical e tampouco atuava nas instâncias organizativas internas à montadora. Barbosa tinha dezenove anos de casa e chegara a trabalhar na construção da planta da montadora, como pintor, empregado de uma das empreiteiras que assumiram a obra. Já como empregado da GM, trabalhava na manutenção dos fornos da fundição. Foi demitido aos 58 anos de idade, de modo que as chances de voltar a ser contratado em uma empresa depois disso eram sabidamente diminutas. A esperança de Barbosa era conseguir a aposentadoria, mas, com 28 anos de trabalho registrados em carteira (para além de empregos anteriores, sem registro), seu tempo de contribuição era considerado insuficiente. Caso a GM reconhecesse, através de um laudo, o caráter insalubre do trabalho exercido pelo operário, o tempo exigido de contribuição seria menor, e Barbosa poderia dar entrada em seu pedido de aposentadoria imediatamente. Mas a empresa negava-se a emitir o referido laudo, e em 1989, Barbosa ainda não havia conseguido se aposentar. Ao ser indagado por Horta a respeito das razões para sua inclusão na lista de demitidos, o operário, muito religioso, deu a seguinte resposta: "Eu era um bom crente, e o crente procura andar direito. Então eu era muito perseguido".[173]

José Izidoro Dias, por sua vez, não somente fora demitido como incluído no processo criminal, apesar do fato de que, de acordo com o depoimento que prestou à polícia durante o inquérito, tivera pouquíssima participação na ocupação da fábrica; visitara a planta para conferir o andamento do movimento, no dia 26, mas, acometido de um resfriado, consultou-se com um médico que atestou seu quadro e recomendou repouso. Nos dias 25 e 27, sequer estivera na fábrica, o que não impediu que citassem-no, no processo,

172 SILVA, M. P. *Hiena – minha revolta não se vende*. São José dos Campos: Mogiana, 2010.

173 HORTA, *Op. cit.*, p. 81.

como um "insuflador" "perigoso e inconsequente", "o mais agitador" dentre os ativistas.[174] Era muito possível que José, apelidado "Touché", estivesse incluído no processo não por conta do ocorrido durante os dias da ocupação, mas por ter se destacado no período anterior da greve, como locutor da "TV Vaca Brava" – uma brincadeira criada por Touché e outros colegas para animar os grevistas, simulando filmar com uma câmera de papelão um programa de televisão que fazia a cobertura da greve, dando notícias e entrevistando os participantes.[175] Podemos supor que supervisores e chefes, que circulavam normalmente pela planta durante a primeira fase da greve – ou mesmo os chamados "cachimbos", trabalhadores que tinham bom trânsito entre os chefes[176] –, tenham notado a participação de Touché, o "Sílvio Santos da TV Vaca Brava", naquela brincadeira, e que ele tenha sido criminalizado simplesmente por participar de maneira bem-humorada da mobilização, divertindo seus colegas.

Casos como os de Barbosa e Touché indicam que os critérios políticos não foram os únicos a balizar a construção da lista de demitidos. À empresa, também interessava aproveitar a oportunidade para livrar-se de funcionários com muito tempo de casa, com salários considerados altos, e que poderiam ser facilmente substituídos por outros trabalhadores que cumpririam as mesmas funções recebendo pagamentos bastante inferiores. Além disso, seguramente foram dispensados os operários que, pelas mais variadas razões, eram malvistos por seus encarregados e chefes: aqueles que "não davam produção", que se atrasavam, que não cumpriam horas extras quando solicitados, ou que, simplesmente, se recusavam a bajular as chefias. Segundo depoimento de Ercílio Gregório Alves, um dos membros da Comissão de Fábrica demitidos: "[…] quem não vive tirando mel de abelha em fim de semana para levar ao chefe na segunda-feira, quem não faz mudança para o chefe, quem não carpe terreno para o chefe, nem vai ajudar o chefe na chácara dele, esse cara se azara".[177]

O depoimento do ex-diretor de Recursos Humanos da GM, Paulo Moreira, prestado à Comissão da Verdade dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (CVM/SJC) em 2014, confirma a participação das chefias e o alto grau de subjetividade que permeou a seleção dos demitidos e processados:

> Então foi pedido pela supervisão, que as áreas de fábrica que conseguissem identificar […] as pessoas

174 APESP, Fundo DCS, Dossiê 17-S-36, pasta 4, fls. 186 ss.

175 GUERRA, *Op. cit*., pp. 165-166.

176 "Alguns chefes escolhem dois ou três piões [i. e., operários] puxa-sacos para servir de espiões dos companheiros. São os famosos cachimbos que existem na GM. Os cachimbos continuam sendo piões, só que já não pegam mais no pesado. Recebem uns tostões a mais de salário e são gratificados com o direito de participar de algumas rodas da chefia e de serem convidados para tomar pinga na casa dos chefes e para irem pescar juntos no domingo". FGMSJCR, *Op. cit*., p. 18.

177 HORTA, *Op. cit*., p. 72.

> que participaram [...] Que fez barricada, que fez alguma coisa. E saiu uma relação de nomes, que desde o começo eu sabia que não podia ser perfeita, porque essas coisas não são cem por cento real. [...] E houve algumas pessoas, 33, eu me lembro exatamente que se identificou esses 33 que não só atuaram, mas tinham uma liderança nessa atuação.[178]

Nos anais da Câmara Municipal de Jacareí, encontramos um breve processo que recupera mais uma trajetória afetada pelas demissões em massa promovidas pela GM diante da greve de 1985. O Processo nº 107, de 17 de novembro de 2016, deu a um logradouro da cidade o nome de Adiles Moreira Pessoa Filho. Entre os documentos que compõem o processo, está uma breve biografia do homenageado, que nos permite saber que Adiles, nascido no município de Três Rios (RJ) em junho de 1943, havia recebido formação na Academia Militar de Agulhas Negras, mas, aos 22 anos, optara por deixar a carreira militar e iniciar sua vida profissional. Foi maquinista na construção naval e, em seguida, tornou-se metalúrgico da CSN, em Volta Redonda. Após trabalhar por seis anos na siderúrgica, "no auge da explosão industrial de São José dos Campos, em 1973, por seus méritos e competências profissionais, foi convidado a trabalhar na General Motors", mudando-se com a família para a região paulista do Vale do Paraíba e fixando residência em Jacareí dois anos depois.[179] Citamos, a seguir, o trecho da biografia referente aos acontecimentos de 1985 na montadora e suas consequências para Adiles – que não tinha quaisquer vínculos conhecidos com o movimento sindical, partidos políticos ou organizações operárias:

> Em 1985 participou da grande greve deflagrada pelo Sindicato dos Metalúrgicos em prol da redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução de salário, pois a jornada semanal de trabalho do operário horista passava de 60 horas, tendo sido este um dos maiores movimentos dos operários da região.
>
> Por lutar pelos direitos trabalhistas justos e dignos, foi demitido junto com centenas de pais de família e sofreu perseguição acirrada; mesmo com toda sua competência e profissionalismo, passou a ser tratado como criminoso membro de uma suposta milícia metalúrgica.
>
> Por 2 anos precisou deixar a família em Jacareí e buscar empregos em São Paulo; vivia no anonimato,

178 Entrevista de Paulo Moreira. Concedida à CVM/SJC, 28/04/2014.

179 Câmara Municipal de Jacareí. "Processo nº 107", de 17 de novembro de 2016, fl. 3.

> sempre com medo de ser identificado e demitido, e assim não ter condições de prover o sustento da família.
>
> Em 1987, com a chegada em Jacareí de uma grande cervejaria, que buscava por profissionais competentes para compor sua equipe, conseguiu, através da indicação de um colega que se lembrou do grande profissional e amigo Adiles, que a empresa, sem se deixar influenciar com os falsos estigmas lançados entre os grevistas da GM de 1985, o contratasse como Encarregado de Manutenção Mecânica.[180]

Se, para alguns trabalhadores, como Adiles e José Isidoro, as demissões representaram um hiato em suas carreiras, um período de inseguranças e provações que, com algum esforço, solidariedade e sorte, puderam superar em poucos anos, para outros, como Ediberto "Hiena" e Carlos Ribeiro de Jesus, o "Califa", a retaliação patronal era o prelúdio, ou, talvez, o impulso que os levaria a situações muito mais precárias, com consequências imprevisíveis à época.[181] Ediberto, hoje já falecido, foi biografado ainda em vida por Moacyr Silva. Vindo da Bahia em 1979, passou pela Volkswagen de São Bernardo do Campo onde tomou parte do movimento paredista daquele ano, passando a se referenciar em Lula, no sindicato metalúrgico e, posteriormente, no PT e na CUT.

Já no Vale do Paraíba, assim que ingressou na GM, em dezembro de 1982, Ediberto filiou-se ao SMSJCR, cuja carteirinha ostentava com orgulho. Os parentes de Luísa, sua companheira à época, viram a filiação de Hiena à entidade com maus olhos, advertindo-o do risco de demissão que esse simples gesto podia ocasionar. Entretanto, o metalúrgico não se preocupava com esse perigo (*"A mesma porta que eu entrei eu saio!"*[182]), e participou ativamente da greve de 1984. Aproximando-se cada vez mais da vida sindical, ingressaria na CIPA e na Comissão de Fábrica da GM no decorrer daquele ano, obtendo estabilidade no emprego – o que não impediria sua demissão por justa causa no ano seguinte, após a ocupação de abril.

Hiena filiou-se ao PT na segunda metade dos anos 1980, e foi candidato a vereador pela legenda em 1988. Por seu papel de destaque nas lutas da GM e pela relação próxima que construiu com a diretoria do sindicato naqueles processos, chegou a fazer parte dos quadros da entidade entre 1987 e 1990, enquanto coordenador da subsede de Jacareí, município em que residia e onde participava do movimento popular de luta por moradia. Entretanto, de acordo com Silva, Ediberto considerava que, em certos momentos, seus próprios

180 *Ibid*., fl. 4.

181 Os parágrafos seguintes, assim como trechos da próxima seção deste capítulo, apareceram, em versão preliminar, em uma comunicação que expusemos em 2019. MARTINS, R. O. "De 'Milícias' e 'Lampiões': lutas operárias, segurança industrial e privatização da repressão no Vale do Paraíba, 1985-1987". *Anais do XXX Simpósio Nacional de História*. UFPE, Recife: Julho de 2019.

182 SILVA, M. P. *Op. cit.,* p. 40.

companheiros de partido e sindicato haviam preferido se afastar dele, fosse por considerarem que sua luta por moradia era, além de algo "quixotesca", "puramente assistencialista",[183] fosse porque temessem a associação, perante a opinião pública, entre a polêmica figura de Hiena e as organizações das quais ele participava.[184] Além de negro e nordestino, Ediberto era um dos "33 da GM", que, como vimos, haviam sido altamente estigmatizados pela imprensa. Para completar este quadro, naquele período, Hiena teve constantes atritos com a polícia, com o poder público e com serviços de segurança privados – acompanharemos um desses episódios com mais detalhes na próxima seção. A título de exemplo, merece reprodução um dos casos narrados por seu biógrafo, ocorrido durante a campanha presidencial de 1989:

> Ediberto estava em todas e não tinha e nem dava sossego para as autoridades policiais de Jacareí naquele período. Até num jocoso caso de remessa certeira de alguns ovos no peito do então candidato a Presidente da República Fernando Collor de Melo, em 1989, ele acabou se envolvendo, fato que acabou lhe rendendo inclusive um espaço no noticiário nacional.
>
> Nesse último episódio, Hiena acabou contando com o apoio da PM paulista, que salvou a sua vida, o resgatando, de metralhadoras em punho, das mãos da equipe particular de segurança do candidato, que estava literalmente querendo linchá-lo. Ato contínuo, a mesma equipe da PM o levou para a Delegacia de Polícia de Jacareí, onde o Delegado de plantão o manteve sob tutela por aproximadamente três horas e depois, rindo muito, acabou lhe dizendo: – Você não tem jeito mesmo. Fica aí, se a caravana (do candidato) não vier registrar queixa eu te solto![185]

Se, nesse momento, considerado por seu biógrafo como o auge da militância de Ediberto, "como havia acontecido com o lendário Lampião na Região Nordeste do país, Hiena marcou presença na história de Jacareí, de um lado fazendo alianças e conquistando corações e mentes e de outro tendo sempre que enfrentar o ódio e a força dos que se lhe opunham de maneira incan-

183 *Ibid*., pp. 54, 79.

184 "[…] um grupo de companheiros do PT de Jacareí defendeu a não manutenção de seu nome na direção do Partido na cidade, durante um processo interno de renovação da mesma, por causa do seu envolvimento no processo dos 33 da GM. Para esses petistas de Jacareí, a sua inclusão poderia *queimar o filme* da sigla na cidade". *Ibid.*, p. 78.

185 *Ibid.*, pp. 69-70.

sável"[186], sua trajetória teria uma guinada de contornos dramáticos no início da década de 1990. Desempregado e isolado da militância – havia rompido com a direção do SMSJCR em 1991, acusando-a de negligência na defesa jurídica dos trabalhadores processados pela greve da GM de 1985 –, decide participar com três amigos de um assalto, sem quaisquer fins políticos, a um motel da região. Entre os assaltantes "de primeira viagem" também estava Carlos Ribeiro de Jesus, o "Califa", outro dos "33 da GM". Preso pelo crime, Hiena cumpriria seis anos e quatro meses de pena em regime fechado; Califa também foi condenado a cinco anos e quatro meses de reclusão.[187] Ediberto, "*agora não mais o Lampião*"[188], se desfiliou do PT após deixar a prisão, e não voltaria a se envolver com os movimentos sindical e popular. Hiena, Califa e quase todos os membros do grupo dos "33" seriam anistiados em 2008, como consequência do caráter político de sua demissão, recebendo indenizações e um pedido oficial de desculpas da parte do Estado.

3.6 OS SERVIÇOS INFORMAIS DE SEGURANÇA INDUSTRIAL A SERVIÇO DA REPRESSÃO: O "BANDO DO AKIRA" E AS "MILÍCIAS PARTICULARES"

Como vimos nas seções anteriores, os piquetes e as ações de greve implementadas pelos operários da região de São José dos Campos durante a campanha salarial de 1985 foram retratados na imprensa através da expressão "milícias metalúrgicas", rejeitada pelos trabalhadores envolvidos. No mesmo período, apareceram nas páginas do *Valeparaibano* declarações de ativistas e militantes do PT que denunciavam a atuação violenta dos serviços de segurança privada das empresas, inflados através da contratação temporária de novos vigilantes, responsáveis pela intimidação e por agressões verbais e físicas contra os grevistas, algo que foi interpretado pela imprensa como um dos elementos que motivara a participação massiva dos operários nos piquetes daquele ano. Ernesto Gradella, vereador petista, chegara a descrever as equipes de segurança industrial como "milícias particulares":

> Disse Gradella que as "tropas de choque" já estão montadas e organizadas na Ericsson, National, Fi-El e

186 *Ibid.*, p. 75. Grifo meu.

187 HORTA, *Op. cit.*, p. 104.

188 SILVA, *Op. cit.*, p. 75. Grifo meu.

> Embraer, "mas as outras empresas estão seguindo o exemplo e organizando suas milícias, em colaboração com as empresas de segurança". O que Gradella quer é que as autoridades estaduais e federais tomem providências, "no sentido de coibir esta ação terrorista que se tenta instalar em São José dos Campos contra os operários".[189]

Quase todas as principais fábricas da região possuíam seus próprios *serviços orgânicos de segurança industrial*, isto é, empregavam diretamente os funcionários responsáveis pela guarda e vigilância de seu patrimônio. Embora, durante a década de 1980, se consolidasse a tendência à *terceirização* desse tipo de atividade, no ramo industrial, os serviços orgânicos seguiriam sendo maioria no Brasil, pelo menos até a primeira década do século XXI.[190] Isso não parece ser mero acaso, dada a importância estratégica dos aparelhos privados de segurança para as empresas. Vimos anteriormente que tais serviços eram frequentemente dirigidos por ex-militares, que se utilizavam de seu treinamento e do bom trânsito junto às Forças Armadas para exercer a vigilância política sobre os funcionários das indústrias. Mas, com o incremento da atividade grevista na região, sobretudo a partir de 1984, verificamos um crescimento das denúncias a respeito das contratações temporárias e/ou informais de seguranças, especialmente nos períodos de mobilização operária. Um vigilante e microempresário de Jacareí chamado Akira Ohta se tornaria famoso entre os metalúrgicos da região naquele período, justamente por prestar às empresas esse tipo de serviço.

No APESP, encontramos uma pequena compilação de documentos, ao que parece, solicitados pela polícia militar de Jacareí ou pelo próprio Akira junto às autoridades locais e aos estabelecimentos para os quais havia prestado "relevantes serviços", que visavam atestar a idoneidade do vigilante e ampará-lo em relação às acusações que lhe faziam então sindicalistas e ativistas do Vale. Dentre as declarações de empresas, destaca-se a da GM, emitida ainda em 1985 (demonstrando que, dois anos antes das denúncias que mencionaremos adiante, Akira já se precavia contra os questionamentos à natureza de seu trabalho) e assinada por Bruno Fiori Capelli, gerente de pessoal da multinacional em São José dos Campos – e um dos representantes da GM no CECOSE –, em que se especifica que a contratação da "Equipe de Segurança do Sr. Akira Ohta" se deu após a "greve de 28 dias" (abril-maio de 1985), e que a ação de Akira e seus empregados visava a "garantia ao direito de os funcionários entrarem para cumprir seus horários normais de trabalho" – em outras palavras, dificultar o prosseguimento da referida greve. Capelli acrescentava ainda:

189 *Valeparaibano*, 13/04/1985, p. 3.

190 CUBAS, Viviane de O. *Segurança Privada*: A expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo. São Paulo: Associação editorial Humanitas: Fapesp, 2005. pp. 77-78, 110-114.

> Os componentes da Equipe, cerca de vinte homens especialmente treinados, mantiveram-se desarmados, mas atentos, com bastante disposição, demonstrando moderação e equilíbrio emocional. No primeiro dia, frente ao tumulto ocorrido com a invasão de ex-empregados ativistas, souberam agir, energicamente, sem violência, tendo sido valiosa sua contribuição, na retirada das referidas pessoas.[191]

Se a declaração do representante da GM, louvando as ações repressivas de Akira e seus funcionários contra os grevistas da empresa, pode estar relacionada às denúncias veiculadas na imprensa local, ainda em 1985, quanto à violência empregada pela patronal para desbaratar as mobilizações operárias, o Ofício da delegacia de Jacareí e a compilação dos "atestados de bons serviços" de Akira parecem responder a reportagens de teor semelhante, publicadas em jornais de circulação local, em março de 1987, e novamente, com maior visibilidade, no *Jornal do Brasil*, em setembro daquele ano. A edição de 6/9/1987 do periódico apresentou uma matéria de página inteira, assinada por Ricardo Kotsche, com o seguinte título: "'Bando do Akira' protege empresas no Vale do Paraíba". Pela reportagem, ficamos sabendo que o empresariado local continuava recorrendo à contratação de equipes adicionais de segurança para a repressão de movimentos grevistas:

> Como havia acontecido em fevereiro, durante uma greve de duas semanas ocorrida na Malharia Nossa Senhora da Conceição, em Jacareí, os homens de Akira não se limitaram a zelar pelo patrimônio da empresa, mas teriam obrigado os 3 mil funcionários da Ericsson de São José dos Campos a retomar a produção após uma paralisação de 18 dias, iniciada a 6 de agosto, segundo a denúncia encaminhada ao presidente José Sarney [pelos sindicatos da região, encabeçados pelo SMSJCR].[192]

A reportagem de Ricardo Kotsche ilumina a relação de proximidade e confiança que parecia existir entre Akira Ohta e a polícia de Jacareí. Na descrição da denúncia, vemos aparecer outra vez Ediberto Bernardo dos Santos, o "Hiena" – e podemos notar, de passagem, que um dos argumentos mencionados pelo delegado de Jacareí para deslegitimar o denunciante é

191 "Declaração" de Bruno Fiori Capelli, Gerente da Administração de Pessoal da General Motors do Brasil S. A. São José dos Campos, 24 de junho de 1985. APESP, Fundo DCS, Dossiê 17-S-36-217, Pasta 5.

192 *Jornal do Brasil*, 6 de setembro de 1987. p. 14.

exatamente o de que ele havia sido um dos processados pela ocupação da GM em 1985:

> […] o delegado Reis Ramalho faz a defesa de Akira ("Sabemos ser o mesmo vigilante autônomo e não temos notícias de irregularidades perpetradas pelo mesmo em seus serviços") e ataca o autor das denúncias, Ediberto Bernardo Santos, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, lembrando que ele é um dos 33 sindicalistas indiciados pela ocupação da fábrica da GM há dois anos. Qualificado pelo delegado de "hiena" e acusado de ter sido preso por porte de maconha durante a greve na Malharia Nossa Senhora da Conceição, Ediberto diz que não poderia esperar outra coisa: "O delegado é o chefe da máfia em Jacareí. O bando do Akira, a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Guarda Municipal trabalham juntos, é tudo uma coisa só. O Akira e a PM me prenderam porque eu era do comando de greve e a maconha apareceu na delegacia, foi tudo armado".[193]

A matéria de Kotsche sobre a atuação de Akira e seu "bando" na região traz diversas informações interessantes sobre as atividades daqueles vigilantes. De acordo com o texto veiculado no *Jornal do Brasil*, a "original empresa de segurança" de Akira não possuía "registro nem endereço" e recrutava seus empregados informais entre policiais militares e desempregados. "Faixa preta de judô e caratê, o robusto Akira, que nunca dispensa seu boné de jogador de beisebol e a companhia de dois capangas", conduzia ele mesmo o recrutamento, realizado "em frente a uma agência bancária na esquina mais movimentada do Centro de Jacareí": "Com uniformes de vigilantes ou a paisana, os homens de Akira estão em toda parte e não só dentro das fábricas em épocas de greve. Eles fazem segurança em agências bancárias, clubes, supermercados, condomínios fechados — e é mais fácil encontrar um deles do que policiais propriamente ditos em Jacareí".[194]

Como se nota, a atuação da "empresa de segurança" de Akira era abrangente. O bom trânsito do vigilante empreendedor, não somente junto às empresas instaladas no Vale do Paraíba, mas também entre a polícia e os políticos da

193 *Ibid.*

194 *Ibid.*

região[195], favorecia o desenvolvimento de suas atividades, beneficiadas ainda pela disponibilidade de força de trabalho para aqueles "bicos":

> Além de policiais militares nas suas folgas, Akira dá serviço a quem o procura sem pedir referências nem fazer perguntas. O delegado Reis Ramalho diz nada saber sobre marginais a serviço de Akira, mas o vereador João Bosco, do PC do B de São José dos Campos, assegura: "Esse grupo é formado por traficantes, ex-presidiários e outros tipos de marginais que andam armados com cassetetes, revólveres, soco inglês, correntes e algemas. E são sempre chamados por empresas da região para intimidarem os trabalhadores que lutam por melhores salários".[196]

A distinção entre "trabalhadores" e "marginais", reproduzida na fala de João Bosco, conquanto configurasse parte das estratégias discursivas empregadas, nessa situação, por representantes de organizações operárias (mas, até mais frequentemente, também contra elas, como vimos no caso das "milícias metalúrgicas"), se demonstra bastante frágil, em diversas ocasiões. Seguramente, entre os contratados por Akira Ohta, havia trabalhadores que, por diversas razões, não haviam conseguido obter ou manter empregos formais, e malgrado a aparente notoriedade do vigilante, é muito provável que entre seus funcionários estivessem pessoas que desconhecessem ou simplesmente não empregassem os métodos violentos alegadamente utilizados por Akira. Nesse sentido, o relato de Pedro Pereira, sindicalista ativo na CUT, entrevistado por Kotsche, evidencia o amplo potencial de recrutamento do chamado "bando", bem como os métodos empregados pelos vigilantes e as contradições colocadas para quem tomasse parte em suas atividades:

> No final do ano passado [1986], lembra o dirigente sindical, estava desempregado – assegura – sem saber os métodos de Akira, foi trabalhar para ele como segurança do Clube Elvira, o mais tradicional de Jacareí. Lá ele conheceu o "quarto do Akira", uma espécie de chiqueirinho onde eram espancados os penetras apanhados pelos seguranças. Pereira diz que estava pensando em pedir as contas quando presenciou, sem querer, "uma

195 Entre os papéis que mencionam Akira, há relatórios policiais, declarações da General Motors e do Hospital Alvorada de Jacareí, de um banco, dois juízes e até mesmo do prefeito da cidade, atestando a idoneidade e os bons serviços prestados pelo vigilante. *Cf.* APESP, Fundo DCS, Dossiê 17-2-36-217, Pasta 5.

196 *Jornal do Brasil*, 6 de setembro de 1987. p. 14.

> cena terrível" em fevereiro. "Eu estava saindo do clube de bicicleta a uma hora da madrugada quando vi uns moleques correndo e gritando. O carro do Akira estava com as portas abertas. Ele estava com uma pistola calibre 7.65 e os dois capangas armados de revólveres 38. O Alemão, chefe dos seguranças dele, jogou um menino algemado no banco de trás do Chevette do Akira. O menino gritava para não matarem ele, por favor, e o Akira respondia: 'Você vai para a delegacia'. Fiquei com medo e não fui mais trabalhar para ele".[197]

O recurso à intimidação e a constrangimentos ilegais de diversos tipos, que parece ter dado a tônica das atividades do empreendimento de Ohta, certamente repercutia mais quando estava direcionado às organizações de trabalhadores, como nos casos das greves na Ericsson e na Malharia Nossa Senhora da Conceição, descritos na reportagem. Mas é possível que esses não tenham sido os episódios mais extremos de violência do "bando". O próprio Akira, à época, respondia por tentativa de homicídio contra Milton Cassiano de Assis, alvejado com cinco tiros, mas negava a intenção de matá-lo – segundo o vigilante, tratara-se apenas de um "arrocho"(!). Em meados da década de 1980, Akira era certamente considerado por muitos sindicalistas da região como um inimigo público. José Galdino Ribeiro, nascido em Natal/RN, eletricista de manutenção da GM e diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, definia então o vigilante como "um Lampião ao contrário, um explorador que ganha dinheiro à custa do seu próprio bando, batendo no pequeno para proteger o grande".[198]

Contudo, tanto a reportagem de Kotsche quanto a documentação sobre Ohta presente no APESP atestam que o empreendedor do ramo da segurança contava com a boa vontade dos poderosos da região. Nos relatórios policiais sobre Akira, nenhuma menção é feita à informalidade de sua empresa – até mesmo a irregularidade da sua condição de vigilante, detectada pela própria polícia, é tratada com notável conivência: "Informamos ainda que o Sr. Akira Ohta é Vigilante Noturno devidamente credenciado pelo DARE sob o Nº 03.504, estando providenciando a renovação da mesma, por encontrar-se vencida."[199] Em outro ofício, em resposta a uma demanda da CUT Regional de São José dos Campos que solicitava "providências no sentido de garantir aos Líderes [do] Sindicato garantia de vida, liberdade de expressão e liberdade de ir e vir", o delegado da Polícia Civil de Jacareí contestava sumariamente a relevância da alegação da entidade quanto à ocorrência de ameaças tele-

197 *Ibid.*

198 *Ibid.*

199 "Ofício nº 577/M/87-pjf", de 23 de setembro de 1987. APESP, Fundo DCS, Dossiê 17-2-36-217, Pasta 5.

fônicas contra seus dirigentes, por tratar-se "de fato subjetivo, não havendo qualquer representação, ao menos com indicação de suspeitos". Sobre as denúncias contra Akira e seu "bando", especificamente, o delegado era, ora evasivo, ora contundente:

> Com relação aos fatos relacionados a MALHARIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, que dá origem a celeuma, ter contratado seguranças particulares para vigiarem internamente suas instalações, entre os quais AKIRA OHTA, *nada temos contra tal medida* e com respeito a eventuais soldados trabalharem nesse mistér, em horas de folga, lado a lado aqueles, entendemos que tais fatos, se reais, devem ser investigados pela Polícia Militar do Estado.[200]
>
> […]
>
> Com respeito ao Senhor AKIRA OHTA, sabemos ser o mesmo vigilante autônomo e não temos notícias de irregularidades perpetradas pelo mesmo em seus serviços. Ao que consta as vezes o mesmo trabalha com outros colegas e não fiscalizamos a ação de policiais militares a paisana, quando em horas de folga.
>
> O "Bando do Akira", *somente é acusado por elementos da CUT* Regional de S.J. dos Campos, *que não suportam vê-los fazendo segurança nas firmas em greve*, como já sucedera anteriormente na própria GM – General Motors do Brasil – de S. José dos Campos.[201]

São escassas as fontes disponíveis para uma avaliação da recorrência e da duração no tempo, bem como do impacto gerado pela atuação de equipes particulares de segurança, a serviço de grandes empresas, contra o movimento operário na região. Parece-nos que o recurso empresarial a empreendimentos como o de Akira era contextual, visando apenas ampliar o contingente disponível para a intimidação e a repressão contra os trabalhadores nos momentos das greves. Nesses casos, era conveniente que a violência aplicada contra os grevistas para desbaratar piquetes fosse praticada por serviços particulares, vinculados aos estabelecimentos metalúrgicos apenas de maneira temporá-

200 "Informação GS. 13339/87. Despacho nº 22/87", 18 de abril de 1987. fls. 1-2. APESP, Fundo DCS, Dossiê 17-2-36-217, Pasta 5. Grifo meu.

201 *Ibid*., fl. 4. Grifos meus. Respeitamos a grafia do original.

ria e, possivelmente, informal, e não pelas equipes de segurança orgânica, próprias das indústrias, facilitando a desvinculação entre as empresas e os eventuais "excessos" (recorrentes no período, conforme vimos) cometidos contra os operários mobilizados.

3.7 A REPERCUSSÃO DAS GREVES DE 1985 NO MOVIMENTO SINDICAL E NO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Para observadores atentos, as greves metalúrgicas de 1985 tornaram ainda mais nítidas as divisões existentes no seio do movimento sindical brasileiro. Desde os primeiros movimentos que visavam a composição do governo de Tancredo Neves, mas especialmente durante a agonia e após a morte do presidente indiretamente eleito, viu-se que os sindicatos ligados à Conclat demonstraram disposição em aderir ao "Pacto Social", rejeitado pela CUT. Entretanto, os setores majoritários da central capitaneada pelo petismo, com destaque para a Articulação Sindical (denominação do grupo cutista ligado à maioria partidária petista, a "Articulação dos 113", ou simplesmente "Articulação"), que tinha justamente o SMSBCD como entidade de maior peso, também evitaram bater de frente com a comoção popular gerada pelo falecimento de Tancredo, paralisando a campanha salarial durante o período de luto oficial. O gesto não indicava uma adesão velada ao pacto, como ficou provado pela retomada da campanha dias depois, mas representava, sim, um sinal de moderação, dirigido à opinião pública por um partido que pretendia, de maneira cada vez mais decidida, tornar-se uma alternativa eleitoral viável. Para tal, deveria ampliar suas bases sociais e livrar-se da pecha do "radicalismo", atribuída ao partido por setores da imprensa, pelas patronais e por atores estatais, desde antes de sua fundação. Mas as concessões que a cúpula partidária estava disposta a fazer nesse sentido não eram consensuais, nem no âmbito da CUT e nem no próprio partido.

Entre os grupos que se contrapunham ao crescente pragmatismo petista (e seus reflexos no interior do movimento cutista), a Convergência Socialista ocupava papel de destaque. A atuação da CS e de outras correntes marxistas enquanto frações no interior do partido foi apontada por analistas como um dos fatores que impulsionou a formalização da própria Articulação enquanto tendência: a maioria partidária percebia a necessidade de se organizar para fazer frente aos grupos minoritários, cujo alto grau de coesão interna e autonomia conferia-lhes grande capacidade de ação política, o que era considerado problemático pelas lideranças ligadas a Lula e a outros "sindicalistas autênticos" que, em conjunto com segmentos da militância católica e intelectuais petistas, dirigiam efetivamente o partido. De acordo com Lincoln Secco, a Articulação "se via como a reação popular ao elitismo e ao vanguardismo"

das correntes que se localizavam à esquerda no interior do PT.[202] Eurelino Coelho, por sua vez, aponta que um dos elementos recorrentes no perfil dessa militância que orbitava o "grupo do Lula" era o anticomunismo (ou antileninismo), que se expressava através da crítica às organizações marxistas que, supostamente, "faziam política pelas cúpulas, excluindo as bases das decisões mais importantes", e cuja concepção partidária seria "vanguardista e messiânica".[203]

Tais concepções já se encontravam em voga no interior do PT desde seu período fundacional. Teses favoráveis à exclusão das tendências marxistas organizadas como grupos autônomos circulavam dentro do partido, pelo menos, desde o ano de 1980.[204] Entretanto, as necessidades políticas de legalizar o PT e derrubar a ditadura militar mantiveram a coesão entre os diversos grupos partidários no início daquela década. O fraco desempenho eleitoral petista em 1982 – outra das razões que explicam a formação da Articulação, no ano seguinte – impulsionou as tensões intrapartidárias, que se radicalizariam na Nova República. Sobretudo a partir de 1986 ganharam corpo as ameaças de exclusão de certas tendências marxistas do partido, que, no princípio dos anos 1990, se concretizariam, em dois casos: a expulsão da tendência Causa Operária (1990) e a da própria Convergência (1992).[205]

Em poucos momentos os ataques ao "radicalismo" da CS foram mais virulentos que na ocasião da ocupação promovida pelos metalúrgicos da GM em 1985. Como vimos, a ideia da responsabilidade dos trotskistas pela ocupação foi reiteradamente propagada pela grande imprensa, que por vezes se utilizava das críticas elaboradas pela própria ala majoritária da CUT para fortalecer a tese:

> "Essa molecada da Convergência Socialista só quer fazer barulho, não aprendeu o que aprendemos desde 78". Esta afirmação, feita por um dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo em tom de desabafo, tem sido repetida por toda a diretoria da entidade nos últimos dias, embora os sindicalistas prefiram "não tecer críticas em público" ao "grupo radical", para "não quebrar a unidade dos sindicalistas independentes". […]

202 SECCO, Lincoln. *História do PT 1978-2010*. Cotia/SP: Atêlie Editorial, 2011. p. 94.

203 COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital*: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). Tese (Doutorado em História). UFF, Rio de Janeiro: 2005. pp. 58-9.

204 *Cf.,* por exemplo, o documento "As falsas tendências e o PT de Massa", elaborado naquele ano pelo agrupamento "PT de Massas", embrião da Articulação no estado de Minas Gerais. O documento é reproduzido em VIANA, Gilney Amorim. *A Revolta dos Bagrinhos*. Belo Horizonte: Segrac, 1991, pp. 101-19.

205 Esse foi um dos temas centrais de minha dissertação de mestrado. MARTINS, R. O. *A regulamentação do direito de tendências no Partido dos Trabalhadores (1986-1992)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). IFCH/Unicamp: Campinas, 2015.

> "O que fizeram em São José dos Campos foi uma grande besteira", repete Luís Inácio Lula da Silva, ao comentar que, em 24 dias de greve, não houve qualquer caso de violência que tivesse repercussão como esse. Em São Bernardo, dizem os diretores da entidade, com maior número de trabalhadores e empresas, "a greve está pacífica, nenhuma fábrica ocupada e ninguém nos acusando de violência".[206]

Em São José dos Campos, os militantes ligados à Articulação, entre eles o presidente do SMSJCR, José Luiz Gonçalves, não expressavam publicamente críticas similares, uma vez que se encontravam em unidade com a CS à frente da entidade. Ainda assim, alguns detalhes demonstram que, durante a ocupação da GM, assim como na construção posterior de um balanço sobre a experiência, eles estiveram mais alinhados com Lula e a direção partidária do que os trotskistas. Oriundo da militância católica, Edemir de Paula, o "Passarinho", um dos diretores do sindicato mais próximos a José Luiz, foi o escolhido para defender a proposta de desocupação da fábrica em assembleia, quando ela já se encontrava cercada pelos militares, em 27 de abril. A favor da manutenção da ocupação, falou Pedro Domingos da Rosa, um militante da Convergência.[207] Gonçalves reconheceria mais tarde que os próprios aliados do SMSJCR, citando "os sindicatos do ABC" como exemplo, haviam deixado os metalúrgicos joseenses em uma posição de isolamento por conta de sua posição "muito radical", mas que "a categoria ficou com o sindicato".[208] O presidente da entidade afirmaria também que, na ocasião daquela greve, se expressara um tensionamento exacerbado entre as partes em conflito, uma estratégia que considerou infrutífera para os trabalhadores e cujo abandono representava um aprendizado:

> O trabalhador percebe também, percebeu nesse processo todo de luta forte, que não havia condição dele conquistar tudo. Então, a partir daí, houve um certo momento em que os dois lados passaram a negociar e conceder, o patrão concedia um pouco e o trabalhador reduzia os seus pedidos, pra não levar a esse chamado

206 *O Estado de S. Paulo*, 5/5/1985.

207 Entrevista de Edemir de Paula "Passarinho". *Histórias e Memórias*. Fundação Cultural Cassiano Ricardo, primeiro semestre de 2014. Parte III. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=u6N4FdDlHzY. Consultado em fevereiro de 2020.

208 Entrevista de José Luiz Gonçalves. *Histórias e Memórias*. Fundação Cultural Cassiano Ricardo, primeiro semestre de 2014. Parte II. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HOnuCAvlADA. Consultado em fevereiro de 2020.

> esticamento da corda, até arrebentar a corda, cono foi em 85.[209]

Embora Lula e a Articulação reforçassem o coro contra a CS e as ocupações, isso não impedia a imprensa de associar a maioria petista às mesmas práticas "violentas" e "radicais" atribuídas aos trotskistas. Diante da adesão de cerca de quinze mil pessoas aos atos unificados do 1º de maio de 1985 em São Paulo – pequena, se comparada às centenas de milhares envolvidas com as *Diretas Já*, no ano anterior, ou ainda, com as manifestações em homenagem a Tancredo, menos de duas semanas antes –, o *Estadão* avaliou que o sindicalismo cutista já se encontrava desgastado perante a opinião pública:

> O povo não foi à concentração porque não quer e não acredita naquilo que representa o sr. Lula, seu PT e radicalismos assemelhados. A imagem que está a transmitir o líder maior dos piqueteiros, das MM ["milícias metalúrgicas"] e dos executores de "chiqueirinhos" é a da prepotência, a da antidemocracia, é a da arbitrariedade. Na primeira e única vez em que se dispôs a disputar uma eleição popular – para o governo do Estado, em 82 – o sr. Lula da Silva obteve o lugar de vice-lanterninha, isto é, ficou em quarto lugar, entre cinco candidatos. De lá para cá, com sua imagem cada vez mais associada à truculência, à imoderação que beira a completa insensatez, que restaria de votos para o chefe do PT, se pela segunda vez resolvesse enfrentar as urnas – decerto bem mais difíceis de submeter que a indefesos *trabalhadores reféns?*[210]

O prognóstico do periódico seria refutado pelas urnas no ano seguinte, com Lula eleito para a Assembleia Constituinte com mais de 650 mil votos, que o fizeram o deputado mais votado do país. Entretanto, no momento em que aquelas críticas eram publicadas, era certo que tocavam em um ponto sensível para o partido. Os militantes petistas, evidentemente, tinham grande desconfiança em relação à mídia – José Luiz Gonçalves conta, por exemplo, que dava entrevistas ao *Estadão* com um gravador ligado, para poder publicar, no jornal do SMSJCR, o conteúdo exato do que havia dito, já que a

209 Entrevista de José Luiz Gonçalves. *Histórias e Memórias*. Fundação Cultural Cassiano Ricardo, primeiro semestre de 2014. Parte III. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EC7qtrLzixc. Consultado em fevereiro de 2020.

210 *O Estado de S. Paulo*, 3/5/1985. O grifo é do original.

imprensa distorcia suas palavras com frequência[211] – mas a maioria partidária não subestimava os riscos que a associação entre a imagem do partido e os "radicalismos" poderia causar sobre sua viabilidade eleitoral. Nas eleições municipais de 1985, o PT conquistou pela primeira vez a prefeitura de uma capital, em Fortaleza, com a eleição de Maria Luíza Fontenelle (ligada ao PRC, justamente uma das tendências marxistas da esquerda partidária), mas, de maneira geral, os resultados eleitorais permaneciam aquém das expectativas da direção do partido e, no biênio seguinte, o combate às "falsas tendências" ganharia cada vez mais centralidade na agenda interna da ala majoritária petista.

Na arena sindical, a ocupação da GM também foi convertida em munição pelos adversários da CUT. Na documentação sobre os metalúrgicos de São José reunida sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, encontra-se um exemplo disso: o "Dossiê Roque Santeiro", um panfleto atribuído à direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos (SMSC), que foi distribuído à época das eleições para uma nova gestão da entidade, no segundo semestre de 1985.[212] O SMSC era presidido por Antonio Cabeça Filho, que havia participado da fundação do sindicato são-carlense em 1961, tornando-se seu primeiro presidente naquele ano e reelegendo-se nos pleitos seguintes.[213] Ao contrário dos "pelegos" que haviam hegemonizado o sindicato metalúrgico de São José dos Campos até 1981, Cabeça Filho organizara mobilizações e protestos por direitos mesmo durante o regime militar, que lhe valeram a prisão e torturas em 1968.[214] Ainda assim, por razões que desconhecemos, pôde permanecer à frente da entidade, ao que nos consta, ininterruptamente, mantendo-se entre os quadros da entidade até 2010, mesmo depois de aposentado. Na década de 1980, Cabeça Filho era uma das lideranças da FMESP e fazia ferrenha oposição à CUT, argumentando contra a vinculação entre sindicatos e partidos políticos.[215]

O panfleto distribuído por ocasião das eleições sindicais de 1985 – em que o grupo de Cabeça Filho enfrentava uma chapa cutista de oposição – utilizava-se dos acontecimentos daquele ano na GM para fazer propaganda contra os metalúrgicos são-carlenses da CUT, cuja chapa, alegadamente, era "financiada pelos metalúrgicos de São José dos Campos". O material pretendia demonstrar "como a violência, a corrupção, a intriga e a falsidade" eram usadas pela CUT para prejudicar os trabalhadores.[216] O título do panfleto,

211 Entrevista de José Luiz Gonçalves. *Histórias e Memórias…* Parte II.

212 "Dossiê Roque Santeiro". s/d [1985], 12 fls. Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV). Pasta Metalúrgicos de São José dos Campos. O panfleto não está assinado, sendo atribuído à direção do SMSC em uma anotação escrita à mão, em sua primeira página, possivelmente por um arquivista do CPV. Não pudemos confirmar a autoria do documento, mas a anotação é condizente com outras declarações de Cabeça Filho do mesmo período.

213 APESP. Delegacia de Ordem Social. Ficha de Antonio Cabeça Filho. Disponível em: www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNF001881.pdf. Consultado em abril de 2020.

214 Ver o documentário de MASSAROLO, João. *São Carlos/68*. 18 min. 2007.

215 APESP. Fundo DCS. Dossiê l7-D-13-4687.

216 "Dossiê Roque Santeiro". fl. 3.

"Dossiê Roque Santeiro", explicava-se por uma comparação jocosa que a diretoria da entidade são-carlense promovia, à segunda página do documento, entre atores do movimento sindical brasileiro e personagens da telenovela exibida com grande sucesso pela Rede Globo a partir de junho de 1985. O PT era associado ao Sinhôzinho Malta ("manda, corrompe, só que 'não sabe de nada… não viu nada…'"), e a CUT, a Terêncio ("obedece cegamente a qualquer ordem do seu 'dono' e 'senhor'"), enquanto os trabalhadores seriam o Cego Jeremias ("dizem que é cego, só que enxerga longe!").[217]

Após a descrição das "personagens", o panfleto trazia uma pequena introdução, que anunciava seu intuito de "desmascarar definitivamente os aventureiros que se intitulam 'autênticos' e que na verdade não passam de 'paus mandados' do capital estrangeiro"; o restante do documento pretendia-se uma "cópia fiel do processo que a justiça move contra a diretoria do sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos", cuja leitura permitiria aos trabalhadores são-carlenses perceberem "no quê deu a inconsequência deles".[218] Apesar de trazer referências textuais ao processo nº 365/85 ("cuja cópia em nosso poder encontra-se devidamente autenticada pelo Secretário do Fórum, em S. José dos Campos")[219], há várias informações equivocadas no "dossiê", a começar pelo número de processados (83, segundo a chapa situacionista do SMSC). Reproduzindo trechos especialmente selecionados do inquérito para reforçar a tese de que os grevistas haviam sido responsáveis por crimes, a direção do SMSC fazia coro com a imprensa e a patronal. Não sabemos ao certo o peso que o "Dossiê Roque Santeiro" teve sobre a disputa sindical em São Carlos, mas fato é que a gestão Cabeça Filho foi eleita para mais um mandato, a partir de 1986.

O Segundo Congresso da CUT (II CONCUT), realizado naquele ano, evidenciaria ainda mais as tensões crescentes entre a Articulação e os grupos de esquerda no interior da central. Embora tenha aprovado posições claramente anticapitalistas que apontavam, "pelo menos no nível do discurso", para uma estratégia socialista, algo que foi considerado uma vitória pela ala esquerda da entidade, isso não se traduziu em mudanças substanciais na composição da direção da CUT, que permaneceu hegemonizada pela Articulação Sindical.[220] Ainda naquele congresso, a Articulação ameaçou colocar em votação medidas que, se efetivadas, ampliariam seu controle sobre a central, tais como o fim da proporcionalidade na distribuição de cargos nas Comissões Executivas e eleições indiretas para delegados aos congressos seguintes, mas recuou ao perceber que não conseguiria sua aprovação.[221]

217 *Ibid.,* fl. 2.

218 *Ibid*., fl. 3.

219 *Ibid*., fl. 11.

220 OLIVEIRA, Tito Flávio Bellini Nogueira de. "A trajetória política da CUT: da inovação sindical ao burocratismo". *Anais do VII Seminário de Saúde do Trabalhador e V Seminário O Trabalho em Debate "Saúde Mental Relacionada ao Trabalho"*. Franca/SP, 2010. p. 5.

221 *Ibid*.

É interessante notar o sutil descompasso entre a luta no interior da central, na qual a esquerda conseguia aprovar partes importantes de suas posições (ainda que não pudesse traduzi-las em medidas concretas, por conta de sua condição minoritária nos organismos dirigentes) e a disputa no interior do PT, em que a Articulação tinha condições de atuar de maneira mais incisiva para restringir os espaços abertos aos marxistas "radicais". Exemplo disso era o tema do papel das comissões de fábrica, que, como vimos, foram parte essencial da experiência das ocupações em São José dos Campos entre 1984 e 1985. Enquanto as resoluções do II CONCUT apontavam as comissões como "uma verdadeira escola do poder operário", que "fazem, no processo de luta, avançar a auto-organização dos trabalhadores"[222], a "Linha Sindical do PT", documento partidário aprovado no mesmo ano, colocava em destaque justamente os limites das comissões, fazendo uma crítica velada às concepções "vanguardistas" a respeito delas:

> As comissões de empresa são, pois, organismos de luta e de organização de todos os trabalhadores dentro de cada empresa, e não entidades de vanguarda. A suposição de que as comissões de empresa são, ao mesmo tempo, órgãos de poder dentro das empresas não corresponde à realidade atual da consciência e da organização dos trabalhadores. Por outro lado, entretanto, não se pode descartar que, com o avanço da luta de classe dos trabalhadores, as comissões de empresa possam evoluir nesse sentido. Mas essa evolução deve depender da luta e da experiência dos próprios trabalhadores, e não da decisão teórica de quem quer que seja.[223]

As disputas entre a Articulação e a esquerda petista se acirrariam ainda mais no biênio seguinte, com a aprovação da regulamentação do direito de tendências (V Encontro Nacional do PT, 1987) e com o III CONCUT (1988), considerado o último congresso de massas da central, no qual a ala majoritária finalmente aprovou as alterações estatutárias que lhe conferiram maior autonomia na gestão da entidade. Configurou-se, ali, de acordo com Tito Flávio Oliveira, "a institucionalização de um novo perfil e projeto para a CUT, que abandonou uma concepção de CUT-movimento para transformar-se numa

222 Central Única dos Trabalhadores. "Resoluções do 2º Congresso nacional da CUT". Rio de Janeiro, 1986. p. 53. Disponível em: https://www.cut.org.br/system/uploads/document/490ed55b00a0a6b5eea9aa486ae719f3/file/2-congresso-nacional-da-cut-2-concut-31-07-a-03-08-1986.pdf. Consultado em abril de 2020.

223 IV Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores. "Linha Sindical do Partido dos Trabalhadores". São Paulo, 1986. p. 10. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-linhasindicaldopt.pdf. Consultado em abril de 2020.

CUT-estrutura".[224] As consequências políticas dessa institucionalização não tardariam a se manifestar.

Apesar do processo de acirramento da luta política entre a ala majoritária e as correntes da esquerda do PT, a unidade entre a Articulação e a CS na direção do SMSJCR se manteria no pleito sindical de 1987, em que José Luiz Domingues foi eleito para um novo mandato como presidente da entidade. Em sua dissertação, Caio da Silva Guerra elencou alguns dos aspectos que discutimos aqui, indicando como eles contribuíam para fomentar as tensões entre as frações da direção sindical[225], mas não teceu considerações sobre os motivos da manutenção da unidade naquele momento. Acreditamos que um elemento fundamental para compreender a decisão dos metalúrgicos em permanecerem unidos se encontra no processo repressivo enfrentado pela gestão eleita em 1984. A retaliação patronal e a tentativa de criminalização dos dirigentes operários, que recuperamos ao longo deste capítulo, fizeram com que aqueles sindicalistas percebessem a necessidade da ação unitária para resistir aos ataques. Diversas medidas foram desenvolvidas nesse sentido, tais como a manutenção prolongada do Fundo de Greve, a elaboração de um livro relatando a experiência dos grevistas da GM e a formação de um "Comitê Contra as Demissões e de Solidariedade aos 33 Trabalhadores da GM Processados", iniciativa da Comissão de Justiça e Direitos Humanos da Câmara Municipal de São José dos Campos. No Comitê, que trabalhou ao longo do segundo semestre de 1985, empenharam-se Ernesto Gradella, vereador vinculado à Convergência, e Brás Cândido, edil petista ligado ao grupo de Gonçalves, além dos vereadores comunistas e de representantes de ao menos dezenove outras entidades e partidos.[226]

Assim, a atuação conjunta para resistir aos efeitos da repressão fortalecia, em nível local, os laços entre grupos que, embora atuassem nas mesmas fileiras sindicais e partidárias, já se encontravam, em outros contextos e outras localidades, envolvidos em um embate ferrenho. Os vínculos reforçados naquela resistência, contudo, não seriam perenes. Em poucos anos, a agenda partidária voltaria a sobrepujá-los, e as divergências aflorariam, conduzindo à ruptura da unidade. O "novo sindicalismo" envelhecia rapidamente.

224 OLIVEIRA, Tito F. B. N. de. *Op. cit.*, p. 8.

225 GUERRA, *Op. cit.*, pp. 207-11.

226 "Informe nº 205/A-2/IV COMAR", de 17 de abril de 1986, fls. 4-5.

CAPÍTULO IV

ABUTRES E URUTUS NO PAÍS DAS GREVES: A VIOLÊNCIA DO TRABALHO E A VIOLÊNCIA DO ESTADO NA NOVA REPÚBLICA (1986-1988)

Quando um muro separa, uma ponte une
Se a vingança encara, o remorso pune
Você vem e me amarra, alguém vem e me solta
Você vai na marra, ela um dia volta
E se a força é sua, ela um dia é nossa
Olha o muro, olha a ponte,
olha o dia de ontem chegando
Que medo você tem de nós

– "Pesadelo", Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro

No Brasil da segunda metade da década de 1980, os movimentos grevistas se tornariam ainda mais comuns, envolvendo contingentes cada vez maiores de trabalhadores que, através daquelas mobilizações, buscavam defender seus níveis de remuneração e suas condições de vida, ameaçadas pela inflação crescente. Simultaneamente, as organizações sindicais e políticas dos trabalhadores se envolviam na disputa pelos rumos da "transição", atuando em diversos espaços institucionais e políticos dos quais, durante décadas, haviam sido praticamente alijadas. Mas a "abertura política" em curso não seria um processo livre de contradições. A "Nova República" toleraria as greves, contudo, sem aceitá-las efetivamente. A politização e os protestos operários seguiriam sendo tratados como "caso de polícia".

Ao passo em que recorriam ao aparelho repressivo estatal para monitorar ativistas e desbaratar greves, as indústrias intensificavam a exploração do trabalho, submetendo seus trabalhadores a uma série de violências cotidianas. A partir das experiências de adoecimento de metalúrgicos, consequência de regimes desgastantes e ambientes insalubres de trabalho, o presente capítulo discutirá como a contenção do movimento sindical e da organização dos trabalhadores no interior das fábricas se aliava à negligência patronal para com

a saúde de seus funcionários, com vistas à maximização da produtividade. Nesse cenário, os operários eram considerados descartáveis, úteis somente enquanto seus corpos permanecessem aptos e submissos.

Curiosamente, em muitos casos, tanto a insubmissão (manifestada no ativismo sindical e político, mas, igualmente, por outras atitudes e certos comportamentos operários) quanto a inaptidão (gerada pelo adoecimento) resultavam, entre outras experiências, das violências vivenciadas nos espaços de trabalho, e demonstraremos que, na região do Vale do Paraíba durante a década de 1980, o movimento sindical foi o desaguadouro das queixas relacionadas à negligência empresarial em relação ao tema da segurança no trabalho. Argumentaremos, ainda, que a repressão violenta às greves, entendida como mecanismo disciplinar, expressava e reforçava a lógica segundo a qual os operários deveriam ser sujeitados a todo custo. Acompanharemos, também neste capítulo, o episódio em que esta correlação nos parece mais nítida, a saber, o da invasão militar da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de Volta Redonda, por ocasião da greve deflagrada pelos metalúrgicos da usina em 1988.

4.1 O "NOVO SINDICALISMO" DO VALE DO PARAÍBA DIANTE DOS PROBLEMAS DA SINISTRALIDADE LABORAL E DO ADOECIMENTO RELACIONADO AO TRABALHO

Conforme progredia o processo de industrialização verificado em diversas regiões brasileiras ao longo do século XX, acompanhavam-no os fenômenos do adoecimento relacionado ao trabalho e da sinistralidade laboral, que marcavam, por vezes, de maneira irreversível, as trajetórias de um número expressivo de trabalhadores, a tal ponto que, durante a ditadura empresarial-militar, o Brasil chegou a ser apontado como o "campeão mundial de acidentes do trabalho".[1] Ainda que a defesa da saúde dos operários e a luta por condições mais seguras na produção tenham sido elementos importantes da atuação das organizações dos trabalhadores no período em que emergiu o chamado "novo sindicalismo", o tema permanece pouco estudado. Ainda mais raramente se tem apontado a associação entre o incremento da exploração capitalista e o cerceamento da organização operária, sobretudo no interior das fábricas.

O trabalho recentemente publicado de Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva configura um importante referencial para os estudiosos que se propõem a

1 SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Corpos para o Capital*: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2019, p. 35.

cobrir essa lacuna.[2] Recuperando os índices de acidentes de trabalho durante a ditadura e os discursos e políticas relacionadas à segurança do trabalho que se desenvolveram no período, a autora percebeu que uma das características do "prevencionismo" ditatorial era a tendência, patronal e estatal, à culpabilização dos próprios trabalhadores pela sinistralidade laboral. Segundo Silva, "a ideologia de prevenção de acidentes baseada na perspectiva monocausal de sinistros, sobretudo na culpabilização dos trabalhadores, era hegemônica, contava com forte respaldo político do regime e apoio dos profissionais especializados".[3] Ainda de acordo com a autora, somente a partir de fins da década de 1970 é que se fazem notar expressões mais organizadas da atuação do movimento sindical na disputa sobre tais discursos e políticas, no momento em que "a classe trabalhadora iniciou um processo de estruturação de setores e preparação de quadros para discussão de pautas relativas ao tema", fundando instituições como o Departamento Intersindical de Estudos em Saúde do trabalhador (Diesat) e o Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador (INST) da CUT.[4]

Percebe-se preocupação similar na atuação da gestão nascida da Oposição Metalúrgica de São José dos Campos (OM-SJC), ao assumir a direção do sindicato da categoria em 1981. Com a eleição da chapa da Oposição, composta por setores do MDB e do movimento pró-PT da região, o tema da saúde dos trabalhadores passou a ser matéria frequente na imprensa sindical, abordado a partir de uma série de acontecimentos e problemas concretos, percebidos no cotidiano dos operários. A primeira edição do *Jornal do Metalúrgico* publicada pela nova gestão já criticava os limites do "adicional de insalubridade", calculado sobre o salário-mínimo a partir do grau de risco verificado ("por meio de perícias duvidosas") em cada estabelecimento fabril, algo que, de acordo com o SMSJCR, era conveniente aos patrões: "[…] não é o caso de lutarmos só pelo adicional de periculosidade, mas sim por condições de trabalho que não ponham em risco a integridade física do trabalhador metalúrgico".[5]

Além de noticiar alguns graves acidentes que, na avaliação do sindicato, haviam ocorrido por "falta das mínimas condições de segurança", a entidade passou a empenhar-se para informar sua base a respeito de seus direitos relacionados ao adoecimento e aos acidentes de trabalho, bem como as atribuições, responsabilidades e o processo de funcionamento cotidiano das CIPAs.[6] No mesmo período, o sindicato fomentou ações de formação a respeito dessas questões, como foi o caso da III Semana de Saúde do Trabalhador, realizada

2 SILVA, A. B. R. B. *Op. cit.*

3 *Ibid.* p. 228.

4 *Ibid.*, p. 255.

5 *Jornal do Metalúrgico*, nº 1, dezembro de 1981, p. 6.

6 *Jornal do metalúrgico*, nº 6, junho de 1982, p. 6; nº 11, novembro de 1982, p. 6.

em parceria com o Diesat em maio de 1982, e que tratou especificamente da saúde e das condições de trabalho das mulheres e dos menores operários.

As denúncias veiculadas pelo SMSJCR também lançavam luz sobre o tratamento dispensado pelas empresas aos trabalhadores adoecidos. Em março de 1982, o jornal da entidade tornava público o caso de João da Silva, metalúrgico da Engesa que, no desempenho do ofício de soldador ao longo de cinco anos, adquirira uma deficiência visual grave no olho direito. Segundo o relato, após o agravamento de seu quadro clínico, João havia sido transferido de setor por três meses e, em seguida, demitido: "O sindicato tentou, sem resultado, a sua readmissão. […] Usam o trabalhador e se ele fica doente é posto no olho da rua".[7] Seis meses mais tarde, outro caso narrado nas páginas do *Jornal do Metalúrgico* ilustrava novamente o oportunismo patronal e a descartabilidade dos trabalhadores metalúrgicos: um operário em período de experiência na Hergmi procurara ajuda médica por conta de fortes dores na coluna, recebendo prescrição de analgésicos e encaminhamento para a fisioterapia. Dois dias depois, constatada a gravidade do estado de saúde do funcionário, a empresa não hesitou em dispensá-lo, antes mesmo que se concluísse o período de experiência.[8]

Outro tema frequentemente denunciado pela entidade no período era o da insalubridade dos ambientes de trabalho e da falta de medidas e equipamentos de proteção individual para os operários nas empresas metalúrgicas. Especialmente nos setores de fundição e laminação, onde as altas temperaturas dos fornos e das caldeiras podiam causar desde perturbações imediatas (irritações na pele, tontura e desmaio) até doenças crônicas (fadiga física e mental, câimbras, dores musculares, catarata, entre outras), a entidade exigia que as empresas implementassem períodos de descanso para os trabalhadores, "em outro ambiente onde a temperatura seja normal, depois de uma hora de serviço".[9] Em fevereiro de 1983, houve uma explosão no forno da fundição da GM, "que só não provocou vítimas porque não tinha ninguém trabalhando na hora".[10]

Na Metalúrgica Ipê, os operários da fundição trabalhavam a menos de 30 centímetros de distância do forno industrial, que chegava a temperaturas superiores aos 300º C, com material de segurança insuficiente. Além disso, a empresa não fornecia café, de modo que os trabalhadores que quisessem a bebida tinham de trazer o café de casa e "tomá-lo dentro da fundição, o lugar mais poluído da fábrica". As condições de alimentação dos operários nas indústrias da região, aliás, nem sempre eram das melhores: em fins de 1982, houve denúncias quanto à falta de higiene nos refeitórios da GM, e os funcionários do turno da noite da Embraer registraram que "até sopa estra-

7 *Jornal do Metalúrgico*, nº 4, março de 1982, p. 4.

8 *Jornal do Metalúrgico*, nº 9, setembro de 1982, p. 4.

9 *Jornal do Metalúrgico*, nº 13, janeiro de 1983, p. 2.

10 *Jornal do Metalúrgico*, nº 14, março de 1983, p. 7.

gada" havia sido servida na estatal.[11] Meses antes, os metalúrgicos da Fi-El também reclamavam de comida estragada servida nos refeitórios da empresa. Para a alimentação de seus trabalhadores, a Fi-El, assim como várias empresas da região, contratava os serviços de um restaurante chamado Rinco, cuja cozinha funcionava nas proximidades de uma fábrica do ramo químico, o que levantava suspeitas entre os metalúrgicos quanto às possibilidades de intoxicação dos alimentos que vinham de lá.[12]

Em janeiro de 1983, o *Jornal do Metalúrgico* apresentava uma lista dos diversos problemas de saúde recorrentes entre os trabalhadores do setor, e avisava: "Atenção metalúrgico: Estão fundindo a sua vida!". A lista agrupava as enfermidades de acordo com as partes ou funções do corpo afetadas (cabeça, vista, nariz, coração, pulmão, fígado, pele, órgão sexual, coluna) e elencava os produtos químicos tóxicos utilizados nas indústrias do ramo. Além do caráter de denúncia das condições de trabalho, a matéria se propunha a conscientizar os operários a respeito da necessidade de prestarem atenção aos sintomas do adoecimento e procurarem ajuda, questionando os padrões de conduta dominantes entre a categoria: "Ao invés de tentarmos ser honestos com a gente, preferimos nos calar e contar vantagem de que somos machões para os nossos colegas de trabalho". A responsabilidade das empresas pelos danos à saúde dos trabalhadores, contudo, era apontada de maneira contundente:

> Por quê as empresas tiram chapa do pulmão da gente e não nos dão o resultado? Por quê somos submetidos a exames de sangue, de escarro e de todo tipo e não nos dão o resultado? Nós sabemos porquê. É importante para as empresas descobrirem o estado de saúde dos trabalhadores, não para curá-los ou para acabar com as causas dos problemas, mas para saberem quais os empregados que não estão em condições de produzir como antes e que devem ser mandados embora.[13]

Ainda durante o ano de 1983, o SMSJCR publicizaria o fato de que empresas da região recusavam-se a comunicar acidentes de trabalho ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), optando por "tratar" os operários acidentados "dentro da própria fábrica para não chamar atenção", fazendo "o jogo da 'diminuição dos acidentes'".[14] A estratégia patronal visava burlar a legislação

11 *Jornal do Metalúrgico*, nº 12, dezembro de 1982, p. 2.

12 *Jornal do Metalúrgico*, nº 10, outubro de 1982, p. 7.

13 *Jornal do Metalúrgico*, nº 13, janeiro de 1983, pp. 4-5.

14 *Jornal do Metalúrgico*, nº 15, abril de 1983, p. 6.

trabalhista, explorando brechas da Lei nº 6.367/1976 e obtendo vantagens a partir da subnotificação de acidentes, tal como explicado por Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva. A partir de outubro de 1976, com o advento daquela lei, "nos primeiros 15 dias após o acidente, o trabalhador deveria ficar sob os cuidados e ter sua remuneração paga pela empresa, ao contrário do que acontecia antes, quando a Previdência Social assumia os gastos" a partir da comunicação do sinistro.[15] Prossegue a historiadora:

> Se estes custos cabiam às empresas, de que adiantava comunicar à Previdência os acidentes que levaram à incapacidade temporária inferior a quinze dias? É possível que alguns empresários tenham pressionado seus empregados para que voltassem ao seu labor antes de completarem os quinze dias iniciais, como forma de reduzir custos. Outra razão para não comunicar acidentes leves é que quanto maior a gravidade e incidência de acidentes registrados em uma empresa, maior era o risco atribuído a esta, numa classificação que dividia as empresas de acordo com os seus riscos, que podiam ser leves, médios ou graves. E consequentemente, quanto maior o risco, maior seria a taxa a ser paga à Previdência. Por fim, para quê chamar a atenção dos órgãos oficiais e justificar uma fiscalização por parte da DRT [Delegacia Regional do Trabalho]?[16]

A subnotificação de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho era complementada pelo discurso empresarial de responsabilização dos operários pela sinistralidade laboral, em perfeita consonância com a postura dos governos ditatoriais a respeito do tema, tal como percebido por Silva.[17] A GM de São José dos Campos, por exemplo, havia elaborado, ainda na década de 1970, materiais, exibidos em reuniões de sua CIPA, que atribuíam a ocorrência de acidentes ao desleixo e à desatenção dos trabalhadores, comparando-os ao Pateta, o atrapalhado personagem de Walt Disney.[18] Através da revista *Panorama*, publicada pela montadora, os funcionários tinham acesso a outra manifestação da "mentalidade da empresa sobre a responsabilidade pelos acidentes": a tirinha "As desventuras do Desastrino". Em uma das tirinhas,

15 SILVA, A. B. R. B. *Op. cit.*, p. 235.

16 *Ibid.*, p. 236.

17 SILVA, A. B. R. B. *Op. cit.*, p. 206 ss.

18 FGMSJC. *Ação e Razão dos Trabalhadores da General Motors de São José dos Campos* – A História Contada Por Quem a Fez. São José dos Campos, 1985, p. 32.

publicada no nº 136 da revista e reproduzida pelos trabalhadores para denunciar a visão preconceituosa da GM, Desastrino, vestido com o uniforme de operário e apoiado sobre uma pilha de caixas, aparece distraído, imaginando-se a jogar futebol, o que o leva a derrubar as caixas e cair por cima delas. De acordo com os trabalhadores, "todos os meses, durante vários anos, a revista *Panorama* publicou quadrinhos iguais a esse".[19]

Esse quadro de culpabilização dos operários se via complementado pelo perfil das CIPAs, controladas pela patronal, que "escolhia a dedo" os membros das comissões. Mesmo em situações em que, por conta da gravidade dos riscos e sinistros, ou pela pressão dos colegas, os cipeiros tomavam atitudes que contrariavam os interesses industriais, suas iniciativas podiam ser ignoradas pelas empresas. Um operário da ferramentaria da GM contava que, por ocasião de um "acidente feio", os trabalhadores haviam exigido de um cipeiro que fizesse um relatório sobre o ocorrido, mas o supervisor simplesmente "rasgou o papel da mão do rapaz". O assédio moral, manifesto em ameaças de demissão contra os cipeiros que de fato se empenhassem na busca por condições de trabalho mais seguras, se estendia aos operários que testemunhassem contra a empresa nos casos de acidentes.[20]

Em tal cenário, percebe-se a importância da atuação dos ativistas operários no âmbito das CIPAs, impulsionadas pelo "novo sindicalismo" a cumprirem seu papel de maneira mais efetiva. Como resultado das primeiras greves metalúrgicas vitoriosas na região, os membros das comissões passaram a ser eleitos através do voto dos trabalhadores, que frequentemente elegiam cipeiros "combativos", mas as tensões e resistências patronais contra as comissões permaneceram comuns nos anos seguintes. Em alguns casos, como o da Imbrac de Santa Branca, segundo comunicou um cipeiro ao SMSJCR, as decisões da comissão não foram implementadas uma única vez ao longo do ano de 1983: "Sempre aparece um ou outro abafando as reclamações apresentadas pela CIPA, tapeando os cipeiros com promessas que nunca são cumpridas".[21] Como vimos no Capítulo III deste livro, por ocasião da greve de 1985 na GM, os cipeiros "de luta" da montadora foram sumariamente demitidos, apesar da estabilidade que a lei lhes garantia.

Outro exemplo de resistência patronal contra a participação de ativistas nas CIPAs foi dado pela Fi-El, em 1983. O acordo coletivo estabelecido naquele ano entre as empresas e os metalúrgicos estabelecia que as eleições para as comissões deveriam ser comunicadas ao SMSJCR com um mínimo de 35 dias de antecedência, para que a entidade pudesse acompanhá-las. Apesar disso, em abril, a Fi-El convocou as eleições às pressas, informando a entidade com apenas 12 dias de antecedência. Por conta disso, o pleito foi anulado e remarcado para junho. À altura, a metalúrgica era uma das piores

19 *Ibid.*, p. 33.

20 *Ibid.*, p. 32.

21 *Jornal do Metalúrgico*, nº 20, outubro de 1983, p. 5.

empresas da região em termos de segurança para os operários, registrando recorrentes acidentes fatais. Além disso, sequer dispunha de ambulância ou motorista para socorrer seus funcionários; ainda no mês de abril, uma emergência teve de ser solucionada pelos próprios trabalhadores, que levaram um companheiro ao hospital em carro particular. O caso demonstrava, na opinião do SMSJCR, a necessidade de uma CIPA atuante dentro da empresa.[22] Aproximando-se as novas eleições para a comissão, a Fi-El buscou cercear a participação de alguns de seus trabalhadores no processo. O metalúrgico Sacramento foi um deles, recebendo aviso prévio à época da disputa anulada de abril. Antecipando-se ao pleito de junho, a empresa demitiu o operário, que teve de recorrer à sua entidade representativa:

> O sindicato fez um boletim explicando a situação aos trabalhadores, pedindo ao pessoal da trefilaria [seção em que Sacramento trabalhava] que votasse nele. O pedido foi atendido e o Sacramento foi o mais votado da trefilaria, mesmo com seu nome cortado das cédulas. O seu nome apareceu escrito em cédulas de vários setores, provando que o trabalhador sabe ser solidário na hora certa. Agora a Fi-El terá que readmitir o companheiro.[23]

Um novo acidente fatal na Fi-El, em setembro daquele ano, demonstrou que havia fundamento para as preocupações do SMSJCR quanto à necessidade de uma política radical de combate às causas da sinistralidade laboral na siderúrgica:

> A segunda morte por acidente de trabalho na Fi-El em um ano ocorreu no último dia 11, provocada por uma explosão na caldeira, que deixou um outro companheiro com 90% do corpo queimado. O trabalhador que morreu estava numa plataforma acima da caldeira e quando percebeu que ia acontecer uma explosão, entrou em desespero e se atirou lá de cima tentando alcançar a plataforma mais próxima. Não conseguiu e se arrebentou lá embaixo diante dos companheiros. […]
>
> Até agora, a Fi-El ainda não conseguiu explicar como o acidente ocorreu. As explicações que partiram do RI [Diretor de Relações Industriais] e do engenheiro de segurança da empresa são vagas, mas de qualquer maneira,

22 *Jornal do Metalúrgico*, nº 16, maio de 1983, pp. 2, 4.

23 *Jornal do Metalúrgico*, nº 17, junho de 1983.

> sempre atribuindo o que houve às falhas humanas. Esse tipo de argumentação não interessa aos trabalhadores porque cabe à empresa criar condições para que as tais falhas humanas não ocorram ou, se ocorrerem, que haja proteção suficiente para não existir consequências revoltantes como essas.[24]

Dias depois da explosão, um operário, que não quis se identificar, temendo as possíveis consequências, enviou carta ao SMSJCR para denunciar as responsabilidades das chefias pelos acidentes fatais na Fi-El, assim como a negligência da empresa para com os familiares dos trabalhadores mortos:

> As pessoas trabalham em regime de escravidão, onde a palavra do Sr. José Teixeira A. Filho para com os trabalhadores é "dispensado", se não puderem cumprir a programação. Ele é o gerente da aciaria, um maníaco obcecado em reduzir os custos. Chegou a retirar todos os ajudantes da área, sobrecarregando os demais. Esse gerente é assessorado por outro desumano, o engenheiro Ari Campos Coelho, chefe de produção temido por todos por causa das acusações infundadas que lança sobre os operários. […]
>
> Sobre os acidentes, a situação na Fi-El é das mais desumanas. No caso dos senhores Esmeraldo Lúcio e Vanildo Lourenço Dias, falecidos em consequência de acidente, deixando esposas e filhos, a empresa está complicando o processo na Justiça para não pagar a indenização aos familiares. Só que eu me lembre já houve sete acidentes fatais, desde a morte de Esmeraldo e até agora as viúvas estão lutando na Justiça para receber seus direitos.[25]

Os questionamentos às versões patronais a respeito dos acidentes ganharam as páginas do *Jornal do Metalúrgico* por diversas vezes ao longo da primeira gestão do SMSJCR identificada com o "novo sindicalismo". As denúncias promovidas pelo sindicato, especialmente entre 1982 e 1983, muitas vezes decorriam de iniciativas de trabalhadores da base que procuravam diretores sindicais ou enviavam cartas à entidade como a que citamos acima, relatando más condições de trabalho, problemas de segurança e casos de assédio moral

24 *Jornal do Metalúrgico*, nº 18, setembro de 1983, p. 4.

25 *Jornal do Metalúrgico*, nº 20, outubro de 1983, p. 5.

praticado por chefes e superiores hierárquicos. A publicação das denúncias, através de reportagens, reproduções das missivas ou notas curtas na coluna do Dito Bronca, surtiram efeito em alguns casos, e parecem haver estimulado os metalúrgicos a recorrerem com mais frequência ao sindicato.

Conforme discutimos no capítulo anterior, a partir de 1984, com a eleição de uma nova gestão hegemonizada pela ala petista do sindicalismo metalúrgico local, o SMSJCR promoveu iniciativas que pretendiam desmontar a estrutura assistencial da qual a entidade dispunha até então. A julgar pelas datas de publicação e pela numeração das edições do *Jornal do Metalúrgico*, o trabalho da imprensa sindical tornou-se menos regular durante a gestão 1984-7, e as questões referentes à saúde operária, bastante presentes no jornal durante a presidência de Ary Russo, parecem ter perdido espaço, dando lugar a um número maior de matérias que discutiam a situação econômica e política do país. Todavia, as iniciativas no sentido de uma ruptura em relação à concepção sindical considerada "assistencialista" não significavam negligência para com as questões referentes à saúde dos operários. Na realidade, ao menos durante as gestões de José Luiz Gonçalves, a entidade seguiu disponibilizando atendimento médico aos filiados[26], ainda que em menor grau, além de haver mantido vínculos com profissionais de saúde especializados em questões referentes ao trabalho.

Durante a segunda gestão de coalizão entre as correntes petistas, iniciada em 1987, o SMSJCR reformulou o Departamento de Saúde do Trabalhador, buscando atuar tanto no diagnóstico dos problemas de saúde mais comuns entre os operários da categoria quanto na luta pela modificação das condições de trabalho que geravam o adoecimento. O departamento passou a ser acompanhado por três diretores sindicais, e contava com dois médicos do trabalho, uma fonoaudióloga, uma psicóloga, uma advogada e uma engenheira de segurança.[27] Um documento do primeiro semestre de 1988, preservado pelo Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro[28], indica que os profissionais de saúde a serviço do sindicato cumpriam um papel relevante na orientação e no acolhimento das queixas dos trabalhadores, bem como na identificação de condições insalubres de trabalho, que continuavam sendo comuns nas fábricas da região.

O referido documento consiste em nove páginas datilografadas com a transcrição de algumas das falas proferidas em uma reunião ocorrida em 9 de março de 1988, envolvendo representantes do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, incluindo um dos médicos da entidade, e trabalhadores de duas empresas que atuavam na "recuperação do chumbo", a Faé S/A, localizada em Caçapava, e a Tonolli do Brasil, com unidades em Caçapava e Jacareí. Os trabalhadores de ambas as empresas queixavam-se

26 *Jornal do Metalúrgico*, nº 25, julho de 1985, p. 6.

27 *Jornal do Metalúrgico*, nº 36, novembro de 1988, p. 3.

28 SMSJCR. "Hoje é dia 09 de Março de 1988…". 9 fls. CPV, Pasta Trabalhadores Metalúrgicos/SP, Subpasta São José dos Campos.

de intoxicação pela substância, um problema que já havia sido identificado pelo SMSJCR alguns anos antes, em 1983, especificamente em relação à Faé. A edição nº 19 do *Jornal do Metalúrgico* alertava que os operários expostos a ambientes de trabalho com alta concentração de chumbo estavam sendo "envenenados aos poucos", e que a entidade já questionara a direção da empresa a respeito da ausência de materiais de proteção básicos: na Faé, não havia "nem máscara adequada para todo mundo":

> Quando aumenta muito o chumbo no organismo, os nervos que se estendem para os braços, pernas e outras partes, vão se tornando inflamados e doloridos ("neurite") provocando dormência, tremores e paralisia de certos músculos. O comportamento do cérebro vai desde dores de cabeça e visão dupla até convulsões, delírio e coma. O efeito mais rápido do chumbo é a anemia, pois esse veneno prejudica a formação do sangue e afeta gravemente a reprodução, provocando aborto nas mulheres e esterilidade nos homens.[29]

Por solicitação do SMSJCR, a Secretaria do Trabalho promoveu uma visita de fiscalização à Faé, em 29 de setembro de 1983. Na ocasião, foram coletadas amostras de urina dos funcionários, que indicaram um alto grau de contaminação. Diante da intervenção dos fiscais, a empresa comprometeu-se a "melhorar as condições de serviço para os trabalhadores".[30] Apesar disso, o problema parece haver persistido. O documento de 1988, sem título, se assemelha a uma ata parcial da reunião que discutiu o tema, provavelmente, convocada e coordenada por algum dos diretores do sindicato ligados ao Departamento de Saúde do Trabalhador, diante da recorrência dos casos de intoxicação, na Faé e na Tonolli: "A ideia é que as pessoas deem o depoimento da sua experiência pessoal, de como aconteceu, […] com vocês ou com pessoas que não estão aqui. Coisas que podem contribuir para uma futura investigação […]".[31] O primeiro depoimento registrado no documento é o de Etemar, que conta sua história sem mencionar em qual das empresas trabalhava. Vejamos:

29 *Jornal do Metalúrgico*, nº 19, setembro de 1983, p. 5.

30 *Jornal do Metalúrgico*, nº 20, outubro de 1983, p. 4.

31 "Hoje é dia 09 de Março de 1988…", fl. 1. Na transcrição dos trechos do documento, optamos por corrigir os erros de digitação e ortografia que identificamos, mas buscamos preservar sua formatação; contudo, para facilitar a leitura, as questões dirigidas aos operários aparecerão grifadas em itálico.

> Meu nome é Etemar, eu fui intoxicado.
>
> Senti vários sintomas, dor nas pernas, inclusive testes de relação sexual caiu bastante.
>
> Eu procurei o Doutor Pedro, ele me deu um afastamento de 10 dias.
>
> Eu não acreditei neste médico, e procurei outro, o Doutor Rui.
>
> Ele me fez vários exames, e constou nos exames dele que o meu esperma estava infeccionado.
>
> Eu voltei no outro médico (da firma) e ele me deu mais alguns dias. Mas ele não me deu pela receita.
>
> Deu um afastamento de 2 meses, de Dezembro a Fevereiro. Em Fevereiro eu voltei na fábrica, e eles falaram para mim por telefone que o meu exame estava muito alto, e depois de uma semana abaixou rapidamente. Eu não acreditei, fiz outro exame, e constou que eu estou com chumbo alto mesmo. Daí veio este negócio de advertência, veio o negócio da greve, ficou todo mundo de paralisação, e eles me mandaram embora por justa causa. E ficou deste jeito. Agora estou procurando meus direitos.[32]

Na sequência, Etemar passa a responder perguntas – o documento também não registra se as questões partem dos diretores do sindicato, do médico ou dos colegas de categoria. Através das respostas, ficamos sabendo que, entre os sintomas que manifestava, também estavam dores de cabeça e no estômago. Ao queixar-se com o médico da empresa (doutor Pedro), Etemar passou por um exame de sangue para avaliação da plumbemia, isto é, da concentração de chumbo na corrente sanguínea; de acordo com o Ministério do Trabalho (Anexo II da Norma Regulamentador nº 7, de 1983), estava estabelecida a quantidade de 60 µg/dL (sessenta microgramas a cada 100 mililitros) como limite de tolerância biológica.[33] Na ocasião de seu primeiro afastamento, Etemar apresentava uma concentração de 87 microgramas de chumbo a cada 100 mL de sangue. Mesmo diante desse quadro, o médico da empresa disse a Etemar para "aguentar mais alguns dias porque ele iria falar com a chefia", e prescreveu-lhe uma medicação "para eliminar o chumbo". De acordo com o

32 *Ibid*.

33 Em estudo de 2008 em que se avaliou a plumbemia de trabalhadores da indústria da reciclagem de baterias automotivas na região de Porto Alegre, pesquisadores examinaram a concentração de chumbo no sangue de 53 operários do ramo e em 53 indivíduos sem história de exposição (o chamado "grupo de controle"). "Os resultados deste estudo mostram que o grupo de operários expostos apresenta um nível de chumbo no sangue (59,43 ± 28,34 µg/dl) significativamente maior do que o encontrado no grupo controle (2,44 ±1,15 µg/dl)". *Cf.* MINOZZO, Renato. *et al*. "Plumbemia em trabalhadores da indústria de reciclagem de baterias automotivas da Grande Porto Alegre, RS". *J Bras Patol Med Lab,* v. 44, n. 6, pp. 407-412, Dez/2008. A citação encontra-se à p. 410.

relato, para além dos efeitos colaterais que causava, o remédio era oferecido sem muito controle aos operários pela própria empresa:

> Eram seis comprimidos por dia e não tinha receita, não tinha hora certa pra tomar. Era pra tomar cedo, na hora do almoço e a tarde. Mas ele dava muita dor de estômago pra gente. […]
>
> *— Como foi que você recebeu este remédio, você comprou na farmácia?*
>
> Não! Lá eles dão pra qualquer um! É só chegar lá e falar que quer um remédio. A segurança dá, a enfermeira dá… quem estiver na enfermaria dá! Pode pedir até para o guarda![34]

Em seu relato, Etemar conta que ainda estava em tratamento quando foi demitido "por justa causa" por ocasião de uma greve. O documento não permite saber qual o papel que o operário teria cumprido na mobilização, mas é perfeitamente possível que sua inclusão entre os demitidos servisse a um duplo propósito: por um lado, à retaliação da chefia contra um funcionário que, por conta do adoecimento, diminuíra sua produtividade e começara a manifestar queixas ("[…] eu comecei a brigar muito, e a cansá-lo [ao chefe, engenheiro de manutenção]… porque eu não estava aguentando mais. Eu ficava sentado na oficina…")[35]; por outro, à desresponsabilização da empresa pela continuidade do tratamento de Etemar, que passou a não poder contar com o convênio médico[36] de que dispunha até então:

> … eu fui até o Doutor Rui, médico meu lá de Taubaté, e ele receitou uma injeção na veia pra mim. Melhorou um pouco, mas veio esse negócio de me mandarem embora, e eu parei o tratamento.
>
> Eles cortaram minha carteirinha, e eu não pude fazer mais os exames com este médico, e ele não atende pelo INPS.[37]

34 "Hoje é dia 09 de Março de 1988…", fls. 2-3.

35 *Ibid.*, fl. 2

36 Sobre a implementação e expansão dos planos de saúde coletivos disponibilizados pelas empresas a seus trabalhadores a partir da década de 1950, *Cf.* BOTARO, Nittina. "A trajetória do Sistema de Saúde no Brasil: considerações sobre o cenário atual". *Revista Escrita da História*, Ano I, Vol. 1, nº 2, pp. 157-185, Out./Mar. 2014-2015.

37 "Hoje é dia 09 de Março de 1988…", fl. 3.

O segundo operário a dar um depoimento na reunião se chamava Cláudio. Seu relato guarda muitas semelhanças com o de Etemar:

> Logo que eu iniciei o meu trabalho lá, com três meses eu já me afetei. Eu fui intoxicado com três meses de serviço!
>
> — *Você trabalhava em qual setor?*
>
> Eu sou torneiro. Então, com três meses eu fui intoxicado, eu li os meus exames, e o médico disse que eu tinha que me afastar.
>
> Desde isto, eles esconderam os resultados para mim.
>
> Aí eu não aguentei mais mesmo, fui procurar os meus direitos.
>
> Bati um papo com o médico… e me afastaram, estava com 92 [µg/dL] de chumbo. Eles queriam me dar dez dias, mas acharam que o meu caso estava perigoso, muito ruim, me deram 20 dias, e me deram os remédios na mão. Não foi nem em um papel mais decente… foi na mão!
>
> Deram 20 comprimidos.
>
> — *Quem deu os remédios para você?*
>
> Foi o senhor Salete, um dos seguranças lá de dentro… um supervisor de segurança.[38]

Além de destacar o fato de que as medicações eram distribuídas por profissionais que não tinham ligação com a área da saúde – os seguranças –, Cláudio deixa bem claro que, em sua opinião, a fábrica estava empenhada em omitir os resultados dos exames, impedindo que os trabalhadores conhecessem a real gravidade de seu quadro:

> — *Para esclarecer… você estava se sentindo mal, foi ao ambulatório, e aí fizeram o exame… foi um exame periódico normal?*
>
> Eles fizeram porque eu estava me queixando!
>
> — *Lá eles fazem exame de urina também, ou só de sangue?*
>
> Eles não estão fazendo mais exames de urina, porque a chefia deu bronca neles para não fazer… para não alarmar muito as pessoas.
>
> — *Você recebeu 20 dias [de afastamento], você ficou em casa ou na empresa?*
>
> Fiquei em casa! Depois eu comecei a trabalhar, e fiz logo um exame, e não me deram os resultados até agora.

38 *Ibid.*, fl. 4.

> — *Quando foi isto?*
>
> Em Janeiro de 87… E de lá pra cá eu não vi mas nenhum resultado de exames. Eles falaram que era 55 [µg/dL], mas não mostraram.[39]

Assim como Etemar, Cláudio também havia sido demitido, recorrendo ao sindicato para "procurar" os seus direitos. Mas ao contrário do colega, não mencionou qualquer envolvimento com greves ou paralisações. Ao que parece, a impressão do operário era a de que o seu desligamento da firma estava diretamente ligado ao agravamento de seu quadro clínico ("Eu disse aos médicos que eu não estava me sentindo bem, antes deles me mandarem embora […] Eu reclamei que eu abaixava e levantava e me sentia fraco, tonto, zonzo"), única explicação plausível para a ocultação dos resultados de seus exames – muito embora, segundo Cláudio, o médico da empresa tenha alegado que se tratava de "sigilo médico" (!), ou ainda, que o resultado "não tinha chegado".[40]

Outro ponto de contato entre os depoimentos de Etemar e Cláudio é a desconfiança que manifestaram em relação ao uso da medicação que lhes foi prescrita. Tanto um quanto outro abandonaram por conta própria os fármacos recebidos na empresa. Etemar explicou que o fez por entender que os comprimidos causavam-lhe dor de estômago; Cláudio alegou ter tomado as injeções receitadas pelo médico e aplicadas pelo enfermeiro da empresa, mas que "os remédios que eles me deram estão em casa, eu não tomei".[41] Tal comportamento pode ser lido como expressão de toda uma cadeia de desconfianças ativada pela experiência das recorrentes intoxicações e da negligência médica: os operários recusavam-se a tomar as medicações – cujos nomes nenhum deles soube mencionar, o que também pode evidenciar que não eram suficientemente informados pelos médicos acerca do tratamento – porque não confiavam nos *médicos da firma*, por considerarem que eles estavam mais comprometidos com os interesses da empresa do que com a saúde dos operários. As consultas às chefias antes de determinar o afastamento de operários intoxicados, assim como a omissão dos resultados de exames, são comportamentos médicos que atestam que até mesmo as enfermarias e os ambulatórios das empresas constituíam parte da arena em que o capital e o trabalho se enfrentavam, e que os operários adoecidos não raro liam os profissionais da saúde como cúmplices da patronal.

Esse ponto já vinha sendo discutido pelo SMSJCR desde a gestão Ary Russo. As denúncias a respeito da conduta inadequada de médicos das empresas para com os metalúrgicos foram recorrentes nos primeiros anos do

39 *Ibid.*, fls. 4-5.

40 *Ibid.*, fls. 5-6.

41 *Ibid.*, fl. 5.

Jornal do Metalúrgico. Em alguns casos, vinham à tona episódios de assédio moral e desrespeito, como os xingamentos proferidos contra trabalhadores pelo Dr. Fernando, médico da Hitachi, que, além disso, recusava-se a aceitar atestados emitidos por outros médicos.[42] Problema semelhante foi apontado na Swissbras, no segundo semestre de 1983.[43] Em outro episódio do mesmo período, a psicóloga da Fi-El, por sua vez, tentou impedir os trabalhadores de falarem com a imprensa acerca de um acidente fatal.[44] Ao denunciar aqueles casos, o SMSJCR reconhecia as pressões que médicos do trabalho, engenheiros de segurança e outros profissionais da área da saúde empregados nas metalúrgicas sofriam da patronal, para que defendessem sempre "os interesses da fábrica", mas argumentava: "Ficando do lado da empresa quando ela estiver errada, esses profissionais estão indo contra a sua verdadeira função, desrespeitando a si mesmo e aos trabalhadores, que nesses casos dependem da sua integridade para ter um problema resolvido".[45]

O documento de 1988 registra ainda o depoimento de um terceiro operário, Manoel, trabalhador da Faé S/A, que apresenta um relato cujas linhas gerais também se assemelham às dos anteriores:

> O meu problema é a mesma coisa do problema deles.
>
> […] Eu trabalhei três anos e dois meses, fui intoxicado três vezes, os resultados eles não mostram mesmo… dão um monte de comprimidos para a gente tomar.
>
> Depois fazem outro exame e dizem que já pode trabalhar, que já está normal, mas não mostram os exames.[46]

Quando perguntaram-lhe a razão pela qual a firma não havia encaminhado o seu caso ao INPS, mesmo após três afastamentos por intoxicação, Manoel expôs a argumentação da diretoria da fábrica, segundo a qual haveria uma "desvantagem" – ao que parece, essencialmente, para a própria empresa – se o Instituto fosse envolvido nos afastamentos: "Se você for para o INPS você fica três meses afastado, e lá [no departamento médico da Faé] é [apenas] 15, 20 dias".[47] O operário fala também sobre as alternativas promovidas pela Tonolli – empresa em que trabalhava seu cunhado, também intoxicado – em detrimento do afastamento propriamente dito, tais como os desvios de função ("O cara não se afastava, mas ficava fazendo o serviço na faxina ou na

42 *Jornal do Metalúrgico*, nº 12, dezembro de 1982, p. 2.

43 *Jornal do Metalúrgico,* nº 20, outubro de 1983, p. 6.

44 *Ibid.*

45 *Ibid*., p. 7.

46 "Hoje é dia 09 de Março de 1988…", fl. 7.

47 *Ibid.*, fls. 7-8.

portaria") e o rodízio de funcionários intoxicados entre as diferentes plantas da empresa, transferidos de Jacareí para Caçapava, onde, aparentemente, as condições de trabalho eram relativamente menos insalubres. Por fim, cabe mencionar que o elemento da desconfiança em relação ao médico da firma também aparece no depoimento de Manoel: "O engenheiro pressionou o médico, e ele me deu alta… sendo que nem haviam chegado os resultados [dos seus exames]".[48]

Os depoimentos de Etemar, Claudio e Manoel apontam para aspectos frequentemente negligenciados da experiência operária no período que estudamos. O adoecimento, assim como os acidentes de trabalho, longe de representarem contingências, podem ser considerados consequências previsíveis da dilapidação da força de trabalho sob ritmos cada vez mais intensos e em condições amplamente insalubres. Justamente por seu caráter previsível e recorrente, era possível às empresas elaborar táticas relativamente eficazes para contornar as responsabilidades que lhes eram impostas pela legislação trabalhista e escamotear dados que pudessem evidenciar o alto grau de risco que suas instalações ofereciam aos operários. No caso dos trabalhadores metalúrgicos da região de São José dos Campos, as percepções a respeito do caráter coletivo dessa experiência de exploração intensiva, vivenciada por um sem número de trabalhadores e manifesta muito concretamente em seu adoecimento, parecem ter tido no sindicato, ao mesmo tempo, um desaguadouro e uma nascente.

Na segunda metade da década de 1980, a questão do adoecimento relacionado ao trabalho também esteve em pauta entre os operários da CSN de Volta Redonda. O tema das intoxicações de trabalhadores, em decorrência do contato prolongado com substâncias tóxicas utilizadas na atividade siderúrgica, especialmente o benzeno, passou a ser investigado pela gestão do SMVR presidida por Juarez Antunes, a partir de 1984. Cecília Santos da Silva, que desenvolveu um estudo a partir das avaliações psicossociais de trabalhadores da cidade que se viram afastados da siderurgia por longos períodos por conta de intoxicações[49], recupera alguns aspectos interessantes da atuação sindical em relação ao problema. Amparada no trabalho de José Sérgio Leite Lopes, a autora indica que as iniciativas da gestão Antunes basearam-se no contato entre os dirigentes metalúrgicos de Volta Redonda e o sindicalismo da região de Santos, do qual derivou a percepção do problema da leucopenia (redução dos índices de glóbulos brancos no sangue) associada às intoxica-

48 *Ibid.*, fl. 9.

49 SILVA, Cecília Santos da. *Quando os elos se partem*: os trabalhadores intoxicados pelo benzeno no município de Volta Redonda. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

ções crônicas por benzeno (benzenismo, ou benzolismo).[50] Ainda em 1984, a gestão do SMVR instituiu uma Comissão de Saúde para registrar as queixas operárias, especialmente comuns entre os trabalhadores da coqueria da CSN. A investigação promovida pela entidade identificou cerca de 50 casos suspeitos, resultando em um dossiê, apresentado em 1985, que questionava a negligência da CSN para com os trabalhadores intoxicados.

A postura inicial da direção da Companhia foi a de negar que houvesse trabalhadores contaminados. Após uma série de reuniões entre as lideranças sindicais e a diretoria da estatal, a CSN passou a admitir a possibilidade das intoxicações, "havendo, entretanto, por parte do serviço médico, uma enorme resistência em aceitar não só a existência de trabalhadores contaminados, como também, de controle mais severo e eficaz do ambiente de trabalho."[51] Em outubro de 1985, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO) realizou vistorias das dependências da CSN, atendendo à demanda do SMVR. O relatório referente à vistoria, divulgado pelo sindicato e citado por Silva, trazia entre suas conclusões as seguintes:

> As condições de trabalho existentes na coqueria e no Setor Carboquímico da CSN, são propícias ao aparecimento de aplasia de medula óssea, leucemia, leucopenia e neutropenia, devido à exposição dos trabalhadores à inalação de fumaça e de vapores contendo benzeno.
>
> […]
>
> Todos os trabalhadores do Setor Carboquímico devem ser considerados altamente expostos ao risco, tendo em vista as condições de trabalho e os vazamentos observados.
>
> É correta a denúncia do Sindicato dos Metalúrgicos de que há casos bem estabelecidos de doenças profissionais e que a Empresa ainda não reconheceu oficialmente.
>
> … embora fosse de conhecimento do Serviço Médico a existência de quatorze casos de leucopenia, somente

50 *Ibid*., p. 46. O benzeno (fórmula molecular C6H6) é uma substância "largamente utilizada como matéria-prima em diversas indústrias químicas e como solvente. Apesar de existirem variadas formas de exposição, tais como em emissões industriais, através de vapores de gasolina, de gases de exaustão de motores, da fumaça de cigarro e da contaminação de mananciais de água, as exposições ocupacionais são consideradas as de nível mais elevado". A substância é reconhecida como um carcinógeno, e os sintomas da intoxicação incluem "astenia, mialgia, sonolência, tontura e sinais infecciosos de repetição", além de irritações dermatológicas, das mucosas e de uma série de alterações hematológicas, entre as quais a leucopenia, resultado de danos à medula óssea. SILVA, C. S., *Op. cit*.. pp. 34-9.

51 *Ibid*., p. 30.

> providenciou a transferência de setor para cinco casos. Apesar de ter providenciado a transferência de setor para estes trabalhadores, não providenciou o encaminhamento dos mesmos com CAT para o INPS. Este fato pode gerar no futuro, graves prejuízos aos trabalhadores.[52]

Cecília Silva considera que, durante a ditadura, ao mesmo tempo em que se encerrava a experiência da *company-town*[53], com a venda das casas de propriedade da CSN e o fim da prestação de serviços de infraestrutura urbana pela estatal, que passaram a ser de responsabilidade da prefeitura de Volta Redonda, verificavam-se também movimentos no sentido da "racionalização do sistema administrativo da empresa", que passou a promover a terceirização de atividades, a redução do número de empregos diretos e o arrocho salarial. Uma das consequências desse processo, ainda de acordo com a autora, foi justamente "a piora nas condições de saúde e segurança no interior da Companhia", que, até o início da década de 1980, sequer contava com uma CIPA, implementada apenas como resultado das pressões exercidas naquele período pelos militantes da Oposição Sindical.[54]

As investigações do SMVR a respeito da leucopenia associada ao benzenismo refletiam as preocupações da nova gestão a respeito do fenômeno do adoecimento operário, impulsionadas pela participação de ativistas da área da saúde nas atividades da diretoria. Maria Aparecida Diogo Braga, militante petista e médica do trabalho, foi uma das pessoas ligadas à nova direção da entidade que promoveram discussões a respeito da importância das CIPAs e das atividades de formação para sindicalistas e "cipistas" ou "cipeiros" (os membros das comissões), envolvendo cursos, palestras e relatórios sobre fatores e situações de risco. O relatório da Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda aponta as pesquisas de Cida Diogo a respeito do "nexo causal entre os trabalhadores com benzenismo e suas condições de trabalho dentro da usina" como uma contribuição importante para a publicização do problema, bem como para a identificação dos mais de mil indivíduos intoxicados. Em 1986, foi fundado o Movimento dos Operários Leucopênicos[55], que promoveu, ainda naquele ano, um acampamento em

52 SMVR. "Dossiê da Ação Sindical sobre o Benzenismo". *Apud* SILVA, C. S. *Op. cit.*, pp. 31-2.

53 "As *company-towns* são cidades ou regiões controladas por uma empresa, na dupla perspectiva, ou seja, de um lado, suprir, com razoável grau de garantia, as necessidades da força de trabalho, fixada com o fornecimento da moradia, e, por outro, estender o domínio da empresa ao âmbito privado dos trabalhadores, por meio de vários mecanismos de disciplinamento". GRACIOLLI, Edílson José. *Um caldeirão chamado CSN*: Resistência operária e violência na greve em 1988. 2ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 26.

54 SILVA, C. S. *Op. cit.*, p. 33.

55 A partir de 1994, Associação dos Trabalhadores Portadores de Benzolismo (Leucopenia) do Sul Fluminense, popularmente referida como "Associação dos Leucopênicos".

frente à Passagem Superior, um ponto estratégico da planta da CSN, "até a empresa negociar políticas de prevenção e aposentadoria especial".[56]

Apesar das iniciativas dos sindicalistas da região contra as condições que provocavam a intoxicação em massa, o problema persistiu. Entre 1999 e 2001, Cecília Silva conduziu mais de cento e cinquenta entrevistas com operários afastados do serviço, na CSN e em empresas terceirizadas que prestavam serviços à siderúrgica. A duração média do afastamento desses indivíduos era de dez anos. Em sua dissertação de mestrado, a autora apresentou dados extraídos do conjunto daquelas entrevistas, bem como trechos de cinco delas. A seguir, recuperamos alguns desses dados e trechos, de modo a indicar as consequências do adoecimento e do afastamento do trabalho sobre as trajetórias daqueles metalúrgicos.

Pedro, com 41 anos à época das entrevistas, afirmou que, durante o tempo de seu afastamento, desenvolveu uma militância dedicada exclusivamente ao tema das intoxicações por benzeno na região, junto à "Associação dos Leucopênicos". Em sua entrevista, o operário apontou que o problema das intoxicações e a energia empenhada nas iniciativas para lidar com a questão acabaram por exercer influências negativas sobre suas relações familiares e de amizade:

> Eu não tinha hora pra sair de casa, nem pra voltar, aí influenciou no meu casamento, influenciou por eu estar envolvido nessas questões. Eu sempre dizia que estava lutando pelo emprego. Com os filhos, então! Você sai de uma reunião com a cabeça à mil, como você vai dar atenção pra filho? Às vezes até descarrego neles. Para evitar deles servirem de para-raios, você chega até a afastar deles. Meu filho chegou a perguntar quanto eu ganhava por hora, porque ele queria comprar uma hora da minha atenção. Eu só mantive o contato com os companheiros do tempo de trabalho devido à Associação. Porque para a empresa a gente fica como um inútil.[57]

Simão, 35 anos, fez um relato semelhante, denunciando a negligência da empresa e do sindicato (então conduzido pela Força Sindical, que praticava um sindicalismo bastante distinto do da gestão Juarez Antunes, como veremos no próximo capítulo deste trabalho) para com os intoxicados:

56 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS – VOLTA REDONDA. *Relatório Final*. Volta Redonda, 2015, pp. 519-520.

57 SILVA, C. S. *Op. cit.*, p. 95.

> Durante o período de afastamento só fiz atividades voltadas para o grupo de leucopênicos da Companhia. Fazia palestras, participava de reuniões, tentava me fortalecer, e no final fomos desamparados pela empresa, também não tivemos o apoio do sindicato. Então, a única coisa que eu passei a fazer foi dormir, dormir demais. Meu casamento mudou, veio a crise, porque o meu salário baixou, veio tribulação na minha família. Quantas vezes fui chamado de acomodado e até de vagabundo, até me separei.[58]

Marcos, com 57 anos, ao receber alta do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS, sucessor do INPS, criado em 1990), passara a viver da ajuda da filha. O trabalhador também apontou a fragilização de seus vínculos sociais como reflexo de seu afastamento do emprego:

> Quando eu estava trabalhando o relacionamento com os colegas de trabalho era ótimo, depois… colega é dinheiro no bolso. Com os vizinhos mudou muito, também, nessa situação que eu estou, muda pra pior. A gente não tem crédito. Eu passei a viver para a minha esposa. Eu não penso em mais nada… já pensei até em dar um tiro na cabeça.[59]

Na análise quantitativa dos casos, Silva trabalhou com questionários que avaliavam as percepções dos operários acerca de uma série de questões, tais como atividades laborativas desenvolvidas durante e após o período de afastamento, hábitos adquiridos, relacionamento conjugal e com os filhos, manutenção de vínculos sociais e com companheiros de trabalho, situação econômica e expectativas futuras. Os resultados dos questionários atestam que, na esmagadora maioria dos casos e quesitos, a situação dos trabalhadores piorou, em relação ao período prévio ao afastamento. 112 dos 158 entrevistados (cerca de 70%) não haviam conseguido trabalho após o afastamento, 118 (74%) alegavam estar em piores condições financeiras, e 105 (66%) relatavam que os vínculos com companheiros de trabalho se haviam fragilizado. 91 deles (57%) consideravam que seus relacionamentos conjugais eram melhores antes da doença. Diante de tais dados, a autora constatou que "a condição de incapaz, ainda que temporária ou circunstancial, para o trabalho" havia

58 *Ibid.*, p. 98.

59 *Ibid.*, pp. 99-100.

gerado "sérios transtornos psicossociais", associados à estigmatização e à perda da identidade daqueles indivíduos enquanto trabalhadores.[60]

A socióloga Lucieneida Praun chegou a resultados semelhantes em sua pesquisa acerca dos índices e das consequências do adoecimento operário na GM de São José dos Campos no contexto posterior à chamada "reestruturação produtiva". Em sua tese de doutorado, a autora apontou que os processos de reorganização da produção, que explicam o ritmo e a intensidade crescentes do trabalho fabril, bem como a maior interdependência entre as atividades e fases que compõem o processo produtivo, passaram a ser implementados pelas plantas brasileiras da GM a partir da segunda metade da década de 1990.[61] Com a crise econômica de 2008, uma série de novas medidas de coordenação da produção foram implantadas pela transnacional em suas unidades ao redor do globo, ampliando o nível de integração de sua cadeia produtiva e "otimizando" o processo – às custas da saúde de seus operários.

Consultando as Comunicações de Acidentes de Trabalho (CATs) ocorridos na GM de São José dos Campos (registradas junto ao SMSJCR) e colhendo depoimentos de operários, Praun percebeu, entre outros fenômenos, o da drástica redução do tempo médio necessário para o desenvolvimento de lesões pelos operários da montadora. Se "antigamente as pessoas ficavam restritas depois de dez, doze anos", a reestruturação produtiva gerou um cenário em que operários adquiriam lesões após cerca de dois anos de atividade na fábrica, apenas.[62] Para além disso, a autora notou significativos indícios da prática da subnotificação de acidentes de trabalho pela montadora, principalmente, através da recusa em abrir CATs e das tentativas de descaracterização das ocorrências enquanto acidentes. Além de postular que apenas os médicos contratados pela empresa tinham competência para identificar acidentes e nexos causais entre adoecimento e situações específicas de trabalho na planta, a GM recusava-se a fornecer a seus funcionários as cópias da documentação contida em seus próprios prontuários. De acordo com Praun:

> … ao cooptarem os profissionais da medicina do trabalho por meio da subordinação econômica, [a GM e outras empresas com práticas semelhantes] garantem a legitimidade técnico-científica na negação de diagnósticos que estabeleçam o nexo entre enfermidade e ambiente

60 *Ibid*., pp. 103-106, 109-110.

61 Esse processo, generalizado na grande indústria na década de 1990 (embora com significativas diferenças setoriais e nacionais), já vinha sendo experimentado ao menos desde os anos 1970, e tinha no chamado "toyotismo" japonês uma de suas referências mais emblemáticas. Em síntese, a reestruturação produtiva envolveu "…uma série de medidas, adotadas em escala global, que visaram a instituição de um novo padrão de acumulação fundado na eliminação de parcela do trabalho vivo, na crescente precarização do trabalho, na ampliação da produtividade e competitividade de fábricas por meio da crescente eliminação dos poros da jornada de trabalho". PRAUN, Lucieneida Dovão. *Não Sois Máquinas*: Reestruturação produtiva e adoecimento na General Motors do Brasil. Tese de Doutorado (Sociologia). IFCH/Unicamp, 2014, p. 110.

62 *Ibid*., p. 129.

> e condições de realização do trabalho. Longe de funcionarem no sentido da proteção da saúde do trabalhador, esses departamentos operacionalizam mecanismos que visam a proteção dos interesses da corporação.[63]

Praun também discute a recorrência das queixas operárias em relação ao sofrimento psíquico, manifesto em quadros clínicos de depressão, estresse e no uso de medicamentos psiquiátricos por parcelas significativas do operariado. O estudo do adoecimento psíquico relacionado ao trabalho, segundo a autora, foi impulsionado no Brasil desde a década de 1980 "pelo crescente afluxo de trabalhadores aos ambulatórios e aparelhos públicos de saúde". Frequentemente, os gatilhos e sintomas do adoecimento psíquico são associados, pelos próprios trabalhadores, às situações de assédio moral, às pressões das chefias, ao ritmo e à intensidade crescentes da atividade laboral, e inclusive às limitações impostas pelas lesões físicas decorrentes do trabalho:

> A dor física rotineira, característica das doenças osteomusculares, passa a se desdobrar em crescentes dificuldades para executar atividades simples e cotidianas como segurar objetos leves, dirigir um carro, apertar um parafuso, pegar um filho pequeno no colo. O reconhecimento das limitações impostas pela doença, a sensação de descrédito dos colegas e familiares sobre o adoecimento, a demora na obtenção do diagnóstico e a necessidade de constantes afastamentos do trabalho constituem-se como agravantes do sofrimento psíquico e, articuladamente, das possibilidades de desenvolvimento de sintomas depressivos.[64]

Uma vez adoecidos, os trabalhadores passam a conviver constantemente com o "medo da demissão". Os afastamentos temporários, cada vez mais frequentes nos casos de lesões e doenças crônicas, fazem com que esses operários sejam os mais visados pelos cortes de pessoal e passem a ser pressionados para aderirem aos programas de demissões voluntárias (PDVs). Mesmo os trabalhadores reintegrados ao serviço ou que adquirem estabilidade por decisão judicial não estão imunes a uma série de violências, por parte das chefias, que lhes atribuem tarefas inúteis de modo a gerar situações vexatórias, e mesmo por parte dos colegas, que não raramente os veem como "preguiçosos", "encostados" ou "vagabundos". De acordo com a pesquisa de

63 *Ibid.*, p. 94.

64 *Ibid.*, pp. 132-134.

Praun, a "sensação de ter sido um 'bom trabalhador' no passado e de inutilidade e descartabilidade após ter adoecido pode ser percebida no conjunto de depoimentos e falas dos operários" entrevistados pela autora.[65] A socióloga recupera a bibliografia que discute a relação entre os processos de reorganização do trabalho e o adoecimento para argumentar que a *quebra dos laços de solidariedade* entre os trabalhadores, resultado da individualização que acompanha as novas estratégias empresariais de produção, tem agravado os efeitos deletérios do desgaste dos corpos e das mentes dos metalúrgicos no processo produtivo, ao inviabilizar o acionamento de estratégias coletivas de resistência operária:

> Parte dessas instâncias que favoreciam a existência desse sentimento de coletividade, de pertencimento, convém destacar, manifestava-se na capacidade de mobilização coletiva e na presença de entidades sindicais politicamente fortalecidas, o que sem dúvida também contribuía no sentido do amparo aos trabalhadores frente ao sofrimento vivenciado dentro e fora do local de trabalho. A ofensiva do capital sobre o trabalho é, nesse sentido, uma ação que busca cotidianamente desmontar sua manifestação de classe historicamente antagônica aos interesses da ordem capitalista.[66]

Na ausência de organizações fortes, vendo reduzida sua capacidade de mobilização coletiva, aos operários restariam as *estratégias individuais de defesa*, que, de acordo com essa bibliografia (orientada sobretudo por referenciais psicanalíticos), estariam voltadas, essencialmente, para a tarefa de minimizar ou tornar suportáveis as situações de sofrimento.[67] Tais "estratégias defensivas", segundo Praun, incluiriam uma ampla gama de atitudes, como a negação ou o ocultamento do próprio adoecimento, a demora em buscar tratamento, a ingestão de medicamentos sem prescrição e a autolimitação de movimentos ou a busca por posturas que mascarem os desconfortos causados pelas lesões.[68] Embora pudessem, eventualmente, conferir algum alívio aos trabalhadores que as adotavam, essas estratégias não eram capazes de alterar as condições

65 *Ibid*., p. 72, 123.

66 *Ibid*., p. 132.

67 *Ibid.* pp. 147-148. O trabalho teórico do médico, psiquiatra e psicanalista francês Christophe Dejours orienta a abordagem de Praun, assim como a de Cecília dos Santos Silva. Do autor, ver DEJOURS, Christophe. "A avaliação do Trabalho submetida à prova do real: Crítica aos fundamentos da avaliação". *In*: SZNELWAR, Laerte Idal; MASCIA, Fausto Leopoldo. (Orgs.) *Cadernos de Trabalho, Tecnologia e Organização nº 2*. São Paulo: Blucher, 2008.

68 Por vezes, prolongando (ou naturalizando) situações insustentáveis. Praun relata o caso de um funcionário da General Motors que, diante de uma lesão na coluna, optou por deixar de se deslocar até o refeitório da empresa no horário das refeições, perdendo-as por medo de "travar" no caminho, o que poderia fazer com que colegas e chefia percebessem a gravidade de seu quadro. PRAUN, *Op. cit*., p. 150.

que davam origem aos problemas, com o agravante de contribuírem para manter ocultas a recorrência e a gravidade das situações de violência física e mental às quais os trabalhadores se viam submetidos, perpetuando a lógica da culpabilização dos indivíduos por seu próprio adoecimento.

Os fenômenos estudados por Cecília Silva e Lucieneida Praun certamente se agravaram a partir dos anos 1990, como reflexo da "reestruturação produtiva", mas, tal como procuramos demonstrar ao longo desta seção, seus precedentes já estavam claramente estabelecidos na década anterior. Ambas as autoras apontaram, em diferentes medidas, para a importância da atuação sindical na identificação e na apresentação de respostas coletivas para os problemas dos acidentes, do adoecimento e de violência do trabalho de um modo geral, o que pode ser confirmado pelas iniciativas sindicais adotadas no Vale do Paraíba durante os anos 1980, que discutimos aqui. Nesse sentido, a campanha empresarial-estatal travada contra o "sindicalismo combativo" naquele período abria caminho para o incremento da exploração, através do sufocamento das resistências classistas que vinham se fortalecendo no contexto da "abertura política".

Em algumas dessas batalhas, emergia, de maneira mais nítida, o vínculo intrínseco entre as necessidades patronais de combater as organizações operárias insubmissas, por um lado, e otimizar o processo produtivo através da exclusão dos operários adoecidos, considerados inaptos, por outro. As demissões que se seguiram à greve da GM em 1985, discutidas no capítulo anterior, configuram um exemplo contundente. O movimento operário constatou que, à época, entre os mais de quatrocentos funcionários desligados da empresa após aquela mobilização, havia diversos casos de trabalhadores afastados ("no INPS"), com contratos antigos ("mais de 20 anos de casa", ou faltando "menos de 1 ano para se aposentar"), metalúrgicos que estavam em férias durante a greve, funcionários estáveis ("pessoa que tinha sofrido acidente no trabalho e ficado em parte incapacitada") e até mesmo trabalhadores que já haviam falecido.[69] Inclusive entre os operários criminalizados, por conta da ocupação da fábrica durante a greve, estavam possíveis alvos da perseguição decorrente do adoecimento. Um dos "33 da GM", Júlio Batista de Araújo (cuja participação na ocupação, segundo o próprio inquérito policial, fora "pouco ativa"), considerava não ser outra a razão de sua dispensa. De acordo com seu depoimento à polícia, Júlio estivera afastado do serviço na montadora durante nove meses, como resultado de uma tuberculose, e acreditava ter se tornado "visado para ser demitido" depois disso.[70]

Analisados em conjunto, mesmo os "equívocos" na elaboração da lista de dispensas, como a inclusão de operários mortos, tornam-se significativos, evidenciando os critérios com os quais a GM e outras empresas operavam ao planejar as demissões: os trabalhadores com rendimento mais baixo e custo mais alto eram, evidentemente, os alvos prioritários. Naquele caso, a greve

69 FGMSJCR, *Op. cit.*, p. 114; *Valeparaibano*, 22/05/1985, pp. 1, 4.

70 "Auto de Qualificação e de Interrogatório. Júlio Batista de Araújo". 28 de maio de 1985. APESP. Fundo DCS, Dossiê 17-S-36, Pasta 4, fls. 186 ss.

fornecia uma excelente oportunidade para que a patronal buscasse a redução de seus próprios gastos com força de trabalho, livrando-se de trabalhadores considerados descartáveis, ao mesmo tempo em que se empenhava em debilitar as ferramentas coletivas de resistência operária.

4.2 DO PLANO CRUZADO À CONSTITUIÇÃO DE 1988: GREVES, INTERVENCIONISMO MILITAR E REPRESSÃO NA "ERA URUTU"

Diante da crise de hiperinflação, acima de 200% em 1985, o governo Sarney implementou o Plano Cruzado, em fevereiro de 1986, estabelecendo uma nova moeda nacional, congelando preços e instituindo algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como o "gatilho salarial" (reajustes compulsórios toda vez que a inflação acumulada alcançasse 20%, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo IBGE) e o seguro-desemprego. O congelamento dos preços seria a marca do pacote econômico. A centralidade da questão, naquela conjuntura, refletia-se na peculiar instituição do "agente fiscalizador", função que poderia ser cumprida por qualquer pessoa, de acordo com o decreto que dispunha sobre o Plano. Segundo o historiador David Maciel, "o congelamento foi decisivo para o amplo apoio popular ao plano", simbolizado pela figura dos "fiscais do Sarney", que atenderam ao chamado presidencial para fiscalizar o tabelamento dos preços e denunciar os comerciantes que não o respeitavam. Por alguns meses, o Cruzado conseguiu resultados equivalentes ao de um "pacto social pelo alto", elevando a popularidade de Sarney.[71]

Grande parte dos segmentos do movimento operário que até então tinham se oposto ao pacto, e especialmente os sindicatos ligados à CUT, receberam o plano com desconfiança. No início de abril, a greve dos metroviários de São Paulo foi taxada pela imprensa como "inaceitável, inoportuna e preocupante", por desferir o primeiro golpe "sobre o plano de estabilização econômica". Referindo-se à possibilidade de greves metalúrgicas no ABC paulista, a *Folha de S. Paulo* avaliava que "os riscos que uma tática de intransigência sindical representa para o sucesso do plano econômico colocam-se com extrema agudeza". Na mesma semana, o SMSBCD considerava que não havia clima para greves na região, algo que era, em parte, atribuído aos reflexos da longa campanha salarial da categoria no ano anterior, com 54 dias de paralisação.[72] Mas é certo que o congelamento dos preços, bem como o discurso hegemônico de que era necessário dar tempo ao governo para que se consolidassem os efeitos

71 MACIEL, D. *De Sarney a Collor*: Reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). São Paulo: Alameda/Goiânia: Funape, 2012. pp. 143-144.

72 *Folha de S. Paulo*, 2/04/1986, p. 2; 3/04/1986, p. 19.

positivos do Plano Cruzado, também contribuíram para amainar a disposição de luta de diversos setores da classe trabalhadora naquele semestre. No Vale do Paraíba, onde a retaliação patronal contra a greve metalúrgica do ano anterior fora exemplar, a desmobilização foi ainda mais intensa. A região, naquela conjuntura, manifestava todos os principais elementos da síntese de Maciel sobre o período: o isolamento do sindicalismo, o arrefecimento da combatividade das principais categorias de trabalhadores, a "sedução popular" gerada pelo plano econômico do governo e uma postura cada vez mais intransigente do empresariado.[73]

Naquele contexto, muitas das iniciativas de luta do movimento sindical não foram particularmente eficazes. A tentativa de organização de uma greve geral, em maio, fracassou, e ainda no princípio do mês, houve uma intervenção militar sobre a greve dos ferroviários do Rio de Janeiro, com invasões do Exército às estações de Barra Mansa e Volta Redonda, no dia 4.[74] À repressão militar contra as mobilizações, somava-se a repressão judicial contra lideranças de esquerda: ainda em abril, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, futuro presidente do SMSBCD, seria o primeiro condenado da "Nova República" através da aplicação da LSN – o sindicalista havia sido processado por crime de difamação contra o ditador Figueiredo, durante uma assembleia metalúrgica realizada três anos antes, na qual Vicentinho acusara o general-presidente de estar "roubando descaradamente" os trabalhadores, por conta do Decreto-lei 2.024 de março de 1983, que limitava reajustes salariais. O processo foi julgado pela 3ª Auditoria Militar da Justiça Militar de São Paulo. Wilma Cardoso Menezes, a promotora do caso, alegou que o dirigente sindical promovera um "ato de guerra psicológica adversa, incitando os oito mil trabalhadores presentes à assembleia e gerando discórdia entre eles e o Presidente da República".[75] O tribunal militar sentenciou Vicentinho a um ano de prisão, porém, com *sursis* (suspensão da execução da pena) de dois anos, de modo que o dirigente sindical permaneceu em liberdade. Dado que o benefício da *sursis* só poderia ser conferido nos casos em que o sentenciado não tinha condenações prévias e tampouco era considerado perigoso, sua concessão implicava que os juízes militares reconheciam, em alguma medida, que a prisão de um sindicalista por uma fala proferida em assembleia era descabida – ao mesmo tempo em que garantiam que, em caso de reincidência e novo processo, Vicentinho não seria um "réu primário", e penas mais duras poderiam ser aplicadas. Mais importante que a sentença em si era o efeito exemplar do julgamento para o movimento operário, e a

73 MACIEL, *Op. cit.*, p. 158.

74 Mencionadas em retrospectiva das intervenções militares contra mobilizações operárias do período, "Os grandes feitos da 'Era Urutu'". *Jornal do Brasil*, 11/11/1988, p. 8.

75 *Folha de S. Paulo*, 08/04/1986, p. 4.

própria promotoria reconhecia que a solicitação da condenação tinha um "caráter preventivo".[76]

Em que pese a escalada repressiva e a ineficácia das primeiras manifestações de luta contra o Plano Cruzado, o sucesso do pacote econômico foi efêmero. Ainda que algumas dentre as medidas do plano fossem positivas, notadamente para os setores mais pauperizados da classe trabalhadora, as críticas mais contundentes não tardaram a aparecer. O operariado industrial, especialmente o dos setores de ponta, como o automobilístico, foi diretamente prejudicado pelo congelamento de salários, que havia desconsiderado "o histórico de arrocho salarial herdado da Ditadura", interrompendo à força o processo de recuperação salarial que aqueles setores haviam vivenciado apoiados nos métodos do "sindicalismo combativo".[77] Se isso não fosse o bastante para demover os trabalhadores do apoio ao plano, a reemergência das contradições escamoteadas pelo Cruzado, em poucos meses, passou a corroê-lo. À inicial aceleração da economia, acompanhada de aumento do consumo e da demanda, seguiu-se uma significativa crise de desabastecimento de gêneros essenciais, como a carne e o leite, fundamentalmente motivada pelos interesses burgueses em pressionar o governo para derrubar o congelamento dos preços. O setor pecuarista, "orientado pela UDR[78], passou a reter o envio de boi gordo para o abate", visando obter lucros superiores.[79]

Em meados de 1986, o governo Sarney já se via sob fogo cruzado, temendo o efeito que o descongelamento poderia causar sobre sua popularidade (e os reflexos que a medida poderia gerar sobre as eleições para a Assembleia Constituinte daquele ano), tendo de mascarar os fenômenos que reativavam a inflação (como os ágios e o desabastecimento) nos cálculos "oficiais", e pressionado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a conter os gastos públicos e o déficit externo. O "Cruzadinho", uma espécie de complemento ao Plano Cruzado, foi implementado em julho, buscando desvalorizar a moeda nacional e desincentivar o consumo através da criação de novos impostos indiretos, mas mantendo o congelamento dos preços. De maneira geral, o governo comprometia-se com o receituário ortodoxo imposto pelos organismos internacionais, anunciando a intenção de cortar gastos e enxugar a máquina pública, mas suas próprias preocupações eleitorais atuavam como contrapeso à implementação de medidas impopulares. Desse modo, poucas das metas do plano saíram do papel, e o "Cruzadinho" foi rapidamente desacreditado, tanto por setores burgueses quanto pela classe trabalhadora. O segundo semestre do ano foi marcado pela retomada das lutas e mobilizações.[80]

76 *Ibid.*

77 MACIEL, *Op. cit.*, p. 156.

78 União Democrática Ruralista, entidade de perfil conservador do patronato latifundiário.

79 *Ibid.*, p. 164.

80 *Ibid.*, p. 108.

Em 1º de outubro de 1986, os metalúrgicos da CSN deflagram a primeira greve da segunda gestão presidida por Juarez Antunes, que havia sido reeleito presidente do SMVR no mês anterior. A mobilização contrapunha-se aos discursos privatistas que ganhavam corpo naquele período, e tinha como uma de suas pautas o repúdio às ameaças do governo de restringir as vantagens indiretas dos trabalhadores das empresas estatais. No início daquele ano, novas divisões políticas haviam afetado a gestão do SMVR, embora sem causarem rupturas imediatas. O presidente da entidade e outros cinco membros da diretoria haviam abandonado o Partido dos Trabalhadores e filiado-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), motivados, principalmente, pelas pretensões eleitorais de Antunes, preterido no interior do PT local. Na nova gestão do SMVR, contudo, petistas e pedetistas mantiveram-se unidos. No pleito sindical, as chapas derrotadas haviam sido a do "Novo Grupo de Oposição Sindical" (apoiado pela CS) e a Chapa 3, apontada por muitos como um grupo comprometido com os interesses da diretoria da estatal.[81]

Embora a nova diretoria da CSN, nomeada ainda em 1985, contasse com grande participação de peemedebistas e pretendesse dirigir a companhia de maneira "mais democrática"[82], os sindicalistas da categoria avaliavam que a repressão militar contra uma greve na siderúrgica não era improvável. A paralisação de outubro de 1986 iniciou-se do lado de fora da usina, através de piquetes. Rapidamente, as tropas de Barra Mansa e a Polícia Federal foram mobilizadas para desbaratar a greve, confirmando as previsões do SMVR e tomando a usina, "num espetáculo de operação antiguerrilha".[83] Era a primeira invasão militar à planta, prática que se tornaria recorrente nos anos seguintes. Sandra Veiga e Isaque Fonseca relatam que, enquanto os soldados adentravam a fábrica, houve questionamentos, algo irônicos, dirigidos aos militares pelos operários concentrados diante dos portões da CSN: "por quê eles não iam pegar os bois no pasto para acabar com o desabastecimento de carne que estava ocorrendo, em função do boicote dos pecuaristas que elevaram os preços?".[84]

De acordo com o relatório da Comissão da Verdade de Volta Redonda, a operação militar não se resumiu à invasão da planta, envolvendo também a detenção de diversos sindicalistas e militantes de base, apontados aos soldados pelas chefias da CSN e pelo Departamento de Segurança da Usina (DSU), comandado por um militar, o coronel Bismarck. Naquela ocasião, um diretor sindical de base do SMVR, Vanderlei Barcellos de Souza, foi levado pelos policiais à sede da Polícia Federal em Nova Iguaçu, onde "reconheceu um agente federal que se fazia de operário da SOM [Superintendência

81 GRACIOLLI, E. J. *Um caldeirão chamado CSN*: Resistência operária e violência militar na greve em 1988. 2ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2009, pp. 79-80.

82 MANGABEIRA, Wilma. *Os dilemas do Novo Sindicalismo*: Democracia e política em Volta Redonda. Trad. Vera Pereira. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1993, p. 91.

83 VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. *Volta Redonda, entre o Aço e as Armas*. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 61.

84 *Ibid*.

de Oficinas Mecânicas, setor da CSN] e participava de reuniões de ativistas, piquetes e arrastões". Fatos como esse fortaleciam ainda mais a impressão, já consolidada entre os operários, de que, mesmo na "Nova República", a equipe de "segurança da CSN fazia o papel de polícia política".[85] A ação repressiva foi eficaz na contenção da greve: "No dia seguinte, debaixo do peso das armas do aparato militar, o retorno à fábrica era inevitável, mesmo que vários companheiros tivessem entrado literalmente chorando, e que todos estivessem profundamente humilhados".[86]

Em novembro de 1986, foram realizadas eleições para o governo dos 23 estados, dois terços das cadeiras do senado e para as assembleias legislativas, estaduais e nacional. O processo era particularmente importante para os militares e para as classes dominantes de modo geral, já que o Congresso Nacional fora incumbido da tarefa de elaborar uma nova Constituição em substituição à de 1967. Assim, a manutenção dos limites impostos pelo bloco no poder à "transição conservadora" em curso dependia diretamente do perfil da Assembleia Constituinte que se formaria. Visando garantir resultados eleitorais satisfatórios e ampliar ao máximo sua capacidade de interlocução e disputa política junto à sociedade, diversas entidades burguesas passaram a estimular a formação de frentes, organismos setoriais e suprassetoriais, e grandes manifestações públicas em defesa de suas pautas.[87] Em termos partidários, embora apoiando candidatos de diversas legendas, os setores conservadores apostaram grande parte de suas fichas no PMDB, fortalecendo a ala direita do partido e consolidando sua adesão ao governo Sarney. Esta correlação de forças internas, segundo Maciel, explica, em grande medida, a postura do partido durante a corrida eleitoral, priorizando as campanhas estaduais em detrimento do debate constitucional.[88] O PMDB seria o grande vencedor daquelas eleições, elegendo 22 dos 23 governadores, 38 dos 49 senadores e 261 dos 487 deputados federais.

No PT, as eleições eram encaradas como uma oportunidade de ampliar sua bancada parlamentar e politizar o tema da Constituinte junto às classes populares e movimentos sociais. Para a direção partidária, assim como para grande parte dos setores ligados à CUT, tratava-se de encontrar uma posição mediana entre a *adesão ingênua* ao processo, que refletiria a ilusão de que fosse possível solucionar os problemas estruturais do país através da elaboração de uma nova Carta Magna, e a *rejeição completa* do debate constituinte, dados os seus limites e suas contradições (a começar pela própria atribuição da tarefa Constituinte ao Congresso Nacional, e não a uma assembleia autônoma, eleita exclusivamente para este fim), o que acarretaria em abdicar da

85 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit*., p. 514.

86 VEIGA; FONSECA, *Op. cit*., p. 61.

87 BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra*: a nova face política das elites agro-industriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, UFRRJ, 1997; BIANCHI, Alvaro. *Um ministério dos industriais*: A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

88 MACIEL, *Op. cit*., pp. 179-181.

exploração do potencial mobilizatório do processo. Os resultados eleitorais petistas foram satisfatórios, e a bancada federal do partido cresceu, de 6 para 16 parlamentares. Por sua vez, os partidos comunistas, PCB e PC do B, recém-saídos do PMDB, viam, nas eleições daquele ano, a possibilidade de se firmarem institucionalmente, e apoiaram a fórmula do Congresso Constituinte, eximindo-se da defesa de propostas mais "radicais". O PC do B, entretanto, afastava-se politicamente do governo Sarney, a quem conferira apoio tático até então, o que levaria o grupo a aproximar-se da CUT no ano seguinte. A recém-fundada Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), herdeira da Conclat, assistia a um processo de fortalecimento interno da direita sindical, que rapidamente hegemonizaria a nova entidade, e que defendia uma posição bastante mais conciliatória que a dos comunistas em relação ao governo.

No pleito de novembro, Juarez Antunes elegeu-se deputado federal pelo PDT, "com uma votação maciça em Volta Redonda e arredores". O dirigente sindical mudou-se para Brasília, mas permaneceu na presidência do SMVR, "continuando a participar de todos os eventos importantes", mas, segundo Mangabeira, a eleição de Antunes provocou o descontentamento de uma significativa parcela do ativismo da região, que acreditava que o dirigente se utilizara de seu prestígio para lançar uma carreira política, secundarizando os interesses dos metalúrgicos que o haviam eleito para uma nova gestão sindical. Outros trabalhadores, contudo, consideravam importante a presença de sindicalistas no parlamento, especialmente diante da atribuição constituinte daquela legislatura.[89] A presença de Antunes na Câmara dos Deputados não refrearia os ímpetos combativos da gestão; note-se que, mesmo sem a participação da CS ou de qualquer outro agrupamento "radical" na direção do sindicato, o período que se inaugurava seria o de maior ocorrência de greves e ocupações de fábrica na história de Volta Redonda, como veremos a seguir.

Uma semana após as eleições, o governo lançava o Plano Cruzado II, reajustando preços e maquiando índices inflacionários, contudo, sem decretar o fim do congelamento, exigido de maneira cada vez mais veemente pelo empresariado, especialmente pelo setor comercial. O reajuste de preços reforçou a inflação e, na prática, o que restava do congelamento desmoronou, "com os preços sendo remarcados, ilegalmente, na base de 100%, em média".[90] O movimento sindical, que já retomara uma dinâmica grevista ascendente ao longo do segundo semestre, promoveu uma greve geral em 12 de dezembro, unindo momentaneamente CUT e CGT. As avaliações acerca do resultado da paralisação não foram unívocas, dados os variados graus de adesão em distintos setores e regiões, mas para grande parte dos analistas foi a mais bem-sucedida das paralisações gerais convocadas desde o início do ciclo grevista inaugurado em 1978; segundo Eduardo Noronha, tratou-se da greve

89 MANGABEIRA, *Op. cit.*, pp. 109-110.

90 MACIEL, *Op. cit.*, p. 202.

geral mais expressiva do período.[91] Em São José dos Campos, a mobilização logrou paralisar diversas categorias[92], e em Volta Redonda, os metalúrgicos protagonizaram nova parede na CSN. Assim como ocorrera em outubro, a Polícia Militar e o Exército compareceram em peso, e voltaram a invadir a usina. De acordo com Veiga e Fonseca, naquela ocasião, o comportamento dos militares não foi particularmente violento, do ponto de vista físico, mas o foi, principalmente, pela perspectiva simbólica, "ao adentrar com aquele aparato todo no meio dos trabalhadores. Só com isso o pessoal já recuou, os operários começaram a sair de dentro da Usina e não deu pra gente segurar".[93]

No ano de 1987, sobretudo a partir do segundo semestre, os metalúrgicos da região do Vale do Paraíba voltariam a protagonizar greves fortes. Naquele período, estava em curso um processo que David Maciel definiu como um esgotamento do padrão de acumulação que, até então, sustentara o "bloco histórico desenvolvimentista" que se havia consolidado durante a ditadura, dando lugar a uma crise de hegemonia que abriria caminho para a ascensão definitiva do projeto neoliberal implantado na década seguinte. De acordo com o historiador, o fracasso do Cruzado fez com que, durante o ano de 1987, diversos setores capitalistas, inclusive o industrial, rompessem com a perspectiva dos ajustes heterodoxos na economia e com o projeto desenvolvimentista como um todo, muito embora o consenso neoliberal ainda não estivesse construído. As classes trabalhadoras, por sua vez, avançavam em suas lutas, e os contingentes mobilizados passavam a incluir novos grupos, para além dos "setores tradicionalmente mais combativos".[94] Nesse contexto, aprofundava-se a crise do governo Sarney, enquanto as Forças Armadas intensificavam a tutela militar sobre a "Nova República", reprimindo os movimentos sociais e insinuando a possibilidade de um novo golpe, de modo a garantir que as lutas populares não influenciassem demasiadamente sobre o processo constituinte:

> Além da condução da onda repressiva contra os movimentos sociais e partidos de oposição, *o que não é uma novidade nesta etapa,* os militares exorbitam claramente das questões meramente corporativas que lhes diziam respeito na Constituinte, atuando claramente para conter o avanço das forças e propostas antiautocráticas.[95]

91 NORONHA, Eduardo. "A explosão das greves na década de 1980". *In*: BOITO JR., Armando. (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. pp. 93-135.

92 Esse fato foi mencionado pelo principal jornal da região para estabelecer uma comparação com a greve geral de agosto do ano seguinte, como veremos adiante. *Cf. Valeparaibano*, 21/08/1987, p. 3.

93 VEIGA; FONSECA, *Op. cit*., pp. 64-65.

94 MACIEL, *Op. cit*., 223-224.

95 *Ibid*., p. 227. Grifo meu.

Ainda no primeiro semestre, diversas declarações de lideranças militares insinuavam a necessidade de uma postura mais dura do governo em relação às greves, e em abril, pouco após as comemorações do vigésimo terceiro aniversário do Golpe de 1964, o general Carlos Tinoco Gomes havia sido ainda mais enfático, declarando à revista *Veja* que, mesmo que não lhe parecesse algo iminente, não estava descartada "a possibilidade de nova intervenção das Forças Armadas no processo político-institucional".[96] Sarney não se contrapunha ao avanço da tutela militar, uma vez que o apoio da caserna era um dos únicos que lhe restava. Na reformulação ministerial promovida naquele semestre, o presidente privilegiou políticos do campo conservador, especialmente do PFL, um dos partidos herdeiros da ARENA, que havia experimentado significativo crescimento eleitoral no ano anterior, mas a medida prejudicou as relações entre o presidente e seu próprio partido, o PMDB, de modo que Sarney se via cada vez mais isolado. Mesmo entre as Forças Armadas, o chefe do Executivo estava longe de ser uma unanimidade. Ainda em abril, o ex-ditador Figueiredo veio a público tecer críticas ao governo, demonstrando interesse em voltar à Presidência da República, e a extrema-direita militar passou a promover diversos atos de insubordinação e articulações de nítido caráter golpista, que incluíram setores do empresariado nacional. O símbolo mais nítido da permanência dos vínculos empresariais-militares e de seu projeto intervencionista foi a criação do Movimento Cívico de Recuperação Nacional, um "eixo de poder empresarial-militar", de acordo com a expressão formulada por René Dreifuss.[97]

Em relação à Constituinte, cujos trabalhos se iniciaram em fevereiro, também houve uma série de manifestações do oficialato e dos ministros militares, inclusive sobre temas que não diziam respeito à caserna, visando direcionar ou mesmo cercear os trabalhos da Assembleia. Entre os assuntos discutidos pelos deputados constituintes que mais interessavam aos representantes das Forças Armadas, estavam questões como a da possibilidade de anistia aos militares cassados (considerada pelos oficiais conservadores como uma "provocação") e a do reexame jurídico de outros efeitos dos atos institucionais da ditadura. Os representantes das armas também se opuseram à substituição dos ministérios militares por um Ministério da Defesa e à extinção do SNI, e manifestaram-se até mesmo sobre o tema da estabilidade no emprego, proposta reivindicada por sindicatos e movimentos sociais e condenada publicamente em julho pelo general Leônidas Pires Gonçalves, então ministro do Exército.[98]

As ações militares, contudo, não se resumiram aos discursos intervencionistas e à pressão sobre a Assembleia Constituinte. O período também seria marcado pelas recorrentes intervenções das Forças Armadas contra mobili-

96 *Veja*, 8/4/1987, pp. 20-1.

97 DREIFUSS, René. *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 156 ss.

98 MACIEL, *Op cit*., pp. 271-3.

zações de trabalhadores, frequentes a ponto de motivarem o *Jornal do Brasil* a forjar uma alcunha para os primeiros anos da Nova República: a "Era Urutu", em referência ao veículo blindado de transporte de tropas fabricado pela Engesa e utilizado pelo Exército brasileiro.[99] Ainda em março de 1987, uma greve dos petroleiros foi reprimida através da invasão de "todas as refinarias da Petrobras" por tropas, em ação elogiada por membros do governo e pelo presidente da estatal – um velho conhecido do movimento operário do Vale do Paraíba, Ozires Silva, que dirigira a Embraer até o ano anterior. A operação militar, absolutamente desproporcional, parece haver sido planejada para demonstrar a capacidade de intimidação do Exército sobre os trabalhadores:

> Em São Paulo, as refinarias de Paulínia, Cubatão, São José dos Campos e Mauá foram tomadas por tanques, jipes armados com morteiros e caminhões com tropas uniformizadas para combate. Em Paulínia, foram usados 19 blindados de transporte de tropas. A refinaria de Duque de Caxias (RJ) foi ocupada por centenas de soldados, com seis tanques e dois urutus. Na Bahia, além da refinaria Landulpho Alves, o Exército assumiu o controle do terminal marítimo da Petrobras e de todas as áreas de exploração e produção de petróleo.[100]

Conquanto ostensiva, a repressão não foi capaz de conter de imediato os movimentos grevistas, que se generalizaram naquele contexto, envolvendo diversas categorias para além do setor industrial e conquistando reajustes salariais acima do previsto. No mês de abril, durante sua campanha salarial, os metalúrgicos da CSN conduziram uma nova ocupação da usina, "liderados por Juarez Antunes, já Deputado Constituinte" e, após 5 dias de greve, conquistaram reajustes 10% acima da inflação, no "melhor acordo salarial do país naquela época".[101] Foi uma das poucas ocasiões no período em que não houve mobilização do aparelho militar para desbaratar uma greve na siderúrgica, e é de se supor que a presença do presidente do sindicato, recém-alçado ao Congresso Nacional, possa haver contribuído para minimizar o ímpeto repressivo do Estado contra a mobilização. Na área paulista do Vale do Paraíba, ainda em abril, os trabalhadores haviam reeleito a chapa de composição entre a Articulação e a CS, mantendo José Luís Gonçalves na

99 *Jornal do Brasil*, 11/11/1988, p. 8. A reportagem "Os grandes feitos da 'Era Urutu'", publicada na sequência dos trágicos acontecimentos daquele mês na Companhia Siderúrgica Nacional, dos quais trataremos adiante, foi reproduzida integralmente nos anexos do livro de GRACIOLLI, E. J. *Um caldeirão chamado CSN*: Resistência operária e violência militar na greve em 1988. 2ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2009, pp. 173-175.

100 *Jornal do Brasil*, 11/11/1988, p. 8.

101 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit*., p. 466; MANGABEIRA, *Op. cit*., p. 112.

presidência do SMSJCR, com 65% dos votos dos metalúrgicos.[102] Na ocasião, a principal chapa de oposição, mais uma vez, era a de Ary Russo, agora presidente do PMDB no município.[103]

No final daquele mês, em meio a um cenário de continuada instabilidade inflacionária, o economista Luiz Carlos Bresser Pereira assumiu o Ministério da Fazenda. Favorável à desvalorização da moeda e ao corte de gastos públicos, Bresser Pereira defendia, em um primeiro momento, a manutenção do "gatilho salarial" apenas para que se preservasse o valor médio das remunerações, condicionando qualquer aumento real ao crescimento da produtividade do trabalho. Mas seu plano econômico previa, entre outras medidas, o fim da escala móvel de salários. A partir de junho, passou a ser implementado o chamado "Plano Bresser", que envolvia o congelamento por 90 dias de preços (alguns deles, elevados em até 45% imediatamente antes do congelamento, como foi o caso das tarifas de energia), salários e câmbio (este último, desvalorizado em 10%, de modo a desestimular as importações). Os novos ajustes salariais passariam a ser calculados de acordo com a Unidade de Referência de Preços (URP), definida trimestralmente pela média da inflação do trimestre anterior, "com vistas a impedir o repasse imediato da inflação para os salários" – um mecanismo de arrocho, portanto.[104]

No horizonte de Bresser Pereira, estavam expectativas bastante moderadas de crescimento econômico no curto prazo (de modo que seu plano foi taxado como "recessivo" por diversos críticos), priorizadas a contenção da inflação (que em maio chegara a 23,2%, disparando o "gatilho salarial" pela última vez, dada a abolição do mecanismo pelo novo plano econômico), o saneamento das contas públicas e a retomada dos diálogos com o FMI, prejudicados desde fevereiro de 1987, quando Sarney suspendera unilateralmente o pagamento dos juros da dívida externa, desagradando investidores e surpreendendo a esquerda, defensora da medida. Evidentemente, a chamada "moratória" não fora suficiente para que Sarney ganhasse o apoio de seus críticos, além de ser vista como um problema pela maioria absoluta do empresariado e dos representantes dos interesses financeiros.

A partir de junho de 1987, as críticas à política econômica do governo reaproximaram temporariamente as centrais sindicais, que passaram a planejar uma nova greve geral para o mês de agosto. Diversos setores da esquerda, do PDT ao PT, consideraram o Plano Bresser uma aplicação do "receituário do FMI" e passaram a denunciar o "confisco da taxa de inflação de junho" (gerado pelos "reajustes autorizados" nos preços naquele mês, excluídos do cálculo inflacionário), o uso da URP para os cálculos salariais e, especialmen-

102 GUERRA, Caio César da Silva. *"Mais vale um ano de leão que cem anos de cordeiro"*: Trajetórias dos metalúrgicos de São José dos Campos. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015, p. 207.

103 *Revista Ato*, São José dos Campos/SP, dezembro de 1989, p. 24.

104 MACIEL, *Op. cit.*, pp. 251-253.

te, o fim do "gatilho salarial".[105] Ainda que o mecanismo fosse considerado insuficiente para garantir uma reposição justa, sobretudo para os sindicalistas da CUT, sua abolição configurava um ataque que deixava os assalariados ainda mais desamparados diante da escalada inflacionária, que não dava sinais de aproximar-se de um fim. Em julho, Bresser Pereira anunciou seu Plano de Controle Macroeconômico, que em linhas gerais, visava reduzir os gastos públicos e acabar com certos subsídios para viabilizar investimentos estatais, materializando a perspectiva desenvolvimentista reivindicada pelo ministro. O plano incluía ainda a proposta de uma reforma tributária progressiva, à qual se opôs o empresariado. Sarney, por sua vez, acenava para os neoliberais, na contramão de Bresser Pereira, declarando a necessidade da desregulamentação da economia de modo a atrair o capital estrangeiro. De acordo com David Maciel, ao fazê-lo, Sarney atacava simultaneamente as teses nacionalistas defendidas na Constituinte e seu próprio ministro; "a guinada ao neoliberalismo no governo brasileiro já havia começado, tímida, mas irreversível".[106]

Ao longo do ano de 1987, com a retomada da campanha pelas eleições diretas para presidente e as mobilizações em torno das "emendas populares" à Constituição em elaboração (algumas delas contando com mais de um milhão de assinaturas, como foi o caso da emenda popular sobre a reforma agrária), os movimentos sociais e partidos de esquerda conseguiram exercer pressões significativas sobre a Constituinte, incorporando pautas reformistas e buscando a garantia de amplos direitos sociais na nova Constituição. Boa parte desse conteúdo chegou ao primeiro anteprojeto oriundo da Comissão de Sistematização da assembleia, apresentado no fim do primeiro semestre, cujo relator foi o deputado Bernardo Cabral (PMDB). Embora naquele anteprojeto, apelidado "Cabral I", já predominassem as ideias do campo conservador, as concessões às teses da esquerda geraram o acirramento das pressões militares e empresariais, bem como ajudaram a conformar o chamado "Centrão" – o grande e heterogêneo bloco parlamentar "fisiológico", ideologicamente difuso, porém, orientado pelas pautas conservadoras, e composto, sobretudo, por parlamentares do PFL, PL, PDS e PDC, além de setores do PMDB –, cada vez mais alinhado com o governo. Até novembro, o relator apresentaria outras duas versões do anteprojeto, fazendo mais concessões ao campo conservador, o que não impediria o governo de elaborar seu próprio projeto substitutivo, ainda mais antipopular, que orientaria as ações do "Centrão" na assembleia ao longo do ano seguinte.

Em agosto de 1987, a CUT e a CGT planejavam outra greve geral, marcada para o dia 20, mas, durante sua preparação, afloraram novamente as divergências entre as centrais sindicais. As pautas da greve geral, acordadas entre as entidades, deveriam incluir a reposição salarial de 37%, os gatilhos salariais mensais e o fim das demissões, além de bandeiras mais gerais, refe-

105 *Ibid.*, p. 255.

106 *Ibid*., p. 257.

rentes aos trabalhos da Constituinte, tais como a estabilidade nos empregos, reforma agrária, eleições diretas para presidente e o não pagamento da dívida externa.[107] Mas, se aquelas reivindicações eram consensuais no âmbito da CUT, que pretendia fazer com que a greve servisse de instrumento de pressão em favor delas, o mesmo não poderia ser dito sobre a CGT, cujo presidente declarou, às vésperas da paralisação, que a central reavaliava a decisão de aderir ao movimento.[108] Uma ala da entidade resistia a "misturar a pauta política à pauta sindical"[109], reflexo da crescente predominância, no interior da central, dos setores ligados ao "sindicalismo de resultados", referenciados em Luiz Antonio de Medeiros, dirigente dos metalúrgicos de São Paulo e defensor da interlocução com as empresas e da agenda neoliberal.

Em São José dos Campos, a construção da greve geral de agosto foi protagonizada pelos sindicatos ligados à CUT, que decidiram realizá-la "com ou sem a CGT". "Temendo repressão policial muito violenta", o presidente da CUT Regional de São José dos Campos, José Walter Pontes, estabeleceu contatos com a prefeitura e com o comando da Polícia Militar ainda no início do mês, visando refrear a animosidade estatal e demonstrar a disposição das organizações operárias em conduzir atos pacíficos.[110] Na mesma semana, durante uma panfletagem de preparação da greve geral, na GM, três diretores do sindicato dos metalúrgicos (Ivanil Ribeiro da Silva e José Magno Leandro, além do presidente José Luiz Gonçalves) ficaram isolados durante uma hora no pátio da seção MVA, impedidos de deixar o local pela guarda da empresa, que também barrou o acesso dos trabalhadores da montadora à área. O episódio, qualificado por Gonçalves como um "desrespeito à liberdade sindical", encerrou-se apenas quando um diretor de Relações Industriais da fábrica ordenou que os funcionários da vigilância liberassem os portões.[111]

Poucos depois, em 11 de agosto, tinha início uma das mais fortes greves dos metalúrgicos da região no período, a dos trabalhadores da Ericsson de São José dos Campos. Na reunião de conciliação entre as partes, ocorrida dois dias depois, o TRT de Campinas recomendou que os operários da Ericsson retornassem ao trabalho – antes do julgamento da legalidade da greve, marcado para o dia 19 –, mas as assembleias de fábrica decidiram pela continuidade do movimento. O tribunal considerou a greve ilegal em uma votação acirrada (5 votos a 4), mas reconheceu as perdas salariais dos operários, encaminhando um reajuste de 37,74%. A empresa, por sua vez,

107 *Valeparaibano*, 7/8/1987, p. 4. Dados do DIEESE, citados à época pelo mesmo jornal, davam conta de que as perdas salariais dos trabalhadores, entre o início do Plano Cruzado (fevereiro de 1986) e agosto de 1987, eram da ordem de 80%. *Idem*. 13/8/1987, p. 3.

108 *Valeparaibano*, 11/8/1987, pp. 1-5.

109 MACIEL, *Op. cit*., p. 277.

110 *Valeparaibano*, 4/8/1987, p. 1

111 *Valeparaibano*, 6/8/1987, p. 3.

recusou-se a conceder o aumento determinado pela justiça, de modo que a greve prosseguiu.[112]

Enquanto isso, seguiam os preparativos para a greve geral do dia 20, encampada por importantes sindicatos da região, como o dos químicos (7.000 trabalhadores na base) e o dos trabalhadores das indústrias de calçados (2.500 operários). Outras categorias, tais como bancários e comerciários, não pretendiam aderir ao movimento, mas, na avaliação dos diretores do SMSJCR, o fator determinante para o sucesso da paralisação seria a participação dos trabalhadores do ramo dos transportes, e a expectativa era a de que haveria adesão "suficiente para manter o setor parado". As empresas de transporte coletivo, por outro lado, garantiam que o funcionamento dos serviços seria normal, contando com escolta policial para as garagens de ônibus e para as linhas que começavam a circular ainda de madrugada. Um "esquema especial" de policiamento para o centro da cidade também foi implementado.[113]

Em 21 de agosto, o *Valeparaibano* anunciava o "fracasso" da greve geral em São José dos Campos, alegando que nenhuma categoria aderira significativamente ao movimento. Para o jornal, a própria população estivera imbuída de um sentimento "antigreve", de modo que a paralisação não podia sequer ser comparada à greve geral de 12 de dezembro de 1986, quando diversos setores haviam ficado "de braços cruzados durante todo o dia". Dessa vez, diante da ação de um grande contingente policial, os piquetes acabaram não ocorrendo e o transporte público também não teve sua rotina alterada, contrariando as expectativas dos sindicalistas. Segundo o veículo de imprensa, os dirigentes sindicais ligados à CUT regional atribuíam à polícia a responsabilidade pelo não acontecimento do ato previsto para as 16 horas do dia anterior na Praça Afonso Pena e cancelado em virtude da falta de público.[114] Contudo, o próprio jornal reconhecia, implicitamente, a pressão exercida pelo aparato policial na ocasião, ao relatar que "a única anormalidade foi a presença constante e maciça de policiais em todas as cidades" da região. Uma declaração do presidente da CUT, Jair Meneghelli, também publicada pelo *Valeparaibano*, estendia aos empresários e aos meios de comunicação a responsabilidade pelo esvaziamento do movimento. Em São José dos Campos, os sindicalistas alegaram ainda que policiais à paisana haviam impedido a ação de piqueteiros, ameaçando-os com o uso de armamento e detendo um deles de maneira ilegal, às portas da Kodak, durante mais de uma hora. A CUT regional registrou diversas agressões contra trabalhadores, além de seis prisões. Em Jacareí, também houve atritos entre policiais e grevistas, e o presidente do Sindicato dos Químicos foi preso, acusado de portar um estilete.[115]

112 *Valeparaibano*, 20/8/87, p. 3; 22/8/87, p. 1.

113 *Valeparaibano*, 18/8/87, p. 4; 20/8/87, p. 3.

114 *Valeparaibano*, 21/8/1987, pp. 1, 3.

115 *Ibid.*

Assim como em São José dos Campos, a greve geral foi considerada um fracasso em quase todo o país. As duas grandes exceções parecem haver sido o ABC paulista e Volta Redonda, onde a paralisação, protagonizada pelos operários da CSN, foi massiva. Contudo, o consenso que havia predominado durante a organização das mobilizações anteriores na estatal não se verificou em grau semelhante durante a greve geral de agosto, quando os ativistas e sindicalistas recorreram a piquetes móveis (a tática do "arrastão") "para fazer face à relutância de alguns operários" e garantir a paralisação da usina.[116] Nas entrevistas que fundamentaram seu estudo sobre a experiência do "Novo Sindicalismo" na região, Wilma Mangabeira percebeu opiniões antagônicas a respeito do uso da tática, que, a nosso ver, remetiam às tradicionais querelas quanto à validade dos piquetes em geral: "A maioria dos entrevistados opinou que o 'arrastão' era uma prática legítima; alguns, no entanto, achavam que era uma ação antidemocrática indefensável. O resultado dessa controvérsia foi aprofundar as divergências entre os próprios trabalhadores e entre estes e os líderes sindicais".[117]

Apesar das polêmicas entre os próprios operários, a greve contava com apoio externo no município. Grupos de mulheres ativistas e esposas de operários, bem como militantes católicos ligados às Comunidades Eclesiais de Base da cidade, ajudaram a organizar a greve nos bairros, fortalecendo o clima de mobilização em Volta Redonda: "As escolas públicas e particulares pararam; os funcionários da Prefeitura, sob piquete, pararam; os ônibus, sob piquete nas garagens e pneus furados, pararam; o comércio cerrou as portas".[118] De todo modo, na CSN, a greve geral durou somente algumas horas. Mais uma vez, o Exército apresentou-se para reprimir os operários da siderúrgica, na terceira invasão à planta em menos de um ano. De acordo com Sandra Veiga e Isaque Fonseca, diante da recorrência da presença militar na usina, o operariado "perdeu um pouco do medo", prevalecendo o sentimento de que seu direito de greve estava sendo desrespeitado. Quando as tropas avançaram para retirar à força os trabalhadores concentrados no pátio da usina, começou a troca de insultos. Os militares passaram a agredir os metalúrgicos, muitos dos quais revidavam, arremessando pedras contra os soldados, ainda que os líderes sindicais gritassem para que eles parassem:

> A gente sabe as consequências do que é jogar pedra no Exército. Agora, são quatro mil pessoas, você não controla. Uma parte desse controle cabe ao próprio Exército, ao invasor, que também é obrigado a não provocar. Então o Exército levou pedrada. Não tinha

116 MANGABEIRA, *Op. cit.*, p. 113.

117 *Ibid.*

118 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit.*, p. 468, 512.

> nada programado. A turma correu, baixou, pegou pedra e jogou. E não foi um nem dois, foram mais de mil. O Exército ficou fulo, ficou feroz…[119]

As agressões aos trabalhadores se intensificaram, e a ação repressiva foi concluída com a detenção de quatro diretores sindicais e de cerca de uma dezena de ativistas, todos soltos algumas horas depois. Mas a retaliação não parou por aí. A CSN instaurou um inquérito administrativo, rapidamente concluído, para avaliar a participação de seus funcionários na greve. Entre outubro e dezembro de 1987, cinquenta e oito empregados da Companhia foram demitidos, incluindo 20 diretores do SMVR e 8 membros da CIPA[120], apesar da estabilidade que seus cargos lhes conferiam. Os diretores sindicais que não foram demitidos passaram a ser impedidos de entrar na fábrica.[121] Assim como ocorreu em outros casos discutidos nesta obra, os trabalhadores demitidos da CSN em 1987 passaram a fazer parte de uma "lista suja confidencial" que restringia suas possibilidades de obterem uma nova ocupação.[122] Segundo Mangabeira:

> Os acontecimentos de agosto de 1987 marcaram o fim da retórica "democrática" da Companhia. Seguiram-se outras medidas repressivas, como a dissolução das comissões bipartites e a anulação de todas as "cláusulas de organização" garantidas nos acordos anteriores e nos Protocolos Administrativos. […] a massa do operariado definiu essa situação como de "grande repressão"; alguns chegaram mesmo a dizer que a vida na usina tornou-se insuportável.[123]

Em São José dos Campos, mesmo com o esvaziamento da greve geral de agosto, a mobilização dos metalúrgicos da Ericsson prosseguiu. Visando pôr um fim à greve, no dia 24 daquele mês, a empresa demitiu 123 trabalhadores, entre eles três diretores do SMSJCR.[124] Na mesma data, a polícia montou um

119 VEIGA; FONSECA, *Op. cit*., p. 71

120 Listados em COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit*., pp. 472-475, com base nos registros do SMVR, depoimentos dos próprios trabalhadores perseguidos e em documentação relacionada ao inquérito. O relatório remete ao "Informe nº 253/87 ASI-CSN", de 18 de setembro 1987.

121 *Ibid.*, pp. 73-74; COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit*., p. 444, 470-471; MANGABEIRA, *Op. cit*., p. 129.

122 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op cit*., pp. 512-513.

123 MANGABEIRA, *Op. cit*., p. 114.

124 SMSJCR. *Especial 55 Anos – 1956/2011.* Publicação comemorativa de 55 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. São José dos Campos/SP: Departamento de Comunicação do SMSJCR, 2011, p. 18.

cerco à fábrica, justificado com o usual argumento de que a presença militar visava garantir o acesso aos postos de trabalho para os operários que não desejassem aderir à greve. Para conter o movimento no interior da planta, a Ericsson já havia contratado os serviços de "uma empresa especializada em serviços de segurança" – o "grupo paramilitar do Aquira [sic – Akira Ohta], [...] especialista em repressão", cujas atividades acompanhamos no capítulo anterior deste trabalho – responsável por "implantar um clima de terror na indústria, impedindo qualquer manifestação dos operários".[125]

Imediatamente, o sindicato e as organizações políticas que apoiavam a greve tentaram uma série de medidas para reverter as demissões. No mesmo dia em que a retaliação patronal foi anunciada, o SMSJCR enviou a São Paulo um ônibus com 45 operários demitidos, que tentaram abrir diálogo com deputados na Assembleia Legislativa e angariar apoio. O presidente do sindicato, José Luiz Gonçalves, buscou contato com a CUT estadual, enquanto os advogados da entidade preparavam um recurso à Justiça do Trabalho, exigindo o pagamento dos direitos dos demitidos, de acordo com determinação anterior do tribunal, ignorada pela empresa. Os vereadores de São José dos Campos também buscaram intervir na negociação, formando uma comissão para interceder em favor dos trabalhadores, envolvendo os edis da esquerda joseense e até mesmo um vereador do PDS, Pedro Bala Celestino de Freitas, mas "a direção da Ericsson manteve a sua radicalidade e não recebeu a comissão da Câmara".[126]

Em assembleia realizada no dia 25 de agosto, os metalúrgicos decidiram montar acampamento diante da empresa a partir da semana seguinte, como forma de pressioná-la a abrir canais de negociação. Mas a constante presença militar às portas da planta e a retaliação patronal já haviam garantido o principal objetivo da empresa: temendo novas demissões, muitos operários voltavam ao trabalho e a produção fora retomada, de modo que a greve foi oficialmente encerrada, após 18 dias. Ainda assim, o acampamento dos metalúrgicos foi de fato realizado, mantendo a discussão pública acerca das demissões e gerando desgastes para a Ericsson, que decidiu pagar os direitos trabalhistas dos demitidos, algo que foi considerado uma vitória parcial pelo SMSJCR. No tema do reajuste salarial, contudo, os operários sofreram outro revés: a empresa levou a questão aos tribunais superiores, e a decisão favorável ao aumento foi derrubada.[127]

O ano de 1987 se encerrou com uma inflação acumulada em cerca de 415%.[128] Em dezembro, o desgastado ministro Bresser Pereira, que passara os meses anteriores em campanha aberta pela reforma tributária, sob ataques de diversos segmentos da burguesia e do "Centrão", acabou substituído por

125 *Valeparaibano*, 25/8/1987, pp. 1, 3.

126 *Valeparaibano*, 26/8/1987, p. 3.

127 SMSJCR, *Op. cit.*, p. 18.

128 MANGABEIRA, *Op. cit.*, p. 134.

Maílson da Nóbrega, integralmente alinhado aos interesses empresariais. Já em janeiro de 1988, a "moratória" da dívida externa foi suspensa e se firmou um novo acordo com o FMI. Enquanto isso, no âmbito da Constituinte, o "Centrão" desfechava um golpe, aprovando um novo regimento interno para a assembleia, que favorecia sua atuação como bloco majoritário. O regimento passava a prever que as emendas apresentadas por parlamentares teriam precedência sobre o anteprojeto, desde que subscritas por maioria absoluta dos deputados (280), mesmo número de votos que passava a ser exigido para a aprovação de qualquer ponto em destaque do próprio projeto. Caso esta votação não fosse atingida, não haveria proposta aprovada, e uma nova emenda teria de ser elaborada. Dessa forma, o novo regimento fortalecia o grupo majoritário, assim como obrigava que os parlamentares da esquerda renegociassem todas as conquistas incluídas no anteprojeto, "sob o risco de perderem-nas inteiramente".[129]

É nesse contexto que uma nova greve eclode em Volta Redonda, em janeiro de 1988. Cerca de 400 operários da Montreal, empreiteira que prestava serviços à CSN, paralisam suas atividades demandando reajuste salarial. Como de praxe, as tropas de Barra Mansa são convocadas para conter o movimento grevista, invadindo a usina pela quarta vez, destacando-se o fato de que, naquela ocasião, sequer tratava-se de uma mobilização dos próprios funcionários da estatal. Veiga e Fonseca comentam a questão nos seguintes termos:

> A Montreal é uma empresa multinacional; só pelo nome você já sabe de onde. O serviço que ela estava fazendo é de sublocação de mão de obra, é serviço empreitado, e o Exército foi e acabou com a greve da peãozada da Montreal. A greve não era da CSN, era greve numa empresa multinacional, não tinha nada a ver com o patrimônio da CSN. Então, por quê o Exército foi pra lá? Será que com esta greve não fica provado ainda que o Exército invade a usina pra acabar com qualquer movimento reivindicatório, e não pra proteger patrimônio nacional, como eles dizem?[130]

Em maio, os metalúrgicos da CSN deram início a mais uma campanha salarial. A pauta de reivindicações era ampla, incluindo estabilidade no emprego, o "fim da repressão" na usina, uma "CIPA dos trabalhadores", composta exclusivamente por representantes dos operários, e a readmissão dos demitidos políticos do ano anterior. No plano econômico, demandava-se a reposição de 26,06% das perdas salariais, além do recebimento da "participação nos

129 MACIEL, *Op. cit.*, p. 294.

130 VEIGA; FONSECA, *Op. cit.*, p. 74.

lucros" (a chamada "girafa"). Embora, como resultado da retaliação promovida pela direção da estatal em 1987, os sindicalistas tivessem dificuldades em adentrar a usina e a maior parte da coluna de quadros ativistas houvesse sido desmontada, o nível de organização "clandestina" no interior da planta permanecia alto. A "grande insatisfação com a erosão inflacionária dos salários e com o clima coercitivo da usina", segundo Mangabeira, contribuiu para a mobilização operária.[131] A direção sindical optou por consultar a categoria, através de questionários e das próprias assembleias, a respeito da viabilidade de uma nova paralisação, e obteve uma resposta amplamente favorável. Sem que a CSN oferecesse um acordo satisfatório, os metalúrgicos foram à greve, em 27 de maio, ocupando a usina pela sexta vez.

A greve durou 65 horas, com a paralisação integral dos trabalhos, na CSN, na FEM e nas empreiteiras que prestavam serviços à estatal. Na madrugada do dia 29, houve nova intervenção militar na siderúrgica, a quinta, envolvendo "mais de 600 homens – e 10 carros blindados – entre eles o Urutu" que invadiram a CSN, alegadamente, "depois que a direção da CSN concordou em atender às reivindicações [econômicas] e os empregados não voltaram ao trabalho".[132] Segundo reportagem do *Jornal do Brasil*, na ocasião da invasão, houve ameaças veladas do comando da operação militar, pressionando os sindicalistas para que encerrassem a greve imediatamente:

> Foi, segundo uma fonte da CSN, o coronel Orlando Ferreira da Mota, comandante do 22º Batalhão de Infantaria e de toda a operação, quem convenceu o presidente do sindicato a suspender a greve, dizendo-lhe, em uma conversa informal, que os soldados estavam preparados para o combate e que cabia a ele, Juarez, evitar o confronto.[133]

Diante da pressão militar, os trabalhadores realizaram uma assembleia e encerraram a ocupação da usina. Dias depois, o dissídio foi julgado no TRT, e a greve foi declarada ilegal. Ainda assim, os reajustes foram conquistados e o saldo da greve foi considerado positivo pela gestão sindical, uma vez que, mesmo diante da repressão, os metalúrgicos haviam sido capazes de manterem seus níveis de organização e mobilização, em um movimento de "autoafirmação da categoria".[134] Mas, nos meses seguintes, novas divisões no seio do SMVR se verificariam. Mangabeira aponta a ruptura entre a gestão

131 MANGABEIRA, *Op. cit.*, p. 134.

132 *Jornal do Brasil*, 30/05/1988, p. 12-a.

133 *Ibid.*

134 GRACIOLLI, *Op. cit.*, p. 94.

e um grupo de diretores, liderado pelo sindicalista Lopes, como um dos resultados da greve de maio. O diretor teria acusado publicamente Juarez Antunes de utilizar recursos da entidade para sua candidatura à prefeitura de Volta Redonda – as eleições municipais ocorreriam em novembro daquele ano, e Antunes era pré-candidato pelo PDT–, acusação que não foi comprovada em auditoria. Lopes e seu grupo eram contra a extinção dos serviços assistenciais do SMVR, promovida pelas gestões de Antunes, e defendiam as "negociações diretas com o Departamento Industrial da usina", em detrimento da postura combativa e pró-greves da maioria da diretoria.[135] Mesmo com as sucessivas rupturas dos setores não-alinhados a Juarez, as polêmicas a respeito da condução da entidade seguiriam se manifestando e teriam importantes desdobramentos nos anos seguintes.

No plano nacional, prosseguiam os embates na Constituinte, em cenário cada vez mais cômodo para as forças conservadoras. Sob a gestão de Maílson da Nóbrega à frente do Ministério da Fazenda, o empresariado aproximou-se do governo, o que teve reflexos nítidos sobre o parlamento, gerando a ampliação do consenso em torno de pautas vitais para Sarney, como a manutenção do presidencialismo e a extensão de seu mandato até 1989, aprovadas entre março e junho. A tutela militar também se intensificou, algo que se evidenciava através das declarações públicas de oficiais a respeito das questões em debate na Constituinte, das ameaças abertas ou veladas de intervenção, e ainda, pelo volume de ações e pelo grau de violência da repressão contra o movimento operário.[136] Além das intervenções na CSN em janeiro e maio, o Exército havia invadido, em fevereiro, o terminal ferroviário de Barra do Piraí (RJ), um dos mais importantes entroncamentos do país, para garantir o abastecimento de minério de ferro para a CSN, no contexto de uma mobilização dos trabalhadores ferroviários.[137] Meses antes, em setembro de 1987, uma operação com mais de 500 soldados havia sido realizada para desbaratar a greve dos operários da construção civil na usina de Itaipu, deixando onze trabalhadores gravemente feridos. Três meses depois, em dezembro, ocorrera um dos mais trágicos episódios repressivos do período. Os garimpeiros de Marabá (PA), em manifestação contra o fechamento do garimpo de Serra Pelada e contra as péssimas condições de trabalho no ramo, haviam bloqueado a Ponte Mista da cidade, por onde passam rodovia e ferrovia, impedindo o trânsito de veículos e trens. Enquanto o Exército cercava um dos lados da ponte, a polícia militar tomou o outro, atirando com metralhadoras e fuzis contra os manifestantes encurralados durante cerca de quinze minutos. O número de mortos no massacre nunca foi estabelecido.[138]

135 MANGABEIRA, *Op. cit*., pp. 135-136.

136 MACIEL, *Op. cit*., pp. 301-302.

137 *Jornal do Brasil*, 11/11/1988, p. 8.

138 "Guerra de São Bonifácio". *O Estado de S. Paulo* (online). 19/12/2010. Disponível em: https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,-guerra-de-sao-bonifacio-imp-,655613. Consultado em abril de 2020.

Apesar da intensidade das ações repressivas, o movimento sindical permaneceu extremamente ativo no biênio 1987-1988. O número de greves atingiu os patamares mais elevados desde 1978, com mais de 2.100 paralisações registradas por ano, e com intensa participação dos trabalhadores do setor público. Em 1988, pela primeira vez, o número de greves no funcionalismo público foi superior ao do setor privado, o que certamente contribuiu para a intensificação da repressão estatal, uma vez que "o Estado era o patrão contra quem os trabalhadores lutavam na maioria dos casos".[139] Em meados do ano, Sarney tecia críticas aos rumos da Constituinte, insinuando que o conteúdo reformista presente no anteprojeto elevaria os gastos públicos, desencorajaria a produção e o investimento, e contribuiria para a instabilidade política e institucional, tornando o país "ingovernável".[140] O signo geral da agenda governista, em termos políticos e econômicos, permanecia sendo o do completo alinhamento aos interesses empresariais e militares, setores dos quais Sarney se tornava cada vez mais dependente, conforme sua popularidade caía.

O *lobby* empresarial sobre a Constituinte também se fortaleceu em meados do ano, através da atuação de lideranças expressivas como Antonio Oliveira Santos, da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Alberto Franco, da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Mário Amato, da FIESP, que resistiam aos possíveis avanços em matéria de direitos trabalhistas e demandavam, entre outros pontos, a abertura à iniciativa privada de diversos serviços públicos e de infraestrutura então geridos por empresas estatais. Um aspecto pouco discutido da intervenção empresarial sobre a Constituinte parece ser o das pressões exercidas por empresas transnacionais ao longo do processo. Ainda em junho de 1987, o *Jornal do Brasil* divulgava que diretores de diversas companhias norte-americanas, entre elas a GM e a Ford, se haviam reunido com o embaixador do país no Brasil, Harry W. Shlaudeman, visando estabelecer uma agenda de atuação junto à assembleia para "evitar que prevaleçam ideias esquerdizantes na futura Constituição brasileira".[141] Os interesses empresariais nacionais e estrangeiros, articulados em diversos organismos e grupos de pressão, e expressos no parlamento sobretudo através do "Centrão", acabaram por estabelecer uma agenda bastante definida a respeito das relações de trabalho que a nova Carta deveria assegurar:

> […] a jornada de trabalho deveria ser de 48 horas; a demissão imotivada poderia ocorrer mediante pagamento de indenização proporcional ao tempo de serviço; a imprescritibilidade do direito trabalhista deveria limitar-se a dois anos após a violação do direito, e não a dois anos

139 NORONHA, *Op. cit.*, p. 118; MACIEL, *Op. cit.*, p. 310.

140 *Folha de S. Paulo*, 27/788, p. A-6.

141 *Jornal do Brasil*, 26/06/1987, p. 2.

> após o término do contrato de trabalho; a hora-extra deveria ser paga com acréscimo de apenas 50%, e não em dobro; a unicidade sindical deveria valer apenas para os sindicatos patronais, e não para os trabalhadores, sendo que aqueles é que escolheriam o sindicato de empregados com os quais iriam negociar.[142]

Apesar das pressões e manobras conservadoras na Constituinte, responsáveis pelo processo de "acomodação à direita" de quase todas as pautas progressistas, a Carta aprovada em outubro preservou uma série de conquistas das primeiras fases do trabalho da Assembleia, no campo dos direitos sociais e trabalhistas; entretanto, boa parte delas foi obstruída através de pequenas alterações textuais, bem como pela manutenção de brechas e ambiguidades que permitiriam sua posterior reversão. Ainda assim, em ambos os terrenos, tratava-se da mais avançada das Constituições brasileiras, algo que, por si só, expressava a força dos movimentos sociais e populares naquele contexto. Quanto às relações de trabalho, o direito de greve foi assegurado, assim como certo grau de proteção contra as demissões arbitrárias, que exigiriam indenizações; a licença-maternidade foi ampliada para 120 dias, e a licença-paternidade, ainda que diminuta, foi instituída; a imprescritibilidade dos direitos trabalhistas foi estendida para cinco anos, ou até dois anos após encerrado o vínculo empregatício; o direito ao seguro-desemprego foi integrado à Carta Magna, e a jornada máxima de trabalho semanal foi estabelecida em 44 horas (algo que os metalúrgicos de São José dos Campos e região já haviam conquistado na campanha salarial de 1987, e que liam como reflexo de suas lutas pela redução das jornadas, a partir de 1985[143]), ou em 6 horas diárias para os trabalhadores em regime de revezamento ininterrupto.[144] Embora previsto na Constituição, o direito à jornada de 6 horas, assim como diversos outros, enfrentaria imediata resistência patronal – inclusive quando o patrão era o próprio governo, como veremos a seguir.

Mesmo considerando todas as conquistas asseguradas pela "Constituição Cidadã", há de se ter em conta que o caráter conservador da transição impôs uma série de limites às reformas democráticas, preservando-se o predomínio dos interesses burgueses, oligárquicos e autoritários na nova ordem que se institucionalizava. Nesse sentido, os militares foram os grandes vencedores das batalhas na Constituinte, garantindo "a aprovação de todas as suas demandas essenciais" e perpetuando seu papel tutelar sobre a democracia. As Forças Armadas lograram "preservar o aparato de informações, sediado no SNI, restringir o julgamento de crimes militares à Justiça Militar e

142 MACIEL, *Op. cit.*, p. 288.

143 *Jornal do Metalúrgico*, nº 29, outubro de 1987, p. 3; SMSJCR, *Op. cit.*, p. 17.

144 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988). Título II, Capítulo II, Art. 7º.

manter a submissão de todas as forças policiais, inclusive os bombeiros, ao Exército", consolidando sua posição de influência sobre os rumos políticos do país e de "reserva estratégica de poder" das classes dominantes.[145]

Para além disso, a Constituição preservava outros arranjos potencialmente problemáticos para a democracia, e em especial para as organizações operárias e populares, tais como o predomínio político do Poder Executivo, o incentivo ao eleitoralismo promovido pela estrutura partidária, e a constitucionalização da contribuição sindical obrigatória, que reforçava as tendências burocráticas e aparelhistas no movimento sindical. Sobre esse ponto, é interessante retomar as considerações de Armando Boito Jr., elaboradas ainda no início da década de 1990:

> A eliminação do controle ditatorial sobre os sindicatos oficiais, resultado, como vimos, da pressão de parcela do movimento sindical sobre a ditadura militar, criou a falsa impressão de que a estrutura sindical deixou de impor limites à luta sindical. Tudo se passa como se a estrutura sindical tivesse pura e simplesmente desaparecido ou os seus "elementos remanescentes" (na verdade, a própria base da estrutura sindical: reconhecimento do sindicato pelo Estado, unicidade sindical, contribuições sindicais obrigatórias, tutela da Justiça do Trabalho sobre a ação sindical) não tivessem qualquer eficácia política e ideológica sobre a luta dos trabalhadores.[146]

Segundo Boito Jr., a persistência dos efeitos dispersivos e passivizadores da estrutura sindical, parcialmente incorporada à nova Constituição (nos termos de Maciel, a "tutela estatal" sobre os sindicatos "saiu pela porta, mas voltou pela janela"[147]), contribuiria para o afastamento entre o PT e seu "objetivo inicialmente proclamado de ser um partido político vinculado ao movimento dos trabalhadores".[148] A própria CUT, por sua vez, também experimentava impulsos no sentido da acomodação à estrutura sindical naquele momento. A vitória da Articulação Sindical no III CONCUT (1988) assegurou as mudanças estatutárias que já haviam sido sinalizadas no congresso anterior, restrin-

145 MACIEL, *Op. cit*., p. 335. Ver também ZAVERUCHA, Jorge. "Relações civil-militares no primeiro governo da transição brasileira: uma democracia tutelada". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 9, n. 26, p. 162-178, outubro de 1994. A abordagem de Zaverucha no referido artigo, conquanto mais restrita, antecipa muitas das conclusões referendadas por Maciel, e aponta no mesmo sentido das considerações que desenvolvemos nesta e na seção seguinte deste capítulo.

146 BOITO JR., Armando. "Reforma e Persistência da Estrutura Sindical". *In*: BOITO JR., Armando. (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. pp. 43-91. A citação é da p. 83.

147 MACIEL, *Op. cit*., p. 341.

148 BOITO JR., *Op. cit*., p. 90.

gindo a participação das minorias nos organismos decisórios e minando a democracia interna na entidade. Para além disso, verificaram-se mudanças na linha política da central, restringindo-se as suas bandeiras de luta, cada vez mais estritamente, "às demandas econômico-corporativas, em detrimento da tradicional pauta política".[149]

4.3 A GREVE DE NOVEMBRO DE 1988 NA CSN: O "MASSACRE DE VOLTA REDONDA"

A promulgação da "Constituição Cidadã", em 5 de outubro de 1988, longe de apaziguar os movimentos grevistas em curso ou em preparação naquele momento, renovou a legitimidade de certas pautas que vinham sendo defendidas por algumas categorias operárias e, em alguns casos, impulsionou mobilizações para que os direitos assegurados na Carta Magna saíssem do papel. Como uma parte considerável do conteúdo da Constituição, especialmente no que se referia às greves e aos direitos dos trabalhadores, exigia regulamentação posterior, diversas questões permaneciam em disputa. A jornada de seis horas para trabalhadores em regime de revezamento, por exemplo, embora assegurada de maneira cristalina, não fora imediatamente implementada nem mesmo em fábricas estatais. Outra garantia do texto constitucional – contida, mais especificamente, no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) – que muito interessava ao movimento operário era o direito de anistia aos trabalhadores demitidos em razão de perseguição política. Embora o texto do ADCT não fosse explícito quanto à possibilidade da readmissão como decorrência daquela anistia, esse era o entendimento de setores de proa do "sindicalismo combativo" da época, que passaram a reivindicar a imediata recondução dos perseguidos políticos (da ditadura e da Nova República) a seus postos de trabalho.

Ambos os temas foram rapidamente incorporados à pauta dos metalúrgicos da CSN, que preparavam nova mobilização pela recuperação de perdas econômicas relativas ao Plano Bresser, algo que outras categorias de trabalhadores, tanto em estatais (Banco do Brasil, Vale do Rio Doce) quanto no setor privado, já haviam conquistado.[150] A implementação dos turnos de seis horas (jornada de 36 horas semanais), especialmente, passou a configurar um ponto central da campanha, não apenas por constar na nova Constituição, mas, igualmente, por ser vista como um mecanismo de geração de empregos, dado que a manutenção do funcionamento ininterrupto dos equipamentos da

149 MACIEL, *Op. cit*., p. 327; GIANNOTTI, Vito; LOPES NETO, Sebastião. *CUT Ontem e Hoje*: O que mudou das origens ao IV CONCUT. São Paulo: Vozes, 1991, p. 46.

150 MANGABEIRA, *Op. cit*., p. 137. Os reajustes reivindicados, referentes às perdas causadas pelo Plano Bresser, eram da ordem de 26,06%. Além disso, os operários da CSN reivindicavam mais 17,68% de aumento, relativos à URP de julho de 1988, congelada pelo governo.

usina exigiria a contratação de mais funcionários. O SMVR calculava que ao menos 2.400 novos postos de trabalho seriam criados na CSN, beneficiando a economia local e, sobretudo, reduzindo o desgaste individual dos metalúrgicos, sobrepujados pela extenuante rotina de trabalho na siderúrgica.[151]

A partir da promulgação da Constituição, uma onda de greves havia tomado o país, mobilizando especialmente os empregados do Estado.[152] No início de novembro, mais de um milhão de trabalhadores se encontravam de braços cruzados, em diferentes setores e cidades, com destaque para a greve nacional dos petroleiros e a paralisação dos eletricitários de sete estados. Somente entre os servidores públicos federais, eram cerca de 400 mil grevistas.[153] O contexto favorecia a mobilização dos metalúrgicos de Volta Redonda. Sandra Veiga e Isaque Fonseca relatam que havia grande disposição entre a categoria para que se deflagrasse uma nova greve, aprovada em assembleia realizada no dia 4 de novembro, e iniciada no dia 7, uma segunda-feira. Embora os diretores do sindicato seguissem impedidos de adentrar as dependências da usina, a capacidade de auto-organização dos trabalhadores, comprovada em maio, havia se aprimorado nos meses seguintes, e os operários "de base" demandavam que o SMVR passasse à ação:

> A gente entregando o boletim e o operário passando e dizendo: – Chega de papel, cadê os nossos 26%?; – Vem cá, meu irmão, vocês têm que fazer alguma coisa que a situação está braba; – E o turno de 6 horas, como é que fica?; – Quanto é que vocês estão levando nisso aí?; – E o Plano Bresser, os nossos 26%, pra onde foram?[154]

Ainda segundo Veiga e Fonseca, outro ponto que compunha a pauta da mobilização de novembro era a exigência do fim das "listas negras da CSN", elaboradas pelas chefias da siderúrgica para impedir a contratação de demitidos políticos da estatal pelas empreiteiras prestadoras de serviços. O tema das readmissões, por sua vez, era solenemente ignorado pela diretoria da Companhia. Embora o SMVR houvesse elaborado uma relação de cerca de 70 demitidos políticos, a CSN sustentava uma versão segundo a qual não houvera demissões em razão da greve, "mas sim por indisciplina".[155]

151 GRACIOLLI, *Op. cit.*, p. 96.

152 A *Folha de S. Paulo*, edição de 11/11/1988, p. 2, registra que o número de "greves no serviço público e nas atividades consideradas essenciais (…) disparou em direção ao céu depois da promulgação da nova Constituição".

153 SANTANA, Marco Aurélio. "Trabalhadores em movimento". *In*: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucilia. A. N. (Orgs.) *O Brasil Republicano*. Volume 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, pp. 297-8.

154 VEIGA; FONSECA, *Op. cit.*, p. 78.

155 *Jornal do Brasil*, 09/11/1988, p. 7.

No dia 7 de novembro, quando os metalúrgicos iniciaram sua greve, encontraram resistência à sua entrada na planta. A segurança interna da CSN havia estacionado um caminhão-pipa cheio, "atravessado na entrada da usina", para impedir a passagem do carro de som do sindicato, que seria utilizado nas assembleias. A polícia militar também estava presente, mas os operários não se intimidaram, tirando "na mão" o carro-pipa da frente do portão da empresa.[156] Vale lembrar que, desde o início do ciclo de greves na estatal, em 1984, a permanência contínua dos grevistas na usina tornara-se parte dos procedimentos comuns das mobilizações, considerada pelos próprios metalúrgicos como a única maneira "responsável" de se fazer uma greve, levando-se em conta as especificidades de uma usina siderúrgica.[157] Mas, à guarda da CSN e aos policiais, pouco interessavam os motivos da ocupação, que não podia ser tolerada. No princípio da tarde, quando os grevistas já haviam ocupado a planta e se dirigiam ao pátio da Superintendência de Oficinas Mecânicas (SOM), onde as assembleias seriam realizadas, soldados da 6ª Companhia Independente da PM tentaram impedi-los com intimidação e agressões, e um tenente chegou a sacar seu revólver e efetuar um disparo para o alto. Diante disso, a massa grevista, "em vez de correr da PM, correu pra cima dos soldados".[158] As primeiras cenas da mobilização atestavam o acirramento dos ânimos, anunciando, de certo modo, o que estava por vir.

Enquanto o presidente da estatal, Juvenal Osório Gomes, anunciava publicamente a intenção de vencer os grevistas pelo cansaço, recusando-se a negociar enquanto a greve prosseguisse, a cobertura da paralisação na imprensa permitia entrever indícios, ainda tênues, de que já se encontrava em curso a construção de uma narrativa que pretendia justificar a repressão exemplar da greve. Uma "explosão", ocorrida na manhã do segundo dia da greve, 8 de novembro, de acordo com o *Jornal do Brasil*, teria causado apreensão entre os moradores de Volta Redonda, pois circulavam "boatos de que os metalúrgicos estariam dispostos a explodir a Usina".[159] A própria reportagem explicava que, na realidade, o barulho relatado era decorrência de um problema operacional comum ("um fenômeno conhecido como ventaneira, provocado pelo vazamento de água para dentro do forno"), que não traria prejuízo para as instalações da estatal. Mas o incidente refletia também as pressões da diretoria da CSN sobre os engenheiros, para que mantivessem funcionando os altos-fornos que deveriam estar abafados (tampados de modo a permanecerem aquecidos) durante a greve. O SMVR, ciente dos riscos que poderiam ser gerados pela paralisação prolongada do funcionamento dos

156 VEIGA; FONSECA, *Op. cit*., p. 84.

157 "Sem ocupação não se faz greve, pois quem vai cuidar dos equipamentos lá dentro? Vai-se deixar os equipamentos por conta da Polícia Militar, do Exército ou da direção da empresa? Tem que ter trabalhador lá dentro pra tomar conta dos equipamentos; tomar conta do gasômetro, dos altos-fornos, da coqueria, da fábrica de oxigênio, tomar conta de uma máquina de corrida contínua, de um painel, de um computador." *Ibid*., p. 54.

158 *Ibid*., p. 84.; *O Globo*, 08/11/1988, p. 23.

159 *Jornal do Brasil,* 09/11/1988, p. 7.

fornos, concordara em manter um dos três equipamentos funcionando e os outros dois abafados, o que asseguraria a integridade dos fornos por vários dias, mesmo sem utilização, mas os engenheiros responsáveis pelo alto-forno nº 1 haviam ignorado o acordo, colocando o forno abafado "a funcionar rapidamente, para teste de placas" e causando a "ventaneira", em uma atitude considerada uma "irresponsabilidade" pelo assessor de comunicação social do sindicato.[160]

Na noite de 8 de novembro, o batalhão de Barra Mansa do Exército chegou à usina, até então cercada pela Polícia Militar. A invasão aconteceu – a sexta em pouco mais de dois anos –, mas não logrou remover os operários da planta, ao contrário do que havia ocorrido durante a greve de maio. Dessa vez, os trabalhadores continuaram na usina, concentrados na aciaria e no pátio da SOM, passando a madrugada do dia 9, quarta-feira, sob a vigília dos pelotões. Segundo Veiga e Fonseca, alguns operários se escondiam pela planta, "atrás de pilastras", para não serem vistos pelos militares ou "pela *'gestapo' – modo como chamamos o policiamento à paisana da CSN*".[161] O aparato militar mobilizado na invasão, mais uma vez, visava reafirmar o poderio do Exército e amedrontar os grevistas: "Estavam com urutus, carros de combate com canhão, soldados armados com fuzil FAL, metralhadoras ponto cinquenta, metralhadoras de correia".[162] Juarez Antunes, deputado federal e presidente licenciado do SMVR, que acompanhava a ocupação, foi impedido de entrar na usina e detido pelos militares, por volta das 22 horas do dia 8. Depois de prestar depoimento, foi liberado, às 4 horas da madrugada.[163]

Ainda durante a noite de terça-feira, quando chegaram os lanches que seriam servidos aos grevistas pela estatal – distribuídos pelos soldados do Exército, que já havia promovido sua invasão –, os trabalhadores se utilizaram de um engenhoso expediente de desinformação para que os militares não pudessem contabilizar com precisão o número de participantes da mobilização: "Chegaram mais ou menos 8 mil lanches. Nego pegava o lanche, dava a volta, entrava na fila de novo, pegava o lanche outra vez, tornava a entrar na fila. Dava aquela impressão que havia dez mil pessoas ali dentro". Na realidade, no pátio da SOM naquela noite, estavam cerca de 1.500 grevistas.[164] Durante a madrugada, houve tentativas de invasão militar à aciaria, onde outras tantas centenas de grevistas se concentravam. Os trabalhadores reagiram com pedradas e com "um ensurdecedor barulho gerado pela batida de canos nas partes metálicas da estrutura do galpão", mantendo os soldados fora do prédio. A pressão militar para a tomada da aciaria motivou os grevistas

160 *Ibid.*

161 VEIGA; FONSECA, *Op. cit.*, pp. 88-89. Grifo meu.

162 *Ibid.*, p. 92.

163 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit.*, pp. 483-484.

164 VEIGA; FONSECA, *Op. cit.*, p. 93.

a prepararem barricadas e juntarem pedras, pedaços de pau e de ferro, além de espalharem graxa pelas escadarias do prédio.[165]

Pela manhã de 9 de novembro, o clima era tenso, tanto no interior da CSN quanto em seus arredores. Milhares de operários, decididos a juntarem-se à ocupação, eram impedidos de entrar na usina pelos militares. Naquela manhã, quando o Exército avançou sobre a praça da SOM, alguns trabalhadores, dentro da aciaria, responderam à manobra da tropa, derramando a cal que corria por uma tubulação aérea contra os soldados e os tanques que se encontravam abaixo dela.[166] Isaque Fonseca, à época, dirigente do SMVR comenta que a iniciativa foi tomada por apenas um operário ("Quando um resolve, faz e pronto; depois de feito é que dá pra ir lá e falar com ele"), mas, de certo modo, a atitude expressava a disposição de resistência dos grevistas:

> Nego chegava perto de mim e falava assim: – Olha rapaz, comemos eles na pedrada; – Pô, legal, estamos resistindo; –Não tem pra eles não!; – Dessa vez não vão acabar com a nossa greve. O papo era esse. Fizemos uma avaliação e achamos que dava pra bancar lá dentro. Que inocência a nossa! *Nem pensamos em tiro de verdade por um segundo sequer*![167]

Ainda durante a manhã, batalhões da PM e do Exército, vindos de Petrópolis, reforçaram o contingente dos invasores. Percebendo que haveria resistência, os militares e a direção da estatal passaram a se utilizar de outras táticas, dignas de um sítio militar, para desmobilizar os operários:

> Na quarta-feira de manhã, já não foi mais [servido] café e eles cortaram a comida, a energia, a luz geral e a água. Ficamos sem água para beber; nos banheiros não podíamos mais dar descarga, e começou a ficar aquele mau cheiro – era para a gente passar a não ir mais no banheiro. […]
>
> Não estava mais indo comida para o pessoal, o sindicato tentou negociar mas não conseguiu. Eles só estavam servindo laranja e leite, para desarranjar o intestino e

165 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit.*, p. 484.

166 *Ibid.*, pp. 484-485.

167 VEIGA; FONSECA, *Op. cit.*, pp. 95, 98. Grifo meu.

> dar caganeira na gente. Foi o dia inteiro, café, almoço e lanche, laranja e leite.[168]

Às 11 h da manhã, houve uma reunião de negociação, com quase cinco horas de duração, envolvendo o comandante da operação militar, general José Luís Lopes da Silva, o alto escalão da CSN e dirigentes sindicais. Os militares exigiam a imediata desocupação da aciaria, e a CSN propunha que os operários encerrassem a greve em troca de um compromisso da estatal com o estabelecimento da jornada de 6 horas em até 90 dias. A negociação em torno da reposição salarial não avançou, e a demanda pela reintegração dos demitidos políticos foi ignorada. Por volta das 18 horas, duas assembleias de grevistas foram realizadas simultaneamente (uma no interior da usina e outra na Passagem Superior, onde se reuniam os metalúrgicos impedidos pelo Exército de adentrar a planta). Ambas rejeitaram por unanimidade as exigências militares e as propostas da direção da companhia.[169]

Cerca de 30 minutos após as votações, os militares começaram a se concentrar na avenida que margeia a usina. À tropa de choque da polícia militar, enviada pelo governo do estado do Rio de Janeiro, somavam-se soldados do 57º Batalhão de Infantaria e da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada do Exército, "de caras pintadas para o combate", além de 800 soldados da Companhia da Polícia do Exército, também com as caras pintadas. Às 19 horas, o general Lopes da Silva dava a ordem para o "cumprimento da missão", com a anuência direta do Palácio do Planalto.[170] Um massacre estava prestes a começar.

Os militares que se encontravam no interior da usina começaram por efetuar disparos contra os grevistas, no pátio da SOM e em outros locais onde havia operários concentrados, como o refeitório. A princípio, muitos trabalhadores pensaram que se tratava de munição não letal, constatando seu equívoco diante dos graves ferimentos dos que eram atingidos. Um deles foi Walmir Freitas Monteiro, 27 anos, baleado pelas costas com um tiro de fuzil que perfurou seu pulmão direito:

> Walmir ferido, desmaiado, foi carregado pelos colegas à enfermaria, sob controle do Exército. Entretanto, o Exército somente entregou Walmir aos cuidados do Hospital da CSN às 23 horas, alegando que ainda estava com vida, mas que estava com hemorragia aguda, segundo relatório da CSN, vindo a falecer às 23h15. O que configurou mais um ato canalha da Direção da CSN, de

168 *Ibid*., pp. 94-95.

169 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit*., pp. 485-486.

170 *Ibid*., pp. 487, 490; *Folha de S. Paulo*, 11/11/1988, p. B-3.

> não registrar a morte do Walmir dentro da Usina. *Uma prática muito comum nos acidentes de trabalho, pois o operário nunca morria na Usina, sempre no hospital, para diminuir o valor da indenização*.[171]

Enquanto isso, do lado de fora da usina, tinha início a repressão contra os grevistas e apoiadores que haviam sido impedidos de adentrar a CSN, entre eles muitas mulheres e crianças. Os militares pretendiam isolar os ocupantes no interior da estatal, pois a investida principal, contra a aciaria, ainda estava por ocorrer. Diante das bombas e dos tiros disparados pelas tropas, muitos manifestantes fugiram, enquanto pequenos grupos revidavam com pedras arrancadas do pavimento das ruas. A repressão e as escaramuças seguiriam por várias horas:

> No centro da cidade, as tropas da PM em conjunto com o Pelotão Especial do Exército partiram para cima com agressões violentas sobre todos que cruzassem seu caminho, independente se eram ou não manifestantes, jovens, idosos, homens, mulheres, adultos, crianças, ninguém era poupado da violência. [...] Por volta das 22 horas, o Centro estava dominado completamente, sem mais resistência.[172]

No interior da usina, boa parte dos operários que ainda não se encontravam na aciaria, fugiram em direção ao galpão, "onde teriam mais condições de oferecer resistência"; muitos, entretanto, preferiram abandonar a planta, diante da violência militar.[173] Willian Fernandes Leite, metalúrgico de apenas 22 anos, que já havia servido o Exército, estava entre os que permaneceram. Por volta das 20 horas, ele se encontrava na torre de resfriamento, uma das linhas de frente da defesa da aciaria, arremessando pedaços de pau contra os soldados para impedi-los de invadir o prédio. Enquanto defendia seus colegas, Willian foi atingido por um tiro de fuzil no pescoço. O projétil atravessou sua cabeça, e ele tombou imediatamente. Os próprios metalúrgicos carregaram-no até os soldados, para que Willian recebesse socorro – possivelmente, negligenciado pelos militares: "Consta em relatório oficial nos arquivos da CSN que Willian foi levado ao Hospital da CSN às 23 horas, ainda com vida e também com

171 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS..., *Op cit*., p. 498. O grifo é meu.

172 *Ibid.* p. 487.

173 GRACIOLLI, *Op. cit*., p. 120.

hemorragia aguda, onde faleceu 5 minutos depois".[174] Pela gravidade do ferimento – parte da massa encefálica do operário foi encontrada no chão da torre de refrigeração pela perícia da Polícia Federal, após o fim da ocupação –, é difícil crer que Willian tenha resistido tanto. Em todo caso, a demora do Exército em levá-lo ao hospital, criminosa por si, contribuía ainda com a já mencionada estratégia da CSN, que não pretendia reconhecer que as mortes tivessem ocorrido no interior da usina, de modo que toda a versão militar acerca do assassinato do grevista é passível de questionamento.

Eram cerca de 21 horas e 30 minutos quando um grupo de operários que estava no refeitório bateu em retirada rumo à aciaria, sob perseguição dos soldados. Um dos grevistas, Carlos Augusto Barroso, 19 anos, tropeçou e caiu. Covardemente, um soldado desferiu coronhadas em sua nuca, matando-o na hora, diante de diversas testemunhas. O operário teve o crânio destruído. O corpo de Barroso reapareceria, também por volta das 23 horas, em uma maca do Exército, diante do Hospital da CSN. Antes disso, os militares teriam jogado o corpo do jovem metalúrgico em um buraco, tentando simular um acidente; seu atestado de óbito registrava que ele falecera às 23h30.[175] Barroso, ou "Guto", como também era chamado, era filho de outro operário da CSN, e não participara da ocupação até aquele dia, quando recebera uma informação equivocada, segundo a qual a greve havia acabado e ele deveria se reapresentar ao trabalho imediatamente. O jovem entrou na usina e não pôde mais sair, uma vez que os militares controlavam os portões.[176]

Além das mortes de Walmir, Willian e Barroso, o Exército deixou ao menos outros 22 operários feridos no interior da usina, 4 deles por tiros de fuzil.[177] Fora da CSN, os feridos se contavam às dezenas, e vários dirigentes sindicais foram detidos. Por volta das 23 horas, enquanto as vítimas eram levadas ao hospital da estatal, os disparos cessaram. Lideranças metalúrgicas dispuseram-se a retomar a negociação com os militares para garantir uma trégua e, durante a madrugada, o comandante da operação, general José Luís Lopes da Silva, concordou em suspender a violência desde que os grevistas se retirassem da usina. Às 7 horas do dia 10 de novembro, os trabalhadores deixaram a aciaria e a ocupação foi encerrada, mantendo-se a greve. O Exército continuava instalado no interior da CSN.[178]

As primeiras notícias a respeito do massacre de Volta Redonda, veiculadas pela imprensa nos dias 10 e 11 de novembro, foram algo desencontradas, a princípio, incapazes de precisar sequer o número de mortos e feridos, mas

174 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit*., p. 496.

175 *Ibid*., pp. 499-500.

176 GRACIOLLI, *Op. cit*., p. 124, n. 70.

177 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit*., pp. 502-503.

178 Também em 9 de novembro de 1988, houve repressão violenta contra um piquete metalúrgico em Pindamonhangaba, na área paulista do Vale do Paraíba. Tal como os trabalhadores da CSN, os operários da Villares lutavam pela redução da jornada de trabalho para seis horas diárias, de acordo com a nova Constituição, e se encontravam em estado de greve desde 30 de outubro. Na repressão ao piquete, pelo menos 22 operários foram feridos. Ver *Jornal do Brasil*, 11/11/1988, p. 7.

já permitiam compreender a narrativa que o governo e os militares haviam construído, na tentativa de justificar o injustificável. O episódio era, via de regra, referido como um "confronto" ou "conflito"[179] entre o Exército e grevistas, acusados de "depredar o patrimônio" e de valerem-se de "táticas de guerrilha", de modo que as tropas teriam agido "em legítima defesa ao atirar contra os grevistas".[180] A declaração oficial do Centro de Comunicação Social do Exército a respeito dos acontecimentos, divulgada em 10 de novembro, dava suporte àquela narrativa, atribuindo a responsabilidade pela violência a "falsos líderes trabalhistas", "cujos objetivos eram a provocação do confronto e a quebra do princípio da autoridade, e não apenas a defesa de reivindicações trabalhistas":

> … a tropa foi recebida com agressões verbais e barrada no seu intento de desocupar a usina com ações hostis bem coordenadas em que, crescentemente, das pedradas e golpes com barras de ferro, passou-se ao arremesso de coquetéis molotov, uso de piques e também disparos com armas de fogo: uma verdadeira operação de guerrilha urbana. […]
>
> No cumprimento da ordem de desocupação e para defenderem-se da violência das agressões, as tropas viram-se compelidas a enfrentar os agressores de modo também violento.
>
> As vítimas resultantes são, em verdade, vítimas daqueles que, liderando arruaceiros profissionais e insuflando trabalhadores, urdiram e executaram um plano em que o choque – por eles mesmos desejado e provocado – é apenas uma fase. A próxima será, sem dúvida, a exploração dos acontecimentos com versões tendenciosas em que os provocadores vão se apresentar como líderes trabalhistas que não são, "denunciando" as violências que desejaram, planejaram e promoveram.[181]

179 Termos cuja utilidade para a descrição do episódio é altamente questionável, uma vez que denotam a paridade entre as forças em choque, evidentemente inexistente no caso em discussão. O Relatório Final da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda também se opõe à utilização desses conceitos para a descrição do massacre: "… não podemos qualificar como confronto uma tamanha desproporcionalidade entre fuzis, baionetas, metralhadoras, tanque de guerra do lado dos agressores, e pedras e pedaços de barra de ferro do lado dos operários grevistas, que se defendiam improvisadamente da agressão com material que encontravam a esmo nos seus locais de trabalho e tentavam sobreviver ao ataque". COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit*., p. 489.

180 *Folha de S. Paulo*, 10/11/1988, p. 1; 11/11/1988, p. B-3. A edição de 10 de novembro da *Folha* mencionava 1 morto e 6 feridos. A 2ª edição do *Jornal do Brasil*, na mesma data, divulgava duas mortes.

181 Nota assinada pelo General de Brigada José Ary Lacombe, Chefe do Centro de Comunicação Social do Exército (Cecomex). Brasília, 10 de novembro de 1988. Reproduzida integralmente em *Folha de S. Paulo*, 11/11/1988, p. B-3.

Na mesma toada, o ministro da Justiça de Sarney, Paulo Brossard, alegou que "grevistas e pessoas estranhas à própria cidade" de Volta Redonda se haviam apossado das instalações da CSN e agido com violência contra a "força destinada a proteger o patrimônio nacional representado por aquele complexo de bens". Prosseguia o ministro:

> O resultado da exacerbação, da alucinada exacerbação provocada em Volta Redonda foi um passivo de mortes e de feridos, fato profundamente lamentável. Não há quem ignore, porém, que existem os setores extremados que andam à cata de mortos para facilitar a sua ação antidemocrática, porque um cadáver é um importante elemento de combustão psicológica e social. […] O governo foi de extrema tolerância no período da transição e tem sido na fase de adaptação à nova ordem constitucional. Tão grande tem sido esta tolerância que chega a ser confundida com fraqueza. Pois bem. A despeito de sua tolerância, o governo não poderá tolerar e não tolerará, em hipótese alguma, que os abusos de grupos enraivecidos venham a prevalecer.[182]

A versão oficial sustentada por porta-vozes do governo e das Forças Armadas, contudo, ruiu rapidamente, conforme eram divulgados os relatos das testemunhas, entre elas, os jornalistas presentes em Volta Redonda durante a operação militar. Ainda em 10 de novembro, *O Estado de S. Paulo* registrava que os soldados haviam lançado bombas de gás lacrimogêneo na direção de crianças, incendiado barricadas para impedir a passagem dos metalúrgicos, e destruído as portas do clube dos funcionários da CSN. Na mesma edição, o periódico relatava que, do lado de fora da usina, os manifestantes haviam destruído um veículo da Rede Globo, "mas policiais do Exército também destruíram um fusca branco a pontapés na porta principal" da CSN. Outros atos bárbaros de violência eram atribuídos aos militares, tais como a agressão contra um funcionário da prefeitura de Volta Redonda, Elias Oliveira Souza, "atingido por um golpe de baioneta na altura do coração". Diversos jornalistas e fotógrafos haviam sido espancados, e Oswaldo Prado, repórter fotográfico de *O Dia*, tivera a mão fraturada.[183]

O editorial da *Folha de S. Paulo*, edição de 11 de novembro, não isentava os líderes sindicais de responsabilidade pelo episódio, mas condenava a atuação dos militares de maneira contundente. Para o periódico (insuspeito de nutrir simpatia por grevistas), a participação do Exército na contenção

182 *Folha de S. Paulo*, 11/11/1988. p. B-3.

183 *O Estado de S. Paulo*, 10/11/1988. *Apud* GRACIOLLI, *Op. cit*., pp. 170-2.

de manifestações era reprovável em si, dado que tal papel caberia à polícia, somente admitindo-se exceções a essa regra em "situações extremas"; em Volta Redonda, nada indicava que a situação houvesse "chegado a tal limite"; "Ademais, é inadmissível em qualquer circunstância o uso de armas de fogo contra manifestantes desarmados".[184]

Entre os principais periódicos do país, o que mais parece haver se prestado a endossar a narrativa do governo e das Forças Armadas foi *O Globo*. Em 12 de novembro, o jornal anunciava que, no inquérito aberto pela Polícia Federal para apurar os incidentes de Volta Redonda, já figuravam "13 suspeitos de incitamento à violência, que deverão ser indiciados por crimes contra a organização do trabalho". A lista era encabeçada pelo deputado Juarez Antunes.[185] Em uma coluna editorial da mesma edição, com o título "Volta Redonda e a tomada do poder", *O Globo* atribuía à "CUT e seus ideólogos" a "fatia maior da responsabilidade" pela violência, reafirmando as teses de Lacombe e Brossard:

> O cerne da questão não é a greve, mas a ocupação – ilegal e violenta, sem sombra de dúvida – de uma propriedade da união.
>
> Cabia às autoridades impedir, com todo o rigor, o prejuízo considerável que resulta da desativação dos fornos de uma siderúrgica. Mais relevante ainda, cabia-lhes manter o primado da ordem. Assim determina a Constituição.
>
> […] o conflito foi desejado e provocado a partir da decisão de ocupar a usina e ameaçar a sua desativação. Utilizados como massa de manobra pelos mentores da greve, os operários executaram um plano de resistência a ferro e fogo: ergueram-se barricadas, coquetéis-molotov foram preparados, lingotes e outros objetos foram empilhados para serem usados como armas, guindastes foram banhados em querosene para serem incendiados quando as tropas avançassem.
>
> Não há qualquer equivalência entre a defesa de reivindicações trabalhistas – iguais a tantas outras – e a estratégia de guerrilha. Esta se liga a outro tipo de objetivo: a conquista do poder através do enfraquecimento da estrutura do Estado.[186]

184 *Folha de S. Paulo*, 11/11/1988, p. 2.

185 *O Globo*, 12/11/1988, pp. 1, 8,

186 *Ibid*., p. 4.

A incapacidade, do governo e de alguns órgãos da imprensa conservadora, em reconhecer o absurdo da ação repressiva escorava-se no velho procedimento, tão caro à ditadura recém-encerrada, de apresentar a violência estatal como mera reação às estratégias golpistas de supostas minorias desvairadas, que faziam dos trabalhadores sua "massa de manobra". O discurso anticomunista que permeia toda essa argumentação se ampara no uso, nada fortuito, de expressões que evocam a violência política associada à esquerda no imaginário popular – moldado ao longo de décadas, em parte pelos mesmos setores da imprensa: "guerrilha", "tomada do poder", "radicalismo". Conforme discutimos no terceiro capítulo deste volume, a mesma tática fora aplicada pela imprensa e por autoridades estatais para deslegitimar a ocupação promovida pelos operários da GM de São José dos Campos em 1985, favorecendo sua repressão. O protagonismo dos trabalhadores "de base", em ambas as mobilizações, era escamoteado, na narrativa estatal-midiática, pela atribuição de responsabilidades e intenções ocultas a "falsos líderes trabalhistas", interessados tão somente na "conquista do poder através do enfraquecimento da estrutura do Estado". As injustiças, violências e os dilemas que de fato levavam os operários às greves e ocupações, convenientemente, deixavam de ser "o cerne da questão".

Contudo, em novembro de 1988, a unidade midiática em torno desse discurso não foi possível, dadas a desproporcionalidade e a letalidade da repressão à greve dos metalúrgicos da CSN, e a indignação popular que o massacre provocou. Além das críticas presentes na *Folha de S. Paulo* e das denúncias veiculadas em *0 Estado de S. Paulo* e no *Jornal do Brasil* a respeito da violência militar contra os trabalhadores, outros órgãos de imprensa também manifestaram descrença na versão apresentada pelas autoridades. Veiga e Fonseca citam passagem de uma reportagem da revista *Veja* que exemplifica o descrédito da narrativa oficial, ironizando-a: "Caso se leve a sério suas acusações, no entanto, deve-se concluir que a ação das autoridades em Volta Redonda encerrou-se com um fracasso gigantesco, pois não foi realizada a prisão de nenhum assaltante, nenhum guerrilheiro urbano e nem um único agente cubano".[187] As acusações governamentais, muito frágeis, foram sistematicamente rechaçadas pelo SMVR, nos dias seguintes ao massacre.[188]

A CUT, cujos "ideólogos" eram apontados por *O Globo* como mentores da "guerrilha urbana" implementada pelos metalúrgicos em Volta Redonda, curiosamente, foi mais tarde percebida por analistas daquele processo como um ator praticamente ausente. Em estudo sobre o contexto posterior à greve, Edilson Graciolli comenta que o apoio prestado pela central aos metalúrgicos da CSN na ocasião foi "tímido", algo que já refletia o "refluxo que a CUT viveu em sua dimensão programática e de prática classista" naquele perío-

187 VEIGA; FONSECA, *Op. cit.*, p. 148.

188 *Jornal do Brasil*, 12/11/1988; *O Globo*, 17/11/1988.

do.[189] Em todo caso, a central emitiu nota denunciando o "quadro de loucura e violência contra a classe trabalhadora" evidenciado pelo violento ataque contra os operários da siderúrgica, e exigindo a imediata retirada das tropas de Volta Redonda e a responsabilização das autoridades envolvidas com a repressão. A nota esboçava ainda uma rápida análise da conjuntura, indicando as permanências do autoritarismo, e sentenciava: "Sustentada pelo PMDB, PFL, PTB, PDS e PL, a 'Nova República' massacra trabalhadores à luz do dia, mostrando que tem pouca diferença com a ditadura militar, que fazia o mesmo nos porões". A Comissão Executiva do PT, por sua vez, também emitiu nota em 10 de novembro, afirmando que a "chacina dos trabalhadores em greve" havia manchado "de sangue as páginas da nova Constituição", e conclamava as "forças progressistas e democráticas da sociedade" a repudiar a repressão.[190]

Em Volta Redonda, no dia da desocupação da usina, 10 de novembro, mesmo antes que fossem divulgadas informações mais precisas sobre as consequências da repressão ocorrida na véspera, já se percebia a indignação popular que o massacre havia gerado. Consta que os metalúrgicos que abandonaram a usina pela manhã foram recebidos "como heróis por uma multidão de grevistas na rua".[191] De acordo com a *Folha de S. Paulo*, houve novas tensões entre os grevistas e os soldados, que voltaram a reprimir manifestantes em frente à prefeitura, por volta das 11 horas: "Houve muita correria, lançamento de bombas de gás lacrimogêneo e tiros, disparados para o alto por soldados. Os metalúrgicos reagiram com paus e pedras e o comércio da cidade mais uma vez fechou suas portas, permanecendo assim por todo o dia".[192] No fim da tarde, Walmir foi enterrado. O cortejo fúnebre, acompanhado por cerca de 20 mil pessoas, dava a correta dimensão da comoção popular. No dia seguinte, ocorreu o sepultamento de Barroso, em outra cerimônia multitudinária.[193] Dois dias depois, uma missa campal, presidida por D. Waldyr Calheiros e acompanhada por dezenas de milhares de pessoas, mesmo "sob forte chuva e relâmpagos", homenageou os operários tombados. Na ocasião, o bispo de Caxias, D. Maurício Morelli, exigiu a renúncia de Sarney, "chamado pela massa de assassino de peão".[194]

Enquanto o Exército permanecia instalado na CSN e a greve metalúrgica prosseguia (referendada por assembleias que chegaram a reunir mais de 35 mil pessoas[195]), aproximavam-se as eleições municipais, a serem realizadas em 15 de novembro. Juarez Antunes (PDT), candidato que liderava a disputa pela prefeitura de Volta Redonda, enfrentou insinuações de um de

189 GRACIOLLI, E. J. *Privatização da CSN*: da luta de classes à parceria. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 12.

190 Ambas as notas são reproduzidas integralmente nos anexos do livro de GRACIOLLI, *Um Caldeirão chamado CSN…*, pp. 183-184.

191 GRACIOLLI, *Op. cit*., p. 180.

192 *Folha de S. Paulo*, 11/11/1988, p. B-4.

193 GRACIOLLI, *Op. cit*., pp. 180-181. O corpo de Willian foi enviado a Muriaé/RJ, onde residia sua família.

194 *Ibid*.; *Folha de S. Paulo*, 14/11/1988, p. B-6.

195 GRACIOLLI, *Op. cit*., p. 128.

seus concorrentes, Nelson dos Santos Gonçalves Filho (PFL, apoiado pelo PMDB) a respeito da "coincidência" de haver uma greve liderada por Antunes às vésperas do pleito e, após a repressão do dia 9, a possibilidade do cancelamento das eleições no município chegou a ser aventada. Depois dos sepultamentos de Walmir e Barroso, "quase toda a população retirou das fachadas as faixas com propagandas e candidatos".[196] O pleito foi mantido, e Antunes, eleito com 60% dos votos. Os eventos de Volta Redonda parecem haver exercido alguma influência sobre as eleições em outros municípios; muitos analistas consideraram que as candidaturas de esquerda, a exemplo da de Luiza Erundina (PT), em São Paulo, foram impulsionadas pelo desgaste das Forças Armadas e do governo Sarney, maximizado pela bárbara repressão na siderúrgica – o "efeito CSN".[197]

Na véspera das eleições, a diretoria da CSN emitiu uma nota, com o título "Um apelo ao bom senso", conclamando os operários a encerrarem sua greve. Segundo Veiga e Fonseca, outros expedientes foram utilizados para pressionar os trabalhadores: "Os carros da Companhia rondavam as casas dos metalúrgicos, ameaçando-os caso não fossem trabalhar […] A CSN chegou a colocar uniformes nas chefias e fazê-las entrar juntas para dar a impressão que os operários estavam furando a greve".[198] Em sua nota, a diretoria da estatal afirmava que os altos-fornos da siderúrgica corriam perigo, e que o "colapso da usina representaria o desemprego para 30 mil trabalhadores".[199] Os operários, contudo, recusavam-se a encerrar a greve sem verem suas demandas atendidas, e não admitiam a permanência do Exército na usina. Dois dias mais tarde, uma comissão técnica dos grevistas realizou uma vistoria nos altos-fornos e constatou que a direção da Companhia havia ordenado o fim do abafamento dos equipamentos, prevendo o pronto retorno dos metalúrgicos ao trabalho. Em 17 de novembro, mesmo em greve, a categoria decidiu em assembleia demonstrar sua responsabilidade para com o patrimônio da estatal, instituindo um esquema de revezamento para garantir a manutenção dos altos-fornos da usina, evitando que sofressem danos irreparáveis. A ação dos trabalhadores não apenas comprovou a "falácia, preconizada pelo discurso oficial, de que o patrimônio da CSN estava garantido pelo Exército", como, habilmente, garantiu "o apoio da população à greve, fundamental para que não acontecesse o isolamento dos operários".[200]

196 *Folha de S. Paulo*, 14/11/1988, p. A-6.

197 VEIGA; FONSECA, *Op. cit*., p. 183; SECCO, Lincoln. *História do PT (1978-2010)*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011, p. 136; MANGABEIRA, *Op. cit*., p. 140.

198 VEIGA; FONSECA, *Op. cit*., p. 147.

199 *Ibid*., p. 167.

200 GRACIOLLI, *Op. cit*., pp. 130-1.

Na tarde de 21 de novembro, uma grande manifestação popular, reunindo pelo menos doze mil pessoas[201], promoveu um "abraço à usina", em que os manifestantes, de mãos dadas, cercaram o perímetro da planta, em apoio aos grevistas.[202] No dia seguinte, em reunião de negociação, a CSN finalmente apresentou uma contraproposta considerada satisfatória pelos sindicalistas, acatando a instituição dos turnos de seis horas e assumindo os compromissos de não punir os grevistas, reintegrar os demitidos políticos e indenizar as famílias de Walmir, Willian e Barroso. A assembleia dos metalúrgicos, realizada na manhã de 23 de novembro, aceitou a proposta, condicionando o retorno ao trabalho à imediata saída dos militares da CSN. No começo da tarde, as tropas e os oitenta carros de combate do Exército abandonaram a usina e, por volta das 16 horas, os operários retomaram o trabalho.[203] A greve de dezessete dias fora vitoriosa, mas era uma vitória amarga.

O momento era propício para o encerramento da mobilização. Uma das principais greves simultâneas à dos metalúrgicos da CSN, a dos petroleiros, havia terminado no dia 21, de modo que a paralisação em Volta Redonda corria o risco do isolamento. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o próprio SMVR estimava que a greve não teria fôlego para chegar ao fim da semana[204], mas o governo e a direção da estatal tampouco detinham capital político para prolongar o impasse. Para além da repercussão negativa da repressão, a CSN amargava perdas econômicas da ordem de mais de 80 bilhões de cruzados (cerca de 86 milhões de dólares americanos) por conta dos dezessete dias de paralisação.[205] A constatação do prejuízo da estatal, contudo, não deixava de configurar uma oportunidade para o *lobby* privatista, timidamente expresso pelo próprio presidente da CSN, Juvenal Osório, ao final da greve: "Hoje, a realidade empurra a ser favorável à privatização da CSN".[206]

Embora a greve se encerrasse com a obtenção de um dos melhores acordos da história do "novo sindicalismo", havia poucas garantias de que o governo e a diretoria da estatal não tentariam burlá-lo; pelo contrário, sem o peso da mobilização para assegurar o seu cumprimento, a margem de manobra da CSN se via ampliada. Exemplo disso foi o tratamento dispen-

201 A estimativa, apresentada pelo *Jornal do Brasil,* é conservadora; Graciolli afirma que outras fontes (como *O Estado de S. Paulo,* 22/11/1988) contabilizaram pelo menos cinquenta mil participantes. *Ibid*, p. 142.

202 *Jornal do Brasil*, 22/11/1988, p. 5.

203 *Ibid*., 24/11/1988, pp. 8-9.

204 *Folha de S. Paulo*, 24/11/1988, p. B-7. A avaliação era feita pelo "segundo comando", um grupo "clandestino" (as identidades de seus participantes seriam conhecidas apenas pelos próprios e pela gestão do SMVR) de "12 metalúrgicos que serve[m] de ligação entre a diretoria do sindicato e os trabalhadores no interior da usina". (*Ibid*.) Essa estrutura organizativa não é mencionada em outras fontes, mas parece condizente com os relatos acerca do fortalecimento das lideranças médias no âmbito da usina a partir de 1987, bem como com a divisão de tarefas e as medidas de segurança típicas de uma greve desse porte. Em todo caso, sua divulgação pela *Folha*, sob a manchete "grevistas tinham um comando na clandestinidade", não deixava de evocar o imaginário conspiratório que sustentava a narrativa oficial sobre os eventos.

205 *Jornal do Brasil*, 24/5/1988, p. 8. Para estabelecer uma referência, tenha-se em mente que o salário-mínimo, naquele mês, correspondia a Cz$ 30.800,00, de modo que o prejuízo declarado pela estatal poderia arcar com os custos de quase dois milhões e seiscentos mil salários-mínimos.

206 *Ibid.*

sado pela companhia aos demitidos políticos: embora houvesse, segundo o sindicato, 70 operários naquela condição, somente 28 foram reconduzidos a seus postos de trabalho como resultado do acordo; e, além disso, houve quem considerasse que se tratou de uma "readmissão fictícia, pois [alguns dentre eles] eram proibidos de entrar na Usina e tinham que ficar cumprindo a escala de trabalho nas escadarias do Escritório Central, numa situação vexatória e humilhante".[207] Como veremos no próximo capítulo deste livro, a greve de 1988 trouxera valiosas lições para o Estado-patrão, que, longe de haver se rendido ao "sindicalismo combativo", tratava de elaborar táticas mais eficazes para fragmentá-lo e enfraquecê-lo.

***

Esperamos ter demonstrado, ao longo deste capítulo, que o final da "transição democrática" brasileira foi um período de acirramento das lutas de classes, permeado por violências sistemáticas contra os trabalhadores e suas organizações. Às violências cotidianas, que dilapidavam as forças e disciplinavam os corpos operários, somavam-se as violações "excepcionais", que buscavam reafirmar o despotismo fabril quando este se via contestado. Ambas tornavam evidente o desrespeito patronal-estatal para com os operários, fomentando mais resistência.

O adoecimento e os acidentes de trabalho, tantas vezes tratados como decorrências inevitáveis da atividade produtiva, eram minimizados ou abertamente negados pelas empresas, que implementavam uma série de expedientes para garantir sua subnotificação, ao mesmo tempo em que exigiam produtividade cada vez maior dos operários (reduzindo a possibilidade de que os trabalhadores tomassem os cuidados necessários à preservação de sua saúde), negligenciavam equipamentos e medidas de proteção individual, praticavam o assédio moral contra "cipeiros", e pressionavam médicos e engenheiros do trabalho para que fossem coniventes com os objetivos patronais. A essas violências, o sindicalismo do Vale do Paraíba resistiu com a luta coletiva, denunciando-as e promovendo a organização dos operários afetados, como no caso da "Associação dos Leucopênicos" da CSN.

No mesmo período, a violência da repressão também impulsionou a organização dos trabalhadores "de base" da estatal, que assumiram o trabalho organizativo, diante das demissões políticas e do impedimento imposto pela companhia à entrada dos sindicalistas na usina, a partir da greve de 1987. A CSN, por sua vez, negava a existência de demitidos políticos, assim como negara a contaminação de seus funcionários pelo benzeno, eximindo-se de suas responsabilidades e, por isso, instigando ainda mais a revolta dos operários. Nesse sentido, o uso da força letal contra os metalúrgicos na greve de 1988 foi uma demonstração adicional da descartabilidade dos trabalhadores

207 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit.*, pp. 512-3.

perante o Estado. A constatação da magnitude da violência afetou a opinião pública, e parece haver surpreendido até mesmo os próprios grevistas, muito embora os trabalhadores da estatal soubessem, àquela altura, que o respeito pelas vidas operárias não fazia parte dos valores que caracterizavam o Estado brasileiro e a CSN.

As greves massivas e o fortalecimento político da esquerda nas eleições de novembro de 1988 evidenciaram que a promulgação de uma nova Constituição não havia sido suficiente para assegurar o predomínio da elite conservadora e autoritária que conduzira a transição, que ainda não podia prescindir da tutela militar. Entretanto, mesmo que o período seguinte reservasse espaço para novas mobilizações operárias e populares de relevo, algo do grandioso ascenso inaugurado em 1978, e intensificado ao longo dos governos de Figueiredo e Sarney, morreu com Walmir, Willian e Barroso. No capítulo seguinte deste trabalho, buscaremos compreender o caráter das lutas travadas pelos metalúrgicos do Vale do Paraíba a partir de 1989, seus dilemas e a natureza dos limites que lhes foram impostos no contexto da definitiva ascensão do projeto neoliberal no Brasil, pavimentado pela Era "Urutu".

CAPÍTULO V

O IMPASSE DO "NOVO SINDICALISMO" NA AURORA DO NEOLIBERALISMO (1989-1994)

Aqui tudo parece que era ainda
construção e já é ruína

– "Fora da Ordem", Caetano Veloso

Mesmo balizado pela tutela militar e pelos ecos do autoritarismo, o contexto em que se deu o desfecho da "transição política" foi marcado pelo maior número de greves e mobilizações operárias de todo o período da chamada "redemocratização". A princípio, a promulgação da Constituição de 1988 e as perspectivas abertas pela eleição presidencial de 1989, a primeira por voto direto desde 1960, animaram as lutas pela efetiva democratização das relações sociais e em defesa das condições de vida dos trabalhadores, deterioradas pela superexploração e pela hiperinflação. Apesar do panorama de estagnação econômica e retração da atividade industrial, havia traços de otimismo, mas também muitas incertezas.

No cenário político internacional, a crise dos Estados operários burocratizados do Leste europeu e a iminência da restauração capitalista produziam mensagens contraditórias, fomentando a rediscussão de referenciais com os quais parcelas importantes do movimento sindical e da esquerda brasileira mantinham relações ambíguas, como era o caso da estratégia socialista. Mesmo entre os que a reivindicavam e não pretendiam abandoná-la, o contexto era propício a revisões e atualizações programáticas. Para seus opositores, por sua vez, tratava-se de uma oportunidade ímpar para conter a conflitividade operária e avançar contra a noção de independência de classe, uma ofensiva que, muitas vezes, ocorreu sob a bandeira da "*modernização*". Não por acaso, o termo também cumpria um papel fundamental no discurso empresarial do período, justificando a sanha privatista, a "reestruturação produtiva" e a "flexibilização" das relações de trabalho.

Em pouco tempo, os métodos e práticas que haviam consolidado o "novo sindicalismo" se veriam questionados, sob contínua pressão patronal e estatal, mas, igualmente, a partir das próprias fileiras de suas principais organizações.

No presente capítulo, reconstruiremos essas tensões a partir das experiências dos metalúrgicos das regiões fluminense e paulista do Vale do Rio Paraíba do Sul, entre 1989 e 1994. Discutiremos alguns dos principais fatos políticos do período e suas repercussões sobre aquelas categorias de trabalhadores e suas entidades representativas, analisando os dilemas trazidos ao sindicalismo dito "combativo" pela implementação das políticas neoliberais, e propondo uma interpretação para o refluxo das modalidades de luta verificadas na década anterior

5.1 A MORTE DE JUAREZ ANTUNES, O ATENTADO AO MEMORIAL 9 DE NOVEMBRO E AS GREVES DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1989 NO VALE DO PARAÍBA

Em 1º de janeiro de 1989, o sindicalista metalúrgico e deputado constituinte Juarez Antunes assumia a prefeitura de Volta Redonda. Na Câmara Municipal da "Cidade do Aço", sete cadeiras passavam a ser ocupadas por sindicalistas; dos 21 edis da nova legislatura, 10 eram ligados ao PDT e 3 ao PT. Entre os assessores de Antunes na prefeitura, muitos também provinham do meio sindical. Algumas medidas adotadas pelo novo prefeito buscavam imprimir ao mandato, já em seu início, as marcas do chamado "novo sindicalismo", e contribuíam para conferir um perfil mais democrático à gestão do município. Às sextas-feiras, assembleias populares aconteciam em frente à prefeitura, cuja gestão se propunha a estimular a organização dos trabalhadores e implementar medidas que os beneficiariam diretamente. Exemplo disso foi o enfrentamento entre a nova administração municipal e o empresariado que controlava o setor dos transportes em nível local, cujo resultado foi o aumento da remuneração dos funcionários do ramo, sem repasse ao custo das passagens de ônibus. A "Internacional", hino que, nos anos anteriores, era reproduzido no carro de som do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR), passou a ser executada pela banda e pelo coral do município em solenidades.[1] Tal fato, por si só, simbolizava e dava a dimensão do avanço das posições da esquerda na região, algo que, por certo, incomodava profundamente os setores conservadores e reacionários.

Antes mesmo da posse de Juarez Antunes, o religioso progressista D. Waldyr Calheiros, uma das mais importantes figuras eclesiásticas e políticas de Volta Redonda e do país, havia comunicado à Ordem dos Advogados do

1 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS – VOLTA REDONDA. *Relatório Final.* Volta Redonda/RJ, 2015, pp. 535, 546; GRACIOLLI, Edilson José. *Privatização da CSN*: Da luta de classes à parceria. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 89; *O Globo*, 22/02/1989, p. 11.

Brasil que vinha recebendo ameaças de morte desde o fim da greve da CSN, em novembro. Em meados de janeiro, emissários de um familiar do bispo, o diretor da Polícia Federal em Alagoas, Fausto Calheiros, confirmaram que as vidas do prelado e do prefeito eleito, de fato, corriam risco, pois circulavam, nos meios militares, rumores de que havia um plano em curso para matá-los em acidentes simulados. D. Waldyr transmitiu a mensagem a Juarez. No natal de 1988, Antunes havia enviado um cartão de "Boas Festas" ao general José Luís Lopes da Silva, responsável pela invasão militar à CSN que culminara nas mortes dos trabalhadores Walmir, Willian e Barroso. O fato veio a público em 18 de fevereiro de 1989, quando o general deu uma entrevista ao *Jornal do Vale* (à época, o principal periódico de Volta Redonda), alegando que havia interpretado o gesto do prefeito sindicalista como uma provocação, a ser respondida "no momento oportuno".[2] Na mesma semana, o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, anunciava que os militares envolvidos com a repressão na usina não seriam indiciados pela justiça civil; na verdade, segundo Jorge Zaverucha, Gonçalves pretendia condecorá-los, mas foi demovido da ideia.[3] As tensões geradas pelos acontecimentos de novembro na usina estatal ainda não haviam se dissipado.

Em 20 de fevereiro de 1989, o *Jornal do Brasil* publicou uma reportagem denunciando que alguns dos deputados federais eleitos prefeitos no ano anterior não haviam devolvido ao poder público os apartamentos funcionais que utilizavam durante seus mandatos legislativos em Brasília, citando Juarez entre eles. Antunes, que se encontrava em uma reunião na capital do Rio de Janeiro, ficou consternado com a reportagem, e decidiu ir a Brasília no mesmo dia para se encarregar da entrega das chaves – tarefa que já havia delegado aos assessores de seu mandato parlamentar, mas que, efetivamente, não fora cumprida.[4] Ciente das dificuldades financeiras do município que geria, o prefeito optou por viajar de carro, com o mesmo motorista que o havia levado ao Rio, pois temia que uma viagem de avião só fizesse reforçar a associação entre suas práticas e as dos "marajás" – um termo corrente em fins da década de 1980 para fazer referência aos políticos que abusavam dos recursos públicos.

Na madrugada de 21 de fevereiro, em Felixlândia/MG, o motorista do automóvel que levava Antunes a Brasília, Alberto Vicente da Cruz, funcionário da prefeitura de Volta Redonda desde 1972, teve de fazer uma manobra para desviar o carro de um caminhão que fazia uma ultrapassagem irregular. A pista estava em péssimas condições, esburacada e sem acostamento, e Alberto da Cruz, já cansado, acabou perdendo o controle do veículo. O carro desceu pelo barranco à margem da pista, indo chocar-se contra as árvores abaixo. O motorista e o prefeito foram arremessados pelas vidraças – o uso dos

2 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit.*, pp. 536, 540.

3 ZAVERUCHA, Jorge. "Relações civil-militares no primeiro governo da transição brasileira: uma democracia tutelada". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 9, n. 26, p. 162-178, outubro de 1994. A citação é da p. 170.

4 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit.*, pp. 536-537.

cintos de segurança não era obrigatório no período, e os acessórios sequer eram instalados nos modelos que saíam das fábricas. Alberto sobreviveu sem lesões graves, mas Juarez não teve a mesma sorte. O crânio do prefeito foi esmagado ao bater contra uma das árvores.

Embora as investigações subsequentes não tenham encontrado quaisquer indícios de que o acidente fosse fruto de algum tipo de sabotagem, a hipótese de que a fatalidade era, na verdade, um atentado "camuflado" foi imediatamente ventilada, sobretudo por apoiadores de Juarez, cientes das ameaças contra o prefeito, "homem marcado para morrer".[5] O enterro de Antunes, em 23 de fevereiro, reuniu em Volta Redonda uma multidão estimada em cerca de 100 mil pessoas, reeditando a comoção que as mortes dos operários da CSN em novembro haviam gerado.[6] Se até então a figura carismática de Juarez Antunes havia mantido relativa coesão entre as principais facções do sindicalismo metalúrgico da região, sua morte desataria aqueles laços, precipitando o acirramento da disputa pela liderança da entidade representativa da categoria.

***

O primeiro trimestre de 1989 foi marcado pelo Plano Verão, a quarta tentativa de estabilização econômica e contenção da inflação implementada pelo governo Sarney. O ano anterior se encerrara com uma inflação acumulada em mais de 680% e com retração do PIB, o que não ocorria desde 1983. Em 15 de janeiro, era anunciado o novo pacote econômico do ministro Maílson da Nóbrega, que combinava medidas ortodoxas e heterodoxas, congelando preços e salários, extinguindo mecanismos de reindexação, elevando a taxa de juros e instituindo uma nova reforma monetária, com a adoção do Cruzado Novo, cujo valor, inicialmente, foi atrelado ao dólar. A princípio, o governo pretendia que o plano fosse acompanhado por medidas de ajuste fiscal, em especial, uma ampla reforma administrativa, reduzindo despesas através da demissão de servidores públicos e da privatização de empresas estatais.

Contudo, o calendário eleitoral e as disputas entre Sarney e o congresso contiveram a agenda de ajustes. O congelamento dos preços e salários tampouco foi eficaz, sofrendo boicote do empresariado, por um lado, e desencadeando movimentos grevistas, por outro: já no mês de fevereiro, ocorreram cerca de 200 paralisações, e outras 470 em março, incluindo "a maior greve geral da história do Brasil", entre os dias 14 e 15, que, segundo as centrais sindicais, contou com a adesão de cerca de 30 milhões de trabalhadores,

5 *Ibid*., p. 539; *O Globo*, 22/02/1989, p. 11.

6 GRACIOLLI, *Op. cit*., p. 92.

esvaziando as ruas das grandes capitais.[7] Os trabalhadores da CSN também se mobilizaram na ocasião; não houve repressão.[8]

Na região de São José dos Campos, já estava em preparação a campanha salarial, com perspectiva de greves diante da indisposição da FIESP em atender às reivindicações econômicas dos trabalhadores, que demandavam reposição salarial da ordem de 84%, mais 15% de aumento real. O presidente do SMSJCR, José Luiz Gonçalves, chegou a declarar que aquela estava sendo a "pior negociação dos últimos quatro anos" – enquanto, em 1988, a proposta da FIESP fora de 50% de reajuste, em 1989, a patronal não estava disposta a conceder mais do que 15%, argumentando que "atender as reivindicações significaria ter que repassar o ônus para o preço dos produtos". Por conta do Plano Verão, os preços de diversas mercadorias ainda se encontravam congelados, e interessava ao empresariado do setor automobilístico conseguir a liberação dos aumentos. Embora a categoria metalúrgica estivesse disposta a paralisar os trabalhos até que a patronal cedesse, a direção do SMSJCR frisava que a situação de cada fábrica deveria ser levada em conta: "Não vamos vestir camisa de força no trabalhador, obrigando que ele faça greve. Vamos analisar a mobilização em cada empresa. […] A previsão é a de que teremos uma greve *efeito-dominó*, com paralisações sucessivas, à medida que formos negociando com cada empresa".[9]

A assembleia da categoria, realizada em 8 de abril, rejeitou a proposta da FIESP e sinalizou o início do movimento paredista. De acordo com o *Valeparaibano*, tratou-se de uma assembleia esvaziada ("pouco mais de 100 metalúrgicos de um total de 50 mil na região") e que revelou o "racha" entre as distintas correntes que compunham a gestão, que defenderam propostas diferentes quanto à aceitação ou não das cláusulas sociais previamente encaminhadas na negociação com a patronal, prevalecendo a posição da Articulação, de rejeição integral das propostas da FIESP.[10] Os sindicalistas ligados à Convergência Socialista haviam defendido a aceitação das cláusulas sociais e a rejeição das econômicas (salariais), em uma proposta de contornos mais moderados que a apresentada por seus colegas ligados à ala majoritária do PT, exemplo claro de que a imagem "radical" que a eles se atribuía não permitia deduzir mecanicamente as posições que a corrente trotskista do sindicato efetivamente defendia em cada situação.

A partir de 10 de abril, tiveram início as paralisações. Em São José, pararam parte dos operários da Eaton e da Ericsson, e em Jacareí, cerca de dois

7 MACIEL, David. *De Sarney a Collor*: Reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). São Paulo: Alameda/ Goiânia: FUNAPE, 2012, pp. 347-9; "Desde o fim da ditadura militar, 6 greves gerais pararam milhões de brasileiros". *O Globo* (online), 27/04/2017. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/desde-fim-da-ditadura-militar-6-greves-gerais-pararam-milhoes-de-brasileiros-21266283#. Consultado em maio de 2020.

8 GRACIOLLI, *Op. cit.*, p. 96; MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do Novo Sindicalismo*: democracia e política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p. 141.

9 *Valeparaibano*, 08/04/1989, pp. 1, 3.

10 *Valeparaibano*, 09/04/1989, p. 5.

mil trabalhadores da Sade Engenharia S/A e da Válvulas Schrader. Na linha de frente da greve em Jacareí, atuava então o sindicalista Ediberto Bernardo dos Santos, o "Hiena", personagem que já havíamos encontrado, entre os "33 da GM" em 1985, e cuja trajetória acompanhamos no terceiro capítulo deste trabalho. Naquela ocasião, Ediberto foi entrevistado pelo *Valeparaibano*, e declarou que a proposta da Schrader (antecipação salarial de 20%, e *desconto integral das horas paradas* durante a greve) era uma tentativa de "ridicularizar os trabalhadores", uma vez que não correspondia às reivindicações dos operários e vinha acompanhada do anúncio da retaliação patronal. A Sade, por sua vez, sequer havia procurado o sindicato para negociar.[11]

No dia seguinte, enquanto outras fábricas aderiam ao movimento, a Schrader passou à ofensiva, demitindo 40 trabalhadores. Em dois dias, a greve na região já envolvia mais de três mil metalúrgicos; além disso, uma empresa química, a Henkel, também estava parada, com operários acampando em frente à fábrica. Uma centena de operários da Usimon Montagens Industriais Ltda. (de um total de 1.500) somaram-se à parede, e na Eaton a paralisação da produção foi total (cerca de 900 grevistas), mas na Ericsson os operários retornaram ao trabalho.[12] Enquanto isso, as negociações com a Embraer também não prosperavam, indicando a possibilidade de que a greve chegasse à estatal.

Em razão de alegadas dificuldades financeiras, uma das principais empresas dos ramos aeroespacial e bélico instaladas na região, a Avibras, vinha implementando uma política de demissões em massa desde o final do ano anterior – entre dezembro de 1988 e fevereiro de 1989, foram mais de 1.700 demissões – e, a partir de fevereiro, a situação se tornou ainda mais grave, com o atraso dos pagamentos dos salários dos funcionários ativos. Em fins de março, o SMSJCR impetrou uma ação cautelar na Justiça do Trabalho, solicitando imediato pagamento dos salários e dos direitos trabalhistas dos dispensados (fundo de garantia, férias proporcionais e aviso prévio). Nos últimos dias do mês, três famílias de demitidos deram início a um pequeno acampamento às portas da empresa como forma de protesto, que em pouco tempo passou a envolver cerca de 50 demitidos, além de familiares e apoiadores. A Justiça do Trabalho emitiu um parecer favorável às demandas sindicais em 5 de abril, mas a empresa recorreu, buscando um prazo maior para efetuar os pagamentos, enquanto alegava negociar um empréstimo.[13]

Por sua vez, os operários acampados passaram a solicitar que seus colegas que haviam permanecido na empresa entrassem em greve para apoiá-los. Em 14 de abril, Felipe Cury, assessor de relações oficiais da Avibras, anunciou que os pagamentos dos cerca de 1.900 demitidos (incluídos os dispensados em março) se iniciariam no dia 18, graças a um empréstimo obtido pela empresa.

11 *Valeparaibano*, 11/04/1989, pp. 1, 6.

12 *Valeparaibano*, 12/04/1989, p. 5.

13 *Valeparaibano*, 06/04/1989, p. 5.

Na ocasião, o *Valeparaibano* publicou uma reportagem sobre os atrasos nos pagamentos de salários e direitos de funcionários da empresa, mencionando depoimentos de operários demitidos que contavam que "algumas famílias já estavam passando fome, porque está difícil conseguir emprego e a cesta básica, cedida pela empresa, não soluciona o problema da falta de alimentação".[14]

Na segunda semana da greve, os metalúrgicos de três das maiores empresas do Vale, GM, Philips (São José dos Campos) e Volkswagen (Taubaté) somaram-se ao movimento, parando a produção a partir de 19 de abril. Era a primeira greve na GM de São José desde a ocupação da fábrica em 1985, e a paralisação foi praticamente completa, envolvendo os cerca de 12 mil operários da planta. Na Philips, a adesão também foi massiva, incluindo quase todos os 3.500 metalúrgicos ali empregados. Em ambas as empresas, somente os chamados "setores vitais" (como caldeiras e casas de máquinas) seguiram operando, algo que, de acordo com o SMSJCR, não comprometia a força do movimento: com a greve, a GM deixava de produzir cerca de 450 automóveis por dia.[15]

Nos dias seguintes, seria a vez dos operários da Embraer, da Bundy, da Torin, da Tecnasa (São José dos Campos), da Furokawa (Lorena) e da Faé (Caçapava) aderirem à greve. A paralisação das atividades se dava, via de regra, com o revezamento dos operários em suas próprias fábricas, de acordo com seus turnos (sem ocupações permanentes, portanto), e era acompanhada de assembleias e passeatas. Cerca de 8 mil trabalhadores da Embraer realizaram um ato de rua, ainda em 20 de abril, conduzido por sindicalistas, que alegavam: "Nossa luta é contra o Plano Verão que colocou a classe trabalhadora na miséria e contra esse Governo e seus ministros que estão representando os interesses dos patrões e dos banqueiros". Na Philips, o segundo dia de greve teve uma singela vitória para os metalúrgicos, que conseguiram que a patronal voltasse a liberar as refeições para os grevistas, suspensas pela diretoria da empresa na véspera.[16]

Outras categorias de trabalhadores do Vale do Paraíba paulista, tais como os professores e os bancários, também conduziam campanhas salariais com paralisação de atividades naquele mês. Simultaneamente, estava em curso a mobilização dos metalúrgicos do ABC paulista – das cinco montadoras instaladas na região, somente a GM (São Caetano do Sul) seguia funcionando normalmente. Em 20 de abril, teve início a greve nacional dos bancários, fortalecendo ainda mais a ofensiva dos trabalhadores contra o Plano Verão. Passados pouco mais de cinco meses desde a trágica invasão militar da CSN, os ministros militares de Sarney iam a público sugerir a possibilidade de no-

14 *Valeparaibano*, 14/04/1989, p. 3; 15/04/1989, p. 4.

15 *Valeparaibano*, 20/04/1989, p. 5.

16 *Valeparaibano*, 21/04/1989, p. 5.

vas intervenções militares sobre as greves, caso as Forças Armadas julgassem necessário, insinuando a "volta dos urutus às ruas".[17]

As ameaças veladas dos militares buscavam amparo em uma interpretação peculiar do artigo 142 da Constituição, que determinava sua responsabilidade sobre a garantia "da lei e da ordem". Contudo, de acordo com a redação do artigo, algo ambígua – o que não deixava de refletir as vitórias militares durante o processo constituinte –, a atuação dos militares em tal esfera só poderia resultar de iniciativa dos poderes constitucionais, não cabendo às Forças Armadas qualquer incumbência sobre questões de segurança pública, e ainda menos exercer uma espécie de "poder moderador". Na realidade, as manifestações públicas do alto escalão do Exército contra as greves expressavam a continuidade da tutela militar sobre a Nova República, também materializada, naquele contexto, no *lobby* pela aprovação de uma lei de greve restritiva.

Os discursos militares parecem haver surtido pouco ou nenhum efeito sobre os grevistas da região de São José dos Campos, onde a mobilização seguia em dinâmica ascendente. Na Ericsson, que já havia sofrido paralisações parciais em 10 e 11 de abril, a greve começou de fato no dia 24, com a adesão de 3.500 operários, elevando o total de grevistas da categoria na região para cerca de 30 mil. Era a primeira greve na Ericsson desde a longa mobilização de agosto de 1987, quando a empresa recusara-se a implementar um aumento de 37% decidido em primeira instância pelo TRT de Campinas e demitira 123 trabalhadores em retaliação à greve, tal como vimos no quarto capítulo deste volume. O perfil repressivo da Ericsson fazia com que os sindicalistas metalúrgicos considerassem necessária "muita cautela" na condução da campanha naquela fábrica. Ainda de acordo com o SMSJCR, em empresas como a GM, as chefias estariam "coagindo os trabalhadores, chegando mesmo à agressão física", no afã de retomar a produção.[18]

Na mesma semana, começaram os julgamentos dos dissídios coletivos, mas em alguns casos, como o da Embraer, as negociações diretas entre empresa e sindicato garantiram aumentos acima das propostas anteriormente apresentadas pelos empregadores ao TRT. Em 25 de abril, a indústria aeronáutica ofereceu 49% de reajuste (quase o dobro dos 25% da proposta inicial), valor que foi aceito pelos trabalhadores em assembleia, pondo fim à greve na estatal.[19] Enquanto algumas fábricas retomavam suas atividades, em outras, os operários aderiam à greve, possivelmente estimulados pelos resultados das negociações. No dia 27, cerca de 20 mil metalúrgicos permaneciam de braços cruzados na região do Vale, e a FIESP intensificava os questionamentos, junto

17 *Valeparaibano*, 20/04/1989, p. 13; *Folha de São Paulo*, 26/04/1989, p. A-2.

18 *Valeparaibano*, 23/04/1989, p. 3; 25/04/1989, pp. 1, 6.

19 *Valeparaibano*, 26/04/1989, p. 5

à Justiça do Trabalho, quanto ao "aspecto abusivo das greves no interior do Estado e da região do ABC".[20]

Sarney parecia fazer coro com os industriais paulistas. Enviando ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 50, que pretendia regulamentar com restrições o direito de greve (exigindo presença de um terço das categorias sindicalizadas nas deliberações de greve, assim como a comunicação das intenções de paralisação à respectiva patronal com 48 horas de antecedência), o presidente insinuou, em cadeia nacional, que as greves que eclodiam eram resultado de "manipulação" política, e que a repressão sobre os grevistas poderia ser violenta: "Ninguém conturbará o País comigo no poder. Quando se sai da lei, abre-se caminho para a força". As declarações de Sarney foram respondidas por muitos sindicalistas, inclusive os do Vale. Para Luiz Carlos Alvarelli, então presidente do Sindicato dos Bancários de São José dos Campos, as medidas indicavam a "incapacidade do presidente Sarney em administrar o País". Armando Pereira da Silva, diretor do Sindicato dos Petroleiros da cidade, por sua vez, traçava um paralelo entre a proposta presidencial e as políticas ditatoriais de restrição ao direito de greve: "esse governo está reeditando o que os governos militares fizeram. O direito de decisão sobre as formas de greve cabe ao trabalhador, não ao Governo".[21]

A medida provisória de Sarney antecipava a nova lei de greve, aprovada dois meses mais tarde pelo Congresso Nacional, endossada pelos militares e por um arco político ampliado, que incluía políticos supostamente identificados com o campo democrático, como os do PSDB, dissidência do PMDB fundada no ano anterior, e que se colocava na oposição a Sarney.[22] Embora fizesse algumas concessões ao movimento operário, por exemplo, ao vetar a prática do *lock-out* (greve patronal), a nova lei limitava as formas da greve que seriam toleradas pelo Estado, condicionando sua legalidade ao esgotamento dos canais de negociação, e elencando um amplo rol de "atividades essenciais", nas quais o direito seria ainda mais severamente restrito. Carolina Mercante tece os seguintes comentários a respeito do caráter "antigreve" da lei de 1989:

> Continuando com o viés autoritário das legislações anteriores, a Lei de Greve da "Nova República" condiciona a cessação coletiva do trabalho ao não êxito da negociação ou à verificação de impossibilidade de solução arbitral e à notificação da entidade patronal correspondente ou dos empregadores diretamente interessados com antecedência mínima de 48 horas da paralisação.

20 *Valeparaibano*, 27/04/1989, p. 3.

21 *Valeparaibano*, 28/04/1989, pp. 1, 12; 29/04/1989, p. 5.

22 MACIEL, David. *De Sarney a Collor*: Reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). São Paulo: Alameda/ Goiânia: Funape, 2012. p. 352.

> Além disso, a atual Lei de Greve é capaz de fragilizar o movimento paredista na medida em que permite, no parágrafo único de seu art. 9º, que, caso não haja acordo com o sindicato profissional ou com a comissão de negociação, o empregador substitua trabalhadores grevistas, sob a justificativa de evitar prejuízos irreparáveis aos bens de propriedade do empregador.[23]

Enquanto o governo regulamentava o direito de greve, prosseguia a queda de braço entre metalúrgicos e empresariado no Vale. Em fins de abril, muitas das empresas que enfrentavam paralisações já haviam iniciado a retaliação. Na Engesa, de Caçapava, 750 dos 1.800 funcionários foram demitidos. Em São José, também foram anunciadas 35 demissões na Hitachi e 115 na Eaton. Apesar disso, novos contingentes ainda se somavam à greve: no dia 28, paralisaram suas atividades 800 operários da Manesmann (antiga Fi-El), em São José dos Campos, e mais 120 na Masa Alsthom, em Caçapava.

Por conta das greves, as comemorações do 1º de maio em São José tiveram um perfil diferente naquele ano. Em vez das tradicionais manifestações no centro da cidade, a CUT regional decidiu organizar um comício, acompanhado de programação artística, no bairro operário de Santana. Além disso, os metalúrgicos propuseram a realização de uma missa campal, seguida de apresentação musical, às portas da Philips, onde a greve seguia forte e havia risco de invasão policial, solicitada pela patronal para garantir a entrada de um carregamento de nitrogênio líquido na planta. Nos dias anteriores, o caminhão contendo a substância, essencial para o funcionamento dos tornos, havia sido barrado diversas vezes na portaria da empresa por piquetes formados por centenas de grevistas, que pretendiam pressionar a Philips a negociar um aumento satisfatório.[24]

As tensões geradas pelo episódio do caminhão de nitrogênio foram brevemente descritas por Caio Guerra em sua dissertação. O historiador remete a uma nota curta que a *Folha de S. Paulo* publicou no dia 3 de maio de 1989, na qual consta que os grevistas da Philips se encontravam de prontidão para barrar o carregamento, "armados com barras de ferro, pedaços de pau, galões de ácido e cilindros de gás para evitar a entrada do produto".[25] Essa

23 MERCANTE, Carolina. "As raízes autoritárias da atual lei de greve brasileira". *Revista de Direito Mackenzie*, Vol. 7, nº 1, p. 42-55, 2013. A citação é da p. 50.

24 *Valeparaibano*, 28/04/1989, p. 5; 29/04/1989, p. 5; 30/04/1989, p. 5; 02/05/1989, p. 3; *Folha de S. Paulo*, 03/05/1989, p. B-3; SMSJCR. *Especial 55 Anos – 1956/2011*. Publicação comemorativa de 55 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. São José dos Campos/SP: Departamento de Comunicação do SMSJCR, 2011, p. 18.

25 *Folha de S. Paulo*, 03/05/1989, p. B-3; GUERRA, Caio César da Silva. *"Mais vale um ano de leão que cem anos de cordeiro"*: Trajetórias dos metalúrgicos de São José dos Campos. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015, pp. 212-3. O autor aponta a greve da Philips como uma das oportunidades em que mais claramente se manifestaram as divergências entre as alas do SMSJCR ligadas à Convergência Socialista (favorável à ação dos grevistas que impediram a entrada do carregamento) e à Articulação ("que recomendara aos operários a saída da fábrica", para minimizar a possibilidade de repressão policial). *Ibid.* Voltaremos a esse tema nas páginas seguintes.

descrição contraria o relato apresentado pelo *Valeparaibano* na véspera, segundo o qual "o movimento [às portas da Philips] foi pacífico e não contou com a presença da polícia", mas é confirmada em parte por outras fontes sindicais, segundo as quais "as portarias foram tomadas e cilindros de gás foram colocados nos portões para impedir uma possível invasão da PM".[26] A greve na Philips terminaria em 6 de maio, sem invasão policial e com um reajuste salarial de 45%, mesmo valor conquistado pelos trabalhadores da Ericsson e da GM, entre outras metalúrgicas da região. Todavia, antes que aqueles acordos fossem celebrados, novos fatos políticos viriam manifestar o acirramento dos antagonismos sociais em curso.

No 1º de maio, foi inaugurado, em Volta Redonda, o Memorial 9 de Novembro, um pequeno monumento desenhado por Oscar Niemeyer em homenagem aos operários da CSN assassinados pelo Exército no ano anterior, instalado na Praça Prefeito Juarez Antunes e financiado pelo SMVR. A entidade tomou a dianteira na construção do memorial (que, a princípio, seria erguido pela prefeitura do município) ao constatar que "nenhuma construtora da região se propôs a assumir a obra porque estavam sofrendo ameaças anônimas", que prenunciavam retaliações à iniciativa.[27] Na construção, eram retratados os três metalúrgicos tombados e, além de seus nomes e idades, constava, a pedido de Niemeyer, a seguinte inscrição: "Um monumento àqueles que lutam pela Justiça e pela Igualdade". O ato inaugural se deu em meio às comemorações do Dia do Trabalhador e contou com a participação de familiares de Walmir, Willian e Barroso.

Poucas horas após a celebração, na calada da madrugada de 2 de maio, o monumento foi parcialmente destruído por um atentado à bomba. O ato de violência, material e simbólica, foi imediatamente associado às greves em curso, bem como às expectativas em relação às eleições presidenciais, previstas para novembro daquele ano. Ao tratar do episódio, Wilma Mangabeira destacou essa relação, enfatizando o "temor generalizado de que a ação fosse um sinal de perturbações no processo democrático", o que demonstrava que, ainda àquela altura, os acúmulos resultantes da transição pactuada eram sabidamente frágeis.[28]

Diante da suspeita, rapidamente difundida, de que setores do Exército tivessem participado da execução do atentado – segundo a imprensa, uma mochila camuflada, similar às utilizadas pelas Forças Armadas, fora encontrada no local –, o ministro Leônidas Pires, em uma entrevista, foi chamado a se posicionar sobre os fatos, mas recusou-se a comentar as acusações: "ninguém vai fazer desse episódio outro Riocentro não, viu?". Pressionado pelos jornalistas, o ministro afirmou que a ação terrorista era certamente uma "reação da direita", gerada pelo alegado radicalismo do movimento sindical e

26 *Valeparaibano*, 02/05/1989, p. 3; SMSJC, *Op. cit.*, p. 18.

27 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit.*, p. 553.

28 MANGABEIRA, *Op. cit.*, p. 143.

político em Volta Redonda: "posicionamentos radicais e intolerantes sempre têm contrapartidas". O chefe da pasta do Exército enfatizou que a responsabilidade pelas investigações cabia à polícia e reconheceu que o atentado representava uma perturbação do "clima que desejamos de uma eleição democrática". Perguntado ainda sobre as mobilizações de trabalhadores em curso no país, o general comemorou a edição da Medida Provisória nº 50: "as greves terão que se submeter à lei, e assim sendo, espero que este país volte ao trabalho, que é o que ele mais necessita".[29] Apesar das alegações evasivas do general Leônidas, a autoria do atentado foi rapidamente assumida pelo grupo Falange Patriótica, vinculado à extrema-direita militar. Outros membros do alto escalão das Forças Armadas chegaram a conferir apoio publicamente à ação terrorista – foi o caso de Newton Cruz, ex-chefe do SNI, para quem o Memorial 9 de Novembro nada mais era que uma provocação que ofendia "a dignidade das Forças Armadas", de modo que a represália terrorista seria "justa".[30]

A pesquisa conduzida entre 2013 e 2015 pela Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda a respeito da explosão do monumento identificou outros indícios que fortalecem a tese do envolvimento direto de militares com o atentado. De acordo com o relatório da comissão, a explosão foi o resultado da detonação simultânea de três bombas; quatro haviam sido plantadas no monumento, mas uma delas não explodiu. Todas eram confeccionadas com "Plastex", um material fabricado exclusivamente pela Indústria de Material Bélico do Brasil – Imbel, estatal gerida pelo Exército, que mantinha rígido controle sobre a produção e as vendas desse tipo de explosivo, frequentemente utilizado na indústria siderúrgica para o corte de aço. Ainda segundo o relatório, à época do atentado, o Exército recusou-se a publicizar a lista de compradores do produto, de modo que "não houve possibilidade de se fazer uma inspeção rigorosa nos estoques das empresas clientes e identificar o desvio do material".[31]

O relatório recuperou também as revelações feitas mais tarde, a partir de 1998, por Dalton Roberto de Melo Franco, ex-capitão do Exército, que confirmou que havia recebido, nove anos antes, uma ordem do coronel Álvaro Pinheiro, comandante do 1º Batalhão de Forças Especiais, para explodir o monumento, mas que se recusara a cumpri-la a não ser que recebesse a ordem por escrito, que o coronel não quis emitir. Experiente em matéria de repressão política, o coronel Pinheiro havia participado do massacre à Guerrilha do Araguaia, e ainda segundo Franco, o comandante "esteve pessoalmente antes [do atentado] em Volta Redonda para observar o local da operação". Para o capitão Dalton, sua recusa em atuar no atentado constituíra a principal razão para sua expulsão do Exército três anos depois, quando foi acusado pelo

29 *Folha de S. Paulo*, 03/05/1989, p. A-7.

30 MACIEL, *Op. cit.*, p. 353-4.

31 COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS…, *Op. cit.*, p. 556.

mesmo coronel Pinheiro de haver roubado cartuchos de munição das Forças Armadas. O capitão foi inocentado da acusação em 1998. No ano seguinte, divulgou documentos que reforçavam o envolvimento do coronel Pinheiro com o ato terrorista, além de revelar o planejamento de operações militares para "captura" e "neutralização [...] clandestina" das "principais lideranças sindicais metalúrgicas de Volta Redonda".[32]

Ao passo em que o terrorismo de direita reemergia em Volta Redonda, os metalúrgicos de outras localidades sustentavam suas mobilizações – em alguns casos, à revelia de seus dirigentes sindicais. Em 2 de maio, no ABC paulista, a base da categoria atropelou a direção do SMSBCD, que havia proposto em assembleia o fim da greve, iniciada em 19 de abril. Em Santo André, a paralisação já havia se encerrado na véspera. A patronal propusera um reajuste de 45% (mesmo índice oferecido pelas empresas do Vale do Paraíba), considerado aceitável pelos sindicalistas da Articulação, mas insuficiente para o conjunto da categoria, revoltada com as mais de 900 demissões que as metalúrgicas do ABC já haviam efetuado durante a greve. Na assembleia de 2 de maio em São Bernardo do Campo, diretores sindicais cutistas foram chamados de "pelegos" pelos operários presentes e vaiados quando propuseram o retorno ao trabalho.[33]

Três dias depois, em 5 de maio, nova assembleia tornou a rejeitar a proposta patronal – dessa vez, com o apoio do presidente do SMSBCD, Vicentinho, expressão de que a direção sindical percebera a necessidade de responder aos anseios da categoria. Logo após a assembleia, os metalúrgicos saíram em passeata do Paço Municipal de São Bernardo do Campo, com o objetivo de paralisar as atividades em quatro empresas instaladas nas cercanias. Enquanto caminhavam pela Avenida Piraporinha, à altura da indústria de autopeças Arteb S.A., os policiais militares que acompanhavam o ato – e que, segundo participantes do movimento, desde o início da passeata, vinham dirigindo provocações contra os grevistas – iniciaram as tentativas de dispersão, lançando bombas de gás lacrimogêneo contra os operários, que reagiram arremessando pedras e objetos encontrados na via. A polícia revidou com tiros de escopeta e revólver, contendo munição letal. Pelo menos cinco metalúrgicos foram feridos a bala, e um deles, Heronides Francisco da Cruz, em estado grave, precisou ser internado. O comando da polícia buscou justificar a tentativa de dispersão do ato, alegando que os manifestantes estavam invadindo os estabelecimentos que não estavam em greve, mas, segundo apuração realizada pela *Folha de S. Paulo*, os funcionários daquelas indústrias haviam aderido voluntariamente à manifestação. Por sua vez, o secretário estadual de Segurança Pública, Luiz Antonio Fleury Filho, defendeu a ação policial, alegando que não existiam

32 *Ibid.*, pp. 562-70.

33 *Folha de S. Paulo*, 03/05/1989, p. B-3.

ordens para que os policiais alvejassem os manifestantes, mas que os tiros haviam sido disparados "em legítima defesa" pelos militares.[34]

Em 8 de maio, a "contraofensiva empresarial" avançou, com novas demissões nas montadoras (130 na Autolatina[35] e 90 na Mercedes Benz), que parecem haver finalmente abalado o ímpeto dos metalúrgicos do ABC.[36] A greve da categoria na região se encerrou dois dias depois, com um balanço negativo, não apenas por conta das mais de mil demissões, mas também porque, "pela primeira vez em onze anos", o SMSBC "fechou um acordo, depois da greve da categoria, que não previa reposição total da inflação", fato que veio agravar o desgaste da diretoria, manifesto no episódio das vaias na assembleia do dia 2.[37]

Na região de São José dos Campos, também em 10 de maio, voltaram ao trabalho os operários da Mannesmann (antiga Fi-El), que obtiveram um dos melhores acordos da região (45% de aumento com nova negociação prevista para julho, estabilidade no emprego por 30 dias e garantia de não-punição aos grevistas). No dia seguinte, a mobilização metalúrgica no Vale do Paraíba chegaria ao fim, com o retorno das atividades na Etecman e na Tamoio, duas pequenas fábricas que foram as últimas a fecharem acordos com seus operários. Ao contrário da caracterização derrotista das greves no ABC, a imprensa joseense avaliou a campanha salarial conduzida pelo SMSJCR naquele semestre como "uma grande vitória em termos políticos e econômicos".[38]

Ao passo em que os metalúrgicos do Vale concluíam sua campanha salarial, outras categorias permaneciam pressionando seus empregadores através de fortes greves, como as dos professores, bancários e petroleiros. O ciclo grevista não havia acabado e, novos conflitos entre metalúrgicos e patronal não tardaram a surgir. Naquele mesmo mês, a Engesa, que já havia demitido massivamente e sem pagamento de direitos durante a campanha salarial, suspendeu o convênio médico e concedeu férias coletivas a quase todo o seu quadro funcional, cujos salários estavam atrasados e sem previsão de pagamento.[39]

Ainda em 21 de maio, o SMSJCR organizou uma passeata com uma centena de trabalhadores da Engesa e divulgou uma carta aberta à população, esclarecendo os problemas enfrentados pelos funcionários da fábrica de armamentos. Na ocasião, um diretor da empresa, Miguel Whitaker França Pinto, alegou que a companhia não passava por uma crise, e que a situa-

34 *Folha de S. Paulo*, 06/05/1989, p. B-1; SMABC (Sindicato dos Metalúrgicos do ABC). "30 anos: Batalha da Piraporinha marca a greve de 1989". 07 de maio de 2019. Disponível em: https://smabc.org.br/30-anos-batalha-de-piraporinha-marca-a-greve-de-1989. Consultado em maio de 2020.

35 *Joint venture* que unificou parcialmente a Volkswagen e a Ford nos mercados brasileiro e argentino, entre 1987 e 1996.

36 *O Globo*, 08/05/1989, p. 12.

37 *Valeparaibano*, 14/05/1989, p. 7.

38 *Valeparaibano*, 12/05/1989, p. 3.

39 *Valeparaibano*, 20/05/1989, p. 1.

ção se encontrava em vias de se normalizar, afirmações qualificadas como "mentirosas" pelos operários: "A nossa luta já é conhecida de todo mundo. Aconteceu recentemente com o pessoal da Avibras: demissão em massa e atraso nos pagamentos. A história está se repetindo com a Engesa". Ainda de acordo com os trabalhadores ouvidos pelo *Valeparaibano*, a crise na companhia vinha se agravando desde 1987, "quando a empresa tinha mais de 2.600 funcionários e iniciou os cortes".[40] O fim da guerra entre Irã e Iraque havia reduzido a demanda atendida pela Engesa, responsável pela produção de carros blindados como o Osório e o Urutu. Outro golpe duramente sentido pela empresa bélica no mesmo período se configurou com a desistência da Arábia Saudita em adquirir uma grande quantidade de exemplares do tanque Osório, em um negócio que, se concretizado, renderia mais de um bilhão de dólares à Engesa.[41] A situação financeira da indústria se complicaria ainda mais no período seguinte, desencadeando reações de seus trabalhadores, que acompanharemos adiante neste capítulo.

No decorrer das greves metalúrgicas do primeiro semestre de 1989 no Vale do Paraíba, os trabalhadores parecem haver optado principalmente pela tática do revezamento no interior das fábricas, que, em nossa avaliação, não configura a ocupação propriamente dita dos estabelecimentos. Entretanto, em algumas das indústrias, como na Avibras e na Philips, as ações complementares dos grevistas, tais como os piquetes, o controle da entrada de insumos nas plantas (como no caso do caminhão de nitrogênio) e os acampamentos de demitidos e familiares em seus arredores, tornavam a dinâmica daquelas mobilizações similar à de ocupações efetivas – o que explica que tenham sido assim caracterizadas em algumas fontes e certos estudos.[42] No segundo semestre, como veremos a seguir, outras lutas voltariam a combinar aspectos de greves de revezamento e de ocupações de fábrica na região de São José dos Campos – ocasionando contundentes ações repressivas.

Em julho de 1989, realizaram-se as eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. No processo de composição das chapas, houve intensa disputa no campo cutista, entre três facções: a primeira, liderada por Luiz de Oliveira Rodrigues (Luizinho) e Luiz Antônio Albano, reunia ativistas historicamente ligados a Juarez Antunes, muitos deles filiados ao PDT; a segunda, também de maioria pedetista, referenciava-se no presidente em exercício do SMVR desde o afastamento de Juarez, Marcelo Felício, e incluía os militantes ligados à Articulação Sindical; por fim, o terceiro grupo, encabeçado por Vagner Barcelos, contava com o apoio das correntes CUT pela Base e Convergência Socialista. No mês de abril, a CUT regional havia encaminhado a formação de uma chapa única cutista, englobando os três

40 *Valeparaibano,* 21/05/1989, p. 3.

41 SMSJCR, *Op. cit*., p. 29.

42 Ver SMSJCR, *Op. cit*., p. 18; GUERRA, *Op cit*., pp. 212-213.

setores. Na ocasião, Albano, Marcelo e Vagner candidataram-se ao posto de presidente da lista, que seria escolhido através de consulta à base.

Após uma série de debates e reuniões preparatórias, no dia 20 de abril, uma assembleia com cerca de 2 mil operários, realizada no portão principal da CSN, elegeu Barcelos como líder da chapa, para surpresa dos "herdeiros políticos" de Juarez. Embora a decisão da assembleia tenha sido respeitada na composição da lista da CUT, a "Chapa 1", o grupo de Albano e Luizinho conseguiu indicar 10 dos 23 membros da chapa, obtendo maioria; a ala ligada a Vagner Barcelos ficou com 8 cargos, e o setor vinculado a Marcelo Felício, com 6. As divisões entre as facções não se encerrariam com a conclusão do processo de formação da lista, e embora os cargos mais importantes estivessem nas mãos de setores identificados com a esquerda cutista, o grupo majoritário no interior da chapa seria capaz de "influenciar nas decisões mais importantes e disputar com Vagner a liderança".[43]

No pleito de julho, a Chapa 1 enfrentou outras três candidaturas. A Chapa 2, ligada à CGT e ao "sindicalismo de resultados", assumia abertamente uma postura de conciliação com a diretoria da CSN, e caracterizava as mobilizações realizadas pelos "novos sindicalistas" de Volta Redonda nos anos anteriores como "greves políticas", que haviam prejudicado os trabalhadores. O grupo também defendia o retorno da prestação de serviços assistenciais pelo SMVR. As Chapas 3 e 4, de menor expressão, eram compostas, respectivamente, pelos sindicalistas ligados à antiga diretoria presidida por Waldemar Lustoza e por um pequeno grupo influenciado pela corrente petista Causa Operária.

Durante o processo eleitoral, a CGT de Luiz Antonio Medeiros fez muito barulho e ameaçou anular o pleito na Justiça, para grande irritação dos setores cutistas, mas, nas urnas, a Chapa 2 obteve um resultado modesto: 7,7% dos votos totais contra 85,42% da Chapa 1, que se sagrou vitoriosa.[44] Após a eleição, imaginava-se que os militantes da CUT, com protagonismo da ala esquerda da central, haviam garantido sua permanência à frente do movimento metalúrgico de Volta Redonda até 1992. Contudo, novos incidentes e controvérsias logo afetariam as já complexas disputas entre as diversas frações do ativismo sindical local, assim como as relações entre elas e as bases da categoria, desafiando aquelas predições.

43 *Jornal do Brasil*, 14/07/1989; GRACIOLLI, *Op. cit.*, pp. 102-104.

44 *Ibid.*, p. 106.

5.2 A CORRIDA PRESIDENCIAL E AS LUTAS METALÚRGICAS DO SEGUNDO SEMESTRE DE 1989 EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A poucos meses da realização das primeiras eleições presidenciais diretas desde 1960, José Sarney perdia progressivamente as bases de apoio que angariara ao longo do período da Constituinte. Desgastado pelo auge do ascenso grevista e do processo inflacionário – o ano de 1989 se encerraria com marcas históricas em ambos os indicadores, com mais de 185 milhões de jornadas não trabalhadas[45] e com a inflação recorde de mais de 1.300% ao ano[46] –, o governo fora abandonado até mesmo pelo "Centrão", cujos parlamentares buscavam se relocalizar em torno das candidaturas presidenciais da direita que, via de regra, se apresentavam como oposição a Sarney. Restava ao presidente a complacência dos militares[47], principal garantia da conclusão de seu mandato, mas, já no início de 1989, parecia evidente que Sarney não seria capaz de fazer um sucessor. O presidente da Câmara Federal, Ulysses Guimarães, um dos nomes mais conhecidos do PMDB, considerava-se o "candidato natural" do partido e teve seu nome aprovado pelas convenções eleitorais, mas, apesar de seus atritos com Sarney, o deputado também se encontrava desgastado politicamente, fato confirmado pelas pesquisas de intenção de voto.[48] Além disso, o pleito de 1989 consistiria em uma "eleição solteira" (apenas para o cargo de Presidente da República), algo que reduzia drasticamente a influência exercida sobre o processo eleitoral pelas grandes máquinas partidárias, como a do PMDB, tal como apontado pelo historiador Cássio Guilherme.[49] Esses fatores contribuíam para tornar ainda menos previsíveis os resultados da corrida presidencial.

No campo da esquerda, a primeira candidatura a despontar havia sido a de Leonel Brizola (PDT). Cunhado de João Goulart, o político gaúcho havia sido deputado, prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul na década de 1950, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e se destacara como liderança na Campanha pela Legalidade de 1961, que garantira a posse de Goulart como presidente. No período do golpe, Brizola também cumpriu um papel de resistência, acolhendo o governante deposto e conclamando os militares gaúchos a restaurarem o regime democrático, sublevando-se, se necessário. Aquelas iniciativas aceleraram a cassação de seu mandato pelos

45 NORONHA, E. "Ciclo de Greves, Transição Política e Estabilização: Brasil, 1978-2007". *Lua Nova*, São Paulo, nº 76, p. 119-168, 2009. Os dados mencionados se encontram à p. 134.

46 MACIEL, *Op. cit.*, p. 355.

47 Sobre as relações entre Sarney e os militares ao longo de seu mandato, ver ZAVERUCHA, *Op. cit.*

48 MACIEL, *Op. cit.*, pp. 362-363.

49 GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. *1989*: História da primeira eleição presidencial pós-ditadura. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2019. p. 102.

golpistas, ainda nos momentos iniciais da ditadura empresarial-militar, e o então petebista teve de se exilar, retornando ao Brasil apenas após a aprovação da Lei de Anistia de 1979. Defensor de um projeto nacionalista e reformista, Brizola tinha a intenção de restaurar o PTB, mas a sigla já havia sido reivindicada por outro grupo político (ligado à deputada Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas); seus esforços de organização partidária deram origem a uma nova legenda, o PDT, com um perfil de esquerda mais associado ao antigo "populismo" que aos "novos movimentos sociais". O líder gaúcho se elegeu governador do Rio de Janeiro nas eleições de 1982 e, apesar de não ter conseguido emplacar seu candidato à sucessão (o sociólogo Darcy Ribeiro, derrotado pelo peemedebista Moreira Franco, em 1986), Brizola mantivera seu apelo eleitoral, chegando a liderar as primeiras pesquisas de intenção de voto para o pleito presidencial.[50]

A outra candidatura da esquerda era a de Luís Inácio Lula da Silva (PT), maior liderança do "novo sindicalismo" e deputado constituinte mais votado em 1986. Aliado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e ao PC do B, o PT encabeçava a Frente Brasil Popular, apoiada pela CUT. O programa de um eventual governo federal petista – inspirado no "Programa Democrático e Popular", que havia sido discutido e aprovado pelo V Encontro Nacional do PT, em 1987, momento em que a pré-candidatura de Lula à presidência ganhou contornos mais nítidos – foi definido em junho de 1989, no VI Encontro Nacional do PT, e sintetizado nos "13 pontos do programa da Frente Brasil Popular", que incluíam, entre outras medidas de caráter antimonopolista e anti-imperialista, a reforma agrária, a suspensão do pagamento da dívida externa e a "liberdade de realizar greves".[51]

As classes dominantes e seus porta-vozes, evidentemente, temiam o crescimento da candidatura de Lula, associando-a ao "radicalismo" de esquerda e designando as medidas propostas pela Frente Brasil Popular como os "treze passos para o socialismo".[52] A relação do próprio PT com a estratégia socialista, contudo, era ambígua e rica em nuances. Embora o socialismo seguisse sendo reivindicado por setores do petismo, a ala majoritária e, especialmente, a direção nacional da organização consideravam essencial tornar a legenda "palatável" para camadas mais amplas da população, de modo a assegurar a viabilidade eleitoral do partido, confirmada nas eleições municipais de 1988. O contexto da crise terminal dos regimes burocráticos do Leste Europeu (o assim chamado "socialismo real"), bem como o verdadeiro "terrorismo ideológico" promovido pelas candidaturas da direita, em coro com militares, empresários e órgãos de imprensa, que buscavam explorar os preconceitos populares, acusando o PT de ter aspirações totalitárias, contribuíram, desde o início da campanha, para que o partido enveredasse pelo caminho da suavi-

50 GUILHERME, *Op. cit*., p. 107.

51 *Ibid*., pp. 297-8.

52 *O Estado de São Paulo*, 28/11/1989, p. 5.

zação de seu discurso e fizesse gestos de repúdio aos governos burocráticos instalados em Estados operários, como na ocasião do Massacre da Praça da Paz Celestial, em junho.[53]

Para além disso, na própria composição da chapa eleitoral, o PT buscou um candidato a vice-presidente que fosse, em tese, capaz de tranquilizar moderados e conservadores, optando pelo senador José Paulo Bisol (PSB). Bisol era politicamente alinhado com o senador "tucano" Mario Covas, e somente não havia se filiado ao PSDB, quando de sua fundação, a pedido de Lula, pois seu nome já era cotado como possível candidato a vice na chapa petista.[54] Não se tratava de mera "engenharia política", contudo; as ambiguidades da candidatura petista expressavam, igualmente, as indefinições ideológicas que o partido vivenciava desde sua fundação, agravadas à medida que o PT passava a ocupar cada vez mais postos no aparelho do Estado, especialmente no Poder Executivo. Wladimir Pomar, então membro do Diretório Nacional do partido, em livro sobre a campanha eleitoral de Lula em 1989, chegou a definir o programa da Frente Brasil Popular como o de um "capitalismo do povo": "[…] no capitalismo reformado do [eventual] governo Lula o que se pretendia era democratizar o capital através de uma profunda redistribuição de renda".[55]

No entanto, no contexto de fins da década de 1980, gestos e formulações daquele tipo estavam longe de ser o bastante para pacificar as classes dominantes em relação à perspectiva de uma vitória da esquerda. Cássio Guilherme aponta que a postura da imprensa ao longo da corrida eleitoral contribuiu significativamente para a disseminação do alarmismo contra Brizola e Lula – por vezes, disfarçado sob preocupações pseudodemocráticas:

> Ainda no primeiro turno, ao incitar a atuação de empresários para colocar no segundo turno dois candidatos "de centro", o jornalista Aristóteles Drummond diz que "não há como disfarçar a evidência de que milhares de famílias brasileiras se sentirão compelidas ao exílio" caso Lula ou Brizola tenham mais votos nas urnas. Um governo de esquerda "levaria a uma convulsão a curtíssimo prazo" e "os militares voltariam a configurar a última instância válida para manter a Nação íntegra, sem derramamento de sangue. Ou com pouco". Às vésperas do segundo turno, o cientista político Aloysio Azevedo incita as Forças Armadas a não assistirem passivamente à "aproximação de todos os 'inimigos' batidos ontem e

53 SECCO, Lincoln. *História do PT 1978-2010*. Cotia/SP: Atêlie Editorial, 2011, p. 133.

54 *Ibid*., p. 135.

55 POMAR, Wladimir. *Quase Lá*: Lula, o susto das elites. São Paulo: Brasil Urgente, 1990, p. 43.

> anteontem" que prometem abrir os porões da Ditadura. Caso as urnas não escolham o candidato neoliberal que os donos do poder esperam, o espectro de um novo golpe civil-militar cercava o país em 1989.[56]

Entre as chapas da direita, Aureliano Chaves (PFL), que havia sido vice-presidente durante a gestão do ditador Figueiredo, era quem mais se aproximava de representar uma candidatura "natural" da burguesia: adepto de um "desenvolvimentismo autoritário", que pretendia preservar aspectos do intervencionismo estatal sobre a economia (e a tutela militar, no plano político), mas sem apresentar hostilidades ao capital externo ou à adoção de medidas neoliberais, seu nome não desagradava nenhuma das principais frações da classe dominante e do campo conservador, expressando, de acordo com o historiador David Maciel, um "termo médio" entre os interesses hegemônicos.[57] Faltava a Chaves, contudo, o apelo popular. O desgaste do governo Sarney, do qual fizera parte até janeiro, pesava sobre sua candidatura, cujo desempenho eleitoral foi pífio. Prevendo os resultados insatisfatórios de Chaves nas urnas, os setores simpáticos à sua candidatura (e até mesmo o próprio PFL) abandonaram o projeto de elegê-lo, aproximando-se de outras candidaturas mais abertamente neoliberais, como as de Guilherme Afif Domingos (PL), Paulo Maluf (PDS) e Mario Covas (PSDB) – muito embora este último fosse lido pelos conservadores como um "esquerdista", por conta de sua atuação na Constituinte.

Covas experimentou um crescimento eleitoral significativo na reta final da campanha, terminando em quarto lugar, com 11,51% dos votos. Contudo, a ascensão do candidato do PSDB não chegou a perturbar significativamente a já consolidada polarização entre as candidaturas da "esquerda antiautocrática"[58] (Lula e Brizola) e a de Fernando Collor de Mello (PRN), nome ao qual o bloco hegemônico aderia em peso, conforme se aproximava o primeiro turno do pleito. Defensor da agenda neoliberal mais extremada, sua campanha tinha apelo junto às camadas populares, associando um discurso anticorrupção algo messiânico com a apresentação de Collor, então governador de Alagoas, como um líder carismático e jovem, opositor de Sarney e um *outsider* na política – algo que contradizia abertamente seus vínculos com a oligarquia local, bem como as passagens do político pelos principais partidos tradicionais, da Arena ao PMDB, pelo qual se elegera governador. A utilização hábil da televisão alavancou sua candidatura ainda no primeiro semestre, colocando-o na frente nas pesquisas de intenção de voto já em abril, mas a adesão tardia de importantes segmentos das classes dominantes

56 GUILHERME, *Op. cit.*, p. 272.

57 MACIEL, *Op. cit.*, p. 364.

58 A expressão também é empregada por MACIEL, *Op. cit.*

a seu nome – o único que, às vésperas da eleição, parecia capaz de vencer a esquerda nas urnas – indica que, efetivamente, Collor não lhes parecia o candidato ideal. O governador alagoano não agradava, particularmente, os militares, aos quais se contrapusera em discursos de campanha, ameaçando com o fechamento do SNI e com a redução do peso das Forças Armadas em seu governo, caso fosse eleito.[59]

Durante a campanha eleitoral, Collor perdeu paulatinamente a grande margem de vantagem que as pesquisas de meados do primeiro semestre lhe conferiam – em abril, o candidato tinha a seu favor mais de 40% das intenções de voto –, mas, graças à construção midiática de sua imagem, ao apoio ostensivo dos principais meios de comunicação de massas do país (especialmente o dos grupos ligados às famílias Marinho e Mesquita) e ao naufrágio das demais candidaturas que se propunham a derrotar Lula e Brizola, o "caçador de marajás" conseguiu chegar ao pleito com 28% das intenções de voto. Outra importante fonte de apoio para Collor esteve na ala conservadora do movimento sindical: as principais lideranças do "sindicalismo de resultados" da CGT, como Antonio Rogério Magri e Luís Antonio de Medeiros, aderiram à sua candidatura – mais tarde, Magri viria a ser o Ministro do Trabalho de Collor.

Uma das partes mais importantes da agenda neoliberal que Collor representava, tratada por seus defensores como parte da necessária "modernização" da economia brasileira, era a privatização de diversas empresas estatais, consideradas "ineficientes" e "mal administradas". O debate sobre o tema fora constante ao longo da década de 1980, especialmente em sua segunda metade, e na realidade a política privatista já havia se iniciado, timidamente, sob Figueiredo, com o decreto nº 86.215, de 25 de julho de 1981.[60] Em sua reta final, o governo Sarney parece haver se valido do fato de que o presidente não concorria à reeleição (podendo, por assim dizer, arcar com os custos políticos de medidas de repercussão incerta) para experimentar avanços na implementação do projeto.

Em 1º de setembro de 1989, Jânio de Freitas denunciava, em sua coluna na *Folha de S. Paulo*, irregularidades no processo de privatização da Mafersa, produtora de vagões ferroviários estatizada pouco antes do golpe de 1964. Uma das plantas da empresa estava instalada em Caçapava, no Vale do Paraíba. De acordo com Freitas, o presidente do BNDES, Márcio Fortes, havia conseguido junto a Sarney a autorização para a venda da Mafersa, alegando que o governo precisava "dar provas de seu empenho na privatização de estatais". O negócio favoreceria tremendamente os eventuais compradores, não somente por conta da série de facilidades oferecidas na aquisição (prazo amplo para o financiamento da compra e taxa de juros baixa, na casa dos 8%),

59 *Ibid.*, pp. 365-366.

60 Não devemos depreender daí que a agenda privatista já se encontrasse consolidada, e muito menos que houvesse consenso em torno do tema. Para um histórico dos debates e da implementação das privatizações no Brasil, ver ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas Neoliberais no Brasil*: A privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFF, 2010.

mas também porque os novos proprietários receberiam uma empresa que seria "imediatamente beneficiada com o pagamento, pelo próprio governo, de uma encomenda de valor ainda desconhecido, mas por certo na altura de dezenas de milhões de dólares". Além disso, os vagões encomendados (pela prefeitura do Rio de Janeiro) já se encontravam prontos ou em avançado estágio de produção, construídos "com dinheiro do governo"; "lucro líquido", segundo o colunista.[61]

O leilão para a venda da Mafersa foi marcado para 12 de outubro.[62] Contudo, antes que ele ocorresse, Jânio de Freitas tornou a apontar indícios de corrupção no negócio, dessa vez, mencionando a existência de uma "rede de cumplicidade entre escritórios de consultoria, empresas de auditoria, diretorias de órgãos federais e empresários", atuando "com a complacência do governo" para reduzir o preço da estatal.[63] As denúncias de Freitas remetiam também aos questionamentos do SMSJCR e do PT quanto à depreciação proposital (a "maquiagem") do valor de mercado da Mafersa:

> O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, em cuja área a Mafersa têm uma de suas três unidades fabris (as outras são em São Paulo e Contagem/MG) e o PT levantaram, em seguida, a questão do preço fixado pelo BNDES para a venda. Mostraram que só os estoques que a Mafersa tem em aço e em produtos prontos – vagões, ônibus, rodas e eixos – já superavam o preço de venda. A propósito, cabe um acréscimo à demonstração da incompatibilidade entre os estoques e o preço. Os estoques foram subestimados, na fixação do preço segundo o "patrimônio líquido" da empresa, através do ardil contábil de avaliá-los "ao custo médio das compras ou produção, inferior aos custos de reposição ou valores de realização". Ou seja, o que foi adquirido ou produzido pela Mafersa há um ano, por exemplo, e figura no estoque, entrou no preço sem considerar os 1.500% de inflação neste período. Este ardil explica não só a insignificância do valor atribuído ao estoque, mas também grande parte do prejuízo apresentado pela Mafersa em 87 e 88. Prejuízo invocado para justificar a doação chamada de venda.[64]

61 *Folha de S. Paulo*, 01/09/1989, p. A-5.

62 *Valeparaibano*, 27/09/1989, p. 3.

63 *Folha de S. Paulo*, 08/10/1989, p. A-5; *Valeparaibano*, 10/10/1989, p. 3.

64 *Folha de S. Paulo*, 08/10/1989, p. A-5.

Diante das suspeitas geradas pelo processo de privatização da Mafersa, o SMSJCR foi à Justiça, impetrando uma ação cautelar para suspender o leilão da estatal. As iniciativas do sindicato e da comissão de fábrica da Mafersa, apoiadas pelo PT – Lula chegou a denunciar as irregularidades da tentativa de privatização na televisão, no horário gratuito a que o partido tinha direito por conta da campanha eleitoral[65] –, envolveram debates na Câmara Municipal de Caçapava, assembleias e seminários com os metalúrgicos da empresa, e articulações com os representantes dos operários das demais unidades da estatal.[66] Para os sindicalistas, interessava não somente denunciar os indícios de corrupção no caso específico da tentativa de venda da Mafersa às pressas, mas, mais fundamentalmente, questionar a própria natureza do projeto privatista, cujo signo geral era exatamente o da dilapidação do patrimônio público.

As intervenções de jornalistas como Jânio de Freitas, que deram destaque ao tema, parecem ter sido determinantes para que a venda da empresa não se concretizasse naquela ocasião. Márcio Fortes acabou substituído por Ney Távora na presidência do BNDES, e Sarney destacou o ministro-chefe de seu gabinete civil, Ronaldo Costa Couto, para apurar o caso. Faltando dois dias para o leilão, o presidente decidiu suspendê-lo. Em editorial, a *Folha de S. Paulo* comentou o processo, exigindo a investigação das irregularidades, ao passo em defendia o projeto privatista (ou "[…] a necessária reversão do papel do Estado na economia, ponto que este jornal tem enfatizado insistentemente"):

> Estratégias amplas de privatização, que desafoguem o Estado de um vasto arcabouço, ineficientemente administrado, necessitam ser discutidas com democracia e planificadas cuidadosamente. O que não se pode suportar é o predomínio de preconceitos ultrapassados, que inviabilizem a retomada do desenvolvimento e a intensificação do papel social do poder público; merecem igual repúdio, por seu turno, os procedimentos que, deturpando segundo interesses particulares uma necessidade vital da economia, pretendam fazer da política desestatizante uma ação entre amigos, às expensas da sociedade brasileira.[67]

No segundo semestre de 1989, apesar do empenho governista em conter as greves, as paralisações seguiram recorrentes. No Vale do Paraíba, as lutas operárias eram impulsionadas, não somente pela inflação galopante, mas,

65 *Folha de S. Paulo*, 09/10/1989, p. C-1.

66 SMSJCR, *Especial 55 anos…*, p. 23.

67 *Folha de S. Paulo*, 11/10/1989, p. A-2.

igualmente, pelos constantes atrasos salariais e pelas demissões massivas com as quais as empresas da região buscavam solucionar suas crises. No final de setembro, diante de 370 demissões na Kodak, o presidente do Sindicato dos Químicos, José Walter Raimundo Pontes, expressava dúvidas quanto à possibilidade de o mercado regional absorver rapidamente os trabalhadores dispensados. A Kodak atribuía as demissões à "política de desvalorização cambial do cruzado, que resultou na redução do nível de competitividade" da empresa no mercado internacional.[68]

A situação não era muito diferente no ramo metalúrgico: nos primeiros dias de outubro, havia rumores acerca de possíveis demissões na Avibras, que pagara apenas 15% do valor dos salários de setembro a seus funcionários, alegando "dificuldades de caixa". O corte nos pagamentos foi o estopim de uma greve.[69] O atraso persistiu e, no quarto dia de paralisação, houve tumulto na porta da fábrica, por conta do impedimento imposto pela companhia à entrada do sindicalista Maurílio de Oliveira, funcionário de outra planta da empresa, em Jacareí. Durante os atritos, a segurança da Avibras deteve o sindicalista por algumas horas na sala da guarda, e somente com a chegada do presidente do sindicato é que Maurílio foi liberado e pôde juntar-se aos grevistas. Para Felipe Cury, assessor de relações oficiais da empresa, a confusão e a própria greve eram frutos das ações do sindicato: "os funcionários confiam na empresa e só entraram em greve em decorrência do tumulto criado pelo sindicato, que visa desestabilizar a empresa".[70]

Em 10 de outubro, outra greve teve início, na Bundy (atualmente, TI Automotive). Os 1.300 operários da empresa demandavam 120% de aumento, além de questões como a efetivação dos funcionários temporários, a implantação de um restaurante próprio na fábrica e o fim da jornada de trabalho aos sábados. O diretor sindical Ivanil Ribeiro da Silva declarou, à época, que a Bundy era "a indústria mais 'problemática' da região", onde ainda eram comuns "problemas quanto à higiene, limpeza, alimentação e relacionamento de chefia, pontos já resolvidos na maioria das demais indústrias". No primeiro fim de semana da mobilização (14 e 15 de outubro), os funcionários montaram um acampamento no gramado da empresa para impedir a entrada ou saída de caminhões com peças automotivas, e chegaram a organizar um churrasco para os grevistas e seus familiares, como forma de manter a movimentação de trabalhadores naquele espaço.[71]

Na Embraer, a greve também era iminente: à reivindicação de aumento salarial, da ordem de 144%, a estatal havia contraposto uma proposta de 65,42% de reajuste, recusando todas as demais solicitações operárias, tais como cesta básica, readmissão dos demitidos por motivo de greve e estabilidade

68 *Valeparaibano*, 29/09/1989, p. 5.

69 *Valeparaibano*, 08/10/1989, pp. 1-3; 10/10/1989, p. 5.

70 *Valeparaibano*, 13/10/1989, p. 5; 14/10/1989, p. 5.

71 *Valeparaibano*, 12/10/1989. p. 3; 14/10/1989, p. 5.

no emprego por dois anos. Diante disso, cerca de 7 mil funcionários (em um total de 12 mil) interromperam suas atividades a partir de 12 de outubro, paralisando completamente os setores de produção e usinagem da empresa. Segundo o sindicato, somente as chefias e os mensalistas não aderiram à greve; a assessoria de imprensa da Embraer, contudo, afirmava que apenas 40% dos funcionários não estavam trabalhando, e que empresa aguardava o julgamento do dissídio no TRT. Ainda de acordo com o assessor Antonio Augusto, a diretoria da estatal não temia prejuízos imediatos por conta da paralisação: "A Embraer só sofrerá perdas se a duração da greve ultrapassar uma semana".[72]

Em meados do mês, começava a se desenhar mais uma greve massiva dos cerca de 90 mil metalúrgicos do Vale. Para pôr fim à paralisação em sua planta, a Embraer propôs um aumento levemente superior à oferta inicial, além do pagamento de um abono a todos os funcionários e da garantia de reposição integral da inflação mensal a partir de novembro; por fim, comprometia-se ainda a não efetuar nenhum tipo de retaliação contra os grevistas. A proposta foi aprovada pelos operários em assembleia realizada em 17 de outubro. Na Bundy, a greve seguia, com impactos sobre a produção de outras empresas, como a GM, que dependia dos tubos de freios produzidos exclusivamente por aquela indústria de autopeças para a produção do recém-lançado modelo Kadett. Os grevistas permaneciam no interior da fábrica, impedindo a saída das peças. Em 19 de outubro, o TRT de Campinas decidiu pela ilegalidade da greve, julgando o movimento "abusivo e improcedente", e no dia seguinte, a empresa convocou os operários a retomarem a produção, sob ameaça de demissões. Mas a assembleia dos metalúrgicos da Bundy decidiu pela continuidade do movimento.[73]

No dia 24, o juiz Luís Augusto Sales Vieira, da 4ª Vara Cível de São José dos Campos, determinou a reintegração de posse em favor da indústria de autopeças. Na mesma data, o comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel José Vicente, visitou a fábrica e afirmou que o patrimônio da Bundy não corria risco, optando pela tentativa de um acordo para que os trabalhadores deixassem a planta voluntariamente. Na edição de 25 de outubro do *Valeparaibano*, registra-se uma declaração do sindicalista Ivanil Ribeiro, que contesta até mesmo o uso do termo *ocupação* para referir-se ao movimento na Bundy, uma vez que os trabalhadores estariam, segundo o diretor do sindicato, se revezando no interior da planta, de acordo com seus turnos de trabalho.[74]

Compreende-se dessa fala que, na opinião de Ivanil, uma ocupação só se caracterizaria com a permanência continuada do conjunto dos grevistas na fábrica. Nessa definição, o controle exercido pelos metalúrgicos sobre a

72 *Valeparaibano*, 12/10/1989, pp. 1-3; 13/10/1989, p. 5; 14/10/1989, p. 5.

73 *Valeparaibano*, 18/10/1989, pp. 1-3; 19/10/1989, p. 3; 21/10/1989, p. 3.

74 *Valeparaibano*, 25/10/1989, p. 3.

saída de peças da empresa, tática similar à que havia sido utilizada pelos trabalhadores da Philips no primeiro semestre (que haviam impedido a entrada de insumos na fábrica), seria um aspecto secundário. Embora o controle operário sobre o trânsito de bens e indivíduos no espaço ocupado seja, tal como discutimos no terceiro capítulo deste livro, uma das características determinantes de uma ocupação, não nos parece correto defini-la exclusivamente a partir desse predicado, que, ademais, pode ser garantido através de outras táticas (como os piquetes), sem que se alterem substancialmente os demais aspectos do ordenamento interno do local em questão – ao contrário do que costuma ocorrer nas ocupações propriamente ditas, nas quais a presença continuada do conjunto dos trabalhadores mobilizados na unidade ocupada, via de regra, organizados em comissões, anula e substitui a autoridade dos administradores da empresa, razão pela qual não era incomum que sindicalistas considerassem as ocupações como uma "forma superior de luta operária", embrião do controle dos trabalhadores sobre a produção.[75]

Entretanto, ainda que se tratassem, segundo seus próprios participantes, de "greves de revezamento", algumas das mobilizações metalúrgicas de 1989 no Vale do Paraíba efetivamente adquiriram traços e dinâmicas similares às das ocupações do biênio 1984-1985. Em alguns momentos da greve de outubro de 1989 na Bundy, em especial, os elementos característicos daquele tipo de luta predominaram, inclusive no terreno simbólico: durante a campanha, os grevistas tomaram iniciativas para demonstrar seu controle sobre a unidade fabril, por exemplo, hasteando uma bandeira da CUT em um mastro improvisado no interior da empresa.[76]

Os sindicalistas da categoria, certamente, sabiam dessa dinâmica, frequentemente estimulada e comemorada pelos setores mais "combativos" do ativismo, mas podemos compreender perfeitamente as razões pelas quais não era conveniente aos dirigentes do SMSJCR contribuir para associar, através de suas declarações à imprensa local, o movimento na Bundy e a expressão "ocupação", que havia sido intensamente estigmatizada na região desde meados da década, sobretudo após a greve da GM em 1985. Ao refutar a caracterização da mobilização na Bundy como uma ocupação, o sindicalista questionava as narrativas que definiam as lutas dos trabalhadores através dos rótulos do "radicalismo" e das "milícias metalúrgicas", difundidas pelos grandes meios de comunicação. Complementarmente, tratava-se de evidenciar que as práticas verdadeiramente violentas eram fomentadas pela patronal, não pelos grevistas. Na mesma entrevista, Ivanil denunciava que a Bundy havia "contratado um grupo de paramilitares para acabar com a greve", "15 homens armados com cassetetes" que teriam tentado, sem sucesso, invadir a fábrica para amedrontar os grevistas. Questionado pela imprensa, o gerente

75 Ver VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. *Volta Redonda, entre o Aço e as Armas*. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 54.

76 SMSJCR, *Op. cit.*, p. 19; GUERRA, *Op. cit.*, p. 210.

de Recursos Humanos da empresa, Acyr de Abreu, contestou a denúncia, afirmando que "em hipótese nenhuma iríamos apelar para este tipo de coisa".[77]

Pela manhã de 26 de outubro, os trabalhadores da Bundy, reunidos em assembleia discutiram a contraproposta da patronal, que envolvia um reajuste 6% superior ao índice negociado entre a FIESP e os sindicatos metalúrgicos do interior paulista, além de um abono financeiro e do compromisso de não demitir grevistas; os dias parados seriam descontados em quatro parcelas, a partir de novembro. A proposta foi rejeitada. No dia seguinte, em nova rodada de negociações, a Bundy propôs que os descontos ocorressem em cinco vezes, e que os operários do terceiro turno (jornada noturna) não mais trabalhassem aos sábados. Mas antes do fim das discussões, os representantes da Bundy abandonaram a reunião, dando a entender que já haviam oferecido tudo que a empresa estava disposta a conceder. Naquele dia, o coronel José Vicente teria dito à imprensa que esperava que os operários tivessem "bom senso" e aceitassem a proposta da patronal, pois, se não o fizessem, a liminar seria cumprida e "a responsabilidade por um eventual confronto entre os empregados e a polícia" seria dos próprios trabalhadores. Contudo, o SMSJCR conseguiu a suspensão judicial temporária da ordem de reintegração de posse e solicitou um *habeas corpus* preventivo para os trabalhadores da empresa.[78]

Finalmente, na segunda-feira, 30 de outubro, 60 policiais militares invadiram a Bundy e expulsaram os grevistas, cumprindo nova ordem de reintegração expedida na véspera. A operação, realizada na calada da noite, nada teve de pacífica. Enquanto dormiam os cerca de 70 ocupantes que permaneciam no gramado da empresa, a polícia cortou as cercas da fábrica e promoveu sua invasão, usando bombas de gás lacrimogêneo para evitar que os operários, assustados, esboçassem qualquer reação, e em cerca de dez minutos, os policiais retiraram à força os trabalhadores das dependências da fábrica.[79] Apesar dos riscos envolvidos em uma operação conduzida daquela maneira, sem negociação e durante a madrugada, ninguém ficou ferido. Os empregados da Bundy, contudo, não se deram por vencidos, e mantiveram sua greve mesmo depois da invasão policial. Além disso, como resposta à desocupação forçada e aos telegramas com ameaças de afastamento que alguns metalúrgicos estavam recebendo, decidiram estabelecer um acampamento às portas da Bundy, ainda no dia 30 de outubro. Naquela tarde, a empresa tentou novamente fazer com que um caminhão carregado com tubos de freios deixasse as dependências da fábrica, ao que se opuseram os trabalhadores acampados.[80] No dia seguinte, as negociações entre o sindicato e a direção da Bundy não prosperaram, e

77 *Valeparaibano*, 25/10/1989, p. 3. A contratação de equipes particulares de segurança para a intimidação de grevistas, tal como discutimos no terceiro capítulo desta obra, havia se tornado prática recorrente entre as empresas do Vale do Paraíba desde meados da década. Há relatos sobre a utilização do mesmo tipo de expediente contra grevistas do setor químico em São José dos Campos, semanas depois, em novembro de 1989. *Cf. Valeparaibano*, 11/11/1989, p. 6.

78 *Valeparaibano*, 26/10/1989, p. 6; 27/10/1989, p. 3; 28/10/1989, pp. 1-5.

79 *Valeparaibano*, 31/10/1989, p. 3.

80 *Ibid.*

mais uma vez, houve tensão entre os policiais que cercavam a fábrica e os operários, informados de que a empresa não desistira de enviar as peças às montadoras. Os caminhões sequer fizeram novas tentativas de saída no dia 31; era a calmaria que antecede a tempestade.

No começo da noite de 1º de novembro, vigésimo terceiro dia da greve, nova operação policial foi deflagrada, dessa vez, para expulsar definitivamente os metalúrgicos mobilizados dos arredores da Bundy. O *Valeparaibano* descreveu a ação policial como um "festival de violência", "verdadeira operação de guerra". Às 17 horas, Herbert Brenner, o vice-presidente da GM do Brasil, uma das fábricas mais afetadas pela paralisação na Bundy, foi até a empresa para se reunir com seus diretores. Brenner, vale lembrar, era um velho conhecido dos metalúrgicos da cidade, famoso por incitar os policiais a desocuparem a GM durante a greve de 1985, mesmo que isso trouxesse riscos às vidas das pessoas presentes.[81] Diante do grande contingente policial mobilizado e percebendo a iminência da agressão policial, diretores do SMSJCR tentaram negociar a liberação da portaria da empresa, para que os caminhões de peças finalmente pudessem sair, em troca do compromisso de que não haveria violência policial ou detenções, mas o comando da tropa não quis conversa. Por volta das 18 horas, pouco após a saída dos funcionários do setor administrativo (que não estavam em greve), cerca de 120 policiais, "armados de revólveres, cassetetes, bombas de efeito moral e com a ajuda de cães policiais" começaram a empurrar os grevistas por um barranco em direção à Via Dutra, extremamente movimentada por conta do horário. Os sindicalistas que estavam no local tentaram paralisar o trânsito na rodovia, para permitir a retirada dos operários em segurança, enquanto muitos eram agredidos. Em menos de 5 minutos, não havia mais acampamento; às 19h30, o primeiro caminhão de autopeças deixava as dependências da Bundy.[82]

O saldo de feridos na operação policial ultrapassou as três dezenas, e 22 pessoas foram detidas. Grande parte dos feridos foi atendida pelo departamento médico do SMSJCR, e alguns deles foram entrevistados pelo jornal local. Paulo Roberto dos Santos teve o rosto cortado por uma bomba de gás lacrimogêneo jogada em sua direção. Alcir Roberto Peres foi atingido por golpes de cassetete nas costas e nas mãos, e contou: "Não deu tempo para dizer nada. Quando vi já estava levando cacetada. Apenas corri pra não ser quebrado". Além das agressões contra os trabalhadores, a polícia também atacou jornalistas que estavam na Bundy, cobrindo a mobilização. O repórter fotográfico Nelson Almeida de Oliveira Junior, do *Valeparaibano*, foi agredido com golpes de cassetete e teve sua câmera apreendida pelos policiais. O mesmo se passou com o fotógrafo da *Folha de S. Paulo*, Marco Aurélio de Castro Monteiro, agredido com chutes por seis militares. Monteiro, mais tarde, teve sua câmera devolvida pelo tenente-coronel José Vicente da Silva

81 SMSJCR, *Op. cit.*, p. 19; *Valeparaibano*, 2/11/89, pp. 1-3.

82 *Ibid.*

Filho, que comandava a operação.[83] Em nota emitida no dia 3 de novembro, com trechos publicados e comentados pelo *Valeparaibano*, o coronel afirmava que os casos de violência seriam apurados e que haveria punições aos responsáveis por "excessos cometidos", mas tentava justificar a ação policial:

> Vários jornalistas foram testemunhas de nossas tentativas de dissuadir os grevistas da utilização de expedientes não legais para pressionar o clima de negociação. Assim sendo, somente se retiraram do interior da empresa após emprego da força policial, uma vez que não atenderam a ordem judicial. Da mesma forma, recusaram-se a deixar que caminhões saíssem do interior da Bundy apesar de alertados do intolerável abuso que estavam cometendo.[84]

O comentário do jornal a respeito da declaração do delegado é precioso e também merece reprodução:

> […] o tenente-coronel tem razão. Os jornalistas foram, realmente, testemunhas de suas tentativas de liberar a portaria, só que também foram testemunhas de que antes de se iniciar a pancadaria geral o secretário-geral do sindicato, Antonio Donizete, disse várias vezes que os caminhões poderiam sair, porque os grevistas e sindicalistas não iriam se opor, justamente para evitar a violência.[85]

Outros argumentos do coronel envolviam "a movimentação de alguns grevistas tentando arremessar pedras sobre os policiais", além das alegações de que eles estariam armados "com paus cheios de pregos, bolotas de pregos e montes de pregos" e de que suas intenções envolveriam não apenas o enfrentamento com a polícia, mas também saques a supermercados, algo que, supostamente, teria sido dito "pelos auto-falantes [sic] do carro da CUT". O jornal também contradizia aquelas alegações e frisava que "dificilmente […] haveria tempo para que alguém ensaiasse pegar uma pedra, já que, em segundos, os trabalhadores já estavam do outro lado da pista seguidos pelos cães e policiais". As tentativas de difamação contra os operários prosseguiram,

83 *Ibid.*

84 *Valeparaibano,* 04/11/1989, p. 3.

85 *Ibid.*

com a participação ativa da Bundy. Sem apresentar quaisquer evidências, o gerente Acyr de Abreu atribuiu aos grevistas a responsabilidade por um incêndio ocorrido em 3 de novembro, em um tanque da linha de condensadores da fábrica. Segundo Abreu, os operários, que ainda estavam em greve, teriam aproveitado "o tempo entre uma ronda e outra dos guardas e entraram na fábrica para efetuar este ato terrorista". Os bombeiros, no entanto, afirmavam que não havia quaisquer sinais de que o incidente fosse premeditado, e a segurança da empresa tampouco havia visto quaisquer pessoas entrarem ou saírem das dependências da Bundy no momento do incêndio.[86]

Ainda em 4 de novembro, o *Valeparaibano* publicou uma nota, contratada pela empresa, destinada "ao trabalhador da Bundy e sua família". A nota expressava a posição da patronal de que a greve era "ilegal, agressiva e violenta" e que interessava apenas "a uma minoria ativista e radical", e convocava "a maioria ordeira e sensata" dos trabalhadores a retomarem suas atividades, anunciando o desconto de metade dos dias parados. Caso a greve prosseguisse, o desconto seria integral, além do "risco de punição e até perda de seu emprego": "Portanto, trabalhador da BUNDY, analise, avalie e decida com independência e coragem. Não permita que esta minoria de ativistas que vive às custas de conflitos e confusões, mas nada perde com isto, prejudique você e sua família".[87] Na mesma data, os metalúrgicos fizeram uma passeata em repúdio à violência policial e, em frente à Câmara Municipal de São José, foram expostas 25 fotografias feitas por Marco Aurélio Monteiro, retratando a repressão do dia 2.[88]

Na segunda-feira, 6 de novembro, os operários da Bundy encerraram sua greve, após 27 dias de paralisação. Conquistaram, além do reajuste de 85%, a garantia da patronal de que as cem suspensões em curso seriam revistas e, nos casos em que houvesse rompimento do contrato, os funcionários receberiam carta de referência, dois avisos prévios e um abono. A empresa comprometia-se a não promover demissões em massa. Na sequência, o departamento jurídico do SMSJCR tomou providências no intuito de responsabilizar o comando da PM pelas lesões e os riscos a que submeteram os grevistas no dia 2 de novembro, solicitando à Secretaria de Segurança Pública a averiguação dos fatos e o afastamento do tenente-coronel José Vicente da Silva Filho enquanto transcorresse a investigação. Na ocasião em que a representação foi protocolada, o advogado do sindicato, Jaime Bustamante Fortes, declarou à imprensa: "A polícia não pode tratar o trabalhador como se ele fosse um bandido ou inimigo num campo de batalha".[89]

86 *Ibid.*

87 *Ibid.*, p. 7.

88 *Valeparaibano*, 05/11/1989, p. 3.

89 *Valeparaibano*, 07/11/1989, p. 3; 10/11/1989, p. 3.

5.3 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E SEUS ECOS SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL METALÚRGICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A poucos dias do primeiro turno das eleições, as pesquisas de intenção de voto demonstravam que a candidatura de Collor perdia fôlego, muito embora o "caçador de marajás" seguisse na liderança. Brizola continuava em segundo lugar, sem superar a cifra dos 15%; Lula, em terceiro, e Covas, em quarto lugar, cresciam, com vantagem para o petista. Os resultados das pesquisas minavam a confiança dos políticos tradicionais e dos setores empresariais que haviam se aproximado de Collor na esperança de que ele fosse capaz de vencer as candidaturas da esquerda no segundo turno, e o desespero desses segmentos impulsionou alguns políticos nordestinos, como Edison Lobão (PMDB) e Hugo Napoleão (PFL), a conduzir uma operação para improvisar uma nova candidatura. Primeiro, buscaram o empresário Antônio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim, que recusou a proposta; então, optaram por Sílvio Santos, apresentador e proprietário do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), propondo que ele assumisse o posto de vice-presidente em alguma das chapas da direita tradicional, como as de Paulo Maluf ou Guilherme Afif. Mas Sílvio Santos recusou a oferta, pois interessava-lhe concorrer ao cargo de Presidente.

Cientes da imensa popularidade do apresentador, que comandava um dos programas dominicais de maior audiência na televisão, diversas legendas "de aluguel" se ofereceram a Sílvio Santos, que acabou optando pelo minúsculo Partido Municipalista Brasileiro (PMB), agremiação de curta existência, fundada pelo pastor evangélico Armando Corrêa, então concorrendo à presidência. Corrêa abdicou de sua candidatura em favor de Sílvio Santos, mas a iminência do pleito levantava a discussão sobre a legalidade da substituição, ameaçando a chapa do PMB; àquela altura, as cédulas para a eleição já estavam impressas, e em seu programa de auditório, Sílvio Santos buscava convencer a população a votar nele, marcando o nome de Armando Corrêa nas cédulas. Nas primeiras pesquisas a considerarem o apresentador como candidato, divulgadas em 2 de novembro, Sílvio Santos aparecia na liderança, com 29% das intenções de voto. Embora tivesse apelo popular, a solução improvisada não agradava a diversas frações das elites, inclusive dentre o empresariado; o jornal da família Mesquita qualificou o lançamento da candidatura de Sílvio Santos como uma "piada de mau gosto", e mais de 150 ações solicitando sua impugnação foram apresentadas ao Tribunal Superior Eleitoral. Em 9 de novembro, faltando uma semana para o primeiro turno, a chapa do PMB foi, de fato, impugnada: o tribunal reconheceu que o apresentador era inelegível, por ser dirigente de uma empresa concessionária de serviço público, e além disso, a situação do próprio PMB perante a Justiça

Eleitoral era irregular, posto que o partido não havia cumprido as exigências para a obtenção de registro definitivo.[90]

Àquela altura, Lula já havia ultrapassado Brizola nas pesquisas, e mesmo com o crescimento de Covas, parecia claro que Collor se enfrentaria com alguma das candidaturas da esquerda no segundo turno.[91] O resultado da votação de 15 de novembro foi apurado durante uma semana, ao longo da qual se construiu grande expectativa quanto a quem seria o segundo colocado: de acordo com os resultados parciais divulgados até 21 de novembro, Brizola aparecia em segundo lugar, mas foi ultrapassado por Lula naquele dia. No dia 22, a conclusão da apuração dava ao petista 17,18% dos votos válidos, contra 16,51% do pedetista; Collor obtivera 30,47%. O resultado desencadearia a adesão definitiva do campo burguês e do conservadorismo ao nome de Collor, bem como agravaria o "terrorismo ideológico" contra Lula e o PT.

Em 30 de novembro, registraram-se episódios de violência envolvendo apoiadores de Collor e de Lula durante um comício "collorido" realizado em Caxias do Sul/RS. A cobertura predominante na imprensa apresentava os petistas como responsáveis pelas agressões, e o acontecimento repercutiu negativamente para o candidato da Frente Brasil Popular. Entretanto, o petista teve bom desempenho no debate televisivo de 3 de dezembro, o primeiro do qual Collor se dispusera a participar, e o sindicalista retomou a dinâmica ascendente nas pesquisas de intenção de voto, fazendo com que analistas considerassem que sua vitória se tornava a cada dia mais provável. Na última semana da campanha, contudo, dois escândalos alteraram novamente a situação em favor de Collor. Em 12 de dezembro, o programa eleitoral "collorido" apresentava uma gravação na qual a enfermeira Miriam Cordeiro, ex-namorada de Lula e mãe de sua filha Lurian, acusava o líder sindical de racismo, bem como de haver oferecido dinheiro para que ela interrompesse a gravidez. No dia seguinte, Lula utilizaria seu último programa eleitoral para refutar as acusações, "abraçado com a filha", mas o candidato parecia ainda estar abalado em 15 de dezembro, no último debate televisivo, realizado pela Rede Globo. Na ocasião, Collor não somente se aconselhou com dirigentes "globais" acerca de uma estratégia para o debate como contou com uma edição dos "melhores momentos" do debate, exibida pelo Jornal Nacional na véspera do pleito, que o favorecia.[92] Em 17 de dezembro, dia do segundo turno, novo escândalo: o empresário Abílio Diniz, que havia sido sequestrado seis dias antes, foi libertado pela manhã. A imprensa passou a veicular sistematicamente um boato que já havia circulado nos dias anteriores, insinuando ligações entre o PT e os sequestradores.[93]

90 GUILHERME, *Op. cit*., pp. 114-115.

91 Não será demasiado destacar novamente que, à época, grande parte dos analistas incluíam o PSDB de Covas no rol de partidos de esquerda ou centro-esquerda.

92 GUILHERME, *Op. cit*., pp. 119-121.

93 SECCO, *Op. cit*., pp. 139-141.

O resultado oficial do segundo turno foi divulgado em 21 de dezembro: Collor vencera com cerca de 35 milhões de votos, contra aproximadamente 31 milhões de votos em Lula. A derrota petista desencadearia, no interior do PT e, por extensão, também junto à ala cutista do movimento sindical, um debate pouco fraterno acerca das razões que haviam impedido a chegada de Lula à presidência. Embora fosse evidente que o partido havia enfrentado interesses poderosíssimos (empresariais, militares, midiáticos), unidos para sabotar a candidatura petista, isso não evitou que a corrente majoritária do petismo buscasse responsáveis pela derrota nas próprias fileiras do partido, de modo que o balanço eleitoral impulsionou a retomada da ofensiva conduzida pela Articulação contra os "radicais" ou "xiitas" – isto é, as agremiações marxistas que atuavam no seio do PT. Tal como discutimos em outra ocasião, essa política já havia se desenhado entre 1986 e 1987, com a regulamentação do direito de tendências, mas grande parte das medidas aprovadas sequer havia sido implementada. A partir de 1990, contudo, as disputas intrapartidárias assumem um caráter mais agudo, e as ameaças de expulsão dos agrupamentos da esquerda petista, comuns ao longo do período, convertem-se em medidas concretas de retaliação e cerceamento que culminarão na exclusão da Causa Operária (1990) e da Convergência Socialista (1992) das fileiras do partido.[94]

Esse processo teve reflexos rápidos sobre as disputas dentro do movimento sindical metalúrgico da região de São José dos Campos – uma das poucas cidades paulistas onde Lula havia vencido em número de votos, nos dois turnos. A ruptura da segunda gestão de composição entre a Articulação e a CS à frente do SMSJCR já estava consolidada antes mesmo das eleições de 1989: a edição nº 78 do *Jornal do Metalúrgico*, lançada imediatamente após a divulgação do resultado do primeiro turno do pleito presidencial, divulgava que duas chapas concorreriam nas eleições sindicais de fevereiro de 1990[95]: a Chapa 1 - "Sindicato é para lutar e organizar", encabeçada por Jair Stroppa, dirigente da subsede de Caçapava que se destacara na resistência à privatização da Mafersa, contava também com o presidente em exercício José Luiz Gonçalves e outros ativistas ligados à corrente majoritária petista e à militância católica da região; a Chapa 2 - "Unidade para Lutar", liderada por Antonio Donizete Ferreira, o "Toninho", era apoiada pela CS e pela CUT pela Base, outro agrupamento sindical petista influenciado por setores do trotskismo, entre os quais a tendência Democracia Socialista (considerada mais "moderada" que a CS). Mais tarde, outra chapa se somaria ao processo, a Chapa 3 - "Oposição Metalúrgica", presidida por Rubens dos Santos Gaspar, um dos líderes das greves na GM em 1984 e 1985. Na Chapa 3, também estavam Ediberto Bernardo dos Santos, o "Hiena", e Ércules Paulo Ribeiro, o "Patola", que, assim como Rubens, haviam sofrido processos criminais por conta de sua participação na ocupação da GM em 1985.

94 MARTINS, Richard de Oliveira. *A regulamentação do direito de tendências no Partido dos Trabalhadores (1986-1992)*. Dissertação de Mestrado (Ciência Política). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015, pp. 80-87.

95 *Jornal do Metalúrgico*, Ano VII, nº 78, 22 a 29 de novembro de 1989.

Se, nas eleições sindicais de 1987, a luta fracional no interior do PT havia ficado em segundo plano, subordinada à necessidade da defesa dos trabalhadores contra os ataques patronais e midiáticos e contra a tentativa de retomada da entidade pelo grupo ligado ao PMDB e a Ary Russo[96], nas eleições de 1990, a relação se inverteu, e a fração dirigida por Stroppa e Gonçalves recusou a manutenção da unidade cutista. Os desgastes acumulados na relação entre as diferentes alas do petismo à frente da entidade já haviam sido publicizados em ocasiões anteriores, especialmente durante as mobilizações de 1989, quando os desacordos em relação aos métodos de luta parecem ter sido mais intensos. Caio Guerra aponta que, nas greves da Philips e da Bundy, que assumiram características de ocupações de fábrica e geraram a perspectiva de repressão policial (confirmada no caso da Bundy), "a CS teria encorajado os grevistas a resistirem à polícia", enquanto Gonçalves e os sindicalistas ligados à Articulação teriam desestimulado a resistência, "entrando em conflito com as lideranças" das mobilizações.[97]

Não era raro que os sindicalistas buscassem relativizar ou refutar as narrativas acerca das divisões no seio da gestão, mas o próprio discurso sindical, progressivamente, passou a indicar sua concretude. Um exemplo disso pode ser identificado em um rascunho de "Nota à Imprensa", elaborado pela diretoria executiva do SMSJCR em resposta à divulgação da informação de que José Luís Gonçalves teria autorizado a entrada do já mencionado caminhão de nitrogênio, barrado pelos grevistas na portaria da Philips, em abril daquele ano. A nota explicava que a informação era falsa, e que o sindicato apoiava as reivindicações dos grevistas, por considerá-las justas, mas acrescentava que "*a maioria da Diretoria do Sindicato* sempre tomou posição pelo não impedimento da entrada do caminhão de nitrogênio nas instalações da Philips, porque entendemos que não era fator determinante para a vitória da greve".[98] Não sabemos se a nota efetivamente foi publicada, mas o documento, assinado por cinco diretores – quatro deles, futuros membros da Chapa 1 – já não falava pelo conjunto dos membros da gestão, mas por sua "maioria".

No período da formação de chapas, em outubro de 1989, a CUT Regional Vale do Paraíba posicionou-se pela realização de uma "convenção democrática e proporcional", aberta a toda a categoria, que viabilizasse a formação de uma chapa única cutista para a eleição do sindicato, tal como ocorrera em Volta Redonda. Os ativistas joseenses ligados à Convergência buscaram construir aquela convenção, mas a Articulação preferiu montar uma chapa "entre quatro paredes", sem a participação dos trotskistas, assim como haviam feito em 1981. Mesmo depois de inscritas as listas separadas, os membros da Chapa 2 - "Unidade para Lutar" continuaram propagandeando a necessidade da unificação das candidaturas cutistas, pelo menos até meados de janeiro,

96 COSTA, Hélcio. "PT de lá, PT de cá". *Revista Ato*. São José dos Campos, dezembro de 1989, pp. 24-25.

97 GUERRA, *Op. cit.*, pp. 212-213.

98 Diretoria Executiva do SMSJCR (José Luiz Gonçalves, Ivanil Ribeiro, José Magno Leandro, Jesus de Souza, Jair Stroppa). "Nota à Imprensa" (rascunho datilografado). s/d [maio de 1989]. 1 fl. Arquivo Pessoal de Antonio Donizete Ferreira (A. P. A. D. F.).

mas a proposta foi sistematicamente recusada pelo grupo de Stroppa, que considerava os apelos à unidade como "demagogia".[99] Consequentemente, a Chapa 1 teve de se defender das acusações de divisionismo, exploradas por seus concorrentes ao longo da disputa. Entretanto, Stroppa e a Chapa 1 contavam com o apoio do presidente nacional da CUT, Jair Meneghelli, e do próprio Lula, cujas declarações de apoio, fotografias e assinatura constavam frequentemente em seus panfletos e materiais de campanha.

A entrada tardia da Chapa 3 - "Oposição Metalúrgica" no processo eleitoral fora viabilizada por uma demanda judicial: de acordo com seus materiais de campanha, o grupo de Rubens dos Santos Gaspar contava com o prazo de 20 dias úteis para sua inscrição, tal como previsto nos estatutos do SMSJCR, mas o edital de convocação da eleição estabelecia um prazo de 20 dias corridos. Para a Chapa 3, tratava-se de uma manipulação proposital do processo eleitoral, para dificultar a inscrição da oposição. Em seus panfletos, o grupo de Gaspar caracterizava as demais chapas como "farinha do mesmo saco, a CUT", distanciando-se da central e dos agrupamentos partidários – muito embora alguns de seus membros também fossem militantes ou filiados do PT, argumentavam que "partido político nenhum pode meter o nariz em nossa organização". Apontavam também que a divisão entre as Chapas 1 e 2 era reflexo da "politicagem barata": "a vaidade falou mais alto, e acabaram rachando e montando duas chapas. Será que estas pessoas que não conseguem nem se entender entre si, podem unificar e dirigir as lutas da categoria?".[100]

Em alguma medida, a formação e o discurso da Chapa 3 se baseavam na experiência de uma parcela minoritária da vanguarda das mobilizações de meados da década de 1980 na região, que, paulatinamente, passou a considerar a partidarização da entidade como um entrave à luta sindical. Como mencionamos, três dos membros da Chapa faziam parte dos "33 da GM"; Ediberto participara da gestão do SMSJCR a partir de 1987, e Gaspar compusera as duas diretorias petistas da entidade. A ruptura daquele grupo, assumindo uma postura crítica à atuação dos petistas no sindicato, refletia também uma questão levantada por Moacyr Pinto da Silva na biografia de Ediberto, para quem houve negligência do departamento jurídico do SMSJCR no acompanhamento dos processos que envolviam os "33".[101] De todo modo, ao se definirem como "oposição", distanciavam-se da gestão que haviam composto, alegando que ela havia sido "desmascarada pelos fatos".

Seguramente, a Chapa 3 não concorria em pé de igualdade com as demais, capazes de mobilizar militância partidária e apoios de outros sindicatos para o processo eleitoral, mas seu fraco desempenho nas urnas (217 votos, 2%

99 *Valeparaibano*, 14/01/1990, pp. 1, 3.

100 Chapa 3 - Oposição Metalúrgica. "Categoria unida, sindicato forte. Chapa 3 neles!", s/d. 1fl.; *Idem*. "Caiu a máscara". s/d, 2 fls. (A. P. A. D. F.)

101 SILVA, Moacyr P. *Hiena – Minha revolta não se vende*. São José dos Campos: Mogiana, 2010. O biógrafo de Ediberto também registra "que um grupo de companheiros do PT de Jacareí defendeu a não manutenção de seu nome na direção do Partido na cidade, durante um processo interno de renovação da mesma, por causa do seu envolvimento no processo dos 33 da GM. Para esses petistas de Jacareí, a sua inclusão poderia queimar o filme da sigla na cidade." *Ibid*., p. 78.

do total) também se explica por outros fatores, entre eles, o de que a grande maioria da categoria, naquele momento, tinha a CUT e o PT como referências positivas, tal como indicara a própria votação de Lula na região. A "Oposição" também demonstrou pouca capacidade de atrair votos de protesto: em muitas urnas, o número de votos brancos e nulos foi maior que os conferidos à Chapa 3. Mesmo na GM, onde os líderes da lista haviam trabalhado, de um total de mais de 3.500 votos, obtiveram apenas 57 (contra 40 brancos e 61 nulos). Também em termos de representação feminina, o grupo de Gaspar esteve na retaguarda: se, nas Chapas 1 e 2, a participação de mulheres era bastante pequena (duas por chapa), na Chapa 3, ela era absolutamente inexistente. O tema parece ter sido pouco explorado na eleição, algo que, provavelmente, refletia tanto a composição majoritariamente masculina da categoria quanto o machismo dominante nos meios sindical e fabril.[102]

Entre as três listas, a Chapa 1 - "Sindicato é para lutar e organizar" era, seguramente, a que dispunha da maior capacidade de angariar apoios e mobilizar recursos materiais e humanos para a eleição. Entre novembro de 1989 e janeiro de 1990, o grupo editou ao menos sete edições do *Jornal da Chapa 1*, publicação de até quatro páginas, apresentando os membros da lista e seu programa, e divulgando as entidades e figuras públicas que apoiavam a chapa de Jair Stroppa. Além do jornal, o grupo produziu uma série de panfletos mais curtos, voltados para os trabalhadores de fábricas específicas, buscando demonstrar o conhecimento dos membros da chapa a respeito da realidade e dos problemas de cada um dos maiores estabelecimentos fabris da região. Complementarmente, os membros da chapa divulgavam cartas e listas de apoiadores, que incluíam membros da Pastoral Operária, parlamentares (em sua maioria, petistas) e dirigentes de mais de trinta entidades sindicais, incluindo o SMSBCD e o SMVR[103]. Em seus materiais, o grupo de Stroppa afirmava ser quem melhor representava a organização dos operários no interior das empresas, já que compunham a Chapa 1 os três coordenadores de comissões de fábrica ativas na região: José Ataliba Dias (Mafersa), Neide Tatemoto (Tecnasa) e Jair Rosa (Comercial Intertec). Entre os demais integrantes da lista, muitos tinham experiência como cipeiros (à época da eleição, doze cumpriam mandato), e alguns haviam estado na linha de frente de mobilizações importantes do período anterior, como Maurício Rodrigues (Bundy) e Carlos Souto (Ericsson).[104]

Para a elaboração de seu programa, a Chapa 1 desenvolveu um questionário para os trabalhadores da base, buscando incorporar sugestões e avaliar a adesão da categoria às pautas que propunha. Através dessa iniciativa, perceberam que

102 Um dos líderes da Chapa 3 era acusado, em materiais de campanha da Chapa 1, de haver sido afastado da diretoria do SMSJCR "por agressão a uma funcionária do Sindicato". *Jornal da Chapa 1*, s/nº, janeiro de 1990, p. 2. (A.P.A.D.F)

103 Como vimos, o SMVR naquele momento era presidido por Vagner Barcelos, que contara com o apoio da CS e da CUT pela Base na disputa pela liderança da chapa que assumiu o sindicato em julho do ano anterior. Entretanto, o grupo de Vagner não era majoritário na gestão, e é muito provável que o apoio conferido pela entidade fluminense à Chapa 1 em São José dos Campos na eleição de 1990 tenha sido decidido pelos demais setores da direção do SMVR, da qual a Articulação Sindical também fazia parte.

104 *Jornal da Chapa 1*, nº 1, novembro de 1989, pp. 1-3; *Programa da Chapa 1*, janeiro de 1990, p. 2. (A. P. A. D. F.)

algumas das questões que julgavam mais urgentes, como a da necessidade de contratos coletivos de trabalho (em substituição aos individuais) estavam pouco consolidadas entre os metalúrgicos do Vale: aquele ponto interessava somente a 18% dos que responderam ao questionário. No tema "educação, cultura e lazer", por exemplo, 17,4% dos operários consultados sugeriram que o sindicato promovesse a exibição de filmes e espetáculos de teatro; 14,5% preferiam shows musicais; outros 28,1% propunham a realização de torneios esportivos; por fim, 37,4% indicavam que o SMSJCR deveria promover formação sindical. Os questionamentos à base demonstravam o empenho do grupo de Stroppa em dialogar com a categoria, mas esses expedientes, cujos custos não eram desprezíveis, refletiam também os recursos superiores que tinham à sua disposição. O programa que resultou dessa elaboração, sintetizado em treze pontos, incluía, entre outras pautas, a defesa dos empregos e das estatais, a luta pela saúde dos trabalhadores, por melhores salários e por reforma agrária, e até mesmo a fundação de uma rádio metalúrgica.[105]

A Chapa 2 - "Unidade para Lutar", encabeçada por Antonio Donizette Ferreira, por sua vez, também se considerava a expressão mais fiel das lutas recentes da categoria, argumentando que destacadas lideranças da vanguarda metalúrgica da região, como "Toquinho" (Embraer), "Mancha" (GM), "Bozó" (Bundy) e "Carlão" (Mafersa), compunham sua lista. A chapa estava solidamente inserida em fábricas importantes, como a Embraer, a Bundy e a Philips, embora "corresse por fora" na GM, a maior fábrica da região, e consequentemente, a mais decisiva para o pleito – somente na montadora, haveria seis urnas espalhadas pelas distintas seções. Durante a campanha, a "Unidade para Lutar" também produziu materiais específicos para os funcionários das principais empresas do Vale e optou por denunciar o divisionismo gerado pela recusa dos membros do grupo de Stroppa em formarem uma chapa única cutista, além de argumentar que os acordos conquistados nas fábricas em que havia diretores ligados à Chapa 2 haviam sido superiores aos negociados por membros da Chapa 1.[106] Embora contasse com menos recursos financeiros, a chapa amparada pela CS e pelo coletivo CUT pela Base empenhou-se em conquistar apoiadores em diversas fábricas e promover visitas às casas dos metalúrgicos para discutir a eleição. No período final da campanha, dezenas de militantes e simpatizantes da corrente trotskista, sobretudo participantes do movimento estudantil, dirigiram-se à São José dos Campos para auxiliar a Chapa 2.

Percebendo o crescimento das intenções de voto na lista de Toninho (especialmente a partir do resultado das "prévias" promovidas pela própria Chapa 2 em janeiro), a Chapa 1 passou a recorrer a ataques abertos contra o "grupinho da Convergência", e as polêmicas entre as alas da gestão do SMSJCR se tornaram ainda mais acirradas. Em uma das edições do *Jornal da Chapa 1*, o grupo afirmava que os diretores da entidade que compunham a

105 *Programa da Chapa 1*, janeiro de 1990, pp. 2-4.

106 "Especial Mafersa – A Chapa 2 luta e conquista"; "Chapa 2 – Esquenta a luta pelo semanal". (A. P. A. D. F.)

Chapa 2 haviam sido avaliados e rejeitados, porque haviam criado "muitos problemas para o sindicato": "Como o grupinho da Convergência Socialista viu que não ia conseguir entrar na Chapa do Sindicato, montaram às pressas uma chapinha de oposição com um monte de desconhecidos e que tem até pelego e fura-greve no meio". Entre tentativas de diferenciação e acusações de radicalismo contra a Chapa 2 e a CS ("um grupinho com linguagem radical, que leva os trabalhadores à derrota"), Stroppa e seus aliados questionavam: "Por quê a Convergência queria fazer ocupação da GM na greve de abril [de 1989]?".[107]

Em outra edição de seu jornal, a Chapa 1 voltaria a associar a CS às ocupações de fábrica, mencionando a tomada da Mannesmann de Belo Horizonte por seus operários, também em abril de 1989, e acusando os trotskistas de haverem negociado secretamente com a polícia e os patrões, fechando "um dos piores acordos já feitos" e levando aquela greve a um "final melancólico". A Chapa 1 alegava ainda que a Convergência malversara recursos do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, e que Amélia Naomi, diretora do SMSJCR que havia sido eleita vereadora em 1988, buscava uma posição de "marajá dos metalúrgicos", pois se recusava "a deixar de receber seu salário no Sindicato".[108] Amélia posicionou-se sobre as acusações, em uma carta aberta aos metalúrgicos da região, nos seguintes termos:

> A campanha que estamos vendo, infelizmente, tem sido de total desrespeito aos metalúrgicos, por parte da chapa 1. As afirmações que fizeram não merecem resposta devido ao ponto em que desceram, através do festival de mentiras. O desespero levou-os a fazer uma campanha "collorida" acreditando que isto possa vencer, como aconteceu na eleição para Presidente da República. Apenas esquecem que os metalúrgicos são organizados, de luta, têm memória e não se deixam enganar.[109]

Sob um clima de extrema animosidade entre as chapas, as votações ocorreram entre os dias 6 e 8 de fevereiro de 1990. A apuração foi realizada no dia seguinte, uma sexta-feira, nas dependências do Tênis Clube de São José dos Campos. Em entrevista concedida em 2018, Toninho falou sobre as expectativas das chapas e descreveu em detalhes o processo de abertura das urnas:

107 "Por quê 3 chapas na eleição?". *Jornal da Chapa 1*, s/nº, janeiro de 1990, p. 2. (A. P. A. D. F.)

108 "Sindicato x Convergência – Uma história de bandalheira e corrupção". *Jornal da Chapa 1*, nº 6, janeiro de 1990, p. 3. (A. P. A. D. F.)

109 Amélia Naomi Omura. "Carta Aberta aos Metalúrgicos". s/d [janeiro de 1990]. (A. P. A. D. F.)

> Eles [Chapa 1] achavam que ganhariam da gente em tudo. Mas nós [Chapa 2] tínhamos uma boa implantação. […] E eu me lembro que veio um cara chamado "Fraga"[110], que era o coordenador da eleição. Ele vai fazer a apuração, ele vai dirigir a apuração. E era no Tênis Clube, um clube famoso aqui em São José dos Campos – clube de rico, inclusive. E eu me lembro que na apuração está o nosso povo de um lado e o povo deles do outro. Eu chego pro Fraga e falo assim: "Fraga, cara, apura primeiro pelas [urnas das empresas] menores. Apura uma, apura outra. Vamos dar um desconto, pra nós fazermos um pouquinho de festa, entende?". Ele falou: "Não, eu vou acabar com isso logo!" […] Pra nossa sorte, eles achavam que iam ganhar, que estava ganho. *Essa é a nossa sorte, se não nós não tínhamos ganhado. Eles iam fazer qualquer confusão.* ["Fraga":] "Vamos começar pela GM que a gente já mata esse jogo. Melhor, aí o povo de vocês vai embora, e fica o povo aqui. E tudo bem, não tem briga, não tem nada, é melhor pra gente evitar uma briga". […]
>
> A GM era a maior fábrica. Então vai abrindo [as urnas da montadora]. E quando abre [a urna da seção] MVA eles dão de balaiada na gente. No MVA da GM ganham bem. Mas quando abre a Usinagem 3, nós damos de balaiada. E era uma surpresa pra nós. Aí nós ganhamos na GM por cem votos de diferença. De dois mil e tantos votos, nós ganhamos por cem votos. Aquilo era louco. Aí vai abrindo os votos deles, fábricas menores, tudo deles. Balaiada. Mas a Embraer dá 83% pra nós. Aí abre Phillips e dá 92%. Aí abre Bundy e dá 90 e tantos por centro. Aí sobrava a Ericsson pra eles. Mas a Ericsson não conseguia bater. Foi como nós ganhamos. Nós ganhamos em quatro fábricas, não ganhamos em tudo. Quatro. Pode ter sido em cinco. Alguma fábrica menor, uma ou outra. Mas no geral não.[111]

Contrariando as expectativas, a Chapa 2 sagrava-se vencedora, com 5.785 votos (53% dos votos válidos). A Chapa 1 obtivera 4.760 (43%), e a Chapa 3 ficara com os votos de apenas 217 eleitores (2%). Antonio Donizete Ferreira seria o novo presidente do SMSJCR. Ainda que, vinte e oito anos depois daquela eleição, Toninho não se lembrasse com exatidão dos resultados de cada

110 Na verdade, tratava-se de Francisco Chagas Francelino, membro da direção executiva da CUT Estadual São Paulo. Ver *Jornal do Metalúrgico*, Ano VII, nº 81, 14 a 21 de fevereiro de 1990, p. 2.

111 Entrevista concedida por Antonio Donizete Ferreira, 23 de maio de 2018. Grifo meu.

urna, a síntese que fez da apuração foi consideravelmente precisa: sua chapa venceu em quatro das cinco maiores fábricas da base, onde haviam estado 14 das 28 urnas da eleição. Na GM, a Chapa 2 foi a mais votada em quatro das seis urnas (1.746 votos contra 1.647); na Embraer, onde haviam estado outras quatro, o grupo de Toninho superou a Chapa 1 por ampla margem em todas elas (1.856 contra 358 votos). Nas demais urnas, alocadas em fábricas pequenas e nas sedes do sindicato, a Chapa 2 venceu em somente uma, a das indústrias Nabras e Tamrock, mas a hegemonia da Chapa 1 nas menores empresas foi insuficiente para alterar o desfecho do pleito.

O resultado da eleição expressava o reconhecimento dos operários sindicalizados nos maiores empreendimentos metalúrgicos da região de que os ativistas da "Unidade para Lutar" haviam contribuído em suas mobilizações recentes e, em certa medida, referendava o acúmulo das experiências prévias com campanhas salariais "radicalizadas" e ocupações de fábrica, questionadas pela Chapa 1 durante o processo eleitoral. Na avaliação da Convergência Socialista, a Articulação fizera uma campanha "pelega", cujo centro fora o ataque não somente às demais chapas, mas às próprias formas de mobilização da categoria, um equívoco que os havia impedido de capitalizar o apoio de Lula e o crescimento do PT nas eleições presidenciais.[112] Outro ponto que, de acordo com o grupo, favoreceu a eleição da Chapa 2 foi o empenho de seus membros em construir, nas fábricas da região, a campanha por reajustes e pagamentos salariais semanais, proposta pela CUT diante da inflação exorbitante dos últimos meses do governo Sarney.[113]

É interessante destacar, do trecho da entrevista de Toninho citada acima, que o militante trotskista atribuiu a própria realização da apuração à certeza que a Articulação tinha de que a Chapa 1 seria eleita, dando a entender que os trotskistas e seus aliados consideravam provável que os membros da ala majoritária da CUT recorressem a práticas burocráticas para inviabilizar a eleição ("*Eles iam fazer qualquer confusão*"), caso não estivessem tão seguros da vitória. Para além das brigas entre membros e apoiadores de chapas rivais, outros procedimentos, como a contratação de "brucutus" e "bate-paus" para intimidar opositores, ou as fraudes e os "sequestros" de urnas, nunca foram raros em eleições sindicais, e embora a CUT tenha sempre adotado um discurso de repúdio e distanciamento em relação a tais práticas, a campanha pelo SMSJCR em 1990 demonstrou que as relações de confiança entre as distintas alas da Central (e do PT) já eram quase inexistentes: de uma disputa contra adversários internos ao campo do "novo sindicalismo", esperavam quase o mesmo que esperariam de um enfrentamento com os antigos "pelegos".

112 *Circular Interna - Convergência Socialista. Corrente socialista do PT*. nº 07/1990, 13/02/1990. (A. P. A. D. F.)

113 *Convergência Socialista*, nº 238, de 15/02 a 02/03/1990, p. 6.

5.4 OS METALÚRGICOS DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS SOB O "PLANO COLLOR": RECESSÃO E RESISTÊNCIA

O ano de 1989 se encerrou com índices históricos de greves e uma inflação acumulada em cerca de 1.320%. Nos primeiros meses de 1990, os últimos do governo Sarney, a taxa mensal de inflação esteve acima dos 70%. [114] Em 15 de março, Collor assumia a presidência, enquanto as classes dominantes clamavam pela implementação das contrarreformas neoliberais. Em editorial publicado à véspera da posse, a *Folha de S. Paulo* atribuía a crise econômica à "falta de coragem" dos governantes para aplicar aquele programa, e apresentava alguns dos pontos fundamentais da agenda neoliberal radical (com alguma maquiagem "ética") que, supostamente, poderia "encerrar o verdadeiro pesadelo em que se encontra a sociedade brasileira":

> O Estado brasileiro está em colapso. Medidas profundas e implacáveis terão de ser tomadas para vencer a inflação. [...] O termo "ajuste fiscal" é certamente brando em demasia para definir o que deve ser feito. Trata-se de derrubar para sempre a máquina de dissipação, de incompetência, de cartorialismo, de atraso e de injustiça social que sufoca a sociedade brasileira.
>
> Nada poderá ser considerado radical demais nesta tarefa: demissões de todos os funcionários públicos ociosos ou dispensáveis, privatização de centenas de estatais, suspensão imediata das emissões de moeda, interrupção completa do lançamento de títulos do governo no mercado financeiro, autonomia do Banco Central, ajustes decisivos e realistas no câmbio e nas tarifas públicas, extinção total dos subsídios e incentivos tributários, punição exemplar dos sonegadores, cortes sem precedentes nos gastos estatais.[115]

Em sintonia com tais clamores, no dia seguinte à posse, o novo governo anunciou as diretrizes de seu plano econômico, que ficaria conhecido como "Plano Collor I" (oficialmente, "Plano Brasil Novo"). O programa previa a tão propagandeada "abertura da economia" brasileira, através da redução das alíquotas de importações. Para conter gastos públicos, atacava o funcionalismo,

114 MACIEL, *Op. cit.*, p. 355.

115 *Folha de S. Paulo*, 14/01/1990, p. 1.

colocando em disponibilidade cerca de 40.000 servidores. A agenda privatista também foi contemplada, com o Programa Nacional de Desestatização, regulamentado em 12 de abril. Visando a contenção da inflação, adotou-se, uma vez mais, o congelamento de preços e salários, e a economia foi desindexada. A mais polêmica das iniciativas contidas no Plano Collor I, contudo, foi o confisco de ativos financeiros superiores a cinquenta mil cruzeiros que estivessem depositados em contas-correntes ou cadernetas de poupança, anunciado no primeiro dia do governo. A medida afetou, particularmente, as classes médias, que tinham nas aplicações financeiras uma de suas principais estratégias para a proteção de suas reservas diante da hiperinflação.[116] Outra medida anunciada no âmbito do plano, em 16 de março, foi a retenção dos saldos correspondentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e demais verbas rescisórias, prejudicando os trabalhadores que enfrentavam índices crescentes de desemprego.

Enquanto Collor dava início à implementação da agenda neoliberal, a nova diretoria do SMSJCR era empossada. Em 31 de março, a primeira assembleia da categoria sob a gestão da Convergência Socialista e seus aliados reuniu algo em torno de 70 operários e foi acompanhada com interesse pela imprensa local. A modesta reunião teria discutido e aprovado, segundo o *Valeparaibano*, "uma das principais propostas do presidente Antonio Donizete Ferreira: a ocupação de fábricas como tática para evitar demissões em massa". A conjuntura exigia lutas defensivas: ainda de acordo com o jornal, quase 50 mil metalúrgicos da região, cerca de metade da base do sindicato, estavam em licença remunerada, consequência dos primeiros impactos recessivos do Plano.[117] A manutenção dos empregos era tratada pela nova diretoria como prioridade da campanha salarial prestes a se iniciar, mas um ciclo de greves como o do ano anterior não era considerado provável, exatamente por conta da grande quantidade de trabalhadores em férias coletivas ou licença, fator que o sindicato encarava como um indício de que haveria demissões em massa. Diante disso, as principais propostas da gestão para aquela campanha eram a reposição integral da inflação de março e das perdas salariais acumuladas, estabilidade para todos os metalúrgicos por seis meses e redução de jornada sem redução de salários, nas empresas em que a patronal não fosse capaz de manter o ritmo da produção por conta da crise econômica em curso. Se as indústrias optassem por demitir, contudo, as respostas do sindicato seriam a mobilização e o apoio à permanência dos demitidos nas empresas: "Podem

116 MARTUSCELLI, Danilo E. "A transição para o neoliberalismo e a crise do Governo Collor", In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. (Orgs.) *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012, pp. 27-29; CARVALHO, Carlos E. "As origens e a gênese do Plano Collor". *Nova economia*, Belo Horizonte, Vol. 16, nº 1, Jan./Abr. 2006.

117 *Valeparaibano*, 01/04/1990, pp. 1, 5. O número é, possivelmente, superestimado. A revista *Especial 55 Anos* do SMSJCR registra uma cifra diferente, indicando que eram cerca de 15 mil os metalúrgicos colocados em férias coletivas ou licença remunerada. Ainda tratando do impacto do neoliberalismo e da reestruturação produtiva sobre a categoria no Vale do Paraíba, a publicação apresenta os seguintes dados: "Nas metalúrgicas da região o número de trabalhadores cai de 51.140, em 1987, para 45.633, em 1990, e 32.721, em 1993". SMSJCR, *Op. cit.*, p. 22.

chamar de invasão ou ocupação, isto pouco importa, o que não aceitaremos são as demissões".[118]

Diversas iniciativas de resistência ao Plano Collor foram tomadas por sindicatos e parlamentares da oposição, especialmente em protesto contra a ameaça das privatizações e os bloqueios de recursos. Em São José dos Campos, vereadores ligados à esquerda, capitaneados por Amélia Naomi, solicitaram à prefeitura que intercedesse junto ao Congresso Nacional, para exigir a liberação dos fundos retidos pelo governo. Ao lado dos sindicatos locais, os parlamentares organizaram uma comitiva reunindo operários recentemente demitidos para ir a Brasília. O SMSJCR, por sua vez, organizou, em 19 de abril, uma passeata com cerca de 200 trabalhadores que haviam sido demitidos ou colocados em licença, e demandou do governo municipal a distribuição de cestas básicas para os desempregados e a criação de uma frente de trabalho para lidar com a questão. O bloqueio de recursos realizado pelo governo atingiu particularmente os 390 trabalhadores que haviam sido demitidos pela Avibras, em outubro do ano anterior. A empresa alegava que o dinheiro que seria utilizado para o pagamento dos direitos trabalhistas daqueles operários estava aplicado e havia sido retido pelo Plano Collor. Com uma dívida estimada em US$ 200 milhões, a Avibras se encontrava em concordata preventiva.[119]

Uma paralisação dos funcionários da Embraer, em 11 de abril, marcou o início de mais uma campanha salarial metalúrgica, com prognósticos pouco otimistas, dados os limites impostos pelo pacote econômico do governo e o cenário de recessão na indústria. Os operários da Embraer, que demandavam 203% de reajuste e questionavam os planos de privatização da empresa, entravam na campanha sem a companhia dos colegas das empresas privadas da região, que tinham de negociar com a FIESP; apoiada nos congelamentos estabelecidos por Collor, a federação industrial havia conseguido a suspensão das negociações acerca de reposições salariais até agosto.[120] A diretoria da Embraer também buscou adiar os reajustes, mas seus funcionários resistiram e, na segunda quinzena de abril, implementaram a "operação tartaruga", como alternativa à deflagração de uma greve isolada (que não estava descartada). De acordo com Toquinho, vice-presidente do SMSJCR, a queda na produção se faria perceber em menos de duas semanas, aumentando a pressão para que a empresa negociasse – o lançamento de um novo modelo, o CBA-123, estava previsto para julho, e o prazo dificilmente seria cumprido em caso de paralisação. A Embraer, por sua vez, negou, a princípio, que a "operação tartaruga" estivesse em curso, taxando-a de "fictícia e subjetiva".[121]

118 *Valeparaibano*, 01/04/1990, p. 5.

119 *Valeparaibano*, 01/04/1990, pp. 1, 5; 11/04/1990, pp. 1, 5; 20/04/1990, pp. 1, 3; 28/04/1990, pp. 1, 3.

120 *Valeparaibano*, 11/04/1990, p. 5.

121 *Valeparaibano*, 27/04/1990, p. 3.

Em muitas empresas privadas da região, a situação era dramática. Desde 26 de março, 80% dos cerca de 12.500 funcionários da GM de São José se encontravam em licença remunerada. Na Bundy, eram mil, quase metade do quadro funcional da empresa. A Autolatina (Volkswagen e Ford) também colocara em licença cerca de 7.400 funcionários de suas instalações em Taubaté. Em 2 de abril, a Mannesmann havia interrompido completamente sua produção, e dezoito dias depois demitiu 120 operários, responsabilizando o plano econômico do governo.[122] Na sexta-feira, 13 de abril, foi a vez da Mecânica Pesada de Taubaté reduzir por 45 dias (com possibilidade de prorrogação por mais 60) a jornada e os salários de seus mil operários, em proposta acatada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté (SMT), após votação dos funcionários da empresa reunidos em assembleia. De acordo com um dos diretores do SMT, Carlos José Costa, "se os próprios funcionários concordaram com a redução, o sindicato teve que acatar o resultado da votação e assinará o acordo com a empresa".[123] Nos dias seguintes, a Eaton demitiu 200 de seus 900 funcionários. Também houve demissões na Macquay e redução de jornadas e salários na Orion.

O problema do desemprego foi reconhecido inclusive por representantes da FIESP, que apontaram o fechamento de postos de trabalho como o principal inimigo naquela conjuntura – em detrimento da inflação e das perdas salariais. Rogério Marinho, diretor da subseção da federação patronal em São José dos Campos, dizia em meados de abril que "o trabalhador precisa agora […] de garantia de emprego e não de reajuste de salário". Mas os trabalhadores, evidentemente, não opunham uma demanda à outra. O presidente da CUT Regional do Vale, Armando Pereira da Silva, o "Cebolinha", afirmava a necessidade dos reajustes e avaliava que, se aquela situação persistisse, "dentro de pouco tempo" os trabalhadores se veriam "obrigados a saquear supermercados". Contudo, na contramão de proposta que vinha sendo elaborada pela CUT Estadual São Paulo, Cebolinha declarava não ser favorável a greves naquela conjuntura, pois considerava que as paralisações seriam convenientes à patronal, que já estava reduzindo a produção diante do desaquecimento do mercado interno: "A saída agora é produzir, para aumentar a oferta e baixar os preços".[124]

A crise era particularmente grave na Engesa: assim como já havia ocorrido em 1989, a companhia voltou a demitir massivamente nos primeiros meses de 1990. Em 19 de abril, uma assembleia com cerca de 500 trabalhadores dispensados resolveu dar início a um acampamento diante da planta de Caçapava, a partir da segunda-feira seguinte, dia 23. A medida visava pressionar pelo pagamento das indenizações correspondentes às demissões. A empresa pedira concordata ainda em março, com uma dívida estimada em US$ 400 milhões.

122 *Valeparaibano*, 07/04/1990, p. 3; 12/04/1990, p. 3; 21/04/1990, p. 3.

123 *Valeparaibano*, 14/04/1990, pp. 1, 5.

124 *Valeparaibano*, 18/04/1990, pp. 1, 5.

Na data do acampamento, houve tensão entre os cerca de 70 funcionários ativos na Engesa e um grupo de 150 demitidos, que decidiram organizar um piquete no dia seguinte, paralisando totalmente as atividades da planta. O acampamento funcionava em regime de revezamento de três turmas, e a alimentação dos demitidos foi garantida com doações da prefeitura e de comerciantes. "Como o dia [24 de abril] foi calmo, eles aproveitaram para jogar baralho e assar uma carne doada por dois açougues de São José".[125]

Na semana seguinte, a GM anunciou que, dos 7 mil funcionários colocados em licença remunerada em março e abril, 2.500 receberiam férias coletivas até 26 de maio, reduzindo em 40% a produção normal da unidade. A montadora indicou ainda que não estavam descartadas as reduções de jornadas e salários "para evitar demissões". Os funcionários da planta, contudo, rejeitaram a proposta da empresa em assembleia realizada em 30 de abril; em seguida, o SMSJCR publicizou sua intenção de acionar a transnacional na Justiça do Trabalho, caso ela mantivesse a medida e não efetuasse imediatamente o pagamento dos salários antecipados correspondentes. A assessoria de imprensa da montadora, por sua vez, respondeu que a GM estava interessada em chegar a um "acordo direto com os trabalhadores, *sem a interferência do sindicato*", e que seguia estudando a possibilidade de redução das jornadas e salários.[126]

Embora a campanha metalúrgica de abril tivesse um caráter marcadamente defensivo, o fracasso das negociações entre patrões e empregados e a própria gravidade da situação econômica indicavam que a intensificação das lutas operárias e populares no período seguinte era uma possibilidade que não poderia ser negligenciada. Naquele contexto, o editorial publicado pelo *Valeparaibano* no Dia do Trabalhador continha um cristalino recado dirigido ao sindicalismo "combativo" da região, e especialmente à direção do SMSJCR. Mais uma vez, problematizava-se o atrelamento entre organizações sindicais e partidárias, apontado pelo periódico como influência comunista (obra dos "sindicatos e organizações políticas que floresceram ao sabor dos ventos que sopraram das estepes russas desde 1917"). O jornal questionava aquilo que considerava como um desvio de função dos sindicatos, que teriam passado a atuar como "superpartidos políticos", e encerrava seu editorial com um chamado à conciliação entre as classes sociais em prol da nação, para que se pudesse, enfim, "comemorar um verdadeiro Dia do Trabalho [sic] em nosso País, *sem o rosnar raivoso dos que ainda prometem invasão de fábricas e saques de supermercados em nome de sabe-se lá que tipo obscuro de 'direito trabalhista'*".[127]

Cerca de 45 dias após a implantação do Plano Collor I, a situação econômica do país havia se agravado, gerando descontentamento em diversos segmentos da sociedade, incluindo consideráveis parcelas do empresariado

125 *Valeparaibano*, 20/04/1990, pp. 1, 3; 24/04/1990, p. 3; 25/04/1990, p. 3.

126 *Valeparaibano*, 25/4/90, p. 3; 27/04/1990, pp. 1, 3; 01/05/1990 pp. 1, 3; 03/05/1990, p. 3. O grifo é meu.

127 *Valeparaibano*, 01/05/1990, p. 2.

nacional, afetado em seus lucros pelo congelamento de preços e pela própria abertura comercial.[128] O capital financeiro e as empresas estrangeiras, por sua vez, criticavam a morosidade com que o governo conduzia as privatizações e a referida abertura. A patronal do setor automotivo não era exceção, e expressava sua contrariedade emitindo abertamente juízos negativos acerca da gestão Collor. Pouco depois do 1º de maio, Jacy Mendonça, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), deu declarações nesse sentido, alegando que o mercado brasileiro não apresentava atrativos para a instalação de novas montadoras, não apenas por conta dos altos preços de matérias-primas, como o aço e a borracha, em comparação a outros países, mas também pela redução do poder de compra da população, sobre a qual o governo tinha responsabilidade direta: "as pessoas estão sem dinheiro para comprar um bem de custo mais alto, após a edição do plano econômico". Entretanto, a patronal se eximia da própria responsabilidade sobre a dilapidação do poder de compra dos trabalhadores. A Anfavea estava empenhada na defesa da proposta de redução geral de 30% nas jornadas e nos salários de todos os operários das montadoras. Na primeira tentativa de negociação, realizada na FIESP em 8 de maio, a associação patronal adaptou a proposta, oferecendo a redução de 25% nos salários (mantendo a de 30% nas jornadas), mas a nova proposição também foi rejeitada unanimemente por sindicatos cutistas, cegetistas e independentes, que alegaram que não estavam dispostos a considerar nenhum tipo de redução salarial.[129]

Diante do impasse, a luta dos metalúrgicos do Vale do Paraíba em defesa de seus empregos e níveis de remuneração ganhou contornos mais agudos. O acampamento dos demitidos da Engesa, que já durava dezoito dias, evoluiu para uma ocupação da planta, em 10 de maio. A reportagem publicada no dia seguinte pelo *Valeparaibano* afirmava que aquele era o "primeiro ato forte da nova gestão do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, controlado pela Convergência Socialista". Contudo, para o presidente do SMSJCR, a ocupação podia ser mais bem descrita como um "ato de desespero" dos demitidos, que já esperavam havia três meses pelo pagamento de seus direitos. Em resposta à ação, diretores da Engesa solicitaram que uma comissão de ativistas e representantes da ocupação fosse a São Paulo para negociar com eles, e solicitaram um prazo de oito dias para o pagamento das indenizações. Os trabalhadores, por sua vez, demandaram que a empresa de armamentos intercedesse junto à PM e ao Exército para evitar uma ação repressiva contra os ocupantes. Miguel Whitaker França Pinto, diretor da Engesa, preferiu não falar com a imprensa, alegando apenas que a empresa buscaria uma solução para honrar seus compromissos, mas, àquela altura, a desconfiança imperava

128 Para compreender o apoio oscilante dos industriais brasileiros ao projeto neoliberal (que, em alguns aspectos, era-lhes potencialmente prejudicial, como no caso da abertura econômica), é necessário ter em conta o papel subordinado das frações burguesas nacionais em relação aos interesses imperialistas, bem como as pressões decorrentes do fortalecimento do movimento operário ao longo da década de 1980. Sobre o tema, *Cf.* MARTUSCELLI, *Op. cit*., pp. 45-48.

129 *Valeparaibano*, 03/05/1990, p. 13; 08/05/1990, p. 5; 10/05/1990, p. 5.

entre os metalúrgicos: uma fotografia publicada pelo jornal local registrava que, no gramado da Engesa, amarrado em uma árvore, estava um boneco (similar aos utilizados nas Malhações de Judas), confeccionado e pendurado pelos ocupantes, sobre uma placa com os dizeres "Whitaker Caloteiro".[130]

Pouco depois, veio à tona o fato de que a Engesa havia solicitado judicialmente a desocupação da fábrica tão logo a iniciativa fora tomada por seus operários e obtivera uma liminar em seu favor, que somente não foi cumprida porque os trabalhadores do judiciário da região também se encontravam em greve. Entre os réus apontados pela Engesa na ação, estava o presidente do SMSJCR, Toninho, que participara da reunião em São Paulo no dia 10. Em 18 de maio, os operários demitidos da Engesa decidiram suspender a ocupação da planta da empresa por dez dias, mantendo um grupo de acampados diante de seus portões, até que os pagamentos fossem concretizados. Na ocasião da desocupação, houve uma vistoria das dependências da empresa, acompanhada por gerentes e metalúrgicos, além de representantes da Câmara Municipal, da Igreja e da imprensa, constatando que a mobilização não danificara o patrimônio da companhia.[131]

O problema dos atrasos de pagamentos era, seguramente, ainda mais intenso nas fábricas de pequeno porte da região. Era o caso da VDA Eletrônica Ltda., empresa de quadro funcional majoritariamente feminino (as mulheres eram 55 dos 65 funcionários), cujas trabalhadoras vinham recebendo apenas parcelas dos salários. Por conta disso, iniciaram uma greve em 4 de maio, e dez dias depois, ainda sem conseguirem os pagamentos integrais, decidiram ocupar a fábrica. O gerente financeiro da empresa, Maurício da Cunha Borges, também atribuíra ao Plano Collor a responsabilidade pela crise na empresa, já que as encomendas haviam caído substancialmente desde o início daquele governo. Contudo, quando o sindicato propôs que a VDA comprovasse a falta de dinheiro, apresentando seu livro caixa, a empresa se recusou, e a greve se transformou em ocupação.[132]

Não parece ser mera coincidência o fato de que datam exatamente desse período os primeiros relatórios que compõem outra série documental sobre o Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba (CECOSE/VP), produzida entre 1990 e 1991 e, atualmente, guardada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. Esses papéis resultam da atuação do Departamento de Comunicação Social (DCS) da Polícia Civil paulista, ao que tudo indica, o organismo que substituiu o DEOPS, oficialmente extinto em 1983. Tal como indicamos no segundo capítulo desta obra, não é possível saber ao certo se as atividades do Centro Comunitário de Segurança sofreram uma interrupção, em meados de 1985, como consequência da divulgação da existência do CECOSE pela imprensa e por parlamentares da região, ou se o fim da

130 *Valeparaibano*, 11/05/1990, p. 3; 12/05/1990, p. 3. Além de Miguel, a Engesa tinha vários membros da família Whitaker em sua direção, como o presidente José Luiz, a quem a placa provavelmente se referia, e o vice, Guilherme.

131 *Valeparaibano*, 16/05/1990, pp. 1,3; 19/05/1990, pp. 1,5; 20/05/1990, pp. 1,3.

132 *Valeparaibano*, 15/05/1990, p. 3.

série documental produzida pela Aeronáutica a respeito dos encontros do organismo se deveu a outras razões. Assim, é impossível afirmar se o Centro permaneceu ou não operando ao longo da segunda metade dos anos 1980, mas os documentos do DCS atestam que o CECOSE esteve ativo no início da década seguinte, e que se expandia, através de convites a novos membros, justamente no contexto em que uma chapa encabeçada por militantes da CS assumira o SMSJCR. Trataremos dessa documentação adiante neste capítulo, mas, antes disso, acompanharemos a campanha salarial dos metalúrgicos dos sul fluminense em 1990 e a última grande greve da CSN, cuja dinâmica e desdobramentos delinearam o fim de um ciclo na região.

5.5 A GREVE DE 1990 NA CSN E AS DIVISÕES NO SMVR

Com a subida de Collor ao poder, os discursos privatistas que haviam circulado em diversas ocasiões nos anos anteriores se traduziram em políticas concretas. Para conduzir o "saneamento" que viabilizaria a venda de importantes empresas estatais, Collor escolheu o ex-presidente da Embraer e da Petrobras, velho conhecido dos metalúrgicos joseenses, Ozires Silva, nomeado ministro da Infraestrutura. Em 1991, Ozires voltaria ao comando da Embraer, conduzindo pessoalmente o processo de privatização da indústria aeronáutica. Para realizar a mesma tarefa na CSN, outro entre os principais alvos das privatizações, o ministro indicou Roberto Procópio de Lima Netto, engenheiro, empresário e ex-diretor do BNDES, nomeado presidente da estatal por Collor em 18 de abril 1990.

O "Plano de Ação" voltado à privatização da companhia, elaborado por Silva e implementado por Lima Netto, previa a demissão imediata de 4.000 trabalhadores, além da desativação de carvoarias e da Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM). O governo pretendia negociar com o sindicato da categoria a conversão de parte das verbas rescisórias em participação acionária na empresa privatizada, mas, cientes das concepções políticas que orientavam a ação da direção sindical metalúrgica de Volta Redonda, consideravam que as chances de um acordo com o SMVR eram diminutas. Tradicionalmente, a entidade se opunha à privatização, propondo outras medidas para tornar a CSN rentável, tais como a participação operária na gestão da empresa, o saneamento administrativo a partir da redução do número de cargos de gerência, o combate à discrepância salarial na planta[133], e a extinção dos vínculos entre a CSN e cerca de 300 oficiais do Exército, que recebiam altos salários e benefícios da Companhia sem prestarem a ela qualquer serviço. Contudo, o sindicato reconhecia que a empresa passava por dificuldades e tomou iniciativas para buscar um entendimento, por exemplo, ao concordar com o

133 GRACIOLLI, *Op. cit.*, p. 122, argumenta que "60% da folha de pagamento da usina era absorvido por 3,8 mil dos 21, 7 mil empregados".

adiamento das negociações salariais para junho (a data-base da categoria era 1º de maio), apesar das graves perdas geradas pela inflação.[134]

Entretanto, um dos primeiros movimentos de Lima Netto à frente da empresa foi justamente o de colocar 2.000 trabalhadores em licença remunerada, anunciando que eles seriam demitidos tão logo a CSN captasse recursos suficientes para arcar com as multas rescisórias. A reação operária foi imediata, e em 14 de maio, os trabalhadores paralisaram e ocuparam a usina por doze horas, até que Lima Netto se dispôs a negociar. Para pressionar a direção da companhia a rever as demissões que se avizinhavam, o movimento sindical organizou o "Acampamento da Resistência", envolvendo licenciados, sindicalistas e membros dos movimentos populares da região, que se mantiveram em frente ao Escritório Central da CSN por 28 dias, até 19 de junho. A iniciativa forçou a companhia a uma redução da lista, mas 1.375 operários seguiram afastados.[135]

Àquela altura, os metalúrgicos que atuavam nas empresas privadas da região já se encontravam em campanha salarial, reivindicando reposição da ordem de 166,9%. O ajuste era considerado impraticável pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), que propunha um aumento real de 30%, mas, pressionadas por greves de curta duração, algumas empresas ofereceram reajustes de 50% (Siderúrgica Barra Mansa – Votorantim) e até 75% (Cesbra – Brascan). Entretanto, na contramão das expectativas do sindicalismo fluminense, as paralisações não se generalizaram no estado. Embora os metalúrgicos do ABC e do Vale do Paraíba paulista, entre outras regiões, tenham conduzido longas greves entre junho e julho, apenas na Ford de São Bernardo do Campo a mobilização permanecia forte, e quando os operários da CSN retomaram as negociações salariais, na primeira semana de julho, na prática, se encontravam isolados. A diretoria da Companhia, por sua vez, ciente de que o encaminhamento do dissídio ao TST[136] seria favorável às pretensões da estatal, não apresentou nenhuma proposta de reajuste, provocando a revolta da categoria, que deflagrou greve na tarde de 11 de julho. Cerca de seis mil operários ocuparam a empresa. De acordo com Graciolli, o nível de convencimento dos trabalhadores quanto à necessidade da greve era tão alto que a paralisação foi total, mesmo sem a formação de piquetes.[137]

Se a categoria estava convicta, o mesmo não se podia dizer da direção do SMVR. Tal como discutimos anteriormente, ainda em abril de 1989, as divisões

134 *Ibid.*, pp. 118-123.

135 *Ibid.*, pp. 126-128.

136 O dissídio era encaminhado ao tribunal superior (e não ao regional) porque a CSN argumentava que era uma empresa de base nacional, com trabalhadores em diversas regiões. Tratava-se de uma manobra para deslegitimar o SMVR, posto que, no âmbito do TST, os operários do setor deveriam ser representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), presidida por Luiz Antônio de Medeiros, que estava alinhado com Collor. "Historicamente, entretanto, a CNTM autorizava que o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda representasse tais trabalhadores, reconhecendo a legitimidade das direções eleitas". Não foi diferente em 1990; Medeiros concedeu uma procuração a Vagner Barcelos em 14 de julho, "estabelecendo-o representante legal daquela base metalúrgica". *Cf.* GRACIOLLI, *Op. cit.*, pp. 142-143, 171.

137 *Boletim do DIEESE (separata)*, nº 113, agosto de 1990, p. 21; GRACIOLLI, *Op. cit.*, pp. 131-133, 137-141; *Jornal do Brasil,* 13/07/1990, p. 4.

entre as distintas alas do sindicalismo metalúrgico de Volta Redonda começaram a ganhar contornos mais nítidos, em um processo que, seguramente, foi catalisado pela trágica morte de Juarez Antunes em fevereiro daquele ano.[138] As diferenças se acirraram na formação da chapa que venceu a disputa pela entidade nas eleições que se seguiram, e três grupos passaram a disputar os rumos da atividade sindical dos metalúrgicos. Nas reuniões da direção que antecederam a greve, as divergências quanto à viabilidade da paralisação atravessavam os próprios grupos. Vagner Barcelos, que contara com o apoio da CS para assumir o posto de presidente do SMVR, era contrário à deflagração do movimento, por considerar que o contexto era desfavorável, dadas a força do governo Collor, em início de mandato, e o fato de que a greve na CSN aconteceria de forma isolada. Os diretores ligados à Convergência defendiam uma linha radicalmente distinta, argumentando que as políticas de Collor eram impopulares e que a base desejava ir à greve, que deveria ser construída pela entidade. Luiz Antônio Albano e Luiz de Oliveira Rodrigues, o "Luizinho", por sua vez, encabeçavam outra facção da gestão, dita "moderada", ligada ao PDT. Enquanto Albano compartilhava da análise de Vagner, colocando-se contrário à greve, Luizinho adotou a posição de entusiasta da paralisação, taxando os diretores receosos como "pelegos". Uma vez aprovada a linha de deflagração da greve na diretoria do SMVR, membros das distintas facções defenderam-na, embora alguns deles, incluindo Vagner, não tenham se abstido de declarar em assembleia suas ressalvas.[139]

Ainda segundo o estudo de Graciolli, a política de Roberto Procópio de Lima Netto para enfrentar a paralisação pode ser sintetizada em quatro eixos: a) declarações públicas de que a CSN não retomaria as negociações enquanto a greve prosseguisse; b) ameaça de não pagamento dos dias parados: "Pago salários com faturamento e, se não há milho, não há pipoca", alegava o presidente da estatal[140]; c) não utilização da repressão militar, combinada à decisão de abafar um dos fornos da siderúrgica, algo que, como vimos no quarto capítulo, poderia gerar graves danos ao equipamento, ou mesmo comprometê-lo totalmente – o sindicato propunha que, em vez disso, a empresa colocasse o alto-forno em repouso temporário, procedimento mais simples e de menor risco, mas Lima Netto preferiu o abafamento, posto que quaisquer danos causados às instalações da usina durante a greve poderiam ser utilizados politicamente, para desmoralizá-la; d) negociações paralelas com dois diretores "moderados" do SMVR – Luizinho e Albano –, especialmente a partir do décimo dia da greve, buscando acirrar as divisões entre os sindicalistas e legitimar uma proposta de reajuste da ordem de 25% em média, considerada razoável pelo presidente da CSN. Embora as reuniões entre os sindicalistas e a diretoria da estatal tenham ocorrido com o aval do

138 MANGABEIRA, *Op. cit.*, pp. 144-145.

139 GRACIOLLI, *Op. cit.*, pp. 139-141.

140 *Jornal do Brasil*, 13/07/1990, p. 4.

conjunto da gestão do SMVR, Barcelos e outros diretores rapidamente passaram a considerar que Albano e Luizinho estavam atuando como "agentes duplos": "tudo o que acontecia na nossa reunião dentro do sindicato ia para o conhecimento do presidente da CSN".[141]

Em audiência informal no TST, no dia 16 de julho, o presidente do tribunal recomendou que a Companhia negociasse, mas determinou também o fim da ocupação. Os trabalhadores acataram a orientação, mantendo a greve fora da usina; apenas os operários que lidavam com equipamentos vitais para a planta permaneceram trabalhando, organizados em turnos pelo próprio sindicato, que buscava evitar quaisquer sabotagens ou danos às instalações, que certamente repercutiriam contra o movimento. Além disso, o sindicato reduziu a demanda de reajuste, dos 166,9% iniciais para 80%, mas a direção da CSN seguia inflexível. Na semana seguinte, houve iniciativas sindicais para envolver a população de Volta Redonda na greve, tais como uma passeata contra as privatizações, com cerca de 15 mil pessoas, em 23 de julho, e uma greve geral municipal, dois dias depois, com fechamento de agências bancárias e do comércio local em apoio aos grevistas. Na data, novas passeatas mobilizaram os metalúrgicos e suas famílias, "incluindo até crianças, em grande número", além de representantes de outras categorias de trabalhadores.[142]

A longa duração e a importância simbólica da mobilização dos trabalhadores da CSN no contexto dos primeiros choques contra o governo Collor confirmavam o protagonismo dos metalúrgicos de Volta Redonda na resistência às privatizações. A ala "combativa" do SMVR reivindicava aquela responsabilidade, buscando reforçar os vínculos com outras categorias e manter a greve em evidência, por exemplo, através do deslocamento de ativistas a outros focos de luta, como São José dos Campos, onde lideranças da CSN estiveram presentes e ajudaram a organizar um ato contra ameaças de demissões na Embraer, ainda em julho.[143] Apesar disso, conforme a mobilização se prolongava, o isolamento previsto por alguns dos diretores do SMVR parece ter sido sentido pelos operários da usina, que consideraram insuficientes as declarações de apoio e a presença esporádica de líderes sindicais e de esquerda na região. Em entrevista concedida a Graciolli, Vagner Barcelos criticou a política da CUT em relação à luta na CSN, qualificando a negligência da central como "vergonhosa":

> Para você ter uma ideia, o Jair Meneguelli foi aparecer em Volta Redonda depois de 23 dias de greve. O Lula esteve com a gente pelo menos duas vezes. Quem

141 GRACIOLLI, *Op. cit.*, pp. 143-5, 151-3.

142 *Ibid.* pp. 146-9; *Folha de S. Paulo*, 26/07/1990, p. B-4.

143 Delegacia Regional de Polícia de São José dos Campos. "Ofício nº 178/90-SCA". APESP, Fundo DCS, Dossiê 17-S-36-294, Pasta 6. fl. 2.

> acompanhava a gente naquela greve era o Cyro Garcia, da Convergência Socialista, o Edmilson Valentim, do PCdoB. Deputado do PT? Nenhum. Deputado do PDT? Nenhum. […] A CUT demonstrou uma ausência física e de proposta.[144]

No início de agosto, Roberto Procópio de Lima Netto cumpriu a promessa de cortes salariais contra os grevistas. O dissídio foi a julgamento no dia 8 e, tal como previa a direção da CSN, o veredito foi amplamente desfavorável aos trabalhadores. A greve foi considerada abusiva, e a decisão quanto à reposição salarial estipulava um aumento de apenas 17,3%, em média. O julgamento foi repudiado pelos grevistas, que mantiveram a paralisação, mas as ameaças de demissões se intensificaram, abalando o movimento, que se encerrou em 11 de agosto. O fim da greve não demoveu Lima Netto das demissões que, afinal, serviriam a um duplo propósito: reduzir o quadro funcional da empresa, com vistas à privatização, e promover a retaliação contra o movimento sindical. O SMVR negociou diretamente com o Ministério do Trabalho para reverter as 650 dispensas anunciadas pelo presidente da CSN como resposta à greve, mas 54 grevistas acabaram demitidos, entre eles 12 membros da CIPA e 10 diretores sindicais. Somadas aos descontos dos dias parados, as punições consolidaram a derrota da greve, desmoralizando os setores à esquerda na gestão do SMVR. A ala da direção sindical que havia negociado diretamente com Lima Netto, por sua vez, capitalizaria o fracasso da mobilização, considerando-o uma prova do esgotamento do modelo do "sindicalismo de confronto". Capitaneados por Luizinho e Albano, esses ativistas formariam o grupo conhecido como "Formigueiro", embrião da Força Sindical (que seria fundada no ano seguinte) em Volta Redonda.[145]

5.6 O CENTRO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA E AS GREVES DE 1990 EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Os meses de junho e julho de 1990 também foram agitados para os metalúrgicos de São José dos Campos. Em sintonia com as mobilizações em outras regiões e categorias – os petroleiros preparavam-se para uma greve nacional, e a CUT ventilava a possibilidade de uma greve geral em 12 de junho –, o SMSJCR retomou a campanha salarial, colocando as empresas do Vale do Paraíba na defensiva. Algumas delas aprovaram reajustes "preventivos", antecipando-se às paralisações: foi o caso da Embraer, que, em 5 de

144 GRACIOLLI, *Op. cit.*, p. 154.

145 *Ibid.*, pp. 158-163.

junho, concedeu 20% de aumento a todos os seus funcionários. Mas a média de reajuste reivindicada pelo sindicato, visando cobrir a inflação e as perdas salariais acumuladas, era da ordem de 166%. A assembleia geral da categoria, em 6 de junho, decidiu ir à greve, a partir da primeira hora do dia seguinte. Na estatal, o movimento teve início ainda no dia 6, com paralisação de 80% do contingente da empresa. Nos dias subsequentes, as principais fábricas privadas da região (GM, Philips, Bundy, entre outras) aderiram ao movimento que, em 8 de junho, já envolvia quase 30.000 metalúrgicos no Vale. A tática utilizada era a da greve de revezamento, sem que se caracterizassem ocupações. A polícia esteve presente diante da Embraer e da Tecnasa, e houve relatos de intimidação contra grevistas, mas não se registraram episódios mais graves de violência.[146]

Como já havíamos adiantado, nas trincheiras patronais, o Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba se encontrava em pleno funcionamento, pelo menos desde maio. A série documental que nos permite conhecer as atividades do CECOSE naquele período é composta por ofícios da Delegacia Regional de Polícia de São José dos Campos, elaborados entre maio de 1990 e junho de 1991 pelo delegado responsável pelo Setor de Comunicação Social (SCS) da polícia civil na cidade, Dr. Oswaldo Galvão de França Filho, enviados à diretoria do Departamento de Comunicação Social (DCS), em São Paulo.[147] Os documentos redigidos por França Filho guardam algumas semelhanças com os informes dos oficiais da Aeronáutica sobre o Centro que discutimos no Capítulo II, sobretudo quanto à forma (geralmente, também assemelhada à de atas das reuniões) e ao conteúdo, ainda predominantemente voltado à discussão de greves, atrasos de pagamentos, demissões e presença de ativistas nas fábricas. Entretanto, uma diferença radical entre as séries documentais, que talvez possa ser explicada pela menor preocupação de França Filho com o sigilo das informações produzidas, consiste no fato de que seus relatórios frequentemente apresentam o nome completo dos representantes das empresas e dos órgãos militares presentes nas reuniões do CECOSE.[148] Através dos ofícios de França Filho, podemos saber, por exemplo, que os representantes da GM no CECOSE eram o chefe de segurança, José Cardoso de Araújo Filho, e o gerente de pessoal da multinacional em São José dos Campos, Bruno Fiori Capelli, mencionados nos Capítulos II e III desta obra.

Na primeira das reuniões reportadas à DCS pelo delegado, ainda em maio de 1990, os membros do CECOSE discutiram a situação em cada fábrica, mesclando, como já era comum entre 1984 e 1985, informes sobre o movimento operário e questões de caráter mais trivial, como as perspectivas

146 *Valeparaibano*, 06/06/1990, p. 3; 07/06/1990, pp. 1, 3.

147 Apresentamos uma análise preliminar desta documentação no *XXIV Encontro Estadual da Anpuh-SP* (Guarulhos/SP, setembro de 2018). Nos parágrafos seguintes, retomamos e expandimos alguns dos argumentos expostos naquela ocasião.

148 Na primeira série documental, poucos participantes do CECOSE são identificados nominalmente, e não existe nenhuma menção de nome completo (nome e sobrenome). Um dos poucos documentos da Escola de Especialistas da Aeronáutica a indicar nomes de membros do organismo é o já mencionado "Informe nº 015/85/EEAer", que menciona o Coronel Justino, da Villares, e lista alguns dos "novos representantes" de empresas e órgãos militares na entidade.

de contratação ou demissão nas diferentes empresas, sua produtividade e mesmo a ocorrência de assaltos em suas dependências. França Filho assim descreve sua primeira intervenção em reuniões do Centro:

> Em seguida foi dada a palavra a este signatário que participava como novo membro do grupo, composto por representantes de diversos órgãos Estaduais e Federais bem como seguranças patrimoniais das Firmas. Agradeci a todos pela minha participação e *informei que a Delegacia Regional de Polícia estava à disposição para consultas de antecedentes criminais de elementos perniciosos às firmas* e outras orientações, alertando os participantes da violência urbana e onda de sequestro.[149]

A declaração do delegado demonstra uma das utilidades, para as empresas, da presença policial no âmbito do CECOSE, ao mesmo tempo em que revela uma interface entre as preocupações políticas particulares das fábricas e questões de segurança pública mais gerais (evocadas pelas menções de França Filho à "violência urbana e onda de sequestro"). Em suas notas acerca da primeira reunião da qual participou, França Filho registrou as menções dos representantes das fábricas a respeito de greves, demissões e atrasos salariais, bem como suas queixas quanto a furtos de automóveis e outros bens empresariais. O relatório do delegado deixa transparecer que ele pretendera extrair da reunião o máximo de informações úteis para eventuais investigações e futuras intervenções policiais em favor das empresas, contemplando diversos tipos de queixas. O representante da polícia civil, efetivamente, colocava-se "à disposição" das empresas, para protegê-las de "elementos perniciosos" – que, subentende-se, poderiam estar entre seus próprios trabalhadores, daí a necessidade das "consultas de antecedentes criminais". Assim, algumas das práticas que, sob o regime ditatorial, eram justificadas pela guerra contra a "subversão", perpetuavam-se, naquele contexto, apresentadas como uma resposta ao crescimento da "violência urbana". Em ambos os casos, a identificação implícita entre os interesses empresariais e os interesses públicos legitimava e naturalizava a articulação entre órgãos de "segurança industrial" e de "segurança pública".

No encontro seguinte do Centro, em 6 de junho, pouco antes da deflagração das greves, os militares presentes praticamente não fizeram uso da palavra, mas quatro deles passaram aos demais membros da entidade os números de telefone através dos quais poderiam ser contatados (todos devidamente anotados por França Filho). Uma das principais pautas da reunião

149 "Reunião do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba – CECOSE" (9 de Maio de 1990). Delegacia Regional de Polícia de São José dos Campos. "Ofício nº 147/90", de 19 de Julho de 1990. AESP, Fundo DCS, Dossiê 17-S-36-294 ss., Pasta 6. fls. 4-5. O grifo é nosso.

foi a ocupação da fábrica da Engesa, que, como vimos, estava com os salários atrasados desde fevereiro. Pelo documento, ficamos sabendo que o CECOSE estava sendo coordenado desde o mês anterior por Paulo Perez Molina, funcionário da Johnson & Johnson, que, na ocasião, distribuiu aos participantes do organismo a "relação dos invasores da Engesa". França Filho informou ainda "que iria verificar antecedentes criminais dos invasores para apresentar na próxima reunião". Na mesma ocasião, o representante da Embraer, Oldir Nogueira Vinhas Filho, anunciou que a estatal planejava demitir mais de 1.300 operários ainda naquele mês, e que o dirigente sindical Toquinho recebera uma advertência por escrito, por protestar contra o remanejamento de funcionários. Os empregados da estatal que haviam rejeitado o remanejamento também foram "punidos com suspensão".[150]

O ofício que relata a reunião de 4 de julho traz mais dados referentes à campanha salarial dos metalúrgicos. Àquela altura, ainda havia greves em curso e, por conta delas, os representantes da Engesa, Rhodia e Philips não compareceram ao encontro. Às portas da Avibras, outra das empresas cujos empregados sofriam com atrasos salariais desde março, um acampamento havia sido montado pelos metalúrgicos no dia 2. Na Embraer, a greve perdurara por dezessete dias (de 6 a 22 de junho), gerando perdas da ordem de 17 milhões de dólares. Vinhas Filho apresentou um longo relato da mobilização a seus colegas do CECOSE, mencionando que, em 11 de junho, a formação de piquetes pelos metalúrgicos fora reprimida pela polícia; na ocasião, "grevistas incentivavam Policiais a entrarem em greve, propondo o empréstimo do carro de som". Uma mesa de conciliação no TRT de Campinas, em 20 de junho, desagradara tanto aos grevistas quanto à direção da Embraer; segundo Vinhas Filho, as "palavras dos juízes […] [eram] impublicáveis". Dois dias depois, o TRT determinou a ilegalidade da greve, e os operários voltaram ao trabalho. As retaliações se iniciaram uma semana após o desfecho da mobilização: em 3 de julho "ocorreram 45 dispensas entre horistas e mensalistas, e 30 artífices da greve" foram demitidos. A perspectiva anunciada por Vinhas Filho era a de que a Embraer efetuasse 1.900 dispensas até o fim do ano; somente no mês de julho, houve ao menos 300 demissões.[151]

Capelli e Araújo, por sua vez, trouxeram aos demais membros do Centro informes a respeito da greve na GM, que já durava 28 dias. A mobilização ocorria no interior da empresa, mas não era caracterizada como uma ocupação ou "invasão" pelos representantes da montadora, que utilizaram a expressão "acampamento" para descrevê-la. Os porta-vozes da GM no CECOSE reconheciam o caráter ordeiro da ação dos operários, mas alegavam que os grevistas e a empresa somente não haviam chegado a um acordo por

150 "Reunião do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba – CECOSE" (6 de Junho de 1990). Delegacia Regional de Polícia de São José dos Campos. "Ofício nº 147/90", de 19 de Julho de 1990. AESP, Fundo DCS, Dossiê 17-S-36-294 ss. fls. 7, 9-10.

151 "Reunião do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba – CECOSE" (4 de julho de 1990). Delegacia Regional de Polícia de São José dos Campos. "Ofício nº 147/90", de 19 de Julho de 1990. fls.1-3; "Reunião do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba – CECOSE" (1º de agosto de 1990). Delegacia Regional de Polícia de São José dos Campos. "Ofício nº 147/90", de 19 de Julho de 1990. AESP, Fundo DCS, Dossiê 17-S-36-294 ss. fl. 2.

conta da resistência da CUT. De acordo com Bruno Ribeiro Filho, enviado à reunião pelo Comando Militar Sudeste, 166 greves estavam em curso naquele momento no estado de São Paulo. Representando o governo federal, Antonio Fernando, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, também esteve presente no encontro, avaliando as iniciativas da CUT contra o Plano Collor e ventilando a possibilidade da "invasão de fábricas" pelo movimento sindical.[152]

Todavia, na contramão dos prognósticos da inteligência estatal, as greves metalúrgicas no Vale se encaminhavam para seu final. Na Philips e na GM, a mobilização atingiria a marca dos trinta dias, o que só foi possível graças a uma iniciativa do SMSJCR para evitar que as empresas vencessem os trabalhadores "pela fome": "Compramos 6.250 cestas básicas de alimentos e 5.000 de higiene e distribuímos para os trabalhadores da GM e da Philips, que pagavam com cheque pré-datado", conta o presidente do sindicato.[153] Na Philips, houve descontos dos dias parados, mas o reajuste conquistado foi da ordem de 51,90%. A fábrica chegou a ser ocupada durante a greve, mas a "empresa fechou os refeitórios e tirou de circulação os ônibus que transport[av]am os funcionários", inviabilizando sua permanência no interior da planta. Ivan Trevisan, diretor sindical e militante da CS, foi identificado como líder da greve pelo coronel Aníbal, representante da Philips no CECOSE, que, na reunião seguinte do Centro, relatou que Trevisan havia sido afastado e processado pela empresa. A retaliação patronal envolveu 114 demissões, "sendo 100 por motivo de greve".[154]

Se a possível retomada das atividades do CECOSE, em 1990, guarda relação com a vitória da chapa apoiada pela CS na disputa pelo SMSJCR em fevereiro, é preciso apontar que, apesar da recém-conquistada hegemonia dos trotskistas na gestão do sindicato, as greves daquele ano não foram particularmente mais "radicais" que as do período anterior. Em publicação comemorativa de seus 55 anos, lançada em 2011, a diretoria da entidade – ainda coordenada por militantes e simpatizantes da organização "herdeira" da CS, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), fundado em 1993, após a exclusão da Convergência das fileiras do PT – relembrava aquelas lutas, afirmando que elas haviam marcado, "praticamente, o fim do ciclo das grandes mobilizações da década de 80".[155] Outras importantes campanhas foram travadas nos primeiros anos da década de 1990, especialmente, contra os fechamentos de postos de trabalho e as privatizações das estatais da região, e teremos oportunidade de comentar algumas delas nas seções finais deste trabalho. Mas devemos destacar que as formas de luta que, tal como esperamos ter demonstrado ao longo deste trabalho, caracterizaram

152 *Ibid*., fls. 4, 8-9.

153 SMSJCR, *Op. cit*., p. 22.

154 "Reunião do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba – CECOSE" (1º de agosto de 1990). Delegacia Regional de Polícia de São José dos Campos. "Ofício nº 147/90", de 19 de Julho de 1990. AESP, Fundo DCS, Dossiê 17-S-36-294 ss. fl. 5.

155 SMSJCR, *Op. cit*., p. 22.

as mobilizações metalúrgicas no Vale do Paraíba durante a década de 1980 – greves "de categoria" (coordenadas com as paralisações "por empresa"[156]), ocupações de fábrica, acampamentos e piquetes envolvendo elevado número de operários (frequentemente, oriundos de diversas fábricas da região, e não apenas da unidade a ser paralisada) – tornaram-se menos frequentes e massivas, mesmo com uma maioria de dirigentes trotskistas à frente do sindicato.

Vários elementos devem ser levados em conta na explicação desse fato, e trataremos deles a seguir, mas devemos adiantar, por evidente que seja, que o fator *direção sindical*, embora bastante significativo, não é suficiente para determinar as ações e táticas às quais recorriam as bases das categorias "dirigidas". Isso foi demonstrado pela própria ascensão dos "novos sindicalistas" no fim da década de 1970, cujas iniciativas atropelaram as burocracias sindicais encasteladas nas entidades representativas dos trabalhadores, estabelecendo, ainda que circunstancialmente, novas direções de fato. Da mesma forma, sob as gestões identificadas com o "novo sindicalismo", tampouco foi raro que as mobilizações se valessem de métodos e táticas que contrariavam as estratégias preconizadas por aquelas direções, tal como ocorreu no caso das ocupações metalúrgicas em São Bernardo do Campo, em abril de 1985, ou no da greve da mesma categoria em 1989, ambos discutidos neste livro. No ano de 1990, a greve mais "radical" parece ter sido, uma vez mais, obra dos metalúrgicos são-bernardenses, cujo sindicato permanecia nas mãos da Articulação. A luta dos operários da Ford naquele município durou 50 dias, envolveu ocupações temporárias da fábrica (por exemplo, em 23 de junho, como resposta às ameaças de demissões contra os grevistas) e teve de enfrentar, além da retaliação e da resistência patronal nas negociações, uma cobertura jornalística, em geral, nada simpática aos trabalhadores, responsabilizados por atos de violência, depredação e até mesmo um incêndio.[157] Mesmo conduzidas pelos "radicais" da Convergência, as mobilizações dos metalúrgicos do Vale do Paraíba no mesmo período parecem ter sido significativamente mais tranquilas.

O conjunto dos ofícios encaminhados pelo delegado França Filho à DCS consolidam algumas de nossas hipóteses sobre o CECOSE, bem como permitem que sugiramos outras. Em primeiro lugar, ressaltam o caráter acessório da participação militar no organismo, coordenado e animado, essencialmente, pelos funcionários das empresas, que se favoreciam das relações estreitas entre suas equipes de segurança e as forças repressivas do Estado para conter as greves e promover retaliações contra os trabalhadores que se engajavam

156 Destaque-se, porém, que, em nível nacional, as greves "por empresa" foram maioria absoluta no período entre 1978-1987, correspondendo a 75% do total. *Cf.* NORONHA, E. "Greves e Estratégias Sindicais no Brasil". *In*: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de *et al.* (Orgs.) *O mundo do trabalho*: Crise e mudança no final do século. São Paulo: Página Aberta, 1994, p. 328. Os dados do SAG/DIEESE com os quais trabalhamos em nossa pesquisa registram somente greves "por empresa" entre os metalúrgicos de São José dos Campos, no período em questão. Contudo, como vimos ao longo desta pesquisa, uma parte considerável delas foi deflagrada no contexto de campanhas salariais que chegavam a paralisar simultaneamente dezenas de milhares de metalúrgicos da região. Estas greves "por empresa" se fortaleciam graças às paralisações desencadeadas em fábricas vizinhas – efeito típico das greves "de categoria".

157 GRACIOLLI, *Op. cit.*, pp. 134-5; *Folha de S. Paulo*, 26/07/1990, p. B-8; *Jornal do Brasil*, 27/06/1990, p. 1.

no movimento sindical. Embora essa preocupação fosse, evidentemente, política, é provável que o organismo pouco se identificasse com os discursos e métodos do "combate à subversão", nos moldes na Doutrina de Segurança Nacional em voga nas décadas de 1960 e 1970. Seu caráter era, ao mesmo tempo, mais prosaico e melhor adaptado à nova conjuntura política do país, muito embora a própria existência do Centro atestasse a permanência e a aparente normalidade com que seus membros tratavam práticas autoritárias típicas da ditadura, como a suspeição exacerbada e a vigilância mantida sobre opositores políticos.

Ao mesmo tempo, algumas características da segunda série documental nos indicam que não se deve superestimar a importância atribuída ao CECOSE pelos agentes estatais que tomavam parte em suas reuniões. Ao contrário dos informes produzidos pela Aeronáutica entre 1983 e 1985, que geralmente eram redigidos e enviados à "comunidade de informações" poucos dias após as reuniões, os relatórios do delegado França Filho, especialmente no ano de 1991, foram enviados a São Paulo em "bloco", contendo descrições de duas ou mais reuniões, e com atraso de várias semanas. Os últimos documentos da série são extremamente sucintos. Ainda em dezembro de 1990, em um dos ofícios enviados ao DCS, França Filho pedia desculpas "por não enviar mensalmente, como de praxe os relatórios das reuniões da CECOSE", fato que atribuía ao "acúmulo de serviço" à frente da Delegacia de São José dos Campos.[158] O relatório referente ao período entre setembro e novembro de 1990, encaminhado a São Paulo em dezembro, destaca o problema das demissões massivas, associando-as ao "aumento do índice de criminalidade" na região. Os reflexos do cenário econômico recessivo, segundo França Filho, também se faziam notar no mercado imobiliário do Vale do Paraíba, com um número de imóveis disponíveis para locação acima do normal, provável decorrência da evasão de trabalhadores desempregados.[159]

O desmonte da Embraer tinha relação direta com aquele fenômeno. As dispensas na estatal se intensificaram nos últimos meses de 1990, apesar dos protestos organizados pelo SMSJCR. Somente em novembro daquele ano, cerca de 4.000 postos de trabalho foram fechados na estatal. A estratégia do governo Collor para acelerar a privatização da indústria aeronáutica não passava apenas pelo "saneamento" do quadro funcional da empresa, envolvendo outros movimentos que agravavam a crise na Embraer, tais como a redução das alíquotas para importação de aeronaves estrangeiras e o cancelamento dos incentivos fiscais e de empréstimos previstos à Embraer.[160]

158 "Ofício nº 327/90 – SCA", de 19 de dezembro de 1990. Delegacia Regional de Polícia de São José dos Campos. Dossiê 17-S-36-282, Pasta 6. fl. 2.

159 *Ibid*., fl. 1.

160 RODENGEN, Jeffrey L. *A História da Embraer*. Fort Lauderdale: Write Stuff Enterprises Inc., 2009, p. 113; GODEIRO, Nazareno; SILVA, Cristiano M.; SILVA; Edmir M. (Orgs.) *A Embraer é Nossa*: Desnacionalização e reestatização da Empresa Brasileira de Aeronáutica. São Paulo: Sundermann, 2009, pp. 29-30.

Uma parcela significativa dos demitidos daquele período não voltaria a trabalhar nas fábricas do Vale do Paraíba, optando pela migração para outras regiões e/ou pela mudança de atividade laboral, com variados graus de sucesso, mas, via de regra, sofrendo a depreciação de seus níveis de remuneração e padrão de vida. Mesmo entre trabalhadores especializados, as possibilidades de reinserção profissional, naquele contexto, eram reduzidas. O projetista aeronáutico Sílvio Tedesque, um dos demitidos pela Embraer em novembro de 1990, relataria ao *Valeparaibano*, um ano e meio depois, algumas das dificuldades enfrentadas no período:

> Tedesque conta que passou 3 meses atordoado com o fato [da demissão] e desde então não conseguiu mais voltar à profissão, apesar de inúmeras tentativas. A sua capacidade e seu grau de experiência não eram questionados. A recessão econômica durante esses 18 meses falou mais alto. Hoje, depois de diversas experiências, Tedesque é caminhoneiro e trabalha há duas semanas prestando serviços para a Secretaria de Serviços Municipais de São José dos Campos. Os filhos – Samuel, de 6 anos, e Lucas, de 3 – que aspiravam um dia entrar na Embraer e só falavam de aviões, se conformaram com a ideia e passaram a falar de caminhões. […]
>
> O padrão de vida, que era alto, começou a cair vertiginosamente. Tedesque vendeu o carro, a moto, e antes de ser caminhoneiro, tentou ser um pequeno empresário. Se associou a uma oficina mecânica, mas a recessão não deixou o negócio decolar. Tedesque vendeu a sua parte e comprou um Fiat Fiorino, e se mandou para São Sebastião para vender sanduíche natural. "Foi uma experiência ótima", garante. […] "Era preciso fazer de tudo para defender o leite das crianças", assinala.[161]

161 *Valeparaibano*, 27/05/1992, p. 3.

5.7 DO PLANO COLLOR II ÀS PRIVATIZAÇÕES DA CSN E DA EMBRAER: DESVIOS E DILEMAS SINDICAIS NO EPÍLOGO DA "TRANSIÇÃO" (1991-1994)

Em janeiro de 1991, a equipe econômica do governo federal, liderada por Zélia Cardoso de Melo, ministra da Fazenda, anunciava um novo pacote de medidas econômicas que ficaria conhecido como "Plano Collor II", com o intuito de fazer frente aos índices inflacionários, que haviam voltado a subir significativamente no semestre anterior. Implementado a partir de 1º de fevereiro, o plano reinstituía o congelamento de salários e preços, e renovava a carga contra os mecanismos de indexação da economia, identificados como responsáveis pela inflação. Além disso, bloqueava recursos orçamentários dos Ministérios da Educação, Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social, subordinando sua utilização à aprovação da Fazenda, sob o já conhecido pretexto do "saneamento" dos gastos públicos. Os resultados imediatos do pacote não foram expressivos, e Zélia Cardoso de Melo, já desgastada pelo fracasso do Plano Collor I, foi substituída no ministério por Marcílio Marques Moreira, em maio. Moreira estava comprometido com a continuidade da "abertura econômica" e com as privatizações, que avançariam sob sua gestão.

Nesse contexto, reemerge a proposta das "câmaras setoriais", espaços tripartites de negociação por ramos econômicos, envolvendo representantes dos sindicatos, das entidades patronais e do governo, de modo a estabelecer parâmetros para as políticas públicas, negociações salariais e os compromissos empresariais com a manutenção de empregos e investimentos. As câmaras já haviam sido ensaiadas durante o governo Sarney, contudo, sem contar com o apoio das mais expressivas organizações dos trabalhadores, que viam a proposta como uma tentativa de institucionalização do "pacto social". Em 1991, a iniciativa também não logrou muito êxito, mas, a partir do ano seguinte, as câmaras ganhariam destaque, como reflexo do agravamento da crise no setor automobilístico e da adesão da CUT e do SMSBCD às negociações. Essa decisão, polêmica nos meios sindicais, consolidava a guinada estratégica da Articulação Sindical, distanciando-se da concepção do "sindicalismo de enfrentamento", uma opção que se relacionava tanto com as experiências em curso no PT quanto com as dificuldades impostas pelo cenário político e econômico do período, marcado pelo desemprego crescente e pela aparente redução da eficácia das "armas clássicas do sindicalismo, a mobilização e a greve".[162]

162 GALVÃO, Andréia. "Os metalúrgicos do ABC e a câmara setorial da indústria automobilística". *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 10/11, p. 83-101, 1998; GUIMARÃES, Ivan Gonçalves Ribeiro. "A experiência das câmaras setoriais: democratizando a política econômica". *In*: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de *et al* (Orgs.). *Op. cit.*, pp. 459-496. A citação é da p. 463.

De acordo com Ivan Guimarães, a experiência determinante para o ingresso do SMSBCD na câmara setorial do complexo automotivo foi a dos fechamentos em massa de postos de trabalho na indústria metalúrgica de São Bernardo do Campo no último trimestre de 1991, com destaque para o anúncio do encerramento das atividades na fábrica de motores de caminhão da Ford, que empregava 400 trabalhadores. O sindicato enviou uma delegação a Detroit para tentar reverter a decisão junto à matriz da montadora, sem sucesso: a estratégia empresarial previa o fechamento de diversas unidades ao redor do mundo, como parte de um plano de "reestruturação produtiva" que visava maior competitividade, diante do crescimento das montadoras japonesas. Ainda segundo Guimarães, "lideranças sindicais americanas ligadas à *Union of American Workers* apresentaram aos sindicalistas brasileiros um quadro muito grave", com a perspectiva de "demissões de dezenas de milhares de pessoas". De volta ao Brasil, os dirigentes sindicais procuraram o ministro Marcílio Marques Moreira para estabelecer "alguma forma de negociação" que estimulasse as transnacionais do segmento a manterem os investimentos em suas unidades no país.[163]

O pedagogo Paulo Sérgio Tumolo fez um levantamento bibliográfico a respeito do fenômeno da "reestruturação produtiva", considerando os principais estudos sobre o tema que circularam no Brasil durante a década de 1990.[164] Uma das principais questões discutidas no período, percebe o autor, foi a do chamado "modelo japonês" ou *toyotismo* (por conta do pioneirismo da montadora de automóveis Toyota em seu desenvolvimento, ainda na década de 1960), caracterizado, entre outros fatores, pela *racionalização do processo de produção* baseado na demanda, sem acúmulo de estoques, pela *desespecialização* e pela *exigência de uma "polivalência operária"*, visando a intensificação do processo de trabalho e o incremento da exploração. Uma das contrapartidas oferecidas pela própria Toyota, fortalecendo o apelo do modelo, era a estabilidade no emprego para a parcela treinada e qualificada de seus operários (os *core workers*)[165]; no espírito da redução de custos, as funções que não fossem consideradas centrais para o processo produtivo deveriam ser terceirizadas ou eliminadas, enxugando o quadro funcional. As políticas de promoção e aumento de salários, por sua vez, passavam a ser baseadas em pontuação (estimulando a competição horizontal entre trabalhadores), e o recrutamento de líderes e gerentes se fazia a partir do princípio da senioridade, ou seja, privilegiando os funcionários com mais tempo de empresa (reduzindo os potenciais antagonismos verticais). Percebe-se que as táticas gerenciais toyotistas visavam minimizar potenciais contestações,

163 GUIMARÃES, *Op. cit.*, p. 468.

164 TUMOLO, Paulo Sérgio. *Da contestação à conformação*: A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2002.

165 Segundo Eneida Oto Shiroma, na própria Toyota os *core workers* não representavam mais que um terço da força de trabalho. A estabilidade no emprego é apontada pela autora como uma tática de retenção dos trabalhadores mais qualificados, uma vez que a própria companhia investia em sua capacitação. *Cf*. SHIROMA, Eneida. "O modelo japonês e o debate sobre qualificação e controle da força de trabalho". *Perspectiva*. v. 14, nº 26, p. 173-186, 1996.

ampliando o controle patronal sobre diversos níveis do trabalho e das vidas dos empregados, e exigindo a identificação entre funcionário e empresa. Apoiado na literatura sobre o tema, Tumolo argumenta ainda que, para o sucesso do toyotismo, foi de vital importância derrotar os movimentos de resistência operária às transformações no processo produtivo, e fomentar a formação dos "sindicatos de empresa", via de regra, afinados com os projetos e interesses patronais.[166]

As pesquisas recuperadas por Tumolo apontam que as estratégias empresariais de "modernização" que começavam a ser implementadas por muitas das grandes transnacionais instaladas no Brasil, bem como por alguns ramos da indústria nacional, sobretudo entre o fim da década de 1980 e meados da seguinte, foram essencialmente reativas, buscando adaptar aquelas empresas a um ambiente de maior concorrência e recessão econômica. As tentativas de ajuste visaram essencialmente a redução dos custos de produção e estiveram fortemente centradas em mudanças organizacionais, que muito raramente foram acompanhadas pela inovação tecnológica, pela aquisição de novas máquinas ou por políticas que visassem conquistar a adesão voluntária dos trabalhadores ao projeto empresarial, tais como os bônus por produtividade ou a participação operária nos processos decisórios. Embora alguns trabalhos baseados em casos empíricos tenham chegado a conclusões diversas, correlacionando as "novas formas de gestão", a introdução de novas tecnologias e a "emergência de novas formas de relacionamento entre empresas e sindicatos", outros tantos estudos de caso apontaram processos muito mais matizados, verificando a coexistência de práticas baseadas em princípios gerenciais diversos, não apenas em níveis regionais ou setoriais, mas mesmo dentro de uma única fábrica.[167]

Se comparado a outros segmentos da indústria, o ramo metal-mecânico parece ter atraído maior atenção dos pesquisadores interessados no tema da organização do trabalho, não apenas por conta da importância econômica do setor, mas também pelo caráter mais facilmente observável das transformações implementadas nas plantas do ramo (sejam tecnologias físicas, sejam gerenciais).[168] E justamente entre as metalúrgicas, e na indústria automobilística em especial, a implementação da automação e de outras inovações tecnológicas esteve, de acordo com a maior parte dos estudos empíricos recuperados por Tumolo, associada à predominância (e mesmo ao reforço) de paradigmas considerados mais "arcaicos", como o fordista.[169] Desse modo, o autor argumenta que não é possível estabelecer um padrão único ou determinante a

166 TUMOLO, *Op. cit.*, pp. 29-34.

167 Para uma discussão mais detalhada dessa bibliografia, remetemos ao trabalho do autor: TUMOLO, *Op. cit.*, pp. 39-63. As citações são da p. 49.

168 *Ibid.*, p. 70.

169 *Ibid.*, pp. 49-51, 54-60

respeito do conjunto de aspectos envolvidos no fenômeno da "reestruturação produtiva" no Brasil, cuja marca seria a *heterogeneidade generalizada*.[170]

Apesar disso, se algum de tais aspectos estabelece uma congruência em meio à diversidade, trata-se do empenho com que as empresas buscaram neutralizar os sindicatos, impedindo iniciativas que se contrapusessem à intensificação do ritmo e ao fechamento de postos de trabalho, processos generalizados no bojo da "reestruturação". Ainda segundo Tumolo, a introdução de novas estratégias de organização da produção não foi costumeiramente acompanhada por processos de negociação, que, via de regra, só ocorreram quando o movimento sindical conseguiu impô-los à patronal. Visando driblar aquelas iniciativas de resistência, muitas empresas optaram por instalar suas plantas em locais onde o sindicalismo era sabidamente mais frágil. Quando isso não era possível, buscavam manter os sindicatos em posição marginal e neutralizar os ativistas – quase sempre, através de suas demissões.[171] Mesmo entre as empresas que alegavam respeitar a estabilidade de seus operários, permanecia sagrado o direito de demitir aqueles que não se adequassem, especialmente em contextos de greves. Todos esses fatores ajudam a compreender a caracterização, proposta por parte da literatura sobre o tema, do processo de transformação dos modelos de organização da produção no Brasil como uma "*modernização conservadora*", que não abriu espaços para o questionamento do despotismo fabril.[172]

Apesar da consolidação dos discursos a respeito do "esgotamento" das estratégias sindicais "combativas" durante o biênio 1990-1991, a atividade grevista se manteve em níveis comparáveis aos verificados nos últimos anos do governo Sarney. Somente a partir de 1992 (após a fundação da Força Sindical e a adesão da CUT às câmaras setoriais, portanto) se apresentaria de forma nítida uma tendência de retração do número de greves, muito embora "não no nível que foi divulgado pela imprensa" à época. De acordo com Eduardo Noronha, em 1990, as greves no setor privado voltaram a ser maioria, com larga duração e a maior média de dias parados desde 1978, expressão do "grau de dificuldade de solução dos conflitos". No ano seguinte, contudo, as paralisações tenderiam a ser mais curtas, "revelando o recuo das estratégias de radicalização das negociações". Ainda assim, dado o grande número de "greves de categorias", o total de jornadas perdidas em 1991 praticamente igualaria o do ano recorde de 1989.[173] Na região de São José dos Campos, os metalúrgicos conduziram algumas paralisações longas naquele ano, como a da Embraer (de 17 de abril a 10 de maio), que conquistou um reajuste salarial de 89,75%, a da Tecnasa (de 18 de abril a 2 de maio), que garantiu 216% de aumento, e a da Bundy (entre 16 e 28 de setembro), que enfrentou

170 *Ibid.*, p. 64.

171 *Ibid.*, pp. 51-2, 57-58.

172 *Ibid.,* pp. 55-56, 65, 69.

173 NORONHA, E., *Op. cit.*, p. 337.

a repressão policial e obteve acréscimos salariais de 48%.[174] Tiveram, também, derrotas significativas, como a privatização da Mafersa, concluída em novembro de 1991.

Em Volta Redonda, a campanha salarial metalúrgica daquele ano transcorreu sem greve: o SMVR propusera, ainda em janeiro, uma pauta com 28 reivindicações, incluindo a reintegração dos demitidos políticos, garantias de estabilidade no emprego, o cancelamento dos planos de privatização da estatal, reajustes salariais mensais de acordo com a inflação e a reposição das perdas acumuladas desde maio de 1989. Roberto Procópio de Lima Netto deslegitimou as propostas do sindicato, alegando que, "se a CSN aceitasse a metade da lista, a empresa teria que fechar as portas. Os dirigentes sindicais ainda não entenderam que os tempos mudaram". Valendo-se da política salarial estabelecida pelo Plano Collor II, que impedia a reposição da inflação prévia a fevereiro de 1991, o presidente da estatal negou-se a discutir as perdas salariais dos anos anteriores, propondo um aumento real de apenas 7% e revisão do acordo salarial após seis meses. A proposta foi rejeitada pela diretoria do SMVR, mas aprovada pela assembleia da categoria, em 12 de abril. Os metalúrgicos pareciam hesitantes em relação à possibilidade de forçar uma negociação melhor através de uma nova greve, o que refletia o clima de insegurança criado pelas demissões em massa: a gestão Lima Netto já havia demitido cerca de 6.000 trabalhadores, e outros 1.000 seriam dispensados ao longo do ano de 1991. No segundo semestre, durante a revisão do acordo, a empresa ofereceu um aumento real de 24%, contra o reajuste de 188% demandado pelo sindicato. A direção do SMVR convocou um plebiscito, propondo, para o mês de novembro, a deflagração de uma greve em defesa dos salários e empregos, mas a categoria rejeitou a ideia e, novamente, aceitou a proposta da empresa.[175]

Àquela altura, a fração sindical liderada por Luizinho e Albano, o "Formigueiro", havia sido afastada da direção da entidade, por proposta de Vagner Barcelos, aprovada por cerca de 6.000 operários em assembleia realizada em 14 de agosto de 1991. Barcelos havia reunido diversas provas de que o grupo seguia negociando diretamente com os gestores da estatal, fato confirmado por Lima Netto.[176] No momento de sua expulsão da diretoria do SMVR, os membros do "Formigueiro" já estavam articulados com a Força Sindical (FS), que havia sido fundada em março. Herdeira da CGT de Luiz Antonio Medeiros, a nova central capitaneada pelo dirigente dos metalúrgicos de São Paulo se apresentava em perfeita sintonia com o discurso dos "novos tempos" e do "esgotamento" do sindicalismo de confronto:

174 SAG/DIEESE; *Valeparaibano*, 24/09/1991, p. 5.

175 GRACIOLLI, *Op. cit.*, pp. 165-169, 173-175.

176 *Ibid*., 171-172, 177-178.

> No discurso de seus dirigentes, a FS encarnaria um sindicalismo negociador, voltado para o mercado, não ideológico e apartidário […], uma espécie de "anti-CUT", que procurou compensar sua menor representatividade e implantação, ocupando espaços institucionais repudiados pela central rival ao longo dos anos oitenta, assumindo um discurso pragmático afinado com o pensamento empresarial e oferecendo-se ao sistema político como um interlocutor confiável junto aos trabalhadores.[177]

A campanha salarial de 1992, por sua vez, colocou em evidência a estratégia articulada pela direção da estatal junto ao "Formigueiro" para deslegitimar o sindicalismo cutista na região. Como vimos, a representação da base metalúrgica junto ao TST dependia da emissão de procurações pela CNTM, presidida por Medeiros. Naquele ano, a procuração foi concedida ao diretor afastado Luiz de Oliveira Rodrigues, o Luizinho (em detrimento do presidente do SMVR, Vagner), decisão aplaudida por Lima Netto. A CSN negociou com os diretores do "Formigueiro", que encaminharam a aprovação da proposta de reajuste oferecida pela empresa. No mesmo período, o grupo de sindicalistas ligados à FS obteve acesso, facilitado pela diretoria da estatal, a processos trabalhistas que estavam parados na Justiça, elaborando propostas de acordos que favoreciam a CSN ("pois os valores acordados eram, no máximo, em torno de 60% do que pleiteavam judicialmente os impetrantes"), mas que foram vistos por muitos trabalhadores como vitórias, levando-se em conta a demora usual do curso daqueles processos e a situação econômica vigente.[178]

Aproximavam-se as eleições para uma nova gestão do SMVR, a serem realizadas em julho de 1992. Vagner Barcelos foi escolhido em convenção da CUT regional para presidir a chapa apoiada pela entidade, tentando a reeleição. Seu nome não era o preferido pela Articulação Sindical, que tentou emplacar Bartolomeu Citeli como cabeça da chapa. Citeli tinha o apoio de figuras de destaque na Central, como Vicentinho e Meneguelli, e sustentava uma linha similar à que a Articulação aplicara nas eleições dos metalúrgicos de São José dos Campos em 1990: era necessário afastar do sindicato "aqueles setores inconsequentes, que tinham uma visão sindical bastante diferenciada da nossa" – nominalmente, a CUT Pela Base, a CS, e o PC do B, exatamente os grupos que permaneciam como base de apoio de Barcelos. Bartolomeu Citeli defendia também maior empenho "para esgotar todos os canais de negociação possíveis", buscando diferenciar-se da imagem "radical" da gestão

177 COMIN, Álvaro Augusto. "A experiência de organização das centrais sindicais no Brasil". *In*: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de *et al.* (Orgs.) *O mundo do trabalho*: Crise e mudança no final do século. São Paulo: Página Aberta, 1994, pp. 359-402. A citação é das pp. 388-389.

178 GRACIOLLI, *Op. cit.*, pp. 177-178, 186-189.

em curso. Com a derrota de sua candidatura na convenção cutista, Citeli foi escolhido como secretário-geral da chapa presidida por Barcelos.[179]

O desempenho eleitoral da lista cutista nas empresas privadas da região foi positivo, alcançando quase 90% dos votos válidos, mas o gigantismo da CSN fazia com que a estatal fosse determinante para o resultado do pleito. Na usina, as intenções de voto eram bem mais divididas, e às vésperas da votação, Lima Netto saiu em campanha a favor do "Formigueiro", que organizara a Chapa 4, da FS, presidida por Luizinho. Na semana do pleito, o presidente da estatal compareceu a comícios da chapa da FS, defendendo uma "relação de parceria entre o sindicato e a administração". Mas Lima Netto não se absteve de recorrer, igualmente, ao terror, apresentando "uma lista com 2 mil nomes de trabalhadores que, em caso de vitória da CUT, seriam demitidos." Até mesmo os chefes foram pressionados a fazer campanha a favor da FS, sob ameaças de demissões, caso os trabalhadores de suas seções não votassem massivamente no "Formigueiro". A estratégia surtiu efeito e, graças às urnas da CSN, a FS conquistou o SMVR, com 48,8% dos votos válidos (contra 40,06% da chapa cutista), em 24 de julho.[180]

Como vimos, o primeiro semestre de 1992 foi marcado pela adesão da ala majoritária da CUT às câmaras setoriais, sustentada por um discurso pragmático, que apontava a necessidade de um sindicalismo mais "moderno" e "participativo", evocando motes que já eram recorrentes no jargão da FS, muito embora a CUT permanecesse no campo da oposição à Collor e seguisse denunciando o caráter reacionário das contrarreformas neoliberais. Mas, mesmo aquelas diferenças, a princípio, bastante demarcadas, por vezes se atenuavam nos desdobramentos concretos das políticas implementadas por sindicalistas de ambas as centrais. Enquanto a FS se colocava abertamente favorável às privatizações, defendendo a participação dos trabalhadores nos leilões das estatais através de clubes e fundos de investimentos, o PT e a CUT permaneciam criticando o que consideravam a entrega do patrimônio público aos interesses privados – o que não impediu que sindicalistas ligados à Articulação também tomassem parte na organização de tais fundos.

A gestão do SMVR presidida por Luizinho participou do "Clube de Investimentos da CSN" – organizado pelo próprio Roberto Procópio de Lima Netto, "com estatuto e diretoria aprovados em uma assembleia fantasma, de validade absolutamente questionável", segundo denúncias que não tardaram a surgir –, que buscou financiamento junto a diversas instituições financeiras, pretendendo viabilizar a compra de ações pelos empregados da estatal. Defendido pelos sindicalistas, o clube chegou a contar com a adesão de 11.000 empregados e aposentados da siderúrgica. Por sua vez, um segmento da Articulação Sindical que atuava no Sindicato dos Engenheiros da região animou a fundação do "Independente Grupo de Investimentos", com o mesmo propósito, mas contra a FS e a diretoria da estatal. Assim, legitimavam, na

179 *Ibid.*, pp. 189-191.

180 *Ibid.* pp. 203-207.

prática, a privatização da usina, encarada por aqueles setores da CUT como "inevitável", e pelos líderes da FS como uma verdadeira "democratização do capital" da empresa.[181]

Com o agravamento dos escândalos de corrupção envolvendo a gestão Collor, em meados de 1992, a FS finalmente migrou para a oposição ao governo, inclusive por temer que o Executivo desmoralizado fosse incapaz de manter o cronograma das privatizações, ou que a crise prolongada pudesse depreciar os valores das empresas que iriam a leilão. O PT também manteve uma posição bastante moderada ao longo da crise terminal do governo, resistindo em aderir à bandeira do "Fora Collor", que vinha tomando força desde o segundo semestre de 1991 e motivando massivas mobilizações protagonizadas pelo movimento estudantil. O partido optou por apostar na via institucional para um possível afastamento de Collor, lutando pela instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar as denúncias de corrupção, e recusando-se a adotar a palavra de ordem "Fora Collor" quase por tanto tempo quanto a FS. As polêmicas em torno dessa pauta também foram o estopim para que a CS – um dos grupos que apresentaram ao I Congresso do PT (1991) a proposta de uma campanha aberta pelo impedimento do presidente, e que defendeu publicamente tal bandeira ao longo de todo o período – finalmente fosse expulsa do partido, sob acusações de indisciplina.[182]

Apesar de derrotados nas eleições sindicais de 1989, os metalúrgicos ligados à Articulação continuavam bastante ativos no movimento operário de São José dos Campos, disputando espaços políticos e construindo suas campanhas, fosse em unidade com a direção do sindicato, fosse em oposição a ela – como se tornava mais comum, conforme acirravam-se os antagonismos entre a CS e a ala majoritária do petismo. Os trotskistas não se eximiam de defender publicamente suas críticas ao que consideravam como sintomas de uma estratégia conciliadora que amadurecia no seio do PT e da CUT. Para a CS, bem como para outros segmentos da esquerda petista/cutista, a disposição das lideranças da central em participar das tentativas de "entendimento nacional", ainda no início do governo Collor, bem como a ida dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo às câmaras setoriais, em 1992, expressavam uma política de "tipo social-democrata […], voltada para obtenção de vantagens econômicas e de reformas sociais e políticas no interior da economia de mercado", colocando em risco o princípio da independência de classe que norteara sua atuação (bem como a do PT) no período anterior.[183] Toninho relembra, nos seguintes termos, as polêmicas que emergiram no movimento metalúrgico joseense naquele contexto, dando destaque ao tema das câmaras:

181 *Ibid*., pp. 272-305, 323-324.

182 MARTUSCELLI, *Op. cit*., pp. 51-61; GRACIOLLI, *Op. cit.*, pp. 248-9; MARTINS, R. *A regulamentação do direito de tendências no Partido dos Trabalhadores (1986-1992)*. Dissertação de Mestrado (Ciência Política). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015, pp. 93-96.

183 RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT:* Os Militantes e a Ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; GIANNOTTI, Vito; LOPES NETO, Sebastião. *CUT Ontem e Hoje*: O que mudou das origens ao IV CONCUT. São Paulo: Vozes, 1991, pp. 92-94.

> O PT passa a ser governo em várias cidades, em vários estados. E vai mudando. Tem uma guinada à direita. E essa guinada à direita vai dando nisso. A CUT vai se acomodando e achando que aquele caminho não dá. E eles chegam até… Por exemplo, o Collor veio propor um negócio chamado Câmara Setorial, que era tripartite. Nós aqui resistimos a essa Câmara Setorial, nunca participamos. […] Mas aí vinha São Bernardo, tudo em volta, já na Câmara Setorial. Nós não. E tanto é que em 92 tem uma assembleia – a última assembleia na GM – aonde nós perdemos a votação. A Articulação ganha a votação da gente. Em 92. Jair Stroppa defende a proposta de ir pra Câmara Setorial, e eu contra. Perdemos. A gente ia pra Câmara Setorial, porque existe democracia operária. Só que aí o Collor cai. Derrubamos o Collor! O Collor caiu, aí já não teve mais Câmara Setorial. Nunca fomos, nunca participamos. Era um absurdo. Mas ali ela [a CUT] já começa a guinada. A guinada da CUT começa ali. O sindicalismo combativo começa a mudar.[184]

Com a queda de Collor e a assunção de seu vice, Itamar Franco, as privatizações permaneceram na ordem do dia, muito embora as posições vacilantes do novo governo tenham retardado seu ritmo. Em São José dos Campos, Ozires Silva havia retornado à presidência da Embraer, ainda em junho de 1991, para concluir o "saneamento" da empresa e prepará-la para o leilão; em janeiro de 1992, a estatal foi incluída no programa de privatização, sob intensos protestos do SMSJCR e da CUT.[185]

Outras lutas importantes foram travadas no período, como a dos trabalhadores da Engesa. Em crise crônica, a empresa bélica entrara com um pedido de concordata em 1990, que intensificou o processo de demissões e atrasos salariais que vinham se verificando sistematicamente desde 1987. A partir daí, diversos acampamentos, ocupações da empresa e piquetes na Via Dutra, promovidos pelos metalúrgicos, buscaram chamar atenção para o problema vivido pelos demitidos e licenciados da Engesa, que finalmente faliu, em 1993. Toninho conta que uma das propostas dos trabalhadores, que chegou a ser implementada no período, ao longo de um semestre, foi a da retomada da produção sob controle operário:

> Depois a justiça proíbe, depois de seis meses. Seis meses ela [a fábrica] funcionou. E ela estava inclusive

184 Entrevista de Antonio Donizete Ferreira. Concedida ao autor, 23/5/2018.

185 RODENGEN, *Op. cit.*, p. 129.

> crescendo no número de trabalhadores. Ela começa com cento e poucos, e chega a duzentos e vinte trabalhadores. E tudo feito entre os trabalhadores. Em plena época das privatizações. Tudo, tudo, tudo com os trabalhadores. Tudo era decidido em assembleia, feita no restaurante. Tinha uma assembleia no restaurante e se decidia por ali. Então se tirava o dinheiro para pagar a gasolina, os carros que movimentavam, e o combustível que era necessário pra produção, pra refeição, pro restaurante. Pra comprar alimentos pro restaurante. E depois o que sobrava era dividido entre os trabalhadores. Com aquela parcela que era uma parcela não muito grande. Mas estava crescendo. Até que o juiz, na época – porque o juiz era de Barueri, pois o centro da Engesa, a sede da Engesa era em Barueri –, ele decreta o fechamento. Ele lacra a fábrica. A fábrica não podia mais ser usada pelos trabalhadores. Bom, aí é tomado pela polícia e tal. Não consegue mais produzir. Mas produziu durante seis meses. Vendeu os Jipes, comercializou. Comercializou peças. Mas os engenheiros – tinha engenheiros, e eles ajudavam na produção. Só que eles ganhavam igual aos peões também. Todo mundo ganhava igual. Era uma prova de que não precisa do patrão para poder produzir. E não precisa nem da alta gerência para poder produzir. Os trabalhadores sabem, conhecem o processo produtivo.[186]

A crise no setor automobilístico, as demissões em massa no Vale do Paraíba e a perspectiva do fechamento de mais postos de trabalho na Embraer, certamente, contribuíram para que, no 2º Congresso dos Metalúrgicos da região, realizado em 1992, a categoria tenha decidido pelo sistema de composição colegiada da próxima direção sindical, a ser eleita em fevereiro do ano seguinte. Em fins de 1992, apesar das divergências entre a Articulação e a CS, uma convenção da CUT Regional encaminhou a formação de uma chapa única cutista, decisão acatada pelos três principais segmentos do sindicalismo metalúrgico local: a Convergência, liderada por Toninho, conseguiu maioria na convenção (55%) e, consequentemente, na chapa; a Articulação, representada por Jair Stroppa e José Luiz Gonçalves, obteve 30% dos votos, e a CUT Pela Base, capitaneada pela vereadora Amélia Naomi (que se afastara da CS), ficou com os outros 15%. A chapa cutista não enfrentou oposição nas eleições do ano seguinte, e Toninho foi reeleito presidente do SMSJCR.[187]

186 Entrevista de Antonio Donizete Ferreira. Concedida ao autor, 23/5/2018.

187 SMSJCR, *Op. cit.*, p. 32.

A luta contra a privatização da Embraer prosseguiu durante a gestão eleita em 1993, que organizou uma manifestação com cerca de 15.000 pessoas em março daquele ano, com o *slogan* "Embraer, sim; Privatização, não!".[188] Ciente de que era impossível chegar a um acordo com os dirigentes do SMSJCR, Ozires Silva havia mudado de estratégia, buscando mover o foco das discussões para a "*preservação* da Embraer", que não contava com fundos suficientes para implementar os projetos de produção de aeronaves mais modernas, que poderiam ocupar importantes nichos de mercado e amenizar a crise na empresa. Para isso, a diretoria da estatal implementou a campanha "Vamos Manter Vivo o Sonho de Santos Dumont", ainda em fevereiro, visando coletar um milhão de assinaturas e reforçar a importância da Embraer perante a sociedade. Manoel de Oliveira, executivo e major da FAB, um dos diretores da estatal à época, assim relata as tentativas da empresa em envolver os trabalhadores e a própria diretoria do SMSJCR na campanha:

> Não é fácil conseguir um milhão de assinaturas, de modo que tivemos que mobilizar os trabalhadores […]. Na minha conversa com o presidente do sindicato, disse-lhe que não iríamos conversar sobre a privatização. Iríamos conversar sobre a sobrevivência da companhia, e ele concordou com isso. Nos reunimos às 6 da manhã para discutir esse acordo pessoal. Ambos tínhamos que dar apoio ao movimento. Em três meses, conseguimos um milhão de assinaturas.[189]

Contudo, as divergências entre a diretoria cutista do SMSJCR e os executivos da estatal não eram passíveis de conciliação, e os choques entre sindicalistas e gestores seguiram ocorrendo. Para consolidar, entre os trabalhadores da própria companhia, a ideia de que a privatização poderia beneficiá-los, os diretores da Embraer recorreram à mesma tática que Lima Netto implementara na CSN, a da oferta de ações preferenciais (10% do total) aos metalúrgicos, convidados a tornarem-se, nas palavras de Oliveira, "parte da companhia" – como se, enquanto operários, já não o fossem –, através do Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer (CIMEB).[190]

A saga das privatizações das duas estatais seria concluída ainda sob o governo Itamar Franco, em meio a uma série de denúncias a respeito da

188 *Ibid*., p. 31.

189 RODENGEN, *Op. cit*., p. 131; MORAES, Lívia de Cássia Godoi. *Pulverização de capital e intensificação do trabalho*: o caso da EMBRAER. Tese (Doutorado em Sociologia). Campinas: IFCH/Unicamp, 2013, pp. 95-8.

190 RODENGEN, *Op. cit.,* p. 133. Para uma interpretação crítica das estratégias empresariais/sindicais que buscaram disseminar a figura do "operário patrão", numa disputa ideológica que, sobretudo através de expedientes *persuasivos* (por oposição aos métodos abertamente *repressivos*), visava o apagamento das identidades operárias centradas na ideia do classismo, ver MOTA, Ana E. "Do operário padrão ao operário patrão". *Temáticas*, Campinas, Vol. 2, nº 3, p. 109-122, 1994.

subestimação do patrimônio das empresas a serem vendidas, entre outros questionamentos que tornaram o processo moroso. No caso da CSN, o leilão ocorreu na primeira semana de abril de 1993. Muito embora os recursos necessários para a instalação de uma siderúrgica do porte da estatal, segundo avaliações submetidas à época ao Conselho Regional de Economia da 1ª Região do Rio de Janeiro, ultrapassassem os 11 bilhões de dólares, a empresa foi vendida por cerca de US$ 1,5 bi, dos quais apenas 40 milhões em moeda corrente – o restante do montante seria pago com "moedas podres" (títulos de dívidas públicas), uma das grandes facilidades apresentadas aos "investidores". O consórcio articulado por Roberto Procópio de Lima Netto, envolvendo os grupos Docenave e Vicunha, além dos bancos Bamerindus, Bradesco e Itaú, ficou com mais de 60% das ações da empresa, incluindo a parcela correspondente ao Clube de Investimentos e à Caixa Beneficente dos Empregados da CSN (20%). A participação dos fundos de investimento integrados pelos trabalhadores no negócio, como era evidente, não lhes garantiu o controle da empresa, cujos principais cargos diretivos foram preenchidos por representantes dos bancos e demais instituições financeiras envolvidas na aquisição. Lima Netto, que havia sido desligado da CSN sob acusações de peculato em dezembro de 1992, foi imediatamente reconduzido à presidência da empresa privatizada, e o líder do SMVR, Luizinho, foi convidado a integrar seu Conselho de Administração.[191]

A Embraer, por sua vez, iria a leilão somente no apagar das luzes do governo Itamar, em dezembro de 1994 – quando Lula já havia sido derrotado, em novo pleito presidencial, dessa vez, pelo tucano Fernando Henrique Cardoso, em cuja gestão as políticas privatistas ganhariam fôlego renovado.[192] No leilão da Embraer, as ações governamentais foram vendidas por cerca de 265 milhões de reais, em grande parte, pagas com "moedas podres". A maior parcela das ações ficou nas mãos de um consórcio financeiro nipo-americano, liderado pelo banco Wasserstein Perella. O segundo maior investidor (e o único com grande participação nacional) foi o consórcio liderado pelo banco Bozano, Simonsen, cujos diretores, dispondo de informações privilegiadas graças a seu trânsito junto ao alto escalão econômico do governo brasileiro, especularam fartamente com as privatizações, revendendo ações com lucros superiores aos US$ 500 milhões. No âmbito do consórcio, atuaram fundos de pensão de empregados estatais, como a Previ e a Sistel, com participação de ex-sindicalistas ligados à CUT e ao PT.[193] O Estado brasileiro se manteve

191 GRACIOLLI, *Op. cit.*, pp. 321-331; PALMEIRA, André Franklin. *A nova face da "Cidade do Aço"*: crise do capital, trabalho e hegemonia em Volta Redonda (1992-2008). Dissertação (Mestrado em História). UFF, 2012, pp. 64-86.

192 Um panorama detalhado das privatizações, de Collor a Cardoso, pode ser encontrado em ALMEIDA, Monica Piccolo. *Op. cit.*

193 GODEIRO *et al*, *Op. cit.*, pp. 30-34, 51-53; MORAES, *Op. cit.*, pp. 303-309. Lívia Moraes identifica as bases dos argumentos em favor dos fundos de pensão mobilizados pelo sindicalismo e, mais tarde, pelos governos petistas, nos seguintes eixos: "criação de uma cultura associativa, aumento da sindicalização, sindicatos inseridos em discussões de grandes projetos e decisões sobre investimentos", além de uma suposta "moralização do capitalismo". *Ibid.*, p. 307. Para uma avaliação histórica a respeito da regulamentação e da atuação dos fundos de pensão, *Cf.* GRANEMANN, Sara. *Para uma interpretação marxista da "previdência privada"*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

na posse da chamada *golden share*, ações que garantiam que, mesmo como sócio minoritário, o governo seguiria tendo poder de veto quanto a algumas decisões estratégicas tomadas pela direção da empresa privatizada. Contudo, consideradas as injeções prévias de recursos públicos e as facilidades oferecidas na negociação da Embraer, argumenta-se que o prejuízo para os cofres brasileiros foi sete vezes maior que a arrecadação com sua venda.[194]

5.8 "AQUI TUDO PARECE QUE ERA AINDA CONSTRUÇÃO E JÁ É RUÍNA"

Nos primeiros anos da década de 1990, os paradigmas que haviam orientado a ação sindical dos setores "combativos" à frente das principais entidades representativas dos metalúrgicos do Vale do Paraíba se encontravam em xeque. Sob o peso das demissões e da hiperinflação, da falência e da privatização de empresas, da intransigência patronal nas negociações e das recorrentes condenações das greves pelos tribunais do trabalho, da vigilância e da violência estatal contra seus movimentos, dentro e fora das fábricas, os trabalhadores da categoria testemunharam ataques contundentes, contra as conquistas do período anterior e os métodos de mobilização que as haviam garantido. Naquele cenário, ganhavam espaço outras concepções a respeito do conflito capital-trabalho, supostamente mais afinadas com os "novos tempos", privilegiando o "entendimento nacional" e a conciliação de classes, em detrimento dos confrontos que poderiam "desestabilizar" a Nova República. Embora as determinantes de tal cenário político fossem bastante particulares, o debate de fundo que se colocava para os trabalhadores e suas organizações evocava nitidamente questões tão antigas quanto o próprio movimento operário, e que atravessavam tanto os partidos políticos quanto os sindicatos e o chão das fábricas.

Na aurora do neoliberalismo no Brasil, os herdeiros do chamado "peleguismo", sob nova roupagem, recuperavam parcelas consideráveis do protagonismo que haviam perdido no período anterior, (re)tomando sindicatos cutistas e alavancando lideranças aos ministérios, secretarias de governo e ao parlamento. A ala majoritária da CUT e do PT, por sua vez, moderava o tom de seus discursos e readequava programas e políticas, atestando seu compromisso com a estabilidade do regime instaurado pela Constituição Federal de 1988 – apesar do fato de que os parlamentares petistas haviam sido os únicos a não votarem a favor da redação final da Carta Magna, justamente por reconhecerem as armadilhas e os limites do texto constitucional – e, simultaneamente, afastando-se ao máximo do fantasma do "extremismo", visto como um impeditivo à viabilidade eleitoral do partido. Para alguns, eram

194 GODEIRO *et al*, *Op. cit.*, p. 32.

sinais de maturidade política; para outros, expressão da senilidade prematura do "novo sindicalismo". Em todo caso, consumidos por seus debates internos, o partido e a central se viram derrotados nos principais embates contra as contrarreformas neoliberais, e o PT voltou a amargar a fracasso na corrida presidencial de 1994.

A repressão não foi particularmente mais aguda sob Collor e Franco do que havia sido sob Sarney, muito embora as intervenções policiais contra greves e manifestações operárias tenham seguido comuns. No início da década de 1990, o refluxo do grevismo não parece ter decorrido do incremento da repressão, mas sim da erosão da legitimidade social que se havia construído, ao longo dos anos 1980, em torno das greves. Se a retaliação patronal e a violência estatal foram constantemente mobilizadas para impor limites à conflitividade operária e para desarticular suas organizações, após a promulgação da Constituição de 1988, as classes dominantes privilegiaram outras estratégias para minimizar a importância política das greves e bloquear as reações de solidariedade que elas poderiam suscitar. Naquele contexto, a constante caracterização das lutas operárias como "arcaicas" e "radicais" passava a ter maior ressonância, mesmo entre os próprios trabalhadores das categorias que mais se haviam empenhado nelas até então.

Diversos fatores contribuíram para que, no Brasil da década de 1990, os frutos de uma longa ofensiva antioperária fossem finalmente colhidos. Entre eles, devemos destacar: o acúmulo de derrotas exemplares impostas às greves sob Sarney, capitalizados por segmentos do movimento sindical que não reconheciam a validade do princípio da independência de classe; a emergência do ideário neoliberal, valorizando o individualismo e a competição; a falência dos Estados operários burocratizados do Leste Europeu, que repercutiu intensamente no meio sindical, e mesmo sobre os setores da esquerda que não se identificavam com o comunismo; o cenário prolongado de hiperinflação e recessão, e a crise em setores econômicos cujo operariado havia cumprido relevante papel na ascensão do "novo sindicalismo", com destaque para o ramo automotivo; e, por fim, a própria incorporação dos sujeitos políticos que haviam emergido de forma autônoma no contexto da "redemocratização" pelas instituições representativas do Estado, um fenômeno ambíguo que, por um lado, representou o reconhecimento da relevância política daquelas organizações e da legitimidade de suas demandas, e por outro, contribuiu para domesticá-las e incorporá-las a uma ordem apenas formalmente democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso primeiro contato com uma parcela significativa das questões e da documentação com que trabalhamos aqui ocorreu a partir das investigações do Grupo de Pesquisa da Comissão da Verdade dos Metalúrgicos do Vale do Paraíba, instituída pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região a partir de 2013, da qual tivemos a oportunidade de participar. Tratava-se de uma iniciativa da entidade para intervir sobre o processo de elaboração e resgate da memória operária a respeito da repressão ditatorial, na ordem do dia após a instituição de uma Comissão Nacional da Verdade (CNV) em maio de 2012.

A instalação da CNV, conduzida por Dilma Rousseff, teve amparo na Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, encaminhada ao congresso ainda durante a presidência de Luís Inácio Lula da Silva. A lei materializava uma recomendação expressa no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), elaborado em dezembro de 2009 pela 11ª Convenção Nacional de Direitos Humanos (e, sob pressões conservadoras, mais tarde revisto pelo governo federal), que preconizava a criação de uma comissão para promover ampla investigação a respeito dos crimes e das arbitrariedades cometidos por agentes do Estado na repressão a opositores políticos no período entre 1946 e 1988, medida encarada como um passo necessário para a garantia dos direitos à memória e à verdade. Embora mais de duas décadas separassem a promulgação da "Constituição Cidadã" e a instituição da CNV, a empreitada pretendia materializar o "reconhecimento do Estado brasileiro de que o aperfeiçoamento da democracia não prescinde do tratamento do passado".[1]

A comissão de sete "notáveis" nomeada por Rousseff se valeu de outra norma aprovada havia pouco, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), para aceder a informações e documentos "classificados", com variados graus de sigilo, recolhidos pelo Arquivo Nacional. Após resistências advindas dos militares, parte da documentação ainda sob a guarda das Forças Armadas também foi disponibilizada à Comissão. Além de realizar audiências públicas, entrevistas e perícias, a CNV trabalhou em paralelo com um grande número de comissões autônomas, estaduais, municipais e setoriais (em sindicatos, universidades e associações civis). Pretendendo contribuir com as investigações, as dez centrais sindicais brasileiras, atuando no âmbito do Grupo de Trabalho nº 13, acompanhado pela comissária Rosa Maria Cardoso da Cunha, se empenharam na organização de audiências, debates, atos públicos e solenidades, além de fomentarem um amplo levantamento de testemunhos orais e fontes escritas. Nesse processo, tiveram destaque os trabalhos realizados pelo Instituto Intercâmbio, Infor-

1 BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. 3 Vol. 1, p. 20.

mações, Estudos e Pesquisas (IIEP), coordenado por Sebastião Neto, assim como as investigações promovidas por entidades ligadas à Central Sindical e Popular Conlutas.

Embora muito do que foi acumulado através desses trabalhos tenha sido incorporado pelo relatório final da CNV, as principais conclusões políticas que o movimento sindical extraiu ou reforçou no processo, sintetizadas em suas recomendações à Comissão, não se traduziram em políticas públicas de justiça e reparação. De modo geral, as próprias investigações da CNV se viram limitadas, tanto pelo já mencionado fato de que as corporações militares recusaram-se a cooperar, quanto por conta da falta de apoio político e das concessões feitas pelo governo aos interesses conservadores.[2] Ainda que o relatório da Comissão seja um documento significativo e, em muitos aspectos, contundente – por exemplo, ao defender a desmilitarização das polícias, a revogação da LSN de 1983, e a responsabilização judicial dos agentes estatais envolvidos em crimes de lesa-humanidade, a partir do entendimento de que tais violações não poderiam ser enquadradas nos dispositivos da Lei de Anistia de 1979 –, o "baixo nível de compromisso do governo" Rousseff "com o resultado dos trabalhos da CNV e suas recomendações" reduziu as possibilidades de que aquela investigação fosse o marco inicial de uma nova atitude do Estado brasileiro em relação à justiça transicional e à impunidade.[3]

A bem da verdade, o relatório foi entregue a Dilma Rousseff em um contexto no qual a deterioração da popularidade da presidenta começava a ser explorada com sucesso pela direita. Reeleita para um segundo mandato por estreita margem de votos, Rousseff ainda apostava na manutenção das bases políticas que, mais tarde, mobilizariam um verdadeiro golpe institucional/palaciano contra ela, e essa correlação de forças instável não pode ser menosprezada, mas é fato que, após a conclusão dos trabalhos da CNV, as expectativas de avanços, em matéria de justiça transicional e de políticas públicas de promoção dos Direitos Humanos, se viram imensamente frustradas pela apatia do Poder Executivo. Não por acaso, os governos reacionários que sucederam a Rousseff pretenderam bloquear completamente tais demandas.

Contudo, alguns dos entraves à agenda política de Memória, Verdade, Justiça e Reparação não decorriam especificamente ou exclusivamente do contexto político em que a CNV funcionou; pelo contrário, antecederam e atravessaram todo o processo através do qual ela foi instituída. A lei que determinou sua instauração já expressava os compromissos que resguardavam os perpetradores de crimes políticos de um suposto "revanchismo", ao silenciar sobre quaisquer medidas de justiça que pudessem ser tomadas com base nos resultados dos trabalhos da Comissão. Por sua vez, o recorte cronológico estabelecido para as investigações, embasado no período de abrangência da

2 BATISTA NETO, Modesto Cornélio. *A Democracia no Brasil*: Comissão Nacional da Verdade e a construção democrática. Rio de Janeiro: Gramma, 2017, pp. 88-9, 100-102.

3 Ver WEICHERT, Marlon Alberto. "Prefácio". *In*: WESTHROP, Amy Jo *et al.* (Orgs.) *As Recomendações da Comissão Nacional da Verdade*: balanços sobre a sua implementação dois anos depois. Rio de Janeiro: ISER, 2016, pp. 6-14. A citação é da p. 13.

anistia conferida pelo artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (18 de setembro de 1946 a 5 de outubro 1988), pode ser entendido não como um mero delimitador, mas sim como uma reafirmação implícita do estabelecimento de uma democracia plena a partir da nova Constituição, excluindo-se de antemão a possibilidade de investigação sobre ações ou efeitos da violência política estatal que se tivessem produzido após sua promulgação. O marco cronológico final da inquirição, algo arbitrário, não somente parece contradizer a própria afirmação da CNV quanto à persistência de sistemáticas violações de direitos humanos no Brasil dos dias atuais, como ecoa os discursos de "reconciliação nacional" típicos das "redemocratizações" – um propósito abertamente reivindicado pela Lei nº 12.528.

Na realidade, os limites impostos às pretensões e ao funcionamento da CNV ressoam os conflitos políticos travados durante a "transição pactuada" que acompanhamos ao longo deste trabalho. A tutela militar sobre a dinâmica da "abertura política", a continuada repressão às formas mais abertas de contestação política e luta popular, e a cuidadosa abertura de espaços institucionais que pudessem canalizar aquela oposição em mecanismos de legitimação da "Nova República", lograram desativar a emergência de medidas de justiça de transição no próprio contexto da década de 1980 (ao contrário do ocorrido, por exemplo, na Argentina do imediato pós-ditadura[4]). Esse processo não poderia deixar de exercer influências sobre a construção de uma memória social da ditadura e da abertura.

O largo hiato entre a vigência do regime autoritário e a promoção de medidas de Verdade e Justiça favoreceu a impunidade e o esquecimento, também em nome de uma suposta "reconciliação". Pavimentava-se o caminho para as aberrantes caracterizações da ditadura empresarial-militar brasileira como "branda", que em alguns casos, evoluíram para apologias abertas do autoritarismo. Atualmente, um dos mais caricatos representantes desse funesto discurso ocupa o Palácio da Alvorada, contrariando prognósticos otimistas que, à época da CNV, consideravam que os militares haviam sido derrotados na "luta pela memória histórica".[5] Os acontecimentos políticos dos últimos anos demonstraram cabalmente que os sentidos da memória social estão sempre em disputa, e que, portanto, as batalhas em torno deles não devem ser tomadas como definitivamente vencidas. Ou perdidas.

4 Embora muito diverso do caso brasileiro, o processo de "democratização" na Argentina também conheceu contradições, refluxos e tentativas de pactuação. Ainda no governo de Raúl Alfonsín, o primeiro presidente do período pós-ditatorial, que havia sido responsável pela instituição da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* e pela viabilização dos julgamentos das juntas militares, foram aprovadas medidas que pretendiam claramente interromper a responsabilização judicial dos criminosos da ditadura, como foi o caso das leis de "Ponto Final" e "Obediência Devida", promulgadas entre 1986 e 1987. Para análises do imediato pós-ditadura na Argentina, recomendamos: FELD, Claudia; FRANCO, Marina. (Orgs.) *Democracia, hora cero*. Actores, políticas y debates en los inicios de la posdictadura. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015; PUCCIARELLI, Alfredo (Org.) *Los años de Alfonsín*. ¿El poder de la democracia o la democracia del poder? Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

5 JOFFILY, Mariana. "O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento". *In*: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 158-171. A avaliação está expressa à p. 171.

Sem dúvida, o signo geral dos trabalhos da CNV, assim como os das demais comissões instaladas Brasil afora, foi o de uma intervenção consciente nas batalhas pela memória, com vistas ao restabelecimento da verdade e à reparação das arbitrariedades. Conquanto modestos, os ganhos advindos dessa luta não devem ser subestimados. Para os historiadores, especialmente, as fontes legadas pelo trabalho das comissões são valiosíssimas, e esperamos haver demonstrado seu potencial ao longo deste trabalho, sem negligenciar a necessidade de promover a análise crítica e o cruzamento de fontes de natureza diversa.

No âmbito das comissões cuja documentação utilizamos, predominaram testemunhos de sindicalistas e ativistas reconhecidos em suas regiões, "militantes históricos", em cujas trajetórias as marcas da repressão eram sabidamente nítidas e que, também por essa razão, foram convidados a contribuir com seus depoimentos e suas denúncias. Tratava-se de registrar e publicizar experiências e episódios conhecidos de antemão por vários dentre os sujeitos que tomaram parte nos trabalhos das comissões, o que não impediu que muitas informações relativamente ou totalmente novas viessem à tona, para além das interessantes articulações que surgiam entre os depoimentos, facilmente perceptíveis através das transcrições de audiências e entrevistas. Em linhas gerais, esses relatos demonstraram a regularidade da perseguição política, do assédio moral e de diversas estratégias patronais-estatais que visavam extirpar a militância operária do espaço das fábricas, bem como coibir o protagonismo político que as organizações construídas por aqueles ativistas vinham conquistando no contexto da "transição política".

Assim como toda experiência é marcada por particularidades, todo relato memorialístico é, também, uma reflexão sobre si, e portanto, nos termos de Michael Pollak, esses depoimentos devem ser considerados como "verdadeiros instrumentos de reconstrução da identidade, e não somente como relatos fatuais, limitados a uma função informativa".[6] Para além dos perfis dos depoentes, há outros importantes elementos que exercem determinações sobre os testemunhos, a exemplo do entorno institucional – no caso das comissões, tratam-se de depoimentos públicos, prestados a organismos estatais (câmaras municipais) ou de classe (sindicatos), com objetivos específicos e que, por ocorrerem em tais espaços, diante dos interlocutores institucionais que os compõem, refletem relações específicas de poder, disputa ou pertencimento, "enquadrando" os relatos. Devemos levar em conta ainda o que Elizabeth Jelin define como o "clima de época", isto é, os "parâmetros culturais que marcam vocabulários, […] licenças implícitas para fazer certas perguntas e omitir outras, […] tabus e silêncios".[7]

6 POLLAK, Michael. *Memoria, olvido, silencio.* La producción social de identidades frente a situaciones límite. La Plata: ediciones Al Margen, 2006, p. 55.

7 JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado*: Cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018, p. 246.

Por consequência, toda tentativa de generalização que tenha por base essas experiências e tais relatos deve ser cautelosa. A "memória pública"[8] sobre a ditadura e a "redemocratização", por definição, não é e não pode ser unívoca. Conforme Jelin e Kaufman apontaram, uma vez que "as inscrições subjetivas das experiências nunca são reflexos especulares dos acontecimentos públicos, não podemos esperar encontrar uma 'integração' ou correlação direta entre as memórias individuais e públicas, ou a presença de uma memória única"[9]; tanto mais quando sabemos que as tensões entre o que é lembrado e o que é esquecido, ou entre o que pode e o que não pode ser dito publicamente em cada contexto, simultaneamente expressam e reconfiguram os usos políticos aos quais a memória se presta, com variados graus de eficácia e aceitação.

Assim como a documentação produzida pelas polícias políticas e serviços de inteligência apresenta um viés evidentemente ideologizado, informado, ao longo do período ditatorial, pelas doutrinas de "segurança nacional" e "guerra revolucionária", e pelas lógicas próprias aos aparelhos repressivos e de inteligência, os documentos produzidos pelas entidades de classe e os depoimentos de militantes e sindicalistas sobre sua experiência sob a repressão, por sua vez, também não se pretendem imparciais. Pelo contrário, tendem a apresentar uma coerência interna clara, informada por visões mais amplas acerca da natureza do conflito capital-trabalho e do lugar que o trabalhador ocupa ou poderia/deveria ocupar dentro dele, bem como das consequências políticas dessa relação desigual. No contexto que abordamos em nossa tese, os sindicatos e as organizações partidárias construídos e, eventualmente, dirigidos por aqueles militantes, se engajaram ativamente na disputa pelos rumos da "transição", em diversos espaços institucionais e políticos, uma meta que não se contrapunha à organização e à mobilização de conjuntos cada vez maiores de trabalhadores e à defesa de suas condições de vida; pelo contrário, para os ativistas, fomentar a formação política dos trabalhadores (através de cursos, debates e campanhas em seus materiais impressos) e conquistar sua adesão a esses projetos (através das filiações sindicais/partidárias, da participação em comissões, assembleias ou movimentos grevistas, ou ainda, do voto, nas eleições sindicais e gerais) eram tarefas essenciais, que atribuíam sentido à sua militância e que geravam impactos significativos no cenário político, tanto em nível local quanto, em alguns casos, no âmbito nacional.

Nem por isso poderíamos subsumir a experiência e a história do conjunto dos trabalhadores de uma categoria ou região à das organizações sindicais ou políticas que dirigiram suas entidades e lutas, mas, tal como argumentou Claudio Batalha certa feita, se seguramente existem diferenças entre o "militante" e o "trabalhador comum", "parece improvável que não exista

8 Para uma discussão do conceito e de suas implicações epistemológicas, remetemos a ALLIER MONTAÑO, Eugenia. *Batallas por la memoria*: Los usos políticos del pasado reciente en Uruguay. Cidade do México: UNAM/Montevidéu: Ediciones Trilce, 2010, pp. 17-8.

9 JELIN, Elizabeth; KAUFMAN, Susana. "Los niveles de la memoria. Reconstrucciones del pasado dictatorial argentino". *Apud* JELIN, E. *Op. cit.*, p. 242.

nada em comum entre os primeiros e os últimos".[10] As atitudes políticas e os comportamentos dos ativistas metalúrgicos, seguramente, podiam ser bastante distintos dos apresentados por trabalhadores "de base", que, por sua vez, estavam longe de ser um grupo homogêneo. Da mesma forma, havia grandes divergências, em termos de análise política, estratégia e repertório tático, entre as diversas correntes do chamado "novo sindicalismo", e até mesmo no seio de uma organização, as preocupações, as prioridades e as possibilidades de ação variavam grandemente, de acordo com as trajetórias dos militantes, suas características e seus dilemas individuais, suas condições de gênero e raça, suas origens de classe, seus laços familiares, a estabilidade profissional/sindical ou a ausência dela, e não menos importante, os efeitos e impedimentos gerados pela repressão.

E ainda assim, no bojo de tanta variedade, esses sujeitos contribuíram para a organização de lutas massivas, articulando os interesses de milhares de operários que, naqueles momentos, atuaram enquanto coletividade, unidos a despeito daquilo que os tornava diversos. No ocaso da ditadura empresarial-militar, esteve em curso um processo de renovação sindical e expansão das agremiações políticas que buscavam atuar junto às classes trabalhadoras, contexto no qual operários e operárias participaram de suas primeiras assembleias e greves; uma parcela ampla daquele grupo seguiria se engajando, ainda que pontualmente, nas ações do movimento, por exemplo, nas campanhas salariais ou defensivas (contra demissões e atrasos nos pagamentos, entre outras razões), sem manter vínculos mais sólidos com as organizações operárias no restante do tempo. Um grupo mais reduzido, contudo, faria das lutas do movimento sindical uma parte central de suas vidas e identidades, dedicando-se continuadamente à militância.

A partir das análises desenvolvidas ao longo deste volume, verificamos que, ao adentrarem a vida sindical, trabalhadores de diversas categorias[11] se depararam com modalidades semelhantes de resistência patronal e repressão estatal às suas iniciativas de organização e luta, destacando-se: prisões "para averiguação" e agressões policiais e/ou das equipes de segurança industrial contra ativistas que participavam de panfletagens e piquetes; monitoramento estatal-patronal de sindicalistas e militantes; demissões políticas e constrangimento das possibilidades de reinserção dos demitidos no mercado de trabalho formal; ameaças e intervenções estatais sobre sindicatos; processos criminais contra ativistas e sindicalistas; campanhas de "contrainformação" (desinformação) e calúnias contra o movimento sindical; assédio moral contra

10 BATALHA, Cláudio H. M. "Vida Associativa: Por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário". *Anos 90*, Porto Alegre, n. 8, 1997. p. 94. Para uma crítica sucinta das abordagens que estabelecem clivagens radicais entre "bases" e "lideranças", a exemplo das "teorias do cupulismo", que orientaram algumas interpretações a respeito da atuação sindical dos comunistas antes de 1964, ver SILVA, Fernando Teixeira da. "Direitos, política e trabalho no porto de Santos". *In*: FORTES, Alexandre *et al*. (Orgs.) *Na Luta por Direitos*: Estudos recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, pp 51-86, especialmente pp. 54-8; *Cf.* também SILVA, F. T. *Operários sem patrões*: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003, pp. 427-30.

11 Além dos metalúrgicos, podemos mencionar os químicos, têxteis, calçadistas, rodoviários, professores e petroleiros, entre outras categorias das quais emergiram "novos sindicalistas" no Vale do Paraíba.

membros de comissões operárias e grevistas, entre outras. Essas práticas visavam a desarticulação do poder de barganha e da capacidade de mobilização dos trabalhadores, facilitando o incremento da exploração e desestimulando o engajamento político e as manifestações do descontentamento operário. Embora os porta-vozes das classes dominantes acusassem os sindicalistas de se utilizarem dos trabalhadores para "fazer política", o caráter das retaliações patronais e estatais também era eminentemente político, a começar pelo fato de que se dirigiam prioritariamente contra os trabalhadores com filiação partidária.

No âmbito das fábricas, a percepção das perseguições e das punições exemplares de ativistas, através das demissões por justa causa, "geladeiras" (transferências de seções ou unidades, visando afastá-los dos colegas) e outros expedientes de assédio moral, levou ao desenvolvimento de um repertório de militância que levava a repressão em conta. Frequentemente, esses trabalhadores percebiam a necessidade de serem "os melhores funcionários" no cotidiano da produção, de modo a desarmar as retaliações, evitando oferecer quaisquer pretextos que pudessem justificá-las ou que contribuíssem para escamotear seu caráter político. As tarefas militantes, especialmente nos momentos de calmaria vigiada, precisavam ser realizadas com discrição, evitando os olhares das chefias, dos seguranças e potenciais delatores. A luta pelo estabelecimento de comissões de fábrica e CIPAs e a ocupação daqueles postos por ativistas sindicais (que conquistavam a estabilidade no emprego enquanto durassem seus mandatos nas comissões), assim como a criação de redes de solidariedade, fundos de greve, e a conquista/presença de estruturas sindicais, partidárias e de movimentos sociais, mobilizadas em defesa desse ativismo, permitiram sua continuidade sob a contraofensiva patronal-estatal.

Entretanto, mesmo na presença desses fatores, a permanência dos ativistas na vida sindical não estava assegurada. Não é coincidência, tampouco simples reflexo da composição das categorias, o fato de que as figuras que se destacaram no processo de renovação das direções sindicais do Vale do Paraíba no início da década de 1980 tenham sido, em sua maioria, homens, brancos, heterossexuais, com idades entre 25 e 40 anos. Os depoimentos prestados às comissões da verdade regionais, assim como os coletados por Celso Horta[12], explicitam diversas tensões e contradições que ajudam a entender esse cenário. A insegurança estrutural atingia mais duramente a população negra do Vale do Paraíba, que enfrentava restrições e constrangimentos gerados pelo racismo ao buscar postos de trabalho. Também foi apontado que, em fábricas como a da General Motors, era comum que as funções de trabalho mais duras, em seções como a fundição, fossem destinadas a operários negros, que, ademais, não raro recebiam salários inferiores aos que eram pagos a trabalhadores brancos que exerciam tarefas similares. Ao mesmo tempo em que tais condições impulsionavam alguns trabalhadores negros, como Jairo José do Nascimento, Maria Inês de Oliveira e Ediberto Bernardo dos Santos,

12 HORTA, Celso. *A greve da GM*. São Paulo: Página Aberta, 1993.

a buscarem soluções na luta sindical, a consciência de que as dificuldades que enfrentariam uma vez desempregados também seriam superiores por conta do racismo, seguramente, exercia um contrapeso que não pode ser negligenciado.

Os relatos das mulheres metalúrgicas que se envolveram com o "novo sindicalismo" no Vale do Paraíba também trazem as marcas das desigualdades de gênero, apesar do fato de que havia fábricas importantes na região que contavam com força de trabalho majoritariamente feminina, como era o caso da National-Panasonic. As responsabilidades familiares, frequentemente mobilizadas pelas empresas contra os grevistas (que, segundo o discurso patronal, deveriam "pensar no melhor para suas famílias" antes de se envolverem em movimentos "radicais"), afetavam o conjunto dos trabalhadores, mas as pressões familiares contrárias à militância parecem haver recaído com maior intensidade sobre as mulheres. O machismo que se expressava nos ambientes domésticos e nos espaços de trabalho, seguramente, também atravessava o movimento sindical, de modo que o ativismo feminino tinha de enfrentar desafios adicionais em relação ao dos homens, como atestam os contundentes depoimentos de Miriam de Oliveira Lazarim e Maria Inês de Oliveira.

Os estudos pioneiros acerca do chamado "novo sindicalismo" tenderam a destacar sua suposta novidade em relação à história pregressa do movimento operário brasileiro. Em linhas gerais, a atuação desses sindicalistas "autênticos" teria representado uma ruptura, não somente em relação às direções sindicais "pelegas" que colaboravam com a ditadura instalada no país, mas também em relação ao sindicalismo de tipo "populista" que teria predominado no período anterior ao golpe. Essa ruptura se expressaria em concepções e práticas sindicais tidas como novas, tais como o rechaço à estrutura sindical oficial, o protagonismo das bases (em detrimento das "cúpulas", burocratizadas e/ou partidarizadas), o fortalecimento da organização operária nos locais de trabalho e a postura "combativa" das direções, que privilegiavam as táticas de mobilização e ação direta e que não descartavam o recurso às greves, distanciando-se das tradicionais práticas sindicais "assistencialistas" e "clientelistas". A historiografia mais recente, contudo, tem questionado a pretensa novidade desse sindicalismo, ao demonstrar que tais práticas e concepções tinham claros precedentes, e frisando que as interpretações a respeito do contexto anterior ao golpe de 1964 precisavam ser matizadas e revistas.[13]

Nosso trabalho visou complementar essa problematização do "novo sindicalismo", a partir da análise de sua emergência e de seu desenvolvimento nas regiões de São José dos Campos e Volta Redonda, que evidenciou fenômenos ricos em ambiguidades, clivagens e contradições. Percebemos que a unidade de ação das correntes que compuseram esse movimento entre os metalúrgicos do Vale do Paraíba esteve articulada, principalmente, em torno

13 SILVA, Fernando Teixeira da. *Op. cit.*; NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de Montagem.* O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2004; MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998; CORRÊA, Larissa; FONTES, Paulo. "As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar". *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, 2016.

das necessidades de fazer oposição às políticas ditatoriais e promover uma renovação sindical, derrubando as burocracias colaboracionistas. Conforme tais necessidades eram superadas, com a conquista de sindicatos, a legalização dos partidos de oposição e as crescentes possibilidades de atuação nos espaços institucionais, viabilizadas pela transição pactuada, as divergências estratégicas entre aqueles grupos se acirravam, dificultando a formação de chapas de unidade e a manutenção de organizações de "frente única". Nesse cenário, acusações trocadas entre as diversas frações do movimento sindical ecoavam algumas das velhas práticas burocráticas identificadas com o peleguismo, ainda presentes, e a animosidade atingiu extremos, como os vistos no último dia do IV Congresso Nacional da CUT, em 1991, que terminou em pancadaria.[14] A "combatividade" dos metalúrgicos no período não pode ser questionada, mas algumas das posturas e pautas que, em tese, caracterizavam o "novo sindicalismo", a exemplo da rejeição ao "assistencialismo" e à estrutura sindical oficial, também conheceram descompassos, avanços e retrocessos, evidenciando os dilemas vivenciados pelas direções que, por um lado, propunham e defendiam concepções que consideravam mais produtivas para a luta autônoma da classe trabalhadora, mas que, por outro, temiam a possível impopularidade de algumas daquelas medidas, bem como o distanciamento ou o rechaço que sua adoção poderia gerar junto às bases.

Ao longo do período coberto por nosso estudo, a disposição grevista foi praticamente uma constante entre os metalúrgicos de São José dos Campos e Volta Redonda. Como vimos, em diversas ocasiões, essas mobilizações foram decididas nas próprias fábricas, sem prévia deliberação ou consulta aos sindicatos. Muito embora tenham se valido de um cuidadoso e constante "trabalho de base", promovido pela militância das diversas correntes envolvidas com o "sindicalismo combativo", aquelas greves também se beneficiavam do contexto político inaugurado pelas paralisações de 1978, que escancararam a lenta agonia da ditadura empresarial-militar. As conquistas econômicas e políticas advindas das greves ocorridas no contexto da "abertura política" ajudaram a dar forma a uma *cultura operária classista*, marcada pela recorrência de ações diretas de luta (greves, paralisações, piquetes, ocupações), pela expansão do número de quadros militantes "intermediários" (a exemplo dos ativistas e membros de coletivos sindicais, CIPAs, comissões de fábrica e comandos de greve) nas categorias mais mobilizadas, pela centralidade dos debates políticos no seio do movimento sindical e pela formação de organizações que reivindicavam o princípio da independência política da classe trabalhadora, uma das marcas dos documentos fundacionais do PT e da CUT. A presença da militância socialista nas fábricas e nos sindicatos, certamente, foi um dos fatores que impulsionou o florescimento dessa cultura, mas, disseminada entre as várias vertentes do ativismo operário, dos comunistas e trotskistas à

14 TEIXEIRA, Rodrigo Dias. *Para Onde Foi A CUT?* Do classismo ao sindicalismo social-liberal. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF, 2009, p. 84; SANTANA, Marco Aurélio. "Cultura sindical e identidade nos anos 80/90". *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, Vol. 13, nº 17-18, p. 82-90, 1995.

esquerda católica, ela não foi monopólio de nenhuma delas, e seguramente exerceu efeitos sobre muitos trabalhadores que sequer conheciam as teorias e estratégias que contribuíam para animá-la.

Entre as diversas razões que levaram aqueles trabalhadores às greves e ocupações, estava o fato fundamental de que tais táticas pareciam-lhes justas e eficazes. Quanto ao primeiro desses aspectos, os aparelhos de Justiça do Estado raramente lhes deram razão. A Justiça do Trabalho recorrentemente decidia pela ilegalidade das greves, e ocasionalmente, outras esferas da justiça também foram mobilizadas nas tentativas de criminalização de ativistas e ações de luta operária. A repressão judicial não visava, necessariamente, disseminar entre os trabalhadores questionamentos de ordem moral quanto à validade daquelas táticas, mas, mais propriamente, abalá-las desde uma perspectiva pragmática, aumentando seus custos políticos e reduzindo sua eficácia. Evidentemente, tal estratégia era complementada por diversos artifícios e elementos contextuais que paulatinamente minaram, inclusive a partir das próprias fileiras operárias, aquela cultura política.

As longas greves de massas, ocupações de fábricas e paralisações gerais tornaram-se mais raras, muito embora algumas dentre as contradições sociais que impulsionaram seu florescimento no Brasil da década de 1980 estejam, ainda hoje, longe de desaparecer. Os efeitos do colapso dos Estados Operários burocratizados e da restauração capitalista no Leste Europeu sobre a militância socialista foram severos, e as incertezas e possibilidades advindas do próprio contexto da "redemocratização" brasileira estabeleceram dilemas que não podiam ser ignorados, reforçando o peso da ideologia neoliberal e a penetração dos discursos de "modernização" (eufemismo para a precarização das relações de trabalho) e "participação" (eufemismo para as políticas de colaboração de classes) no interior das organizações dos trabalhadores. O refluxo daquela cultura política, contudo, não foi determinado exclusivamente por fatores conjunturais ou subjetivos. Esperamos haver demonstrado que as práticas desenvolvidas e os resultados das batalhas travadas por aqueles trabalhadores, assim como as modalidades repressivas com as quais se depararam, moldaram suas experiências e identidades, e estabeleceram limites às suas ações, cuja transposição não dependia simplesmente de disposição militante ou de uma estratégia "correta".

Por sua vez, as práticas estatais-empresariais de vigilância e cerceamento político, conquanto arcaicas em seus propósitos – a extração sempre crescente de mais-valor, no âmbito das relações de trabalho, e a contenção das "classes perigosas", na arena política e nas demais esferas da vida pública – conviveram, de maneira mais harmônica do que se poderia supor, com os discursos modernizantes em voga entre as décadas de 1980 e 1990. As fontes policiais mobilizadas em nosso trabalho evidenciaram com particular nitidez que, mesmo após importantes marcos da "redemocratização", tais como a desativação oficial das polícias políticas estaduais (1983), o retorno dos civis à Presidência da República (1985) e a promulgação da "Constituição Cidadã"

(1988), a militância operária e/ou socialista seguiu estigmatizada sob o olhar das agências repressivas estatais. Em nível federal, durante o governo Sarney, o SNI e os organismos de inteligência militar continuaram monitorando greves, sindicatos, parlamentares e partidos de oposição. No estado de São Paulo, sob os governos de Montoro e seus sucessores, pelo menos até meados da década de 1990, o Departamento de Comunicação Social (DCS) da Polícia Civil deu continuidade à vigilância dos mesmos fenômenos dos quais se ocupara seu sinistro antecessor, o DEOPS. Sob o manto da "segurança pública", as polícias políticas seguiram cumprindo o papel de um apêndice empresarial, defendendo interesses patronais, fosse às portas fechadas, de modo semiclandestino, como no caso do CECOSE, fosse de maneira ostensiva, como nas inúmeras ocasiões em que piquetes e greves foram encerrados pela violência policial.

É pertinente o argumento de que o desmonte de estruturas e práticas autoritárias de longa vigência não é um processo simples, que possa ser levado a cabo através de meras medidas administrativas, ou que se implemente sem resistências. Mas essa explicação ilumina apenas uma parte do problema. É preciso ter em conta, igualmente, que determinados expedientes repressivos, como a vigilância política, permaneciam essenciais à dominação de classe no atribulado contexto da "abertura política", de modo a garantir às classes dominantes a mais ampla margem de controle sobre o processo. Muito embora as relações e os intercâmbios entre segmentos do empresariado e do braço armado do Estado não configurassem novidade, fato já demonstrado por uma série de estudos, sob variadas abordagens e perspectivas[15], a articulação empresarial-militar desenvolvida no Vale do Paraíba naquele período configura um interessante exemplo da readequação de estruturas repressivas a contextos políticos distintos.

Em nossa pesquisa, tratamos da atuação repressiva de funcionários de níveis intermediários ou altos nas hierarquias empresariais – em especial, diretores executivos e chefes de segurança –, mas não propriamente dos detentores do capital ou de seus representantes políticos, abordados com mais frequência pela produção acadêmica. Através desse recorte, determinado pelas informações identificadas no conjunto das fontes que mobilizamos, pudemos observar aspectos da operacionalização da colaboração entre empresas e Estado, expressões cotidianas de interesses e estratégias parcialmente compartilhadas. No caso de São José dos Campos, evidenciou-se ainda um protagonismo dos serviços empresariais de segurança, tanto na organização de redes de vigilância quanto na implementação de expedientes de retaliação contra o ativismo operário. Estudos recentes, como o de Marcelo Carvalho

15 *Cf.*, entre outros, DREIFUSS, René A. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981. 2ª Ed; IANNI, Octávio. *A Ditadura do Grande Capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019 (1981); NEGRO, A. L., *Op. cit.*; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais*: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar. Niterói: EDUFF, 2014.

Almeida Silva[16], dedicado às práticas da Volkswagen do Brasil durante a ditadura empresarial-militar, têm ressaltado a importância da investigação histórica a respeito da institucionalização, na gestão empresarial, de variados tipos de violência contra trabalhadores (física, psicológica, simbólica, econômica e política), questionando a natureza dos vínculos e interesses, privados e públicos, que sustentaram tais violências e apontando fenômenos similares aos que observamos aqui, como o da contratação sistemática de militares para o exercício de funções de "segurança" empresarial.

Devemos lembrar, uma vez mais, o caso de Lúcio Bellentani, metalúrgico e militante do PCB, que foi preso e torturado nas dependências daquela montadora em São Bernardo do Campo, em 1972. Falecido em junho de 2019, Bellentani teve oportunidade de ver a Volkswagen reconhecer que havia apoiado a ditadura e violado os Direitos Humanos no Brasil, através de um estudo contratado pela própria montadora e publicado em 2017.[17] A investigação, conduzida pelo historiador Christopher Kopper, foi uma tentativa de resposta empresarial à repercussão das denúncias, incorporadas ao relatório da CNV, acerca dos crimes e das violações perpetradas com a participação direta de funcionários da empresa. Entre outras conclusões, Kopper apontou que a VW foi "irrestritamente leal ao governo militar e compartilhou os seus objetivos econômicos e de política interna", e que o chefe de segurança da planta de São Bernardo do Campo, coronel Ademar Rudge, "particularmente comprometido com os órgãos de segurança" ditatoriais, "agia por iniciativa própria, mas com o conhecimento tácito da diretoria" da empresa.[18] Um inquérito civil público, instaurado em 2015 para averiguar a corresponsabilidade da montadora em ações do regime ditatorial brasileiro, resultou em um Termo de Ajustamento de Conduta, assinado pela empresa nos mesmos dias em que escrevíamos estas linhas. O acordo extrajudicial prevê que a montadora destinará cerca de R$ 36 milhões a iniciativas de promoção de Direitos Humanos e de reparação financeira a seus funcionários perseguidos, obrigações assumidas pela Volkswagen "*para que não sejam propostas ações judiciais* sobre a cumplicidade da companhia com os órgãos de repressão da ditadura".[19]

Em se tratando da atuação repressiva de empresas transnacionais, especialmente, outros aspectos devem ser levados em conta e investigados mais a fundo. Uma das questões que precisam ser levantadas tem a ver com os graus de ingerência e responsabilidade das matrizes sobre as atividades repressivas e/ou ilegais cometidas por funcionários de suas filiais. Uma reportagem de

16 SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. *As práticas de normalização da violência operacionalizadas pela Volkswagen do Brasil na ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Tese (Doutorado em Administração). Rio de Janeiro, PUC-RJ, 2018.

17 KOPPER, Christopher. *A VW do Brasil durante a Ditadura Militar brasileira 1964-1985*. Uma abordagem histórica. Wolfsburg: Corporate History Department of Volkswagen Aktiengesellschaft, 2017.

18 *Ibid*., pp. 112-113.

19 Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal em São Paulo. "Ministérios Públicos assinam acordo com Volkswagen sobre repressão na ditadura". 23 de setembro de 2020. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/ministerios-publicos-assinam-acordo-com-volkswagen-sobre-repressao-na-ditadura. Consultado em setembro de 2020. O grifo é meu.

Janaína César, Pedro Grossi, Alessia Cerantola e Leandro Demori, publicada pelo *The Intercept Brasil*[20] em fevereiro de 2019, tratando, entre outros temas, da colaboração entre militares e a "Divisão de Segurança e Informações" da Fiat, montadora italiana instalada em Betim (MG), traz indícios significativos de que as práticas repressivas implementadas pela empresa para a contenção de movimentos grevistas em fins da década de 1970 foram realizadas com o aval e os estímulos da matriz. O serviço de segurança da Fiat de Betim, responsável por "fichar funcionários e negociar seus destinos com a ditadura", era chefiado pelo coronel Joffre Mario Klein, que, de acordo com a reportagem, foi recomendado ao presidente da montadora no Brasil pelo SNI. Embora Klein tivesse formação militar e treinamento prévio na área de inteligência, foi na sede da matriz italiana, em Turim, que o chefe de segurança se familiarizou com os métodos de espionagem sobre os trabalhadores que, mais tarde, aplicou na unidade brasileira da Fiat.

O envolvimento empresarial com as graves violações de direitos humanos cometidas sob regimes ditatoriais também tem interessado historiadores e cientistas sociais de países vizinhos, constituindo um campo de estudos que vem se consolidando no Cone Sul. Na Argentina, é possível perceber certa simbiose entre o crescimento, nos últimos anos, das investigações a respeito das relações entre ditadura e empresariado, bem como de seus efeitos sobre a classe trabalhadora do país, por um lado, e o avanço de algumas medidas de justiça transicional, com destaque para processos judiciais que comprovaram a participação ativa de empresas na repressão, a exemplo da "*Causa Ford*"[21], por outro. Para a instauração desses processos, foi de fundamental importância a militância contínua dos próprios trabalhadores perseguidos, assim como as contribuições de trabalhos acadêmicos, muitos dos quais desenvolvidos coletivamente.[22]

Contudo, os trabalhos dessa seara, e os argentinos em especial – talvez por seu estreito vínculo com os processos judiciais todavia em curso no país – parecem ter se interessado prioritariamente pelos chamados "delitos de lesa humanidade", abundantes entre as décadas de 1960 e 1970 e especialmente agravados sob o "terrorismo de Estado". Assim, questões como a da persistência/adaptação de práticas ou a da reformulação de estratégias

20 CÉSAR, Janaína *et al.* "Os 145 espiões que enriqueceram a Fiat no Brasil". *The Intercept Brasil*, fevereiro de 2019. Disponível em: https://theintercept.com/2019/02/25/espionagem-enriqueceu-fiat-brasil/. Consultado em agosto de 2020.

21 Depois de um processo travado por mais de quinze anos, em fins de 2018, três diretores da Ford Argentina, entre eles, o chefe de segurança da planta, Héctor Francisco Sibilla, foram condenados como participantes de operações que resultaram em prisões ilegais e tortura contra operários da empresa, inclusive dentro de suas instalações. Sobre a repressão na Ford e em outros 24 estabelecimentos empresariais argentinos, ver ÁREA DE ECONOMÍA Y TECNOLOGÍA DE FLACSO; CELS; Programa Verdad y Justicia y Secretaría de Derechos Humanos del Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. *Responsabilidad Empresarial en Delitos de Lesa Humanidad*. Represión a Trabajadores durante el Terrorismo de Estado. Buenos Aires: Infojus, 2015. 2 Tomos.

22 O melhor exemplo é, provavelmente, o já mencionado trabalho da ÁREA DE ECONOMÍA Y TECNOLOGÍA DE FLACSO *et al, Op. cit.* Outro importante volume sobre o tema foi organizado por VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. (Orgs.) *Cuentas pendientes*. Los cómplices económicos de la dictadura. Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 2013. Ver também, para o caso chileno, BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karina; SMART, Sebastián. (Coords.) *Complicidad económica con la dictadura chilena*. Un país desigual a la fuerza. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2019; e, para o uruguaio, BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. (Coord.) *El negocio del terrorismo de Estado*. Los cómplices económicos de la dictadura uruguaya. Montevideo: Penguin Random House, 2016.

repressivas em contextos transicionais parecem ter sido relegadas a segundo plano, uma vez que tais pesquisas frequentemente não ultrapassam o ano limite de 1983, no caso argentino. De modo similar, o mencionado estudo de Marcelo Carvalho Almeida Silva também obedece a um recorte cronológico estrito, compatível com uma das periodizações consagradas a respeito da ditadura empresarial-militar brasileira, encerrando-se em 1985.

As contribuições ofertadas por esses trabalhos são inestimáveis, mas esperamos haver indicado a validade de empreender pesquisas que não se atenham aos recortes cronológicos e geográficos habituais, de modo a captar as transformações, readequações, rupturas e permanências que marcaram as "transições", entendendo tanto as especificidades da repressão política sob as ditaduras quanto as características que esse fenômeno adquiriu nos regimes que as sucederam. Enquanto concluíamos a tese que originou este livro, o Supremo Tribunal Federal avaliava a legalidade da produção de relatórios sigilosos, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, derivados da vigilância sobre servidores públicos identificados com o movimento antifascista, que vieram à tona em junho de 2020. A iniciativa do governo federal para monitorar opositores, configurando potencial improbidade administrativa, demonstra que os usos políticos dos serviços de inteligência permanecem comuns – mais um indício da fragilidade permanente dos direitos democráticos na "Nova República".

Por fim, resta frisar que a democracia que emergiu da "transição" pactuada no Brasil representou, por certo, inegáveis avanços em relação ao regime ditatorial que a antecedeu, mas que, justamente por seu caráter controlado, não abriu espaço significativo para a efetiva democratização da vida pública. A influência política dos grandes interesses econômicos permaneceu intacta e segue fomentando decisões e ações repressivas estatais que evidenciam a primazia dos direitos à propriedade privada e ao lucro, sobre os direitos ao trabalho, à remuneração digna e à própria vida. Muito embora a vigilância e o cerceamento da livre organização e manifestação dos trabalhadores sejam hoje fenômenos menos ostensivos, em muitos aspectos, também são mais generalizados. Conquanto possam ser implementados pelas próprias empresas, prescindindo da participação estatal-policial em sua condução cotidiana, já não se pode negar que, em diversos casos, os métodos e sistemas de monitoramento político vigentes nas fábricas foram desenvolvidos e implantados com a cooperação do braço armado do Estado.

Durante greves e mobilizações operárias, ocasiões em que parcelas de uma classe subordinada pretendem, evidentemente e com todo direito (em um estado democrático, ao menos), criar um conflito político do qual possam resultar benefícios para sua categoria, é ainda a polícia quem, sob a máscara da "segurança pública", intervém para a resolução rápida (e, não raro, violenta) dos conflitos. Ora, como argumentaram as cientistas sociais Lourdes Bandeira e Mireya Suárez, a administração desse tipo de disputa poderia ser feita tanto pelo diálogo quanto pela força. A via do diálogo, entretanto, "pressupõe

a percepção das razões do outro e o surgimento de uma terceira posição, negociada, enquanto a força é o único recurso disponível para transformar o outro em si mesmo, ou seja, para estender a própria vontade no outro". Tendo isso em mente, é necessário enfatizar, ainda com as autoras, que a conduta policial – bem como quaisquer "excessos" cometidos por agentes do Estado – deve ser sempre entendida dentro do contexto do sistema de poder governamental. Assim compreendido, o uso da violência como solução para conflitos políticos – característica marcante dos regimes ditatoriais, mas que teima em persistir naqueles que se pretendem democráticos – "evidencia que a administração da ordem pública se tornou um meio de discriminação de classe".[23] Para os praticantes da História Social, essa conclusão tampouco é nova; ao contrário, nos assombra pela constância de sua validade.

Campinas, primavera de 2020.

23 BANDEIRA, Lourdes; SUÁREZ, Mireya. "Ordem pública, discriminação e repressão". *In*: OLIVEIRA, Dijaci David; SANTOS, Sales Augusto; SILVA, Valéria Getúlio de Brito e. (Orgs.) *Violência policial*: tolerância zero? Goiânia: UFG, 2001. pp. 129-150. Os trechos citados se encontram às pp. 131-5.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ARQUIVOS PÚBLICOS E PARTICULARES

Arquivo Nacional (BR/AN)

– Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA)
– Fundo Centro de Informações do Exército (CIE)
– Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI)

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

– Fundo DEOPS
– Fundo DCS

Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp)

– Fundo DIEESE
– Coleção Volta Redonda

Arquivo Público Municipal de São José dos Campos (APMSJC)

– Anais da Câmara Municipal de São José dos Campos. Comissão da Verdade Michal Gartenkraut.

Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV)

– Pasta Trabalhadores Metalúrgicos/SP/São José dos Campos

Centro de Memória - Unicamp (CMU)

Departamento de Comunicação do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (SMSJCR)

– Comissão da Verdade dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (CVM/SJCR)

Arquivo Pessoal de Antonio Donizete Ferreira (A.P.A.D.F.)

PERIÓDICOS

- *O Estado de S. Paulo* (Acervo *Online*)
- *Folha de S. Paulo* (Acervo *Online*)
- *O Globo* (Acervo *Online*)
- *IstoÉ* (CMU-Biblioteca)
- *Jornal do Brasil* (Acervo *Online*)
- *Jornal do Metalúrgico* (AEL/Unicamp; Departamento de Comunicação do SMSJCR)
- *Valeparaibano* (APMSJC)

LIVROS, RELATÓRIOS E ARTIGOS CIENTÍFICOS

AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. "Ditadura, anistia e reconciliação". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 171-186, jan./jun. 2010.

AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ABRAMO, Laís W. *O resgate da dignidade*: Greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

_____. "Movimiento sindical, transición y consolidación democrática en Brasil". *In*: CAMPERO, Guillermo; CUEVAS, Alberto. (Eds.) *El sindicalismo latinoamericano en los noventa*. Vol. 1 "Sindicatos y transición democrática". Santiago: Ed. Planeta Chile, 1991. pp. 85-133.

ABRAMO, Laís W.; SILVA, Roque. "O movimento sindical metalúrgico em São Paulo: 1978-1986". *In*: NEDER, R. *et al*. *Automação e movimento sindical no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Cedec/OIT/PNUD/IPEA, 1988. pp. 67-86.

ALLIER MONTAÑO, Eugenia. *Batallas por la memoria*: Los usos políticos del pasado reciente en Uruguay. Cidade do México: UNAM/Montevidéu: Ediciones Trilce, 2010.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. "O Sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança". *In*: SORJ, B; ALMEIDA, M. H. T. (Orgs.) *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983. pp. 279-312.

ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas Neoliberais no Brasil*: A privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFF, 2010.

AMORIM, Dinaldo de. *O desemprego no Brasil a partir da década de 1970: uma análise na perspectiva do sistema-mundo*. (Monografia em Ciências Econômicas). UFSC, 2005.

ANDERSON, Perry. *Teoria, política e história*: Um debate com E. P. Thompson. Trad. Marcelo Cizaurre Guirau. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

ANTUNES, Priscila B. *SNI & Abin*: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80,* 2ª ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi Leme de; SWENSSON JR., Walter Cruz. (Orgs.) *No Coração das Trevas*: o DEOPS/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.

AQUINO, M. A.; MATTOS, M. A. V. L.; SWENSSON JR., W. C.; MORAES, Letícia Nunes de Góes. (Orgs.) *O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP.* O Anticomunismo: doença do aparato repressivo brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2002.

ÁREA DE ECONOMÍA Y TECNOLOGÍA DE FLACSO; CELS; Programa Verdad y Justicia y Secretaría de Derechos Humanos del Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. *Responsabilidad Empresarial en Delitos de Lesa Humanidad*. Represión a Trabajadores durante el Terrorismo de Estado. Buenos Aires: Infojus, 2015. 2 Tomos.

ASTOLFI, Roberta; LAGATTA, Pedro. "Os desafios para caracterizar o conceito de graves violações de direitos humanos a partir da análise dos julgamentos de deslocamento de competência de 2005 a 2014". *Revista Liberdades*, nº 19, pp. 14-25, 2015.

AVELAR, Sonia M. de, *The social basis of workers' solidarity*: a case study of textile workers in São José dos Campos, Brazil. Tese (doutorado) – University of Michigan, 1985. 2 Vol.

BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI*: O retrato do monstro de cabeça oca. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

BANDEIRA, Lourdes; SUÁREZ, Mireya. "Ordem pública, discriminação e repressão". *In*: OLIVEIRA, Dijaci David; SANTOS, Sales Augusto; SILVA, Valéria Getúlio de Brito e. (Orgs.) *Violência policial*: tolerância zero? Goiânia: UFG, 2001. pp. 129-150.

BASUALDO, Victoria. "La 'burocracia sindical': aportes clásicos y nuevas aproximaciones". *Nuevo Topo*, Buenos Aires, nº 7, p. 7-23, 2010.

BASUALDO, Victoria; OJEA QUINTANA, Tomás; VARSKY, Carolina. "Los casos de Ford y Mercedes Benz". *In*: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. (Orgs.) *Cuentas pendientes*. Los cómplices económicos de la dictadura. Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 2013. pp. 185-201.

BATALHA, Cláudio H. M. "Vida Associativa: Por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário". *Anos 90*, Porto Alegre, n. 8, pp. 91-99, 1997.

_____. "Thompson diante de Marx". *In*: BOITO JR., Armando; TOLEDO, Caio Navarro de; RANIERI, Jesus José; TRÓPIA, Patrícia Vieira. (Orgs.) *A obra teórica de Marx*: atualidade, problemas e interpretações. São Paulo: Xamã, 2000. pp. 191-202.

BATALHA, Cláudio. H. M.; SILVA, Fernando. T.; FORTES, Alexandre. (Orgs.) *Culturas de Classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

BATISTA NETO, Modesto Cornélio. *A Democracia no Brasil*: Comissão Nacional da Verdade e a construção democrática. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

BEDÊ, Edgar Domingos A. Tonolli. *Pedagogia do mundo do trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional*: americanismo, compromisso fordista e a formação da classe operária em Volta Redonda. Tese (Doutorado em Educação). UFF, Niterói, 2007.

BIANCHI, Alvaro. *Um ministério dos industriais*: A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

BERLANSTEIN, Lenard R. (Ed.) *Rethinking labor history*: essays on discourse and class analysis. Chicago: University of Illinois Press, 1993.

BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. (Coord.) *El negocio del terrorismo de Estado*. Los cómplices económicos de la dictadura uruguaya. Montevideo: Penguin Random House, 2016.

BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karina; SMART, Sebastián. (Coords.) *Complicidad económica con la dictadura chilena*. Un país desigual a la fuerza. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2019.

BOITO JR., Armando. "Reforma e Persistência da Estrutura Sindical". *In*: BOITO JR., Armando. (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. pp. 43-91.

BORTONE, Elaine. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar*: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967). Tese (Doutorado em História). UFRJ, 2018.

BOTARO, Nittina. "A trajetória do Sistema de Saúde no Brasil: considerações sobre o cenário atual". *Revista Escrita da História*, Vol. 1, Ano I, nº 2, pp. 157-185, Out./ Mar. 2014-2015.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. 3 Vol.

BRESSER PEREIRA, Luiz. *Pactos Políticos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRUNEAU, Thomas. "Brazil's political transition". *In*: HIGHLEY, John; GUNTHER, Richard. (Eds.) *Elites and democratic consolidation in Latin America and Southern Europe*. Cambridge; Cambridge University Press, 1992. pp. 257-281.

BRUNO, Regina. S*enhores da Terra, Senhores da Guerra*: a nova face política das elites agro-industriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, UFRRJ, 1997.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais*: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar. Niterói: EDUFF, 2014.

CARVALHO, Aloysio. A. C. *O Governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989.

CARVALHO, Carlos E. "As origens e a gênese do Plano Collor". *Nova economia*, Belo Horizonte, Vol. 16, nº 1, Jan./Abr. 2006.

CHASIN, José. *A miséria brasileira*: 1964-1994 – do golpe militar à crise social. Santo André/SP: Ad Hominen, 2000.

CHAUÍ, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurélio. "O pensamento político e a redemocratização do Brasil". *Lua Nova*, São Paulo, nº 71, pp. 173-228, 2007.

COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital*: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). Tese (Doutorado em História). UFF, Rio de Janeiro: 2005.

COGGIOLA, Oswaldo. (Org.) *Marx e Engels na história*. São Paulo: Xamã, 1996.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia de segurança nacional*: o poder militar na América Latina. Trad: Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COMIN, Álvaro Augusto. "A experiência de organização das centrais sindicais no Brasil". *In*: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de *et al*. (Orgs.) *O mundo do trabalho*: Crise e mudança no final do século. São Paulo: Página Aberta, 1994, pp. 359-402.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS – VOLTA REDONDA. *Relatório Final*. Volta Redonda/RJ, setembro de 2015.

CORRÊA, Larissa. "A 'rebelião dos índices': Política salarial e Justiça do Trabalho na Ditadura Civil-Militar (1964-1968)". *In*: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. (Orgs.) *A Justiça do Trabalho e sua história:* os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 263-300.

CORRÊA, Larissa; FONTES, Paulo. "As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar". *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, 2016.

COSTA, Wanderley M.; SOUZA, Adriane A. "Atividades Industriais no interior do estado de São Paulo: Uma análise da formação do Complexo Tecnológico-Industrial-Aeroespacial de São José dos Campos" *In*: FONSECA, S. M.; MELLO, L. F. (Orgs.) *Crescimento Urbano e Industrialização em São José dos Campos*. São José dos Campos: Intergraf, 2010. pp. 87-106.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CUBAS, Viviane de O. *Segurança Privada*: A expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo. São Paulo: Associação editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

D'ARAÚJO, Maria Celina. "Justiça Militar, segurança nacional e tribunais de exceção". Trabalho apresentado ao 30º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 2006.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. (Orgs.) *Os anos de chumbo*: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *A Volta aos Quartéis*: A memória militar sobre a Abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DAVENPORT, Christian; JOHNSTON, Hank; MUELLER, Carol (eds.). *Repression and Mobilization*. Social Movements, Protest and Contention. Vol. 21. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2005.

DEJOURS, Christophe. "A avaliação do Trabalho submetida à prova do real: Crítica aos fundamentos da avaliação". *In*: SZNELWAR, Laerte Idal; MASCIA, Fausto Leopoldo. (Orgs.) *Cadernos de Trabalho, Tecnologia e Organização nº 2*. São Paulo: Blucher, 2008.

DELLAMORE, Carolina. "(Re)compondo memórias de um Operário Padrão durante a ditadura militar". *In*: AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália; DELLAMORE, Carolina. (Orgs.) *A ditadura aconteceu aqui*: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 107-128.

DeMERITT, Jacqueline H. R. "The Strategic Use of State Repression and Political Violence". *In*: *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. New York: Oxford University Press, 2016.

DEO, Anderson. "Uma transição *à long terme*: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil" *In*: PINHEIRO, Milton. (Org.) *Ditadura*: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014. pp. 303-330.

DREIFUSS, René A. *1964: A Conquista do Estado*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *O Jogo da Direita na Nova República*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra – Da Argélia ao Brasil*: Como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. *Projetos católicos e movimentos sociais*: A Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda (1966-2010). Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

FELD, Claudia; FRANCO, Marina. (Orgs.) *Democracia, hora cero*. Actores, políticas y debates en los inicios de la posdictadura. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.

FERNANDES, Florestan. *A Ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

_____. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. *Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FERREIRA, Jorge. "O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964". *In*: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.) *O Brasil Republicano*: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Vol. 3, pp. 343-404.

FGMSJCR (Fundo de Greve dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Jacareí, Caçapava e Santa Branca). *Ação e Razão dos Trabalhadores da General Motors de São José dos Campos – A história contada por quem a fez*. Coordenação e montagem do texto: Moacyr Pinto da Silva. São José dos Campos/SP, 1985.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Além do Golpe*: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. RJ: Record, 2004.

FON, Antonio C. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e Cidadãos*: Nitro Química: a Fábrica e as Lutas Operárias nos Anos 50. São Paulo: Editora Anna Blume, 1997.

FONTES, Paulo; MACEDO, Franciso Barbosa. "Strikes and Pickets in Brazil: Working-Class Mobilization in the 'Old' and 'New' Unionism, the Strikes of 1957 and 1980". *International Labor and Working-Class History,* No. 83, pp. 86–111, 2013.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da; FONTES, Paulo. *Na Luta por Direitos*: Estudos recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A Sociedade Punitiva*: curso no Collège de France (1972-1973). Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

FRANCO, Marina. "La 'teoría de los dos demónios' en la primera etapa de la posdictadura". *In*: FELD, Claudia; FRANCO, Marina. (Orgs.) *Democracia, hora cero*. Actores, políticas y debates en los inicios de la posdictadura. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015, pp. 23-80.

GALVÃO, Andréia. "Os metalúrgicos do ABC e a câmara setorial da indústria automobilística". *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 10/11, p. 83-101, 1998.

GIANNOTTI, Vito; LOPES NETO, Sebastião. *CUT Ontem e Hoje*: O que mudou das origens ao IV CONCUT. São Paulo: Vozes, 1991.

GRACIOLLI, Edilson José. *Privatização da CSN*: Da luta de classes à parceria. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. *Um caldeirão chamado CSN*: Resistência operária e violência militar na greve em 1988. Uberlândia: EDUFU, 2009. 2ª ed.

GRANEMANN, Sara. *Para uma interpretação marxista da "previdência privada"*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

GODEIRO, Nazareno; SILVA, Cristiano M.; SILVA; Edmir M. (Orgs.) *A Embraer é Nossa*: Desnacionalização e reestatização da Empresa Brasileira de Aeronáutica. São Paulo: Sundermann, 2009.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GUERRA, Caio César da Silva. *"Mais vale um ano de leão que cem anos de cordeiro"*: Trajetórias dos metalúrgicos de São José dos Campos. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. *1989*: História da primeira eleição presidencial pós-ditadura. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2019.

GUIMARÃES, Ivan Gonçalves Ribeiro. "A experiência das câmaras setoriais: democratizando a política econômica". *In*: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de *et al.* (Orgs.) *O mundo do trabalho*: Crise e mudança no final do século. São Paulo: Página Aberta, 1994, pp. 459-496.

HALL, Michael M. "História Oral: Os riscos da inocência". *In*: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio histórico (DPH). *O Direito à Memória*. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1992, pp. 157-160.

HIGHLEY, John; GUNTHER, Richard. *Elites and democratic consolidation in Latin America and Southern Europe*. Cambridge; Cambridge University Press, 1992.

HOBSBAWM, Eric. J. *Sobre História*: Ensaios. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.

HORTA, Celso. *A greve da GM*. São Paulo: Página Aberta, 1993.

HUMPHREY, John. *Fazendo o "milagre"*: Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Trad. Maria Augusta Fonseca. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1982.

HUNTINGTON, Samuel P. "Democracy's third wave". *Journal of Democracy*, Johns Hopkins University Press, Vol. 2. No. 2, pp. 12-34, 1991.

IANNI, Octávio. *A Ditadura do Grande Capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. "A longa tradição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade". In SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. A. (Orgs.) *Desarquivando a ditadura*: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009, Vol. 2, pp. 499-523.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo. "Os Acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional". *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, no 2, p. 29-42, jul/dez 2008.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo; SOUZA, Tereza E. de. *A escrita da repressão e da subversão (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado*: Cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem*: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Edusp, 2012.

_____. "O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento". *In*: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. pp. 158-171.

KECK, Margaret. "O 'novo sindicalismo' na transição brasileira". *In*: STEPAN, A. (Org.) *Democratizando o Brasil*. Trad. Ana Luíza Pinheiro *et al*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. pp. 388-440.

KOPPER, Christopher. *A VW do Brasil durante a Ditadura Militar brasileira 1964-1985*. Uma abordagem histórica. Wolfsburg: Corporate History Department of Volkswagen Aktiengesellschaft, 2017.

LADOSKY, Mário Henrique; OLIVEIRA, Roberto Véras de. "O 'novo sindicalismo' pela ótica dos estudos do trabalho". *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 6, nº 11, p. 147-170, jan.-jun./2014.

LAGÔA, Ana. *SNI*: como nasceu, como funciona. São Paulo: Brasiliense, 1993.

LAMOUNIER, Bolívar.; FARIA, José Eduardo. *O Futuro da Abertura*: um debate. São Paulo: Cortez, IDESP, 1981.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. "O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro (1964-1967)". *Anais do IX Simpósio Nacional Estado e Poder: Gramsci e a Pesquisa Histórica*. Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), outubro de 2016, p. 148-162.

_____. "O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós-1964". *In*: MARTINS, Maria de Sousa Neves; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. (Orgs.) *Política Econômica nos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2018. p. 71-102.

_____. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MACEDO, Francisco Barbosa de. *A greve de 1980*: redes sociais e mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

_____. "Social networks and urban space: worker mobilization in the first years of 'New Unionism' in Brazil". *International Review of Social History*. Cambridge University Press, nº 60, pp. 37-71, 2015.

MACIEL, David. *De Sarney a Collor:* Reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). São Paulo: Alameda/ Goiânia: Funape, 2012.

MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do Novo Sindicalismo*: democracia e política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

MARONI, Amnéris. *A estratégia da recusa*: análise das greves de maio/78. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTIN-CHENUT, Kathia. "O sistema penal de exceção em face do direito internacional dos direitos humanos". *In*: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, janaína de Almeida (Orgs.). *Desarquivando a ditadura*: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009. v.1, pp. 225-249.

MARTINS, Richard de Oliveira. *A regulamentação do direito de tendências no Partido dos Trabalhadores (1986-1992)*. Dissertação de Mestrado (Ciência Política). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015.

_____. "A vigilância sobre o movimento operário nos arquivos da polícia política paulista: autoritarismo e suspeição na 'transição democrática' (1984-1985)". *Revista de Fontes*, UNIFESP – Guarulhos/SP, Vol. 2, nº 7, pp. 40-53, 2017.

_____. "A tática das ocupações de fábrica na década de 1980: greves do setor metalúrgico em São José dos Campos (SP) e Volta Redonda (RJ)". *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. UnB, Brasília/DF, Julho de 2017.

_____. "A memória da repressão em depoimentos de ativistas metalúrgicos: Vale do Paraíba/SP (1979-1985)". *Anais do XII Encontro Regional Sudeste de História Oral*. UFMG, Belo Horizonte, setembro de 2017.

_____. "De 'Milícias' e 'Lampiões': lutas operárias, segurança industrial e privatização da repressão no Vale do Paraíba, 1985-1987". *Anais do XXX Simpósio Nacional de História*. UFPE, Recife: Julho de 2019.

_____. "'Nuevo Sindicalismo' y Represión Judicial en el Brasil de la 'apertura': las huelgas metalúrgicas en São Bernardo do Campo y São José dos Campos (1980-85)". *Paginas*. Revista digital de la Escuela de Historia – Universidad Nacional de Rosario. Año 12, n° 28, 16 pp., Enero-Abril de 2020.

_____. "Redemocratização e repressão: a violência estatal e as articulações empresariais-militares para a contenção do movimento operário na Nova República". *Continentes*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia – UFRRJ. nº 16, vol. 1, pp. 156-183, 2020.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna*: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). Tese (Doutorado em Ciência Política). Campinas: Unicamp, 1993.

MARTUSCELLI, Danilo E. "A transição para o neoliberalismo e a crise do Governo Collor", In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. (Orgs.) *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012. pp. 19-65.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MEDEIROS, Mônica. X. *Bom mesmo é ser metalúrgico*: vivências de trabalhadores metalúrgicos na cidade de São José dos Campos –SP. Dissertação (Mestrado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

MELO, Demian Bezerra de. "Ditadura 'civil-militar'?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente". *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon/PR, vol. 27, p. 39-53, 2012.

_____. "O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão". *In*: MELO, Demian Bezerra de. (Org.) *A miséria da historiografia*: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp. 157-188.

MELO, Jorge José de. *Boilesen, um empresário da ditadura*: a questão do apoio do empresariado paulista à OBAN/Operação Bandeirantes, 1969-1971. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2012.

MERCANTE, Carolina. "As raízes autoritárias da atual lei de greve brasileira". *Revista de Direito Mackenzie*, Vol. 7, nº 1, p. 42-55, 2013.

MINOZZO, Renato *et al*. "Plumbemia em trabalhadores da indústria de reciclagem de baterias automotivas da Grande Porto Alegre, RS". *J Bras Patol Med Lab,* v. 44, n. 6, pp. 407-412, Dez/2008.

MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política*. São Paulo: Pólis, 1978.

MORAES, Lívia de Cássia Godoi. *Pulverização de capital e intensificação do trabalho*: o caso da EMBRAER. Tese (Doutorado em Sociologia). Campinas: IFCH/Unicamp, 2013.

MORAES, Mário Sérgio de. *O ocaso da ditadura*: o caso Herzog. São Paulo: Editora Barcarolla, 2006.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 2ª ed. Tradução de Clóvis Marques. Bauru: EDUSC, 2005.

MOREL, Regina. *A ferro e fogo*: Construção e crise da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941-1968). Tese (Doutorado em Sociologia). USP, São Paulo, 1989.

MOREL, R; MANGABEIRA, W. "'Velho' e 'novo' sindicalismo e uso da Justiça do Trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional". *Dados*, Rio de Janeiro, v. 37, nº 1, pp. 103-124, 1994.

MOSCATELLI, Luigi. *Política da Repressão*: Força e Poder de uma Justiça de Classe. Rio de Janeiro: Achiamé/SOCII, 1982.

MOTA, Ana E. "Do operário padrão ao operário patrão". *Temáticas*, Campinas, Vol. 2, nº 3, p. 109-122, 1994.

MUNAKATA, Kazumi. "O lugar do movimento operário". *História e Perspectivas*, Uberlândia/MG, nº 43, pp. 9-40, jul-dez/2010.

NAGASAVA, Heliene. *O Sindicato que a ditadura queria*: o Ministério do Trabalho no Governo Castelo Branco (1964-1967). Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

_____. "O Ministério do Trabalho e Programa Especial de Bolsa de Estudos (PEBE)". Comunicação apresentada ao V Seminário Internacional Mundos do Trabalho. UFRGS, Porto Alegre, setembro de 2018.

NEGRO, Antonio Luigi. "Nas origens do 'Novo Sindicalismo': o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística". *In*: RODRIGUES, Iram Jácome. (Org.) *O Novo Sindicalismo. Vinte anos depois*. Petrópolis/RJ: Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999. pp. 9-31.

_____. *Linhas de Montagem*. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2004.

_____. "'Servir ao povo de todo o coração': mulheres militantes e mulheres operárias no ABC na década de 1970" in SANTOS; TELES; TELES. (Orgs.) *Desarquivando a ditadura*: memória e justiça no Brasil. 2 vol. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. v.1, pp. 84-109.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NIEVAS, Flabián H. J. *Las tomas durante el gobierno de Cámpora*. Tese (Doutorado em Sociologia). UBA, Buenos Aires, 2000.

NORONHA, Eduardo. "A explosão das greves na década de 1980". *In*: BOITO JR., Armando. (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. pp. 93-135.

_____. "Greves e Estratégias Sindicais no Brasil". *In*: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de *et al.* (Orgs.) *O mundo do trabalho*: Crise e mudança no final do século. São Paulo: Página Aberta, 1994, pp. 323-357.

_____. "Ciclo de Greves, Transição Política e Estabilização: Brasil, 1978-2007". *Lua Nova*, São Paulo, nº 76, p. 119-168, 2009.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. C. *Transições do Regime Autoritário*: primeiras conclusões. Trad. Adail U. Sobral. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

OLIVEIRA, Carlos Alonso de. (Org.) *O mundo do trabalho*: crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1994.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor*: Forças Armadas, transição e democracia. Campinas: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Sérgio Murilo Ferreira de. "Os trabalhadores urbanos e a ditadura militar". *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 21, pp. 24-36, Abril-junho de 1987.

OLIVEIRA, Tito Flávio Bellini Nogueira de. "A trajetória política da CUT: da inovação sindical ao burocratismo". *Anais do VII Seminário de Saúde do Trabalhador e V Seminário O Trabalho em Debate "Saúde Mental Relacionada ao Trabalho"*. Franca/SP, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. "História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos". *Tempo e Argumento*, Florianópolis, Vol.1, nº 1, p. 30-45, Jan/Jun, 2009.

_____. *Cone Sul em tempos de ditadura*: reflexões e debates sobre a História Recente. Porto Alegre: Evangraf-UFRGS, 2013.

PALMEIRA, André Franklin. *A nova face da "Cidade do Aço"*: crise do capital, trabalho e hegemonia em Volta Redonda (1992-2008). Dissertação (Mestrado em História). UFF, 2012.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Era Uma Vez em São Bernardo*: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982). 2ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011.

PARKER, Phyllis R. *1964*: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março. Trad. Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PEREIRA, Anthony. *Political (in)justice*: authoritarianism and rule of law in Brazil, Chile, and Argentina. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottman. Paz e Terra: Rio de Janeiro/São Paulo, 2017.

PINHEIRO, Milton. (Org.) *Ditadura*: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

POLLAK, Michael. *Memoria, olvido, silencio*. La producción social de identidades frente a situaciones límite. La Plata: ediciones Al Margen, 2006.

POMAR, Wladimir. *Quase Lá*: Lula, o susto das elites. São Paulo: Brasil Urgente, 1990.

PORTELLI, Alessandro. "O que faz a história oral diferente". Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP. São Paulo: v. 15, p. 25-39, 1997.

POZZI, Pablo A. "Memória e politização em testemunhos de operários militantes argentinos (1955-1976)". *In*: LAVERDI, Robson et al. (Orgs.) *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012, pp. 69-79.

PRAUN, Lucieneida Dováo. *Não Sois Máquinas*: Reestruturação produtiva e adoecimento na General Motors do Brasil. Tese de Doutorado (Sociologia). IFCH/Unicamp, 2014.

QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de transição*: contornos do conceito. São Paulo: Outras Expressões/Dobra Editorial, 2013.

REGAN, Patrick M.; ERROLL, Henderson A. "Democracy, threats and political repression in developing countries: are democracies internally less violent?". *Third World Quarterly*, Vol. 23, no. 1, pp. 119-136, 2002.

RESENDE, Pâmela. *Os Vigilantes da Ordem*: A cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela Anistia (1975-1983). Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), Campinas, 2013.

REZENDE, Vinícius de. *Vidas Fabris*: Trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980). São Paulo: Alameda, 2017.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política*: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973). Tese (Doutorado em História), Centro de Pesquisa e Documentação, FGV. Rio de Janeiro, 2015.

RIDENTI, Marcelo S. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Unesp/Fapesp, 2010.

RODENGEN, Jeffrey L. *A História da Embraer*. Fort Lauderdale: Write Stuff Enterprises Inc., 2009.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento social no Brasil*. São Paulo: Edições Simbolo, 1979.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

_____. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. *CUT:* Os Militantes e a Ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Osasco 1968*: A greve no feminino e no masculino. Tese (Doutorado em História), FFLCH/Usp. São Paulo, 2012.

SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param*: Greves e mudança social no Brasil: 1945-1990. São Paulo: Ática, 1994.

SANTANA, Marco Aurélio. "Cultura sindical e identidade nos anos 80/90". *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, Vol. 13, nº 17-18, p. 82-90, 1995.

_____. "Trabalhadores em movimento". *In*: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucilia. A. N. (Orgs.) *O Brasil Republicano*. Volume 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. pp. 283-313.

SCOTT, Joan W. "The Evidence of Experience". *Critical Inquiry,* Illinois – University of Chicago Press, Vol. 17, nº 4, pp. 773-797, 1991.

SECCO, Lincoln. *História do PT 1978-2010*. Cotia/SP: Atêlie Editorial, 2011.

SHIROMA, Eneida. "O modelo japonês e o debate sobre qualificação e controle da força de trabalho". *Perspectiva*. v. 14, nº 26, p. 173-186, 1996.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Corpos para o Capital*: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2019.

SILVA, Carla Luciana. "Imprensa e construção social da 'ditabranda'". *In*: MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia*: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp. 189-207.

SILVA, Cecília Santos da. *Quando os elos se partem*: os trabalhadores intoxicados pelo benzeno no município de Volta Redonda. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Eduardo Ângelo. *"Arigós" e "peões" na "Cidade do Aço"*: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda, RJ, 1970-1980). Dissertação (Mestrado em História). Seropédica: UFRRJ, 2010.

_____. "O sindicalismo metalúrgico sul fluminense nos anos 70: repertório de ação, redes sociais e… 'peleguismo'?". *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. UnB, Brasília/DF, julho de 2017.

_____. "Sindicalismo e Redemocratização: O sindicalismo metalúrgico de Volta Redonda e região, dos anos 70 até meados dos anos 80". *Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: Histórias e Parcerias*. UFF, Niterói/RJ, julho de 2018.

SILVA, Fernando Teixeira da. "Direitos, política e trabalho no porto de Santos". *In*: FORTES, Alexandre *et al*. (Orgs.) *Na Luta por Direitos*: Estudos recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. pp 51-86.

_____. *Operários sem patrões*: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

SILVA, Leonardo Ângelo. *Volta Redonda em Preto e Branco*: Trabalho, Desenvolvimentismo e Relações Raciais (1946-1988). Tese (Doutorado em História). Seropédica: UFRRJ, 2019.

SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. *As práticas de normalização da violência operacionalizadas pela Volkswagen do Brasil na ditadura militar brasileira (19641985)*. Tese (Doutorado em Administração). Rio de Janeiro, PUC-RJ, 2018.

SILVA, Moacyr Pinto da. *Hiena – Minha revolta não se vende*. São José dos Campos: Mogiana, 2010.

_____. *Ditadura Nunca Mais*. A verdade de São José dos Campos no período de 1964 a 1985 a partir dos depoimentos à Comissão Professor Michal Gartenkraut. São José dos Campos: Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 2016.

SINGER, Paul. *A crise do "milagre"*: interpretação crítica da economia brasileira. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SKIDMORE, Thomas. "A lenta via brasileira para a democratização" *In*: STEPAN, A (Org.). *Democratizando o Brasil*. Trad. Ana Luíza Pinheiro *et al*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 27-81.

SMSJCR (Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região). *Especial 55 Anos – 1956/2011*. Publicação comemorativa de 55 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. São José dos Campos/SP: Departamento de Comunicação do SMSJCR, 2011.

SOARES, Paulo Célio. "As lutas pela redemocratização em Volta Redonda (1974-1979)". *Revista Episteme Transversalis*. V. 4, nº 2, pp. 2-15, 2013.

SOUZA MARTINS, Heloísa. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1979.

STEPAN, Alfred. (Org.) *Os militares*: da abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. (Org.) *Democratizando o Brasil*. Trad. Ana Luíza Pinheiro *et al*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TEIXEIRA, Rodrigo Dias. *Para Onde Foi A CUT*? Do classismo ao sindicalismo social-liberal. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF, 2009.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Orgs.) *O que resta da ditadura*: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Trad. Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 3 Vol.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. (Orgs.) Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

THOMSON, Alistair. "Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a história oral e a memória". *Projeto História*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP. São Paulo: v. 15, p. 51-84, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. "1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo". *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, nº 19 p. 27-48, 2004.

TORRES, Lucas M. P. *Estratégias de uma esquerda armada:* militância, assaltos e finanças do PCBR na década de 1980. Salvador: EDUFBA, 2017.

TUMOLO, Paulo Sérgio. *Da contestação à conformação*: A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2002.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. *Volta Redonda, entre o Aço e as Armas*. Petrópolis: Vozes, 1990.

VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. (Orgs.) *Cuentas pendientes*. Los cómplices económicos de la dictadura. Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 2013.

VIANA, Gilney Amorim. *A Revolta dos Bagrinhos*. Belo Horizonte: Segrac, 1991.

WEFFORT, Francisco. "Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco. 1968". *In*: *Cadernos Cebrap*, São Paulo, nº 5, 1972.

_____. "Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do após-guerra". *Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 4, p. 65-105, 1973.

WEICHERT, Marlon Alberto. "Prefácio". *In*: WESTHROP, Amy Jo *et al*. (Orgs.) *As Recomendações da Comissão Nacional da Verdade*: balanços sobre a sua implementação dois anos depois. Rio de Janeiro: ISER, 2016. pp. 6-14.

ZAVERUCHA, Jorge. "Relações civil-militares no primeiro governo da transição brasileira: uma democracia tutelada". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 9, n. 26, p. 162-178, outubro de 1994.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. *Cidadãos modernos*: Discurso e representação política. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

Sagga Editora e Comunicação
Avenida Sete de Setembro, nº 32 - 2 de Julho.
Salvador – BA | CEP: 40.060-904

@saggaeditora
saggaeditora@gmail.com